Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Thiago Panica Pontes

“Crescer na vida”: trajetórias de micromobilidade nos meios populares

Rio de Janeiro

2015

Thiago Panica Pontes

“Crescer na vida”: trajetórias de micromobilidade nos meios populares

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. Área de concentração: Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Frédéric Vandenberghe

Rio de Janeiro

2015

Thiago Panica Pontes

“Crescer na vida”: trajetórias de micromobilidade nos meios populares

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. Área de concentração: Ciências Sociais.

_____

Prof. Dr. Frédéric Vandenberghe (IESP-UERJ) – Orientador

_____

Prof. Dr. Adalberto Cardoso (IESP-UERJ)

_____

Prof. Dr. Christian Azaïs (Université de Picardie Jules Verne /IESP-UERJ)

_____

Prof. Dr. Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional-UFRJ)

_____

Prof. Dra. Maria da Graça Jacintho Setton (USP)

Rio de Janeiro

2015

A minha mãe, Barbara

AGRADECIMENTOS

Tendo iniciado meus anos de mestrado e doutorado ainda no antigo Iuperj, e posteriormente IESP-UERJ, agradeço a seus antigos e novos funcionários (Carol, Lia, Simone, Florita, Cris, Louise, entre vários com sua sincera receptividade, no pátio ou nas salas), alunos e professores, pelo ambiente institucional em que tive o privilégio de combinar, à minha formação intelectual, boas lembranças e amizades. A meu orientador Frédéric Vandenberghe, minha gratidão por todos os seus estímulos e ensinamentos, dos quais a generosidade com cada um e com a vida não foi dos menores. Nele tive um amigo orientador, e um orientador amigo, em todos esses anos. Espero que ele consiga vislumbrar algo de si nesse trabalho, que pode ser lido como um esforço por ao menos tentar continuar, por outros meios, muitas de suas motivações. Ao núcleo Sociofilo, seus integrantes e nossos encontros, devo igualmente muito de minha formação e das boas recordações: desde os mais antigos (Gabriel Peters, Diogo Corrêa, Rodolfo, André Magnelli) aos mais novos (Rodrigo de Assis, Marcelo, Igor, Marina, João, entre tantos outros), foi sempre um prazer fazer parte do grupo. Os bons momentos se estendem a minha turma de mestrado e doutorado, como Rodrigo Cantu, Tomas, Felipe Maia, Victor Mourão, Fernando Perlatto, Jorge Chaloub, e a todos aqueles com quem tive o prazer de conviver por um período maior ou menor, e que são muitos, como Raquel Lima e Rodrigo Castro, os quais, além do prazeroso convívio, me auxiliaram enormemente com suas atentas leituras e revisões. Aos professores Adalberto Cardoso, Maria da Graça Setton, Christian Azaïs e Luiz Duarte, agradeço pela disponibilidade e pelo interesse em fazer parte de minha banca. Espero que suas respectivas leituras possam ir ao encontro de algo que importe a cada um, por pouco que seja.

Ao professor Bernard Lahire, agradeço pela receptividade em nossos encontros e conversas, e pela oportunidade do período passado na ENS-Lyon, onde tive todas as condições materiais e psicológicas de desenvolver parte desse trabalho. Em Lyon, aliás, não há como não lembrar de Mady Sarles, sua hospitalidade e amizade que muito me marcaram. De Mani Tebet, Paulo Morais, Alexa, Homero Jazz, Inge, Diego e Aline, sempre lembrarei do carinho e da amizade.

A Vinicius, Emiliano, Juliano e Thays, agradeço pela oportunidade da amizade, que em tempos e formas distintas tornaram esse percurso mais humano. Cecília Soares,

Alexandre Camargo e Priscila Coutinho me ensinaram, cada um a sua maneira bastante peculiar, a ter um senso da vida que me foi fundamental em diversos momentos, e a amizade de cada um deles me torna uma pessoa, espero, um pouco melhor. Adriana, Daniel, Mara, Ricardo, Cyntía e Ronaldo, pela sua amizade e pelo zelo com pessoas importantes para mim, agradeço de coração. A Piedade sou grato pela gentileza, fora de todos os parâmetros, em me ceder o apartamento em que dispus da paz de espírito necessária à finalização desse trabalho.

A meu pai, Marcos, a minhas avós Asuel e Maria e a meu tio Giovanni, eu devo o afeto e o cuidado incondicionais que me permitiram, atualmente, dispor dos requisitos sensíveis e espirituais que me possibilitaram a realização desse trabalho. A Kelly, pelo convívio, companheirismo e carinho compartilhado ao meu lado durante a maior parte desse período, assim como a toda a sua família no seio de quem sempre me senti acolhido em todos os momentos.

A Neide, Mario e Maria Julia pela generosidade de sempre, e pela oportunidade dos bons momentos juntos que tornaram muitos dos meus dias particularmente felizes. A meu amigo Salvador e a minha mãe, Barbara, a quem dedico essa tese, por me apoiarem em todos os sentidos e circunstâncias possíveis nesse caminho que, embora longo e tortuoso a seus olhos e não sem razão, me permitiram multiplicar minha alegria ao me fazerem perceber o quanto de minhas realizações eram suas também, minha mais profunda gratidão por tudo.

A todos os entrevistados desse trabalho, agradeço pela gentil abertura das portas de sua vida, sua atenção e seu envolvimento, sem os quais essa tese não seria.

E, finalmente, registro o suporte da CAPES, tanto no decurso do doutorado como no período passado na ENS-Lyon, que possibilitou a dedicação exclusiva da qual esse trabalho é fruto.

Especially with respect to those we love and with respect to our ideals, we are liable to be bound by necessities which have less to do with our adherence to the principles of morality than with integrity or consistency of a more personal kind. These necessities constrain us from betraying the things we care about most and with which, accordingly, we are most closely identified. In a sense which a strictly ethical analysis cannot make clear, what they keep us from violating are not our duties or our obligations but ourselves. (Harry Frankfurt, The importance of what we care about: philosophical essays, p. 91)

RESUMO

Esta investigação sociológica tem como foco a reconstrução de trajetórias de (micro)mobilidade no seio das classes populares, e de suas fronteiras, do ponto de vista de seus horizontes ascensionais. Estes horizontes são pressupostos e tacitamente inscritos em seus projetos socioeconômicos, em outras palavras, na concatenação vivida de suas aspirações, anseios, expectativas, motivações, planos e ações relativos precisamente a sua (nova) condição. Nossa hipótese de trabalho está em que a compreensão destas orientações de conduta – tanto em seu aspecto 'objetivo' quanto 'subjetivo' – demanda naquilo que possuem de mais fundamental a consideração de sua multideterminação existencial. Definida e levada em conta esta multideterminação no capítulo inicial, se analisa em seguida como condições de existência compartilhadas por uma classe se refratam nas trajetórias em questão moduladas por um conjunto de mediações socializante-experienciais pelas quais elas são vivenciadas numa paisagem particular, conformando assim um complexo de experiências que é, para todos e cada um de seus integrantes, simultaneamente geral e singular. No terceiro capítulo, e a partir destas considerações, se sinaliza as condições histórico-estruturais de possibilidade ascensional para a condição popular periférica, ou seja, situada na periferia do capitalismo mundial, condição mais geral compartilhada pela maior parte das classes populares do mundo e da qual o Brasil é uma declinação particular. São algumas inflexões contemporâneas (nos sistemas escolar, capitalístico, entre outros fatores inclusive de ordem geracional e cultural) que fornecem as linhas de experiência para a conformação destas trajetórias e horizontes ascensionais-populares, seu alcance assim como seus limites estruturais. A partir deste lento percurso na primeira parte da tese, tendo então estabelecido os parâmetros para uma sociogênese ascensional-popular que não se reduza nem a um objetivismo "miserabilista" (dada aquela multideterminação existencial assim como o modo singular como cada agente vivencia a generalidade de sua condição), tampouco a um subjetivismo "populista" (na medida em que perscrutamos suas condições histórico-estruturais de possibilidade), examinamos, nos capítulos seguintes, no que consistem tais projetos, suas linhas de experiência constitutivas, assim como suas implicações societárias mais amplas. Este caminho investigativo se viabiliza, primariamente, por meio de reconstruções biográficas detalhadas, e complementarmente pela mobilização de fontes estatísticas, documentais e autobiográficas.

Palavras-chave: Trajetórias ascensional-populares. Multideterminação existencial. Horizontes ascensionais. Projetos socioeconômicos. Capitalismo periférico.

ABSTRACT

This sociological investigation has as his focus the reconstruction of social (micro)mobility trajectories within the popular classes and its fringes, from the point of view of their upward horizons. These horizons are tacitly presupposed and embedded in their socioeconomic projects, in other words, in the lived experience of their aspirations, expectations, motivations, plans and actions precisely related to their (new) condition. Our work hypothesis sustains that these conduct orientations demand, for its comprehension, the unveiling of their existential multidetermination. The sequence of the analysis investigates how existential conditions, shared by a class, are modulated by socio-experiential mediations by means of which the trajectories in question are lived as being, simultaneously, general and unique. Then, in the third chapter, the aim is to establish the social conditions of upward mobility for the popular condition in the peripheral capitalism, conditions that are shared by the most part of the popular classes all around the world, and in relation to which the brazilian case is a particular declination. Some contemporary inflections (in the school system, new capitalistic injunctions, among others factors including within them some of generational and cultural order) engender the lines of experience for these 'upward-popular' trajectories and horizons, their scope as their structural limits. By this way, having established in the first part of this work the parameters for a sociogenesis that evades both (the objectivist as the subjectivist) modes of reductionism, we examine, in the following chapters, the social nature of the mentioned socioeconomic projects, their constitutive lines of experience so as their social implications at large. This investigative path is made, primarily, by detailed biographical reconstructions, and complementarily through statistical, documental and autobiographical sources.

Keywords: Upward (micro)mobility trajectories. Existential multidetermination. 'Upward-popular' horizons. Socioeconomic projects. Peripheral capitalism.

SUMÁRIO

PARTE I – CLASSES POPULARES, TRAJETÓRIAS

Introdução ... 12

1 A multideterminação existencial das classes populares e de seus horizontes ascensionais ... 30

1.1 Os pressupostos da univocidade da 'cultura popular': do unilateralismo à homogeneização ... 31

Instabilidade ocupacional e oscilação posicional ... 39

Os primórdios da modernização do mercado laboral (semi)periférico: os casos brasileiro e italiano ... 44

Transformações históricas de novo tipo. "Individualização"? "Autoafirmação"? ... 49

Estratificação vertical, mediações horizontais: transversalidade e a multideterminação subjacente ao mundo popular ... 52

1.2 Complexidade relacional e heterogeneidade constitutiva ... 58

As classes como condições existenciais relacionalmente determinadas ... 60

2 Mediações sociais e singularização dos projetos socioeconômicos ... 68

2.1 Classes sociais e (dis)senso comum acadêmico: a pseudodicotomia entre generalidade e singularidade ... 69

2.2 Múltiplas socializações como dispositivo mediador: considerações acerca das "variáveis" pertinentes e seus pontos focais ... 75

O papel coatuante do agente 'socializado' no processo de subjetivação ... 90

Uma trajetória exemplar (estudo de caso) ... 93

2.3 Microexperiências de classe e variação das escalas de análise ... 105

3 Condição popular periférica ... 111

3.1 Preliminares investigativas: o capitalismo periférico ... 114

Primeira preliminar: o legado escravagista sistemicamente catalisado na perpetuação de clivagens existenciais mundialmente paradigmáticas ... 116

Segunda preliminar: a dupla dominação popular-periférica. Inserção mundial subordinada e seu impacto objetivo no arco de possibilidades ascensionais ... 135

Terceira preliminar: heteromorfia dos vínculos populares aos núcleos dinâmicos de acumulação ... 145

3.2 Flexões de uma dinâmica estrutural e protocolos de investigação ... 156

Novos encadeamentos histórico-estruturais e sua síntese vivida ... 158

Reconstruções biográficas, trajetórias, e os critérios de exemplaridade de uma problemática sociológica 173

PARTE II – TRAJETÓRIAS, HORIZONTES

4. Projetos ascensionais enquanto projeções existenciais 184

4.1 Motivações e ações socioeconômicas 188

4.2 Condições sociais de possibilidade de motivações e ações racionalmente orientadas do ponto de vista capitalístico 191

O "Projetar" e o "fantasiar" 191

O habitus econômico 194

A positividade semântica das orientações de conduta dominadas 198

Estudo de caso: Carolina Maria de Jesus, ações economicamente orientadas e projeção imagística extemporânea 204

4.3 Para além da racionalização: os projetos ascensionais 217

'Perpetuum mobile' 220

5 Linhas de experiência com densidade concêntrica, suas contraforças e aberturas 224

A entrevista enquanto entre-vista 226

5.1 A contiguidade e enleamento da sociabilidade familiar a relações e práticas locais, vicinais e comunitárias na estruturação de uma moldura implícita aos horizontes ascensionais-populares 229

Círculos concêntricos de relevância socioespacial e sua órbita de influências 229

O ideal da morfologia familiar estendida 234

'Oeconomia' enquanto 'oikos-nomos' 239

A força da paisagem local enquanto pano de fundo afetivo-referencial à orientação da conduta 243

O predomínio do presente na temporalização da vida e a variação das relações com o tempo no interior de uma mesma trajetória 246

5.2 Agonismos, fissuras e aberturas do mundo vivido 254

6 Linhas de experiência com densidade 'dis-cêntrica': a diversidade de socializações constitutivas da condição popular 264

6.1 Uma trajetória exemplar 265

6.2 Linhas de experiência estudantil-popular: o impacto da institucionalidade escolar enquanto recursividade e matriz de subjetivação 278

A transmissão do estranhamento familiar à institucionalidade escolar e universitária, e as expectativas engendradas em seu seio 280

6.3 A profusão de camadas de experiência popular 290

Os laços familiar-comunitário-religiosos e a inerência da religiosidade às trajetórias: variações de inserção e engajamento conforme o momento sociobiográfico, e sua conexão com as orientações socioeconômicas 294

6.4 Micromobilidades ocupacionais e o duplo estranhamento ascensional-popular . 303

7 Os horizontes ascensionais norteados pelo "crescer" e sua economia política ... 317

7.1 Uma trajetória exemplar 319

7.2 A centralidade do trabalho como via de autonomização moral, e os efeitos não-intencionais de reforço à condição dominada 330

Inserção precoce no mundo do trabalho, subordinação do investimento escolar, e estreitamento do espaço de possíveis ascensionais 330

A centralidade normativa laboral assumindo uma feição predominantemente pragmático-instrumental decorrente da imersão num sistema econômico marcado pela precariedade estrutural periférica 337

7.3 Para além da negação unilateral, e da reprodução atávico-tradicionalista: o evolver do solo presente de potencialidades 342

A afinidade destes horizontes ascensionais aos limites estruturais capitalístico-periféricos, e sua assimilação numa multideterminação mais ampla 342

Entrelaçamento matrimonial das projeções ascensionais 349

7.4 A economia política do "crescer" 359

O discurso meritocrático enquanto expressão narrativo-identitária das trajetórias ascensionais no âmbito da transição a um novo agonismo competitivo sistêmico 359

As rachaduras do senso comum e suas mediações socioexperienciais 367

7.5 Uma trajetória exemplar 373

Conclusão 389

REFERÊNCIAS 399

APÊNDICE A – Quadro de biografados segundo algumas propriedades pertinentes 422

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista 430

APÊNDICE C – Nota metodológica acerca da 'mobilidade feminina' 437

APÊNDICE D – Da 'trabalhadora doméstica' ao 'trabalho doméstico' como momento de uma trajetória que o excede 440

Introdução

Como *reconstruir* enquanto objeto de investigação sociológica a condição popular sem se deixar seduzir por modas intelectuais ou do mundo da vida as quais, ao se deixarem absorver pelas aparências do fenômeno que deveriam explicar, parecem participar cada vez mais de sua co-produção e a demandar, elas mesmas, explicação? Como perscrutar a inalienável importância da dimensão cultural desta condição, sem contudo a suprimir, idealística e irrealisticamente, de sua vinculação estrutural? Em contrapartida, como escapar a uma tradicional análise das classes populares que transfigura precariedade material em miséria simbólica lhes destituindo *teoricamente* de tudo aquilo que não seja sua definição exclusiva pela falta, e pela negatividade, sem vislumbrar a complexidade de seus elementos estruturantes, risco ainda maior em formações sociais situadas na periferia do capitalismo mundial? Mais ainda, como compreender o aspecto dinâmico de uma condição dominada, seus múltiplos encadeamentos de relações e de experiências, suas segmentações e clivagens internas assim como seus enredamentos e adensamentos, os quais, longe de desfazer uma 'macropolítica' de classe mais ampla, lhes revela uma 'micropolítica' subjacente que estrutura não apenas sua riqueza sociológica mas sua própria especificidade – em comparação às variações constitutivas de outras camadas sociais? Estas são as diretivas que guiam o sentido de nossa investigação. Mais precisamente – e toda problemática geral demanda um caminho particular pelo qual possa ser tratada –, nosso objetivo é a compreensão sociológica de (micro)mobilidades realizadas no âmago das classes populares, e em espaços liminares com as frações médias na medida em que tal movimento, justamente porque liminar, clarifica as clivagens materiais e simbólicas que as tencionam, inclusive o modo como tais tensões são vivenciadas e portadas internamente pelos agentes sociais. Nosso foco não se volta a trajetórias que *rompem* – em qualquer sentido que se atribua a esse termo – com sua classe de origem; ele realça o *movimento* realizado no seio, assim como na indiscernibilidade objetiva e no entanto estruturante de suas fronteiras, das classes populares; esta micropolítica, i.e. a maneira como as clivagens sociais e culturais de classe mais amplas se refratam nestas trajetórias, integra sua dinâmica interna.

Com efeito, de tempos em tempos, em diversas partes do mundo eclodem controvérsias acerca da suposta 'emergência' de uma classe, ou ainda da

"medianização" da sociedade, ou até mesmo do "fim" das classes (esta última geralmente mais bufoneada do que efetivamente tomada em conta), as quais apenas podem encontrar soluções vinculadas a seu momento histórico, e ao lugar que nele ocupa cada formação social, na medida em que as semelhanças nominais esclarecem tanto quanto obscurecem suas especificidades histórico-estruturais. Mas nossa preocupação não é nenhum debate particular (e.g. a suposta emergência ou não de uma "nova" classe social), ou na assunção de tal ou qual posição segundo os termos em que tal debate se realiza; e a razão é simples: no decurso de nossa empreitada, muitas dessas controvérsias se revelarão como decorrendo de um mesmo solo consensual de fundo em que se amparam, qual seja, a irreflexão acerca dos termos empregados, os quais *pressupõem* um mesmo 'fenômeno', sobre o qual restaria simplesmente a disputa acerca de sua significação e amplitude; mas não apenas os termos se mostrarão equívocos e insatisfatórios: é o próprio 'contorno' do fenômeno, enquanto pressuposto compartilhado, que erodirá. Daí não resultará uma analise essencialmente negativa, é justamente o contrário: a principal motivação de nosso trabalho é a reconstrução, sob um novo olhar, de um objeto eivado de pré-concepções unilaterais, unidimensionais e homogeneizantes. Mas quais conceitos nos permitem guiar nosso caminho, de modo a nos auxiliar no esclarecimento dos pressupostos que pairam em todas as análises que se debruçam sobre as camadas populares, e sobre a mobilidade popular, de modo explícito ou latente, coerente ou difuso? Ao mesmo tempo em que estes conceitos definem e esclarecem a natureza de nosso objeto, eles apenas poderão ser inteiramente compreendidos ao final de nossa empreitada, já que apenas ao final se encontrarão suficientemente densificados para além de seu estatuto inicial de abarcamento lógico-abstrato.

Nosso objeto consiste na reconstrução de trajetórias ascensionais-populares, ou seja, a um só tempo ascensionais e populares,[1] da perspectiva da sociogênese de seus horizontes ascensionais. E nossa hipótese de trabalho consiste em que estes horizontes enquanto implicitamente estruturantes das motivações, projetos e ações socioeconômicas presentes nestas trajetórias são, naquilo que lhes é essencial, existencialmente multideterminados, dito de outra maneira, não se reduzem a uma dimensão 'material' ou 'simbólica'; e assim como não estão 'acorrentados' à atávica e

[1] O hífen indica que ambos devem ser lidos como uma mesma expressão, infelizmente não havendo equivalente num único vocábulo, sinalizando uma perspectiva menos substancialista e reificada das classes e, ainda mais, dos indivíduos que as formam.

tradicionalística perpetuação de sua condição de origem, tampouco são suscetíveis de serem definidos por referência exclusiva à posição estrutural em que se encontram no presente, visto que *entre* um e outro, "origem" e "destino" ocupacionais, se densifica uma vida social cujas forças constitutivas expressam esta 'travessia' mesma. Assim, "origem" e "destino" de classe, não se reduzem a um aspecto artificialmente desentranhado da *condição* a que se referem, seja tal aspecto a natureza da inserção produtiva parental (ou de si no início do percurso laboral), aos rendimentos, ou à capitalização escolar ou ao investimento em microempreendimentos: a "mobilidade social" implica, no que diz respeito à consistência do próprio fenômeno e não como algo que externamente a ele se 'agrega', uma reacomodação da atitude perante a vida, que é *inabstraível* da natureza da trajetória em questão. E quando esta mobilidade ocorre no seio de uma mesma classe, participando de sua dinâmica interna na periferia do capitalismo contemporâneo, oscilações (ascensionais, descensionais, subempregos, desemprego, trabalhos "autônomos") e inconstância dos vínculos sistêmicos que caracterizam as novas formas de sua historicamente sempiterna precarização, quando ela envolve sucessivas micromobilidades que apresentam suas hierarquizações, segmentações funcionais e relações de poder internas à própria condição dominada, tais fatores, antes de 'diluir' num sentido 'pós-moderno' uma determinada configuração histórico-institucional, lhes descortinam *novas relações e horizontes*, constitutivos de uma condição de classe, de sua dinâmica subjacente. Como resultado, não é somente a *diversidade estruturante* da condição popular que se revela, e que de modo algum substitui suas vinculações capitalísticas, pois antes a elas se enredam; a *tensão* de suas fronteiras, igualmente estruturantes, são elas também vislumbradas em seus aspectos objetivo e subjetivo.

Mas afinal, qual a razão de se objetivar trajetórias de (micro)mobilidades no interior e nas franjas de uma condição popular? Negar o aspecto estruturalmente dominado de uma tal condição? Ao contrário, *é compreendê-la melhor em todas as suas determinações*, escapando das fugas fáceis sob o manto embotado do simplismo que apenas alimenta os arautos do "fim" das determinações sociais – as quais nada tem que ver com "determinismos", na medida em que se trata de um postulado ontológico e não causal. Assim, não somente deixaremos de presumi-la, uma classe de condições de existência, nos termos de uma 'substância' unívoca (fundada numa única 'propriedade'), não somente constataremos que estas micromobilidades fazem parte

desta condição e, nesse sentido, são reais em seus efeitos, como por outro lado uma série de motivações, razões e ações socioeconômicas, e mesmo sua fisionomia política – além de uma série de aparentes "incoerências" e "irracionalidades" em suas orientações de conduta – se tornarão compreensíveis para além da referência exclusiva a sua 'posição' de origem ou atual. Desta forma, a imputação de uma suposta 'mudança' a partir de um de seus aspectos (e.g. a ampliação dos rendimentos, a expansão de seu leque ocupacional, a reestruturação produtiva) se manifestará como parte de um fenômeno mais amplo, do qual participa todo um conjunto de forças institucionais e culturais; além de nunca haver existido, em qualquer período histórico ou formação social, uma 'substância' ou massa popular estática e homogênea na medida em que as trajetórias que as atravessam são desde sempre dinâmicas e multideterminadas, sua "nova" fisionomia está longe de ser compreendida pela ênfase unilateral a uma injunção 'econômica'. Além disso, se o escopo da intensa mobilidade nos meios populares – e na verdade em todas as camadas sociais, visto que sua autoreprodução não fora suficiente para cobrir a expansão capitalístico-urbano-industrial durante todo o período nacional-desenvolvimentista no decorrer do século XX – se caracteriza por deslocamentos e migrações, além de inter-regionais, *no seio das classes populares* e de suas franjas, por sua vez no decorrer da reestruturação setorial e produtiva que lhe segue nas décadas seguintes – quer sob a inflexão 'neoliberal' ou ainda, posteriormente, de um neodesenvolvimentismo flexível – *esta tendência predominante se perpetua*, malgrado sob um imperativo crescentemente agonístico-concorrencial no sistema de ensino e no mercado laboral (que subordina o primeiro a suas demandas sistêmicas, sob a forma de um mercado de credenciais). Este dinamismo não autoriza uma leitura romanceada das clivagens econômicas, sociais e simbólicas – seja moralmente sancionadas pela "opinião pública" hegemônica, ou simplesmente pela força militar – que caracterizam esta declinação particular do capitalismo periférico; a intensa marca dessas dinâmicas microascensionais nos meios populares em nossa formação histórica consiste no 'insumo humano' de sua expansão sistêmica, numa espécie de mecanismo estrutural de 'reprodução ampliada' das clivagens anteriores. Ao mesmo tempo, a prevalência histórica de uma intensa circulação posicional nos meios populares, circulação atualmente consoante à transição da dinâmica setorial da estrutura produtiva iniciada no início da década de 1980, requer para sua compreensão uma atenção especial ao conceito de *trajetórias* visto que, em grande medida, a condição popular mais do que atravessada por elas, é efetivamente por elas constituída.

Ocorre que, diferentemente das formas habituais de se colocar a questão, se trata de trajetórias em toda sua *multideterminação*, o que não significa que elas são 'efeitos' de 'múltiplas causalidades', e sim que sua constituição é *síntese de múltiplas forças sociais* – sendo por isso mesmo irredutível a cada uma dessas forças em particular consideradas enquanto abstração causal. Assim, afirmar que uma trajetória de mobilidade é ascensional e popular, significa que *sua relação com sua classe é transversal*, i.e. que ela perpassa 'verticalmente' ciclos descensionais e ascensionais em relação ao mundo do trabalho;[2] mas que, 'horizontalmente', ela perpassa diversas de suas tradições regionais, valores, esferas relacionais e de socialização com suas respectivas linhas de experiência, e formas de investimento (com eixos de orientação na capitalização cultural e/ou econômica). Por conseguinte, no caso de mobilidade ascensional, as linhas de experiência que emergem desta trajetória tornam seus horizontes de conduta socioeconômica (relação com o mercado de trabalho, com a capitalização econômica, escolar, anseios patrimoniais) distintos daqueles indivíduos (vizinhas, ex-cônjuges, pais, conhecidas) cujas orientações de conduta são negativamente apreciadas como "acomodadas" a sua própria condição – na acepção ao mesmo tempo material e espiritual –, quando não são tais indivíduos na verdade um 'si mesmo' em outro momento biográfico; por outro lado, e indissociavelmente, elas tornam estes horizontes marcadamente estranhos a uma "individualização", a uma realização pessoal que prescinda das relações longamente tecidas, a uma irrestrita identificação com os modos de agir, pensar e sentir de outras classes sociais e à negação de sua trajetória que tais posturas supõem. Um *ethos* ascensional-popular assim delineado não se compreende por meio de dicotomias reificadas – ação tradicional X ação racional, comunicativa X instrumental, *homo reciprocans* X *homo oeconomicus*, etc. –, se é que se pode falar em *ethos* no caso de um horizonte ascensional que se constitui mais propriamente como o amálgama de todo tipo de ambivalências e indeterminações relativas, de linhas de experiência com ênfases volitivas distintas, do que de sua resolução e 'superação' numa orientação de conduta mais ou menos sistemática quanto às motivações, às ações e aos fins, no tempo (no interior de uma

[2] Do trabalho manual não-qualificado ao manual qualificado, em alguns casos deste para o não-manual; do estatuto de "ajudante" e "auxiliar" a profissional ou mesmo técnico, que por sua vez passa a dispor de seus próprios ajudantes e auxiliares; no interior de um mesmo emprego cuja permanência nominal pode ocultar, em função da maior experiência e "confiança" no cargo, a assunção de funções de supervisão e gerenciais, e de autoridade diante de outros funcionários nominalmente semelhantes; da insegurança de subempregos para um posto de trabalho que, embora na base da hierarquia ocupacional e salarial, seja concursado, etc.

mesma biografia) e no espaço (em diferentes contextos). A heterogeneidade de experiências oriundas de uma relação transversal à condição popular, incluindo algumas vezes a oscilação com posições *abstratamente* caracterizáveis como de "frações médias" – de cuja probabilidade nos distanciamos quanto mais nos aproximamos de seus pólos estabelecidos, e do cinturão dominante –, não se resolve em termos "lógicos": sua irresolução e suas irreconciliações fazem parte de um nível mais básico, a existência mesma e sua inerência vivida.

Em termos de 'filiação à tradição', os conceitos-chave de nosso trabalho remetem ao que é algumas vezes referido como sociologia disposicionalista, expressão que embora empregada por um de seus principais proponentes está longe de ser das mais apropriadas – pois obscurece em tal formulação uma proposta bastante complexa e multifacetada, desde o espírito sociológico que lhe motiva, perpassando ao rigor simultaneamente reflexivo e investigativo próprio de um certa atitude intelectual, até o arranjo conceitual que lhe fornece as possibilidades investigativas, e que concebe os indivíduos em sua condição de agentes históricos, historicamente constituídos e historicamente constituintes, cuja estrutura subjetiva é resultante da longa incorporação (difusa ou sistemática, interobjetiva e intersubjetiva) das estruturas sociais sob a forma de esquemas de percepção, apreciação, avaliação, classificação e ação, disposições gerativas pelos quais estes mesmos agentes históricos atribuem sentido a estas estruturas de que ao mesmo tempo derivam, nelas se investindo, e assim lhes co-instituindo. Embora diversos autores poderiam ser pensados como indiretamente associados a tal tradição (Parsons fala em estrutura internalizada de necessidades-disposições [*internalized need-disposition structure*] derivada dos múltiplos sistemas interativo-socializantes no seio dos quais emergem, Elias conjuga historicamente em sua abordagem sociogênese e psicogênese), Bourdieu e Lahire nos fornecem bases conceituais sólidas para nossa empreitada, e sobretudo a atitude que lhe acompanha, a qual, por um lado se distanciando de uma reprodução sem crítica de todo e qualquer arranjo conceitual, por outro não se confunde como uma criação sem método. É assim que os conceitos que utilizamos se relacionam com tal tradição, e podemos estabelecer uma homologia entre: trajetórias/posições, horizontes ascensionais/disposições, linhas de experiência/socializações. E se utilizamos uns e não outros é simplesmente pela *ênfase* que conferimos a alguns de seus aspectos. Por exemplo, especialmente no caso

da noção de horizontes ascensionais, ela é consubstancial ao passado incorporado dos agentes em questão, suas linhas de experiência, no entanto realçando a *expressão prospectiva* que estes esquemas pré-objetivos assumem, enquanto *horizonte de protensões* (Husserl, 1991) que implicam *intencionalidades e expectativas pré-representativas* em relação ao porvir, que lhe antecipam os contornos enquanto um modo de se *temporalizar projetivamente*; e por isso o falarmos complementarmente de projetos socioeconômicos (horizontes-projetos, para utilizarmos mais uma vez a distinção husserliana, 'presentativos'-representativos), os quais constituem a manifestação planificada e tematizada dos horizontes que não obstante pressupõem; os projetos (e.g. o investimento em um concurso público para um cargo de nível fundamental, que representa um patamar de segurança e "estabilidade" que, a despeito do salário mínimo, jamais se dispôs antes pela imersão em ciclos de subempregos sucessivos) apresentam uma determinada forma de reflexividade (que nada possui de escolástica, ou de semelhante às teorias do ator racional) que os horizontes não possuem; ao mesmo tempo, estes horizontes ascensionais estruturam implicitamente as prioridades, afetos e valores que permitem a esta auto-objetivação não desvanecer na completa desorientação na medida em que nenhuma deliberação ou norteamento da conduta ocorrem, ou poderia ocorrer, em um *vazio volitivo e afetivo*, justamente fornecido por esse passado incorporado: nenhum agente possui meios ou referências para deliberar entre determinados cursos de ação (em nosso caso, as economicamente orientadas) a não ser se, *previamente e como condição*, já se importe diferencialmente sobre alguma coisa, ou seja, já se encontre investido motivacionalmente no mundo. (Frankfurt, 1988, 1999) Para citar apenas alguns exemplos retirados de nossa pesquisa, muitos projetos relativos ao mercado de trabalho supõem enquanto horizonte implícito a balizar as ações efetivas: o não-rompimento com uma certa paisagem conformada por lugares, laços e relações integrados num todo significativo e que mantém os agentes no âmbito da mesma cidade, e preferencialmente no mesmo bairro, e seus arredores; ou horizontes que expressem a interiorização de um senso de inferioridade e uma insegurança em face as próprias "capacidades" e que resultam na subutilização do nível de diploma; ou investimentos cuja intensividade ou extensividade requeridas não sejam disruptivas em relação aos projetos do cônjuge, aos quais se entrelaçam, de modo a "ameaçar" a relação mesma que enfeixa, enquanto horizonte, um destino comum, etc., etc.. Sendo estes horizontes consubstanciais ao passado incorporado, não lhe são epifenomênicos, motivando, impelindo e norteando os agentes, inflectindo sobre suas

condutas justamente enquanto horizontes os quais, ao mesmo tempo em que são vislumbrados a partir de um ponto, ou de uma posição, não implicam necessariamente em sua perpetuação, mas na busca por "uma vida melhor", ou em "crescer na vida", ainda que o sentido de tais expressões se diferencie profundamente da negação unilateral do passado, ou do presente vividos (pelo que a referência a uma racionalidade instrumental aqui seria "irracional" do ponto de vista dos agentes mesmos, dos quais o aspecto instrumental da ação é subsumido em motivações, sentidos e fins que, assimilando tal dimensão recursiva, estão longe de a ela se reduzirem, ou serem por elas satisfatoriamente caracterizáveis).

Ainda no que diz respeito à tradição disposicionalista, se Bourdieu foi o autor que melhor explorou o caráter multidimensional das classes sociais, veremos que não mantém a mesma abordagem multidimensional ao abordar a condição popular; se a proposta de uma sociologia em escala individual de Lahire é a que mais sistematicamente explora a pluralidade inerente aos agentes sociais, por sua vez não empenha a mesma sistematicidade ao abordar as classes. Ocorre que, a nosso ver, o conjunto de práticas resultante do encontro entre, de um lado, a "pluralidade de disposições e competências culturais incorporadas", supondo uma "pluralidade de experiências socializadoras", e, de outro, uma "diversidade de contextos" relacionais (Lahire, 2006a), é antes a maneira como uma classe de condições de existência compartilhada por um conjunto de agentes se refrata singularmente a todos e a cada um, de modo que manifesta ela mesma um semblante relativamente geral e relativamente particular conforme suas múltiplas forças de socialização, procedimento que trataremos em detalhe em nosso segundo capítulo. Relegar as classes de condições de existência relacionalmente determinadas, e os habitus que lhe correspondem, simplesmente a construções ideal-típicas de escala 'macro' (Lahire), ou reduzir suas variações individuais a 'desvios' probabilísticos de sua "trajetória modal" estatisticamente objetivável (Bourdieu), é desconsiderar que *a pluralidade também lhe pode integrar a dinâmica interna*, e que sua feição objetivada e subjetivada não se restringe – para o 'bem' ou para o 'mal' – a uma tendência unilateral à homogeneização de um conjunto de agentes e de práticas, mas também, e no mesmo processo, de relativa heterogeneização. O que faz uma condição popular não é *uma* determinada propriedade ou característica particular (e.g. origem social, renda, condições materiais, posição nas relações de produção, ou ainda *um* determinado tipo de cultura ou *um* sistema de valores

específico, ou ainda *um* tipo de conduta); o que faz tal condição, seus agentes, suas trajetórias e seus horizontes ascensionais, é sua multideterminação mesma, a qual consiste na natureza dinâmica da *articulação* entre o leque mais ou menos homogêneo ou heterogêneo conforme o contexto histórico – ou conforme casos distintos dentro de um mesmo contexto histórico – de suas propriedades objetivas, seus traços culturais e suas linhas de experiência, sem se reduzir a nenhum em especial, na medida em que todas essas propriedades e características se entresignificam em seu aspecto vivido, e se entreconstituem umas nas e pelas outras, perfazendo a consistência da vida social mesma.

Ademais, sabemos que tal tradição remonta entre suas influências à fenomenologia: mais ambiguamente em relação a Husserl, de um modo mais crítico com Schütz e a etnometodologia (dos quais o 'subjetivismo' se busca escapar sem recair no 'objetivismo'), e mais diretamente daquela torção existencial de Merleau-Ponty e, mais indiretamente e originalmente Heidegger, cujo projeto filosófico inclui dentre suas intenções justamente a superação da dicotomia largamente cristalizada entre sujeito e objeto a partir de uma relação de inerência mais primordial com o mundo da qual tais conceitos derivam e, ao o fazerem, reduzem a relação dos homens ao mundo a uma relação epistemológica, abstraída do mundo da vida onde se entranha. Não é por acaso que o conceito de habitus no âmbito da sociologia compartilha uma certa intenção de fundo ao programa intermediado pelo conceito de *Dasein* na filosofia (e sua cumplicidade ontológico-existencial originária...). Esta discussão, contudo, nos levaria demasiado longe, e o que dela importa ressaltar é que a mobilização a que procedemos de noções e conceitos da fenomenologia, naturalmente sem recair nas tendências subjetivistas e solipsísticas de seus primórdios, se fará constante em nosso trabalho. Por exemplo, se nos referimos à multideterminação das classes sociais em geral e das populares em particular, e sublinhamos que este caráter lhes é inerente e constitutivo e não uma agregação de 'forças causais' atomizadas, é justamente por referência a seu *nexo existencial*, e por meio da experiência vivida dos agentes sociais. A fenomenologia é a ponte que nos permite perpassar os autores desta tradição sociológica. Assim, se Lahire revela quanto aos conceitos de habitus e campo um nível por assim dizer mais basilar, respectivamente o patrimônio mais ou menos heterogêneo de disposições e competências incorporadas (cuja composição pode ou não se caracterizar como um habitus, lhe abrangendo) e contexto (cuja composição pode ou não se revelar como um

campo, igualmente lhe abrangendo num leque de possibilidades mais amplo), principalmente através da noção de socializações enquanto seu pressuposto (e.g. a conformação de um habitus enquanto sistema de disposições duráveis e transponíveis dependeria da natureza e combinação de suas múltiplas socializações), aquilo que se revelou ainda mais basilar do que as noções de socializações e disposições, e como o pressuposto de ambas, é o conceito de experiência (pré-objetiva), advindo daquela tradição fenomenológica, e por isso falaremos em linhas de experiência que tornam uma socialização de classe possível. Em suma, apenas resgatamos uma referência de fundo. Todos esses usos, contudo, se tornarão claros no curso de nossa investigação, e principalmente em seu termo; afinal, foram em função de seus percalços e suas demandas que foram mobilizados.

Claro que a filiação a uma tradição não implica dogmatismos, e no decorrer de nosso trabalho dialogaremos com as mais diversas áreas (sociologia, economia, filosofia, história,...), na medida de sua pertinência não-contraditória, e não-eclética, pois enfocadas mediante os termos de nossa problemática. Neste sentido, naquilo que diz respeito particularmente à sociologia, a construção de nosso objeto de investigação se posiciona conscientemente de forma refratária a sua pulverização em determinadas áreas e subáreas (como "estratificação social", sociologia econômica, sociologia do trabalho, ou estudos sobre "pobreza", "favela", "desigualdades de oportunidades", de rendimento, educacionais, "raciais", cada um por sua vez com suas 'sub-sub-áreas'), as quais muitas vezes parecem se tatear sem se encontrar, ou se encontrar sem se conhecer, ou a confundir especialização (necessária, para além do diletantismo) com antolhos (vício institucional), e acabam projetando na vida social divisões que correspondem mais a departamentos e subdisciplinas do que à natureza do fenômeno a que se visa investigar, o qual é assim, paradoxalmente, obscurecido. É verdade que a tendência à autonomização das esferas ou 'sistemas' sociais é intrínseca ao que estamos habituados a nos referir por 'modernidade'; entretanto, é preciso lembrar que os agentes sociais atravessam essas distintas esferas e que derivam sua estrutura subjetiva desta heterogeneidade de experiências mesma? Essas colocações não são acessórias em nosso trabalho, visto que a multideterminação inerente à condição popular e às trajetórias que lhe constituem nos é elemento central. Se é verdade que podemos e devemos tratá-la, esta condição, a partir de seus diversos aspectos particulares, e que todos eles são inegavelmente pertinentes e possuem especificidades que demandam esforços especiais

(por exemplo, nosso foco é especificamente a *mobilidade social no seio e nas franjas das camadas populares*) não devemos nunca esquecer que todos os fenômenos em questão são abstrações parciais da vida social que lhes enleia a todos e que a devemos ter em conta, para além de um pano de fundo inconsciente e não-tematizado; e que os próprios agentes e sua relação com o mundo social (sua renda, seu trabalho, sua moradia, seu percurso escolar, mesmo sua religiosidade) 'desobedecem' sem cerimônias a divisão jurisdicional que mobilizamos para compreendê-los.

Temos como fio condutor de nosso trabalho as trajetórias ascensionais-populares no sentido acima destacado, ou seja cuja característica mais importante consiste em sua relação transversal aos meios populares, e que é constitutiva desses meios, e a qual se inscreve na dinâmica a um só tempo ascensional *porém* popular, ou popular *porém* ascensional, de sua trajetória. A *trajetória*, enquanto *devir e temporalidade*, é sociologicamente mais importante do que a referência às suas posições de "origem" ou "destino" (atual) abstraídas de tudo aquilo que está *entre* uma e outra, assim como mais adequada do que a referência a qualquer propriedade objetiva atomizada do conjunto de forças sociais e linhas de experiência que lhe constituem, conjunto do qual cada uma é expressão fracionada e seccionada. Nessas trajetórias, visamos à reconstrução da sociogênese de seus horizontes, do porvir a que apontam, e que pautam e balizam seus projetos e ações economicamente orientadas, seu escopo, sua 'direção' e sua significação existencial mais ampla. Estes horizontes ascensionais, expressando um passado incorporado por meio da pluralidade de linhas de experiência que atravessam a sua classe, apontam e delineiam *um certo futuro* no qual seus agentes inevitavelmente *se projetam* por meio de suas motivações e ações particulares. Este "futuro" evidentemente não é uma 'coisa', um 'lugar', ou sequer uma 'posição' estrutural em particular; mas abarcando 'coisas', 'lugares' e 'posições', as assimila num certo modo de ser, de se relacionar com a vida, e de envolvimento em seus laços.

A natureza de nossa investigação é indissociavelmente teórica e empírica, aliás conforme a tradição sociológica a que se filia. As noções apresentadas nesta introdução são resultado de um longo intercâmbio metodicamente controlado com fontes estatísticas diversas, documentais e, sobretudo, reconstruções biográficas aprofundadas e detalhadas, procedimentos decorrentes da especificidade das questões levantadas. Ao

abrirem caminho a nossa empreitada, tais ferramentas do ofício foram sendo, elas mesmas, gradualmente retificadas, polidas e inter-relacionadas com um grau de articulação não existente de início. Uma hipótese de trabalho não é algo dado desde sempre, e cujos "dados" responderiam "sim" ou "não". Se assim o fosse, ela seria mera curiosidade, e talvez um rudimento bastante superficial de questão. Ela se aprimora na dialética da pesquisa, onde seu caráter inicialmente vago e indeterminado, tateante, se torna aos poucos mais preciso e capaz de desvelar novas relações entre os fenômenos para além da superfície inicial.

Por este caminho teoricamente orientado e empiricamente pavimentado, a estrutura de nosso trabalho se concatena da seguinte forma: no primeiro capítulo postulamos justamente a multideterminação das classes populares e, por conseguinte, destes horizontes ascensionais-populares. Esta perspectiva não se confunde com determinismos (digamos, a 'somatória' do coeficiente de seus 'fatores causais'), tampouco com "indeterminação absoluta" numa espécie de niilismo social, e sim com uma indeterminação relativa pela qual sua definição através da referência *unilateral* a um de seus aspectos (quer de natureza "cultural" ou "material") será necessariamente insatisfatória, assim como apresentará afinidades com *premissas homogeneizantes* em relação à condição popular. A *relação transversal com esta condição*, ou seja 'horizontal' a partir da inserção em suas esferas relacionais (familiar, vicinal, comunitária, amistosa, religiosa,...), e simultaneamente 'vertical' (vínculos capitalísticos, propriedades e condições materiais diferenciais, hierarquizações de prestígio), é *fundamental para a compreensão das trajetórias de mobilidade nos meios populares*.

Em decorrência desta caracterização, no segundo capítulo identificamos um falso antagonismo dominante na sociologia entre classes e singularidade, as primeiras como necessariamente matrizes históricas de homogeneização sociocultural, a segunda como representando os indivíduos em sua irredutibilidade, criatividade e autenticidade, antagonismo que poderia ser resumido nos termos de Levinas (1979), totalidade e infinito, e que remontam aos datados antagonismos entre indivíduo e sociedade, como se estivessem em questão 'entidades' com natureza distinta. Ora, se as classes de condições de existência são *relacionalmente determinadas* elas assim o são, para além da referência exclusiva a sua relação institucionalmente dominada a outras camadas sociais (econômica, cultural e politicamente), também por referência a suas relações

internas que participam da integralidade de sua condição; isso significa que cada indivíduo ocupa em suas cadeias de relações de interdependência um lugar único (Elias, 1991), compartilhando atributos e aspectos relativamente comuns a seus membros (uma maior ou menor privação material, uma relação ao mundo do trabalho tão mais precarizada e insegura na medida de sua descapitalização econômica e cultural, uma determinada constelação cultural em que predomina o valor conferido a família e ao trabalho), e relativamente singulares (sua morfologia familiar, a maior ou menor heterogeneidade das propriedades, trajetórias e tradições regionais de seus membros, a especificidade da morfologia da vizinhança e da 'comunidade' em que se está inserido, influências diferenciais dos laços conjugais, pertencimento religioso e circulação por suas denominações), que contribuem *concomitantemente* para uma homogeneização e uma heterogeneização, em suma para que uma trajetória expresse e participe de sua classe de modo concomitantemente geral e singular, em função da escala de análise que se resolva adotar, e que aliás tacitamente já adotamos. Dessa maneira, nossa via investigativa se torna viável justamente pelo recurso teórico-metodológico às múltiplas socializações como dispositivo de mediação entre as classes e as motivações e anseios socioeconômicos, nos permitindo o deslocamento entre propriedades gerais (origem social, capital econômico, nível de diploma, ocupação, etc.) e suas concatenações particulares. Cada uma destas "variáveis" é reconstruída em função de nossos propósitos enquanto *variações existenciais* de modo que cada uma delas pode enfatizar uma escala de análise por assim dizer 'macro' ao identificar os agentes sociais a uma determinada condição, lhes apontar uma balística ascensional de determinado tipo, atributos gerais relativamente homogêneos, e, ao mesmo tempo, cada uma destas mesmas "variáveis" pode ser também enfocada em função de como é vivenciada por cada um dos agentes investigados (fazendo variar a lente focal uma origem social significa um conjunto de influências familiares e comunitárias particulares, o nível de diploma significa além de seu caráter recursivo a imersão num universo de linhas de experiência com suas forças próprias, a ocupação denota uma certa relação com o mundo do trabalho, as expectativas daí engendradas, etc.): estes fatores não somente designam uma trajetória como de "imobilidade" ou "mobilidade" de acordo com suas propriedades objetivas e com sua "origem" e "destino" ocupacionais; eles apontam para uma determinada atitude perante a vida, com suas asperezas, realizações, anseios, frustrações, contradições internas, e por conseguinte para a necessidade agencial de construção de uma identidade narrativa (Ricoeur, 1980) que, longe de revelar uma

‘biografia já dada’ e coerente, co-participa da tentativa de conjunção entre aspectos particulares e uma condição geral. Como mencionamos acima, o mais importante é que estes elementos não são ‘agregados’ a partir ‘de fora’ à objetividade de uma trajetória ascensional: eles estão inscritos na própria natureza do fenômeno a ser investigado. O corolário metodológico destas constatações é que a compreensão sociológica das trajetórias ascensionais-populares e de seus horizontes de motivação e ação, em outras palavras não somente a compreensão do que seus agentes ‘são’ ou ‘fazem’ mas também dos horizontes a que apontam, em razão de sua multideterminação e das mediações pelas quais seus agentes vivenciam e atravessam sua condição, necessita de uma variação nas escalas de análise, não no sentido de articular formas de explicação parciais, porém, na medida em que cada lente revela aspectos e pertinências distintas, precisamente no sentido de compreender mais plenamente a forma parcial em questão. (Lepetit, 1993) Em outras palavras, a variação da lente focal no interior das mesmas “variáveis” tradicionalmente mobilizadas para a análise da mobilidade social não é um fim em si mesmo, e antes um procedimento metodológico que nos permite melhor interpretá-las sociologicamente.[3] Por conseguinte, se os horizontes e projetos socioeconômicos investigados são multideterminados, isso quer dizer que sua conformação resulta das múltiplas mediações socializantes por meio das quais sua condição assume sua face vivida para si (suas forças de coesão, seus conflitos, seus engajamentos), com suas forças de variação de uma condição geral que os revestem de uma fisionomia simultaneamente, e sem contradição, singular.

Em seguida, variando a escala de análise para um enquadramento histórico-estrutural, perscrutamos as condições de possibilidade ascensional para os meios populares na periferia do capitalismo. Destacamos que no decurso de todo o século XX o legado escravagista se apresenta como força de capitalização de nosso processo modernizador por meio da perpetuação intergeracional de clivagens existenciais mundialmente paradigmáticas; destacamos ainda a dupla subordinação local-mundial a que estão submetidas as camadas populares periféricas como resultado da funcionalidade assumida na divisão internacional do trabalho e, por conseguinte, a morfologia precarizada do leque ocupacional objetivamente disponível à (semi)periferia

[3] Argumentando acerca das premissas e finalidades das abordagens da micro-história, J. Revel nos salienta que “a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama.” (1998, p. 20)

do capitalismo mundial; e, enfim, a heteromorfia econômica, social e territorial de seus vínculos aos setores dinâmicos de acumulação comparativamente às formações sociais situadas nos eixos centrais do processo de mundialização. Da mesma forma, destacamos as flexões histórico-estruturais desta condição periférica em décadas recentes, as quais nos permitem a identificação de uma confluência de forças históricas de natureza diversa, tais como: a expansão do sistema de ensino e sua irradiação diferencial aos meios populares; o afluxo feminino ao mercado de trabalho; a reestruturação produtiva a e transição do dinamismo setorial com impactos na composição da PEA e no PIB; os imperativos de acumulação flexível e a subsequente retomada de um neodesenvolvimentismo flexível; a geração massiva de postos de trabalho no cinturão dominado e o 'gerenciamento' estatal de patamares de segurança existencial para as frações mais vulneráveis das classes populares, entre outros fatores de ordem demográfica e cultural. Tais flexões em décadas recentes possuem temporalidades distintas porém confluentes naquilo que diz respeito a nossa problemática, nos permitindo estabelecer a emergência de um espaço geracional de possibilidades para as novas gerações das camadas populares, espaço que não se limita a um intervalo etário ou a uma coorte particular pois impacta as sucessivas gerações por um período incalculável. Trata-se de flexões no interior da dinâmica estrutural vigente na maior parte do século XX, as quais não lhe estabelecem nenhuma ruptura, pelo contrário, expandem suas teias sistêmicas a imensos contingentes populares que, desde sempre insumo humano à modernização periférica, passam no entanto a dispor das condições sociais de possibilidade para a formação de projetos socioeconômicos eficientes do ponto de vista dos requisitos capitalísticos, os quais objetivamente possibilitam a formação de horizontes com fisionomia efetivamente ascensional. Seu espaço de possíveis ascensionais, no entanto, permanece típico da periferia do capitalismo, com a prevalência de "oportunidades de mobilidade" de escopo consideravelmente constrito, resultante da complexificação de uma economia de serviços marcada por uma massa de (sub)empregos com seus vínculos precários, alta rotatividade, baixa relação salário/produtividade, e um crescente agonismo concorrencial que torna a capitalização cultural um imperativo incontornável para este 'funil estrutural', ainda que crescentemente incerto em suas garantias.

Partindo dessas aquisições, em nosso quarto capítulo retornamos a lente analítica para o nível da experiência vivida, e tentamos delinear o que significa, ao nível

agencial, tais condições sociais de possibilidade para uma projeção e ação socioeconômicas "racionalmente" orientadas segundo os requisitos capitalísticos. Mais ainda, tentamos estabelecer parâmetros para a seguinte indagação: o estabelecimento de uma recursividade econômica e escolar mínimas, e de solos básicos de segurança existencial, enquanto *condições necessárias*, são em si *suficientes* para a compreensão sociológica da natureza de tais projetos socioeconômicos e os horizontes ascensionais a que assinalam? A caracterização destes projetos, enquanto elo da motivação à ação, como projeções existenciais no sentido de envolverem a completude do engajamento humano em toda aquela multideterminação nos leva a responder pela negativa. A sociogênese de seus móbeis mais profundos, para além dos fins parciais e pontuais (aquisição da casa própria, automóvel, aprovação em um concurso público, emprego com carteira assinada, reajuste salarial, a aventura em um microempreendimento a partir da capitalização em cursos técnicos e da clientela acumulada), demanda a reconstrução de suas trajetórias nas mais diversas esferas da vida, de fato conforme aqueles fatores elencados no segundo capítulo e que nos permitem acessar a positividade experiencial e semântica envolvida para além da 'superação da necessidade' e da racionalização da conduta.

Nos três capítulos seguintes, e pressupondo todo o caminho investigativo percorrido até aqui, inclusive nossas variações na lente analítica, buscamos cartografar as linhas de experiência, derivadas das múltiplas forças de socialização identificadas nas trajetórias pesquisadas, que participam da sociogênese de seus horizontes e projetos, ou seja, dessa projeção existencial que é o nexo vivido de suas motivações, investimentos e ações particulares. Suas múltiplas e polissêmicas influências (o envolvimento com a localidade, o entrelaçamento da sociabilidade familiar às cadeias relacionais comunitário-vicinais, seus conflitos e aberturas, suas formas de exemplaridade, uma relação variável com o tempo, a socialização escolar, a inserção precoce ao mundo do trabalho e a centralidade do trabalho como via de autonomização moral, a experiência advinda dos ciclos de micromobilidade no cinturão dominado, a experiência religiosa e sua inerência ao momento biográfico, etc., etc.) são, todas elas, estruturantes de uma topografia implícita dos horizontes ascensionais-populares. Em grande medida, o relevo desta topografia é feito de experiências com densidade concêntrica, ou seja que recobrem a família, a vizinhança, a localidade, e o presente de uma certa vivacidade que é tanto mais forte pelo fato de os agentes não a presenciarem apenas 'após' já

plenamente constituídos em sua individualidade; esta densidade participa intimamente da formação de sua subjetividade, de seus anseios, expectativas, projetos e os enreda a uma certa paisagem vivida cuja força deriva de se estar nela e, ao mesmo tempo, d'ela estar em si, e de este entrelaçamento resulta um conjunto de prioridades *intrínsecas* a suas orientações de conduta. Contudo, neste relevo de experiências populares, muitas delas apresentam aberturas, fatores disruptivos e conflitos muitas vezes sentidos como insuportáveis, além de uma série de forças de subjetivação (escolar, religiosa, laboral, lúdica,...) portadoras de múltiplos eixos de referência (linguística, simbólica, normativa, em termos de requisitos e expectativas relacionais) para além daquela vivacidade primeira. E não é por uma ou por outra dessas tendências socioculturais que as trajetórias em foco, e o devir a que se abrem, se define: é por sua interpenetração mesma, condição social de possibilidade para o fulgor de um *ethos* ascensional-popular. Esta constituição subjetiva, veremos, possui uma marcada afinidade aos limites estruturais presentes à condição popular na (semi)periferia do capitalismo, os interiorizando como móbeis de sua própria motivação e inclusive de consagração de uma narrativa identitária; ao mesmo tempo, a adesão a determinadas formas de dominação historicamente sedimentadas muitas vezes se encontra menos em seu próprio seio do que naquilo que elas envolvem, e nelas se envolvem, porquanto a esta condição se adere um conjunto de laços e engajamentos que, se não anulam tais limites, neles os agentes empenham tudo aquilo que lhes importa verdadeiramente.

PARTE I

CLASSES POPULARES, TRAJETÓRIAS

1 A multideterminação existencial das classes populares e de seus horizontes ascensionais

"Miserabilismo" e "populismo": da unilateralidade à homogeneidade. Instabilidade ocupacional e oscilação posicional. Embora acentuada contemporaneamente, tal heterogeneidade sempre se fez presente em sociedades modernas ainda que (semi)periféricas (exemplo dos casos brasileiro e italiano). O presente como desdobramento contendo transformações históricas de novo tipo. "Individualização"? "Autoafirmação"? Estratificação vertical. Mediações horizontais. Transversalidade e a multideterminação subjacente ao mundo popular. Multiplicação das relações, não sua dissolução. Multideterminação (indeterminação relativa) X indeterminação absoluta. O caráter constitutivo da complexidade relacional. As classes como condições existenciais relacionalmente determinadas. A multideterminação como o único modo de compreender a constelação de projetos ascensionais no Brasil contemporâneo. Frações populares: a extensão analógica da estruturação horizontal às camadas dominadas. A heterogeneidade interna a cada camada social possui uma sistematicidade que lhe é própria e a qual a distingue de todas as outras.

A investigação sociológica acerca das *trajetórias populares ascensionais* sob a perspectiva dos *horizontes concernentes a esta mobilidade* implica, com vistas a nos libertar de equívocos e mal-entendidos mais do que corriqueiros, um esforço de esclarecimento e precisão semântica relacionado ao uso de determinados conceitos os quais não podemos simplesmente pressupor. Se utilizamos um e outro é preciso vinculá-los com necessidade lógica às noções, de um lado, de classes populares – na medida em que versamos sobre *trajetórias de classe* – e, por outro, de *horizontes ascensionais* enquanto enquadramento vital e fundo experiencial a partir do qual, mas também sobre o qual, determinadas *projeções existenciais*, o que definimos como *projetos*, manifestam sua razão de ser. Este capítulo é dedicado precisamente ao primeiro caso em que, nos desvencilhando dos simplismos que impregnam a noção de 'popular' em suas dimensões objetiva e subjetiva, derivados principalmente das distintas apropriações e disputas políticas pela imputação de seu sentido, postularemos sua *essencial multideterminação*. Isto significa dizer que qualquer tentativa de reduzir as trajetórias em foco a um aspecto unívoco (à 'cultura popular' em sua 'autenticidade' ou, em registro oposto, a remissão de sua dimensão simbólica à mera transfiguração de uma relação subordinada, caracterizada apenas pela falta, i.e. pela negatividade) se calca sobre um mesmo equívoco: a unidimensionalidade e suas implicações homogeneizantes. Este primeiro passo nos fornecerá um enquadramento necessário para que nos capítulos subsequentes possamos investigar as micromobilidades assim como

os horizontes ali inscritos em sua consistência sociocultural própria, envolvendo uma micropolítica subjetiva que sintetiza a heterogeneidade de entrelaçamentos por que estes percursos se constituem e, ao mesmo tempo, o caráter constitutivo desta heterogeneidade. Somente assim poderemos reconstituir aquela constelação de anseios e expectativas ascensionais em toda sua significação existencial, na qual a posição estruturalmente dominada (econômica, política e simbolicamente) está presente por todos os lados, se bem que é por todos eles excedida.

1.1 Os pressupostos da univocidade da 'cultura popular': do unilateralismo à homogeneização

Um estudo no qual esteja implicada a interpretação dos sistemas simbólicos nos meios populares corre o risco, de modo tão mais recorrente quanto inadvertido for, da abordagem unilateral e redutora, aliás compartilhada por pressupostos e paradigmas em aparência antagônicos. É revelando esta dificuldade que ao definir o que entende por *working class*, particularmente a inglesa sob a influência da indústria cultural na primeira metade do séc. XX, Richard Hoggart nos adverte: "é preciso, desde o início, estar atento contra os decalques que expõem o observador a exagerar tanto as qualidades 'maravilhosas' da cultura popular de outrora quanto sua 'degradação' atual. Estas duas formas de exageros complementares tendem ademais a se reforçar mutuamente por um efeito de contraste."[4] (1970, p. 38) Seguindo-lhes a influência, esclarecem com especial pertinência para nossos propósitos Jean-Claude Passeron e Claude Grignon (1989) que esta seria uma tendência imanente aos discursos antropológico e sociológico, inevitavelmente perpassando quaisquer trabalhos sobre cultura e classes populares (quer entre a diversidade de autores ou variando no interior de um mesmo pensamento) e, de fato, cada modalidade de discurso disciplinar possuiria sua respectiva tendência predominante na construção de seu objeto e na correlativa seleção de seus métodos. A lente culturalista, cujas raízes se estendem à tradição romântica sobretudo alemã, possui o mérito de restituir aos agentes sociais, seja no caso daqueles pertencentes a sociedades tradicionais ou a complexos culturais marcados pela alteridade, seja aos grupos sociais dominados no seio da própria sociedade em questão,

[4]Esta assim como todas as outras traduções realizadas no transcorrer deste trabalho são nossas, salvo indicação contrária.

a *plenitude hermenêutica* de sua produção simbólica. Ao evitar os vícios do etnocentrismo – inter ou intrasocietário –, o relativismo cultural presente nesta abordagem retira da inferioridade, da ausência de sentido, da precariedade e, no limite, do miserabilismo a interpretação do conteúdo semântico-cultural de grupos ou sociedades que, desta forma, são considerados em sua autenticidade, autosuficiência e coerência interna, em suma, em sua capacidade de produção de sentido para a vida que não se reduza a simples reflexo distorcido de uma situação de dominação, da interiorização passiva de valores e quadros de referência dominantes ou ainda pela marca de um intrínseco *não-ser*, investido não mais do que pela *falta* (em relação àquilo que, acredita-se pela força do modelo adotado, deveriam ser). Evita-se assim reproduzir no campo da significação erudita um laço de subjugo já existente nas relações sociais (e.g. colonialismo, dominação de classe), violência simbólica cujo discurso acadêmico materialista não deixaria ele mesmo de performar ao supostamente descrever "[...] ao deixar falar em suas frases o discurso social do gosto dominante". (Ibid., p. 141-142) Ao romper epistemologicamente com o etnocentrismo mais tradicional, entretanto, o relativismo cultural apenas seria um recurso interpretativo inteiramente adequado no caso de sociedades tradicionais completamente afastadas das relações sociais e culturais com a sociedade do pesquisador, quer dizer efetivamente isoladas enquanto "pura alteridade" cujo sistema cultural seja *de facto* autônomo em sua produção e circulação simbólicas. Escusado lembrar de que não é de modo algum o caso de formas de cultura popular que se constituem de alto a baixo pelo seu enlace a uma configuração societária mais ampla. Isto significa que sua *poiesis* está inextricavelmente vinculada a relações de dominação, exclusão (que é *vivenciada* enquanto tal) e distribuição desigual de recursos escassos assim como a sensos interiorizados de legitimidade cultural hierarquicamente reconhecidos e institucionalizados, de modo que, como corolário, "[...] os efeitos destas relações estão inscritos na significação mesma do objeto a descrever." (Ibid., p. 35) Sobre este aspecto, enfatizam os autores, "o relativismo cultural que faz justiça aos contrasensos acerca do sentido das culturas colonizadas ou longínquas, inspirados ao colonizador ou ao 'civilizador' por sua ignorância da realidade das sociedades estrangeiras, faria aqui *injustiça interpretativa* às classes populares ao escolher ignorar na descrição de sua cultura aquilo que não é jamais relativizado nem relativizável na realidade de sua condição, à saber a existência sempre próxima e íntima da relação social de dominação que, mesmo se não está continuamente em ação em todos os atos de simbolização efetuados em posição dominada, lhes marcam culturalmente, ainda que

pelo estatuto que uma sociedade estratificada reserva sempre às produções de um simbolismo dominado. O estatuto social de um objeto simbólico faz parte da definição completa de seu sentido cultural. O *parti pris* populista pode banir este princípio desagradável de suas descrições, não da realidade." (p. 23, grifo no original)

Dado o que já argumentamos e detendo a virtude de restituir os elementos culturais de um determinado grupo social ao sistema de relações de que faz parte e do qual sua significação extrai seu *nexo existencial*, logo não podendo ser abstraída sem fazer violência com a realidade, a alternativa "materialista" já deixara vislumbrar suas próprias vicissitudes. Aqui o risco é oposto se bem que complementar em sua unilateralidade, desta vez através da construção do objeto (sistemas culturais populares) por meio da derivação de sua realidade última ou exclusiva a partir da posição hierarquicamente dominada em que se insere no tecido de uma sociedade estratificada. Se estes ecos ressoam uma determinada utilização do materialismo histórico, os autores sugerem como atualização desta tendência em maior ou menor grau conforme o caso teorias sociológicas mais recentes e, neste caso, a sociologia bourdieusiana, no limite de alguns de seus aspectos, não deixa de aparecer como alvo potencial destas críticas: "o limite da teoria da legitimidade, é que ela não pode, no momento mesmo em que ela objetiva o arbitrário da cultura das classes dominantes, ao descrever as relações de força que fundam sua legitimidade na transmutação das relações de força que estas são capazes de impor, descrever positivamente o arbitrário das culturas dominadas, quer dizer *descrever em todas as suas dimensões simbólicas aquilo que é e funciona ainda como cultura mesmo quando se trata de culturas dominadas*. Um passo a mais na reivindicação do monopólio descritivo, e a teoria da legitimidade cultural desliza por sua vez para uma negação de sentido; *as práticas e os traços culturais das classes populares se encontram privados do sentido que eles mantêm em seu pertencimento a um sistema simbólico quando o sociólogo enuncia como exclusivo o sentido que eles mantêm em referência a uma ordem cultural legítima* [...]." (p. 36, grifos meus) Em suma, se por um lado as investigações orientadas implícita ou explicitamente pelo relativismo cultural portam consigo, em desdobramento possível, os flertes com o "populismo" ocasionado pela desconsideração ou secundarização das relações de dominação que configuram uma sociedade estratificada, precisamente nas quais, por necessidade conceitual, se produzem significações culturais *populares*, sua contraparte e risco latente, no seio das interpretações sociológicas materialistas, se situaria no

"legitimismo", i.e. na caracterização das manifestações culturais de agentes sociais situados em uma posição socialmente dominada e suas diferenças constitutivas enquanto equívocos, desvios, erros, distorções, privações dos códigos corretos ou apropriados além dos sentimentos de vergonha ou culpa daí decorrentes, em uma palavra em "menos-ser" em relação à cultura legítima – supostamente unívoca, onipresente e exclusiva – destituindo-lhes de tudo aquilo que a ela não se relacione enquanto negatividade; e, em caso extremo, no "miserabilismo" que opera a transmutação da privação material em miséria simbólica. (Ibid., p. 34-37) Em ambos os casos, temos que: i) a *unidirecionalidade* do vetor das premissas sócio-ontológicas (substancialismo X relacionismo) reforça, pelo efeito de sua oposição, o estímulo à conformação de um equívoco interpretativo associado à ii) homogeneidade cultural das classes populares. Todavia, mais nos aproximamos de uma análise das frações populares *do ponto de vista que aqui nos importa*, ou seja em termos de *variação* em seus modos de ver, pensar e sentir economicamente orientados (relativos à poupança e à gestão orçamentária, ao investimento educacional e profissional, às aspirações à mobilidade ocupacional, etc. em suas conexões internas resultando em um todo existencial irredutível, inclusive em suas contradições que são *constitutivas*), assim como das *linhas de tensão* geradas pelos possíveis desajustes e contraforças entre estas estratégias e a estrutura sociopsíquica de seus agentes (mal-estar, desencontro com as novas possibilidades de realização pessoal concomitante, por outro lado, a um distanciamento crítico em face à própria origem social, ambivalência das condutas), tanto mais somos impelidos, pela força dos obstáculos com que nos deparamos, a colocar as coisas de outro modo. Na medida em que *nossa proposta consiste em inquirir estes horizontes e projetos socioeconômicos em sua multideterminação, não obstante sem abstraí-los da realidade socialmente estratificada na qual se situam*, é preciso interrogar os limites, na lide teórica e empírica, de determinadas concepções acerca do mundo social como, por exemplo, aquela que se expressa no seguinte tipo de argumentação: se há algo que objetivamente tenderia a equalizar os agentes sociais dos meios populares, este algo não seria senão a homogeneidade de suas condições objetivas de existência e de sua correlativa posição dominada na estrutura social, posição a que, por cumplicidade ontológica, corresponderiam determinados esquemas disposicionais e simbólicos – ou, se preferirmos, formas de consciência – e condutas ajustadas à reprodução da estrutura de que são produto. *A fortiori*, ainda de acordo com esta visão, seria precisamente no que diz respeito às práticas econômicas das classes

dominadas que com maior intensidade atuariam as urgências da privação material e do *hic et nunc* no sentido da homogeneização. *Mas haveria a possibilidade de recolocar a questão de outro modo?* Como falar em classes populares, ao mesmo tempo mantendo não somente a positividade semântica de seus constructos subjetivos mobilizados em face ao sistema econômico como, mais ainda, dando conta da variabilidade interna a seus traços sem deixar de vinculá-los, pela própria singularidade de suas modulações, ao espaço existencial que ocupam no tecido social? Essas questões compõem um desafio incontornável se, como é nosso caso, desejamos compreender os horizontes ascensionais expressos por estas camadas naquilo que possuem de essencial.

Neste sentido se nos impõe a observação de que o autor que mais investiu na compreensão do caráter multidimensional das classes sociais, Bourdieu, analisa com complexidade interpretativa díspar os distintos estratos sociais, os quais tendem à simplificação e à homogeneização conforme nos aproximamos dos meios populares. A princípio, o autor explicita a existência de frações de classe se complexificando *ad infinitum* quando se trata dos estratos dominantes e médios (literalmente no plural) em função do volume global e da composição de seu capital (cultural por um lado, econômico por outro),[5] assim como no interior mesmo de cada fração em função de uma multiplicidade de variáveis "secundárias" e suas incontáveis articulações possíveis como: sexo, idade, religiosidade, etnia, origem e pertencimento regional, etc. Nesta construção teórica, as relações dialéticas entre as chamadas "variáveis dependentes" (e.g. os juízos estéticos, políticos, os estilos de vida) e as "independentes" (origem social, volume e estrutura do capital, trajetória, associados à infinitude de atributos secundários particulares), caso consideradas *partes extra partes* ou, avançando o procedimento analítico, artificialmente isoladas umas das outras e abordadas autoreferencialmente, tenderiam a "dissimular" a "causalidade estrutural de uma rede de fatores" subjacente a cada uma das variáveis em particular. Por meio desta complexa "estrutura de fatores" se exerceria um peso (diferencial conforme o caso) de cada variável sobre todas as outras, de modo que a força do conjunto atuaria inextricavelmente em cada uma e em todas elas (e.g. a origem social influenciando o modo como o gênero se manifesta, a trajetória e a posição no espaço social se

[5] De acordo com o autor ambos seriam os principais em sociedades modernas, em suas diversas subespécies, embora com frequência o capital social se revele importante instrumento de reconversão ou reprodução. Por sua vez o capital simbólico, por presente que seja, apenas assumiria proeminência em sociedades tradicionais.

expressando em tipos de "envelhecimento" diversos, a categoria socioprofissional na verdade como um indicador de uma condição de existência mais ampla da qual é tão somente expressão, etc.). (1979, p. 112-121) É desta maneira que, para Bourdieu, "a classe social não é definida por uma propriedade (que se tratasse da mais determinante como o volume e a estrutura do capital) nem por uma soma de *propriedades* (propriedades de sexo, idade, origem social ou étnica – parte de brancos ou negros por exemplo, indígenas e imigrantes, etc. –, de salários, de nível de instrução, etc.) tampouco por uma cadeia de propriedades, todas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental (a posição nas relações de produção) em uma relação de causa a efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura de relações entre todas as propriedades pertinentes as quais conferem a cada uma delas e aos efeitos que elas exercem sobre as práticas, seu valor próprio." (Ibid., p. 117-8) No entanto, é justamente no momento de estender este instrumental teórico às camadas populares que o espaço social construído pelo autor (p. 140-141) opera uma anulação de sua complexidade horizontal (i.e. relativa à composição do capital e suas respectivas diferenças internas e estratégias de reconversão), mantendo somente sua unidimensionalidade vertical (indicando seu volume global, enquanto classe dominada definida essencialmente pela *falta* nesta geografia agonística), o que resulta em uma caracterização exclusivamente negativa.[6] Na construção relacional deste espaço social, no qual além das posições os habitus a elas correspondentes seriam relacionalmente determinados, estas classes seriam descritas em termos da precariedade de suas propriedades essenciais (materializadas pelas distintas formas de capital, principalmente cultural e econômico) e seu estilo de vida como *em si*, por aquilo que *não é*, ou, nas palavras do próprio autor, "que não é definido como tal senão negativamente, pela falta [par défaut], pela *relação de privação* que ele entretém com os outros estilos de vida" (Ibid., p. 200, grifos no original). E esta *problemática diferença de complexidade interpretativa conforme os distintos estratos sociais* se torna ainda mais nítida quando expressa nos seguintes termos: "a proposição fundamental que define o habitus como necessidade feita virtude não se revela jamais com tanta evidência quanto no caso das classes populares porquanto a necessidade recobre precisamente para elas tudo aquilo que entendemos de

[6] Em determinado momento do trabalho em questão – *La distinction* (1979), dentre suas obras a que melhor expressa o ponto em consideração –, o autor menciona as dificuldades dos "dados disponíveis" (Ibid., p. 129, nota 27) inviabilizando a pesquisa das diferenciações no seio das classes populares. Todavia, ao longo deste como de inúmeros outros trabalhos o autor teoriza *a contrario*, anulando esta possibilidade mesma.

ordinário por esta palavra, quer dizer a inelutável privação dos bens necessários. A necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, assim, de aceitação do necessário, de resignação ao inevitável, disposição profunda que não é de modo algum incompatível com uma intenção revolucionária, mesmo se ela confere sempre a esta última uma modalidade que não é aquela das revoltas intelectuais ou artísticas." (Ibid., 433)

De particular relevância para nossa problemática é a apropriação deste *modus operandi* conceitual por Jessé Souza, como na ocasião de sua obra dedicada à descrição sociológica das condições existenciais da "ralé estrutural" (2009) em que há uma evidente homologia entre sua crítica ao "liberalismo economicista" vigente no Brasil moderno, enquanto hegemonia conservadora, e os pressupostos sócio-históricos, apontados por Bourdieu alhures, subjacentes ao modelo antropológico ahistórico e pretensamente universal mobilizado pelo pensamento econômico ortodoxo. Souza se refere à "visão distorcida do mundo" difundida por todo o tecido social, desde os meios de comunicação *mainstream* aos debates públicos e à academia, em que a sociedade seria representada como se constituída "por um conjunto de *homo oeconomicus*", atores racionais em livre competição por recursos escassos compartilhando igualmente a mesma estrutura psicossocial de "autocontrole", "autodisciplina" e "pensamento prospectivo" assim como a mesma construção identitária caracterizada pela interiorização, desde a infância, da valorização afetiva parental e o subsequente estímulo não apenas à entrada na ordenação competitiva do capitalismo, mas para a constituição de um sentido para a conduta na vida social, enfim um mundo onde "o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média." (Ibid., p. 17; 45-46) Por conseguinte, o foco do autor se direciona aos "fatores não econômicos da desigualdade", herança oculta e não obstante diferencialmente presente nas classes médias e altas através dos mecanismos de "identificação afetiva", espontânea, difusa, cotidiana e pré-reflexiva, gerados pela socialização familiar e cujos pressupostos seriam universalizados pelas representações comuns ou eruditas para todas as classes a despeito da dissimilitude entre suas "condições de vida". Esta força de atuação do social, invisível e não tematizada por aquele senso comum liberal-conservador, seria de grande significação por envolver "a transferência de 'valores imateriais' na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo", de modo a torná-los legítimos pela

ideologia do "mérito individual", *pari passu* imputando aos próprios indivíduos assim atomizados a responsabilização por seus "fracassos". (Ibid.) E assim como na década de 1960 na sociedade argelina, através da incompatibilidade entre as novas exigências de uma ordenação social capitalista colonialmente imposta e os esquemas disposicionais tradicionais dos camponeses kabilas, Bourdieu havia destacado a historicidade requerida à conformação de disposições e condutas econômicas "racionais" do ponto de vista capitalístico, Souza contrasta a formação das disposições socioeconômicas da "ralé estrutural" às demandas estruturais do capitalismo contemporâneo periférico. Sua definição, correta em sua argúcia e radicalidade ao romper com um torpe senso comum hegemônico inclusive no próprio "pensamento social" do país onde sua propagação parece ganhar não mais do que sistematicidade, equívoca no simplismo homogeneizante e na negatividade unilateral, possui como exclusivo critério a precariedade: "o processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação." (Ibid., p. 21, grifos no original) Assim, o que se perpetuaria no tempo e no espaço equivalendo a aproximadamente um terço da população do país, seria "uma gigantesca 'ralé' de inadaptados às demandas da vida produtiva e social modernas, constituindo-se numa legião de 'imprestáveis', no sentido sóbrio e objetivo deste termo", destarte condenados à marginalidade econômica, moral, política e social. (2009, p. 22; 2003, p. 178-184) De acordo com esta concepção, a esta classe corresponderia o não menos unilateralmente negativo conceito de "habitus precário",[7] fenômeno circunscrito em sociedades centrais e massificado em sociedades periféricas como o Brasil. Se o "habitus primário" busca caracterizar as condições racionais compatíveis com as demandas sistêmicas, uma equalização sociopsíquica e moral transversal a todas as classes operando como base moral da moderna noção de "cidadania" e da igualdade jurídica, fundamento de toda diferenciação posterior ("habitus secundário"), por outro lado a ausência destes suportes

[7] Para Souza, portanto, os agentes sociais seriam compostos e formados por uma "pluralidade de habitus". (2003, 164-178) Todavia, não podemos deixar de observar que, a rigor, isto é incompatível com o conceito de habitus na medida em que sua especificidade está precisamente no caráter de gramática ou matriz gerativa de práticas as mais diversas, a qual sistematizaria justamente por seu caráter de "princípio" englobante e totalizante um conjunto mais ou menos disperso de disposições incorporadas. Quer dizer, é possível nos referirmos a uma pluralidade de disposições, não de habitus, a não ser que do conceito só mantenhamos a grafia ou lhe modifiquemos por completo a acepção.

em larga escala nas sociedades periféricas estaria associado, vimos que para muito além da desigualdade econômica, a uma valorização diferencial entre os homens assim subdivididos em termos de super X subcidadãos, o que resultaria "na constituição de um habitus marcado pela precariedade". (2003, p. 166-175 *passim*) Em consequência, de uma análise perspicaz deslizamos tendencialmente em direção a uma sociologia da falta que, por uma espécie de contradição performativa diante de seu próprio sentido teórico, parece reproduzir por outros meios a mesma violência simbólica que busca cientificamente objetivar.

Instabilidade ocupacional e oscilação posicional

Ora, ao mantermos tal economia conceitual na compreensão das classes populares nos tornamos passíveis aos riscos de reinserir sob outras formas, às vezes de modo contraditório, aquilo que nas grandes linhas recusamos. Assim, é o próprio Bourdieu quem retrata em outros trabalhos (e.g. 1946, 1977) importantes distinções no interior das camadas populares da sociedade colonial argelina acerca da adesão diferencial à racionalidade econômica de tipo capitalístico e das modalidades de ação que lhes são correspondentes. Neste caso, o autor distingue o subproletariado kabila, por demais preso às urgências do presente e à instabilidade material cotidiana, dais quais resultaria uma conduta "desorganizada" em tudo incompatível à construção e gestão de um "plano de vida" em função de aspirações realistas e submetidas ao cálculo e à previsão, das frações populares estabilizadas ou ascendentes cuja regularidade profissional e salarial vinculada a uma maior escolarização possibilitariam e mesmo estimulariam tal sistematização da conduta em termos de um projeto de vida economicamente planificado. *Mutatis mutandis*, a inicial desconsideração da heterogeneidade subjacente à composição das classes populares leva Souza a discorrer em pesquisa posterior (2010) sobre a emergência de uma "nova classe trabalhadora" composta de "batalhadores" que, oriundos precisamente daquela "ralé", se associam à nova configuração econômica pós-fordista em que o capital financeiro estabelece sua hegemonia. Entretanto, esta recente configuração possui no Brasil, não anos, mas já mais de duas décadas e, independentemente disto, houvesse tal complexidade desde o início sido assinalada compreenderíamos que *os indivíduos pertencentes aos meios populares tendem a circular entre estes espaços sociais*, quer pelo polimorfismo

econômico, cultural e ocupacional de suas redes de frequentação e identificação intersubjetivas (familiar, amistosa, religiosa, profissional, etc.) constituídas por uma apropriação desigual de recursos econômicos e culturais (contrastando vizinhos de uma mesma favela, amigos e – inclusive em suas ressonâncias afetivas – parentes no seio de uma mesma família), quer através da trajetória de um agente social perpassando, constituindo (e se constituindo por) estes horizontes e espaços de possibilidades variáveis em distintos momentos no interior de uma mesma biografia.

Simone, ex-técnica em enfermagem e trabalhadora doméstica: entre mobilidades ascendente e descendente[8]

Assimilando imenso contingente oriundo das classes populares entre 2000 e 2010 (nove em dez ocupações com rendimentos de até 1,5 salário mensal), o setor de serviços acolhera também nossa entrevistada à seguir. Desde a década de 1980, o setor terciário é o único cujo peso proporcional na estrutura ocupacional tem aumentado assim como, naturalmente, sua participação no PIB – na verdade, trata-se de uma variação periférica de uma tendência do capitalismo mundial, o que iremos abordar posteriormente. E também como nossa entrevistada, a maior parte das novas ocupações de "salário de base", na década de 2000, envolvem indivíduos de 25-34 anos, não-brancos (cerca de 77%) e mulheres (aproximadamente 60%). (Pochmann, 2012, p. 10-19; 42) Consoante com isto, a partir de meados da década de 1980, registra-se um aumento no impacto da chamada 'fluidez' nas taxas de mobilidade ocupacional (verificada pela medida da associação entre origem e destino intergeracional) que, *ainda das mais rígidas em registro mundial*, resulta precisamente das novas configurações societárias, inclusive periféricas, em que a uma menor expansão estrutural associada ao desenvolvimento capitalístico de tipo industrial se associa uma maior demanda competitiva por escolarização – que envolve, no Brasil, um aumento dos níveis de diplomação em todas as categorias socioprofissionais. Se acentuamos o fato de que os indivíduos circulam pelas categorias socioprofissionais, ou por distintas ocupações dentro de uma mesma categoria, por outro lado é nítido que as probabilidades de destino possuem *eixos diferenciais muito definidos* e, com efeito, *esta circulação não ocorre ao acaso*: em sua maioria estas mobilidades são de "curta distância", e com a intensificação da "fluidez" ou circulação ocupacionais necessariamente cresce, como veremos em nossa entrevistada, não apenas a mobilidade ascendente mas também a descendente. (Cf. Ribeiro, 2007, p. 149-208; 314; para a expansão ocupacional especificamente dos técnicos em enfermagem na década de 2000, Cf. W. Quadros, 2010c, p. 28, tabela 26; para a quase-universalização do ensino fundamental e a subsequente expansão dos diplomados de nível médio a partir da década de 1990 Cf. IBGE 2010a, 2010b).

Neste quadro objetivo se situa Simone, 30 anos, se declarando "negra", tendo passado a infância em uma favela na região metropolitana do Rio de Janeiro e sido criada por sua avó materna (lavadeira e passadeira, não-alfabetizada). Nossa entrevistada desconhece em que os pais se ocupavam (viemos saber que seu pai era porteiro), embora assinale a baixa escolaridade de ambos; sua mãe faleceu quando tinha um ano e três meses: "ela gostava de ficar no meio

[8] Sobre o critério de seleção dos entrevistados cf. capítulo 3, seção 3.2: "Linhas de inflexão de uma dinâmica estrutural e protocolos de investigação".

dos bandidos" e, possivelmente "por saber demais", tenha sido assassinada. Este fato, o qual não deixa de se associar ao que percebiam como a intensificação da violência de um modo generalizado, despertou o desejo em sua avó de não mais permanecer na comunidade local. O destino, onde Simone habita até hoje com seu companheiro e seus dois filhos, fora Bom Jesus de Itabapoana (RJ), terra natal de sua avó.

Atualmente, Simone está casada (seu companheiro é vigia noturno concursado pelo município e pedreiro, com ensino fundamental completo), possuindo dois filhos. Nem por isto sua casa deixa de ser próxima a de um parceiro ocasional anterior, pai do primeiro filho (com quem não chegou a manter qualquer relacionamento estável) e, na realidade, uma densa rede de parentes (sogro, tio, cunhados, prima, avó, etc.) reside em moradias próximas umas às outras onde o auxílio mútuo é uma constante (em forma de compras, medicamentos, assistência, cuidados interpessoais de crianças ou idosos, etc.).

Inicialmente sua entrada no trabalho doméstico (probabilisticamente típica para sua origem social) se deu em prejuízo de seu investimento escolar. Durante o ensino primário, já em Bom Jesus de Itabapoana, a escola se situava no próprio bairro de modo que grande parte dos alunos era composta de conhecidos ou familiares da própria vizinhança. Porém a partir do ginásio, com a necessidade de se transferir para uma escola que possuísse este nível de ensino, desta vez situada em uma região central da cidade, deparando-se com alunos de origens e idades variadas, Simone passava cada vez mais a se incomodar com a própria aparência (roupas, acessórios, sapatos,...). Sabendo que sua avó, com seus rendimentos, não poderia fornecer-lhe mais do que o básico, com cerca de 14-15 anos decidiu: "'eu vou trabalhar porque eu quero ter minhas coisas, eu quero ter minhas roupas' [...], eu queria ter ué?!" Aconselhada por sua avó a permanecer estudando enquanto trabalhava, na sétima séria transferiu sua matrícula para o turno da noite em ensino supletivo ("ah eu não vou estudar não, quero acabar isso depressa!" [risos]); o dia estaria reservado para o trabalho. Neste início ocupou-se "em casa de família" através de contato pessoal.

Desta forma, iniciada no mundo do trabalho com 15 anos, Simone prosseguia ao mesmo tempo seu percurso escolar – invariavelmente em escolas públicas. Não estudava em casa ("eu nunca tive ninguém pra me ensinar a fazer um dever, a fazer um trabalho [escolar]"), embora se considerasse "esforçada". Com a oitava série completa, frequentou o curso (gratuito) para "auxiliar de enfermagem" – distinto do técnico em enfermagem, de quem é exigido o ensino médio. No entanto, deparando-se com uma recente determinação legal que não mais certificaria tal curso e em consequência do que o governo federal passaria a disponibilizar cursos técnicos gratuitos, Simone matriculou-se no ensino médio precisamente com este objetivo ("eu só voltei [ao ensino médio] por causa do técnico, senão eu não teria terminado"). Então no ensino médio (em modalidade convencional) e por volta de 18 anos, Simone permanecia em sua dupla jornada, desta vez trabalhando como agente comunitário (por quatro anos), ocupação advinda do "conhecimento com a política" (i.e. novamente a mobilização de contatos pessoais). A relação de Simone com as exigências da instituição escolar não era desprovida de obstáculos tanto no que se refere às dificuldades com os estudos como por haver permanecido um ano sem estudar devido à gravidez de sua primeira filha. Não obstante, Simone não somente concluiu o ensino médio (relembrando uma sensação de "alívio") como aquele curso pelo qual ansiava, o "técnico de enfermagem".

O vetor da trajetória de Simone aparentava definido: suas condições (econômicas, escolares e ocupacionais, a partir de seu emprego como enfermeira) pareciam elevar-se em relação a todos aqueles que a criaram ou mesmo a seu pai com quem nunca convivera. Obviamente as probabilidades desta alternância não são dadas ao acaso e, já mencionamos, o percurso de Simone se insere perfeitamente nos eixos de mobilidade mais frequentes para sua

origem. Mas é por esta razão mesma que temos de apresentar especial cautela perante a inadequação teórica e metodológica em reduzir os agentes a uma ou outra fração popular (reprodutiva, "subproletariado" por uma parte, ascendente ou mesmo pertencente às "frações médias" por outra – nas quais os quadros técnicos estão presentes) na medida em que as '*linhas*' de seu percurso, em uma imensa quantidade de casos, se constituem pela oscilação ou alternância entre estes '*pontos*' ocupacionais; se nos referimos a *trajetórias de classes de condições de existência* não é por reduzi-las à expressão ideal-típica de uma determinada fração popular (por exemplo, sua "trajetória modal") em um espaço relacional: elas se constituem e densificam por *circular transversalmente nesta estrutura objetiva*. E isto se tornará ainda mais significativo pois, no decorrer de nosso trabalho, argumentaremos que os 'pontos' constitutivos de uma trajetória não estão restritos, em sua dimensão existencial, à estrutura econômica ou às posições sucessivas em um campo de forças relacionalmente determinado.

Com sua nova formação, Simone passou a atuar como enfermeira em um peculiar 'estágio não remunerado' em um hospital da própria cidade. Após permanecer aproximadamente um ano sem remuneração, motivada apenas pela expectativa em ser efetivada, a insustentabilidade da situação (que julga como "trabalho escravo") a levou a solicitar, no mesmo hospital, cargo em sua cozinha. À reação de estranheza da nutricionista responsável respondeu: "eu quero em qualquer lugar que tiver [vaga], eu quero um trabalho! E que tenha um salário no final do mês." [risos] Mesmo com as ponderações recebidas sobre a maior carga de trabalho na cozinha, sua decisão já estava tomada ainda que "com o coração partido". Simone trabalhou como cozinheira do mesmo hospital em que sonhava ser enfermeira por dois anos e meio (com carteira assinada, percebendo um salário mínimo), tempo durante o qual sondava constantemente os responsáveis da área de enfermagem sobre a possibilidade de uma vaga remunerada ("eu to aqui na cozinha, mas isso aqui não é o que eu quero. Eu estudei pra ser uma técnica de enfermagem, e eu quero ser uma técnica de enfermagem."). Em determinado dia quando servia o jantar, o responsável pelo setor de enfermagem lhe oferecera novamente a desejada vaga como enfermeira, desta vez com promessa de efetivação e remuneração. Prontamente Simone aceitou, lá permanecendo durante cerca de dois anos. No entanto, se desta vez percebia 800 reais (pouco mais do que como cozinheira) e possuía carteira assinada em sua área de formação, os salários eram pagos irregularmente, chegando a três meses de atraso: novamente a situação se lhe tornava insustentável e Simone abandonou o emprego.

Não mais no hospital Simone tentou a alternativa do "plantão particular", atendendo pacientes em suas respectivas residências ("*homecare*"), mas sem sucesso. E é com entonação de desânimo que nossa entrevistada revela que, há um mês, se encontra na mesma ocupação pela qual se inseriu no mundo do trabalho aos 15 anos: trabalhadora doméstica. Mesmo com a proposta dos patrões, se recusa a assinar a carteira de trabalho registrando sua atual ocupação (momento da entrevista em que sua expressão alterna desprezo e desdém).[9] Ao sair do hospital, Simone se inscreveu no programa bolsa-família (que recebe há seis meses, cerca de 70 reais por criança), além de receber 500 reais mensais pelo trabalho doméstico (diariamente das 9 às 13hs). Não possuindo poupança, tampouco cartão de crédito, atualmente administra o orçamento com maior facilidade (inclusive anotando suas despesas, apesar de nem sempre ser

[9] A recusa em assinar a carteira de trabalho com a ocupação de trabalhadora doméstica não é única no caso em questão, e testemunharemos em nossa pesquisa que tal feita é vivenciada, especialmente para determinadas trajetórias ascendentes, como uma espécie de mancha identitária em uma condição que não se quer deixar rastro e na qual, à vergonha, associa-se um sentimento de indignidade.

capaz de manter tal planejamento na prática) – do que quando enfermeira, dada a irregularidade dos recebimentos anteriores. Ademais, os rendimentos de seu cônjuge estão na faixa dos 2.000 reais mensais – dos quais ele mantém o controle – e, no que dependesse de sua opinião, "eu nem tava trabalhando."

Apesar das seguidas frustrações e da insegurança vivenciadas no hospital, além da própria dívida trabalhista, Simone afirma: "mas eu tenho perspectiva de voltar. É o que eu quero." Aliás, é neste mesmo hospital – o único da cidade – que pretende se aposentar.

A nosso ver, portanto, esta heterogeneidade de inserções na estrutura econômica (com suas micromobilidades ocupacionais ascendentes e descendentes no espectro horizontal e vertical dos espaços relacionalmente dominados), de apropriação e mobilização de recursos econômicos ou culturais (como a opção pela formação de microempreendimentos ou o investimento em qualificações técnicas), assim como os múltiplos engajamentos em subsistemas interativos irredutíveis entre si, *sempre fora inerente à composição das classes populares em sociedades modernas*, não como desvios de uma essência perdida em algum lugar a partir da segunda metade do século XX e sim de forma *com-positiva* ao delinear a complexa tessitura existencial vivenciada por seus membros com a síntese do fluxo experiencial que lhes é própria. Se a intensificação do processo histórico de diversificação da estrutura produtiva em particular e das esferas de atividade em geral realizadas – de modo distinto – no centro e na periferia no decorrer do século XX aprofundou ainda mais esta heterogeneidade constitutiva; se as transformações recentes do capitalismo pós-fordista, principalmente no terço final do último século, descritas exaustivamente pela sociologia do trabalho em suas tendências fundamentais como a flexibilização da cadeia produtiva, dos vínculos empregatícios, a demanda pela polivalência e qualificações com crescente competitividade, o estímulo (financeiro e simbólico) à concorrência entre grupos de trabalho ou empregados individuais no interior de uma mesma empresa, a diminuição relativa das ocupações industriais em face da expansão do setor terciário da economia, as políticas de fragilização sindical, o desemprego estrutural, etc. galvanizaram de modo sem precedentes a fragmentação no tempo e no espaço dos pertencimentos, laços e projetos laborais, a instabilidade e insegurança econômicas e o desengajamento político nos quadros institucionais tradicionais (sindicais e partidários); se, com efeito, os movimentos histórico-estruturais contemporâneos levam este processo de descentramento morfológico a suas últimas consequências, não podemos destes fatos confundir, *modus tollens*, uma relativamente maior homogeneidade estruturante das

ações e razões das classes populares em períodos históricos anteriores *em comparação* a seus desdobramentos contemporâneos, o que é legítimo, com uma homogeneidade *em si* daqueles períodos, do que segue que a multiplicidade constitutiva dos horizontes econômicos populares não pode ser imputada *exclusivamente* às configurações capitalísticas mais recentes.

Os primórdios da modernização do mercado laboral (semi)periférico: os casos brasileiro e italiano

Embora acentuada contemporaneamente, tal heterogeneidade sempre se fez presente em sociedades modernas ainda que (semi)periféricas. Para vislumbrarmos este fato talvez não seja preciso mais do que uma breve remissão ao momento particularmente importante da construção das classes populares em um mercado de trabalho capitalístico formalmente livre ou competitivo no Brasil, o qual nos descortina a dimensão da complexidade de forças atuantes nesta *multideterminação existencial* já em seus primórdios e, por conseguinte, no compasso das orientações economicamente referenciadas de seus agentes. Trata-se do incipiente processo de urbanização e industrialização em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do séc. XX, núcleos embrionários de acumulação e desenvolvimento econômico situados em uma formação social periférica do ponto de vista de sua inserção na economia e divisão do trabalho internacionais (com a diversificação de sua estrutura produtiva e o desenvolvimento técnico a ela associado comparativamente incipientes e dependentes dos países centrais). Em um ambiente caracterizado por uma *forte tendência à homogeneização e vulnerabilidade das condições de existência*, as quais eram marcadas, no meio rural ou urbano, por padrões de alimentação, consumo e habitação precários à própria subsistência cotidiana[10] obrigando, por exemplo, famílias

[10] De acordo com o olhar e os projetos higienistas dos inspetores sanitaristas, o crescente contingente de trabalhadores urbanos habitando favelas, cortiços ou "cabeças de porco" e toda sorte de moradias encontrava-se em um quadro análogo às condições de trabalho e salubridade que vivenciavam dentro das fábricas. Constatava-se não sem consternação (em grande medida devida à associação entre degradação física e moral, representação muito comum dentro da camada social a que pertenciam a maior parte destes técnicos e profissionais): ausência de infraestrutura sanitária, dejetos e detritos acumulados em espaço compartilhado por animais e crianças sem quaisquer procedimentos higiênicos (havendo altos índices de mortalidade infantil), condições e hábitos alimentares nutricionalmente insuficientes (gerando anemia endêmica, fator agravado pela constante alta dos preços dos gêneros alimentícios relativamente a dos salários), quartos sublocados e aglomerando até cinco vezes mais indivíduos do que comportaria,

inteiras, incluindo mulheres e crianças, a se inserir em longevas jornadas de trabalho para complementar o orçamento familiar em instalações (muitas das quais improvisadas) com infraestrutura deficiente, consideradas insalubres por técnicos e inspetores sanitaristas, em maquinários amiúde readaptados de outras funções, engrenagens expostas, ambientes propícios a doenças e acidentes, etc., [11] quer dizer, cuja posição subordinada na estrutura social tendia a equalizar economicamente e mesmo a obliterar a expressão politizada desta condição[12] todos os estratos dos meios populares em termos de expectativas e aspirações de vida (militares, operários mais ou menos qualificados, uma infinidade de pequenos artesãos – como carpinteiros, marceneiros, tipógrafos, etc. –, mascates, empregadas domésticas, trabalhadores braçais como pedreiros, cavouqueiros, etc.), não obstante, *as clivagens culturais e sociais mais amplas das quais o sistema econômico é parte infusa operavam em sentido inverso*, estimulando a diferenciação – muitas vezes consciente – entre grupos e condutas

---

cozinhas e fogareiros improvisados, inúmeros focos contagiosos e infectantes, além de altos índices de tuberculose em ambientes úmidos e pouco arejados. (Dean, 1971, p. 163-172; Decca, 1987, p. 50-73)

[11] No decorrer da década de 1920, com cerca de 69,7% da população brasileira economicamente ativa localizada no setor rural, 13,8% na indústria e 16,5% nos serviços, o número de trabalhadores industriais em São Paulo ultrapassava o do Rio de Janeiro. (Fausto, 1976, p. 14; Dean, op. cit., p. 20-21) E precisamente neste núcleo indutor do capitalismo periférico nacional, para cerca de dez horas ou mais de trabalho um operário percebia em média aproximadamente quatro mil réis diários (homens mais do que mulheres e crianças), o que possibilitava a aquisição de escassos gêneros alimentícios; para ilustração uma família de sete pessoas, apenas para gastos com alimentação, necessitava de quatro vezes mais do que este valor, o que diversas vezes demandava o labor remunerado de todos os membros da família como única forma de subsistência. Tal condição era ainda conjunturalmente passível de agravamento como a inflação e a escassez de alimentos ocasionadas durante a Primeira Guerra Mundial. (Dean, op. cit., p. 163-164; 170; Decca, loc. cit.) No Rio de Janeiro, a dificuldade em suprir as necessidades básicas de subsistência não era muito diferente. Crianças chegavam a trabalhar diariamente de 6hs às 18hs, com uma hora de intervalo para o café da manhã e outra para o almoço, sem mencionar que nas oficinas públicas, mais bem estruturadas em comparação às privadas, a tuberculose já atingia a grande maioria das crianças. (Maram, 1979, p. 122-124)

[12]A combinação de assistencialismo patriarcal (expoentizado pelo ilustre industrial Jorge Street e sua vila operária Maria Zélia) e uma sistemática repressiva pela qual a relativa ausência de organização e coordenação patronais era contrabalançada por sua estreita ligação institucional às forças de segurança pública (ao gerenciamento fabril com suas constantes demissões e *lockouts*, seguiam-se regularmente "listas negras" compartilhadas com os agentes policiais e sua enérgica reação nas fábricas ou nas residências dos operários, deportações de imigrantes, "desaparecimentos" e prisões extrajudiciais, fechamentos de sindicatos e destruição de redações operárias com prisões de seus líderes, revogações de acordos trabalhistas e a robusta resistência parlamentar a sua legislação, etc.) conformava uma modalidade de *incorporação subordinada* destas camadas à ordenação societária em construção. (Cf. Dean, op. cit., p. 174-180; Maram, op. cit., p. 127-149; Fausto, op. cit., 192-243) Apesar de este processo de modernização conservadora não poder ser abstraído das inúmeras formas de resistência utilizadas pelas classes populares (paralisações, greves, insurgências, revoltas, desconfiança, desqualificação e resistência às forças policiais, à instituição jurídica e aos inspetores sanitaristas, as denúncias e insubordinações por meio de panfletos e jornais operários aos industriais, à Igreja), assim como da fragilidade institucional, logística e econômica do Estado e de seus aparelhos burocrático-administrativos, a análise atenta destas formas de insubmissão não autoriza uma leitura romanceada da eficácia e sistematicidade de uma resistência que fora invariavelmente *estruturalmente dominada*, inclusive em seus desdobramentos pós-1930. Sobre a condição popular periférica em termos mais gerais cf. capítulo 3.

populares. Por um lado, a racionalização da ação econômica e a possível sistematização de um estilo de vida por ela orientado, as aspirações individualizadas por ascensão social e a planificação do cotidiano em sua função e mesmo a politização deste conjunto de disposições (envolvendo, por exemplo, a sindicalização ou as ligas operárias de bairro, a militância e as mobilizações, a produção e circulação de jornais operários, etc.); por outro, o desengajamento político, o ajustamento mais ou menos espontâneo e descontínuo nas diversas e inconstantes inserções ocupacionais – ou simplesmente não-problemático na medida em que não auto-objetivado reflexivamente em articulação a projetos ascensionais – variando em função dos acasos contextuais e das casualidades derivadas das injunções objetivas, ou ainda a fragmentação da conduta que é assim destituída de qualquer esboço existencial cujo sentido não se encontre na plenitude da vivência cotidiana, insuficiente, do ponto de vista capitalístico, em compelir à formatação de um estilo de vida subordinado em sua função. E estas linhas de experiência e tensão internas – longe de sintetizar a enteléquia "cultura popular" – variavam conforme: i) se tratasse de grupos imigrantes ou nacionais, os primeiros ocupando via de regra os postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados, formando poupança com vistas, senão à ascensão para além do pauperismo (motivação maior da própria migração), ao menos alimentada pelo desejo de um retorno mais próspero ao país de origem, os segundos em grande medida derivando suas experiências, representações e expectativas laborais de uma estrutura econômica cujo núcleo fora até recentemente marcado pela escravidão; ii) de acordo com tênues e mais ou menos latentes fronteiras étnico-raciais e nacionais (por exemplo a percepção condenatória dos imigrantes italianos da desmobilização e reacionarismo como condutas "típicas" dos portugueses ou ainda sua visão pejorativa acerca dos "homens de cor", as rixas mais ou menos latentes entre nacionais e portugueses, etc.); e iii) cujas próprias diferenças ainda eram multiplicadas por dissonâncias em seu próprio seio (dependendo da origem e experiência rural ou urbana, regionalismos, crença religiosa, etc.). As diferenças aqui, inclusive horizontais (e.g. ser alfabetizado ou adquirir determinada qualificação laboral ou, em outro pólo de investimento, possuir uma pequena oficina artesanal gerida por membros da família, uma venda ou qualquer acumulação de recursos predominantemente econômica ou ainda, como em uma imensa parcela de casos, a completa vulnerabilidade material), já tendiam a multipolarizar os meios populares, dificultando (entre outras razões) sua mobilização política unificada (subdividida em anarco-sindicalistas, socialistas, monarquistas, nacionalistas,

indiferentes, etc.). Poderíamos ademais multiplicar a singularização das modulações existenciais populares ao infinito se ainda considerássemos a diversidade de pertencimentos, experiências e laços intersubjetivos envolvidos na *síntese vivida* de se residir em vilas operárias vinculadas às fábricas, cortiços ou em residências de classes superiores no caso de trabalhadoras domésticas (com sua particular forma de dependência), em sua *combinação* à frequentação a quiosques, botequins, cabarés, jogos e/ou atividades esportivas (especialmente o 'football'), eventos religiosos (festividades, procissões, missas, centros operários e sindicatos católicos com seus jornais específicos e seu ideal de "regeneração da classe operária"), etc.[13]

Se, prosseguindo nossa problemática, no mesmo momento histórico do capitalismo mundial nos deslocarmos para um país que nele se insira de modo desta vez semiperiférico, o caso italiano, Maurizio Gribaudi (1987) nos fornecerá uma imagem igualmente complexa em contraposição à tradicional representação – construída seja por estudiosos ou pela memória dos próprios habitantes entrevistados – de um passado idílico e harmonioso, unificado, especialmente dos bairros operários em Turim durante a expansão industrializante das primeiras décadas do séc.XX no norte italiano: "a homogeneidade do bairro, a identificação de seus habitantes, a aceitação e a interiorização de um conjunto de normas de comportamento... [...] tantos elementos congruentes sobre o plano geral, me pareciam espantosamente discordantes frente às vidas e experiências individuais. [...] Quando relíamos com mais atenção os testemunhos, nós víamos que poucos concordavam com as formas que deveriam assumir, como eu então supunha, as normas e a cultura de um grupo. Para além da racionalização do presente, as diversas anedotas eram marcadas, com efeito, por uma realidade social muito mais complexa e contraditória." (Ibid., p. 13) Não somente transpareciam aspirações e estratégias econômicas "extremamente diversificadas", revelando "tensões e conflitos ativos" imanentes à sociabilidade e ao conjunto dos bairros; as próprias modalidades distintas de utilização dos recursos e de consumo eram apenas com dificuldade assimiláveis a uma "norma comum".[14] O historiador italiano – em sua influência da micro-história de Giovanni Levi – desenvolve uma analogia em

[13] Cf. entre outros Decca (1987), Chalhoub (2001), Fausto (1976), Maram (1979).

[14] Esta variação interna na composição e utilização de recursos no seio destas camadas pode ser ilustrada pelo fato de que nos bairros mais próximos ao centro urbano se dispunha menos de capital social na forma de suporte interpessoal (principalmente da vizinhança) do que em bairros mais periféricos, de modo que 90% das mulheres de operários que declaravam trabalhar residiam em bairros situados nas regiões centrais da cidade. (Ibid., p. 29)

que associa o bairro, a usina e a "cultura operária" à estrutura de uma casa: ao examinarmos sua constituição (muros, mobílias, lembranças de seus habitantes, etc.) arriscamo-nos a esquecer que seus 'moradores' (mais ou menos fixos ou transitórios) possuem histórias, trajetórias individuais, aspirações e relações 'extra-casa' relativamente díspares e contraditórias, assim como, por outro lado, afinidades e afetos com a casa muito diferentes entre si e, evidentemente, da própria idealização predominante na atitude de seus mais fiéis moradores. E se é preciso, intencionando uma descrição mais verossímil, reconstruir a gama de "percursos que formam e atravessam" o conjunto de seus diversos 'inquilinos', o mesmo se aplica à "variabilidade de escolhas e de percursos migratórios", porquanto estes bairros não consistem em um simples *locus* de recepção a um "fluxo migratório homogêneo e unidirecional", suas novas possibilidades recursivas sendo visadas, aderidas e estrategicamente trabalhadas de modo tão heterogêneo quão várias são as conjunturas histórico-estruturais (guerras, catástrofes, intempéries na lavoura, crises ou oportunidades econômicas conectadas à expansão ou retraimento de ocupações disponíveis), as origens rurais (se havendo a posse de uma pequena propriedade, caso em que a experiência citadina é apreciada enquanto declínio, ou nada além da pura força de trabalho), as "dinâmicas de relações intrafamiliares" (incluindo suas "variáveis" microdemográficas influentes nas decisões migratórias como doenças, nascimentos ou falecimentos)[15] e os "ciclos de integração urbana".[16] (Ibid., p. 13-28; 141-151) Além

[15] Ou ainda a influência "negativa" em termos de mobilidade ocupacional das crianças nascidas em famílias muito numerosas nas quais um conjunto de exigências centrípetas obstaculiza, por exemplo, uma qualificação profissional mais prolongada e qualquer investimento individual (de temporalidade mais longa e planejada) que não se vincule ao âmbito familiar (e mais imediato). Não é por acaso que a taxa de natalidade por família diminui de modo constante conforme a maior e mais longa integração urbana. Neste sentido, o próprio momento do matrimônio no ciclo de vida ressoa na gama de "estratégias profissionais" e, por consequência, se associa estatisticamente a uma mobilidade social ascendente quando ocorre posteriormente aos membros de uma mesma origem social. (Ibid., p. 92-113) Ademais, a natureza e a composição interna das "relações de parentesco" podem variar bastante dentro de uma mesma categoria socioeconômica, fator pelo qual a "exemplaridade" do itinerário de algum parente familiar socialmente ascendente (irmãos, tios, primos, etc.) ou a mencionada recursividade de sua rede relacional exercem força de conformação subjetiva e orientação existencial dessemelhantes. (p. 92-122)

[16] O fato de habitar ou não um bairro "híbrido" e mais próximo do centro da cidade, principalmente nos anos de infância e adolescência em sua importância estruturante para a subjetivação e seus horizontes ascensionais, com seus deslocamentos e relações mais ou menos frequentes no espaço urbano, possui uma correspondência estatística mais forte com ambos os vetores de mobilidade (ascendente como descendente). Isto porque se nos bairros operários periféricos tende a prevalecer a reprodução social, por outro lado há uma rede de proteção comunitária que torna praticamente inexistentes os casos de marginalidade e mendicância ou o simples declínio social, tudo se passando como se a incerteza e a insegurança fossem a contrapartida ao risco assumido pelos membros da classe operária socializados em bairros híbridos ou experienciando deslocamentos recorrentes. Com efeito, a aquisição de quadros de referência alternativos (estratégias de utilização dos recursos disponíveis, exemplos pessoais, modelos de conduta e aspirações), muitas vezes pertencentes às (e adquiridas no contato com) camadas sociais mais

disto, a trajetória de migração rural-urbana engendra, pelo efeito mesmo de contraste, "[...] uma espécie de nova matriz de variáveis frequentemente em contradição com a matriz tradicional e que modifica o equilíbrio do indivíduo. O retrato do emigrante que parte é, portanto, o de uma pessoa que porta consigo duas 'lealdades', dois pontos de referência. De um lado, a aldeia com tudo aquilo que ela comporta. De outro, o novo meio." (p. 58; 209; 213) Esta micropolítica endógena aos agentes sociais atua nos contextos deliberativos – neste enfoque, como o nosso, os economicamente pertinentes – conciliando-se mais ou menos conforme a extensão e densidade das redes de amizade e parentesco com as quais tais indivíduos podem contar, inclusive em sua escolha de retorno ao mundo rural ou permanência no mundo urbano.

Por conseguinte, a pluralidade das orientações socioeconômicas nos meios populares assim como a possibilidade (desigualmente compartida conforme seus estratos) de composição de projetos ascensionais (eles mesmos variáveis em sua fisionomia e em suas conexões com outras esferas da vida) não são fenômenos exclusivos da formatação do sistema econômico contemporâneo, embora, uma vez mais e como observaremos no decorrer de nosso trabalho, este certamente engendre *transformações históricas de tipo novo intensificando estas características em conjunção à contextura dos outros sistemas vivenciais* sem os quais aquele – o econômico – é incompreensível na inteireza de sua consistência histórica.

Transformações históricas de novo tipo. "Individualização"? "Autoafirmação"?

Não poucos autores buscam compreender este processo ainda em curso sob a perspectiva de um "desenvolvimento historicamente novo da individualidade trabalhadora", como é o caso da argumentação de Jean-Pierre Terrail, segundo a qual é "uma mesma busca da emancipação individual, ainda balbuciante e pouco consciente de si mesma mas empiricamente perceptível, que parece estruturar, no trabalho como na família, as práticas e as aspirações da jovem geração trabalhadora." (1990, p. 213) Sua tese acerca do fenômeno da "individualização" nas classes populares francesas – se bem

afastadas, relativizam os quadros do *Lebenswelt* familiar e vicinal (seu exclusivismo normativo, visão de mundo, prioridades apodíticas, o caráter relativamente homogêneo das ocupações vislumbradas no cotidiano, etc.), criando expectativas de trajetórias menos "modais" relativamente ao grupo de origem. (Ibid., p. 123-129; 141-151)

que na verdade mais ou menos disseminado no mundo ocidental – deriva da conjuntura histórica pós-68, período em que as promessas de emancipação, autodeterminação e critica em geral a toda forma de dominação (de classe, profissional, de gênero, hierárquica, sindical, etc.), transversais às aspirações específicas a diversos setores sociais (estudantes, técnicos e quadros médios, trabalhadores, militantes em geral), representavam um esgotamento das expectativas institucionais vigentes (o capitalismo keynesiano-fordista, uma maior profusão da escolarização em seu modelo tradicional, a consequente inflação de diplomas e frustração de expectativas, etc.). A partir das gerações seguintes, especialmente a de 1980, esta atitude perante a vida gradualmente se despojaria de seu caráter coletivamente mobilizado e associativamente politizado desdobrando-se em autonomia de cunho individualizante, segundo Terrail (Ibid.) resultado imputável menos a uma tendência supostamente inerente às democracias modernas – discurso triunfalista e fatalista – do que a uma correlação de forças historicamente desfavorável, expressa por uma reconfiguração flexível das formas de acumulação dominantes, uma maior diversificação da economia associada ao novo paradigma técnico-científico, a precarização das condições de trabalho, maior escolarização e suas aspirações correlativas dissociadas de uma cultura trabalhista engajada, entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, etc. Estudioso de jovens residentes de bairros periféricos franceses, François Dubet prolonga esta argumentação ao afirmar que "a pluralidade da experiência gera uma distância e um desprendimento. Os indivíduos não podem aderir totalmente a papéis ou a valores que não têm já necessariamente coerência interna, eles não 'se colam' às suas personagens. A reserva não é somente um efeito de estilo das culturas individualistas das classes médias vagamente elegantes e desiludidas, pois que se manifesta igualmente de maneira clara entre os actores dominados, e por vezes excluídos, com os quais trabalhei." (1994, p. 17) Acerca da estratificação da sociedade chilena contemporânea também lida a partir desta chave da individualização, como sua variante particular, "[...] o que se consolida progressivamente é a tomada de consciência da existência de uma grande diversidade de posições intermediárias. Ou melhor, a multiplicação dos fatores de posicionamento social estudados faz com que seja cada vez mais difícil saber quem está verdadeiramente 'acima' ou 'abaixo', que os posicionamentos híbridos se incrementem e que os atores possam conhecer de maneira simultânea e contraditória mobilidades 'ascendentes' ou 'descendentes' em diversos âmbitos sociais; e isto inclusive na maior parte dos estratos sociais." (Araujo; Martuccelli, 2011, p. 167)

Segundo esta visão, estariam os chilenos na atualidade, à exceção de uma "elite durável e globalmente protegida", apresentando um sentimento de corrosão da estabilidade de suas posições, crescentemente vulneráveis, sob a forma de uma inarredável insegurança (perante a situação econômica, ocupacional, estatutária, as concorrências escolares, mesmo à conjuntura política ou às contingências da vida como imprevistos biográficos ou os diversos aspectos relacionados a uma insegurança urbana) e a consciência que possuem deste processo seria fundamental à definição do que está em jogo: "se trata de uma preocupação posicional permanente, uma atitude cotidiana de inquietude que reflete uma sociedade atravessada por sentimentos plurais de instabilidade. A inconsistência posicional é uma inquietude multiforme, plural em suas fontes, no geral constante, que dá lugar a uma atmosfera de preocupação posicional comum a um grande número de indivíduos situados em distintos estratos sociais." (Ibid., p. 168)

De nossa perspectiva, no entanto, a imensa maioria das teorias cujo eixo explicativo se centre em torno ao conceito de "individualização" – variando desde a seriedade argumentativa e sociológica dos autores mencionados a abordagens de timbre folcloricamente ensaístico, quando não apologético e ideológico – são em si *provincianas em termos mundiais*, universalizando uma semântica cuja indexação é historicamente muito particular. Ademais, acriticamente imiscuindo-se às representações que os atores fornecem de si, assumem enquanto explicação valores e crenças (autonomia, emancipação, liberdade, autodeterminação, autenticidade, etc.) que, antes, deveriam elas mesmas ser explicadas e possuir suas condições sociais de possibilidade estabelecidas. (Elias, 1991; Lahire, 2013) Justamente com maior precaução antropológica, Duarte e Gomes (2008, p. 247-273) caracterizam este processo intergeracional em contexto brasileiro evitando os termos genéricos de "individuação" (comum a todos os seres humanos em formas variadas) ou reservando "individualização" no sentido moderno particularmente às classes médias e altas (e.g. o ideal do *self-made man*), ambos preteridos no caso das classes populares pelo conceito de "auto-afirmação", de maior intensidade nas gerações mais novas, mais escolarizadas e possuindo forte afinidade eletiva com a religiosidade neopentecostal. Por meio dele se busca enfatizar o compromisso, sempre tenso, entre de uma parte os valores familiares, relacionais e comunitários, densos e locais dos meios populares e, de outra, a aspiração em "subir na vida", entrecruzamento e conjunção de forças administradas distintamente pelas gerações mais novas conforme a importância dos recursos escolares ou do

acúmulo de meios econômicos, além de fatores diversos como as mudanças profissionais, residenciais, conjugais, casos ascensionais, etc.

Estratificação vertical, mediações horizontais: transversalidade e a multideterminação subjacente ao mundo popular

De todo modo, o que se pressupõe nestas abordagens como condição de sentido para este fluxo intergeracional é sua inabstraível vinculação a uma *estratificação objetiva e simbólica no seio das classes populares*. Se a expansão – em termos absolutos e relativos – do setor terciário na estrutura econômica contemporânea mundial implica a demanda por novos 'trabalhadores típicos' ajustados a um mundo do trabalho decomposto em novas funcionalidades, detentores de maior capital escolar e "recursos interativos" desenvolvidos por sua sociabilidade mais ampla relativamente às 'comunidades operárias' das gerações anteriores, ela estabelece também novas diferenciações estruturantes, emergindo o que Olivier Schwartz classifica como "frações ascensionais", as quais se afastam tanto das estabelecidas classes médias pela posição predominantemente dominada nos espaços de trabalho ou ainda pelo sentimento de "indignidade", quanto culturalmente (maior escolarização, formas de anseios, etc.) das "antigas classes populares", indicando assim "[...] a aparição de uma importante estratificação social no seio mesmo desta população". (1990, p. 9-10; 43-44; 78-79) Assim, as distintas 'gerações' não somente sucedem umas às outras; sua *convivência*, além dos efeitos experienciais, se insere ela mesma em posições diferencialmente instituídas de forma que um contingente importante de famílias participa alternativamente dos extremos mais vulneráveis ou mais estabilizados dos meios populares. Em seu bairro operário investigado, Schwartz indica a "co-presença de "três grandes fases da história operária": à "proletarização" típica do Pós-Guerra se segue uma "desproletarização" no sentido de ascensão dos rendimentos, escolaridade e aspirações ascensionais nas gerações nascidas após 1950 (ativas no início dos anos 1970, início das transformações estruturais de desindustrialização proporcionalmente aos outros setores econômicos) e, enfim, os estratos "precarizados" deparando-se com o desemprego estrutural e a crise econômica a partir dos anos 1980. (Ibid., p. 86-97) É apenas sublinhando esta vinculação vertical que no caso das *trajetórias populares ascensionais*, i.e. de *(micro)mobilidades* intra e intergeracionais no interior das camadas

populares muitas vezes invisíveis do ponto de vista da objetivação estatística, se nos torna plenamente compreensível a existência de "estratégias distintivas" e distanciamentos conscientemente visados ante a sociabilidade comunitário-vicinal (como a frequentação a vizinhos, encontros casuais para um café, conversas informais em lugares públicos como mercados, corredores, etc.) e ante atitudes e indivíduos associados a sua própria origem social, ao mesmo tempo em que um sentimento de inadaptação, insegurança e indignidade cultural obliterando o estabelecimento de laços com membros das frações médias estabelecidas (Ibid., p. 157-163); é somente no quadro desta *heterogeneidade objetiva e subjetiva estruturante das classes dominadas* que assume sua razão de ser aquela conduta orientada pela autoafirmação, crescentemente encontrada nas gerações mais novas, a qual, "em qualquer grau ou modalidade que se dê, jamais pode consistir num afastamento absoluto da relacionalidade, embora esta possa variar gravemente de consistência e abrangência" e onde o "velho quintal" da família estendida atua enquanto forte eixo de atração, mesmo de segurança material e espiritual, em sua *micropolítica* co-instituída pelos horizontes de autonomização indissociavelmente econômica e moral (Duarte; Gomes, 2008, p. 263-264); em suma, é unicamente enquanto desdobramento existencial, i.e. objetivo e subjetivo em sua irredutível integralidade vivida, específico à composição diferencial das classes populares em contraste às outras camadas sociais, que este cisalhamento entre distintas lógicas de engajamento se condensa em *horizontes ascensionais* igualmente específicos, cuja racionalidade se encontra precisamente como resposta à natureza de sua *heterogeneidade constitutiva*. A este respeito, Duarte e Gomes lembram "de um desafio recorrente da vida social popular: o de 'subir na vida' sem alterar os aspectos considerados positivos de sua experiência local. Essa é uma fonte de considerável confusão por parte dos intérpretes dos valores das classes populares: o desejo de estabilizar suas condições de existência, expresso por locuções do tipo 'ficar melhor de vida', 'subir na vida', 'vencer na vida', pode ser considerado como sinal de um processo de auto-afirmação, mas não como a expressão linear e literal de um desejo de 'ascensão social' (ou de 'individualização' no sentido forte do termo), com as múltiplas implicações de mudança de identidade e de pertencimento social que tem essa expressão." (Ibid., p. 266-267)

E esta verticalidade (em termos de propriedades objetivas, amplitude do espectro de posições dominadas no tecido social, capitalização cultural, etc.) inter e intra-

individuais, em outras palavras diferenciando os agentes populares entre si (no interior das redes de vizinhança, amizade, parentesco, filiação, etc.) ou a estrutura subjetiva de um mesmo agente em distintas temporalidades de sua trajetória, se conjuga à maior ou menor amplitude horizontal dos sistemas de pertencimento ou das vinculações institucionais que mantêm ou nas quais, diacronicamente, se teceram os múltiplos sentidos de sua vida. Assim, Sartre (1960) – na tão ilustre quão polêmica torção marxista de seu existencialismo, ou ao menos na tentativa de superar a inviabilidade de seu próprio solipsismo fenomenológico – destaca a importância das "mediações" para se compreender a força atuante das classes sociais sobre os indivíduos. Por exemplo, acerca da família enquanto uma destas *mediações horizontais*, em sua conjunção às condições existenciais instituídas na estrutura de dominação capitalística, afirma que "a cada nível da vida um curto-circuito se estabelece, uma experiência horizontal [...] contribui a lhe modificar sobre a base de suas condições materiais de início: a criança *não vivencia somente* sua família, ela vivencia também – em parte através dela, em parte só – a paisagem coletiva que a ambienta; e é ainda a generalidade de sua classe que lhe é revelada nesta experiência singular. Se trata por isto de constituir sínteses horizontais nas quais os objetos considerados desenvolverão livremente suas estruturas e suas leis. Esta totalização transversal afirma de uma só vez sua dependência em relação à síntese vertical e sua autonomia relativa. Ela não é nem suficiente por si nem inconsistente. Em vão tentaríamos relegar os 'coletivos' [grupos de pertencimento, ambiência familiar, etc. ou o que Sartre situa como experiência horizontal] para o lado da pura aparência." (Ibid., p. 75-76, grifos no original) Se utilizando da mesma linguagem, V. de Gaulejac (1987) assinala acerca dos multipertencimentos que "atravessam" os indivíduos o fato de que as interações entre as classes não estão restritas às "relações de exploração", razão pela qual "a dominação e a diferenciação se traduzem no nível simbólico, relacional, afetivo, emocional, *por uma série de mediações* que vemos em atuação na história familiar, nas relações interpessoais e no aparelho psíquico." (Ibid., p. 292, grifos meus) E na medida em que estas *mediações* não consistem em meros intermédios desprovidos de espessura experiencial, a força atuante desta realidade vivida aderida à concretude de sua diversidade pode ser interpretada à guisa de múltiplas experiências socializantes, cujas "dobras singulares" é preciso reconstruir a partir dos quadros interativos familiar, amistoso, afetivo, escolar, profissional, político, religioso, etc. por meio dos quais tais indivíduos se constituíram simultaneamente em sua generalidade e singularidade. Assim, "pouco a pouco,

chegamos a compreender como as diferentes experiências sucessivas ou simultâneas em quadros de socialização específicos fizeram com que o indivíduo em questão se tornasse quem ele é." (Lahire, 2012, p. 71-72) Não se trata unicamente da heterogeneidade destas experiências subjetivantes; sua ordenação e acomodação temporais, enquanto eventos biográficos (Leclerc-Olive, 2009) são fundamentais. A origem social e os laços socioafetivos familiares, objetos normalmente (unilaterais) da psicanálise, são de crucial importância enquanto primeira sedimentação de experiências. É por meio delas, e no interior delas, que as novas camadas como, por exemplo, a escolar e a ocupacional, se irão condensar. Assim, não se trata de um 'democrático' encontro entre linhas de experiência constituintes de igual densidade; as reacomodações, rearticulações e sínteses internas-externas delas derivadas apresentam intensidade e modos de atuação desiguais, e a importância que determinados eventos assumem na biografia dos indivíduos não são compreensíveis *per se*, justamente pela sua integração inextricável a uma estrutura subjetiva sempre transcendente a cada um destes eventos em particular ou a todos agregadamente.

E estas forças sociais (capitalística, familiar, escolar, religiosa, etc.) consideradas em sua *transversalidade* de modo algum são imunes ao que se passa externamente a suas respectivas esferas de pensamento, motivação e ação. Por conseguinte, os agentes sociais pertencentes às classes populares, todos e cada um no desempenho de suas ações cotidianas, não atualizam seus respectivos papeis sem neles inflectir *a especificidade de sua trajetória*, e que resulta precisamente desta transversalidade. Os efeitos aqui em questão são, por assim dizer, de nível macro e nos remetem ao movimento de exteriorização da estrutura subjetiva que, ao se realizar por meio das interações por quais ela mesma se constitui, lhes inscreve, cumulativamente, ora tendências reprodutivas, ora flexões inter ou intrainstitucionais. Conquanto a temporalidade requerida para estas modificações histórico-estruturais normalmente seja mais longa do que a biográfica, por ela compreendemos a importância do exercício das contraforças individuais através do seu engajamento na diversidade de esferas de (inter)ação. Por meio da *multideterminação destas trajetórias* cada uma destas esferas (laços familiares, comunitário-vicinais, escolares, ocupacionais, militantes, etc.) acolhe as tradições culturais de todas as outras. E se o que temos assim é, com muita propriedade, a ambiência comum de um todo orgânico – "cultura(s) populare(s)", "classe(s) populare(s)" –, o que lhe está subjacente é a conjugação de múltiplas feições cuja

síntese não é jamais transcendente. É nesta direção que Thompson, no período abrangendo as últimas décadas do séc. XVIII e o primeiro terço do século XIX – correspondente ao desenvolvimento da Primeira Revolução Industrial –, ressalta a impossibilidade de se compreender a formação cultural da classe operária inglesa em particular e das classes trabalhadoras em geral, inclusive nos períodos subsequentes, sem sua vinculação a um sistema cultural mais amplo envolvendo uma infinidade de "longas tradições", neste caso próprias aos artesãos e artífices do meio urbano. Trata-se, em especial, da tradição da Dissidência influenciada pelo "revivalismo metodista"; de tradições relativas às noções populares de um determinado "direito de nascimento" distintivo de todo homem inglês enquanto integrante de sua identidade e de suas expectativas de autonomia perante toda forma de arbítrio institucional; e, enfim, as tradições da "turba" do séc. XVIII. (2010, p. 23) Nas primeiras tradições, as religiosas, encontram-se desde modalidades radicalmente democráticas de autogestão, de procedimentalismo e experiências de iniciativa e autonomia em face às autoridades estabelecidas (sejam as próprias lideranças religiosas ou a monarquia) até, como no caso da variante wesleyana do metodismo, tendências e superstições reacionárias e de incentivo à completa submissão às autoridades religiosas, à "lealdade" completa pela coroa e suas formas jurídicas estabelecidas. (Ibid., et seq.) Por sua parte, o "consenso moral" relativo aos "limites" os quais qualquer poder ou autoridade não poderia transpor arbitrariamente, ainda que no tocante aos ingleses mais pobres e sem direito a voto, se enraíza na tradição da Revolução Gloriosa e da monarquia constitucional, levando o "inglês comum" (artífices, camponeses, etc.) a se pensar e sentir como "[...] um individualista, com poucos direitos definidos, mas protegido pelas leis contra a intrusão de um poder arbitrário", por exemplo contra prisões ilegais ou em defesa da inviolabilidade das residências, da liberdade de pensamento e da igualdade jurídica ("verdadeira satisfação popular" assegurada por mecanismos como o sistema de júri). (p. 85 et seq.) Quanto as "turbas", na verdade em diversos casos – certamente não todos – movimentos muito mais organizados, coordenados e conscientes de seus atos (planejados muitas vezes com dias de antecedência) do que normalmente supõe o termo, Thompson cita os recorrentes e largamente disseminados levantes por alimentos (o pão em especial): "raramente era uma mera gritaria que culminava no arrombamento de celeiros ou no saque de lojas. Ele vinha legitimado pelos pressupostos de uma *economia moral* mais antiga, que ensinava ser imoral qualquer método desonesto de aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo." (p. 65-66, ênfase

minha) Economia moral tradicional, religiosidades com influências contraditórias, ideais revolucionários assentando-se de modo dissonante em valores comunitaristas e messiânicos: todos complexos simbólicos indexados a sociabilidades irredutíveis entre si em sua concreção experiencial e na solidez de suas necessidades, exigências e expectativas (os grupos religiosos na especificidade de seus conflitos, o *Lebenswelt* comunitário, os laços familiares, as tradições próprias a cada ofício, os distintos engajamentos dos trabalhadores rurais – regular, sazonal, por empreitada, conforme sua qualificação –, os "clubes de debate e sociedades de taberna", sociedades reformistas, constitucionalistas, clubes de leitura, grupos de discussão, as experiências de migração, etc.), cuja interpenetração, e entrecomposição, torna a atmosfera de cada um destes quadros associativos ao mesmo tempo específica porém familiar, cada qual amparando em si o halo de todos os outros. Como expõe Merleau-Ponty (2010a, p. 859) referindo-se à justeza de uma "concepção existencial da história", "a concepção do direito, a moral, a religião, a estrutura econômica se entresignificam na Unidade de um gesto ou como os motivos 'fisiológicos', 'psicológicos' e 'morais' se entrelaçam na Unidade de uma ação e é impossível reduzir a vida inter-humana seja às relações econômicas, seja às relações jurídicas e morais pensadas pelos homens, assim como é impossível reduzir a vida individual seja às funções corporais, seja ao conhecimento que nós temos desta vida. Mas em cada caso, uma destas ordens de significação pode ser considerada como dominante, tal gesto como 'sexual', tal outro como 'amoroso', outro enfim como 'guerreiro' e mesmo na coexistência, tal período da história pode ser considerado como cultural sobretudo, político primeiramente, ou econômico." E neste momento de nossa argumentação já devem se estar tornando visíveis os contornos de um ponto que nos é essencial, e que se faz necessário esclarecer mais detidamente de forma a evitar possíveis mal-entendidos relativos ao que estamos caracterizando como *complexidade relacional*, ou seja, um feixe de relações intersubjetivas mais ou menos institucionalizadas enquanto *eminentemente constitutivas das classes populares* que, assim, i) se não podem ser reduzidas unilateralmente às posições dominadas que ocupam na estrutura social (*locus* ocupado na estrutura econômica, posição em um campo de forças relativamente autônomo, volume de recursos, etc.) porquanto sua gama de determinações é compósita em múltiplos sistemas sociais ou quadros de pertencimento e frequentação; ii) se, subsequentemente, os móbeis de sua estrutura subjetiva derivam da conjugação de subsistemas culturais vários que se entrelaçam, se aproximam e se entretecem sem no entanto jamais eliminar a particularidade imanente à

espessura hermenêutica uns dos outros em a) uma unidimensional subordinação simbólica ou, inversão igualmente problemática, em b) um culturalismo cujos pressupostos assentam-se em um idealismo simultaneamente epistêmico e normativo resultando em um folclórico *Volksgeist* unilateralmente abstraído de sua vinculação existencial a uma sociedade estratificada; iii) se, portanto, as investigamos, as classes populares, para além de suas reduções homogeneizantes, tal procedimento tampouco pode simplesmente recair nos equívocos do outro extremo discursivo, qual seja, ceder a determinadas tendências contemporâneas em descrever as camadas populares em particular ou o mundo social em geral somente pela fragmentação e dissolução de suas formas através de concepções absolutamente desestruturadas e ultraindividualizadas da realidade social, espécie de 'gramática niilista' pressupondo uma mal-formulada aleatoriedade como seu 'fundamento'. A nosso ver, isto equivaleria não a uma explicação mas exatamente a sua renúncia em forma de virtude – as "migalhas" da vida social. *Busca-se aqui multiplicar as relações consideradas pertinentes à compreensão das trajetórias populares, não dissolvê-las*.

1.2 Complexidade relacional e heterogeneidade constitutiva

Em qualquer teorização sociológica é preciso certamente sublinhar as diversas formações sociais que frequentamos de modo a fornecer uma adequada definição dos atores e da estrutura social, ela mesma multisistêmica, em sua reciprocidade de influências e relações diferenciais de poder (inter e intrainstitucionais, inter e intrasubjetivas). Para falar com M. Halbwachs, "quanto à moral social, quanto aos deveres sociais, sua forma é determinada pelas diversas sociedades de que nós fazemos parte: moral de classe, moral profissional, moral cívica, moral religiosa, e, também, moral do homem cultivado, moral do artista [...]." (1938, p. 103) Poderíamos radicalizar esta interpretação em si justa e frutífera e, talvez como que transportados por um ingênuo deslumbre diante de algumas correntes de pensamento, por assim dizer, pós-modernas, perguntar-nos, afinal, porque ainda manter o conceito de classes sociais para a caracterização dos laços intersubjetivos na medida em que estes são múltiplos e irredutíveis em sua esfera de atividade própria e, ainda mais, para a significação sociológica da subjetividade em termos de seus horizontes ascensionais e projetos socioeconômicos, nosso foco, visto que sua composição é tão heterogênea quão

distintos são aqueles sistemas sociais e culturais por meio dos quais eles se constituem? As classes não seriam, ainda nos termos desta suposição, apenas um dentre tantos sistemas sociais e, em termos subjetivos, apenas uma dimensão diluída entre tantas outras? Seria uma espécie de 'concessão' ao conceito cujo poder explicativo mesmo evanescendo nas configurações contemporâneas (processo supostamente mais 'adiantado' nos centros do capitalismo mundial, por isto mesmo de privilegiada referência para a compreensão de tendências menos discerníveis embora igualmente atuantes em sociedades periféricas) se revestiria ainda, quem sabe, de alguma utilidade? Por tudo o que até aqui argumentamos, evidentemente tal suposição corresponderia à sustentação de uma visão eurocentricamente simplória e unilinear da realidade social, embora ainda assustadoramente difundida em teodicéias individualizantes cuja superficialidade, em toda sua estreiteza histórica, confunde-se frequentemente em apologética. Ao mesmo tempo, uma concepção de classes apresentada nestes termos seria não apenas rudimentar e unidimensional, mas inócua. Ao contrário, posicionamos nossa problemática de maneira a já ser possível depreender que nosso objetivo consiste em abordar as referidas dissonâncias culturais e complexidade estrutural sem abdicar da compreensão sociológica de seu caráter *relacionalmente constitutivo*. Destarte, a multideterminação subjacente às orientações e horizontes socioeconômicos pertencentes aos meios populares como, por exemplo, um maior posicionamento ativo em face ao sistema econômico ou, ao contrário, o ajustamento não-problemático às injunções estruturais cuja opacidade se enreda na plena vivacidade do mundo comunitário-vicinal; a coalescência e integração à densidade econômico-moral do mundo da vida popular induzindo imperceptivelmente à reprodução social ou, por outro lado, a mobilização racionalizada e sistematizada de valores como a família e o autosacrifício transubstanciados em uma relativa maior adesão à esfera interobjetiva estimulando uma mobilidade social ascendente; medo, insegurança, subutilização de recursos e mesmo a autoimposição de limites oscilando, muitas vezes em um mesmo percurso, com ideais de emancipação pessoal, "evolução" ou quiçá um projeto de reconversão existencial alimentado pela recusa – quando não repugnância – da origem social (Ernaux, 1974), tão mais intenso em suas implicações à proporção da intensidade dos 'antigos' laços subsistentes, inclusive no interior de si; todas as formas de compromisso, ambivalência, tensão e mesmo crises ocasionadas pela relativa incompatibilidade entre "velhos" e "novos" quadros de conduta intergeracionais; em suma, todo este conjunto de variações, a nosso ver, não engendra (ou resulta de) uma liquefação de toda forma de estruturação

e institucionalização da realidade social de modo a restar como consequência a mera indeterminação das relações sociais, uma infinita flutuação sociopsíquica e agencial e, no limite, a ontologia social enquanto aleatoriedade de (des)encontros contingentes imersos em uma casualidade absoluta. Se a extensão desta multideterminação estrutural às frações populares permite *reconstruir relações onde antes se via apenas indiferenciação* ("cultura operária", "cultura de massa", "cultura popular", "ideologia", "as massas", "classe trabalhadora", "classe operária", "precariado", ou – em registro oposto mas com semelhante resultado – "indivíduos", "multidão"), é preciso, do mesmo modo, escapar ao simples estilhaçamento analítico e evidenciar a *síntese* da experiência vivida em uma atmosfera familiar, na composição de um mundo comum, com suas atrações e repulsas e que envolve a *conjugação* daqueles elementos em uma *condição existencial* que é objetiva e subjetivamente diferencial às sínteses realizadas em suas respectivas condições pelas outras camadas sociais. Por conseguinte, se trata não de indeterminação absoluta, e sim relativa ou, o que equivale a mesma perspectiva enunciada de outra forma, de uma *multideterminação* (Bourdieu, 1979, p. 119; Lahire, 2006a, p. 612-621), ainda que o esforço reflexivo mobilizado pelos agentes para a estabilização de sua experiência social heterogênea seja crescentemente requerido, justamente como efeito integrante desta condição. (Dubet, 1994, p. 228; Kaufmann, 2001, p. 162-163)

As classes como condições existenciais relacionalmente determinadas

Com efeito, as *interconexões transversais* entre o que viemos nos referindo como dimensões vertical (composta pelas relações de dominação econômica, simbólica e política) e horizontal (quadros familiares, amistosos, religiosos, associativos, etc., eles próprios portando sua relativamente específica verticalização interna com sua desigual distribuição de poder) da realidade social *conformam um fundo existencial comum*. Se por um lado, estas esferas de sociabilidade são mutuamente irredutíveis em suas respectivas espessuras afetivas, morais, culturais e no desenvolvimento próprio ao interior de seus requisitos sistêmicos, não obstante consistem, indissociavelmente, em particularizações de uma relação existencial mais ampla com o mundo social das quais são co-partícipes: *elas formam uma configuração institucional determinada*. Consoante

com esta perspectiva, em sua tentativa de superar a dicotomia idealismo-materialismo em suas causalidades unívocas por meio da determinação de uma relação mais primordial, existencial, de "motivação", Merleau-Ponty (2010a), evidentemente prolongando Heidegger (2008), aponta de modo bastante perspicaz que o "sujeito real da história" é, além de agente econômico e fator de produção, "[...] o sujeito vivo, o homem enquanto produtividade, tal como ele quer dar forma a sua vida, tal como ama, como odeia, enquanto criador ou não de obras de arte, enquanto tendo filhos ou não" (2010, p. 857-858, nota 2), e, nesta concepção, aquela dimensão vertical relativa às relações de dominação que possuem um sentido estrutural se enastram às horizontais, umas às outras se emaranhando inextricavelmente. Assim, nos afastamos da imputação de qualquer suporte sistêmico unívoco para a história e para seu tecido cultural e institucional que não repouse senão "de modo mais geral sobre a maneira de existir e de coexistir, sobre as relações inter-humanas", e que não reduza "a história das ideias à história econômica, mas as reposicione em uma história única que elas exprimem todas as duas e que é aquela da existência social." (Ibid., loc. cit.) E se, de fato, nos deparamos assim com uma configuração indecomponível do fluxo das relações inter-humanas, mais ampla e fundamento de qualquer recorte institucional particular (digamos, o 'mundo do trabalho', a esfera 'religiosa', 'amistosa', etc.), a "ambiguidade" daí derivada não pode ser recusada visto que se encontra nas coisas elas mesmas, umas extravasando seu sentido nas outras, todas se densificando reciprocamente em um *Lebenswelt* a partir do qual os cortes analíticos são mutilações e, o que é fundamental para as ciências do homem, onde o estabelecimento de *relações causais* entre sistemas fechados se torna extremamente problemático. Então, alternativamente, quando preferimos nos utilizar da noção fenomenológica de "motivações" (Husserl, Merleau-Ponty) é no intuito de acentuar o fato de que "[...] todas as motivações se entrelaçam no curso da história, o exterior se torna interior como o interior se torna exterior, e nenhum componente de nossa existência não pode jamais ser ultrapassado." (Ibid., p. 859) Quando, por conseguinte, evitamos reduzir as condições existenciais exclusivamente a sua localização diferencial em uma estrutura econômica; quando consideramos necessário, mas não suficiente, vincular estas condições a uma síntese entre propriedades subjetivas e objetivas em determinadas posições derivadas de um espaço relacional caracterizado enquanto campo de forças objetivas; quando destacamos ser preciso situar a constituição subjetiva dos agentes sociais e suas (inter)ações a uma estrutura de relações estratificadas (econômica, cultural, moral e politicamente), em sua

relativa autonomia e em suas articulações inter-sistêmicas, ao mesmo tempo sem essencializá-los, os agentes, nestas posições, estamos tomando a acepção de condições de existência em todas as suas implicações enquanto síntese concreta e irredutível de atributos 'espirituais' e 'materiais' em sua primordial multideterminação. E esta *multideterminação* como até aqui descrita, envolvendo a *articulação sintética* dos pertencimentos 'verticais' (relativos aos quadros sistêmicos de dominação) e 'horizontais' (referentes às relações familiares, vicinais, religiosas, associativas sem desconsiderar suas políticas e subordinações específicas), é precisamente o que há de diferencial, em termos relacionais, às outras classes que são assim *classes de condições de existência*, por um lado irredutíveis a um único atributo ou vinculação tomada como 'essencial' (no sentido de que todas as outras lhe seriam 'acessórias' ou causalmente subdeterminadas) mas, de outro, em nada assemelhadas a uma perspectiva pulverizada e atomística da realidade social, visão que não consiste senão em pura perplexidade, mero afeto carente de intelecção.

Portanto, se nos utilizamos desta concepção para compreender historicamente a constelação de projetos expressos por *trajetórias de classe* não o fazemos 'apesar' das modificações estruturais contemporâneas no Brasil, como se uma substância a ser relativizada em sociedades "pós-industriais" e, talvez desta forma, conservando algum poder explicativo. Se assim avançamos nossa investigação é simplesmente por não ser possível compreender de outro modo a densidade das tensões inerentes às aspirações, planos ou antecipações ascensionais mais ou menos opacas nelas presentes, quer dizer sem referenciá-las, conceitualmente, a expressões prospectivas integrantes de uma multideterminação existencial particular, mas cuja particularidade está justamente em ser própria aos meios populares no sentido de distinta às complexidades apresentadas pelos projetos nascentes em outras camadas sociais. Talvez tenha sido isto o que Thompson tinha em mente acerca das influências contrastantes exercidas – dentre outras – pela diversidade de tradições protestantes no fazer-se da classe operária inglesa na virada do séc. XVIII para o XIX, ao afirmar que "é impossível oferecer um resumo fácil da tradição dissidente, que foi um dos elementos precipitados pela agitação jacobina inglesa. *É a sua diversidade que desafia qualquer generalização, e é ela a sua mais importante característica*. Na *complexidade* de seitas concorrentes e capelas divididas temos o viveiro para as variantes da cultura operária do século 19." (2010, p. 52, grifos nossos) Por tudo isto, retornando a nosso contexto sócio-histórico relativo às últimas

décadas no Brasil, asserimos que a variação nas linhas de experiência no seio das camadas populares de que este estudo se ocupa, especificamente no tocante aos projetos ascensionais e sua micropolítica constitutiva, deve ser situada enquanto especificidade histórica – irredutível a uma 'causalidade' unívoca, quer 'material' ou 'cultural' – resultante de uma confluência de fatores que serão analisados com pormenor no decorrer do trabalho. Esta gradual inflexão, que é derivada da reprodução ampliada de seus regimes institucionais vigentes, de modo algum de sua ruptura[17] (expansão desigual da instituição escolar, ampliação da estrutura ocupacional de base oriunda da vinculação mundial periférica, maior apropriação dos recursos econômicos globais pelas camadas populares associada a uma maior participação dos rendimentos do trabalho em face aos de capital na renda nacional, aumento exponencial de grupos "evangélicos" a partir da década de 1970, intensificação da estratificação no interior dos meios populares, etc.), se dá a passos mais largos – mas não exclusivamente – no meio urbano e porta dialeticamente consigo os termos do passado aos quais os agentes sociais em questão se apegam ao se diferenciar ou, simultaneamente, se diferenciam ao neles tentar encontrar um quadro de referência estável e seguro enquanto móbeis para suas ações socioeconômicas. Não sendo linear, seu sentido mais forte e talvez o mais importante está precisamente na crescente coexistência entre trajetórias populares portando consigo estilos de vida sublimados em orientações de conduta absonantes entre si (gerando determinados (des)encontros familiares, amistosos ou conjugais e incompatibilidade de expectativas) e, como já mencionamos, no interior de um mesmo indivíduo que carrega em si uma clivagem de forças da qual, se bem que não tenha consciência da origem, a sente e, muitas vezes, a problematiza reflexivamente para si mesmo em seus próprios termos. (Archer, 2003, 2007) Isto porque atuando nesta recente reconfiguração das disposições socioeconômicas conduzidas pelas trajetórias populares ascendentes conflui uma tendência à mobilização reflexiva estimulada pela maior ou menor heterogeneidade (um desencontro, um "algo que escapa", muitas vezes sentido sob a forma de um "mal-estar pessoal") (Lahire, 2001, p. 149-150; Kaufmann, 2001, p. 160-163) entre: as

[17] Discorrendo sobre sua concepção de inércia social enquanto uma "dialética da permanência e da mudança", Cardoso argumenta que "inércia social não quer dizer rigidez, nem denota um mundo sem história. Inércia remete a um ambiente certamente estratificado, hierárquico e resistente à mudança de sua estrutura geral. Mas não supõe nem a inquebrantável rigidez dessa estrutura, nem a imobilidade *das pessoas* nela. Inércia quer dizer simplesmente que as mudanças, que ocorriam e eram visíveis aos contemporâneos, obedeciam a uma lógica que era a da permanência dos padrões de dominação, que asseguravam o controle dos meios de reprodução econômica social e cultural nas mãos de poucos, mesmo que esses poucos fossem cada vez mais numerosos ao correr dos Novecentos." (2010, p. 187-188, grifo no original)

experiências socializadoras familiares; uma mais extensa experiência escolar (inclusive envolvendo o ensino superior) com a especificidade de seus princípios linguísticos e normativos institucionais, suas exigências reflexivas em tudo contraditórias e mesmo negadoras da 'naturalidade' da experiência socioafetiva familiar (a "rua", a vizinhança, etc.) (Berstein, 1972); uma maior planificação da conduta com crescente apelo à lógica estratégica e concorrencial da ação (Dubet, 1994) na esfera econômica e profissional associada em boa medida à expansão do setor terciário da economia com seus pré-requisitos ocupacionais (Pochmann, 2012, p. 10-11; Quadros, 2010c, p. 19-21; Schwartz, 1990, p. 9), tudo isto podendo ou não se vincular a uma religiosidade neoprotestante, aliás, cujo maior ou menor "sucesso" ou estabilidade da conversão, consideramos, não é inteligível senão em função de sua sinergia com os outros espaços de subjetivação – e não exclusivamente por seus efeitos considerados *per se*. Trata-se de princípios subjetivantes associados a processos sociais elencando referências normativas e expectativas de conduta que, se entranhando umas nas outras em um mundo familiar comum, não o fazem sem no mesmo movimento reforçar sua relativa irredutibilidade subsistêmica. E quando refratada nos horizontes socioeconômicos das *trajetórias a um só tempo populares e ascensionais*, esta micropolítica tende a motivar um relativo desenraizamento dos laços fortes (Granovetter, 1973, 1983) como hegemônicos na composição de projetos, laços que não mais exerceriam sua força externa e coercitivamente (aos quais os indivíduos deveriam se acomodar, ajustando-se a seu lugar na economia afetiva familiar) mas seriam, o que é absolutamente distinto, cada vez mais interiorizados enquanto sentido para a vida e mobilizados enquanto propulsores da própria conduta individual, familial ou matrimonialmente planificada. Ao passo que estas tensões demandam um trabalho agencial em compatibilizar variadas linhas de experiência inerentes aos anseios em "evoluir", "crescer", "prosperar" ou a busca por uma "vida melhor" – termos recorrentes em nossas entrevistas e materiais coletados –, elas resultam, em parte, deste esforço reflexivo mesmo.

É precisamente neste esforço de objetivação sociológica que consideramos frutífero estender analogicamente as distinções estruturantes que compõem as frações médias e superiores do tecido social às camadas dominadas, não sem as precauções que toda transposição analógica requer em relação a seus limites. (Passeron & Grignon, 1989, p. 116-138) Este procedimento significa reconstruir as *(micro)mobilidades* ali presentes de modo a torná-las aos olhos do investigador menos opacas e indiscerníveis:

no caso, trata-se das frações horizontalmente identificáveis em função do volume mas também da composição dos recursos (predominantemente econômicos e/ou culturais). Na medida em que é evidentemente problemático estabelecer tais diferenciações em termos de *capitais* em setores sociais que lhes são caracterizados pela relação de privação, quer dizer pela sua (relativa ou completa) ausência, Jan Rupp (1995, p. 93) oferece uma interessante alternativa, a qual consiste em identificar distintas modalidades de *orientação* e *investimento* (majoritariamente econômico por um lado, cultural de outro): "é possível defender que encontramos uma outra variável no interior da classe popular e das frações de classe que a estruturam, o que somente é possível com a condição de definir as dimensões fundamentais do espaço social não em termos de capital mas em termos de orientação e investimento econômicos e culturais." (Ibid., p. 94) Segundo as explorações empíricas do autor, a partir da descrição do volume, da composição e, inclusive, da antiguidade destes investimentos poderíamos definir com maior precisão condutas socioeconômicas que apresentam padrões alternativos em lidar com condições objetivas – em termos de posição relacional na estrutura social e suas propriedades correspondentes – relativamente homogêneas.[18] O decisivo para nossos propósitos é que esta heterogeneidade de orientações economicamente referenciadas, estruturante das possibilidades objetivas das micromobilidades inerentes à configuração do mundo popular, se aderem a uma *atitude perante o mundo de maior envergadura*. Ou seja, a uma determinada gama de investimentos mais ou menos distintos ou combinados (econômicos, envolvendo algumas vezes a posse de pequenas instalações comerciais mais ou menos improvisadas como uma pequena venda na extensão do quintal ou uma oficina na garagem domiciliar; culturais, como a obtenção do diploma de nível médio ou uma formação profissionalizante, ou ainda técnica – neste caso já nas franjas das camadas médias; ou nada além de si e do corpo enquanto recurso caso este não se constitua também em mais um "fardo" pelas impossibilidades físicas e etárias acumuladas na própria condição[19]) corresponde uma posição dominada variável na estrutura social, cada uma implicando em distintas experiências perante a vulnerabilidade, a (i)rregularidade dos rendimentos e as relações de subordinação

[18] "Por orientação econômica entendemos aqui uma atitude pragmática, a busca do sucesso, a preferência por matérias cognitivas e um ensino convencional. A orientação cultural implica a focalização sobre a criança, seu desenvolvimento socioemocional, a afirmação de si, a independência e a criatividade, o desenvolvimento da competência social, o senso crítico, a arte e a cultura." (Ibid., p. 94-95)

[19] É o caso, por exemplo, das prostitutas populares cuja expectativa por um "velho otário" que lhes garanta estabilidade e um mínimo de conforto se torna crucial diante do avanço da idade com sua resultante desvalorização profissional. (Fonseca, 1996, p. 24-30)

presentes (distintas, por exemplo, no caso de um operário qualificado, um atendente de *telemarketing*, uma vendedora no comércio ou um lavador de automóveis informal); distintas origens sociais (migrante, urbana, rural, em relação à escolaridade dos pais, a criação infanto-juvenil por parentes ou irmãos mais velhos, habitual nas classes populares); além de diversas clivagens culturais (marcadas por relações com a escolarização mais ou menos infelizes, determinadas formas de religiosidade, etc.). Como nos lembra Andrew Sayer (2005) retomando Adam Smith, os "sentimentos morais" perante a condição de classe, e que se fazem presentes naqueles investimentos 'econômicos', possuem amplo escopo alternando ou combinando reconhecimento, (in)justiça, indiferença ou tolerância, ressentimento, vergonha ou humilhação, os quais favorecem desde a insubordinação consciente e politizada à completa assunção de um senso de inferioridade moral e uma subsequente corrosão da estima de si (Souza, 2003, 2009),[20] para não mencionarmos a ambivalência, em muitos casos, entre o orgulho da ascensão social coexistindo com o mal-estar em deixar os companheiros "para trás".[21] Por conseguinte, é preciso considerarmos que conjugada a esta dimensão 'objetiva', tal qual se apresenta nestas trajetórias ascensionais em função de sua mobilização diferencial de recursos, está todo um conjunto de múltiplas experiências subjetivantes e vínculos interpessoais que conferem a razão de ser daquela mobilização, i.e. o *sentido* daquela orientação (econômica e/ou cultural) na dupla denotação tanto de sua 'direção' como de sua 'significação', e que demandam a busca sociológica de sua síntese singular.

A heterogeneidade interna a cada classe possui uma sistematicidade que lhe é própria, uma específica combinação de linhas de experiência, ação e interação que as integra, a diferenciando relativamente a todas as outras, e a qual é preciso descortinar.

[20] Em nossas entrevistas observaremos como a interiorização de um senso de indignidade ou de um menor valor de si ante outrem, principalmente de outros meios sociais, pode ser particularmente experimentada com aguda intensidade em casos de ascensão social.

[21] Segundo Duarte e Gomes (2008, p. 266) os ideais de autonomia, ascensão social e "auto-afirmação" podem ser negativamente apreciados por alguns membros das classes dominadas, especialmente "os que se sentem deixados para trás", do ponto de vista "da ruptura das redes de solidariedade vicinais e de sangue", expresso no dizer: "todos os que sobem esquecem dos que ficam." Para uma 'sociopsicanálise' dos sentimentos de culpa e "traição" ao meio popular de origem, e mesmo distanciamento afetivo em relação aos pais, apresentados por um agente internamente atravessado por conflitos de classe engendrados – em um aparente paradoxo – pelo próprio projeto parental voltado a sua ascensão social Cf. Gaulejac (1987, p. 34): "ele é dilacerado do interior por este conflito que é a tradução ao nível psicológico das relações de dominação entre duas classes." Não é por outra razão que, como nos recorda R. Hoggart, "os membros das classes populares hesitam frequentemente a se tornar contramestres ou suboficiais, receando que os acusemos de terem passado para 'o outro lado'." (1970, p. 119) Aliás, posteriormente teremos oportunidade de observar que exatamente a mesma expressão "passar para o outro lado", inclusive em sua denotação acusativa, fora registrado também em nossa investigação.

Para isso se torna premente reinserir as tradicionais análises voltadas às relações interclasses (sociologia do trabalho, estudos de ‘estratificação social’, sociologia econômica, etc.) no campo existencial mais amplo destes sistemas de variação a que estão submetidos os distintos grupos sociais e seus espaços de circulação internos, visto que é a concretude vivida desta combinação que as caracteriza respectivamente, e não somente sua (sempre relativa) homogeneidade. Em nosso trabalho é isto o que visamos esclarecer quando nos colocamos a questão da maneira como condicionantes relativamente autônomos atuam na subjetivação de trajetórias populares ascendentes, no caso, vetores de seus projetos econômicos, por isto mesmo nunca totalmente econômicos.

2 Mediações sociais e singularização dos projetos socioeconômicos

Classes: a pseudodicotomia entre generalidade e singularidade. Múltiplas socializações enquanto dispositivo de mediação. Considerações metodológicas: as "variáveis" pertinentes e seus pontos focais. O papel coatuante do agente 'socializado' no processo de subjetivação. Trajetória exemplar (estudo de caso). Microexperiências de classe e o fluxo fenomênico. A inevitável pressuposição de uma escala de análise e o recurso a sua variação como forma de produção de conhecimento.

Por não serem redutíveis a uma determinada posição na estrutura social (vinculação funcional ao sistema econômico, posição em um campo de forças relacional conforme a natureza dos capitais em disputa, maior ou menor volume de recursos econômicos e/ou culturais, etc.); ao não serem plausivelmente passíveis de uma caracterização meramente culturalista ("cultura popular", "cultura operária", "*Volksgeist*"); porque ambas as abordagens são unilaterais e homogeneizantes ao desconsiderarem a pluralidade das esferas de pertencimento sociais e culturais (familiar, vicinal, amistosa, escolar, religiosa, laboral, etc.) transversais à estruturação subjetiva de seus agentes e, por conseguinte, à *sociogênese de suas motivações e condutas socioeconômicas*, por tudo isto postulamos no capítulo anterior a *multideterminação das classes populares*. E não é por outra razão que se por um lado esta complexidade de forças sociais internas a uma classe tende a delinear condições existenciais que são mais ou menos *gerais* a determinados indivíduos relacionalmente àquelas condições vivenciadas por outras camadas sociais, por outro, engendram condutas *singulares* quando analisadas sob a perspectiva dos múltiplos espaços de sociabilidade por meio dos quais a mesma condição popular se manifesta a cada um de seus agentes. É sobre isto que trata este capítulo. Nele, dando prosseguimento a nossa investigação, argumentaremos que *a adequada compreensão dos horizontes e práticas socioeconômicas manifestas por agentes das classes populares* (o modo de inserção no mercado de trabalho, as formas de gestão dos recursos econômicos, os investimentos em ativos de qualificação, etc.) pressupõe a superação – teoricamente consciente de si e investigativamente prolongada através do estabelecimento de dispositivos metodológicos – do artificial antagonismo entre duas perspectivas, antagonismo que encerra na verdade o compartilhamento tácito de uma visão unilateral dos fenômenos sociais de um ponto de vista para nós problemático. Com efeito, em *um primeiro*

momento, a busca por uma hermenêutica dos horizontes e projetos econômicos populares (o esforço pela formação de um patrimônio familiar, o investimento escolar de si ou extensível aos filhos, o sentido que assumem determinadas escolhas, adesões e mobilidades ocupacionais – utilitarismo, vocação, dever, fruição, etc.) e de seu vetor (declinante, reprodutivo, ascensional, oscilante) demandam o delineamento das condições histórico-estruturais de sua composição, tais como: o dinamismo da morfologia ocupacional, sua vinculação central ou (semi)periférica à economia mundializada – na medida em que isto impacta na estrutura econômico-funcional de cada país –, as taxas de associação entre origem e destino ocupacional prevalecentes entre as frações populares, o volume de recursos econômicos, a expansão concentrada do capital cultural favorecendo a inflação de diplomas, etc.. Em *um segundo momento*, contudo, é preciso analisar também a fisionomia que esta ênfase sistêmica e objetiva assume na estruturação subjetiva dos agentes em questão. Nesta mudança de escala investigativa, perceberemos que a condição popular, seja ela central ou periférica, se modula por meio de um feixe de experiências socializantes enquanto esferas de subjetivação relativamente autônomas cujo entrelaçamento existencial produz não somente a multideterminação de sua condição como, no mesmo processo, a singularidade de seus horizontes socioeconômicos.

2.1 Classes sociais e (dis)senso comum acadêmico: a pseudodicotomia entre generalidade e singularidade

A semântica predominante em praticamente toda e qualquer abordagem acerca do problema das classes, quer em sua crítica ou sua defesa conceitual e independente do modo como se realize, pressupõe como parâmetro uma maior ou menor homogeneização das condições existenciais. Tudo se passa como se, por um lado, o *locus* ocupado no sistema econômico (cada vez mais definível, para a imensa maioria da população mundial, em termos de sua inserção em uma estrutura ocupacional, sua hierarquia de status ou prestígio assim como suas respectivas probabilidades de mobilidade intergeracional entre as distintas categorias ocupacionais); ou a posição em múltiplos campos de relações diferenciais de poder e prestígio em função da natureza, volume e da composição de capitais em jogo (principalmente econômico e cultural em suas diversas subespécies, as outras formas lhes estando subordinadas); ou o simples

nível de rendimentos (subdividindo a população em determinadas faixas entre as quais os indivíduos circulariam no tempo); em outras palavras, como se as propriedades "objetivas" além de todas as tradições culturais e político-associativas correspondentes, ensejassem as condições de possibilidade de formação de uma (cultura de) classe, esta subentendida como uma espécie de matriz gerativa homogeneizante cujo poder se intensificaria ou atenuaria conforme os tempos e lugares em questão. Por outro lado e em proporção inversa, as coisas se passariam de modo tal que, ainda nos termos deste debate, as reconfigurações históricas contemporâneas (a descentralização produtiva associada à intensificação do processo de mundialização sob hegemonia da forma financeirizada de capital; as novas tecnologias da informação e a emergência de modalidades organizacionais em 'rede'; as demandas por flexibilidade e polivalência no mercado de trabalho com aprofundamento de sua competitividade e da fragmentação entre seus quadros mais ou menos qualificados, com a subsequente maior vulnerabilidade e instabilidade ocupacional para os últimos, majoritários; expansão absoluta e proporcional do setor terciário da economia mundial – atingindo também seus países periféricos – em detrimento do primário e do industrial, em termos de produto e população ocupada; as novas formas de manifestação cultural e expressão política cuja fundamentação se pluraliza através de novos enquadramentos étnicos, de gênero, religiosos, ecológicos, etc., etc.) tenderiam a dissolver aquelas condições objetivas e sua (suposta) forma centralizada de conflito em múltiplas e mais ou menos autônomas estratificações (de gênero, étnica e "racial", política, econômica, informacional – os "analfabetos digitais" –, urbana, etc.).[22] Assim, consoante com tais modificações históricas contemporâneas, nos encontraríamos em configurações societárias cujos engajamentos associativos se diversificariam, as modalidades de comunicação se multiplicariam, e onde as condutas individuais se apresentariam como cada vez menos interpretáveis a partir da referência aos escopos 'tradicionalmente'

[22] É assim que, discutindo o que chama de "desigualdades múltiplas" como tendência imanente às sociedades "pós-industriais" em sua "desintegração" funcional e sistêmica, François Dubet defende que "a fragmentação da estratificação e o *cracking* cultural multiplicam os critérios de definição das desigualdades e de cada posição social. Enquanto a estrutura de classes enquadrava as desigualdades em um conjunto relativamente estável e legível, nós entramos em um sistema de desigualdades múltiplas. Múltiplas no sentido em que os padrões de medida das desigualdades são cada vez mais numerosos. A classe social agregava as desigualdades entorno do trabalho e de uma condição, as desigualdades hoje se difratam sobre uma série de índices e indicadores mais ou menos coerentes. Desigualdades múltiplas também na medida em que cada um de nós se define por uma pluralidade de registros e cristaliza diversas características sociais mais ou menos desiguais e mais ou menos congruentes entre si." (2009, p. 69) Se ao menos Dubet possui a lucidez histórica em não generalizar sua (unilateral e baseada em dicotomias simplistas) análise para além da França, o mesmo não pode ser dito acerca de inúmeros outros autores cujo superficial ensaísmo é com frequência acriticamente importado e reproduzido nos países periféricos.

considerados (nacionalidade, origem social, ocupação, gênero, etc.). Por conseguinte, tornar-se-ia, pelo próprio movimento das forças históricas objetivas (no sentido de transcendentes a cada sujeito em particular), cada vez mais apropriado o falar-se em singularizações e individualizações e, como corolário, o aprofundamento de "sociologias do indivíduo", um programa estipulado até mesmo como teleologicamente latente já nos primórdios da disciplina. (Martuccelli; Singly, 2009) Restaria então aos investigadores da generalidade em decomposição argumentar e demonstrar a permanência – não obstante o reconhecimento de importantes mudanças – de aspectos que tenderiam, em probabilidade maior ou menor, a *ainda* diferenciar os destinos individuais em função de sua origem social.[23] As abordagens que de algum modo tratassem de classes, caso *ainda* possuíssem algum poder explicativo, o fariam não mais sob o aspecto de uma essência a sobredeterminar todos ou um grande leque de comportamentos da vida social (opiniões políticas, filiações religiosas, práticas culturais, "visões de mundo", etc.), devendo naturalmente abdicar do monopólio explicativo sobre o espaço socioexperiencial com suas mencionadas formas emergentes e relativamente autônomas de estratificação, sociabilidades, grupos de pertencimento, exigências institucionais, formas múltiplas de construção identitária e adesões políticas, requisitos ocupacionais mutáveis e flexíveis, etc. Destarte, o que se revela neste debate mais ou menos explícito ou difuso conforme o autor ou tema em foco é o fato de que, subjacente a um aparente dissenso, *suas premissas são compartilhadas de modo não-problemático* e reforçam, por sua oposição, uma espécie de *senso comum acadêmico*; em questão estaria apenas em qual ponto da controvérsia se situar dentro de um espectro pré-definido de posicionamentos possíveis.

[23] Para uma argumentação versando sobre a "contínua relevância" de uma abordagem e de um programa de pesquisas em termos de classes sociais estruturalmente definidas como explicação cientificamente pertinente de comportamentos em sociedades contemporâneas cf. J. Goldthorpe e G. Marshall (1997). Nesta exposição são demonstradas a permanência do poder explicativo envolvendo taxas diferenciais de mobilidade conforme a origem social; o aumento da escolarização, não como dissolvendo mas se vinculando às classes pela sua capitalização diferencial assim como por um novo reforço do peso da origem social em face à igualdade (ou inflação) de diplomas; ou ainda é esclarecido o "mito" da tendência supostamente unilateral ao declínio da associação entre classes e mobilização político-partidária como leitura liberal e espontaneísta, ao que se sugere como alternativa a ênfase na historicidade (oscilante e variável) como fator de alternância desta associação. Durante todo o século XX, inclusive na atualidade, segundo os autores "o que se revela é uma notável persistência de desigualdades vinculadas à classe e de padrões diferenciais de ação social em função da classe, inclusive em períodos envolvendo rápidas mudanças no nível da estrutura econômica, das instituições sociais, e das conjunturas políticas." (Ibid., p. 61) Para posições semelhantes, i.e. da argumentação acerca da contínua pertinência do recurso ao conceito de classes não obstante as transformações – ou úteis a sua própria compreensão – no último quarto do século XX cf. entre outros Beynon (1995, 1997), Schwartz (2009), Scott (2002).

Ora, mas são as premissas mesmas que aqui recusamos. Nosso capítulo anterior, no qual argumentamos acerca da *multideterminação existencial das classes populares* e das classes em geral, nos fornecera elementos suficientes para não nos determos em uma pseudodicotomia nos termos da qual, ao pólo dos enquadramentos institucionais clássicos, supostas matrizes gerativas de homogeneidade, opor-se-ia uma teleologia individualizante em que agentes singulares, primordialmente autodeterminados, possuiriam suas condutas cada vez menos atribuíveis (ou simplesmente interpretáveis por referência) a sua origem social, sua inserção ocupacional (já que múltipla e instável), gênero, etc. Se ali sublinhamos que tão importante quanto vislumbrar a complexidade constitutiva dos meios populares e de suas condutas socioeconômicas, as orientações normativas e volicionais nelas inscritas, se encontra a consideração teórico-metodológica do caráter *estruturante* desta multideterminação – a maneira como se *conjugam* em uma mesma subjetividade e sua orientação de conduta –, neste caso trata-se de evitar a anacrônica embora recorrente oposição indivíduo X sociedade, o primeiro como progressivamente emancipado da segunda, como se estivéssemos diante de duas 'substâncias' atomisticamente reificadas. Segundo N. Elias, "é tacitamente reconhecido [...] que é 'social' aquilo que em todos os homens é 'idêntico', enquanto o que possuem de 'particular', aquilo que faz de cada um dentre eles um ser original, diferente de todos os outros homens, numa palavra, uma individualidade mais ou menos notável, seria, nos satisfazemos em crer, um elemento extra-social ao qual emprestamos, sem muito refletir e deixando no mais das vezes as coisas bastante vagas, uma origem natural ou biológica ou uma origem metafísica, conforme o caso. O pensamento e a observação não prosseguem para além daí." (1991, p. 98) E, visando estabelecer nossa problemática para além dos termos simplistas com que se apresenta o conteúdo de tal argumentação em que as mencionadas configurações societárias contemporâneas – os países centrais à guisa de 'vanguarda' daquilo que se propagaria por distintas variações nas ('letárgicas') regiões periféricas – tenderiam a engendrar uma maior ou menor desidentificação intergeracional, desenraizamento dos laços comunitário-vicinais e pluralização (ou descentramento) individualizante da experiência, desta forma solapando o (residual) potencial explicativo das tradicionais "variáveis de classe" (e.g. ocupação paterna e atual, rendimentos, nível de diploma) perante as práticas (políticas, culturais, religiosas, associativas), podemos lembrar que "a forma de comando psíquico do comportamento de um indivíduo é, do próprio fato de haver crescido no seio de um certo grupo – pensemos somente em sua língua materna –, absolutamente 'típica' deste grupo, e ela é

ao mesmo tempo, do fato de haver crescido ocupando uma posição relacional única na rede de sua sociedade, absolutamente individual, uma versão única deste caráter 'típico'". (Ibid., p. 102) É somente, e tão somente, por meio desta condição – sem a qual sua individualidade não seria senão esboços de uma animalidade incompleta – que cada ser humano adquire seu caráter singular, único e distinto de todos os outros, inclusive de cada um no interior de seu próprio grupo social. Com efeito, aquilo que Elias fala relativamente à sociedade em geral destacamos no tocante às classes de condições existenciais, i.e. que ela "[...] *não é somente o fator de caracterização e de uniformização, ela é também o fator de individualização*". (Ibid., p. 103, grifos no original) Evidentemente, não se trata de secundarizar ou subestimar a importância da multiplicação das injunções estruturais e culturais, inclusive no seio das sociedades periféricas. É precisamente o contrário que se passa e visamos compreendê-las em toda sua intensidade naquilo que impactam em nossa perspectiva. Portanto, o que se faz necessário como única maneira de *objetivar sociologicamente a plurivocidade dos horizontes ascensionais dos meios populares*, quer dizer enquanto simultaneamente *plurívocos e populares porque multideterminados*, é ultrapassar o superficial antagonismo entre: i) classes como (necessariamente produtoras de) generalidade e ii) indivíduos como lhes opondo sua singularidade, ou talvez "autenticidade", pressuposto simploriamente presente em diversas problematizações dos fenômenos históricos, como se aos maligno-maquínicos móbeis anônimos e impessoais, suas engrenagens sistêmicas, se antepusesse uma heróica força asocial, infinita, romântica, irredutível... Distintamente desta versão caricaturalmente primitiva das ciências do homem – cuja recorrência é tributável em grande parte a sua simplicidade intelectiva – é mister sublinhar que nas manifestações históricas em geral, e naquilo que estamos enfocando como condições existenciais diferenciais em particular, só é possível haver generalidades (instituições, grupos, modalidades de conduta, religiosidades, etc.) ou, se preferirmos, os fatos sociais objetivos, impessoais e ascendentes durkheimianos, concretizados ou efetivados de modo irreproduzível e contingente, absolutamente único, o que equivale a dizer, embora de outro modo, que não há processo de subjetivação que não se constitua, em seu próprio vir a ser, por meio de historicidade, impessoalidade e objetividade interiorizadas. É preciso simplesmente reconhecer que estamos diante de *dois olhares* acerca dos "fatos" do mundo social, duas ênfases distintas, porém cuja aparente oposição apenas pode resultar de um ingênuo e sub-reptício deslize que substancializa a linguagem das coisas em coisas mesmas. É desta maneira que R.

Hoggart pôde, com riqueza de detalhes, descrever ambos os aspectos, geral e particular ou – em outro registro – 'macro' ou 'micro', do estilo de vida da *working class* inglesa nos bairros operários das primeiras décadas do séc.XX, de *modo complementar*. Ao se referir ao "senso do particular" e ao "gosto do concreto" que caracterizam sua conduta, compara: "os outros fazem ou despendem dinheiro, se cultivam ou buscam o saber. A vida das classes populares, se desejássemos resumi-la em uma frase, é uma vida densa e concreta, onde a ênfase é colocada sobre o senso de intimidade, o valor do grupo doméstico e o gosto dos prazeres imediatos. Se trata, sem dúvida, de um sistema de valores característicos das classes populares do mundo inteiro." (1970, p. 151) Por outro lado, desta vez aproximando a lente para outro nível descritivo, o autor ressalta a sinestesia constitutiva da experiência e da memória dos bairros populares: da vizinhança com suas *variações próprias de luminosidade* nas construções e residências ou por entre as brumas de inverno; os *odores* característicos (agradáveis como o peixe frito, peculiares como os cosméticos baratos das irmãs preparando-se para uma 'saída' ou desagradáveis como a onipresente urina de gato, os animais também cointegrando a vida do bairro); as *sonoridades* (emissões de rádios, conversas, risos, discussões); os *diversos paladares* (indissociáveis das lembranças das companhias nas refeições ou ainda dos 'lanches' digeridos na contemplativa caminhada pelas ruas do bairro), todo um leque inesgotável de *microexperiências* inerentes à densidade existencial da vida comunitário-vicinal (1970, p. 105-108), inscrevendo-se diferencialmente nas memórias de todos e de cada um de forma que, ao mesmo tempo em que constitui um mundo experiencial e sensório-afetivo comum a seus membros relacionalmente distinto da mesma complexidade própria às outras camadas sociais, podemos vislumbrar o quanto singulariza cada um pela infinitude de sua combinação mesma. Desta forma, condições de existência compartilhadas 'em geral' por determinados indivíduos se lhes apresentam, não obstante, com feições e mediações únicas, a partir de múltiplas combinações interativas e experienciais infinitesimais pelas quais estes mesmos indivíduos se tornam, inevitavelmente, sempre relativamente representantes de seu grupo e relativamente singulares, predomínio a ser conferido em função da *perspectiva* que, explícita ou tacitamente, adotamos. Nas palavras de Lahire, "poderíamos afirmar que a 'época' ou o 'espírito do tempo' nada explicam e não compelem ninguém ou que, em todo caso, supondo que pudéssemos defini-los com um pouco mais de precisão, eles não constringem a todo mundo da mesma maneira, pois todo mundo não vive ou não se apropria da 'época' ou do 'ar do tempo' em questão da mesma forma em função de sua

situação no mundo social e de suas experiências incorporadas sob a forma de disposições a ver, sentir, e agir de uma certa maneira. *São portanto sempre refratados, reapropriados e modulados que os elementos os mais gerais de um contexto histórico produzem efeitos em tal ou qual indivíduo singular*." (2010, p. 74-75, grifos nossos) Por conseguinte, se por um lado é importante sublinhar que as condições existenciais engendram a) uma relativa homogeneização das condutas, aspirações e horizontes de possibilidades (com camadas de recursos escassos econômicos e culturais relacionalmente estratificadas, probabilidades de mobilidade ocupacional que aproximam o destino vivido entre indivíduos de uma mesma origem tanto quanto os afastam das chances relativas comparativamente aos outros estratos sociais, propriedades objetivas concretamente flexionadas através de um amalgama pelo qual se encontram infusas e coalescidas com uma gama infinita de outros atributos como cor, religiosidade, gênero, etc. a partir dos quais somente os interesses da investigação podem selecionar o que se torna ou não pertinente objetivar), em outras palavras, uma relativa homogeneização dos *projetos* que orientam (enquanto condição de compreensão de) toda e qualquer ação econômica em particular, de outro lado, no entanto sem que haja contradição na medida em que se trata da indiscernibilidade inerente às coisas do mundo social, no interior deste movimento estas mesmas condições são b) *singularizantes* destes mesmos projetos através das inevitáveis modulações por que se manifestam aos agentes sociais, estrutural e fenomenicamente.

2.2 Múltiplas socializações como dispositivo mediador: considerações acerca das "variáveis" pertinentes e seus pontos focais

Por tudo o que dissemos, é indissociavelmente teórica e metodológica a importância que assume para nosso trabalho o recurso a uma concepção de *múltiplas socializações* (Lahire, 2001, 2002, 2013; Parsons, 1951a, 1951b; Darmon, 2006), ainda que associadas a todo um conjunto fenomênico de microexperiências institucionalmente irredutíveis porém da mesma forma atuantes na conformação das *trajetórias populares*. Isto em razão de operarem como *dispositivo de mediação* entre, de uma parte, o que caracterizamos como classes de condições existenciais em toda sua historicamente inalienável multideterminação, assim como, por outra, a composição de horizontes ascensionais e projetos socioeconômicos em sua singularidade. Já nos referimos no

capítulo anterior sobre os equívocos presentes na transposição para as ciências do homem de qualquer concepção simplista de causalidade – como se operássemos uma espécie mal-formulada de mecânica social para a explicação das condutas humanas; antes reafirmaremos que em pauta estão *dois olhares* que revelam, acreditamos de modo complementar, duas dimensões da realidade social ou, se preferirmos, *escalas de análise* (Levi, 1989; Revel, 1998; Lepetit, 1993; Lahire, 2006a, 2010) cuja passagem de uma à outra (que operaremos regularmente, mas cônscios de tal procedimento) é *condição de sua compreensão recíproca*. Assim, a partir destes aportes e com o intuito de balizar metodologicamente as questões por nós levantadas, prosseguiremos à *reconstrução* de determinadas "variáveis" clássicas para os estudos de mobilidade, além de acrescentarmos-lhes outras que, defenderemos, são de irrecusável relevância. Nosso objetivo consiste em estabelecer que, ao mesmo tempo em que elas habilitam a objetivação de um tecido relacionalmente estratificado, em seu modo de ser tendendo a aproximar determinadas trajetórias na proporção de seu distanciamento de outras (e.g. as distintas probabilidades de destinos ocupacionais com seus respectivos níveis de recursos econômicos e culturais, a possibilidade de uma determinada conformação patrimonial, expectativas e anseios prospectivos diversamente orientados) conforme compartilhem ou não de determinadas propriedades (em termos de origem social, posição na estrutura ocupacional, volume e composição dos recursos escassos, etc.) tanto consideradas em si como por seu permanente impacto na conformação da estrutura subjetiva, *pari passu*, se enfocadas e retrabalhadas de modo alternativo se bem que complementar, principalmente quando conjugadas com outras camadas intersubjetivas e experienciais com as quais estão existencialmente entretecidas, então, estas mesmas variáveis clássicas possibilitam, também, a reconstrução das *modalidades de singularização inerentes à conformação de cada trajetória*, isto é, o fazem mesmo (ou justamente quando) consideradas nos termos daquelas mesmas variáveis pelas quais antes apenas objetivávamos probabilidades, recursos diferenciais, "trajetórias modais", enfim enfocávamos generalidade e homogeneidade. Analisemos como:

Sistema de "variáveis" retrabalhadas em novos pontos focais[24]

Obs.: os itens 'a)' dizem respeito às utilizações tradicionais das referidas variáveis, enquanto os itens 'b)' remetem a *novos pontos focais* em seu interior. Estes últimos, longe de contradizer as abordagens anteriores, visam enriquecê-las em uma *nova visão de conjunto*. É também por esta razão que, em seguida, é acrescido o fator nº6. Desnecessário lembrar, por tudo o que dissemos, que qualquer destes fatores extrai sua força de atuação não de si, analiticamente, e sim da intrínseca relação que mantém com cada um, e cada um por meio de todos os outros em seu entrelace historicamente indecomponível. Por isto, consideramos mais apropriado reconstruí-los sociologicamente sob o prisma, não de "variáveis", e sim mais rigorosamente pelo que denominamos por *variações existenciais*.

"Variáveis" de base: i) sexo, ii) idade, iii) cor: cada um destes fatores, todos portadores de pautas sociológicas específicas por enfeixarem uma gama de demandas, expectativas, anseios identitários e relações de poder particulares, aliás assim como todos os outros elementos pertinentes listados à seguir também irredutíveis a uma única forma de abordagem, será contudo reconstruído *em função de nossa perspectiva*, i.e. em conjunção com eles, no estatuto de seus refratores. Constituem mais um importante aspecto modular que contribui no efeito combinado de todas as outras "variáveis", no sentido de base histórico-existencial da qual são todas indícios-simplificações.

1. Origem social, enquanto: a) propriedades objetivas (e.g. indicadas pela ocupação paterna) / b) composição intrafamiliar, comunitário-vicinal e regional quanto à maior ou menor heterogeneidade interna de instâncias socializantes, e sua natureza;

2. Nível de diploma, enquanto: a) capital cultural / b) experiências institucionais escolar e universitária;

3. Volume de recursos econômicos, enquanto: a) capital econômico / b) impacto experiencial na estrutura subjetiva;

4. Ocupação, enquanto: a) posição relacionalmente estratificada no sistema econômico / b) linhas de experiência próprias ao mundo do trabalho;

5. Esferas de sociabilidade, enquanto a) associativa, política e sindical / b) mas também conjugal, amistosa, religiosa, envolvendo as práticas culturais associadas às novas tecnologias 'em rede', etc.);

6. Eventos enquanto marcos biográficos, e o recurso socioreflexivo ao 'trabalho sobre si' no sentido da construção de uma identidade narrativa ou narrativa identitária.[25]

1. Qualquer constatação estatística de que uma mesma *origem social* (do ponto de vista da ocupação paterna, ainda se diferenciarmos no interior de uma mesma ocupação os efeitos conforme a escolaridade e o capital econômico) tende a aproximar probabilisticamente os destinos ocupacionais não pode ignorar-se enquanto construção analítica macromodelizante que opera enquanto sintoma abstraído de uma realidade que, ao ser reconstruída do ponto de vista da experiência vivida dos agentes sociais, revela injunções, espaços interativos, esferas de sociabilidade e de produção de sentidos,

[24] Este quadro sumaria os pontos norteadores da investigação que são desdobrados em nosso roteiro de entrevistas (cf. apêndice B).

[25] A narrativa não é apenas a revelação de elementos biográficos já dados; ela *participa* desta conjunção entre o geral e o particular. (Ricoeur, 1990)

expectativas e anseios que tornam estes mesmos indivíduos, comparados a todos os outros que compartilham daquele mesmo 'destino', detentores de uma conduta que pode ser caracterizada como "excepcional normal" (Revel, 1998), não a despeito de sua origem mas, ao contrário, exatamente *por meio dela*, ou melhor através da multiplicidade de suas interações portadoras, cada uma, de camadas experienciais e significantes polissêmicas, "excepcionalidade" e "normalidade" portanto que variam e são ressaltadas dependendo do modo como esta "variável" é enfocada pelo pesquisador. Este compartilhamento de uma mesma posição de origem, da qual a categoria ocupacional paterna se propõe a ser indício, não é *per se* causalmente eficaz (pouco importando os índices de associação estatística entre 'origem' e 'destino') porquanto ela não existe *in abstracto* e sim concretamente, inextricavelmente vinculada à transmissão de uma atitude perante a vida da qual é somente *parte*, e na qual concorrem matrizes socializadoras com poder diferencial de atuação em função de distintas e contraditórias presenças (ou ausências) intrafamiliares (paterna, materna, além de toda diversidade da parentela ascendente, descendente ou colateral, i.e. os avós, filhos, irmãos, tios, primos, agregados, etc.). A maior ou menor heterogeneidade do leque de influências e propriedades objetivas muitas vezes conflitantes no seio da esfera familiar envolve, para mencionar alguns exemplos dentre incontáveis possibilidades: a exemplaridade das condutas para muito além da tematização,[26] sua gama de relações com o trabalho e o *ethos* implicado, as modalidades de gerenciamento orçamentário, as diferentes relações com a instituição escolar e de diplomação entre os pais,[27] os casos de alcoolismo

[26] A regular contradição entre a valorização escolar discursivamente sustentada nas famílias populares e uma relação outra com o mundo que transmite, pelo exemplo cotidiano, sua negação prática, é apontada por Jessé Souza (2009). Acerca dos anseios parentais de ascensão social projetados aos filhos, Gaulejac (1987, p. 63) nos lembra que subjacente ao cruzamento destas influências "um elemento permanece todavia dominante: a criança que se torna pai tende a transmitir a seus próprios filhos, para além do conteúdo manifesto de seu projeto, a maneira pela qual ele mesmo triunfou ou fracassou em sua busca por criar mediações às contradições que o atravessam. Trata-se portanto de um elemento central da identidade herdada." Nesta mesma linha, envolvendo a transmissão cultural das classes populares de um determinado investimento escolar a seus filhos, O. Schwartz (1990, p. 411-412) afirma que "abstratamente convencidos de que 'a escola é importante', e que 'hoje se você não tem diploma você não tem nada', sustentando este discurso a seus filhos, eles [os pais oriundos dos meios populares] o desmentem rapidamente ao significarem inconscientemente por seus atos que seus verdadeiros interesses estão alhures." Assim, prossegue o autor, "o modelo paterno efetivamente percebido, enraizado na cultura trabalhadora, priva de eficácia as palavras nas quais não se associam engajamentos verdadeiros." (Ibid., loc. cit.) Além disso, suas observações etnográficas demarcaram uma nítida diferença na frequência do acompanhamento dos estudos dos filhos entre os pais das camadas populares, tanto maior à medida que dispunham de maior capital cultural e econômico. (Ibid., p. 413)

[27] Os "aprendizados lúdicos" envolvendo "jogos educativos" infantis e brinquedos pedagógicos que permitem "introduzir a escola em casa", ou simplesmente estimulam a "continuidade entre os espaços familiar e escolar" para as crianças, são consideravelmente mais mobilizados enquanto estratégia educacional difusa nas frações mais diplomadas das classes médias e superiores em detrimento dos jogos

(geralmente masculinos) ou os (recorrentes) abusos sexuais de trabalhadoras domésticas migrantes ainda adolescentes (como verificado em nossos relatos), as formas de religiosidade (seu sincretismo e intensidades de envolvimento), o caso dos "filhos de criação", os variáveis graus de engajamento afetivo e as distintas possibilidades de estímulo ao desenvolvimento linguístico e à iniciativa individual (Bernstein, 1972), etc. A infinita combinação destas influências enquanto forças de subjetivação, umas se concatenando nas outras, compõe, em cada trajetória popular considerada não em termos modais (isto é em função de sua probabilidade e representatividade típicas para um determinado grupo) mas em seu espaço de variações, a irredutível especificidade de sua experiência vivida no seio do que denominamos sob a rubrica 'origem social'. Ademais, *a origem popular jamais pode ser abstraída das flexíveis redes comunitário-vicinais*, os "laços fortes" (Granovetter, 1973, 1983) ali envolvidos frequentemente entrelaçados aos de parentesco (a coabitação no mesmo bairro, sítio, vila, favela, 'cortiço', pensão, quintal, etc.) e em conjunção com os quais adquire uma maior ou menor força centrípeta perante os horizontes de prospecção de seus integrantes. Em consequência, as "estratégias de mobilidade" aí presentes ou a racionalidade mobilizada diante das possibilidades ascensionais (por exemplo, as migrações e estratégias matrimoniais de trabalhadoras domésticas) (Jacquet, 2003) se tornam completamente incognoscíveis caso dissociadas do nexo vital destes laços intersubjetivos, transversais à "casa, família, trabalho e localidade", inclusive por seus aspectos agonísticos e sua conflitividade mais ou menos latente muitas vezes sentida sob a forma de opressão e cuja violência das irrupções é proporcional à densidade afetiva em jogo. (Duarte; Gomes, 2008, p. 127-143; 192) Da mesma forma, este espaço de variações interativas intrafamiliares, coextensível como se mostra a uma mais ou menos ampla e flexível rede comunitário-vicinal – cada qual com seus próprios requisitos de sociabilidade e sua diversidade interna de produção de expectativas –, se *territorializa regionalmente*. Tendo em vista nossos propósitos, esta origem e percurso regionais enquanto variantes de um arco de tradições possíveis podem ser subdividas conforme se trate de: a) meio rural ou urbano; b) cidades de grande, médio ou pequeno porte; c) grandes regiões do

e brinquedos "recreativos" proeminentes nas camadas populares, o que ilustra as modalidades sutis, aparentemente insignificantes, através das quais aquilo que estamos considerando como "socializações de classe" exercem seus efeitos diferenciais. (Darmon, 2006, p. 29-33) Nesta direção, ressaltando que "a condição familiar é um conceito multidimensional", e levando em conta os impactos, além do capital econômico, do capital cultural, do "envolvimento" familiar com os estudos dos filhos na educação básica, além da composição familiar (mono ou biparental), é possível constatar que "a influência do fator econômico sobre o desempenho de estudantes se dá sobretudo de forma indireta." (Soares; Collares, 2006, p. 617)

país, todos fatores cuja influência nos horizontes de mobilidade, seu imaginário, opacidades, inseguranças e recusas, é enorme, operando enquanto quadro de referência afetivo-territorial *implícito* porém permanentemente balizador das condutas.

2. O *nível de diploma*, isto é uma determinada formatação cultural institucionalmente sancionada e capitalizável no mercado de trabalho, possui o mesmo duplo vetor – homogeneizante-singularizante – de acordo com o modo como operamos este indicador ou, mais exatamente, de acordo com quais de seus aspectos selecionamos enquanto focalmente pertinentes. Em sua dimensão recursiva para as classes populares, e exatamente na proporção em que se expande o alcance da instituição escolar (o início de uma suposta "democratização escolar", marcada no Brasil pela quase-universalização do ensino fundamental a partir de meados da década de 1990, assim como desde então uma considerável expansão do nível médio e, inclusive para os meios populares, de frequência ao ensino superior), registra-se uma *inflação de diplomas em todas as categorias ocupacionais* (Ribeiro, 2007, p. 200-208; 314; IBGE, 2010b; Cardoso, 2008), de forma que uma suposta "ascensão" escolar, ao menos para a maior parte das trajetórias populares, dissimula a permanência na mesma condição de origem através de um movimento de "translação global" da estrutural social análogo ao que ocorrera, e ainda ocorre, em diversos países do mundo (Bourdieu, 1979, p.159-185; Goldthorpe; Marshall,1997). Ademais, os pré-requisitos da cultura escolar, em seu conteúdo como em sua forma, em tudo se afastam das modalidades de sociabilidade dos meios populares gerando entre crianças e adolescentes inúmeras expressões de estranhamento, negação, e incompatibilidade de expectativas,[28] daí resultando um peculiar arranjo institucional onde, como por uma espécie de re-enquadramento "espontâneo" da

[28]Ao se referir às especificidades linguísticas das famílias populares, particularmente em seus efeitos na socialização infantil, Basil Bernstein aponta suas dissonâncias em relação aos requisitos e demandas institucionais escolares. De acordo com o clássico trabalho do autor, se o "código comunicativo" (*communication code*) no seio destas famílias "enfatiza verbalmente" o comunitário em detrimento do individualizado, o concreto em detrimento do abstrato, a substância no lugar da elaboração de processos, o "aqui e agora" mais provavelmente do que a incursão por motivos e intenções, os mecanismos de controle social fundados mais na obediência a posições hierarquicamente estabelecidas do que formas pessoalizadas e discursivamente abertas à negociação, ainda que este sistema comunicativo seja provido de vastas potencialidades expressivas, metafóricas e estéticas, todavia as ordens de relevância e aprendizado direcionadas às crianças são frequentemente incompatíveis com o código comunicativo exigido para o sucesso escolar: "onde a criança é sensível ao sistema comunicativo da escola e assim a suas ordens de aprendizado e interação, então a experiência escolar para esta criança implica em desenvolvimento simbólico e social; onde a criança não é sensível ao sistema comunicativo vigente na escola, então a experiência desta criança na escola implica em mudanças simbólica e social. No primeiro caso nós temos elaboração da identidade social; no segundo caso, mudança da identidade social. Assim, entre a escola e a comunidade das crianças oriundas das classes trabalhadoras pode vir a existir uma descontinuidade cultural calcada em dois sistemas de comunicação radicalmente diferentes." (1972, p. 472-473)

ordenação das coisas, se reproduz em todos os níveis de ensino instituições escolares "de baixo desempenho" para alunos "de baixo desempenho" (ou simplesmente apresentando "taxas de frequência líquida" deficitárias, oscilação entre períodos de abandono e retorno aos estudos, dupla jornada obstaculizando o investimento intensivo, etc.), crescentemente distanciadas de instituições "de elite", voltada ao mercado de alunos "de elite". (Alves, 2010; IPEA, 2010d) Assim, em termos de seus efeitos relacionalmente considerados – e é somente em seus termos estruturais que podemos compreender aquilo que no senso comum e oficial é convencionalmente apresentado simplesmente como uma 'expansão da escolaridade média' – a universalização da instituição escolar e sua ampliação tendem a ser diferencialmente apropriadas (qualitativa e quantitativamente) e capitalizadas entre as classes sociais, resultando na homogeneização das oportunidades de inserção ocupacional dos jovens oriundos das camadas populares, justamente onde se encontram o maior contingente de desempregados.[29] Tomar isto em conta é absolutamente *necessário* à correta compreensão dos horizontes ascensionais aí envolvidos. No entanto, não deixa de ser *insuficiente* para a reconstrução de sua densidade hermenêutica, isto é, em sua positividade. Ora, já sublinhamos a insuficiência analítica no procedimento de caracterização das frações populares exclusivamente pela falta (ou *menos-ser*), procedimento cujo equívoco se encontra menos na evidenciação de sua vinculação subordinada à estrutura social, efetiva e concretamente experienciada e empiricamente transbordante para o caso brasileiro, do que na *parcialidade* que se pretende totalizante e o faz às expensas da destituição de todas as outras dimensões ou esferas de subjetivação populares as quais, se de modo algum deixam de exprimir seu "lugar" dominado, por outro lado o excedem por uma infinidade de outros "lugares". Neste sentido, se é inegável que a instituição escolar jamais pode ser compreendida na

[29] É neste sentido que, já desvalorizado o diploma de nível fundamental, a inflação de credenciais escolares passa a atingir, em medida crescente, os detentores do ensino médio na mesma proporção em que este se expande para os meios populares. Assim, ainda no ano de 2007, 71% do total de desocupados possuíam entre 15-34 anos, e, mais importante neste caso, dentre os desocupados no intervalo de 20-24 anos, 56,2% cursaram ao menos um ano do ensino médio, quer dizer em curto período uma proporção já consideravelmente maior do que o intervalo etário logo a seguir, entre 25 e 29 anos, no qual esse percentual era de 46,6%, demonstrando o quanto sua posse é cada vez menos garantia de uma ocupação para as novas gerações, menos ainda de estabilidade ocupacional. (Quadros, 2009, p. 14-17) Ao contrário, nestas mesmas faixas etárias relativas à PEA, a proporção de desocupados os quais cursaram ao menos um ano no ensino superior é exponencialmente minoritária, atingindo por exemplo apenas 11,2% dos jovens entre 25 a 29 anos (Ibid., loc. cit.), e observaremos em capítulo posterior como este nível de diploma, em decorrência do valor das credenciais na atual configuração do mercado de trabalho, opera enquanto ruptura objetiva para as possibilidades ascensionais da imensa maioria das frações populares assim como de reprodução dos estratos médios.

produção de seus efeitos quando dissociada do tecido diferencial no qual suas linhas de atuação se distribuem e que condicionam sua eficácia e significação, também o é que estes mesmos efeitos não podem ser reduzidos a simples "variáveis dependentes" (relativamente à origem social por exemplo) tanto mais na medida em que produzem clivagens internas às próprias classes populares incidindo, inclusive, no seio daquela mesma 'origem social'. A socialização propriamente escolar possui uma especificidade linguística, normativa, reflexiva, um conjunto de expectativas particulares com impactos experienciais e prospectivos irredutíveis aos requisitos sistêmicos das relações intrafamiliares e de vizinhança, à "cultura da rua" (Mauger, 2005), quer dizer, ela apresenta um conteúdo semântico que não pode ser anulado e subsumido exclusivamente à inércia objetiva de uma "translação global". A concretude destes efeitos 'escolares' de subjetivação, maiores tanto mais novas as gerações, contribuem para a modulação de trajetórias singulares, "excepcionais normais", ainda que sejam normalmente invisíveis na conformação das clivagens populares; eles não somente produzem expectativas e anseios distintos intergeracionalmente como, o que é de grande relevância, engendram distanciamento, e mesmo cisões, no próprio seio das gerações populares mais novas em função de sua desigual escolarização, sendo este aliás o fator por que nosso recorte pode apenas ser em parte 'geracional'. De fato, centrando nossa investigação em suas frações mais escolarizadas, justamente por sua convergência às trajetórias ocupacionalmente ascendentes, é preciso *reposicionar o ponto focal* desta "variável" (a simples "escolaridade") para compreendermos que, longe de um impacto unívoco nos projetos vinculados à mobilidade, um maior percurso escolar envolve uma multiplicidade de experiências possíveis (Alves *et al*., 2013; Dubet; Martuccelli, 1997) segundo a natureza e a frequência de: estímulos ou obstáculos variantes no interior de uma mesma composição familiar (como o engajamento e acompanhamento ou não das atividades escolares por pais, irmãos, etc., que dependem eles também da relação que por sua vez mantiveram com a instituição escolar, práticas disciplinares e tipos de obrigação, a presença e a maneira de aplicação de castigos, recompensas, condicionamentos, etc.), frequência às aulas, a relação mais ou menos (in)feliz com a prática e os investimentos nos estudos (concentração, apetências, dificuldades), com a instituição propriamente dita (as aulas, os alunos, professores e demais funcionários), a chamada "taxa de frequência líquida" (com grandes atrasos normalmente servindo como desestímulos à continuidade nos estudos e obstaculizando a sociabilidade no ambiente escolar), planos compartilhados com colegas ou amigos (e.g. a mobilização em comum

para a inscrição em ensino médio, ou pré-vestibular comunitário, visando tal ou qual curso universitário, práticas comuns que tendem à relativa autonomização das decisões parentais principalmente no caso de pais portadores de poucos recursos escolares). O caso da frequentação ao ensino superior, embora minoritária cada vez mais recorrente nos meios populares, leva ao paroxismo o impacto do percurso escolar na singularização destes projetos que se tornam assim, em seus esquemas reflexivos e mobilização de recursos, tão distintos das frações médias estabelecidas quanto das camadas populares mais vulneráveis, o que se reflete muitas vezes em um mal-estar permanente, uma subutilização de recursos e ambiguidades em sua conduta econômica (e.g. demissões voluntárias ou autoexclusão antecipada de cargos de maior responsabilidade, decisões aparentemente "irracionais" da perspectiva do mercado de trabalho) que jamais seriam compreensíveis por abstração de sua trajetória como a estamos aqui defendendo: em sua multideterminação.

3. Não determinando as classes senão para o senso comum, antes sendo por elas estruturalmente determinados, estão os *recursos econômicos*. Quer mensurados sob a forma de faixas de rendimentos como nas estatísticas (semi)oficiais através de sua superficial objetivação da estrutura social como um espaço unidimensionalmente plano onde os indivíduos circulariam – como num estranho conto em que os mesmos personagens oscilariam entre dias de "classe média" e dias de "pobreza", em sucessivos e curtos intervalos, embora não o soubessem –; quer como apropriação da renda nacional por parcelas ou camadas da população (refletindo sua maior ou menor distribuição ou concentração); quer enquanto "distribuição funcional da renda", procedimento que diferencia a renda nacional em uma parte oriunda do trabalho e outra derivada de propriedades de capital (lucros, juros, renda imobiliária, etc.); em suma, seja de qual modo venham a ser considerados, rendimentos, patrimônios (de difícil aferição, especialmente no caso brasileiro) ou propriedades, os dispositivos de visualização do volume e da natureza dos recursos econômicos distribuídos pela população (ou da população neles distribuída) nos permitem *grosso modo* discernir camadas populacionais e, assim, postular uma relativa homogeneidade interna a cada uma, estimar sua relação com o capital cultural, categoria ocupacional, gênero, cor, etc. Para efeitos de ilustração, particularmente no caso brasileiro se afiguram classes superiores detentoras de um volume de recursos semelhante às camadas superiores francesas e, conformativas desta mesma estrutura social, determinadas frações

populares cujos recursos disponíveis se assemelham aos estratos sociais homólogos do Sri Lanka ou dos meios rurais da Indonésia, de modo que nos deparamos no interior de um mesmo país com um *microcosmo das desigualdades globais*, para ser mais preciso cuja magnitude é análoga àquela encontrada *entre* países, ou melhor, entre as frações economicamente dominantes dos países centrais e os grupos subordinados dos países periféricos.[30] (Milanovic, 2006, p.19) É por esta razão que, como um primeiro momento metodológico absolutamente indispensável, na sequência de nosso trabalho retomaremos em detalhe a especificidade da condição popular (semi)periférica num sentido histórico-estrutural pelo qual observaremos que os hiatos relacionais entre os homens assumem traços distintos dos encontrados em países de capitalismo central, assim como sua diversidade constitutiva uma maior complexidade. Entretanto, se visamos permanecer coerentes a nossa perspectiva, é imperativo não desvencilharmos este conjunto de características (o quadro dos recursos escassos com suas privações materiais e restritivas de possibilidades existenciais cujos índices no Brasil são, apesar de recentes inflexões, mundialmente paradigmáticos) de seu *conteúdo vivido* experiencial e semanticamente, e que pode, em sinergia com todos os aspectos até aqui mencionados, gerar desde a apatia, indignação, vergonha ou senso de inferioridade até uma autoconsagração narrativa dramaticamente forjada no decorrer das 'provações' enfrentadas ou dos obstáculos superados – quer pelos "testemunhos" públicos dos neopentecostais, quer pela adesão a uma ideologia meritocrática (tradução na esfera política de uma tal trajetória, antes, sentida e vivida como tal), ou o engajamento militante. Deste modo, assim como o capital cultural, o econômico possui, além da dimensão de recurso escasso e diferencial, uma pluralidade de efeitos subjetivamente constitutivos e atuantes; isto porque historicamente aproximando determinados conjuntos de indivíduos num entrelaçamento vital inextricavelmente material e simbólico, um mundo comum, por outro lado não deixa de os tornar únicos pela particularidade com que (distintos graus de) vulnerabilidades são administradas, os sentimento morais engendrados e compartilhados (ou não) pelos familiares ou pares, pela (maior ou menor) diversidade de suas possibilidades desiguais de racionalização da conduta econômica mas, também, pela imputação de significados e investimentos socioeconômicos muitas vezes conflitantes, todas inflectidas pelas múltiplas instâncias de subjetivação aí sempre presentes (religiosa, afetiva, amistosa, conjugal, envolvendo

[30] Agradeço esta referência a Rodrigo Cantu.

distintos compromissos filiais, etc.). Uma condição mais ou menos vulnerável em relação aos rendimentos não estimula simplesmente uma determinada maneira de gerir a escassez; inscreve nos horizontes e nos projetos dos indivíduos que a atravessam experiências tão diversas como a distribuição dos corpos no espaço e suas modalidades de apropriação dependendo dos tipos de moradias (em bairro popular, favelas, pensões, a mudança para conjuntos habitacionais ou residências, etc., com maiores ou menores déficits de infraestrutura e a forma como são apreciados), as formas de solidariedade presenciadas (favores, mutirão, sociedades de apoio mútuo conforme as tradições regionais, dependência pessoal), as memórias do 'lar' (se autoconstruída, os moradores "de favor", as vizinhanças, a existência ou não de determinados aparelhos eletrônicos e mobiliários e sua história de aquisição, as refeições em comum ou sua ausência, a posse ou não de animais de criação), os casos de experiências migratórias, as projeções acerca de uma "boa vida" e toda sorte de diversidade empírica enquanto condição de possibilidade de compreensão e pressuposto daquilo que se denomina, em outro registro e no mais das vezes sem muita preocupação sobre o que se fala, de 'interesses', inclusive de classe.

4. A *ocupação*, convencionalmente agregada em categorias ocupacionais, é o principal indicador contemporâneo (por exemplo na sociologia do trabalho ou nos estudos de estratificação social) do que se postula como uma posição de classe, não somente porque a imensa maioria da população (em termos proporcionais) passa a ser crescentemente destituída de qualquer forma de propriedade (grande ou pequena, rural ou urbana) no decorrer do século XX (Wright-Mills, 1969; 1973, p. 329-345) de modo a alocar-se nos sistemas econômicos dos países centrais ou periféricos em ocupações; não apenas porque os capitais econômico e cultural acima mencionados estão vinculados em grande medida à posição na estrutura ocupacional (no caso brasileiro podemos com considerável segurança estimar o nível de recursos econômicos e culturais entre as diferentes categorias ocupacionais, cf. Quadros; Maia, 2010b; Santos, 2002, p.228-276; Hasenbalg; Silva, 2003, p. 48-54); mas principalmente devido a este modo de objetivação do social permitir, diferentemente dos anteriores, a visualização de uma estrutura relacional de posições hierárquica e funcionalmente estabelecidas. É, com efeito, o indicador que nos permite vislumbrar ou 'mensurar' os índices de mobilidade social (inter ou intrageracional) no espaço destas posições em termos de probabilidades da associação entre origem e destino ocupacional. Convencionalmente representadas

como gramática produtora de homogeneidades por excelência (econômica, cultural e política) no decorrer do século XX, as 'relações de produção' passaram a ser consideradas como responsáveis, crescentemente nas reconfigurações do mundo do trabalho nas sociedades centrais e periféricas contemporâneas – principalmente a partir da década de 1970 nos países centrais e de 1990 no Brasil –, por gerar fragmentação funcional, flexibilização jurídica e contratual, instabilidade ocupacional, desengajamento político nas formas convencionais (sindical e partidária), em resumo um processo de "precarização" comparativamente ao arranjo institucional keynesiano-fordista ou ao que se costuma referir-se no caso brasileiro como "fordismo periférico", onde tal arranjo nunca se instaurou em grau comparável. Nexo vinculante dos indivíduos ao sistema econômico, a estrutura ocupacional o faz menos por fixá-los cada qual a uma ocupação exclusiva e sim, sobremaneira no caso das trajetórias populares em contexto de reestruturação produtiva, pela circulação diferencial dos indivíduos por estes espaços funcionais (as ocupações populares sendo justamente as que registram as maiores taxas de *turnover*).[31] Com efeito, este processo implica na multiplicação dos espaços de sociabilidade e de produção de sentido para a vida. É isto o que tornaria metodologicamente desajustada a nosso objeto, pois teoricamente inadequada, a escolha pela concentração investigativa em um único foco ocupacional[32] em detrimento da *trajetória de seus ocupantes*, porquanto esta é cada vez menos redutível à ocupação, não como querem determinadas abordagens em que viveríamos em um delirante mundo pós-trabalho, e sim porque, o que é absolutamente distinto, os indivíduos perpassam – em um intervalo de tempo mais curto nos últimos anos – estas distintas ocupações sem a elas, no sentido de cada uma em particular, necessariamente vincular suas aspirações. Claro, esta circulação ocupacional *jamais é aleatória*; estamos diante de espaços de mobilidade inter e intrageracional com probabilidades imensamente variáveis. Ainda assim, nestes espaços de probabilidades *uma ocupação é um ponto numa trajetória* ou, o que é a mesma coisa, uma trajetória é constituída de uma infinidade de pontos. Como corolário, também aqui, dependendo do ponto focal adotado para esta 'variável', é possível e na verdade frutífero operá-la enquanto quadro produtor de homogeneidades

[31] Segundo Pochmann (2012, p. 93), "entre 1999 e 2009, a taxa de rotatividade cresceu significativamente para os empregos com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal. Para os empregos que pagam entre 0,5 e 1 salário mínimo mensal, a taxa de rotatividade foi de 85,3% em 2009, com aumento de 42,2% em relação à rotatividade do ano de 1999." Em contrapartida, "os trabalhadores de maior remuneração possuem as menores taxas de rotatividade [...]". (Ibid., p. 94)

[32] E.g. os atendentes de *telemarketing* como em Ruy Braga (2013), representantes do que o autor conceitua como "precariado" na esteira de Guy Standing (2013).

(as categorias ocupacionais assim como as probabilidades diferenciais de mobilidade para cada uma) sem deixar de simultaneamente manifestar desdobramentos ímpares em sua combinação empírica com todas as outras 'variáveis' na conformação de uma mesma trajetória. *A fortiori* se tomarmos em conta, como de fato o faremos em nossa pesquisa, os processos de *micromobilidades*, isto é as mobilidades ocupacionais (ascendentes, todavia em constante oscilação com as descentes) no interior, melhor, constitutivas das classes populares, e invisíveis para a objetivação estatística quando realizadas no interior de uma mesma categoria ocupacional.

5. As *múltiplas esferas de subjetivação*, suas formas e graus de engajamento, os tipos, forças e contraforças dos laços estabelecidos, estão presentes em: relações conjugais, círculos amistosos, clubes, associações (civis ou militares), cooperativas, sindicatos, militância, partidos, grupos religiosos, esportivos, encontros ocasionais, etc., nos quais é forçoso levar em conta a consonância ou dissonância das propriedades de seus integrantes, não apenas do ponto de vista de sua heterogeneidade interna pois que elas devem ser comparadas às propriedades apresentadas pelos nossos entrevistados. A frequência a estes espaços de '*com*-vivência', de produção de experiências, são probabilisticamente deveras desiguais conforme o estrato social, alguns dos quais, como no caso da religiosidade neoprotestante (enquanto "solvente" de outras relações, para utilizar os termos de Pierucci) (2006), são institucionalmente configurados a pretenderem um exclusivismo de influências e tendem por esta razão a enquadrar inúmeras esferas da vida como comportamentos, vestimentas, as práticas culturais e lazeres avaliados como legítimos, o mercado matrimonial, e potencialmente todo o conjunto de expectativas e orientações normativas de seus integrantes. No entanto, tais matrizes socializadoras institucionais (Lahire, 2002, 2013) não existem senão em relação (de concorrência, oposição, complementaridade, diferença) umas em relação às outras (de modo que suas pretensões de exclusivismo não são senão a forma de posicionamento perante tal concorrência) e, de nossa perspectiva, serão reconstruídas não em si porém como força de subjetivação integrante às condições existenciais, logo, concretamente combinadas às "variáveis" anteriores. Assim, além de diferenciarem os agentes sociais, as múltiplas participações e adesões a sistemas de interação com assunção de papeis, expectativas e valores distintos (Parsons, 1951a, 1951b), os quais envolvem e balizam suas orientações econômicas (e.g. a expansão do Neopentecostalismo e da "Teologia da Prosperidade" sobretudo nas classes populares

no decurso das últimas décadas) (Mariano, 2004; Da Silva, 2005), se inscrevem volicional, afetiva e moralmente em suas condutas, tornando a 'direção' de sua balística ascensional *desprovida de sentido* quando abstraída da complexidade das motivações que a movem.[33]

6. Por fim, destacamos metodologicamente a relativa autonomia dos *eventos* (institucionais, coletivos, individuais, ou mesmo 'naturais') enquanto marcos biográficos (Leclerc-Olive, 2003, 2009; Bessin *et al*., 2010) e, por isto, o papel da temporalidade narrativa (Ricoeur, 1980; Berger, 1972) no relato de nossos entrevistados. Ao olhar sociológico não cabe reduzir as sínteses de experiência vivida dos fatores elencados, selecionados entre infinitas possibilidades e reconstruídos em sua inesgotável variabilidade interna *na medida de nossos propósitos investigativos*, a efetivações de uma essência que os predeterminaria enquanto momentos, ou partes, de uma História total na qual encontrariam sua verdadeira razão de ser. Ao expressar a condição de um grupo, uma classe, uma filiação religiosa, ou talvez um determinado papel na divisão do trabalho doméstico, um indivíduo nunca lhes é perfeitamente redutível porque concretiza um *excesso de sentidos* em si, resultante dos múltiplos pertencimentos pelos quais se forma sua trajetória, de modo que, para falar com J.C. Passeron e J. Revel, se por um lado é "o conjunto de questões de que o investimos – e das quais ele é suscetível de ser investido – que faz o caso", por outro, é preciso assumir que "em qualquer argumentação que um caso particular se encontre mobilizado, ele jamais lhe é utilizado – e ele não o seria sem inconsequência – como um elemento intercambiável em um conjunto já circunscrito por uma definição genérica ou como a resultante de um encontro entre leis de alcance universal; ele não pode ademais ser retido como a variante livre de uma estrutura invariante ou a especificação automática

[33] Citando casos de influências decisivas decorrentes dos laços de amizade, matrimoniais, filiais, etc. no peso de escolhas profissionais, inclusive acarretando menores remunerações, cargos menos prestigiosos, etc. pela importância dos primeiros, Claire Biddart (2010, p. 232) lembra que "é preciso reconhecer que os móbeis afetivos são pouco estudados em sociologia, embora quando examinamos conjuntamente por exemplo os percursos profissionais e os percursos conjugais, somos muito rapidamente convencidos da impossibilidade de abstrair as escolhas profissionais dos engajamentos afetivos..." Ainda nesta argumentação, Biddart complementa que os afetos intersubjetivos podem, em determinados contextos, influenciar no deslocamento de finalidades individuais em prol da manutenção da própria relação, em outras palavras na inclusão da relação no sentido dos projetos (por exemplo profissionais), ainda que tais "afetos" variem eles mesmos em força e intensidade, ou mesmo conflituosidade, no tempo e no espaço. Ademais, não é somente pelo contraste com as vias profissionais que estes laços podem valer; eles operam também pela motivação, exemplaridade, etc. com que podem atuar, como no desejo de oferecer "uma vida melhor" a alguém, como os filhos. Assim, "a influência interpessoal intervém de formas diversas nas 'grandes decisões' que escandem os percursos, e o caráter afetivo dos laços conta em muito na capacidade de inflecti-los. Os parentes e cônjuges se mantêm bastante presentes, mas a eles se juntam também amigos ou pessoas ocupando lugares bem mais periféricos nas redes relacionais." (Ibid., p. 233)

de uma norma." (2005, p. 11-12) Isto será desenvolvido ainda no decorrer deste capítulo, principalmente na discussão acerca da alternância entre escalas de análise. De qualquer forma adiantamos, inclusive para melhor compreensão do estudo de caso que apresentaremos a seguir, que para nossos objetivos um *evento* é tudo aquilo que institui um *marco biográfico* (Leclerc-Olive, Ibid.), ou seja que estabelece uma espécie de calendário interno (com um antes e um depois) com referência ao qual os projetos ascensionais precisam ser interpretados. Se os (des)encontros e acasos da vida social jamais ocorrem de modo completamente aleatório, não obstante, sua mera ocorrência particulariza ao infinito cada uma de todas as trajetórias populares demandando, pelo seu impacto vivido, reacomodações e (re)construções narrativas identitárias. Para Peter Berger (1972, p. 68) "estamos sempre a reinterpretar nossa biografia", o que significa que "o bom senso erra redondamente ao considerar que o passado seja algo fixo, imutável, invariável, oposto ao fluxo contínuo do presente. Pelo contrário, pelo menos em nossas próprias consciências, o passado é maleável e flexível, modificando-se constantemente à medida que nossa memória reinterpreta e re-explica o que aconteceu." O autor ressalta que este "processo de reformulação do passado" ou de permanente reconstituição biográfica se tornou muito mais intenso na "era moderna" com a diversificação de seus sistemas sociais e culturais, além das constantes mobilidades geográficas e sociais por que perpassam os indivíduos. (Ibid., p. 68-69; 77) Naturalmente, estas reformulações narrativas do passado são necessariamente parciais assim como, seu caráter, "semiconsciente"; neste sentido, "essas contínuas modificações e ajustes na biografia raramente se integram numa definição clara e coerente da personalidade", ainda que as reformulações da autoimagem possam ser deliberadamente visadas em determinados casos, como no recurso às técnicas psicoterápicas. (Ibid., p. 72-73) Leclerc-Olive certamente fora inspirada por Berger quando este afirmara que "a conversão [e.g. religiosa] traz uma nova periodização à biografia" ou, "em outras palavras, a conversão é um ato no qual *o passado* é dramaticamente transformado." (Ibid., p. 73, grifos no original) Eventos relativamente contingentes (falecimentos, separações, litígios, migrações, graves crises econômicas, institucionais, ecológicas, etc.), assumindo lugar enquanto marcos biográficos na estrutura subjetiva dos agentes sociais, delineando sua temporalidade vivida de modo, ao mesmo tempo, a requerer e possibilitar a construção narrativa de uma 'identidade' (parcelar, fragmentária, cuja coerência é antes de tudo experiencialmente vivida e contextualmente encarnada): neste processo, estamos diante da imperiosa necessidade que se coloca a todos os agentes

sociais em maior ou menor medida conforme os contextos, qual seja, a imensamente variável prática de *lidar consigo*, com uma presença que se impõe a si, momento em que a história se volta sobre si mesma assumindo uma expressão reflexiva.

O papel coatuante do agente 'socializado' no processo de subjetivação

Este último dos seis fatores listados a ser objetivado por nossa pesquisa na interpretação das condutas populares e que pressupõe um papel coatuante dos agentes na configuração de sua própria experiência social, um trabalho sobre si que é por sua vez ele mesmo propulsionado pela experiência sobre a qual incide, é de grande relevância visto que nos propomos mobilizar, enquanto dispositivo teórico e metodológico, uma concepção de múltiplas socializações como o intermédio pelo qual as classes de condições de existência vêm a ser enquanto *projetos*, quer dizer *projeção temporal de si*. A razão desta afirmação está em que o papel do agente 'socializado' não poderia, sem que o sociólogo contradiga os próprios pressupostos epistêmicos mobilizados em suas investigações, se confundir com uma passividade empiricista, acrítica e areflexiva, tal como fosse aquele um mero receptáculo de esquemas culturais desprovido de força atuante. Evidentemente, sem recair em realismos ingênuos ou de outro lado concepções romanceadas dos atores sociais – e infelizmente estas ainda subsistem em retóricas ensaisticamente tão empobrecedoras das ciências do homem quanto o positivismo mais vulgar –, *o ser que age sobre si e suas determinações*, no sentido de produzir e organizar uma constelação de sentidos que sinta como razoavelmente coerente com suas expectativas vivenciadas, *jamais é abstratamente indeterminado*, sendo ele mesmo *consubstancial à história incorporada sobre a qual atua e sobre a perspectiva de futuro na qual se projeta*. Não há fuga da história, há trabalho sobre ela. Assim, relembrando as palavras de Dubet, não está em questão uma apologia a um determinado individualismo contemporâneo narcísico: "ao contrário da imagem heróica de um sentido de liberdade conquistadora, os actores sentem antes esta liberdade em forma de angústia, de incapacidade de escolher, de inquietação quanto as consequências das opções." (1994, p. 101) E é para lidar com um "mundo social que deixou de ter centro" que o mesmo autor sublinha, através de suas pesquisas envolvendo também jovens das camadas dominadas, o "trabalho" ativo do ator em participar da construção do sentido de suas ações quando estas passam, cada vez mais

contemporaneamente, a possuir princípios constitutivos vários, i.e. obedecendo menos a uma "programação precoce" e a uma integração sistêmica unificada: "é nesta perspectiva que eu sugiro aqui a construção da noção de *experiência social*, noção esta que designa as condutas individuais e colectivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela actividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade." (1994, p. 15, grifo no original; 2009) Sua "atividade", seu "trabalho contínuo", necessários à preservação de sua "personalidade", e que constitui o objeto desta sociologia da experiência, consistiria portanto em relacionar, "gerir" e "dominar", na ação, lógicas sistêmicas irredutíveis entre si. Nesta perspectiva, a "identidade social" dos atores seria cada vez menos um "ser", dada e pré-definida por uma determinada posição social – embora nos perguntamos quando e onde isto teria ocorrido algum dia, como supõe o autor... –, requerendo então sua atuação subjetiva em construí-la a partir de uma diversidade de materiais socializantes entrecruzados, contínua e necessariamente. (1994, p. 18; 183; 2009, p. 101-104; 228) Esta forma de conduzir-se num mundo social assim "descentrado" implicaria, ademais, um distanciamento em relação a cada um de seus papeis e suas vinculações identitárias e institucionais particulares, atitude derivada daquela "pluralidade" da experiência social. Apesar de excessivamente levado pela 'onda' individualizante derivada das pré-noções de seu próprio tempo, ao menos Dubet reconhece que esta atitude reflexiva, "a distância em relação a si, aquela que torna o actor em sujeito, é, ela própria, social, ela é socialmente construída na heterogeneidade das lógicas e das racionalidades da ação." (1994, p. 94) De todo modo, o que nos importa destacar desta argumentação é que *todo processo de socialização enquanto subjetivação histórica, ou história subjetivada*, quer: i) pela ênfase na *cumplicidade ontológica*, ou mais exatamente na incorporação das estruturas objetivas sob a forma de esquemas de percepção, avaliação e ação, na verdade um sistema de disposições (indissociavelmente cognitivas e corporais, 'intencionais' no sentido husserliano) transponíveis e relativamente duráveis ajustados às estruturas das quais são produto (Bourdieu, 1977, 2000b); ii) pelo recurso mais depurado às múltiplas e mais ou menos heterogêneas experiências intersubjetivas e institucionais (seus "quadros", "modalidades", "tempos" e "efeitos") pelas quais os indivíduos conformam, em seu percurso pelo mundo social, um patrimônio plural de disposições cuja natureza, maior homogeneidade ou absonância estão em função daquela diversidade de pertencimentos ao mundo social, como suas dobras infinitesimais (Lahire, 2002, 2013); iii) pela

retomada crítica, seletiva e 'filtrada' do que há de potencialmente frutífero na abordagem parsoniana, em que sua resposta ao "*hobbesian problem of order*" acerca das condições de possibilidade da ordem social consiste em atribuir ao sistema de ação social uma intrínseca *orientação normativa*, irredutível às orientações meramente instrumentais, marca de origem interiorizada do sistema cultural e seu "*normative pattern-structure of values*" em termos de *motivação* estruturante do sistema de personalidade individual e sua energia psicofísica[34] (Parsons, 1937, 1951a, 1951b); em outras palavras, seja qual aspecto do processo socializante priorizemos enquanto dispositivo de mediação entre as classes sociais e os horizontes e projetos ascensionais, ele depende, na verdade não somente nas últimas décadas (como quer Dubet) mas universalmente, *da (inter)ação do 'agente socializado'*. A ordenação e a acomodação temporais destas experiências estruturantes da personalidade são de importância decisiva ao fornecerem a todos os indivíduos *instrumentos cognitivos e hermenêuticos* com os quais se deparam com todas as experiências posteriores, dotando-lhes de sentido numa cumulatividade sociobiográfica necessariamente seletiva. Se, por exemplo, a origem social, nosso primeiro fator considerado no quadro acima, é convencionalmente considerada como exercendo um 'peso' maior do que outros fatores, isto decorre de que suas relações de interdependência (intrafamiliares) constituem as primeiras sedimentações de experiências: é nelas, com elas, por meio delas, e muitas vezes contra elas, que as novas linhas de experiência (e.g., derivadas das matrizes institucionais escolares, profissionais, conjugais, etc.) irão *existencialmente* se condensar, sem que uma "cause" analiticamente a outra (seu "efeito"), como se fossemos formados por compartimentos analíticos. Não obstante, a partir do momento em que são formados, os esquemas sensório-cognitivos incorporados pelos agentes sociais são, culturalmente, também interpretativos e reflexivos, e todo agente social que perpassa múltiplas esferas sociais não é unilateralmente o 'produto' de cada um destes espaços (a família, a rua, a

[34] Nesta integração funcional da personalidade ao sistema social – leitura funcionalista do pragmatismo de Mead e da psicanálise freudiana – ocorreria o processo de "identificação" em que Ego assume os valores de Alter como seus, internalizando-os, e transformando a respectiva interação em um sistema de expectativas complementares entre papeis sociais. Assim, e somente assim, por meio do mecanismo interativo-socializante conformador da referida motivação agencial, se tornaria possível a relativa estabilização, para não falar da simples existência, de sistemas sociais e sua tendência funcionalmente intrínseca à institucionalização. Nas palavras de Parsons, "esta integração de um esquema de padrões valorativos comuns com a estrutura internalizada de necessidades-disposições [*internalized need-disposition structure*] das personalidades é o fenômeno central da dinâmica dos sistemas sociais de que são constituintes. Que a estabilidade de qualquer sistema exceto o mais evanescente processo interativo é em algum grau dependente desta integração pode ser considerado o teorema dinâmico fundamental da sociologia. Este é o ponto de referência cardinal para todas as analises que vierem a se reivindicar como análises dinâmicas do processo social." (1951a, p. 42-43)

esfera do trabalho,...) porquanto a assunção de papeis e expectativas próprias a cada qual não se dá senão *por intermédio* das experiências significantes de todos os outros (as categorias ali apreendidas, os modos de avaliação, as competências, apetências, hábitos, recusas, dificuldades, incompatibilidades, afinidades eletivas, racionalizações específicas...), em *conjunção* com eles, numa *síntese* que não poderia ocorrer sem a participação dialética dos agentes na *(re)construção* dos sentidos que interioriza.

Uma trajetória exemplar (estudo de caso)

Em decorrência de nossa argumentação, supomos já compreensível que as referidas "variáveis" devem ser entendidas em nosso trabalho não enquanto *partes extra partes*, abstrações mecanicamente atuantes ou causalmente eficazes em si e por si mesmas – a classe como "causa" de determinados comportamentos (por exemplo eleitorais ou, em nosso caso, especialmente os econômicos) –, e sim, pelo contrário, como derivando seus efeitos umas de suas relações com as outras, da sinergia experiencial fenomenicamente resultante de sua imbricação recíproca: *a conexão da classe com as práticas não é 'causal' mas existencial, estando presente nas infinitas modulações pelas quais elas se realizam*. O que propomos estabelecer em nossa orientação investigativa que resume esta *condensação de múltiplas experiências socializadoras enquanto difrações singularizantes de uma condição de classe* é sua reconstrução em termos de *trajetória*, pelo recurso principalmente a entrevistas em profundidade, detalhadas reconstruções biográficas cujo procedimento metodológico e seus protocolos definiremos no próximo capítulo. Agora, como propedêutica a este passo, visando esclarecer o alcance mas também os limites da abordagem aqui adotada, recorreremos a um estudo de caso construído com o objetivo, não de responder a nossas interrogações, mas de as esclarecer e prolongar empiricamente, mapeando como aqueles fatores elencados acima (origem social, capitais cultural e econômico, ocupação, espaços de sociabilidade e reorganização narrativa da experiência vivida) podem expressar simultaneamente uma condição geral (considerados nos termos de seus grandes indicadores impessoalizados, como os estatísticos) e singular (o modo como se inscrevem e combinam nas trajetórias individuais), sob o prisma de motivações, expectativas e aspirações num espaço objetivo de possibilidades ascensionais.

Sendo os critérios de seleção de nossos biografados expostos detalhadamente no próximo capítulo, antecipamos aqui, resumidamente, que devem possuir: a) ao menos o diploma de nível médio correspondente b) às gerações participantes da expansão escolar registrada principalmente a partir da década de 1990; ao mesmo tempo, devem apresentar ocupacionalmente percurso caracterizado por c) mobilidades inter e intrageracionais no seio das classes populares e que na verdade, como já mencionamos, lhes são *constitutivas*; este percurso ocupacional deve se vincular, em particular, ao d) crescimento total e proporcional das ocupações no setor terciário de base (algumas das quais menos estigmatizadas pelo caráter não-manual, com exigências mais intelectivas e demandando maior cuidado na apresentação de si – justamente as que apresentam maiores índices de escolaridade) e à reestruturação produtiva das últimas décadas, seus requisitos e instabilidade intrínsecas. Portanto, são todos fenômenos intimamente vinculados a determinadas inflexões histórico-estruturais recentes, as quais serão enfocadas especificamente *a partir de nosso ponto de vista*.

A *trajetória* de Paulo Sérgio[35] nos revelará, de maneira *exemplar a nossa problemática*, que o sentido de sua alternância ocupacional pela qual, partindo de micromobilidades sucessivas acompanhadas de intensivo investimento escolar, voluntariamente decide abandonar o estável emprego de auxiliar de escritório para se tornar motoboy, reflete um *feixe de projetos* cuja plenitude hermenêutica nos é compreensível somente através da reconstrução sociológica das *modulações singularizantes de sua condição popular*. Observaremos que os múltiplos espaços de pertencimento e participação, pretéritos e presentes, pelos quais Paulo Sérgio se constitui enquanto agente social, não diluíram ou relativizaram uma suposta *essencialidade* por que seriam grosseiramente classificáveis as classes populares; a complexidade de suas expectativas socioeconomicamente referenciadas, inclusive na especificidade como são politizadas, *não se dá malgrado sua posição* mas, antes, precisamente, *através de sua multideterminação*, pela heterogeneidade de suas linhas de experiência componentes e dos traços infinitesimalmente diferenciais que elas estabelecem em seus esquemas disposicionais e reflexivos. Assim, a combinatória resultante das contradições e convergências, estranhezas e afinidades entre suas experiências intrafamiliar, escolar, laboral, afetiva, religiosa, artística, etc. – em tudo irredutível à brutal torpeza analítica da convencional lógica dos interesses ou utilitário-

[35] Cf. o quadro resumido dos biografados no apêndice A.

marginalista – nos possibilita compreender porque Paulo Sérgio, compartilhando com seus irmãos as mesmas propriedades objetivas de origem, não obstante, assim como cada um deles (um de seus irmãos é trabalhador da construção civil como o pai, outro mecânico, uma terceira professora, formada em pedagogia) efetiva sua condição geral do único modo possível: singularmente.

A origem social de Paulo Sérgio, 30 anos, "pardo", morador de uma cidade na região serrana do Rio de Janeiro, é marcada pela presença de pais e familiares em geral situados nas frações mais subordinadas da estrutura ocupacional (trabalhadores manuais não-qualificados), detentores de recursos econômicos e escolares mínimos mas cuja herança material e imaterial não se refrata em nosso entrevistado senão por meio de uma série de *mediações* relativamente independentes. A tensão emocional envolvida no relato de seu passado refluía em toda sua postura e gestual parecendo tocar-lhe a cada instante em que era verbalizado (movimento constante das pernas, mãos ora no queixo, ora tapando o rosto ao reunir lembranças que não costuma tratar juntas) indicando que nosso entrevistado estava a lidar com algo, uma tarefa, que lhe requisitava um esforço e uma intensa concentração ao extrair algo de si que considerava a um só tempo importante, penoso e prenhe de significações. Este trabalho sobre si artificialmente trazido pela situação social de entrevista se lhe mostrava intrinsecamente valorizado enquanto experiência de vida, para si e para outrem, principalmente na construção de sua identidade e na atribuição de uma razão de ser às coisas do mundo, ainda que *ad hoc*.

A interdependência das linhas de experiência familiar e escolar

A separação dos pais de nosso entrevistado, escolarizados até no máximo o ensino primário e tendo perpassado ocupações típicas das frações mais vulneráveis das camadas populares (ambos foram caseiros, seu pai também sendo pedreiro e jardineiro, sua mãe trabalhadora doméstica), ocasionou ainda em sua infância uma ruptura no universo experiencial familiar compartilhado com seus irmãos bastante impactante. Não tanto pela recíproca falta de empatia com a nova companheira de seu pai, porquanto fora no lado materno que passou a residir através do processo em que todos os seus irmãos foram divididos entre um ou outro; o fato é que nesta nova configuração familiar, Paulo Sérgio passara a conviver com seu novo padrasto, um homem que havia se tornado "muito louco pela droga", ex-presidiário constantemente endividado e que agredia fisicamente sua mãe, situação duradoura e que lhe gerava um profundo abalo emocional ("dava uma desanimada da vida"). É com efeito impossível dissociar o mal-estar que sentia no ambiente familiar em seu período infanto-juvenil do caráter equívoco e descontínuo de seu percurso escolar. Embora frequentando a escola pública somente a partir dos 10 anos, Paulo Sérgio considera não ter tido particular dificuldade com a alfabetização, pelo contrário, como veremos se identificando visceralmente com a prática da escrita como forma de catarse da permanentemente declarada insatisfação com sua vida. Mas se é a partir desta nova experiência institucional que obteve o

primeiro contato com uma pasta de redação e os marcantes incentivos e elogios de uma professora de português (“foi isso que me despertou mais ainda: eu amo ler, amo escrever, adoro mesmo, é uma coisa que hoje eu faço, [e] gosto muito”), por outro lado o mesmo conjunto de experiências familiares galvanizador de sua criatividade (endividamento familiar e mudanças constantes, precariedade material e violência doméstica) destituía nosso entrevistado das pré-condições necessárias ao “sucesso” escolar: “isso foi me desanimando, eu era muito novo na época, aí ia pra escola [e] num prestava atenção no que o professor tava falando, isso foi dando uma afetada. [...] Tem gente que quando tem a dificuldade reage de outra forma, outras não: ela vai se entregando aos poucos sem perceber, acho que meu caso foi esse porque eu fiquei olhando muito a situação e... vendo minha mãe apanhar do meu padrasto, aí depois separou, a gente passou um perrengue, [por exemplo] de morar de favor [...].” Este retraimento da vontade, associado à “vergonha” que Paulo Sérgio sentia por não ter condições financeiras em vestir-se adequadamente para a escola, além do próprio fato de se deparar com crianças de estatura muito menor (pela sua entrada tardia na alfabetização) com todo o mal-estar que isto lhe acarretava em sua adolescência, o levaram, principalmente a partir da sexta série, a intermitentes abandonos e tentativas frustradas de retorno aos estudos. É neste contexto que por volta dos 16-17 anos se descrevia como “uma pessoa bem amarga, bem vazia”.

Evento biográfico, micromobilidades, ampliação de expectativas

Fora da instituição escolar, Paulo Sérgio auxiliava sua mãe, seja em faxinas ou na jardinagem como desde a infância sempre o fez. E se aconteceu de se empregar em um estacionamento rotativo, considera seu primeiro "trabalho fixo" uma pequena venda onde permanecia das 7 às 21 horas, diariamente. Percebia 180 reais mensais dos quais 160 eram destinados ao aluguel da quitinete (“que num tinha nem descarga”) que dividia com sua mãe, quem se encarregava das outras despesas fixas (água, luz, gás e comida). Por cerca de dois anos, aludindo ao tormento que lhe advinha ao espírito ao aventar a possibilidade de sua vida “ser toda assim”, Paulo Sérgio administrava minuciosamente seus 20 reais (possuía apenas uma calça, um tênis e três camisas), furtando-se de espaços de sociabilidade e frequentação comuns não apenas por impossibilidade orçamentária mas, participando da integralidade de sua condição, pelo que descreve reiteradamente como um sentimento de “vergonha” (por exemplo de entrar em *shoppings*). E as incontáveis mudanças de residência que vivenciava na infância pareciam ressurgir quando perdeu seu emprego na venda e lhes foi preciso entregar a casa. Sua mãe, trabalhadora doméstica, passou a morar com os patrões enquanto Paulo Sérgio fora morar e trabalhar em obras com seu pai, convivendo não por muito tempo novamente com seus irmãos, além de sua madrasta. Quando mais uma vez empregado, desta vez como zelador, não tardou em retomar a antiga companhia materna se bem que agora em condições razoavelmente mais favoráveis: com carteira de trabalho assinada e vencimentos de 360 reais (duas vezes a

remuneração anterior), sensação lembrada não sem um tom jocoso: "cara, vou ficar rico!" Entretanto, foi no importante *marco biográfico* do falecimento de sua mãe que "a ficha caiu" [estala os dedos]: "deu aquele choque" em relação à necessidade do retorno aos estudos. Nesta época, ainda se encontrando como zelador, negociou com sua patroa a possibilidade de estudar (e levar os livros) à portaria. Algum tempo depois, no fim da sétima série, obteve o incentivo de uma professora em fazer provas (por meio do "Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos" ou "Encceja") visando adiantar os anos letivos em atraso, momento em que seu investimento nos estudos foi intenso e sua resolução particularmente diferente dos anos anteriores, de modo que por este método concluiu o ensino fundamental e, em sequência, o ensino médio. Lentamente, portanto, as circunstâncias laborais, escolares e financeiras pareciam adquirir ares mais favoráveis e, passados seis anos, Paulo Sérgio obteve a possibilidade de exercer a mesma função em uma galeria de lojas onde percebia pouco mais por uma menor carga horária de trabalho. Ainda mais: no decurso destas micromobilidades (intra e intergeracionais), por indicação, foi contratado como auxiliar de escritório em uma empresa de conservação de rodovias. Não somente as condições do vínculo eram melhores (cerca de 1,5 salário, plano de saúde) como passava a lidar com pessoas e tarefas que lhe transpareciam maior importância (arquivo e manuseio de documentos, controle de estoques, responsabilidade por determinadas compras para a empresa). Destas novas relações pessoais (entre as quais o engajamento com sua atual esposa, professora primária e cursando o ensino superior e seus incentivos afetivamente mediados em cursar vestibular e entrar para a universidade, além das conversas com a advogada da empresa com quem mantinha bom relacionamento e admiração) seu *leque de possíveis parecia conformar nova fisionomia*, muito distinta de suas anteriores expectativas embotadas pelo receio em se encerrar sob condições existenciais a seus olhos insuportáveis.

É neste ponto que, justamente ao nos orientarmos pelas propriedades objetivas de sua trajetória, deparamos com a necessidade de nos desvencilharmos de qualquer simplismo unilinear e unidimensionalmente utilitarista: pouco tempo antes da entrevista, Paulo Sérgio voluntariamente decidiu deixar o emprego e se tornar motoboy.

Este ato de Paulo Sérgio, após penosa deliberação, ilustra exemplarmente a complexidade das experiências componentes de suas aspirações e projetos e dos móbeis que o levam a agir ao deparar-se com injunções e requisitos estruturais próprios às tendências sistêmicas contemporâneas de acumulação flexível. Após uma reformulação do quadro de funcionários da empresa e a demissão de dois empregados, a tensão e insegurança de Paulo Sérgio cresciam à proporção de seu sentimento de estar sobrecarregado pela multiplicação de tarefas (anteriormente realizadas pelos funcionários dispensados), sob o mesmo salário. "Não é oportunidade quando a corda tá no teu pescoço e o banquinho tá saindo do teu pé." A respeito

de sua decisão em deixar a empresa, apesar do apreço pelo antigo ambiente de trabalho (especialmente anterior à reformulação) e de ter as melhores condições sob as quais já trabalhou, declara: "eu já vi tanta gente boa morrer nessa vida, e geralmente dentro de um escritório as pessoas são muito estressadas, eu tava estressado, com a minha esposa então nossa senhora! As pessoas que vivem num escritório não conseguem olhar e ver uma flor nascendo... é tudo muito: 'Puf!', automático. Sabe o que é você ir pra casa e já saber o que tem que fazer no dia de amanhã, ir na sexta-feira e já saber o que tem que fazer na segunda? É isso que eu tava vivendo" acrescentando que, certo dia, se surpreendeu no supermercado fazendo compras com o mesmo ritmo acelerado como se estivesse no escritório. Lembrando da morte de amigos, familiares e especialmente da mãe diz: "eu botei isso na minha cabeça: cara, a vida é tão curta [que] eu tenho que tentar aproveitar, fazer o que eu gosto", mencionando as músicas que gosta de se dedicar e a faculdade de comunicação que pretende cursar. Ao pedir demissão recusou oportunidade de exercer a mesma função em outro escritório e ainda outra como vendedor. Se tornou então motoboy há poucas semanas em uma empresa de peças automotivas por indicação – sem deixar de relembrar que, nesta transição, sentiu um "vaziozinho bem dolorido" quando do preenchimento do currículo ("caraca, eu num tenho nada velho!..."), objetivando para si as lacunas de sua trajetória escolar e profissional. Embora chegue a ganhar até pouco mais do que o 1,5 salário do escritório (embora em termos líquidos inferior aos benefícios como o plano de saúde), o que lhe pesou a escolha foi o fato de exercer apenas uma função, o que lhe deixaria, supõe, em um estado de espírito mais distenso relativamente a metas a cumprir e assim mais "tranquilo", ajustado aos estudos e priorizando seus planos em entrar para a faculdade.

A experiência da expressividade artística

As experiências acumuladas por Paulo Sérgio nas esferas familiar, escolar e econômica não exaurem a tessitura de seus horizontes ascensionais. A síntese de que são resultantes e, por outro lado, sobre a qual refluem reorientando sua conduta, integra elementos cotidianos díspares, diferenças infinitesimais entre vivências grosso modo similares, alguns conflitos (intra ou intersubjetivos) mais duradouros, outros eventos importantes ainda pela sua intensidade vivida. É assim que uma origem social marcada por posições estruturalmente dominadas (não apenas os pais, os tios também eram, por exemplo, pedreiro, operário, caseiro, jardineiro, trabalhadora doméstica), uma escolarização tardia e descontínua, a permanente vulnerabilidade de condições econômicas adversas (e a subsequente necessidade em se mudar constantemente), as relatadas experiências de vergonha e sentimento de não estar à altura (por exemplo, de frequentar determinados ambientes), em suma, todos fatores compartilhados na generalidade de suas variações por indivíduos oriundos das classes populares, se concretizam, neste caso como em todos os outros, através de uma *difração particular* (e.g. a frustração da perda de uma casa na favela – objeto de investimento material e afetivo pelo casal – atingida por um deslizamento,

a convivência com o padrasto envolvido com drogas agredindo sua mãe, sua relatada "timidez" ante a vida). E esta efetivação de uma condição geral é tão mais individualizante em seus efeitos subjetivos na medida em que se articula e entrelaça existencialmente com experiências em diversas esferas de sociabilidade como, em seu caso, a prática da escrita estimulada pelo reconhecimento e elogio explícitos de sua professora, e a amizade com dois primos em cuja companhia formava, em 2003, uma banda de Pop-Rock e MPB.

Inicialmente estimulado por sua mencionada professora, Paulo Sérgio começou a escrever enquanto adolescente, na quarta série, e a crescente seriedade com que se envolvia nesta prática ("escrever começou a ser minha amizade") é atualmente lembrada com zombeteira entonação: "era alguma coisa assim: ah, eu sou um solitário na multidão" [risos], "era mais dor de cotovelo, dor de corno mesmo". Transferindo esta habilidade à banda, muito especialmente as letras de música (já tendo criado 18), Paulo Sérgio se dedicava também ao vocal (embora desqualifique sua voz que é por vezes substituída por um amigo) e à bateria, o baixo e a guitarra sendo tocados por seus primos. Chegando a tocar em rádios da cidade, o conteúdo de sua preferida "Soldado novo na batalha antiga" consiste em grande medida numa *dessingularização política de sua trajetória esteticamente sublimada*. Aqui, sua paixão pela música e pela escrita se amalgamam. Além de sua participação na banda, sua prática da escrita pode se dar acompanhada da inspiração simultânea da música clássica (menciona especialmente Tchaikovsky e Bach) a qual, sob a amizade e influência de um dos primos que integram a banda, aprendeu a apreciar a despeito de suas resistências iniciais ("coisa de viadinho", de "bixinha") exaltando o poder de fascinação que ela pode exercer como, exemplifica, em determinadas cenas cinematográficas. Mas a escrita expressa também uma necessidade de verbalização dos afetos e pode vir sob a forma de poemas, como os cerca de 2.300 que Paulo Sérgio afirma haver produzido (dos quais a menor parte, por volta de 300, considera "maneiros") com suas temáticas prediletas situando-se entre o que chama de "desabafo social", sonhos e frustrações. O uso de sua máquina de escrever – Paulo Sérgio destaca a atração por seu estilo e por detalhes como o som das teclas – possui influência de figuras tão ecléticas como as poesias de J. G. de Araújo Jorge, romances de Sidney Sheldon ou ainda as letras e composições de Renato Russo.

Soldado novo na batalha antiga (videoclipe)

(Letra de música / Paulo Sérgio)

São quatro e meia da manhã, o garoto vai saindo
Dá uma beijo na irmã e na mãe que está dormindo

Vai descendo o morro acordando o dia, leva na mochila um pouco de esperança

O fardo de um homem que já desde cedo teve que deixar o sonho de criança

Seu pai lhe ensinou a nunca sentir medo, encarar o preconceito é uma questão de honra

Mas há dias em que a saudade vem e lhe faz chorar, mas seu pai já não se encontra mais em nosso meio

Morto com um tiro, uma bala perdida, deixou uma criança agora em seu lugar

O rosto de um menino, mas que é um guerreiro que trava uma batalha para se salvar

Em frente a uma escola ele não faz idéia, o mundo que é lá dentro ele apenas sonha,

acordado e esquecido por esse governo, que só faz por iludir o povo brasileiro

[refrão]

E quem te vê lá no sinal, vidro fechado, ninguém confia

Ele é mais um soldado novo travando uma batalha antiga

E quem te vê lá no sinal não sabe como é dura a sua vida,

Quando vê a sua mãe chorando por não ter um prato de comida

[No fundo do vídeo aparecem os dizeres: 'Esta é uma guerra onde corpos são abatidos pela fome. Onde sonhos são destruídos por não terem chances. Onde a esperança é apenas um prato de comida...']

Vai descendo a solidão das tardes frias, leva no seu peito o aço, a coragem

A marca de um homem que já desde cedo nunca soube bem o que é a igualdade

Seu pai lhe ensinou a vencer as barreiras, sempre acreditar nos dias de pais

No dia em que alguém vai se importar com os outros, no dia em que o amor vai ser a diferença

Em frente ao seu caminho ele não faz idéia, de tudo que o espera ele apenas sonha

Acordado e esquecido por esse governo, que só faz por iludir o povo brasileiro,

Mas a gente ainda acredita que o país tem jeito, e quem manda de lá não está nem aí

E dói olhar pro lado e ver tanto desprezo enquanto quem precisa sofre ao relento

[refrão]

E quem te vê lá no sinal, vidro fechado, ninguém confia,

Ele é só um soldado novo travando uma batalha antiga

E quem te vê lá no sinal não sabe como é dura a sua vida,

Quando vê a sua mãe chorando por não ter um prato de comida

[Voz em tom de discurso ao fundo da música: 'A gente ainda acredita que o país tem jeito, a gente ainda acredita que eles tenham uma chance, basta ter alguém, somente alguém que queira fazer direito, alguém que o dinheiro não compre. Eu acredito na dignidade, eu acredito num país mais justo, só basta que tenhamos mais amor em nosso peito, meu Deus tem que haver alguém que se preocupa'. Fundo do vídeo: 'A UNIÃO. Que não morre em nossas mãos esta semente, que o amor possa ter a sua merecida chance, para que um dia possa reinar, a paz entre os homens...']

Fonte: http://www.youtube.com/watch?v=eWXsTBegHHQ[36]

Racionalização e projetos

Pelo que descrevemos é simplesmente inevitável que seu conjunto de experiências vividas engendre linhas de força subjetivas, de condições gerais e compartilhadas, com feições muito particulares. É desta maneira que o vivenciar anos a fio um orçamento limitado às despesas mais básicas, no limite da subsistência, assim como as relatadas experiências de rebaixamento moral associadas a esta condição podem convergir para a formatação de um modo de racionalização orçamentária cuja disciplina e obstinação possuem um rigor poucas vezes observável. No relato de uma destas experiências, ao entrar em uma loja de eletroeletrônicos na companhia de seu pai visando adquirir pelo crediário um *videogame*, trajado com uniforme da empresa de estacionamento urbano onde então trabalhava e seu pai com as vestes sujas pelo trabalho como pedreiro, lhes foi negada a abertura de um crediário antes mesmo de apresentarem seus documentos, avaliados pelo olhar do vendedor que prontamente os deu às costas ("cara, não vou perder tempo com vocês não, desculpa..."). Desta experiência imediatamente ressalta sua mudança de atitude ("eu aprendi naquilo ali"), recordando, posteriormente em seu trabalho como zelador, haver poupado mensalmente 150 reais durante aproximadamente dois anos e meio vislumbrando desde o início a aquisição de uma moto à vista (no valor de 4.800 reais). A princípio, suas reservas eram armazenadas literalmente embaixo do colchão até seu cunhado o aconselhar e orientar à abertura de uma poupança. Se nos lembra satisfatoriamente o valor dos juros economizados em uma possível compra à prestação, este ato econômico, neste caso maximizador de utilidade marginal em face de outras alternativas com seus recursos escassos, é inextricavelmente afirmação de autonomia e engrandecimento do valor pessoal (o fato de conseguir sacar e pagar em espécie, à vista, "foi uma sensação muito boa"). Além de tudo o que compra ser à vista – ação em si não necessariamente optimal do ponto de vista estritamente marginalista, mas cuja plenitude de seu sentido se assenta em sua autovalorização moral – Paulo Sérgio nunca se endividou, apesar de seus escassos rendimentos.

Outrossim, ao se ver espontaneamente recordando os obstáculos enfrentados por seus pais como justificativa para a condição escolar e ocupacional que duradouramente os acompanhou, nosso entrevistado demonstra simultaneamente o desejo e a importância em não reproduzir à vulnerabilidade estrutural sob a qual se encontravam por meio de investimentos que o habilitem recursivamente a um posicionamento ativo e de soberania ante as forças

[36] Excepcionalmente neste caso foi mantido o nome original do entrevistado, com seu assentimento, já que se encontra facilmente verificável a partir deste vídeo, disponível na *internet* no momento da entrevista.

sistêmicas: “nós que somos pobres, vamos dizer assim, a gente é que tem que procurar nossa oportunidade. E eles [seus pais], a vida é que dava oportunidades pra eles”, ao contrário de quem “estuda e dá oportunidade pra vida. Tu se forma, faz alguma coisa e tu vai lá e busca. Eles não, era o que vinha, entendeu?” Todavia, as contingências derivadas de sua condição popular postergaram suas expectativas ascensionais quando era ainda auxiliar de escritório: “eu tinha umas metas na minha cabeça [...], que era terminar minha casa, no máximo [em] dois anos, e depois disso eu ia juntar um dinheiro pra fazer jornalismo.” Tratava-se de finalizar o acabamento da casa construída por seu pai em favela – ao menos no tocante a sua ‘parte’ já que a outra era responsabilidade de um irmão com quem a dividia – antes de “partir pro estudo”, de modo a obter mais conforto na vida conjugal com sua esposa, intenção bruscamente interrompida pelo desmoronamento de um barranco que soterrou parte da casa e destruiu muitas de suas aquisições (eletrodomésticos, roupas, etc.). Apesar disto, veremos abaixo que a estratégia emocional conscienciosamente adotada por Paulo Sérgio, inclusive em suas implicações políticas, fora se comprometer com uma atitude positiva pela qual obstáculos de toda sorte eram enquadrados, inclusive em termos de identidade narrativa, como modo de valorização da fruição da vida *hic et nunc* e de uma espécie de sentimento de obrigação em lhe conferir um aspecto ascensional que é, simultaneamente, uma conquista material e espiritual. Assim, embora resida atualmente de favor na casa de parentes de sua esposa não deixa de lembrar, em tom respeitoso, que este lar “tem história”, i.e. algo como uma herança de experiências e memórias familiares próprias, razão por que defende, por bem tratados que ali sejam, “[que] a gente tem que tentar fazer uma coisa nossa também, porque é bom ter um lugar que é teu, que tu conseguiu, foi lá e correu atrás, entendeu? A intenção é essa.” E neste momento de sua trajetória aguarda, por razões financeiras, sua esposa concluir seu curso superior em pedagogia (dentro de poucos meses) para tentar o vestibular em faculdade particular em cidade próxima, também na região serrana – em sua cidade não há faculdade de comunicação social –, preferencialmente jornalismo, pelo que afirma seu objetivo ser “prazer”, e não dinheiro: “pô cara, eu amo escrever!” Se recordarmos que seu salário atual é pouco maior do que 1,5 salário, os 2.000 reais que, avalia, o deixariam satisfeito não denotam qualquer ruptura. Ora, o “estalo” que sentiu no instante em que percebia a fragilidade competitiva do currículo que preenchia após deixar o emprego de auxiliar de escritório correspondia a um vetor internamente compósito: na síntese de sua experiência vivida, à necessidade de mudança evitando o andar “pra trás”, em não desejar ser apenas “esse Serginho que eu sou... pegando as oportunidades que a vida me dá, e não dando oportunidade pra vida” se conjuga, de outra parte, a intuição de que “tem que aproveitar mais cara, não é só esse mundo capitalista, não é só viver de aparência.” Constantemente ancorando sua narrativa temporalmente (no sentido do estabelecimento de um antes e um depois) na mencionada inscrição biográfica do falecimento materno, argumenta que, após o fato, “eu fiquei muito mais apreciando cada minuto”, desde o

simples desfrutar uma partida de futebol com amigos a uma conversa, uma leitura, estar com sua namorada, no trabalho ou mesmo na exploração de novos conhecimentos: "eu tento ta ali naquele momento", "aproveitar mesmo" intensivamente. Inclusive seus sonhos acordados – que de nenhum modo se contrapõem a seus projetos e tentativas de ação efetivas – não fazem senão expressar, eles mesmos, esta indecomponível interpenetração entre materialismo e idealismo: gostaria de "ter uma música minha estourada na rádio, [que] um artista grande visse minhas músicas, que entrasse dinheiro porque a gente precisa de dinheiro, que tudo que eu escrevi até hoje chegasse no ouvido de quem estivesse precisando, de ter um filho com a minha esposa, um garoto ou uma menina mas que desse uma coisinha a mais na nossa vida, um sentido a mais, entendeu?" Em síntese: a racionalização orçamentária enquanto simultaneamente senso de dignidade pessoal; cursar uma faculdade, ao mesmo tempo nela visando se realizar, pela prática da escrita no jornalismo; o devaneio em 'ganhar dinheiro' se bem que através de suas músicas que deveriam alcançar o "ouvido de quem estivesse precisando"; a recusa de uma ocupação, ainda que marcada pela ascensão comparativamente às anteriores, quando esta se coloca como um obstáculo a seu crescimento pessoal; a obtenção de um patrimônio como uma casa que, representando uma conquista, expresse a "história" da vida conjugal, etc., são elementos que delineiam o escopo de seus projetos ascensionais os quais extravasam uma determinada atribuição de sentido ao mundo (e de si neste mundo). Orientando sua conduta por referência a uma temporalidade futura, estas expectativas o fazem enquanto expressão prospectiva de uma *trajetória*; não se limitando a exprimi-las epifenomenicamente, incidem sobre ela, inclinando suas linhas de possibilidades e de ação.

Economia política de uma trajetória

A mencionada tentativa de Paulo Sérgio em *se condicionar* a "tentar olhar alguma coisa boa" na condução de sua vida em geral e nas suas expectativas socioeconômicas em particular possui nítida ressonância nas feições de seu posicionamento político. Quando afirma todas as possibilidades de realização pessoal que a vida apresenta (amistosas, afetivas, profissionais, estéticas,...) a despeito de reconhecer a dimensão das dificuldades típicas às camadas populares na *específica face* que assumem para si, o faz "porque eu não gosto de quem fica só reclamando da vida, eu acho que nesse período eu peguei muita coisa e fiquei muito estressado... isso não é bom cara. Ficar sempre: 'ah porque eu não tive isso! Ah porque minha vida foi assim! Ah porque caiu terra na minha casa! Ah porque minha mãe separou do meu pai! Ah porque eu fui alfabetizado com [10 anos]!' Não. Tá cara, essa é a minha história, eu já nasci com isso, é a minha história [mas] eu posso mudar" de maneira que declara a si mesmo que "a vida não é desigual" não exatamente porque o creia mas, simplesmente, "para tentar não ser pessimista" em sua atitude diante dela como o "garoto" que "leva na mochila um pouco de esperança" retratado em sua letra de música acima. É assim que, em seu exemplo espontâneo, contrasta a

situação do filho de um médico que obtém as melhores oportunidades educacionais com qualquer trajetória errante dos meios populares e resume seu senso desta diferença em uma palavra: “chance”. Além disto, se relermos o último parágrafo da letra de música produzida por Paulo Sérgio (um discurso entoado ao fundo instrumental) observaremos o emprego do mesmo termo “chance” situado em uma chave otimista que é consciente de sua irrealidade *de facto*, no presente, pressupondo inclusive “alguém” incorruptível e de voluntarismo pleno como único agente político capaz de transformação possível, resultado de sua desilusão com o *modus operandi* do sistema político vigente.

Sua letra de música documenta esteticamente – dentre infinitos elementos de que ela é passível de revelar – a apreensão, avaliação e politização de um conjunto de quadros heterogêneos de injustiça cuja coerência é conferida por intermédio dos esquemas interpretativos inerentes a sua trajetória. A este respeito associa intuitivamente sua anterior experiência em igrejas evangélicas e neopentecostais, frequentadas com sua mãe, à mesma ambiência corrompida da esfera política, ambas enquanto degradação institucional gerada pela exploração por determinados grupos sociais da boa-fé das ‘massas’ – quer dizer práticas igualmente ‘políticas’ em uma acepção negativa. Sobre igrejas como a Universal critica a “exploração da fé humana de uma forma que a pessoa fica cega” por parte dos pastores, em sua descrição uma atitude repleta de chantagem e hipocrisia daqueles que, demandando dinheiro aos mais pobres e transformando a religiosidade em “comércio”, adquirem seu veículo “Cherokee”. Analogamente, em termos políticos, a questão de se identificar à ‘esquerda’ ou à ‘direita’ no espectro político não lhe faz sentido, ainda que tenha votado em Dilma Rousseff nas últimas eleições presidenciais na medida em que, em sua visão, “o sistema tá aí, acabou” e a política “não tem mais jeito. [...] Eu não entraria pra política, porque se eu entrar lá eu vou ter que me corromper, e se eu num me corromper ou vão me matar ou eu vou ter que sair, então eu acho que é melhor nem entrar. Eu não acredito mais na política”, ambiente onde circula “muito dinheiro.” Mesmo o programa bolsa-família não seria mais do que um irrisório “paliativo”, seu valor devendo ser muito maior caso efetivamente visasse conferir “um pouquinho mais de dignidade” ao “ser humano”. De fato, se o termo “dignidade” também está presente na letra, não lhe está menos sua repulsa pelo Estado (“que só faz por iludir o povo brasileiro”), avaliado como o maior responsável pelas mazelas que vivencia não sem dessingularizá-las para uma condição social mais ampla. Esta analogia estrutural – líderes religiosos estão para seus fiéis assim como líderes políticos estão para seus eleitores – é mais uma vez apreciada e construída por meio de outra letra de música, desta vez cujo tema é “d’um cara [que] fala assim: você vê uma família, isso revolta na vida, dormindo no papelão numa calçada e a cem metros você vê um político numa cobertura com um pastor bebendo, com teu dinheiro cara, com meu dinheiro. Então eu não acredito [na política] não.” É como corolário deste posicionamento e sentimento,

derivados do modo como o mundo se apresenta para si, com sua fisionomia ao mesmo tempo marcada por potencialidades de autorealização, hostilidade e degradação institucional, que aquele vislumbre missionarista na política retratado em sua letra, aquele "alguém", assume seu fundamento e radicalidade: "você vê que não tem mais futuro, só vai ter futuro quando alguém... meu irmão quando for um cara muito doido mesmo cara, [...] sapecar aquilo tudo, porque não tem [jeito], é muito dinheiro cara." Assim como no caso de Paulo Sérgio, toda trajetória assume uma dimensão política, ainda que voltada a sua negação institucional, e ainda que passível de manifestação sob as mais diversas formas como, em seu caso, a *sublimação estético-política*. Por isto, neste ponto é lícito nos colocarmos a questão: o quanto compreenderíamos verdadeiramente da *expressão política de uma condição socioeconômica*, e do modo como se integra aos projetos ascensionais ali presentes, *exclusivamente* por referência às taxas de sindicalização, ou ao número de greves por ano de acordo com o setor ocupacional? Ou da associação, oscilante conforme os momentos históricos, entre renda/escolaridade e voto na exata medida em que pressuporíamos uma simplista relação causal e teleologicamente predeterminada, unidirecional e *sem mediações*? E acerca dos convencionalmente chamados 'interesses' de classe – senão pela falta – caso não viéssemos a tomar em conta a diversidade de seus fundamentos fenomênicos, sua entrecomposição existencial com outras camadas de experiência, enquanto condição de possibilidade das formas (coletivas, partidárias, individualizadas, mais ou menos efêmeras e ocasionais ou institucionalizadas e duradouras, etc.) e sentidos ('autoritário', 'democrático', 'conservador', 'reformista', 'socialista', 'revolucionário', etc.), inclusive contraditórios, que são passíveis de assumir?

2.3 Microexperiências de classe e variação das escalas de análise

O estabelecimento das *variações existenciais* reconstruídas acima pertinentes a nossa investigação, assim como a mencionada possibilidade de fazer variar internamente seus pontos focais, nos leva à consideração de outras questões metodológicas. A exemplaridade desta trajetória selecionada com vistas a prolongar e cartografar empiricamente nosso entendimento acerca da sociogênese do arco de projetos das classes populares do ponto de vista até aqui apresentado, se num primeiro momento nos permite vislumbrar a maneira como os fatores elencados atuam concretamente em sua balística ascensional, nos expõe, também, os limites inscritos no alcance de qualquer procedimento investigativo, necessariamente, e dos quais devemos estar conscientes. Evidentemente todo fluxo fenomênico é irredutível a qualquer

reconstituição descritiva (filosófica, literária ou científica) e a busca pela exaustividade do material – em nosso caso, a *completude* de uma trajetória – seria tão ingênua quanto sua redução a uma essência ou princípio unívoco (pensamos no "projeto original" de Sartre) (1943). Ambos os casos supõem inevitavelmente um simplismo monístico da condição humana que, como referia Weber, deveria se desfazer já na propedêutica a qualquer conhecimento histórico na infinita diversidade interna a cada um de seus possíveis objetos. Ao mesmo tempo em que um complexo de linhas de experiência socializantes por que se conforma uma subjetividade e um conjunto de agentes que compartilham de condições existenciais semelhantes é balizado por determinados arranjos institucionais (uma determinada distribuição de patrimônio, propriedades e capitais juridicamente sancionados, uma herança imaterial condensada em determinadas condutas em sua 'razoabilidade', modos de relacionamento ancorados em obrigações e expectativas historicamente instituídas e reproduzidas em 'papeis' relativos a seus respectivos sistemas sociais), não obstante, a contínua abertura fenomênica ao mundo destes agentes transborda estas balizas por meio de microexperiências sucessivas e ininterruptas e nunca exatamente semelhantes entre si (encontros eventuais, 'crises pessoais', a particularidade e ao mesmo tempo polissemia de cada vínculo social, a formação de determinados imaginários, a imprevisível combinação numa personalidade de elementos culturais díspares, desajustes e inadaptações). Deste modo, a vida de um homem jamais se reduzirá inteiramente a desdobramentos de uma configuração institucional particular ou a certas matrizes de subjetivação (a exemplo dos fatores listados em nossa análise) em razão, não da falta, mas precisamente do *excedente* de experiências e sentidos sócio-históricos de que é depositário.

Aluísio Azevedo e a descrição do cortiço: o fluxo inesgotável da experiência popular

Um domingo de clima particularmente agradável no tradicional cortiço descrito pelo naturalista, contrastando com outros momentos de sociabilidade mais intensa e de descrição sensualmente animalesca, nos fornece uma rica ilustração, malgrado sua transbordante tessitura higienista-miserabilista, do *caráter inesgotável e irredutível do fluxo e da sinestesia experiencial popular* a que estamos fazendo referência:

"As tinas estavam abandonadas; os coradouros despidos. Tabuleiros e tabuleiros de roupa engomada saíam das casinhas, carregados na maior parte pelos filhos das próprias lavadeiras que se mostravam agora quase todas de fato limpo; os casaquinhos brancos avultavam por cima das saias de chita de cor. Desprezaram-se os grandes chapéus de palha e os aventais de aniagem; agora as portuguesas tinham na cabeça um lenço novo de ramagens vistosas e as brasileiras haviam penteado o cabelo e pregado nos cachos negros um ramalhete de dois vinténs; aquelas trançavam no ombro xales de lã vermelha, e estas de crochê, de um amarelo desbotado. Viam-se homens de corpo nu, jogando a placa com grande algazarra. Um grupo de italianos, assentado de baixo de uma árvore, conversava ruidosamente, fumando

cachimbo. Mulheres ensaboavam os filhos pequenos debaixo da bica, muito zangadas, a darem-lhes murros, a praguejar, e as crianças berravam, de olhos fechados, esperneando. A casa da Machona estava um rebuliço, porque a família ia sair a passeio; a velha gritava, gritava Nenen, gritava o Agostinho. De muitas outras saíam cantos ou sons de instrumentos; ouviam-se harmônicas e ouviam-se guitarras, cuja discreta melodia era de vez em quando interrompida por um ronco forte de trombone. [...] Os papagaios pareciam também mais alegres com o domingo e lançavam das gaiolas frases inteiras, entre gargalhadas e assobios. À porta de diversos cômodos, trabalhadores descansavam, de calça limpa e camisa de meia lavada, assentados em cadeira, lendo e soletrando jornais ou livros; um declamava em voz alta versos de 'Os lusíadas', com um empenho feroz, que o punha rouco. Transparecia neles o prazer da roupa mudada depois de uma semana no corpo. As casinhas fumegavam um cheiro bom de refogados de carne fresca, fervendo ao fogo." (2011 [1880], p. 68-69) Já em outro momento, desta vez o cortiço amanhecendo em dia habitual de trabalho, a pena naturalista de Aluísio Azevedo incide com exemplar nitidez em novas microexperiências sinestésicas inerentes ao cotidiano do mundo popular: a experiência vivida de quem no cortiço amanhece, presenciando insensivelmente o ar mais úmido e o "fartum acre de sabão ordinário" deixados pelas roupas no coradouro no quintal comum do cortiço, ou "o cheiro quente do café [...] suplantando todos os outros"; os barulhos como os pigarreios, o tilintar de xícaras, o "confuso rumor que se formava" entre choros de criança, grasnar, cacarejar ou vozes, das baixas aos berros, os cantos das lavadeiras acompanhando ritmicamente seu trabalho, em um "zum-zum" condensando-se em "um só ruído compacto que enchia todo o cortiço", abafado ainda pelo "arfar monótono da máquina a vapor" de uma fábrica de massas vizinha; o odor de sardinha associado aos gritos estridentes de seu vendedor – cercado de gatos a adentrar no cortiço – particularmente distinto dos outros vendedores (cada mascate com "seu modo especial de apregoar"), a fila para lavar o rosto no único "fio de água" disponível, o abrir e fechar das portas das latrinas, etc. (Ibid., p. 41 et seq.) Mas seja pelo ritmo do entrecruzamento das diversas músicas, danças e cantos simultâneos, dos mais melancólicos aos mais agitados, regados à parati e à constante embriaguez; pelos estímulos à prostituição ou ainda as recorrentes ameaças, rusgas, redes de intriga ou vias de fato incluindo navalhadas, pauladas ou ainda incêndios criminosos, casos em que tal imagem miserabilista é metaforizada pelo fartum de suor, esterco e bolor se misturando à labuta maquinal e embrutecedora, ou pela impregnação de peixe e cebola no corpo suado ainda no momento de dormir ao colchão imundo, muitos dos quais divididos promiscuamente entre familiares; ou pelo estupor semi-consciente das marteladas por horas a fio em um barulho tão ensurdecedor quanto escaldante o Sol em pedreiras nas quais os homens se hipnotizam conforme as incessantes picaretadas; nas oficinas de ferreiro ou na peregrinação ambulante dos mercadores; ou seja lá como for, não é preciso lembrar que não é um ou outro destes momentos que configura o universo popular em sua descrição e sim, justamente, o ininterrupto fluxo vivido em que seus homens se engajam existencialmente. O que é mais importante: expandíssemos o olhar de época unilateralmente externo e higienista de A. Azevedo para além da degradação e do não-ser, sua descrição das microexperiências (em suas dimensões estética, moral, política, etc.) daquele mundo, inclusive de outros meios populares para além do cortiço, tornar-se-ia inesgotável.

Entretanto, nada disto inviabiliza o trabalho do sociólogo. Ao contrário, deve incitá-lo a se tornar mais sagaz em suas colocações e no modo de tratá-las. É assim que Jean-Claude Passeron, buscando estabelecer as condições de cientificidade de utilização das biografias pelo sociólogo (controle metodológico, subordinação a uma hipótese teórica, caráter de *corpus*, identificação sistemática de relações pertinentes, protocolo de operação dos dados, etc.) – justamente ao contrário das utilizações seduzidas por aquele "excesso de sentido" intrínseco, que se impõe (à maneira de pré-noções) ao pesquisador – lembra que "desde que haja escolha razoada das regras de análise a permitir

conjuntamente a identificação dos ‘traços pertinentes’ à descrição e o funcionamento de um protocolo de tratamento dos dados derivado de hipóteses orientando a sucessão, a estrutura, o projeto ou a memória biográficas, me parece que tudo é mobilizável numa amostra de biografias.” (1990, p. 16)[37] E é unicamente através deste “trabalho metódico de reconstrução dos dados” que a sociologia é capaz de levantar respostas a suas questões de modo crítico, combinando audácia intelectual e controle racional de seus procedimentos (Ibid.). Portanto, um conjunto de fatores interpretativos como o apresentado não pode visar senão: i) a construção de um olhar teoricamente coerente e autoconsciente sobre o mundo ii) cuja sistematicidade em seu tratamento lhe confira uma extensão empiricamente verossímil. E é o que propomos.

Consoante com isto, a questão das escalas de análise revela toda sua importância. Ao direcionarmos nosso olhar para determinado aspecto do mundo social, a consideração da escala investigativa não é simplesmente um recurso a ser agregado; é um pressuposto já inscrito na própria objetivação, quer sociológica, histórica, geográfica,...[38] (Lepetit, 1993) Assim, o *consenso não-problematizado* subjacente ao artificial antagonismo nos termos do qual às condições gerais de uma classe (suas bases ‘materiais’, sistemas culturais, estilos de vida) se oporia um crescente processo de individualização, inimputável àquelas propriedades ‘macroestruturais’, revela mais uma vez uma irreflexão e inconsequência teóricas de efeitos prejudiciais às ciências do homem. Um caso ideal-típico enquanto concatenação racional de elementos representativos de uma classe (o perfil selecionado de um certo alto investidor internacional, um determinado operário qualificado da indústria moderna, uma trabalhadora doméstica ‘típica’, ou um jovem ‘característico’ dos vínculos ocupacionais instáveis representante do novo setor de serviços, os quais ilustram por sua particular exemplaridade a condição geral de um determinado conjunto de indivíduos) é uma *construção conceitual absolutamente distinta* – historicamente agora como desde

[37] “Um material biográfico será sempre mais completo, em se tratando de descrever as propriedades portadas por um indivíduo (ou, mais geralmente, por uma ‘unidade estatística’ seja ela qual for) do que o material recolhido por qualquer outro tipo de questionamento ou categorizado segundo qualquer outro quadro de observação, visto que os dados de tipo biográfico descrevem de modo insubstituível, além de um rico conjunto de propriedades individuais, *a ordem* na qual estas propriedades advieram ao indivíduo e, ao nos atermos à gênese empírica, os constituíram, definindo assim por sua forma de organização o campo de toda interrogação sobre o sentido desta ordem.” (Passeron, 1990, p. 16, grifo no original)

[38] Conforme a perspicaz argumentação de B. Lepetit, “não somente é uma questão de bom senso a escolha de uma escala como, mais ainda, a apreensão do real é impossível sem tal escolha. [...] Assim, mais do que uma relação de similitude ao real, a escala o sinaliza uma redução. Ela exprime uma intenção deliberada de visar o objeto e indica o campo de referência no qual o objeto se pensa. A adoção de uma escala é antes de tudo a escolha de um ponto de vista do conhecimento.” (Ibid., p. 130-131)

sempre – de casos investigados naquilo que possuem de singular, ou seja, enquanto representantes de múltiplas esferas da vida em sua combinação única (um indivíduo enquanto, ao mesmo tempo, pai, filho, atendente de *telemarketing*, detentor de um certo patrimônio, católico, militante, amante de esportes, das tecnologias em rede, frequentando um círculo amistoso particular, etc., etc.) e, por isto mesmo, irredutível a cada uma delas em particular. (Levi, 1989; Lahire, 2001; Gribaudi; Blum, 1990) Adquirir plena consciência dos pressupostos e implicações presentes em cada um dos modos de reconstruir um caso, uma biografia, ou uma trajetória (i.e. subordinar o particular a exemplar de um conceito enquanto busca de sua generalidade ou, alternativamente, enfocar a multiplicidade de conceitos por que um particular é constituído visando sua especificidade) é a única maneira de prosseguirmos nossas inquirições evitando uma série de equívocos recorrentes.

Isto significa que quando nos utilizamos de grandes indicadores (e.g. estatísticos, macro-históricos) ou, *sem que haja contradição*, da reconstrução biográfica aprofundada das trajetórias populares, mobilizamos uma alternância de escala ou multiplicamos os ângulos de abordagem (‘macro’, impessoalizada ou objetivada; ‘micro’, pessoalizada e subjetivada) como forma de produção de conhecimento naquilo que Rosental (1998, p. 152) classifica de “abordagem multiscópica”. Citando os exemplos da arquitetura e da geomorfologia, Lepetit lembra a respeito desta mesma perspectiva que, se de uma parte é a “multiplicidade de pertinências” que “legitima” a adoção de escalas distintas, para além de sua não-contraditória mas complementar coexistência de tal modo que “o jogo de escalas permite dominar a imagem global e coerente do projeto” (1993, p. 131), de outra, afirma que “*a questão não é a de saber como articular as formas parciais de explicação, mas como fornecer uma explicação total da forma parcial considerada*.” (Ibid., p. 131; 133, grifos nossos) Com efeito, não é outro o procedimentos que adotamos no estudo de caso descrito quando reconstruímos uma *trajetória* simultaneamente *de classe* e *singular*: ao retrabalharmos aquelas tradicionais “variáveis” em *novos pontos focais*, estamos simplesmente adotando o recurso à variação nas escalas de análise à fim de postular que as motivações e ações em questão (especialmente as relativas ao mercado de trabalho, à gestão econômica e ao investimento em ativos de qualificação ou em microempreendimentos), e na verdade de quaisquer segmentos sociais, não são satisfatoriamente compreensíveis senão através do

entrecruzamento daquilo que possuem de geral e particular, em como *individualizam uma mesma condição*.

3 Condição popular periférica

Condição popular em contexto de modernidade periférica. O legado escravagista e a transmissão intergeracional de clivagens estruturais catalisadoras da dinâmica modernizante. A essencialidade da relação entre cor e classe. "Mobilidade" popular enquanto recomposição sistêmica. Reprodução ampliada (capitais econômico e cultural). Inserção subordinada à economia mundial e a dupla dominação da condição popular periférica. Divisão internacional do trabalho e seu impacto nas condições objetivas de mobilidade na periferia do capitalismo. Heteromorfia dos vínculos populares à estrutura produtiva. "Heterogeneidade estrutural" e sua presença até a atualidade. Segmentações territoriais. Vínculos socializantes e trajetórias. Encadeamento de inflexões histórico-estruturais recentes e sua síntese vivida. Reestruturação capitalística a partir da década de 1980. A expansão ocupacional na última década participando de sua recomposição setorial. Afluxo feminino e reacomodação de gênero do mercado de trabalho. Realinhamento da correlação de forças na condução do Estado e seus limites estruturais. 'Gerenciamento' institucional de uma relativa e regulada reapropriação do capital econômico pelas classes populares e atenuação-gestão da precariedade de suas frações subsistêmicas. Trajetórias ascensionais no interior da complexidade constitutiva das classes populares e de suas fronteiras. Sua vinculação ao espaço de circulação próprio aos limites estruturais da nova fisionomia capitalística e o imperativo sistêmico-agonístico de capitalização cultural. Seus aspectos objetivo e subjetivo. Novas inflexões socioculturais. Critérios de seleção das trajetórias pesquisadas.

> On a raison de remarquer que ce n'est pas la plus grand misère qui fait les révolutionnaires les plus conscients, mais on oublie de se demander pourquoi un retour de prospérité entraîne souvent une radicalisation des masses. C'est que la décompression de la vie rend possible une nouvelle structure de l'espace social : les horizons ne sont plus limités aux soucis les plus immédiats, il y a du jeu, il y a place pour un projet vital nouveau. Le fait ne prouve donc pas que l'ouvrier se fasse ouvrier et révolutionnaire *ex nihilo*, mais au contraire qu'il le fait sur un certain sol de coexistence. (Maurice Merleau-Ponty, *Oeuvres*, p. 1152)

Com o intuito de aprofundar a compreensão de nosso objeto, já postulamos a multideterminação existencial das classes populares e de seus horizontes socioeconômicos. Discorremos também acerca de como este traço complexo de sua sociogênese, longe de diluir o conceito de classes em geral, ou populares em particular, participa de sua essencialidade histórica. Por conseguinte, destacamos que aquela multideterminação é passível de engendrar não somente uma relativa homogeneização de suas condições materiais e simbólicas como, em função da interseção única que cada indivíduo ocupa no entrecruzamento de suas cadeias de relações de interdependência (Elias, 1991), ao mesmo tempo e no mesmo processo, também uma relativa singularização no modo como as vivencia e, assim, estrutura seus esquemas subjetivos (Lahire, 2001, 2002). Prolongando metodologicamente tais preocupações, reconstruímos as "variáveis" tradicionalmente mobilizadas para investigar os juízos,

práticas e percursos destas camadas sociais, as quais preferimos chamar de *variações existenciais* em função das implicações indissociavelmente epistemológicas, teóricas e metodológicas presentes em tal procedimento, destacando a possibilidade de fazer variar seus pontos focais de acordo com as questões levantadas pela investigação – do mais geral e impessoal, ao mais particular e idiossincrático. Elas são as *mediações* pelas quais uma condição compartilhada por um conjunto de agentes (uma mesma origem social, uma certa disponibilidade ou ausência herdada de capitais, uma determinada constelação cultural) é vivenciada por todos e por cada um na tonalidade e forma próprias a seus encadeamentos de experiências; em outras palavras, são as mediações sociais pelas quais esta condição geral é individualizada ou, ainda, constituem as múltiplas socializações pelas quais uma classe assume sua face *particular* aos agentes que a formam. Ainda mais especificamente, esta face cujos contornos buscamos delinear é aquela expressa pelo que classificamos como *trajetórias populares ascensionais*, ou seja, cujo percurso objetivo – em termos ocupacionais, econômicos e escolares – é, a um só tempo, *popular* porém *ascensional*, no sentido de se caracterizar por mobilidades realizadas no seio das próprias classes populares ou na indiscernibilidade objetiva, mas real, de suas fronteiras com as frações médias. *O ponto de vista particular que nos ocupa é a compreensão dos horizontes, expectativas ou projetos socioeconômicos engendrados neste percurso, não em um sentido economicista, antes em como integram inextricavelmente uma atitude perante a vida mais ampla que buscamos reconstruir*.

Com efeito, o que é de suma importância é que estas aspirações e condutas as mais basilares em relação ao mercado de trabalho, como a posição que este ocupa no conjunto de seus engajamentos (prioritário, vocacional, ou meramente pragmático e instrumental, como se coaduna, por exemplo, às expectativas familiares ou aos laços comunitário-vicinais); a relação com os recursos econômicos (o sentido de uma poupança, ou a formação de um patrimônio conjugal como a aquisição de uma "casa própria" e visando também a descendência); e as modalidades de investimento em ativos culturais (qualificação técnica de mais curto prazo, formação universitária em planificação temporalmente mais extensa) participam, todas, de um mesmo *conjunto de inflexões histórico-estruturais*. Estas inflexões conformam as condições sociais de possibilidade daquelas trajetórias, assim como suas modulações participam da

composição daqueles horizontes e expectativas ascensionais, sua significação histórica, suas potencialidades assim como seus limites.

Após o clareamento de questões relativas ao núcleo de nossa problemática, construímos então até aqui a possibilidade de compreender de modo adequado, evitando o simples fracionamento e atomização de tendências (demográficas, econômicas, culturais, institucionais, intergeracionais, etc.) cuja importância *para nossa perspectiva* está precisamente em seus modos de articulação e interpenetração, o fato de que nos encontramos no âmago de um processo histórico-estrutural, de longa duração, de realinhamento social e cultural das classes populares no Brasil, mas também ocorrendo diferencialmente nos países situados (semi)perifericamente aos centros do capitalismo mundial em função de suas especificidades históricas e civilizacionais. Cada vez mais, nas últimas décadas, esta reconfiguração nas camadas dominadas implica a constante, dinâmica e experiencialmente tensa interação entre linhas de experiência mais ou menos heterogêneas entre si e que recobre a *coexistência* entre distintas condições materiais, modalidades de auto-objetivação escolarmente mediadas desigualmente compartidas, a multiplicação de espaços de produção e apropriação simbólicas, e por conseguinte entre orientações e condutas socioeconômicas tendendo à reprodução ou à mobilidade social, geralmente de "curta distância". Suas fronteiras são tênues e imprecisas na medida em que não diferenciam somente distintas trajetórias populares entre si como, no mesmo processo, compõem o interior dos agentes mesmos, os quais as atravessam, e oscilam, em distintos momentos de sua biografia, o que resulta muitas vezes em estranhamento e obliquidade em suas ações socioeconômicas. *Longe de se tratar de uma simples transição unilateral,* quer econômica, cultural, ou a efetivação de um processo abstratamente teleológico de "individualização" – espécie de nova "teoria da modernização" ao menos em nível de ingenuidade e absoluto provincianismo intelectual no trato da diversidade histórica subjacente à intensificação contemporânea do processo de mundialização –, o que nos transparece em décadas recentes é a *confluência de desencadeamentos multisistêmicos que inflectem a condição popular em um contexto de modernidade periférica*.

Todavia, para bem compreender o sentido histórico destas injunções, inclusive melhor explicitando nossos protocolos de investigação (o recurso principalmente a reconstruções biográficas aprofundadas enquanto *corpus* sistemático, seu critério de seleção dos casos pela exemplaridade, além da mobilização de dados estatísticos,

documentais, autobiografias, etc.), é preciso preliminarmente esclarecer o que entendemos por *condição popular periférica, cujo caso brasileiro consiste numa declinação particular*. Assim, todos os aspectos a serem sublinhados (lastro escravagista, dupla subordinação, heteromorfia) não terão o sentido de ressaltar uma singularidade à brasileira – espécie de *Nation building* às avessas como é típico do modo atávico de pensar do 'pensamento social' que gravita sempiternamente em torno da "herança do atraso" que conformaria uma suposta "especificidade" nacional – e sim buscar o que, desta particularidade, participa de uma condição mais geral compartilhada diferencialmente pelas formações sociais (semi)periféricas, as quais, longe de acessórias ou excepcionais, contêm *a imensa maioria das classes populares mundiais*. Ademais, estes aspectos, pela natureza de sua posição, sublinham elementos sociais mais ou menos difusos nos países centrais, cujas análises parecem majoritariamente submersas e embotadas na referência à lógica dos interesses e à ação racional.

A importância deste preâmbulo mais geral nos parece também imprescindível como meio de evitar os riscos de uma interpretação romanceada da condição popular, o que ocorre necessariamente todas as vezes em que esta é investigada da *perspectiva exclusiva ou unilateral* de seus esquemas simbólicos. É preciso aprofundarmos a compreensão de sua experiência social não por dissociá-la das relações de dominação a que se vinculam e sim por considerar que, *coexistencialmente a elas*, suas linhas de subjetivação se tecem culturalmente na participação ininterrupta em diversas esferas e momentos da vida social, *a fortiori* no caso das trajetórias populares *ascendentes*.

3.1 Preliminares investigativas: o capitalismo periférico

Países de inserção (semi)periférica na ainda expansiva *iron cage* capitalística se caracterizam historicamente não somente pela sua integração subordinada e dependente à economia política mundial e pela subsequente apropriação desigual de seus bens e rendimentos, como, o que é fundamental, pelo entrelaçamento desta integração com sua própria configuração social interna, no sentido da formação e reprodução de classes cujos regimes de dominação, interesses e visões de mundo, e as formas de conflito daí derivadas se enredam precisamente nesta forma de inserção. Se caracterizam, da mesma forma, pelas modalidades de posicionamento do Estado perante esta correlação de

forças, em parte entrecruzado internamente por elas, em parte, porém, detentor de antagonismos endógenos, da formação de uma tradição institucional e de um corpo de agentes que, crescentemente se alimentando dos requisitos de sua expansão, a ela vinculam seus anseios, dando ensejo a gradual formação de uma agenda institucional *relativamente* própria.[39] No entanto, também é evidente que, se de fato não é possível compreender completamente a maneira como se estrutura esta correlação de forças sociais internas sem remetê-las ao modo de inserção aos principais eixos de acumulação global (e.g. a correlação de forças entre o patronato rural, o industrial ou o financeiro, o peso e a dependência do *agrobusiness* associado aos níveis de concentração fundiária no meio rural, ou ainda o que alguns se referem como "fordismo periférico" na economia urbano-industrial, as oscilações em torno a uma agenda nacional-desenvolvimentista e sua associação ao capital estrangeiro, o financiamento estatal de determinados segmentos empresariais em detrimento de outros, etc.), não obstante ela possui uma relativa autonomia em função de suas concatenações históricas e desdobramentos institucionais particulares. Exemplarmente no Brasil desde a transição para um mercado de trabalho formalmente livre no fim do séc.XIX, e com importantes descontinuidades durante todo o decurso do séc.XX, no tocante às classes populares, sua heteromórfica integração à estrutura social (rural ou urbana) se caracteriza historicamente pela *reprodução ampliada de clivagens existenciais* – ou seja de modo algum somente 'materiais' – formada pela *síntese* de assimetrias econômica (em termos das taxas de apropriação e reprodução concentradas da expansão patrimonial, de capitalização econômica e cultural, assim como de seus frutos), política (seu acesso diferencial conforme os segmentos sociais, sua incorporação institucional "pedagogicamente" tutelada e autoritariamente mediada, o papel do Estado na indução de um desenvolvimento calcado sobre a concentração da renda nas camadas médias e dominantes) e moral (acerca da desigual atribuição do valor de comum-humanidade transubstanciada do sistema escravagista às novas relações inter-humanas e às representações nelas inscritas) mundialmente paradigmáticas. E estas *condições existenciais diferenciais* (e não apenas de "rendas" diferenciais) se encarnam, para além ou aquém de sua objetivação analítica em indicadores pulverizados, em toda a

[39] Para a comparação entre induções estatais bastante heterogêneas do ponto de vista do desenvolvimento econômico, contrastando os contextos periféricos dos países latino-americanos de um lado, e do sudeste asiático de outro, especialmente com referência à dessemelhança de seus resultados nos graus de autonomia, intensidade tecnológica e diversificação de sua estrutura produtiva e, naturalmente, na morfologia de seus grupos sociais, cf. Amsden (2001).

totalidade experiencial cotidianamente vivida por seus agentes, em suas aspirações, expectativas e condutas economicamente 'razoáveis', enfim em modos de vida que delineiam em todo e qualquer horizonte de possíveis ascensionais uma certa paisagem que, embora difusa em suas cores e amplitude, é bastante distinta daquela vivenciada pelas classes populares dos países centrais. Estas, aliás, não se afiguram senão como *uma* declinação possível do real, *exceção histórica* que, além de irreproduzível pela especificidade das condições de sua formação e desenvolvimento, é mais facilmente modelizável quando comparada à complexidade presente na heterogeneidade estrutural de casos como, por exemplo, os latino-americanos resultantes em grande medida justamente de sua mencionada inserção mundial periférica.

Primeira preliminar: o legado escravagista sistemicamente catalisado na perpetuação de clivagens existenciais mundialmente paradigmáticas

A respeito desta relação entre modernidade periférica e classes populares, Cardoso (2010) sublinha a "inércia estrutural" subjacente à reprodução de um padrão de desigualdade muito superior ao encontrado nos países centrais e que viria essencialmente "a ser *elemento estruturante da sociabilidade*, estando presente em cada momento das relações sociais" no Brasil. (Ibid., p. 44, grifos no original) A gênese deste padrão periférico de "sociabilidade capitalista" se encontraria no "lastro" de sua constituição intrinsecamente associada à ordem escravocrata, a ela coexistente, impregnada de seu imaginário e de sua formatação social e institucional de modo "indelével" em nossa modernidade. Em torno à escravidão, segundo Cardoso, "construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades. Esse conjunto multidimensional de heranças conformou a sociabilidade capitalista entre nós, ou o ambiente sociológico que acolheu o trabalho livre no final do século XIX e início do XX, oferecendo-lhe parâmetros mais gerais de reprodução e apresentando grande resistência à mudança, sobretudo (mas não apenas) no mundo agrário." (p. 49; 52-3) Este lastro[40] de nossa formação sócio-histórica, do qual participava na verdade

[40] O qual seria, para Souza (2000), a "'semente' de sociabilidade nacional", explicativa da singularidade brasileira em relação à igualdade jurídico-política e moral conformadora do par democracia-cidadania

uma camada social consideravelmente mais numerosa que os escravos, uma massa heterogênea de homens mestiços, pobres e livres que orbitavam em torno de latifúndios e encontravam-se inseridos em formas paralelas de sociabilidade e dependência pessoal, teria então estruturado, como base social disponível, a transição a uma ordenação social competitiva ou de mercado no fim do século XIX.[41] (p. 75-77) Nesta mesma chave interpretativa – a despeito de importantes diferenças quanto a suas formas de abordagem e intensidade investigativa – Souza (2000, 2003) argumenta que o "paradoxo periférico" da modernização brasileira consistiria, justamente devido ao legado escravagista historicamente recente, na importação e instauração de uma configuração institucional de tipo moderno (marcada essencialmente por Estado e mercado assim como seus valores e imperativos impessoais associados) sem, no entanto, a correlativa homogeneização moral, emocional e psíquica de tipo burguês, seu pressuposto e base da concepção moderna de cidadania típica dos processos europeu e norte-americano. Como resultado, no Brasil não teria ocorrido a efetiva "equalização entre as classes" (em termos de igualdade política enquanto concomitantemente realidade institucional e valor moral) por meio da qual a categoria "cidadão" se universalizaria por todos os estratos

---

estruturante do ideal de modernidade ocidental. Conforme esta argumentação, seus frutos se realizam "numa sociedade que se moderniza e mantém, no entanto, intacta a herança escravocrata que divide a sociedade em homens e sub-homens, ou, nos termos da nova ordem política, em cidadãos e subcidadãos." (Ibid., p. 262) Na verdade, já no último quarto do século XIX, podemos encontrar a matriz desta forma de pensar classicamente forjada por Joaquim Nabuco. Afinal, em seu manifesto público que é *O abolicionismo* a perpetuação da escravidão não seria deletéria somente para suas vítimas diretas, os escravos, mas um "terrível contágio" que degradaria toda uma nação, seus costumes, sua moral e instituições, não apenas no espaço como também lastreando sua marca de barbárie no tempo, pela herança de um espírito de servilismo, uma indiferença cívica e política, além de uma ausência de amor às liberdades individuais. (Nabuco, 2000 [1884], p. 137 e passim) A abolição deveria ser um fundamental primeiro passo, se bem que incompleto enquanto não buscasse combater por meio de profundas reformas sociais os efeitos da escravidão por toda a "atmosfera" social na medida em que, para o publicista, "o nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira." (Ibid., p. 4)

[41] Para Maria S. C. Franco (1974), a integração marginal, "quase" prescindível e ocasional à estrutura produtiva nuclear agrário-exportadora, nas franjas da qual "cresceu e vagou durante quatro séculos" este imenso "conjunto de homens livres e expropriados" em regime de economia de subsistência, explica sua "condição subumana", sobretudo na medida variável e contingente das relações de dependência e dominação pessoais que os vinculavam aos grandes proprietários. Demograficamente majoritários já a partir ao menos do séc.XVIII, sobrevivendo no séc. XIX por exemplo como tropeiros, vendeiros, sitiantes, agregados, camaradas, etc., sua integração subsistêmica era inteiramente resultante e determinada pela natureza da formação socioeconômica colonial e, posteriormente, imperial, em que eram alijados das funções produtivas principais, preteridos pelo uso intensivo e secular de força de trabalho escrava. Da peculiaridade e inconsistência funcional de sua condição, principalmente quando adentravam o mundo da dependência senhorial, emergia uma dialética de sua afirmação enquanto "pessoa" e, simultaneamente, a negação de sua "humanidade", visto que sua vontade e sua moral eram subsumidas, assim como sua consciência alienada, à guisa de uma "criatura domesticada" cuja situação era social e culturalmente refratada pela paralela e vizinha coisificação do escravo. (Ibid., p.14-34; 87-101)

sociais. Esta seria precisamente a "seletividade" de nossa modernidade, i.e. *a transfiguração de um legado escravagista em subcidadania*, processo no qual a dinâmica europeizante a partir de nosso princípio institucional moderno em 1808 ("o *início ao mesmo tempo do Brasil moderno e da miséria brasileira*") (2000, p. 250, grifos no original), ou seja sua revolução institucional, nos hábitos e costumes e sua difusão em todas as camadas sociais teria se dado diferencialmente, capitalizando-se sobre uma estrutura social radicalmente estratificada. Este fato haveria resultado numa apropriação do processo modernizador como princípio de segregação de classes em que nossos grupos dominantes, detentores destes bens civilizacionais escassos, pautariam nossa hierarquia social a partir de seus valores. E ao racionalizarmos nossa desigualdade precisamente sob a impessoalidade típica dos valores e instituições modernas – e não enquanto uma suposta herança atávica pré-moderna, personalista, familista e patrimonialista – se operaria uma "naturalização da desigualdade", da clivagem entre "europeizados", portadores legítimos deste legado europeu-burguês e individualista, e, por outro lado e negativamente definida, "uma classe de párias rurais e urbanos", imensa parcela da população. Esta última, destituída da possibilidade de adesão integral a esta dinâmica, se encontraria, nos termos do novo ordenamento vigente, "legitimamente" excluída de seu seio. (Ibid., p. 56-57; 252-270) Se trata, no âmbito de sua sociogênese, da mesma camada social descrita em outros termos por Cardoso (2010) e analisada por Franco (1974) a qual, juntamente com os ex-escravos, ambos advindos de séculos de relações de subordinação e dependência pessoal e seu espectro moral historicamente específico, formataria no seio de nosso processo de modernização periférica uma classe heteromórfica cuja longa reprodução intergeracional demograficamente ampliada no tempo e no espaço perpassaria todo o decorrer do séc.XX, sendo paulatinamente transmutada em estilos de vida e modos de dominação cuja eficácia se associa à "modernização" das instituições, do sistema de valores e da estrutura ocupacional no país. Assim, o constante e massivo excedente de força de trabalho em idade ativa em contraste à capacidade da estrutura econômica incorporá-la direta e formalmente resultaram em que "o capitalismo aqui instalado e a atuação regulatória do Estado no campo trabalhista não lograram universalizar o fenômeno do assalariamento formal do trabalho, tornando incompleto o 'processo civilizatório' de um capitalismo minimamente organizado, tal qual levado a cabo na experiência de alguns países ocidentais. Deste modo, a inserção das pessoas no mundo da proteção social pela via do trabalho, se já não havia sido a regra para cerca de metade da população ocupada

[desde 1930] até 1980, deixou de ser aspiração confiável ao longo dos vários anos subseqüentes de crise econômica, estatal e social no Brasil." (Celso Jr., 2013, 206-7) O caráter supostamente "prescindível" deste contingente populacional do ponto de vista de sua funcionalidade sistêmica, aparentemente marginal e excedente aos principais núcleos de acumulação urbano-industriais, na realidade como sublinhou Francisco de Oliveira (1975), antes participa da natureza da expansão capitalística periférica. Esta assimetria que atravessa todo o século XX, deve ser entendida enquanto o modelo de economia política e moral adotado pela expansão capitalística tardia em formação, de expansão e diversificação produtiva inseridas num contexto econômico crescentemente mundializado; diante de 'desvantagens comparativas' de baixa acumulação e menor proporção de progresso técnico em sua estrutura produtiva, e consequentemente ocupacional, em relação a economias altamente diversificadas, as taxas de concentração econômica (funcional e interpessoal) são sistematicamente mais elevadas que as apresentadas pelos países centrais como meio de sua expansão. Por conseguinte, esta "inércia distributiva"[42] é, mais precisamente, o insumo *humanus* ou o móbil próprio à expansão das formações sociais situadas perifericamente aos principais eixos de acumulação globais que estabeleceram e sustentaram moral, política e mesmo militarmente tal modelo de "desenvolvimento" econômico. Deste modelo participa aquele "lastro" histórico o qual, longe de "resquício" ou "atraso" em relação ao "moderno", lhe é historicamente consoante e a ele se integra *enquanto catalisador de sua própria dinâmica expansiva*. Isto, naturalmente, não em um sentido economicista. Uma classe de condições de existência relacionalmente determinadas (Bourdieu, 1972, 1979), cuja essência da *clivagem estrutural* que lhe é historicamente intrínseca se situa naquilo que Karel Kosik (1988) definiu como "totalidade concreta", configura mais propriamente uma *síntese primordial* no sentido de que é a partir de sua efetividade histórica que os aspectos econômico, social, "racial", simbólico e político extraem, cada um dialética e cumulativamente, sua força e sentido, quer dizer, uma síntese de condições diferenciais que é, ela sim (e não cada um dos fatores abstratamente mutilados em indicadores fragmentados), transmitida intergeracionalmente. *O nexo destes aspectos é primordialmente existencial (e não causal)*, pelo qual cada um destes elementos se prolonga nos outros, neles se entranha e por meio deles se realiza –

[42] A partir da década de 1930 e por todo o século XX, "o Brasil emerge como marca importante de forte expansão de suas forças produtivas, sem todavia romper com a inércia da concentração distributiva pré-industrialização." (Celso Jr., op. cit., p. 57)

estando co-presentes em cada detalhe de uma ação que exprime assim uma organicidade da experiência vivida onde uma precariedade econômica, uma tonalidade da pele, um sotaque ou uma determinada entonação, um certo tipo de religiosidade popular, um baixar a fronte ou o chapéu em face ao 'patrão' ou 'doutor' (que pode ser qualquer desconhecido casualmente encontrado e avaliado visualmente enquanto portador de *status* superior), uma expectativa quanto às possibilidades da vida, um modo de lidar com o corpo, o tempo, etc. encontram, cada qual, sua verdadeira fisionomia, e daí inclusive sua *ambiguidade* que é constitutiva de sua própria objetividade.

É neste mesmo sentido que, não obstante mais de um século de gradual consolidação de uma estrutura produtiva de tipo moderno no séc.XX, cujo ritmo de crescimento urbano-industrial e a expansão do PIB foram equiparados por poucos países em todo o mundo, a fisionomia de classes no país "ainda" tem cor. As aspas se referem ao fato de que é preciso também aqui superar a perspectiva do racialismo enquanto resquício do "atraso", supostamente uma simples "atitude" a ser superada como que possuindo e esgotando a força de sua realidade *em si mesma*, e desvelar sua inerência aos mecanismos de classe que integram e perpetuam. Como declarava a escritora "favelada" Carolina Maria de Jesus numa das páginas de sua autobiografia publicada na década de 1960,[43] "nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a *nossa vida* decorreu. *A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.*" (1983, p. 147, grifos nossos) Em suma, "preta" é a cor de uma condição mais ampla, da qual a tonalidade da pele sinaliza e participa. Geração após geração no decorrer de todo o séc.XX, negros e pardos tendem estatisticamente a se concentrar majoritariamente nas categorias ocupacionais dominadas e no interior do segmento informal do mercado de trabalho, e é bem verdade que o fazem ainda quando comparados aos indivíduos portadores exatamente do mesmo nível de diplomação, as coisas se passando como se as práticas de estratificação "racial" pudessem, aparentemente, ocorrer na complexidade da realidade inter-humana numa espécie de bolha laboratorial de isolamento. Assim, procedendo de modo a equalizar analiticamente o impacto da origem social no nível de diplomação diferencial dos filhos, temos que, dada então uma mesma origem, a descendência de brancos obtém melhor desempenho educacional e, consequentemente, ocupacional. O mesmo ocorre para o caso dos negros e pardos nascidos, inclusive, nas camadas dominantes em

[43] E que teremos oportunidade de perscrutar em capítulo posterior, acerca das projeções ascensionais.

comparação a seus homólogos de cor branca: o resultado tende a concentrar o capital cultural neste segundo contingente populacional. (Pastore; Silva, 2000, p.90-96; IBGE, 2010b, p. 230) O mais importante, entretanto, consiste em que a força de atuação *relativamente autônoma* do racismo assim *artificialmente* isolado de suas vinculações estruturais tende, na verdade, a *reforçar em seus efeitos objetivos a tendência de reprodução de negros e pardos em uma condição socialmente dominada*. Não por acaso dentre todos os níveis de diploma é precisamente no tocante às probabilidades de acesso ao ensino superior, cuja posse se torna cada vez mais imperativa contemporaneamente para as frações médias estabelecidas assim como para as possibilidade ascensionais das classes populares, que se verifica a maior diferenciação entre os contingentes "raciais": considerando as mesmas categorias ocupacionais, os filhos que descendem de pais brancos (nascidos entre 1932 e 1984) apresentam probabilidades mais elevadas de acesso a este nível de ensino do que aqueles nascidos de pais negros ou pardos. É de modo semelhante que, no que diz respeito às camadas dominantes, dadas as mesmas origem social e a posse de nível superior no ano de 1996 (considerando homens de 25 a 64 anos) – de fato prolongando as tendências encontradas entre os entrevistados de 1976 – os brancos tendem "ainda" a possuir maiores probabilidades de participar do cinturão superior de ocupações (profissionais, administradores, patronato), inclusive de nele se perpetuar, enquanto negros e pardos revelam as maiores chances de um declínio social, estatísticas que são consoantes com o fato de que *as probabilidades objetivas de mobilidade social conforme a cor se clivam mais intensamente à medida que subimos na hierarquia social*, onde assumem seu paroxismo. Isto com tanto maior razão se constatarmos que, considerando-se somente os indivíduos de origem popular quanto à categoria ocupacional paterna (filhos de trabalhadores rurais, trabalhadores manuais urbanos) *não* se vislumbram diferenças significativas de mobilidade ascendente em função de brancos, pardos e negros. (Ribeiro, 2009a, p. 54-57; 171-178; IBGE, op. cit., p. 227-230) Isto quer dizer que os efeitos da cor, relativamente mais difusos no seio das classes populares, se presentificam com tanto maior intensidade quanto mais nos aproximamos da entrada, e da permanência (que supõe por sua vez o acesso a redes de sociabilidade e a formação tácita mas efetiva de um capital social), nas camadas médias e, principalmente, dominantes (em 2009, por exemplo, o 1% da população detentora do maior volume de recursos econômicos era composta por 81,6% de brancos contra 16,2% de negros ou pardos, ao passo que estes últimos representavam, no mesmo ano, 53% da população

total). (IBGE, op.cit., p. 178) Em outras palavras, estes efeitos "raciais", *malgrado sua relativa autonomia e a consequente possibilidade de seu artificial isolamento analítico*, são objetivamente indissociáveis de sua inscrição na estrutura social, *enquanto o mais sublimado dos capitais*, de caráter barroco e oblíquo, sob pena da reversão de sua eficácia em violência moral aos mais altos valores constitutivos da formação identitária moderna do país. É por sua integração àquelas clivagens existenciais, que o englobam sem a ele se reduzir, que a transição, sobretudo a partir da década de 1980, do predomínio da composição estrutural da mobilidade para a chamada composição circular (ou de fluidez), transição relativa tanto ao esgotamento da expansão da economia política desenvolvimentista, ao novo dinamismo do setor terciário da economia como, correlativamente, à expansão da importância do capital cultural, engendra, justamente, uma *conversão* a esta forma de capital das desigualdades "raciais" verificadas, antes, no nível econômico. A *objetividade de seus efeitos* se faz sentir nos mecanismos de reprodução de classes onde encontram, não a totalidade de suas manifestações, mas a dinâmica estrutural na qual se inserem, a qual reforçam, e na qual *se* reforçam.

Por conseguinte, para delinearmos esta dinâmica estrutural *do ponto de vista de suas injunções à condição popular periférica em geral* (incluindo negros, pardos ou brancos) assim como as condições objetivas de possibilidade de ascensão social ali presentes, não podemos deixar de explicitar que *a reprodução ampliada das clivagens iniciais, enquanto catalisadora da modernização do país, se expressa historicamente pela densidade da herança das condições sociais de origem transmitida no seio das sucessivas gerações*. Durante o inteiro transcurso do século XX, quando comparada a quaisquer formações sociais mundiais, quer centrais ou mesmo periféricas, esta dinâmica estrutural se caracteriza por probabilidades diferenciais entre as trajetórias pesadamente sobrescritas pelas condições de origem. Isto não significa que não houve e não há movimentos significativos de mobilidade ascensional, inclusive para imenso contingente das camadas populares,[44] pelo contrário: o dinamismo (geográfico e ocupacional) de suas trajetórias sempre fora intenso, como também o fora o das demais

[44] Para dados coletados em 1973, ou seja refletindo a expansão urbano-industrial iniciada na década de 1930 e acentuada em ciclos posteriores, temos que 47,1% das trajetórias individuais revelam alguma forma de ascensão em relação à origem social (indicada pela ocupação paterna), 41,6% reproduziram a posição, e somente 11,3% experimentaram declínio social. (Pastore; Silva, 2000, p. 2) Impulsionando este intenso fluxo de mobilidade e refletindo sua natureza, veremos que em todas as categorias ocupacionais predomina, na composição de seus integrantes, filhos oriundos de trabalhadores rurais. (Silva, 2004, p. 55)

camadas sociais, constatação aliás que estimula toda sorte de inconsistências interpretativas ("dinamismo" ou "imobilidade", "fluidez" ou "reprodução" sociais?). Ocorre que o dinamismo molecular das trajetórias individuais na composição da tessitura social e as altas taxas de mobilidade nela observadas são, sobretudo, impulsionadas pela expansão urbano-industrial a partir principalmente da década de 1940, sua ampliação e diversificação econômico-funcional induzidas pelo ímpeto nacional-desenvolvimentista, e se caracterizam assim nas décadas seguintes pela massiva migração que acompanha a transição de uma economia agrária para uma estrutura produtiva e uma força de trabalho predominantemente urbanas e, portanto, correspondem a *uma recomposição sistêmica das classes populares*. O que se revela neste caso são mobilidades ascensionais de "curta distância", *redefinindo sua morfologia e suas fronteiras*, envolvendo filhos de trabalhadores rurais que, ao migrarem para os meios urbanos, assumem um leque de posições dominadas em que predomina, quando não a inserção subsistêmica (vendedores ambulantes, autônomos, vigias, trabalhadoras domésticas, serventes, engraxates, além de uma gama de tipos precários e "não-especificados"), uma diversidade de ocupações manuais não ou semi-qualificadas (mecânicos de automóveis, motoristas, pedreiros, pintores, eletricistas, etc.).[45] Oriundos deste mesmo grupo, 25% destas trajetórias conseguiram participar da expansão estrutural de alguns segmentos "médios" de trabalho não-manual (auxiliares administrativos e de escritório, praças das forças armadas, "viajantes comerciais"); apenas 2,5% obtiveram ocupações como diretores (serviço público), administradores e gerentes (do comércio e indústria) dentre outras do mesmo conjunto; e, ainda, 1% adentraram um cinturão superior composto por exemplo por profissionais liberais, professores do ensino superior e patrões da indústria. (Pastore; Silva, 2000, p. 4-8; Scalon, 1999, p. 81-88; 164-6; Silva, 2004, p. 21) É verdade que a longo prazo, particularmente para seus descendentes, dadas suas experiências socializantes de novo tipo no meio urbano (como a crescente possibilidade de frequentação escolar, cujos precários índices são contudo maiores do que no meio rural) e a maior diversificação objetiva de sua estrutura econômica, se lhes ampliam o leque de horizontes e de possíveis ascensionais. Mas seja como for, as linhas ascensionais em questão refletem a expansão do dinamismo urbano-industrial cujos sucessivos ciclos expansivos

[45] Também para dados de 1973, o conjunto de filhos de trabalhadores rurais que permanecem nesta condição (45%) com aqueles que passam a se situar entre as ocupações manuais urbanas (38%), abarcam mais de 80% das trajetórias com origem naquele setor. (Pastore; Silva, op. cit., p. 26)

politicamente orientados se encerram no final da década de 1970, sendo assim essencialmente compostas pelo que se convencionou chamar de efeito ou impacto estrutural sobre a mobilidade, isto é, pela *ampliação e diversificação de seu espaço objetivo*, o que por sua vez se distingue de seu chamado efeito de fluidez, ou circular, no qual se alternam competitivamente os indivíduos dentro de um determinado espectro ocupacional. Na medida em que as "distribuições de origem" apresentam grandezas distintas daquelas de "destino" ocupacionais, *necessariamente* uma proporção das trajetórias apresentará vetor de mobilidade, a despeito da pesada herança ocupacional historicamente registrada, seja para homens ou mulheres. A própria "abertura" das frações dominantes também deve ser compreendida neste quadro de *expansão estrutural das camadas superiores*, porquanto há uma forte tendência à *perpetuação* de seu crescente contingente de integrantes. As taxas de 18,4% de "auto-reprodução" de seus membros – entrevistados em 1996, mantendo a tendência dos entrevistados de 1973 – não são capazes de cobrir toda sua expansão demográfica, o que significa que sua morfologia sociocultural é resultado, em sua imensa maioria, de *parvenus*.[46] Ora, dado o caráter proporcionalmente sempre restrito deste cinturão dominante em contraste com a massa populacional (especialmente os filhos de trabalhadores rurais), estas trajetórias "ingressantes" que passam a predominar em seus quadros consistem, na verdade, numa minoria populacional, de modo que quando tomamos como referência seus meios sociais de origem (são normalmente filhos de trabalhadores rurais, trabalhadores manuais urbanos, alguns segmentos médios, etc.) correspondem, em cada um deles, a

[46] Assim, se é verdade que dentre aqueles que ocupam a categoria de profissionais, 47,9% provém daquele cinturão dominante formado por pais profissionais, gerentes e administradores e patronato rural ou urbano, não obstante, uma fração considerável de seus quadros tem origem, além de nos segmentos médios, em alguma forma de trabalho manual (12,5% são filhos de trabalhadores rurais, 7,8% de trabalhadores manuais não-qualificados e 9,5% de trabalhadores manuais qualificados). O mesmo ocorre com a categoria de administradores e gerentes: se é verdade que 28,9% de seus quadros têm origem no cinturão superior formado pelas categorias de maior capital econômico ou cultural já mencionadas, proporção que aumenta consideravelmente se acrescentarmos os segmentos médios, por outro lado 25,1% de seus quadros têm origem rural, 13% no trabalho manual não-qualificado e 13,2% no manual qualificado. Quanto ao patronato urbano, a heterogeneidade de origens é ainda maior, visto que 29,7% de seus integrantes têm origem no cinturão de categorias superiores ao passo que 35,5% possuem origem no trabalho rural, 10,8% no trabalho manual não-qualificado e 9,3% no manual qualificado. Na verdade, mesmo o patronato rural possui uma origem minoritária na própria categoria (apenas 23,1% do total), e a grande maioria é constituída por indivíduos cujo pai era trabalhador rural (62,9%). Por outro lado, e em contraste à permeabilidade estrutural das camadas dominantes, as classes populares são caracterizadas pela rígida "reprodução demográfica" de seus membros, não havendo "troca", melhor dizendo mobilidade descendente para estas posições, do que resulta sua "forte hereditariedade": cerca de nove em dez indivíduos pertencentes aos setores manuais (rurais ou urbanos), possuem origem nestes mesmos setores – seja qual for o gênero. (Scalon, op. cit., p. 90-2; 120-1; Silva, 2004, p. 55)

um grupo de proporções bastante reduzidas.[47] (Pastore; Silva, op. cit., 4-8; 26-32; Silva, op. cit., p. 53)

Se a partir da década de 1980, com o rearranjo capitalístico decorrente do amálgama entre crise econômica, fiscal e mais amplamente do próprio agenciamento tecnoburocrático militar do Estado, e também já com a consolidação de uma estrutura econômica majoritariamente urbana (de 34% da população total na década de 1940, se alcança 71% na década de 1980), há um relativo aumento na importância da fluidez nos índices de mobilidade em detrimento do impacto daquela expansão estrutural, que passa a declinar, *não obstante o que continua a predominar é essencialmente o mesmo padrão de trajetórias descrito: a mobilidade molecular ascensional, de "curta distância"*, em grande medida no interior das classes populares e no entrecruzamento de suas fronteiras com alguns segmentos médios. (Pastore; Silva, loc. cit.; Scalon, p. 81; 95; 163; Ribeiro, 2007, p. 157-199) Correlativamente, a expansão das instituições escolar e universitária a partir deste mesmo momento histórico passa a ser *diferencialmente apropriada* em função do aumento de sua importância recursiva para as probabilidades ascensionais, ou para a manutenção das distâncias relativas, conforme a intensificação da competitividade no mercado laboral. Assim, esta recente transição para um maior peso da circularidade ocupacional e um relativo aumento nas taxas totais de mobilidade (da "fluidez" tanto ascensional quanto descendente), não impedem que a clivagem historicamente subjacente ao dinamismo de nosso processo modernizador se reflita, por exemplo, nas estimativas de permanência na mesma categoria ocupacional para filhos de profissionais de alto nível, as quais podem equivaler, literalmente, a milhares de vezes as chances objetivas das frações dominadas (no caso de trabalhadores rurais) atingirem a mesma condição, ou a dezenas de vezes, no caso de trabalhadores manuais.

[47] Assim, para os homens de 20 a 64 anos, respondentes à Pnad de 1988, quanto ao acesso das trajetórias populares às frações econômica e culturalmente dominantes, vimos que ele ocorre essencialmente pelo fato de a expansão modernizante nacional-desenvolvimentista extrapolar a capacidade de autoreprodução de seus grupos hegemônicos e absolutamente menos pela "circulação" dos que lá se encontram: somente 1,7% dos filhos de trabalhadores rurais tornam-se eles próprios patrões rurais, e menos ainda patrões urbanos (0,7%); somente 8,8% adentram o cinturão superior acima, sendo de fato seu destino mais provável a reprodução em algum tipo de trabalho manual rural ou urbano (78,8% dos casos). Já no caso dos trabalhadores manuais não-qualificados (costureiros, pedreiros, serventes de pedreiros, estivadores, encanadores, engraxates, etc.), somente 2,2% tornam-se patrões urbanos, e 12,9% profissionais ou administradores e gerentes; 63,2% destas trajetórias permanecem em ocupações manuais. Além disto, se adicionarmos a estes números relativos às trajetórias de origem popular (i.e. filhos oriundos de trabalhadores rurais ou de trabalhadores manuais não-qualificados do meio urbano) que perduram no seio dos segmentos populares manuais, seus entornos ou fronteiras ascensionais mais próximas (caso dos trabalhadores não-manuais de rotina e de muitos proprietários por conta própria), teremos então mais de quatro em cada cinco filhos de trabalhadores manuais. (Scalon, op. cit., p. 87)

(Silva, 2004, 50-1; Ribeiro, op. cit., 194-9; 207; 253-6) É por isto que quando analisamos, nos meios urbanos, as taxas de mobilidade ocupacional das classes populares para o cinturão dominante – os chamados trânsfugas de classe – nos deparamos, em termos comparativos, com uma das menores probabilidades do mundo.[48]

Com efeito, a natureza desta dinâmica estrutural movida por uma espécie de fagocitose de suas clivagens historicamente sedimentadas se revela também na participação dos rendimentos do trabalho no volume econômico global em relação aos oriundos das frações economicamente dominantes (e seus rendimentos da propriedade de capitais, principalmente lucros, juros, renda fundiária e imobiliária). Desde o novo ciclo de expansão industrial implementado pelo governo JK de transição das indústrias leves de consumo para a fase de industrialização pesada (bens de consumo duráveis, equipamentos, produtos químicos), indutor de novo ímpeto modernizador da estrutura ocupacional, se acentuava a deterioração do salário real, de modo a se ampliar a concentração (pessoal e funcional) da renda. A estrutura produtiva, cada vez mais capital-intensiva em seus setores mais dinâmicos, expandia-se ao mesmo tempo se mantendo incapaz de integrar sistemicamente a população demograficamente ampliada, sobretudo no meio urbano pelo fluxo migratório, aumentando-se em consequência o desemprego (inclusive o industrial) e o subemprego; se consolidava então, gradualmente, uma dinâmica capitalística que incorpora de modo subsistêmico imensa parcela de sua população, incapaz de fazer acompanhar o crescimento de sua oferta com o crescimento da demanda senão, através da concentração da renda, em camadas minoritárias da população – a própria inflação do período é indissociável deste paradoxo. (Bresser-Pereira, 2003, p. 132) As classes populares não se viam alijadas somente do novo setor dinâmico da produção como, em consequência, da esfera de seu consumo, o que representa a perpetuação estrutural das clivagens existenciais que caracterizam sua forma de integração. Alimentando esta dinâmica, os rendimentos do trabalho decresceram ante os rendimentos de capital em toda a segunda metade do séc.

[48] As chances de mobilidade intergeracional, por exemplo de um filho de trabalhador manual urbano entrar nas camadas de profissionais superiores e administradores, no Brasil, é de uma em dez (9,9%) em 1996, proporção consideravelmente menor do que a imensa maioria dos países do mundo, inclusive semiperiféricos. De modo correspondente, as chances destes trabalhadores manuais urbanos reproduzirem a condição parental é também das mais elevadas. Ademais, se o que se costuma chamar de "mobilidade" dos trabalhadores rurais para o meio urbano no Brasil é massiva, é preciso compreender precisamente o que este termo denota na medida em que as chances estatísticas destes trabalhadores alcançarem as ocupações mais qualificadas do meio urbano, ou seja de que esta "mobilidade" alcance as frações superiores se encontra, igualmente, entre as menores encontradas no mundo (cerca de 4 em cada 100). (Ribeiro, op. cit., p. 253-6)

XX, com regularidade ininterrupta: equivalendo a 56,6% em 1959/60, foram sistematicamente apropriados durante quatro décadas até alcançar 40% em 1999/2000, se bem que recuperando pouco de seu valor na última década (até 2008/2009) para 43,6%, proporção ainda bastante inferior às encontradas nas configurações de classe das formações capitalísticas centrais.[49] (Cf. tabela 1) Razão pela qual o salário por trabalhador na América Latina não equivale, em anos recentes, mais do que a uma diminuta fração (27%) do salário dos trabalhadores situados nos eixos centrais de acumulação mundial; estes rendimentos sequer acompanham seu comparativamente mais baixo nível de produtividade: enquanto atinge uma relação próxima de 1.0 nos eixos centrais da economia mundial, na América Latina o nível do salário se situa a 60% do nível de produtividade, no Brasil a 67%. (Celso Jr., 2013, p. 76) Para sermos mais precisos, esta compressão sistemática e duradoura participa do processo de acumulação em nível de baixa produtividade.

Tabela 1: participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional em face aos oriundos de propriedade de capital (principalmente lucros, juros, renda fundiária e imobiliária)[50]

Décadas	Porcentagem
1959/60	56,6
1969/70	52,0
1979/80	50,0
1989/90	45,0
1999/2000	40,0
2008/2009	43,6

Fonte: IPEA, 2010b.

A dinâmica desta apropriação e acumulação se propaga, ademais, na assimetria presente no interior dos próprios rendimentos oriundos do trabalho (excluindo aplicações e rendimentos de capital). O fato de que a expansão econômica pós-67 durante a regulação militar se sustenta, pelo lado da demanda, pela ampliação do mercado de consumo de bens duráveis (automóveis, gravadores, etc.) pelas camadas médias e superiores, tornada possível pela concentração do volume global de recursos, não significa que os rendimentos das classes populares se comprimissem em termos absolutos, ao contrário (Bresser-Pereira, 2003, p. 157-167); significa simplesmente que,

[49] Para uma comparação entre a participação dos rendimentos do trabalho no PIB em 2009, cujo indicador do Brasil é consideravelmente menor do que os países situados no centro do capitalismo mundial cf. IBGE (2013, p. 171-172).

[50] Trata-se da distribuição funcional da renda.

subjacente ao "milagre econômico" (entre 1968-74 as taxas de crescimento superaram os dois dígitos), está a intensificação das clivagens anteriores. A concentração da renda nestas camadas sociais não lhe foi acessória ou subproduto, mas antes condição e fundamento intrínsecos. Para se vislumbrar a magnitude do fenômeno, ainda no decorrer da década de 1960, aproximadamente a metade da população total do país se encontrava em níveis de subsistência, de modo que sua participação na renda nacional equivalia ao mesmo montante apropriado pelo 1% detentor do maior volume de recursos econômicos.[51] Significativamente, a expansão da renda per capita de 1960-80 se dá *na mesma medida* da intensificação de sua desigualdade (seja funcional ou interpessoal). A partir deste período, marcado pelo definhamento do dinamismo industrial, pela mencionada crise econômica (estagflação) e fiscal advinda do crescente endividamento externo (e crônico déficit público) financiador do modelo de acumulação e consumo anteriores, (Ibid., p. 231) os níveis *mundialmente paradigmáticos* de concentração até então alcançados *cristalizaram-se*, se perpetuando através da quase-estagnação da renda *per capita* que viera a se prolongar na década seguinte de reestruturação e flexibilização produtivas, recuperando e aumentando sua proporção apenas a partir da virada do século, com a relativa flexão na correlação de forças na condução do Estado.[52] De 2004 a 2010, de fato pela primeira vez em mais de meio século, cresce a renda per capita *na mesma medida* em que se atenua sua desigual distribuição (funcional e interpessoal), (IPEA, 2011a, p. 4-5) sugerindo um *possível* desacoplamento da expansão capitalística de sua mais duradoura "vantagem comparativa": a subproletarização sistêmica da maior parte de sua população. Com

[51] E enquanto, em 1960, os 5% de indivíduos que detinham o maior volume econômico global se apropriavam de 37% da renda total, segundo o censo de 1970 esta mesma proporção de indivíduos passou a concentrar 45% do total. Não por acaso, uma década depois, numa lista de 32 países elencados pelo Banco Mundial incluindo países europeus, latino-americanos e africanos, a concentração da renda nacional em suas frações economicamente dominantes (neste caso o decil superior) no Brasil se tornara inigualável. (Ibid., p. 167-72; 218)

[52] As classes populares incluindo até 50% dos indivíduos com menor renda domiciliar per capita, ou seja metade da população do país (caracterizada ocupacionalmente em grande medida por trabalhadores rurais, domésticos, manuais mais ou menos qualificados e precarizados) se apropriavam, em 1981, de 13% da renda total disponível. Apesar desta inflexão, passadas três décadas, em 2009, sua proporção se manteria mesmo assim não muito distante dos valores iniciais, em 15% do total. Este diminuto aumento relativo corresponde, justamente, à perda relativa na apropriação por parte dos 10% de indivíduos detentores dos maiores recursos econômicos das classes superiores que, também em 2009 se apropriavam de 43% da renda total, proporção pouco menor que aquela de 1981 (46%). (Dados disponíveis em: www.ipeadata.gov.br. Séries históricas IX. Tabela ix.29) Do ponto de vista dos níveis de despesa cabe destacar que, enquanto há *gradações* no volume de recursos econômicos no seio das camadas populares, por outro lado entre estas e as frações dominantes há uma *ruptura*, que estabelece a incomensurabilidade de suas respectivas condições de vida, fenômeno típico da heterogeneidade própria ao dinamismo estrutural dos países periféricos. (IBGE, 2010a, p. 69; 2010b, p. 112, tabela 4.5)

efeito, desacoplamento *possível*, e não efetivo, porque ainda para o ano de 2011 – portanto já no cerne do referido momento de relativo realinhamento na condução do Estado – estes índices de concentração e compressão econômica a que sistematicamente são subordinadas as classes populares do país se mantêm mundialmente paradigmáticos: se nos reportarmos à situação de sua fração mais vulnerável (e.g. os 20% de indivíduos com menor participação no volume econômico global) a comparando a um conjunto de 214 países, constataremos que sua privação de bens e de possibilidades existenciais se encontra dentre as mais obsedantes e, na verdade, esta fração subsistêmica apresenta condições mais severas não apenas em relação àquelas a que são submetidos os segmentos populares homólogos das formações capitalísticas centrais como, mais ainda, em relação também à maior parte das formações periféricas e semiperiféricas do mundo.[53] Contudo, estes índices se mantêm mundialmente paradigmáticos não no sentido de um suposto caráter único e singular, e antes porque levam às últimas consequências uma condição popular mais geral, *estruturalmente* compartilhada pela periferia do capitalismo mundial em graus distintos, e da qual o caso em relevo consiste numa *variação particular*.[54]

É fundamental considerar que esta precariedade material, aprofundando-se tão mais nos aproximamos do imenso contingente subsistêmico das classes populares (com a oscilação e inconsistência funcional de suas posições), em sua participação decisiva na natureza de nosso processo modernizador, é *indício analítico-abstrato* de uma condição maior que a abrange, se co-estendendo e se entrecompondo num conjunto mais ou menos amplo de "desigualdades" (de "rendimentos", de "oportunidades", "educacionais", "raciais",...) cujo isolamento positivístico-empiricista não faz senão

[53] A apropriação da renda nacional por esta fração no Brasil era de 2,2% em 1990, mantendo-se em 2,1% em 2000, e alcançando 2,9% em 2011 (neste mesmo ano, para mencionar alguns exemplos de formações semiperiféricas, na Turquia se apresentando em 5,7%, no Chile em 4,3%, e na Argentina em 4,4%). Estes valores são proporcionalmente mais baixos mesmo que os encontrados em países situados na extrema periferia do capitalismo mundial, embora nestes casos a questão consista menos em sua apropriação relativa dos recursos econômicos do que em seu reduzido volume *absoluto*. Ademais, é extremamente difícil encontrar, dentre praticamente todos os países do mundo (nem para todos havendo dados completos), qualquer país com a *constância* apresentada pelo Brasil nas décadas mencionadas, ainda que entre os poucos que apresentam índices menores – à exceção do Panamá. (World Bank, 2013b, p.118-231 *et passim*. Grande parte dos países listados nesta publicação apresenta dados incompletos, por isto mesmo não há dados agregados por continentes que facilitem a comparação. Obs.: os números relativos ao Brasil destoam em alguma medida dos disponíveis pelo IPEA, mas ainda que levássemos em conta estes últimos os resultados das comparações em nada se modificariam.)

[54] Em estimativas envolvendo anos que variam entre 2006 e 2009, formações capitalísticas (semi)periféricas (como Chile, México, Turquia, Rússia, África do Sul) apresentam, comparadas às formações centrais (Alemanha, França, Inglaterra, Noruega, Dinamarca, Suécia, e mesmo os EUA cujos índices de assimetria se aproximam do primeiro conjunto de países), *sistematicamente*, os maiores índices de concentração do volume de recursos econômicos. (OECD, 2013, p. 67)

obscurecer a realidade no mesmo passo em que busca entendê-la. A importância histórica de cada uma destas "desigualdades" – e o próprio termo é superficial, pois indica somente as *consequências* de uma dinâmica histórico-estrutural, e não suas *raízes* sociais – está em que participam, todas elas, de uma clivagem de classe de maior envergadura, a qual se (re)produz, se adensa experiencialmente, se institucionaliza, se naturaliza mas também se legitima cultural e moralmente, não de forma pulverizada conforme sugerem implícita e acriticamente as especialidades departamentais, mas no decurso de sua indecomponível historicidade vivida e na *integralidade* das relações inter-humanas que a compõem. Os mecanismos que a sustentam são múltiplos, e não podem ser dissociados. Assim, e apenas assim, compreenderemos que o aspecto "econômico" se potencializa na participação a um leque maior de acumulação e diversificação de recursos, nos quais se incluem a crescente e cada vez mais imperativa demanda por uma capitalização de credenciais ou diplomas. Para as sucessivas gerações em idade escolar no decurso do séc. XX (de 1920 a 1976), anteriores portanto à *tendência* à universalização da instituição escolar irradiada sobretudo a partir da década de 1980, não houve qualquer diferença substancial entre si no sentido de uma ampliação das chances de transição entre os ciclos educacionais que acompanhasse o crescimento e a diversificação econômico-industrial em curso – na verdade na década de 1950, mais da metade da população de 15 anos ou mais do país ainda não era alfabetizada, e a maior parte da população economicamente ativa integrava o setor agrário da economia. A origem social (indicada pela ocupação paterna, seu nível educacional assim como o nível educacional materno), durante todo este período, fora o mecanismo pervasivo na transmissão, geração após geração, desta clivagem – evidentemente aquela associada à socialização em ambiente urbano (até os 15 anos) justamente onde assume crescente importância tal modalidade de capitalização. (Hasenbalg; Silva, 2003, p. 114-5; Ribeiro, 2009a, p. 46-9) Ocorre que a forte concentração do capital escolar mantida até a década de 1980, cedera gradualmente lugar ao início de uma expansão a qual, ocorrendo no seio de uma configuração social altamente estratificada, lhe traz a marca, sendo objeto de uma apropriação diferencial. Esta encontra seu fundamento expansivo igualmente na translação estrutural das assimetrias iniciais. A este processo de expansão institucional se vinculam, desde então com necessidade crescente pelo aumento concorrencial, as novas ocupações médias e superiores dependentes destes recursos para a manutenção e transmissão intergeracional do conjunto econômico, cultural, estético e moral que perfaz sua condição, tão mais intensamente à medida do gradual porém regular aumento do

investimento escolar também nas classes populares, cujas ocupações são ainda portadoras de níveis consideravelmente reduzidos de escolarização – tanto menores, ou praticamente inexistentes, quanto mais antigas suas gerações. (IBGE, 2010b; Quadros; Maia, 2010b) O ambiente social e cultural, historicamente sedimentado, no qual se inscreve este esforço político de universalização institucional (espécie de panacéia para o que a "opinião pública" considera os "problemas do país") tem por efeito indireto, quando não acentuar, ao menos manter a distância entre estas camadas mais escolarizadas de modo também mais nítido do que nas formações societárias centrais ou, mais uma vez, inclusive em comparação a outras formações periféricas. (cf. tabela 2).[55]

Tabela 2: Indivíduos detentores de diploma de nível superior no ano de 2010 em países selecionados como porcentagem da população total do grupo etário correspondente[56]

Países	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos
OCDE	37.8	33.2	27.5	22.9
Rússia	55.5	58.1	54.3	44.5
China	6.1	4.8	3.0	3.1
Turquia	17.4	12.2	9.4	9.5
México	21.8	16.2	16.3	12.0
Chile	38.5	27.5	21.5	18.9
Brasil	11.6	11.3	10.7	8.9

Fonte: OECD (2013, p. 189)

Este *arranjo institucional* refrata em si mesmo as relações de dominação nas quais vem a se realizar de modo a contribuir, ele próprio, a perpetuá-las na medida em que é mobilizado em termos de *investimento familiar precoce* pelos agentes dos segmentos médios e superiores a seus filhos (predominantemente em escolas particulares, numericamente *minoritárias*, promovendo o acesso facilitado a universidades públicas, igualmente *minoritárias*) em detrimento das classes populares (predominantemente oriundas das escolas públicas, numericamente *majoritárias*, crescentemente frequentando faculdades particulares analogamente *majoritárias*, em grande parte envolvendo dupla jornada concomitante ao trabalho) (IBGE, 2008, p. 43; 2013, p. 138), constituindo não somente um diferencial nos exames de acesso ao ensino

[55] Neste sentido as taxas de evasão no ensino médio no Brasil são as mais altas dentre os países do Mercosul. (cf. IBGE, 2010b, p. 52-3)

[56] Turquia, México e Chile são nações também integrantes da OCDE. (Obs.: dados para o ano de 2010 ou último ano disponível.) Em 2012, no Brasil, um em cada três jovens (32%) entre 18 e 24 anos não havia concluído o ensino médio, tampouco frequentava qualquer instituição escolar, ainda que tal proporção tenha diminuído na última década, *a imensa maioria concentrada nas frações populares*. Na União Europeia, em 2011, tal proporção fora de 13%. (IBGE, 2013, p. 125-6; 134)

superior como, mais importante, toda uma outra *relação com a cultura letrada* que este supõe. Quanto mais elevado o *status* socioeconômico paterno (ou simplesmente sua categoria ocupacional), mais tardia é a entrada dos filhos no mercado de trabalho e, em decorrência, maior sua acumulação primitiva de títulos e aptidões escolares.[57] Como resultado deste processo, a simples participação no ensino superior, ainda consideravelmente restrita tanto em relação à população total em idade ativa como entre os indivíduos ocupados, se torna uma *decisiva ruptura* em termos de rendimentos em relação aos detentores de diplomação mais baixa, ruptura cuja intensidade parece ser mais nítida com a posse efetiva de um ou mais membros da família de um diploma de nível superior.[58] Ademais, o aumento generalizado nas últimas décadas de *todos* os títulos escolares em *todas* as categorias ocupacionais (desde trabalhadores rurais até altos quadros gerenciais e administrativos no mundo urbano), parece gerar uma inflação de diplomas que, se já desvalorizou há muito a completude do ensino fundamental, torna a posse do ensino médio, a partir principalmente da década de 1990, cada vez mais insuficiente para a garantia de ocupações "médias" no mercado de trabalho, inclusive apontando para um novo aumento na importância do peso da origem social para a mobilidade intergeracional. (IBGE, 2010b, p. 48-9; Franco et al., 2011; Ribeiro, 2007, p. 200-208; 314)

Em termos objetivos, esta articulação inter-sistêmica (sistema econômico-sistema escolar) não seria possível sem a decisiva atuação do Estado enquanto *fiador* desta acumulação diferencial de capital cultural, o que não faz senão dar prosseguimento a sua indução nacional-desenvolvimentista da expansão capitalística num quadro de incapacidade das frações dominantes estabelecerem sua hegemonia, refletindo assim sua integração aos mecanismos da dinâmica estrutural que estamos

[57] O nível de diploma paterno é, estatisticamente, o principal fator explicativo da idade com que o filho começa a trabalhar, além de, em menor intensidade, a área de origem (rural ou urbana) e, também, a influência do absolutamente lento avanço intergeracional da idade média de entrada no mercado de trabalho dos filhos nascidos entre 1930 e 1970 (menos de 14 anos para mais de 70% dos chefes de família, e uma média de 12,5 anos incluindo meios rural e urbano). O avanço posterior do sistema escolar, este sim mais efetivo, a partir da obrigatoriedade e universalização do ensino fundamental e a maior frequência ao ensino médio, postergou razoavelmente tal precocidade. (Pastore; Silva, 2000, p. 35-43)

[58] Se a diferença de rendimentos entre aqueles que não possuem nenhum diploma e os detentores de um certificado de ensino médio aumenta de modo *gradual*, por outro lado ela mais do que dobra no caso dos indivíduos ocupados com ao menos um ano de participação no ensino superior em relação ao grupo imediatamente inferior. (IPEA, 2010a, p.4) As despesas médias das famílias que não possuem nenhum membro com diploma superior em 2009 passam de 1.659,99 reais mensais para 4.296,05, nos casos de uma pessoa portadora do diploma e atingem 8.117,27 em famílias com de mais de um detentor deste capital escolar. (IBGE, 2010a, p.25)

descrevendo. Sem haver espaço aqui para remontarmos toda a extensão histórica de sua participação, uma breve remissão à condução deste aparato institucional pela tecnoburocracia militar nos momentos onde a legitimidade cultural da regulação "nacional-popular" das forças sociais se via fortemente combalida, se revela suficientemente esclarecedora. Se trata de seu papel na manutenção da baixa dos salários em relação à alta nos índices de produtividade, refletido naturalmente na "péssima distribuição funcional e pessoal da renda" descritas acima, principalmente levando em conta as altas taxas de crescimento econômico entre 1967-73, "momento em que o país ingressava em período de rápida expansão da produção e da produtividade, quando estavam dadas favoráveis condições para a elevação dos salários reais, o bloqueio à ação sindical e uma legislação salarial definida sem participação popular ou intervenção sindical reduziam a renda dos trabalhadores. Enquanto na Europa os sindicatos asseguravam conquistas salariais através dos contratos coletivos de trabalho e, em muitos países, amparados por legislação, Estados democráticos dispunham-se a garantir a progressiva generalização das conquistas, no Brasil as favoráveis condições econômicas para a elevação dos salários foram desprezadas, num processo que somente pôde ser viabilizado pela repressão política."[59] (Oliveira, C.A.B. apud Celso Jr., 2013, p. 76-77) Apenas nos três anos subsequentes à instauração da regulação militar, a desvalorização do salário mínimo chegou a 30% de seu poder aquisitivo, se bem que mesmo em décadas posteriores, por exemplo entre 1982 e 1993, o salário de base não chegava a atingir metade do mínimo estimado para a reprodução simples da força de trabalho, e cobria menos de um quinto das necessidades de reprodução familiar.[60] (Ibid., loc. cit.) Na verdade, a redução salarial já ocorria *de facto* na intensificação da concentração de renda que precedeu o golpe militar (de 1958 a 1966 a deterioração dos salários reais atingiu 38% de seu valor), derivada em grande parte do mencionado caráter capital-intensivo do novo dinamismo industrial, tendo sido desde então adotada enquanto política salarial de Estado que passava a garantir e estender seu contínuo declínio na participação da renda nacional, assim como a

[59] Durante a regulação institucional militar no Brasil, a formação dos salários era influenciada pela ação estatal de três maneiras principais: pela flexibilização das modalidades de contratação da força de trabalho, estimulando uma alta rotatividade dos trabalhadores, principalmente os menos qualificados, que constituíam justamente a massa assalariada urbana; pelo seu crescente "poder tutelar" na contenção dos conflitos trabalhistas e demandas sindicais ao atribuir a si a fixação geral dos reajustes salariais; e na condução da política relativa ao salário mínimo, distanciando regularmente seu valor dos custos necessários à reprodução da força de trabalho. (Ibid., p. 77-8)

[60] Para não mencionar, além da acentuação do controle político e salarial dos trabalhadores urbanos, a erosão da possibilidade de reforma agrária, cedendo espaço à sua administração tecnoburocrática.

concentração da renda do trabalho nas frações médias (cujos salários não eram "rigidamente controlados" como o de operários) (Bresser-Pereira, 2003, p. 126-7; 167-172)

Até aqui vimos já que uma condição popular periférica assim caracterizada, ou seja da perspectiva do lastro das clivagens estruturais a que está submetida, apresenta necessariamente algo que se prolonga em sua constituição: supõe um modo de ser nas relações inter-humanas que perfazem às sucessivas mudanças no ordenamento social, lhe perduram, porém não para impedir que o "novo" ou o "moderno" se construam, como uma espécie de arcaísmo atávico, mas, antes, para integrar-lhe a própria dinâmica. Também é verdade, contudo, que as imensas transformações histórico-estruturais do séc.XX, ao mesmo tempo em que revelam esta gramática social em seu próprio movimento, não o fazem sem sugerir novas forças embrionárias e desdobramentos possíveis. Se, conforme Werneck Vianna (1997) em seu enquadramento do processo de modernização brasileiro pelo conceito gramsciano de revolução passiva, esta pode, embora em um primeiro momento sendo expressão do "binômio conservar mudando", por outro lado abrir possibilidades moleculares de transformação de "registro positivo" para os agentes dominados, talvez simplesmente de "transformismo", não é por outra razão que cada evento ou característica historicamente relevante (a transição entre modalidades de regulação institucional[61] – nacional-popular, tecnoburocrático militar, neoliberal, neodesenvolvimentismo gerencial-flexível –, a intensa modernização e urbanização da estrutura ocupacional, as ondas migratórias e o afluxo de "mobilidade" interna associado a sua expansão, a ampliação concentrada do volume de capitais econômico e cultural enquanto paradigmáticas de uma condição periférica compartilhada mais amplamente, a recente inflexão nestas assimetrias, etc.) pode ser lida sob uma ótica dúplice: por um lado, pela *modernização conservadora* comparativamente às formações sociais situadas nos principais eixos de acumulação mundial; por outro, *sem qualquer contradição*, também pelo rearranjo das linhas de composição daqueles padrões de sociabilidade e mobilidade envolvendo a latência de novas forças coletivas que se fazem sentir no próprio seio da dinâmica histórica em que se originaram, *e não de sua ruptura*. A plena efetivação de suas potencialidades não possui nenhuma garantia, e a resposta à questão de saber, por exemplo, se a condição

[61] Para uma tipologia próxima dos modos de regulação institucional para o Brasil cf. Braga (2013, p. 22-23).

popular recentemente inflectida por uma relativamente maior apropriação no volume de recursos econômicos, uma maior capitalização cultural, uma massiva expansão ocupacional – predominantemente situada nos estratos mais vulneráveis do setor de serviços – serão simplesmente reconduzidas aos padrões típicos de modernização periférica ou, ao contrário, engendrarão modificações substanciais neste reenquadramento sistêmico não nos é dada de antemão; sabemos apenas que são forças dominadas, se bem que com *potencialidades* sociais e políticas de grande monta, e nisto consiste sua importância. *Mas ainda estamos construindo a maneira adequada de situar o alcance e os limites destas inflexões para a condição popular contemporânea, especialmente para suas trajetórias e horizontes ascensionais*. Para isso nos fora necessário remontar a sua dimensão diacrônica, o que não é suficiente. Nossas preliminares investigativas devem continuar.

Segunda preliminar: a dupla dominação popular-periférica. Inserção mundial subordinada e seu impacto objetivo no arco de possibilidades ascensionais

Além da importância do lastro escravagista, e sua transfiguração em clivagens de classe cuja reprodução intergeracionalmente ampliada integrou o cerne de nosso processo modernizador no decorrer de todo o séc.XX (enquanto *nexo* de múltiplas "desigualdades") para uma adequada caracterização da condição popular aqui referida, postulamos também, enquanto construção do caminho à nossa investigação, que tal condição tampouco pode ser dissociada do que por definição confere sentido à adjetivação "periférica" à modernização, enquanto *declinação particular de uma posição compartilhada pela maior parte das formações sociais do mundo*. A *dupla subordinação interna-externa*, ou local-mundial, a que se encontram submetidas as classes populares assim *estruturalmente situadas*, exatamente por sua posição realçam aspectos cuja compreensão é mais difusa nas formações sociais centrais, das quais tende-se a abstrair, como suposto parâmetro universal, uma condição que é, antes, exceção histórica do que regra para a imensa maioria da população mundial. Theotônio dos Santos assinala que até a metade do séc.XX, a maior parte dos trabalhos, da produção e funções econômicas, logo da massa humana que os desempenha, se encontrava "fora da divisão internacional do trabalho", participando de economias de subsistência, mercantil simples, com mão de obra familiar, local, comunitária, tribal,

etc., e que não ultrapassavam os limites nacionais, compondo assim "uma das reservas mais importantes para a acumulação do capital" (2002, p. 21) É verdade que "fora da divisão internacional do trabalho" não é a expressão mais precisa, e temos sublinhado que uma aparente exterioridade "pré-capitalista" ou "arcaísmo" participa das "vantagens comparativas" das economias periféricas como o baixo custo comparativo de sua força de trabalho, de maneira que as modalidades marginais e a precariedade de sua condição ou a efetiva inconsistência de suas funções dissimulam o seu vínculo *subsistêmico* de participação na dinâmica estrutural mais ampla. De todo modo, nos importa destacar que nesta configuração das classes dominadas periféricas toda a heterogênea e inesgotável multiplicidade de seus laços, esquemas culturais, sistemas valorativos e engajamentos em relação à vida, não anulando sua condição, co-participam de sua especificidade histórica, e o fazem de modo irredutível a desvios que possam ser "mensurados", ou verdadeiramente compreendidos, pela ótica de sua irrealização quando comparados ao que fora, nos países centrais, produto de outras formações e vínculos histórico-estruturais internos e mundiais, únicos em sua historicidade.

Conforme indicamos, o modo como cada país se insere no "concerto das nações", particularmente na economia e divisão do trabalho internacionais, se articula intimamente com a formação, enraizamento e fortalecimento históricos de determinadas funcionalidades e agentes econômicos em detrimento de outros, com sua respectiva natureza, composição, ampliação e diversificação de seus capitais, sua força política e simbólica, assim como seus interesses, valores e visões de mundo. Do complexo de funções ocupadas numa economia crescentemente mundializada (e.g. a "vocação agrícola" de um país, no sintomático linguajar de alguns agentes de mercado) dependem em grande medida, além das possibilidades de posicionamento do Estado, a própria correlação de forças, oposições ou coalizões entre determinados segmentos sociais – as diversas frações dominantes, sua representatividade parlamentar mas também sua instrumentalização por agentes políticos "desenvolvimentistas", a condição do trabalhador rural conforme o regime fundiário predominante associado à necessidade de divisas e à dependência da valorização das *commodities* no mercado internacional para o próprio equilíbrio da economia doméstica, as modalidades de gestão e remuneração do operariado urbano – os chamados "taylorismo primitivo", "fordismo periférico" ou ainda a especificidade da composição do novo setor de serviços, etc., etc. Por conseguinte, e para aquilo que nos importa mais diretamente, deste complexo de

funções ocupadas na economia mundial depende *a distribuição das possibilidades objetivas do espaço de circulação e mobilidade ocupacionais de cada país* (conforme a intensidade da "desindustrialização" no caso latino-americano bastante diverso do caso asiático, os casos de "especialização regressiva", o nível de desemprego, o grau de hegemonia do capital financeiro na política econômica de cada país).[62] É assim que, em sua crítica acerca da inconsistência teórica e metodológica contida nas análises sobre estratificação e mobilidade social, principalmente as baseadas na malfadada teoria liberal da modernização e afinadas ao senso comum, por sua associação unilateral e evolucionista entre desenvolvimento econômico *per se* (mensurado, por exemplo, pelo crescimento do PIB) e mobilidade social (do ponto de vista ocupacional, seja em seu aspecto relativo ou absoluto), Goldthorpe (1985) – surpreendentemente superando seu próprio positivismo – explicita a inconstância e irregularidade dos resultados estatísticos, quer diacronicamente para um mesmo país, quer sincronicamente em uma série comparativa de países, ressaltando a *impossibilidade de descontextualização sócio-histórica* da série de fatores que atuam sobre as "variáveis" envolvidas. Sublinhando a importância em se considerar influências como a atuação do Estado assim como a vinculação de cada estrutura ocupacional nas relações de poder existentes na economia política internacional, afirma que "o impacto na mudança ocupacional e estrutural de classe derivado das supostas exigências de racionalidade tecnológica e econômica tem sido superestimado, enquanto peso insuficiente tem sido atribuído às imensas variações em velocidade, ritmo e fases desta mudança, as quais podem derivar de outros fatores – em particular da economia política e, internamente, da intervenção estatal direta." (Ibid., p. 560, cit.; cf. também Erikson; Goldthorpe, 1993, p. 103) Neste sentido, em momento anterior, na maturidade do contexto nacional-desenvolvimentista o conceito de "dependência" nos fora apresentado, por uma diversidade de autores, como ferramenta analítica para a compreensão da condição histórico-estrutural dos países latino-americanos. Esta noção pressupõe que os conceitos de "desenvolvimento"

[62] Propondo novos "indicadores de progresso social" para além do PIB, e mesmo do IDH, o economista Ladislau Dowbor argumenta que "países exportadores de petróleo como a Arábia Saudita, o Kuait e Angola, que pela exportação de recursos naturais aparecem com uma renda per capita elevada, mas não asseguram o bem estar que estes recursos deveriam gerar para a população, são aqui avaliados de maneira diferenciada, como *under-performers,* ou seja, países com um crescimento distorcido". Em sua perspectiva, "esta dimensão é importante para pensar e contabilizar a contribuição das exportações primárias: qual é a sua produtividade social real, em termos de geração de empregos, de impactos ambientais, de retenção ou expulsão de mão de obra para as cidades como por exemplo no caso da pecuária extensiva?" Segundo estes indicadores, em geral "países ricos em recursos [naturais] têm mais propensão a ter uma baixa performance em termos de progresso social, relativamente ao seu PIB per capita." (Dowbor, 2014)

e “subdesenvolvimento” em sua convencional conotação ideológica de etapas históricas em que o primeiro representaria os países “adiantados” no processo de desenvolvimento urbano-industrial ao passo que, o segundo, o “atraso” em relação aos países já “desenvolvidos” – com todas as implicações evolucionistas e miméticas daí decorrentes –, sejam modificados, e re-situados, em termos dos modos de vinculação do centro e da periferia. Assim, o etapismo (subdesenvolvimento-desenvolvimento) no qual se priorizara até então variáveis econômicas internas a cada país e independentes de fatores sociopolíticos cede lugar à dupla relação histórica e variável da i) posição funcional que cada país ocupa na economia mundial em conjunção com ii) o tipo de relações internas entre grupos e classes que se estabelecem consoante tal vinculação. O “desenvolvimento” dos países centrais teria se dado em contexto histórico mundial bem distinto do atual, no qual os países periféricos se integram ao mercado internacional competindo e subordinando-se a economias já altamente diversificadas e com alto grau de desenvolvimento tecnológico, além de depender de elites agrárias e de alianças desenvolvimentistas, ou da abertura a investimentos externos – como no caso do financiamento do novo ciclo industrializante estimulado pelo governo JK, ou mais recentemente em contexto de mundialização o recurso à “poupança externa”. A situação de dependência, portanto, se apresentaria como *historicamente específica* a este grupo de países e sua relação com o centro, sendo sua condição bem diversa de uma “etapa” da “evolução” ocorrida nos países centrais da economia mundial. (Furtado, 1961, p. 251-253; Prebisch, 1949a&b, p. 87-88; 160-161) Conceitualmente então, “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento” são reinterpretados em função do grau de diversificação interna das economias, exatamente o que, em termos estruturais, possibilita sua posição funcional subordinada e *dependente* (periférica) ou dominante (central) no mercado internacional, sempre *em conjunção* com os agentes e classes que daí se configuram nas relações internas a cada país.[63] Mais precisamente, conforme

[63] Desta perspectiva “dependentista” proposta por um heterogêneo conjunto de autores, não seria suficiente imputar o desgaste histórico das alianças nacional-desenvolvimentistas periféricas simplesmente à forma subordinada que elas viriam assumir em sua integração funcional à economia mundial; assim como, por outro lado tampouco, exclusivamente, à composição dos segmentos socioeconômicos no interior destes países, e sim, justamente, ao nexo de ambos os fatores, o que então conferiria as condições de possibilidade de um “desenvolvimento dependente”. Esta possibilidade combinaria um crescente e conflitivo crescimento e diversificação produtivas com a manutenção ou intensificação da dependência das economias e dos centros decisórios dos países centrais, porém sob novas formas (envolvendo a dependência de (re)investimento e financiamento estrangeiros, das demandas do mercado internacional assim como de bens de capital e insumos para a industrialização, gerando perda de controle nacional sobre os rumos e a orientação da produção, endividamento externo, etc.), modelo de economia política cujo nível das desigualdades internas por ele intensificadas a partir da década de 1960,

mencionamos, *da condição popular periférica participa a maior parte da população mundial*, o que equivale a dizer que ela é *duplamente dominada*: interna e diretamente (sob a presença de suas camadas dominantes e da especificidade de sua regulação institucional), externa e indiretamente (de forma mediada porém real em seus efeitos, em função da posição ocupada por sua estrutura produtiva na divisão internacional do trabalho, espaço no qual suas camadas dominantes elas mesmas são dependentes e subordinadas, inclusive *culturalmente*).

Para Theotônio dos Santos, teria permanecido primordial para a interpretação das formações sociais periféricas no desenrolar de toda a segunda metade do séc.XX a emergência de novas formas de dependência dos países (semi)periféricos, fruto de um novo ordenamento da divisão internacional do trabalho. Nos anos posteriores ao Pós-Guerra, sob hegemonia norte-americana, à continuidade de boa parte das tradicionais importações de produtos primários pelos países centrais passou a se acrescentar a expansão transnacional de seus capitais e corporações, de modo a abastecer as indústrias das formações sociais dependentes e coloniais (maquinarias e "matérias-primas industrializadas"). Enquanto o Brasil não havia sequer entrado em sua fase de industrialização pesada, os países centrais gestavam os primórdios de uma nova associação entre ciência e tecnologia (P&D) em que a primeira era mais do que aplicada à segunda, pois que criava ela mesma novos setores economicamente rentáveis,[64] passando a integrar assim o ciclo produtivo, fenômeno que viria a ser conhecida como Revolução Técnico-Científica. Ao movimento deste novo rearranjo, se seguia o deslocamento nas décadas vindouras de suas "antigas" atividades manufatureiras aos "países que compõem a periferia do sistema econômico internacional capitalista", especialmente os asiáticos.[65] Estas mudanças na divisão internacional do trabalho

---

como mencionamos acima, demandaram uma regulação institucional não mais nacional-popular mas militar. No entanto esta possibilidade assumiria todas as suas implicações somente na ocasião de sua efetiva implementação via Estado, ao aprofundar a reestruturação flexível a partir de 1995, momento em que o verbo se fez carne, ou a "teoria da dependência" performou sua própria viabilidade.

[64] Em sua "primeira fase", envolvendo a petroquímica, a indústria espacial, eletrônica, informática e de automação. Em sua "segunda fase", ainda em curso, a biotecnologia, a engenharia genética, a fusão nuclear, além de o laser, a supercondutividade, assim como a elaboração de novos materiais que privilegiam o "conteúdo intensivo" do processo produtivo, em detrimento de seu caráter meramente quantitativo. (2002, p. 33)

[65] Desde o final da década de 1960 ocorre o deslocamento crescente destas atividades à Ásia. Inicialmente com o Japão, mas na década de 1980 por exemplo já englobando Taiwan, Singapura e Coréia do Sul, para não mencionar a explosão da participação chinesa, em termos de peso na produção manufatureira mundial, a partir da década de 1990. Aliás, se nesta mesma década, a participação dos países centrais na produção manufatureira mundial era de 81,5%, em 2010 já havia declinado para 66,2%. Nestas mesmas duas décadas, a participação da América Latina decresceu de 7,3% para 6,3%. (Pochmann, 2013a, p. 161-

"mantiveram e aprofundaram a distribuição absolutamente desigual dos recursos humanos, da riqueza, da produção científica e tecnológica a nível internacional." (2002, p. 30-4) O esgotamento desta configuração econômica nas décadas de 1960-70 nos países periféricos, momento em que o Brasil já havia consolidado sua industrialização pesada, derivava, em grande parte, pela já mencionada concentração da renda, e do mercado, em suas camadas médias e dominantes, que por sua vez se explicava em grande medida pela "apropriação monopólica e internacional da sua riqueza interna" dos excedentes criados em sua periferia realizada pelo capital internacional. Do ponto de vista da produção, o núcleo dinâmico deste ciclo industrializante dependente se mostrou incapaz de incorporar direta e formalmente todo o contingente populacional crescentemente expelido pelo setor agrário; esta divisão internacional do trabalho impacta a condição popular periférica na medida em que "em vez de novos produtores, ampliaram-se as vastas aglomerações de subempregados e de desempregados, que pressionaram no sentido de baixar as rendas dos trabalhadores assalariados." [66] (Ibid., p. 28) Por conseguinte, no final da década de 1960, a diferenciação funcional das estruturas socioeconômicas dos países centrais e periféricos já teria assumido a forma de uma especialização em alta tecnologia para os primeiros, por meio da formação de um novo setor de serviços ("Revolução Pós-Industrial") baseado em "conhecimento", "informação", "lazer" e "cultura" (concentrando em seus "antigos" centros de produção fordista os principais núcleos de pesquisa e desenvolvimento, a formação de profissionais altamente qualificados, a gestão e o planejamento estratégico, o *design* e a produção de processos tecnológicos de "primeira geração"), enquanto, concomitante e funcionalmente, deslocava-se para os segundos uma industrialização comparativamente "obsoleta" – cujas próprias inovações tecnológicas continuavam a derivar dos países centrais – e um crescente desemprego, pelo que ocorreria inclusive uma diáspora de profissionais altamente qualificados exatamente pela ausência de uma estrutura ocupacional compatível com sua formação. É neste contexto que a crise da dívida externa da década de 1980 dos países latino-americanos, com a subsequente "necessidade" de seu ajuste estrutural subordinando sua política econômica (incluindo

---

2) Voltaremos a este ponto no que toca às trajetórias populares contemporâneas, especialmente quanto à *significação objetiva* intrínseca a seus projetos ascensionais.

[66] Tal esgotamento levou a uma reconfiguração funcional da economia mundial na qual houve o deslocamento de parte da produção industrial de matérias-primas para as formações periféricas (Brasil, Irã, México e outros países, em momentos distintos), "de tal forma que a demanda dos países desenvolvidos já não se resume às matérias-primas, mas incorporou um certo grau de industrialização das mesmas" (e.g. indústria siderúrgica, petroquímica). É no contexto desta reconfiguração que nestes países se formou e robusteceu, também, uma agroindústria. (Ibid., p. 27-9)

"cartas de intenção" e de "compromisso") aos requisitos macroeconômicos das 'célebres' instituições credoras internacionais e à transferência de recursos via juros e serviços da dívida às economias centrais, além de resultar no aumento da concentração dos recursos econômicos e na maior vulnerabilidade das classes populares, fora sintomática da perpetuação, embora de maneira modificada, de um desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, neste caso o financeiro e, em suas formas essenciais, ainda "dependente, subordinado, concentrador e excludente"; neste aspecto, consideravelmente distinto da configuração social interna, de modelo de economia política e da mais intensa atuação do Estado no caso de formações sociais do leste asiático.[67] (2000, p. 36-42; 2002, p. 28) O grande afluxo financeiro que passava a adentrar o país a partir de 1994 não se refletia na formação de capital e investimento (diferente do endividamento da década de 1970 por exemplo), de modo que na década em questão o crescimento da renda per capita se aproximou de 1% anual. A este modelo que transparecia no aumento da apropriação do PIB pelo capital financeiro (por rentistas nacionais como estrangeiros) e na transferência de recursos ao exterior pela intensiva adesão à poupança externa (i.e., endividamento), e no correlativo aumento de sua participação na distribuição funcional da renda em detrimento de uma diminuição da participação, não dos lucros que também aumentaram, mas dos rendimentos dos salários inclusive via aumento da carga tributária, Bresser-Pereira chamou recentemente, décadas depois das pesquisas de Celso Furtado, "financiamento para o subdesenvolvimento". (2003, p. 353-367)

[67] Para o autor, "estas características se exacerbaram na década de 1980, sob o impacto da globalização comandada pelo capital financeiro internacional para o pagamento da dívida externa e a nova fase das moedas fortes e privatizações da década de 1990, sob o marco do Consenso de Washington". (2000, loc. cit.) O financiamento do nacional-desenvolvimentismo desde a década de 1930 com poupança interna passava, a partir de 1970 sob a égide militar, a se realizar sobretudo com recurso ao endividamento externo e através da expansão do déficit público, o que desencadeou a crise fiscal que se seguiu desde 1974 até o fim da década de 1980, e mesmo até a estabilização monetária em 1994. A chamada "crise da dívida" acarretava a drenagem de recursos ao exterior, com a consequente diminuição da capacidade de investimento público e hiperinflação crônica. O desgaste político e a imobilização do Estado para a ação econômica, corroído pela crise fiscal que obstava sua tradicional iniciativa desenvolvimentista, se intensificavam pela própria associação de sua imagem ao da regulação militar, responsável institucional pela crise, fatores que facilitaram a transição de um modelo nacional-desenvolvimentista para uma virada neoliberal. Após 1994, momento de aprofundamento desta reforma "gerencial", o recurso à poupança externa voltaria a ser utilizado, com novo aumento da dívida (interna e, principalmente, externa) e, por consequência, do déficit público, revestindo o que antes era considerado vício burocrático-intervencionista em virtude gerencial-liberal – não sendo suficiente a transferência de recursos ao capital financeiro via aumento da dívida pública, o aumento da carga tributária neste período, longe de incompatível com a nova orientação gerencial do Estado, manifestava toda sua consequência quando se constata que "pelo menos metade desse aumento foi aplicado no pagamento de juros", ou seja, transferindo renda para o sistema financeiro, além da consequente corrosão do investimento no setor produtivo. (Bresser-Pereira, 2003, p. 240-1; 320-345)

Quanto à mencionada diáspora intelectual e à concentração do leque ocupacional de nível superior nas economias dominantes (especialmente os serviços em informação, também chamado de "setor quaternário" da economia) estimulando, nas formações periféricas, o "desemprego estrutural" (principalmente pela aplicação intensiva da automação no setor industrial, obstaculizando a criação de empregos) (Dos Santos, 2002, p. 34), sabemos efetivamente que este processo encontrou seu auge na década da acumulação flexível, onde os níveis de desemprego atingiram seus recordes históricos; por outro lado, ao menos a partir do novo milênio e da relativa reorientação do Estado, este não é mais exatamente o caso – a não ser que estejamos nos referindo aos países periféricos no interior da Europa –, e teremos ocasião de observar o quanto tal constatação é problemática em seu caráter peremptório na medida em que, ao menos na última década, é nos países centrais onde há a maior proporção de desempregados com diploma de nível superior.[68] De toda maneira, é inegável que se mantém nos países de "desenvolvimento médio" uma perda da importância relativa dos investimentos no setor de bens de capital, central para a possibilidade de uma expansão "auto-sustentada", pelo que estas formações sociais teriam crescentemente sua competitividade diminuída em face à Revolução Científico-Tecnológica e o processo de automação e robotização das indústrias de base nos países centrais. E tudo isto possui *impacto direto na morfologia e condição das camadas populares nos países (semi)periféricos*, se relacionando nas últimas décadas ao contínuo crescimento das regiões urbanas e resultando na marginalização e favelização de grande contingente populacional não ou sub-integrado ao sistema econômico adotado em suas metrópoles. (Dos Santos, 2000) Paradoxalmente, não se pode deixar de observar que fora este mesmo "baixo padrão da estrutura sócio-ocupacional brasileira, com predomínio de grupos caracterizados pela baixa qualificação, baixa remuneração e pelo caráter temporal ou parcial de exercício da atividade" [69] (Quadros, 2010b, p. 454; 2008b, p. 10) em grande medida o que possibilitara, a partir da mudança na correlação de forças na última década, a expansão das oportunidades ocupacionais para as camadas populares em razão de se apresentarem como as "mais acessíveis" ao baixo volume de recursos e qualificações de suas frações

[68] De 2001 a 2008, o nível de desemprego para os portadores de nível superior é quase duas vezes maior entre os países membros da OCDE do que entre seus homólogos na América Latina e Caribe (cf. "World Development Indicators", dados disponíveis em: www.worldbank.org).

[69] "O grupo ocupacional majoritário era a massa trabalhadora não-agrícola, posições de perfil tipicamente operário-urbano e de menor prestígio social (38 milhões de trabalhadores autônomos, assalariados e empregados domésticos, correspondendo a 42% dos ocupados em 2007), no qual 61% dos integrantes classificavam-se nos estratos inferior e ínfimo", i.e. não percebendo mais do que 600 reais mensais no ano de 2007. (Ibid., loc. cit.)

mais vulneráveis. *E é neste mesmo espaço sócio-ocupacional periférico, em seu nexo objetivo com a posição do país na divisão do trabalho internacional, que se encontram os limites estruturais à mobilidade entre as camadas sociais em geral, e para além das classes populares em particular.*

Especialmente porque se é verdade que a partir do último terço do século XX a reestruturação produtiva refletida na expansão do setor terciário e relacionada à chamada "Revolução Pós-Industrial" tem inflectido nova fisionomia à estrutura ocupacional mundial, bem como naturalmente no valor agregado dos 'bens' deste setor, ela possui significações muito distintas conforme se trate das formações centrais ou periféricas, ainda com mais razão para suas camadas populares. É importante ressaltar que subjacente a esta tendência à similitude na proporção do setor terciário da economia (em cerca de 60-70% em países centrais ou periféricos situados no Ocidente, seja em termos da PEA, seja da renda nacional)[70] se encontram importantes diferenças, como a maior intensidade da heterogeneidade estrutural na periferia, em contraposição ao maior grau de integração e sinergia sistêmica inter-setorial nos países centrais, dados seu comparativamente maior desenvolvimento tecnológico, inclusive industrial, e o *locus* estratégico preenchido pelos serviços financeiros em sua nova hegemonia: "cada país difere no que diz respeito ao papel e ao desempenho econômico do setor de serviços. Enquanto o crescimento do ramo moderno dos serviços pode obedecer à evolução da estrutura produtiva e da própria sociedade, que exige uma maior flexibilidade da produção e uma variedade de serviços mais ampla, outros ramos do setor terciário podem caracterizar-se por uma baixa produtividade e uma escassa qualificação da mão de obra, devidas a pressões da oferta do mercado de trabalho." (Souza *et al.*, 2012, p. 94) Isto quer dizer que, no caso dos países que formam o eixo central de acumulação mundial, esta nova fisionomia corresponde aos avanços técnicos em termos de eficiência e produtividade, e possibilitaram o aumento da demanda tanto de bens como de serviços, embora naqueles de industrialização tardia tal progresso técnico não teria se propagado para além de poucos setores, particularmente aqueles voltados à fabricação de alimentos e matérias-primas – ou seja bens de pouco valor agregado – direcionados aos centros. No caso do Brasil, ainda na atualidade sua agricultura, indústria de base

[70] Principalmente para os países membros da OCDE, América Latina e Caribe, menos no caso do leste e sul-asiáticos (para valores agregados setoriais cf. World Bank, 2013b, p. 2; 13; para a distribuição setorial da população economicamente ativa mundial cf. "World Development Indicators", disponível em: www.worldbank.org).

(como a metalúrgica e a siderúrgica) e de alimentos, fundamentais em sua estrutura produtiva, geram valor agregado reduzido quando comparados aos mesmos setores dos EUA, Reino Unido, ou mesmo Irlanda do Norte. O caso não é diferente em seu setor de serviços, predominante atualmente, visto que sua integração ao restante da estrutura econômica é comparativamente mais frágil a outros países onde os vínculos principais à cadeia produtiva se irradiam por todos os setores. Por conseguinte, embora países latino-americanos e centrais tendam a aproximar o peso setorial de sua estrutura ocupacional, a nova proeminência do setor de serviços dissimula desempenhos desiguais precisamente por não ser independente do fortalecimento do setor industrial assim como do terciário mais geralmente, do nível de sua competitividade, diversificação e da referida sinergia inter-setorial. Assim, por exemplo, a própria caracterização do processo de terceirização, essencialmente associada à nova configuração econômica mundial, não é independente desta maior ou menor integração ou heterogeneidade estrutural. No Brasil predominam a mão de obra de baixa qualificação, remuneração e produtividade, resultantes das pressões da oferta de trabalho, em detrimento do preenchimento de funções e tarefas qualificadas, em proporção maior do que é o caso nos países centrais, embora de modo algum estes estejam isentos da precarização conhecida em escala mundial crescente. (Ibid., p. 94-7; 109-110) *É nos marcos desta reconfiguração produtiva local-mundial que o encontro entre a ampliação da capitalização cultural e, na última década, de maior apropriação do capital econômico pelas camadas populares – malgrado todo o economicismo presente em diversos discursos comuns, oficiais ou de mercado, ou mesmo eruditos, acerca da suposta ascensão de uma "nova" classe social –, conflui na expansão sobretudo das ocupações dominadas*. Não apenas as frações médias (envolvendo pequenos proprietários rurais ou urbanos, professores do ensino médio, médios funcionários públicos e privados, profissionais técnicos, etc.) e superiores (médio e grande patronato rural ou urbano, profissionais liberais, professores do ensino superior, altos funcionários públicos e privados), em seu conjunto, cresceram menos em termos de ocupações disponíveis na última década (um aumento de aproximadamente 4,5 milhões de indivíduos ocupados de 2003 a 2009) em comparação às frações populares estabilizadas ou ascendentes (as quais expandiram conjuntamente a quantidade de indivíduos ocupados em cerca de 18,2 milhões no mesmo período) como, complementarmente, os integrantes das famílias cujo membro melhor remunerado participava dos estratos médios e superiores mantiveram proporção semelhante àquela

de três décadas atrás em relação ao restante da população (em 2009 concentravam cerca de 20,9% da população total, proporção muito próxima aos 21,5% em 1981).[71] Estes *limites histórico-estruturais à mobilidade social*, e que fazem sentir sua força tão mais nos aproximamos do cinturão médio e dominante como vimos no tópico anterior, são fundamentais para compreendermos os obstáculos objetivos com os quais as trajetórias ascendentes dos meios populares periféricos passam a lidar (Quadros, 2010a, 2010c), especialmente *em como se entranham em seus horizontes e aspirações*.

Terceira preliminar: heteromorfia dos vínculos populares aos núcleos dinâmicos de acumulação

Até aqui, observamos que a combinação de uma expansão capitalística i) *internamente* propulsionada pela transmissão geração a geração, demograficamente ampliada, de clivagens sociais cuja magnitude necessitou da regulação militar para sua manutenção e intensificação, e ii) *externamente* posicionada de modo funcionalmente periférico, tanto através de seu espectro sócio-ocupacional (derivado em grande parte do regime de concentração fundiária típico do *agrobusiness*, assim como caracterizado por seu "baixo padrão" em termos de qualificação e rendimentos no meio assalariado urbano) como da apropriação desigual de seus frutos, resulta numa *condição popular duplamente subordinada*, i.e. por forças locais e mundiais. Mas não somente. Tal condição resulta, também, *segmentada econômica e regionalmente* de um modo desconhecido aos eixos centrais à economia política mundial e marcados pela homogeneização promovida pelo *Welfare State* – à despeito da degradação de sua hegemonia enquanto regulação institucional principalmente nas últimas três décadas que os aproxima, embora em grau muito menor, desta heterogeneidade estrutural.

No que concerne à estrutura produtiva, devido à já mencionada especificidade do contexto mundial da expansão capitalística sobre as economias periféricas em seu modo de inserção *historicamente particular*, segundo a clássica argumentação de Celso Furtado estas teriam resultado em "estruturas híbridas", nas quais uma das partes se comportaria "como um sistema capitalista" ao passo que a outra se manteria nos moldes

[71] Em ambos os casos estes valores apenas parcialmente coincidem com as categorias ocupacionais típicas das frações médias e superiores na medida em que a metodologia adotada por alguns textos de referência as realocam, na maior parte dos casos, em faixas de renda de acordo com o membro da família melhor remunerado (Cf. Quadros, 2008a), devendo portanto ser lidos como estimativas plausíveis.

da “estrutura preexistente”, conformando um quadro de “economia dualista” que em nada se assemelharia, como mencionamos, a uma “etapa” do desenvolvimento histórico dos países centrais. (1961, p. 253) É bem verdade que no Brasil, principalmente a partir de 1929 e da crise cafeeira, um núcleo industrial impulsionado pela produção de manufaturas leves e de consumo geral (como têxteis e alimentos elaborados) ao incipiente mercado consumidor interno em expansão, passaria a coexistir com os outros setores já estabelecidos da economia: o “tradicional”, associado às atividades de subsistência e com “reduzido fluxo monetário”, e o vinculado ao comércio exterior, de modo a tornar sua estrutura consideravelmente mais diversificada do que as encontradas em outros países da América Latina nos quais, ausentes aquele núcleo capitalista endógeno, “a massa de salários gerada no setor exportador constitui o único elemento dinâmico.” Ou seja, no caso brasileiro, cuja complexidade se apresenta mais como tripartite do que “dualista”, embora então compartilhando com as outras formações sociais do continente a demanda externa como fator dinâmico central e o “hibridismo” como característica econômica, a diferença estaria na multiplicação interna daquele fator dinâmico, sua maior irradiação, maior diversificação industrial e ampliação de sua participação no PIB, porém, ao mesmo tempo, apresentando uma lenta transformação da estrutura ocupacional, com escala, progresso técnico e ritmo bastante distintos dos verificados nas economias industrializadas européia e norte-americana, com a subsequente apropriação de seus frutos por uma reduzida parcela da população. (Ibid., p. 255-262) Assim, mesmo com a segunda fase industrial do país (com ênfase na chamada “indústria pesada”, voltada à produção de bens de consumo duráveis), resultante de sua implementação politicamente orientada na segunda metade da década de 1950, se acentuaria aquela forma de subordinação nas duas décadas seguintes (onde à função de exportação de bens primários se agregaria a de disponibilização de mão de obra de baixo custo para as empresas transnacionais). O fosso entre os países centrais e periféricos seria, destarte, acompanhado por uma *intensificação na desigualdade interna no seio dos últimos* na medida em que, como já explicitamos acima, para a manutenção do nível de consumo demandado pelo padrão de produção das transnacionais, incompatível ao padrão de consumo, à renda média, e ao nível de acumulação nacional, seria necessária a concentração da renda em uma minoria da população (especialmente seus dois decis superiores), afinada aliás com a importação mimética ou “colonização cultural” de estilos de vida e consumo de suas frações homólogas dos países centrais reproduzindo, do ponto de vista simbólico, a *clivagem*

que caracteriza, desde sempre, sua relação com as classes populares.[72] Por conseguinte, em decorrência desta configuração estruturalmente subordinada das formações sociais periféricas latino-americanas, maiores taxas de crescimento do PIB gerariam, ao contrário do que se poderia supor, mais "subdesenvolvimento" pelo caráter concentrado de sua acumulação e consumo. (Furtado, 1974, p. 15-94; Celso Jr., 2013, p. 61-3) Ora, sabemos com Francisco de Oliveira (1975) e José de Souza Martins (1975) que esta heterogeneidade estrutural, ao invés de se manifestar enquanto "economia dualista" em que se manteria e ampliaria o "atraso" ao lado do "moderno", antes participa essencialmente de uma "unidade contraditória" na qual seus setores "tradicionais" são capitalizados na acumulação e expansão de seus principais setores dinâmicos da economia. Mas a questão não consiste somente nisso. Ocorre que, de certa forma *aquela mesma relação centro-periferia destacada acima se reproduz internamente às próprias formações periféricas*, "periferia" esta que é assim responsável (enquanto "arcaísmo" rural ou compressão salarial, massa urbana subempregada, vendedores ambulantes, trabalhadores informais e por conta própria, práticas como autoconstrução de moradias nos meios populares, etc.) por absorver os custos de acumulação do centro dinâmico do sistema econômico; a *aceleração do tempo* implicada nos diversos momentos do ideário nacional-desenvolvimentista não poderia ser viabilizada de outro modo. A regulação militar, vimos também, não somente consolidou tal modelo de economia política como

[72] A reprodução dos padrões de consumo das camadas médias e dominantes periféricas de suas homólogas nos países centrais articula-se à concentração da renda não somente como indicava Furtado para as décadas de 1960-70 pela concentração econômica exigida para o consumo de bens duráveis e de luxo como também, segundo Bresser-Pereira com ainda mais validade atualmente, pela sua baixa propensão à poupança, logo, ao investimento. (2003, p. 359-61) Nesta linha, seu diagnóstico do que chama de "alienação" intelectual de nossas "elites", crescente a partir da abertura à mundialização na década de 1990, é arguta, mas não sua etiologia: desconsidera o economista a particularidade de sua *inserção mundial subordinada*, o que implica, além de sua dependência econômica e de sua ausência de capacidade hegemônica, a interiorização de um senso de inferioridade cultural que as torna espécies de "primas pobres" de seus homólogos dos países centrais, o que se reflete numa condição existencial (utilização constante de expressões em língua estrangeira, aquisição ostentatória de patrimônios nos países centrais, assim como a mimese de suas vestimentas, consumos, modas, viagens, símbolos,...) que, em conjunto com as camadas médias estabelecidas (que apresentam a prática de "capitalizar" a experiência juvenil e o aprendizado da língua nos países centrais através do "intercâmbio" pela execução de trabalhos manuais não-qualificados normalmente reservados às frações populares mais vulneráveis daqueles países), ao reproduzir no seio de um mesmo país o hiato verificável entre países, sente-se em grande medida estrangeira em sua própria terra, e perante a maior parte de sua própria população de cuja repulsa, quando mais discreta, assume ares de condescendência ou da "solução" através da "caridade". Isto não é secundário à nossa argumentação na medida em que, tal ascendência estética, cultural e moral se fazendo presente em parte significativa de nossas frações médias estabelecidas, se tornam mais nítidas suas fronteiras não somente materiais como simbólicas que as separam das *trajetórias populares ascendentes*.

o intensificou nos anos subsequentes.[73] (Oliveira, op. cit.) Não sem razão, em 1970, Aníbal Pinto entre outros constata que o relativamente consolidado processo de industrialização via substituição de importações, defendido e teorizado pela CEPAL já há duas décadas, ao invés de propagar-se homogeneizando toda a estrutura social a partir de seu pólo dinâmico, na verdade, tendeu, e tenderia ainda, à acentuação daquela *"heterogeneidade estrutural" em termos inextricavelmente sociais, econômicos e regionais*, que é tanto inter quanto intrasetorial, e é contrastada com a "apreciável homogeneidade" em termos de produtividade média das "economias industrializadas". Acerca desta "concentração dos frutos do progresso técnico", de modo a gerar exclusão de grandes contingentes populacionais do "pólo moderno" da estrutura econômica, Aníbal Pinto argumenta que "a capacidade de irradiação ou impulsionamento do 'setor moderno' revelou-se, para dizer o mínimo, muito menor do que a esperada. Assim sendo, *mais do que um progresso para a 'homogeneização' da estrutura global, perfila-se um aprofundamento de sua heterogeneidade*." (1970, p. 575, grifos no original) Isto não significa necessariamente "uma piora absoluta da situação dos 'marginalizados', mas [...] quase sempre implicará um distanciamento das situações relativas." (Ibid., p. 578) Heterogeneidade esta que, conforme a CEPAL, em função de concentrar a massa de empregos justamente nos estratos de "muito baixa produtividade relativa", seria uma

[73] Nessa espécie de "colonialismo interno" vigente durante a maior parte do período de Vargas à regulação militar, os agentes estatais, ainda durante este segundo período, continuavam em grande medida a fixar os preços dos gêneros agrícolas de "primeira necessidade", de modo a transferir ao setor rural, inclusive para o setor agroexportador (com políticas de contingenciamento, ou ainda pelas transferências artificiais de renda do setor rural ao urbano pelo chamado "confisco cambial"), o peso da acumulação urbano-industrial, neste caso barateando os custos de vida da população urbana. Este procedimento, por sua vez, desestimulava a possibilidade de uma "agricultura empresarial", operando como obstáculo a sua racionalização técnica, administrativa e produtiva, em suma das condições de sua capitalização. Inclusive, a não-penetração da legislação trabalhista pós-30 no mundo rural com a manutenção de padrões de subsistência às camadas populares rurais mantinha baixos os seus custos de produção e reprodução da força de trabalho (e.g., entre 1930 e 1970, seus gastos com alimentação correspondiam a aproximadamente 50% do mesmo gasto das famílias operárias de São Paulo). Segundo Martins (1975, p. 25), "a estrutura colonial de circulação das mercadorias, restringindo os custos da sua produção e fazendo com que no setor agrário se acumulassem os riscos e irracionalidades da sociedade capitalista [...], foi funcionalmente incorporada pelo processo de industrialização do país e de constituição da economia nacional. Assim como os setores marginais da economia colonial suportaram a constituição das economias metropolitanas, assim também está cabendo a eles suportar os custos de constituição da economia nacional." Para os efeitos desta "transferência de renda" operada pelo Estado custeando o setor industrial às expensas da economia rural nos níveis de produtividade agrícola na década de 1960 cf. também Bresser-Pereira (2003,p. 128-9). Contudo, já a partir da década de 1970, a maior parte da PEA não se encontrando mais no setor primário da economia, intensifica-se a mecanização, tecnificação e racionalização capitalísticas do mundo rural, na formação do chamado *agrobusiness*, cuja manutenção dos padrões essenciais de concentração fundiária ali presentes passaram a aumentar sua produtividade, diminuindo drasticamente as relações laborais baseadas na dominação pessoal, ou "tradicionais" (o que se reflete na considerável redução da proporção de trabalhadores meeiros, parceiros, sem remuneração) (Silva, 2004, p. 12-4) e, na verdade, reduzindo a própria necessidade contínua e intensiva de força de trabalho.

das principais causas da desigualdade dos rendimentos e de oportunidades de acesso a ocupações melhor qualificadas e remuneradas na América Latina; e aquilo que é fundamental para nossa argumentação: *até a atualidade*. (Araújo, 2013, p. 61-66) Assim, se em 1990 a estrutura ocupacional da América Latina concentrava 7,9% de seus postos de trabalho em "setores de alta produtividade", 23,1% em "setores de média produtividade" e, imensa maioria, 69% nos setores considerados de "baixa produtividade", quase duas décadas após, em 2008, esta proporção se mantém essencialmente semelhante: ainda bastante minoritários, 8,1% dos postos de trabalho se situam nos "setores de alta produtividade", 20% nos de média e, ainda majoritários, 71,9% nos de baixa produtividade, *concentrando, portanto, imenso contingente popular em ocupações caracterizadas por um reduzido quantum de apropriação do volume total de rendimentos econômicos*.[74] (Ibid., p. 65)

Compartilhando deste diagnóstico cepalino acerca da "heterogeneidade estrutural *ainda presente* na economia brasileira", e que preferimos definir como *ainda sistemicamente estruturante* da economia brasileira, Celso Jr. (2013, p. 71-5, grifos nossos) lembra que seus dois principais vetores se relacionam à "dinâmica desigual e descontínua da industrialização tardia", além da perpetuação secular de seus padrões de relações capitalísticas, sobretudo no mundo rural, onde se obstaculizou ao máximo a transformação de sua estrutura fundiária e a "modernização" das relações que a sustentam. Desta forma, a massiva migração rural-urbana estimulada pela natureza do processo de expansão capitalística nacional principalmente a partir da década de 1940, associada a sua ampliação demográfica, teria engendrado um "excedente estrutural" de força de trabalho em relação a sua dinâmica urbana, que gradualmente se via impelido a criar formas de subsistência alternativas aos mercados de produção e consumo "modernos". Esta *integração subsistêmica*, expressa pela "informalização" na esfera do trabalho e pela "marginalização" de grande parcela populacional, adensava um

[74] Se tomarmos como exemplo o caso chileno, veremos que, apesar de dobrar a renda *per capita* e da atenuação dos tradicionais 'índices de pobreza' nas últimas duas décadas, "se adverte que a heterogeneidade observada no âmbito da produção [...] também se apresenta no campo do trabalho (empregos e salários). Em suma, a economia chilena se encontra dividida entre setores de alta produtividade, que impulsionam a economia e pagam salários elevados, e setores de produtividade baixa e média, que não contribuem tanto com o crescimento, embora absorvam a maior parte do emprego", o que resulta na manutenção de altos índices de concentração de recursos econômicos por determinadas camadas sociais. Deste modo, o minoritário setor de elevada produtividade corresponde a 64,1% das remunerações totais ao passo que, na ampla maioria populacional empregada nos setores considerados de produtividade baixa, sua participação nas remunerações da economia chega a apenas 20,7% do total. (Ibid., p. 66)

"mercado de trabalho pouco estruturado", caracterizado por uma "cisão profunda" inerente às distintas modalidades de inserção setorial e ocupacional, envolvendo evidentemente remunerações e condições de vida bastante desiguais, e que perduram em suas formas essenciais até os dias atuais. De um lado, estaria este segmento informal, ou "não organizado" do mercado de trabalho, com oferta abundante de uma mão de obra de baixa qualificação, apresentando rendimentos precários, desprovida de organização sindical, dispondo de instabilidade e alta rotatividade nos empregos, com diminutas perspectivas ascensionais, tudo isto naturalmente implicado naquela baixa produtividade acima apontada. De outro, sua contraparte seria o segmento formal ou "organizado", regulado menos pelo excedente de sua oferta do que pela expansão das atividades produtivas (i.e. pela demanda), de modo a se caracterizar por ocupações mais estáveis e com menores taxas de rotatividade, organização e atuação sindicais, maiores rendimentos, apresentando maiores níveis de qualificação compatíveis com as exigências funcionais, planos de cargos e salários mais promissores e perspectivas mais favoráveis de ascensão social, o que por sua vez implica, ao contrário do segmento anterior, em níveis de produtividade mais elevados. É verdade que no período de maior expansão do setor industrial do país – compreendendo as décadas de 1950 até seu esgotamento no final de 1970 – e associado a sua crescente embora insuficiente capacidade de incorporação da força de trabalho urbana, verificava-se um aumento das ocupações reguladas próprias ao segmento formal do mercado laboral em detrimento do segmento precarizado (em cada dez ocupações geradas neste período oito eram assalariadas, sete registradas e apenas uma sem registro). Entretanto, à medida que a crise deste modelo de economia política nacional-desenvolvimentista assim como da participação deste setor na estrutura ocupacional se acentuava a partir da década de 1980, se consolidando sobretudo na década seguinte (quando nove em cada dez ocupações assalariadas geradas eram informais) e avançado até os primeiros anos do novo milênio, a correlativa reestruturação produtiva e o tipo fragmentário de relações laborais que lhe é intrínseco traziam consigo uma reversão da tendência anterior. A nova proeminência do segmento precarizado, desregulado e por conta própria do mercado de trabalho, implicava no arrefecimento da intensidade dos fluxos de mobilidade intrageracional, na estagnação dos rendimentos por todo este período, além da relativa solidificação da assimetria econômica – quer dos rendimentos do trabalho entre si, quer da contínua deterioração de sua participação em face dos de capital na renda nacional; mas isto que consistia numa "nova" modalidade de acumulação flexível

às formações capitalísticas centrais, ocorrera de modo ainda mais severo para a condição popular dos países periféricos porquanto, diversamente dos primeiros, esta nova fisionomia impulsionada pelo Estado se dera, não sobre um assalariado homogêneo em termos de universalização a partir de uma regulação institucional fiadora de seus direitos e garantias legais, mas, ao invés, calcada na corrosão de um esboço de Estado de bem-estar social. Com efeito, enquanto nos anos de 1970 a heterogeneidade estrutural periférica era interpretada como resultante da insuficiência da expansão das forças produtivas "modernas" integrarem sistemicamente a totalidade daquele excedente da força de trabalho recém-advinda e demograficamente ampliada no mundo urbano, posteriormente, a "explosão da informalidade" constatada principalmente no decurso da chamada década neoliberal acrescia aquela insuficiência um novo fator: ela atingia também os trabalhadores antes formalizados em medida crescente, os quais passavam então a adentrar, ou retornar, ao segmento desregulado do mercado de trabalho, senão ao próprio desemprego, inflando seus recordes históricos. (Ibid., p. 71-82; 105-115; Pochmann, p. 14-6) Isto significa, para mais uma vez sermos mais precisos do que a rigidez antinômica tacitamente sugerida no termo "segmento" possa sugerir, que os agentes populares *atravessavam* estes "segmentos" em distintos momentos de suas trajetórias (Cardoso, 2013, p.78-94), de forma que elas, suas trajetórias, não se reduzem a um ou outro destes "segmentos", voltando a participar em momentos mais propícios à regulação formal como será o caso a partir do realinhamento da correlação de forças na condução do Estado, a partir do novo milênio. Mas no que se refere ainda à década neoconservadora, de aprofundamento periférico desta nova hegemonia mundializada (espécie de fato social total: econômico, político, cultural, preconizando desde reformas "gerenciais" do Estado e a abertura econômica e financeira a uma nova relação dos indivíduos consigo mesmos, e.g. adotando um "empreendedorismo" de si transmutando precariedade, inconstância e instabilidade material em virtude moral), a mobilização da aparelhagem institucional do Estado para a promoção da abertura concorrencial à economia mundial e, simultaneamente, de políticas econômicas "ortodoxas" na performação deste novo imaginário na economia interna compatíveis com esta nova orientação, resultou na *intensificação desta heterogeneidade estrutural inerente à condição popular periférica*. Melhor dizendo:

dela se supriu na sustentação de sua nova dinâmica mais "eficiente" e "racional" através da expansão, absoluta e proporcional, de seus vínculos subsistêmicos.[75]

Além do que, esta heteromorfia dos vínculos populares aos núcleos dinâmicos da acumulação historicamente se expressam, sem se sobrepor inteiramente, também em sua distribuição territorial. Neste aspecto, as referidas disparidades socioeconômicas na composição do mercado laboral, atuantes ainda hoje malgrado a relativa desconcentração do regime de acumulação na última década, se refletem em *probabilidades ascensionais diferenciais para as classes populares conforme a maior ou menor diversificação sociotécnica da estrutura ocupacional regional*, motivo, ainda, de maior ou menor estímulo migratório. Quanto maior o desenvolvimento econômico e o nível de escolarização regionais, quanto mais diversificada e moderna a estrutura ocupacional, tanto maiores as chances de uma mobilidade ascendente de uma fração mais vulnerável das classes populares para seus estratos mais estáveis, i.e. portadores de ocupações menos precarizadas ou relativamente mais prestigiadas e qualificadas. Assim, se é no interior dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia; assim como nos estados inteiros do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe onde há a maior redução dos indivíduos em condições extremas de precariedade material[76] (os indivíduos vivendo em famílias cujo membro melhor remunerado percebia rendimentos inferiores ao equivalente ao salário mínimo reduziram-se de aproximadamente 21 milhões em 2003 para cerca de 10 milhões em 2007), não obstante, estes tendem a ocupar ou permanecer em posições menos qualificadas dos meios populares, ou seja, a perpetuar sua condição na estrutura social. Por outro lado, nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste e D.F. ocorre com muito maior frequência a mobilidade para as ocupações mais próximas do que poderíamos considerar as fronteiras em alguns casos indiscerníveis das frações médias (incluindo alguns trabalhadores manuais qualificados e não-manuais de rotina), assim como, em valores absolutos, para as médias e dominantes. Aliás, é justamente nas regiões Sul e Sudeste onde se encontra a imensa maioria das frações patronais urbanas (seja com mais ou

[75] O conjunto ocupacional composto, no mundo urbano, por uma heterogênea gama de trabalhadores manuais não-qualificados e vendedores ambulantes, onde predominam as características do "segmento" informal e precarizado, aumentou, além de proporcionalmente em relação à totalidade da população, em números absolutos de 10 a 17,3 milhões de indivíduos nas décadas de 1980 e 90, incluindo homens (de 5,5 a 8,2 milhões) e mulheres (em proporção ainda maior: de 4,5 a 9,1 milhões) (Silva, 2004, p.31; 48)

[76] Ainda assim, o volume de recursos materiais de suas camadas populares permanece como o menor do país. Para uma comparação, nos anos de 2008-2009, dentre os 40% com menos recursos a região sul apresentava a maior despesa familiar *per capita* (R$ 406,00), ao passo que este mesmo segmento no nordeste atingia R$ 233,00. (IBGE, 2010a, p. 69-70)

menos de 10 empregados), profissionais liberais, e ocupações médias e altas estabelecidas do país (como empregados especialistas, gerentes e supervisores credenciados), sua estrutura ocupacional contrastando, por exemplo, com uma inserção ocupacional tendendo proporcionalmente mais à massa agrícola ou urbana não-remunerada no Nordeste ou ainda, no Norte, com sua expressiva proporção de atividades agrícolas extrativistas. Em uma palavra, nas regiões economicamente mais diversificadas do país a probabilidade de uma mobilidade social efetiva – i.e. para além de uma maior participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional, assim como dos níveis de diploma – é objetivamente maior.[77] (Quadros, 2008b; Quadros & Maia, 2010b, p. 458-461; Santos, 2002, p. 101-106) Ademais, esta maior probabilidade ascensional é certamente o maior estímulo para as estratégias migratórias do meio rural ao urbano, ainda que em uma infinidade de casos esta migração ocorra no interior de uma mesma região ou estado do país – e.g. do interior para a capital ou região metropolitana. Apesar disto, vale reforçar, conquanto muitas vezes se acentue corretamente o aspecto dinâmico e móbil de sua morfologia demográfica, as probabilidades destes trabalhadores oriundos do meio rural alcançarem as ocupações mais qualificadas do meio urbano, ou seja de que esta "mobilidade" alcance as frações dominantes, se encontram, *objetivamente, entre as menores do mundo*. E as mobilidades populares em geral se caracterizam essencialmente como *moleculares, no interior de sua própria complexidade constitutiva*, e nos termos da *recomposição setorial dos núcleos dinâmicos de acumulação*, ainda levando em conta o relativo aumento tardio na fluidez dos índices de associação entre origem e destino ocupacionais.

Especialmente nas últimas décadas, entretanto, não são apenas variações no emaranhado de vínculos sistêmicos e suas segmentações territoriais, o que nos permite reconstruir a heteromorfia das classes populares, e como esta se relaciona à desigual distribuição de probabilidades ascensionais a seus agentes. Para a adequada compreensão da *significação objetiva inscrita em seus horizontes e projetos*, não é menos importante sublinhar que no interior de uma mesma classe, de uma mesma região, de um mesmo bairro, entre favelas mas também no seio de cada favela, inclusive de uma mesma família, se produzem assimetrias entre condições (econômicas, escolares, ocupacionais, horizontes ascensionais) que de modo algum se reduzem às

[77] Assim se, como veremos, concentramos nossas entrevistas nas áreas urbanizadas do estado do Rio de Janeiro, isto é absolutamente consoante com nosso enfoque. Especificamente para o saldo das categorias ocupacionais que mais geraram empregos formais para o estado em 2010 cf. DIEESE (2011, p. 159).

diferenças contidas nos vínculos anteriores, tampouco a uma questão intergeracional, visto que elas subsistem no espaço de uma mesma geração – no caso das mais jovens particularmente relacionadas a sua desigual apropriação recursiva da expansão da institucionalidade escolar, e mesmo universitária – em função das *linhas de experiência ou de subjetivação pelas quais uma condição popular é singularmente vivida* pelos homens e mulheres que a constituem, homens e mulheres que se *entreteconstituem* a si mesmos por intermédio da participação no *nexo de cadeias relacionais* que *entrecompõem* o mundo do trabalho com as esferas de vida familiar, a vida comunitário-vicinal com a escolar, religiosa,... Trata-se de uma *diferenciação entre trajetórias populares da perspectiva das múltiplas experiências socializantes que concorrem na conformação de sua balística ascensional* que, passíveis de tipificar casos possíveis do real por meio de seu contraste, acentuam heuristicamente a existência de uma infinidade de possibilidades difusas ou intermediárias. Um primeiro *tipo* de tendência neste sentido se verifica sempre que determinadas orientações socioeconômicas e as condutas que ensejam não apenas se apresentem desprovidas dos capitais econômico e cultural necessários a modificar sua posição socialmente subordinada como, enquanto expressões visíveis da modulação particular das experiências de classe que a constituem (em termos de composição familiar, experiência escolar, formas precoces de inserção no mundo do trabalho que imperceptivelmente antecipam o futuro na reprodução do presente, etc.), os engajamentos existenciais pelos quais se investem na vida tendam à perpetuação de sua condição. *Ora, neste caso a heteromorfia de seus vínculos diz respeito não somente a sua inserção capitalística, mas ao conjunto de linhas de força que estruturam sua subjetividade*. Estas linhas envolvem inclusive sua cumplicidade ontológica (Bourdieu), embora não necessariamente visto que elas particularizam uma condição popular, a friccionam ou desestabilizam (Kaufmann, 2001) sem, contudo romper com as forças estruturais que a mantêm. Aliás, o descompasso entre as aspirações individuais e as possibilidades objetivas de sua realização, é suscetível de gerar tensões, frustrações, sentimentos de incompletude, e mesmo solidão ou "crises pessoais", quando não a sensação de uma individualidade incompreendida e obstaculizada em seu florescimento por uma sociedade 'externa' e 'opressora' (Elias, 1991, p. 190-203; Lahire, 2001, p. 149-150) no interior mesmo de muitas trajetórias populares cujo vetor objetivo seja, em contradição com suas expectativas, reprodutivo. Por outro lado, associada à ampliação e diversificação ocupacionais que compõem as classes populares na reestruturação capitalística contemporânea, a tendência ascensional

do segundo *tipo* de trajetória não diz respeito, simplesmente, a variações em termos ocupacionais, econômicos e escolares consideradas em sua *objetividade* recursiva e estrutural (digamos um agente popular inserido numa ocupação não-manual de rotina, relativamente mais estável e prestigiosa, e a qual se associam um maior volume de capitais econômico e cultural, em comparação a seus pais ou mesmo a seus irmãos e outros membros da família,); um investimento escolar mais prolongado por exemplo engendra, para além da acumulação de uma modalidade de capital, uma certa experiência institucional e, em muitos sentidos, de "fracasso" individual e estranhamento mas, ainda assim, de desenraizamento; uma entrada em um universo ocupacional menos estigmatizado, vulnerável e melhor remunerado não sinaliza apenas uma mudança de *status* ou uma maior disponibilidade de recursos econômicos: sua participação se inscreve em lógicas de ação concorrenciais, alheias ao mundo da vida cotidiano; mesmo um certo distanciamento das necessidades materiais mais básicas ultrapassa em muito uma mera questão de "distribuição de renda", envolvendo uma abertura de possibilidades existenciais outrora corroídas literalmente em seu próprio berço e uma *outra atitude perante a vida* que transcenda a agonia onipresente das urgências mais imediatas – ou o torpor próprio à tácita admissão de que não há mais o que fazer –, as quais tornam inviáveis a emergência de horizontes que impliquem numa temporalidade mais longa. É importante reforçar que, em grande parte dos casos, os indivíduos não se encontram rigorosamente cindidos na manifestação de uma ou outra destas orientações de conduta, antes as *atravessando* conforme o momento de sua biografia social. Se estabelecêssemos uma analogia a esta diferenciação teórica e metodológica entre dois vetores de trajetórias populares, ela equivaleria ao posicionamento de dois pontos num plano teórico (um de origem, outro atual), se bem que, conforme vimos no capítulo anterior, quanto mais aproximamos a lente, *fazendo variar a escala de análise*, mais nítido se nos transparece que o conjunto de outros pontos conexos é infinito, e mais uma suposta reta se dilui em microtrajetos, incoerências, rupturas, oscilações, ambiguidades, indiscernibilidades... Por isto, além de evitarmos estabelecer uma modelização rigidamente dicotômica a subdividir os agentes populares, nosso foco investigativo tampouco se volta primariamente para indivíduos, famílias (ou "unidades domiciliares" como preferem determinados tipos de procedimento), ou mesmo casos: ele consiste na reconstrução sociológica de *trajetórias*. Estas são suscetíveis de perpassar toda a pluralidade de situações descritas acima (vínculo informal-desregulado X formal-regulado do mercado de trabalho, origem rural

X urbana, trabalhador manual X não-manual, "subproletariado" X classe trabalhadora, vinculação subsistêmica X sistêmica, etc.), condensar uma diversidade de experiências constitutivas da condição popular, sem, por esta razão mesma, se deixar reduzir ao "retrato" presente do *ponto* em que se encontram, ponto cuja densidade e historicidade derivam das trajetórias de que são parte *objetivamente* inalienável.

3.2 Flexões de uma dinâmica estrutural e protocolos de investigação

Em nossas preliminares investigativas, que assentaram o caminho à nossa problemática, em alguns momentos sugerimos ou apenas indicamos que associados às clivagens sociais intrínsecas à dinâmica modernizante de uma diversidade de formações sociais periféricas, como é o caso do Brasil, há importantes fenômenos moleculares, ainda em curso. Estes fenômenos, apesar de se originarem na reprodução ampliada desta própria dinâmica e não de sua ruptura, não deixam de apontar para aspectos novos, importantes em sua realidade como em seus potenciais desdobramentos. Sugerimos, no início deste capítulo, que em décadas recentes um encadeamento de injunções econômicas, institucionais e culturais, portanto essencialmente multisistêmicas, tem atuado no reenquadramento das classes populares (semi)periféricas. Como vimos no primeiro capítulo, não pretendemos sugerir de modo algum que as classes populares no sentido moderno do termo, em outras palavras associadas ao capitalismo periférico e semiperiférico teriam sido, em qualquer período de sua formação histórica, morfológica ou culturalmente homogêneas, ao contrário. Nosso objetivo consiste simplesmente em destacar a particularidade histórica da heterogeneidade sociocultural recente na produção de agentes socialmente multideterminados do ponto de vista dos esquemas subjetivos mobilizados para a ação econômica, inclusive no que tange a seus efeitos diferenciais, reais e potenciais, de reprodução ou transformação estrutural. Além disto, se nossa argumentação sugere em alguns de seus aspectos que tal fenômeno poderia ser abordado nos termos de um processo de "individualização", não cansamos de realçar que a generalidade do conceito muitas vezes imiscuída ao senso comum mais acrítico, e cuja referência semântica possui uma carga excessivamente eurocêntrica, *deve antes ser explicada do que, ela, operar como pseudoexplicação*. Com isto em mente, orientamos nossa problemática e nossos protocolos de investigação articulando as seguintes questões: é possível denotar em alguns segmentos populares, especialmente os

ascendentes uma *tendência à crescente planificação de suas condutas economicamente referenciadas e, como implicação necessária, de seus investimentos existenciais subjacentes*, tendência tornada objetivamente possível por uma relativa modificação em suas condições sociais de possibilidade, as quais se afastam para uma determinada parcela destes meios das urgências da privação mais visceral; por uma socialização escolar mais extensa, a qual ainda que com todas as conhecidas e múltiplas vicissitudes institucionais no caso dos meios populares inscreveria crescente e insensivelmente nos indivíduos que a atravessam a possibilidade de assimilação de regimes discursivos e normativos distintos e mesmo dissonantes em face daqueles adquiridos no mundo da vida familiar (Bernstein, 1972); fatos que, por sua vez, engendrariam um relativo desenraizamento cognitivo – não necessariamente geográfico –, sob a forma de um distanciamento de si para com outros aspectos da própria estrutura subjetiva e, ainda, para com os "laços fortes" (Granovetter, 1973, 1983) inscritos em uma economia emocional e social familiar e comunitário-vicinal anteriormente totalizante das possibilidades de engajamento pessoal – expoentizada, talvez em grau máximo, pelo ideal da "família estendida"? (Duarte; Gomes, 2008) A nosso ver, o mais importante sobre a gradual modificação destas características se apresenta naquilo que *convergem*, deveras não em um sentido teleológico, e sim de afinidades eletivas, estímulos e reforços recíprocos. O mencionado aumento do nível de escolarização nos meios populares ("universalização" do ensino fundamental reverberando no aumento de frequentação aos níveis médio e superior), conjugado ao crescimento, bastante significativo, das adesões "evangélicas" nas últimas décadas e, ainda, à melhoria relativa nas condições econômicas (tanto nas camadas subsistêmicas marcadas pela absoluta privação como nas frações populares mais estabilizadas e mesmo "ascendentes"), dentre outros fatores que trataremos agora, embora em seu movimento mesmo derivem da força de perpetuação intrínseca às clivagens existenciais que encarnam (o aumento do capital escolar sendo contrabalançado pelo efeito de inflação de diplomas assim como pela reação, na mesma direção mais escolarizada, das outras classes sociais; o incremento no volume dos recursos econômicos não desfazendo o hiato paradigmático de sua distribuição global, ou mesmo ocultando a intensificação da concentração patrimonial pelas camadas economicamente dominantes na última década), poderiam apontar, não obstante, para *um deslocamento na micropolítica subjetiva presente nestas camadas sociais*. Para as *trajetórias populares* que designamos como *ascensionais*, observamos em nossas pesquisas que seus valores e

ideais eudemonísticos (a solidariedade comunitária e a vivência familiar expressas pela família estendida, a construção da dignidade masculina pelo trabalho, a repugnância pela política institucional, etc.) tendem a ser não apenas interiorizados em orientações de conduta as quais levariam, predominantemente, ao ajustamento reprodutivo e à fragmentação de práticas cuja significação contextual se desvincularia de projetos que a transcendessem. Para elas, assim como para os horizontes e projetos que as integram, as linhas de experiência que acompanham tal movimento, sobretudo pelo efeito da heterogeneidade de seus princípios e expectativas institucionais, lhes tem inflectido à mobilização de esquemas reflexivos que tendem a estimular a projeção de valores e dos quadros de referência populares de modo distinto, os quais, para além de forjarem o patrimônio disposicional destas classes, passam a ser *mobilizados recursivamente*, de forma mais racionalizada em seus meios e sistematizada em suas implicações, embora tensa em seus conteúdos e oblíqua em seu próprio modo de ser.

Novos encadeamentos histórico-estruturais e sua síntese vivida

O *efeito estrutural destes fatores*, dos quais *a complexidade é constitutiva da condição popular* que os manifesta sem se reduzir a nenhum isoladamente, está intimamente vinculado às translações estruturais das últimas décadas que viemos apontando em nossas preliminares, e é neste sentido que ele *será por nós reconstruído em termos de trajetórias populares ascendentes*. Naturalmente, não na inesgotável diversidade interna a cada um de seus desdobramentos (econômico, escolar, religioso, cultural,...) mas, ao reposicionarmos a lente focal ao nível agencial conforme procedimento enunciado no capítulo anterior, em sua conjunção encarnada nos horizontes economicamente orientados.

Das forças históricas conformadoras deste processo destacamos, *no tocante a sua importância para nossa investigação*, primeiramente, o realinhamento da morfologia capitalística, inclusive em sua nova composição demográfica pela entrada massiva das mulheres no mercado laboral. Na última década, chamada por alguns de "pós-neoliberal" na América Latina devido ao reposicionamento da orientação estatal em um conjunto de países da região, o dinamismo econômico que consolida sua transição ao setor terciário, especialmente o subsetor de serviços, se acompanha também

de uma maior apropriação do volume econômico global por suas camadas populares e, no caso do Brasil, pela expansão estrutural das ocupações dominadas no seio deste mesmo setor.

Embora já predominante em termos de participação no PIB desde a Primeira República, e desde sempre maior que o setor secundário da economia em termos de população economicamente ativa – inclusive no auge do desenvolvimento urbano-industrial –, fora apenas após o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, com a crise estrutural no decorrer da década de 1980, associando-se em seguida à reestruturação produtiva mundial em curso, que podemos falar mais propriamente na emergência de um capitalismo de serviços, no qual o setor terciário assume proeminência em termos de dinamismo econômico na estrutura produtiva do país. Desde então nos últimos trinta anos, além de expandir em muito sua até então estável participação na economia nacional, de fato sendo o único a lhe registrar aumento proporcional, este setor passa a dominar também a estrutura ocupacional, vindo a ultrapassar os 60% de participação setorial (tanto na PEA como no PIB) na década de 2000. (IPEA, 2011a, p. 7; IBGE, 2006, p. 388) Na primeira década do séc.XXI, ainda se mantendo como o único a ampliar sua participação na estrutura produtiva, o setor terciário gerou por exemplo mais de duas vezes a quantidade de postos de trabalho que o setor secundário e, em 2008, sua participação chegou a 2/3 da produção do país. Com efeito, especialmente após o realinhamento da institucionalidade estatal em direção a um neodesenvolvimentismo flexível, neste mesmo intervalo dos primeiros anos do novo milênio até 2008 registrou-se a maior expansão de postos de trabalho dos últimos 40 anos, superior não somente às duas décadas anteriores como, mais significativo, também superior ao saldo líquido ocorrido na década de 1970, de grande expansão econômica (embora no caso anterior o maior dinamismo adviesse do setor industrial). E o que é mais importante para nossos propósitos, cerca de 95% desta expansão estrutural percebe remuneração de até 1,5 salário mínimo: mais precisamente, das mais de 21 milhões de ocupações criadas na década de 2000, 19,9 milhões percebem este patamar de remuneração, de forma que estes "trabalhadores de salário de base" passaram a abranger praticamente 60% da força de trabalho total ao final desta última década.[78]

[78] Dentro deste quadro de expansão dos trabalhadores de salário de base (i.e. até 1,5 salário mínimo) a partir dos anos 2000, as ocupações que mais cresceram foram, em primeiro lugar, as de serviços (6,1 milhões de novos postos); depois segue-se os trabalhadores do comércio (2,1 milhões); os trabalhadores da construção civil (2 milhões); escriturários (1,6 milhão); postos da industria têxtil de vestuário (1,3

Sendo em essência uma ampliação e densificação de posições estruturalmente dominadas, não por acaso a grande maioria destes postos foi ocupada por negros e pardos. Ao mesmo tempo, demonstrando como não é possível cindir rígida ou definitivamente as *trajetórias populares* nos 'segmentos' regulado ou desregulado do mercado laboral, sistêmico ou subsistêmico, em "proletariado" ou "sub-proletariado", cerca de 70% destes empregos de "salário de base" gerados foram regulados-formalizados, de tal modo que, de 2002 a 2012, a proporção total de empregos formais se ampliou de 44,6% a 56,9%.[79] (Pochmann, 2012, p. 10-27; 35-42; 2013b, p. 147-9; IPEA, 2011a, p. 8-10; IBGE, 2013, p. 142-6) Por conseguinte, este movimento simultâneo de *reenquadramento e adensamento sistêmicos das classes populares, que ressoa na complexificação de suas fronteiras estruturais*, consiste, intermediado pela reorientação da ação estatal, na *intensificação do dinamismo econômico no interior dos limites estruturais da nova fisionomia capitalística das últimas décadas*. Neste sentido, embora a recente ampliação no volume de capitais econômico e cultural, assim como uma relativa maior fluidez nas probabilidades de mobilidade inter e intrageracionais envolvam em maior ou menor grau toda a tessitura social, seus efeitos são estruturalmente mais incisivos nos meios populares. Se inserindo nas novas formas de acumulação flexível, indissociável da precariedade e da fragmentação laborais decorrentes da "racionalização" e dos novos axiomas gerenciais, tendências organizacionais visando a maximização da "eficiência" produtiva, as taxas de rotatividade por exemplo aumentam em variação inversa à disponibilidade de capitais tanto econômico como cultural, de modo que a plurivocidade das experiências ocupacionais, ou a "corrosão do caráter" destacada por Sennet (1999), é fenômeno ainda mais intenso entre as classes populares: se é verdade que nesta expansão ocupacional predomina o emprego formal, também o é que, a taxa de rotatividade destes trabalhadores formais aumentou 10,1% entre 1999 e 2009, passando respectivamente de 33,5% para 36,9%; este fenômeno se mostrou ainda mais intenso dentre os chamados trabalhadores de "salário de base", com nitidez no caso dos empregos terceirizados, e

milhão); e trabalhos de atendimento ao público (mesmo valor de 1,3 milhão). Apenas estas ocupações mencionadas somam 14,4 milhões de novos postos, ou seja 72,4% das ocupações de até 1,5 salário mínimo. (Pochmann, 2012, p. 32-34; cf. também para esta ampliação e distribuição ocupacional da última década Quadros, 2010c, p. 19 et seq.)

[79] Esta expansão das ocupações formalmente reguladas variou através das segmentações territoriais que caracterizam a heteromorfia dos vínculos populares aos núcleos do dinamismo sistêmico, referidas acima. No entanto, ainda que as regiões Norte e Nordeste apresentem índices inferiores à média nacional (menos de 40% da força de trabalho total formalizada em ambos os casos), sua ampliação foi bastante expressiva. Para as variações regionais cf. IBGE (2013, p. 142-3).

ainda mais para aqueles que percebem rendimentos entre meio e um salário, para os quais a taxa de rotatividade neste mesmo período se alastrou ainda mais intensamente, atingindo 85,3% no ano de 2009. (Pochmann, 2012, p. 93-4; 116-21) *Tudo isso apenas reforça a necessidade de um enfoque nas trajetórias, mais do que na ocupação, no estabelecimento dos critérios metodológicos de nossa problemática sociológica*. A transição de um núcleo dinâmico industrial para um mais heterogêneo e polimorfo como o de serviços, além de não esconjurar a esfera do trabalho como sonham ensaístas apressados e apologetas sem crítica – ainda que esta esfera seja representada cada vez mais como "capital humano" –, a integra em um espaço praxeológico-existencial mais amplo (Kosik, 1988), espaço de relações inter-humanas e interobjetivas onde, a nosso ver, é agora como fora desde sempre o terreno humano no qual e pelo qual *as existências estabelecem e perpetuam institucionalmente relações diferenciais*, e o fazem pela expropriação, não simplesmente material, mas do conjunto de possibilidades existenciais e do valor moral de outros homens.

Desta recomposição morfológica do sistema econômico participa outro movimento, de gênero, com o imenso afluxo de mulheres no mercado laboral. Se de fato a proporção de mulheres economicamente ativas cresceu já a partir da metade do séc.XX e nas décadas seguintes, no entanto é a partir do decorrer da década de 1970 que tal afluxo assume maior intensidade: este movimento concorre na ampliação justamente do setor de comércio e serviços (especialmente o trabalho não-manual de rotina e o manual não-qualificado). Enquanto no ano de 1980, de sua composição participavam 11,4 milhões do homens e 8,4 milhões de mulheres, em 2000 a hegemonia feminina no setor se revela inconteste: o contingente masculino mais do que dobra (para 23,3 milhões), se bem que o feminino praticamente triplica, passando a prevalecer (com 25,4 milhões). (Ribeiro, 2007, p. 93; 212-17; 310-11; Santos, 2002, p. 112; Scalon, 1999, p. 89; 163-4; Silva, 2004, p. 19-20; 36) Consolidando esta tendência no decorrer dos anos 2000 (envolvendo a referida expansão do "trabalho de base"), do imenso volume de ocupações geradas no período cerca de 60% lhe são ocupadas por mulheres – ainda que, no total destas ocupações, ainda prevaleçam os homens, com 54,4%. E assim como este afluxo feminino no mundo do trabalho assalariado contribuiu para a retomada de sua formalização, que foi igualmente significativa para as mulheres, contribuiu ainda mais para a expansão sistêmica das modalidades de acumulação flexível, porquanto seus postos de trabalho foram os que mais inflaram a taxa de rotatividade global dos

trabalhadores com carteira assinada. (Pochmann, op. cit., 32-42; 93; IBGE, 2013, p. 142-3) Na verdade, as novas funcionalidades da reestruturação produtiva (e seus requisitos comunicacionais) e a reacomodação de gênero que lhe conflui, assim como o aumento da capitalização escolar, são elementos cuja conjunção delineia uma espécie de tripla feminilização da força de trabalho. Mas o que agora cabe destacar é que como consequência desta crescente inserção sistêmica as mulheres passam, também de modo crescente, a aumentar sua participação no orçamento e na conformação patrimonial familiares, tencionando assim suas relações de poder (segundo a PNAD de 2012, as que se identificam como "pessoa de referência" do domicílio passaram, em uma década, de 28 a 38%). (IBGE, op. cit., p. 73)

Por sua vez, a relativa inflexão da correlação de forças na condução do Estado na América Latina no decorrer do início deste século, na qual se verificou uma retomada na iniciativa estatal de ação econômica e de seu papel na indução do crescimento com maior apropriação do volume dos rendimentos pelas classes populares e a consequente atenuação de suas históricas assimetrias, não pode ser entendida fora de sua inserção no contexto desta nova reestruturação produtiva. Particularmente no caso do Brasil – que é distinto de outros casos da região – sua espécie de neodesenvolvimentismo flexível, ou gerencial, impingiu um maior crescimento econômico comparado às duas décadas anteriores, estimulando a mencionada inclusão sistêmica de posições estruturalmente dominadas em seu novo setor dinâmico, predominantemente formais, o que reduziu o desemprego a seus mais baixos níveis históricos. Em consonância com esta reorientação, além de atuar na ampliação de programas sociais e políticas redistributivas, administrou o cumulativo aumento real do salário mínimo e, intermediando e regulando institucionalmente a atual dinâmica de acumulação flexível, lhe expandiu os laços de captura capitalísticos também pela ampliação e diversificação do crédito e do consumo interno, sobretudo das classes populares. (IBGE, 2013, p. 142-3; 171-2; IPEA, 2010c, p. 5-11; Celso Jr, 2013, p. 242; 252) Vinculado à economia mundial em grande medida pela *dependência* do *agrobusiness*, em outras palavras, do patronato rural enquanto gerador de divisas inclusive para a sustentação deste novo "equilíbrio" interno, a especificidade do padrão de expansão capitalística da última década está em que, diferentemente do obtido no auge do nacional-desenvolvimentismo, o modelo atual se baseia na *integração sistêmica* (e não subsistêmica) de suas camadas dominadas aos ciclos de acumulação, o

crescimento da renda per capita se realizando assim *na mesma medida* da atenuação das assimetrias em sua distribuição. Este gerenciamento institucional das clivagens de classe, re-simbolizadas enquanto "redução da pobreza" e da "miséria" (através de metas e indicadores constantemente avaliados), se reflete na tendência à reversão do declínio ocorrido através de toda a segunda metade do séc.XX da participação dos rendimentos do trabalho em face aos de capital, assim como na relativa maior apropriação do volume econômico global pelas classes populares, especialmente suas frações mais vulneráveis cuja "pobreza" é administrada sob "condicionalidades" por agências especiais. (IPEA, 2011a; 2012, p. 5; Pochmann, 2012, p. 12-21) Deste modo, entre 2004 e 2012, a contabilmente controlada maior apropriação do volume total de rendimentos pelas classes populares correspondeu precisamente à diminuição do *quantum* apropriado pelos segmentos médios e dominantes (representados pelos três decis superiores), ou melhor pelo seu crescimento proporcionalmente menor,[80] *embora não denotando qualquer ruptura com o padrão secular de suas clivagens que passam a ser "racionalmente" administradas*; clivagens que se perpetuam sistemicamente, quer no Brasil, quer na América Latina, "ainda" como mundialmente paradigmáticas. (World Bank, 2013a, p. 36)

Do que foi dito segue que, no que tange um imenso contingente das *frações populares subsistêmicas*, há um relativo afastamento das pressões econômicas mais obsedantes e da absoluta precariedade material (via programas de transferência de renda mas, sobretudo, aumento real do salário mínimo – e sua reverberação no piso previdenciário ou dos "benefícios" sociais a ele indexados – combinados à expansão das categorias ocupacionais majoritariamente formais no cinturão social dominado)[81] em um conjunto de trajetórias marcadas pelas mais instáveis e precárias condições sociais de subsistência e para as quais a luta cotidiana contra a indigência historicamente obstaculizou quaisquer formas de racionalização da conduta que não a composição de

[80] Se em 2004 as frações economicamente dominantes representadas pelo decil superior detinham 45,3% do volume econômico global, no decorrer desta desconcentração dos rendimentos, este mesmo contingente restrito se apropriava, em 2012, de 41,9%. Correlativamente, as camadas populares representadas pelos quatro decis inferiores passavam a se apropriar, no mesmo período, de 10,9% a 13,2% do volume total. Esta restrita e controlada, por isto sistemática, desconcentração do volume dos rendimentos neste período se verifica por todo o país, embora mantendo em grande medida as historicamente sedimentadas diferenças regionais. (IBGE, 2013, p. 173-5, tabela 1)

[81] De 2003 a 2008, por exemplo, as profissões assalariadas pouco ou não qualificadas, com rendimentos mais baixos e associadas a um baixo capital escolar (cozinheiros, embaladores e etiquetadores, garçons, copeiros, trabalhadores braçais, etc.) cresceram aproximadamente em 5.323 mil postos. (Quadros, 2010, 2010c)

microprojetos fragmentários e ajustados à sobrevivência diária (conforme registramos em nossa pesquisa: a fuga de um marido violento, a multiplicação de subempregos para o sustento dos filhos, a autoconstrução e ampliação da moradia para auxílio de parentes em dificuldades, o plantio de víveres como complemento vital aos insuficientes níveis de remuneração, etc.). Este imenso contingente populacional passa, em alguma medida, a estabilizar relativamente sua "gestão da miséria", embora não apenas seja desprovido da acumulação de capital escolar necessária a uma mobilidade ascendente como, ainda, seus horizontes socioeconômicos parecem estimular microagenciamentos cotidianos, segmentos de projetos entrecortados por novos obstáculos, engajamentos e compromissos existenciais e noções de "boa vida" cujos meios e os fins, em suas inconsistências objetivas, ambivalências e descontinuidades, têm a reprodução de sua situação como resultado *objetivamente mais provável*. É assim que, na última década (2002-2012), a expansão das categorias ocupacionais abrangeu em sua grande maioria o chamado trabalho de base, e principalmente aquele regulado por proteção e segurança institucionais;[82] que a ampliação dos rendimentos dos trabalhadores informais (31,2%) se deu bem acima dos formais (13,6%) e acima da média nacional (27,1%); que esta ampliação de recursos envolveu as categorias ocupacionais mais vulneráveis das classes populares;[83] que ela ocorreu no seio dos segmentos situados nas regiões economicamente menos diversificadas do país (mais no Nordeste do que no Sudeste, no mundo rural mais do que nas cidades e metrópoles); e, neste sentido, ocorreu em tanto maior medida quanto mais vulnerável a condição econômica e o nível de diploma considerado (70% no rendimento real médio dos dois decis inferiores, 59% no decil a seguir onde o rendimento médio se assemelha ao salário mínimo, em comparação a 22% para os dois decis superiores), de modo a se refletir, ainda mais, entre negros e pardos. (IPEA, 2010a; 2010c, p. 11-16; 2012; IBGE, 2013, p. 146-8; 175-6)

[82] Mesmo dentre as categorias ocupacionais mais vulneráveis às contingências e pressões materiais aumentou-se à formalização (pela regulação trabalhista ou pela contribuição previdenciária) e, por conseguinte, um patamar mínimo de segurança existencial institucionalmente garantida. De 2002 a 2012, os empregados sem carteira de trabalho, os trabalhadores domésticos na mesma situação, e os trabalhadores por conta própria, aumentaram sua contribuição previdenciária, passando de 10,7% para 20,6% entre os empregados sem carteira, de 3,1% para 13,4% entre os trabalhadores domésticos, e para os conta própria de 13,4% para 23,7%. No entanto, em termos relativos constituem ainda a ínfima minoria no interior de seus grupos ocupacionais. IBGE (2013, p. 147-8; 182-5)

[83] Os trabalhadores agrícolas (principalmente trabalhadores na exploração agropecuária, da mecanização agropecuária e florestal, além de pescadores, caçadores e extrativistas) e domésticos (babás, acompanhantes, cozinheiros, empregadas domésticas, etc.), detentores dos menores recursos comparados a todas as outras categorias ocupacionais foram os que possuíram o maior aumento percentual nos rendimentos de 2002 a 2008: 21,15% e 15,36% respectivamente. (IPEA, 2010a, p. 6)

Tabela 3: Frações populares com o menor volume de rendimentos econômicos declarado nas últimas três décadas [84]

Anos	Indivíduos cuja renda domiciliar per capita é insuficiente à própria subsistência		Indivíduos cujos rendimentos alcançam até duas vezes os anteriores (engloba os indivíduos anteriores)	
1981	20.239.527	(17,25)	47.848.385	(40,79)
1985	23.695.297	(18,15)	54.842.342	(42,01)
1990	27.659.557	(19,95)	58.119.829	(41,92)
1995	22.430.610	(15,19)	51.784.426	(35,08)
2001	25.520.845	(15,19) [sic]	58.963.230	(35,09)
2005	20.889.220	(11,50)	56.032.401	(30,83)
2011	11.772.648	(6,31)	34.355.298	(18,42)
2013	10.452.383	(5,50)	28.698.598	(15,09)

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Este segmento das classes populares experimenta uma sistemática diminuição, a partir de meados da última década, na massa de indivíduos marcados pela pressão das necessidades mais urgentes (cf. tabela 3), o que inclui desde trabalhadores agrícolas até trabalhadores manuais urbanos, domésticos, vendedores ambulantes, etc., para quem o aumento absoluto e relativo dos recursos econômicos em face às outras camadas sociais se fez acompanhar de uma expansão das ocupações tipicamente populares. Neste caso, está em questão uma relativa estabilização – na dupla acepção de melhoria e manutenção – da precariedade material de camadas estruturalmente dominadas, detentoras de uma extremamente fragmentária experiência escolar. Entretanto, se um relativo relaxamento da imersão cotidiana às necessidades materiais mais prementes, assim como uma maior regularidade e segurança quanto à disponibilidade de recursos mínimos, são *condições necessárias* à conformação de uma racionalização da conduta econômica (em termos de planificação da vida e planejamento a longo prazo que supõem a simples possibilidade objetiva de previsibilidade) (Bourdieu, 1977) e, *a*

[84] Na primeira coluna, o critério de subsistência adotado pelo IPEA segue recomendações da FAO e da OMS. (Trata-se de uma das inúmeras "linhas de extrema pobreza" – ou "indigência", ou ainda "miséria" – possíveis.) Em parênteses está sua proporção relativa à população total do país. Já na segunda coluna, seu critério – o dobro dos rendimentos da linha anterior – permite vislumbrar que a relativa estabilização das condições materiais possui um alcance (em número de indivíduos) maior e uma margem de manobra relativamente mais ampla do que as perceptíveis na primeira coluna. (Trata-se de uma das diversas "linhas de pobreza" possíveis. Outra seria, por exemplo, meio salário mínimo mensal *per capita*.)

fortiori, à mobilidade social, não obstante *não são em si suficientes* na medida em que a composição e o ajuste entre os projetos ascensionais e o sistema socioeconômico pressupõe uma série de *mediações socioexperienciais* fornecidas essencialmente por uma determinada forma de socialização familiar, além de uma experiência escolar mais prolongada com a interiorização de suas modalidades reflexivas e anseios específicos, além de sua acumulação primitiva em termos de capital, pré-requisito crescentemente imperativo para as possibilidades ascensionais populares no seio dos limites objetivos do capitalismo contemporâneo.

Há, ao mesmo tempo e na mesma translação estrutural, *outro conjunto de trajetórias populares,* e que consistem precisamente em *nosso objeto sociológico*. Nosso caminho investigativo teve até aqui o único objetivo de destacar suas *condições histórico-estruturais de possibilidade*. Os homens e mulheres de origem popular de quem o percurso biográfico empresta os traços típicos a esta *construção conceitual* passam, em comparação às características recém-descritas, a ocupar posições relativamente mais valorizadas (ou menos estigmatizadas), menos vulneráveis e com maiores possibilidades de participação nos anseios de uma "sociedade de consumo", se bem que manifestando aspirações muito ambivalentes e seletivas quanto à adoção de um estilo de vida próprio às camadas médias estabelecidas. *Seu espaço de circulação e mobilidade ocupacionais ocorre em grande medida no interior das classes populares, ainda que participando de (e tencionando) suas fronteiras materiais e simbólicas em sua opacidade objetiva* – talvez não para o ingênuo positivista, incapaz de perceber a ambiguidade, polivalência e multidimensionalidade, além de aspectos contraditórios que fazem parte da substância mesma da realidade histórica e social. Isto porque, *inabstraíveis da consistência dos movimentos estruturalmente moleculares destas trajetórias, estão sua polissemia semântico-cultural e a heterogeneidade de sua conformação experiencial, que refratam, todas, as inflexões e recomposições sistêmicas a que são submetidas*. São trajetórias cujo movimento é, em termos rigorosos, inextricavelmente *popular* porém *ascensional*, ou se preferirmos *ascensional* porém *popular*, no sentido de que as classes populares, longe de um bloco monolítico, possuem uma complexidade interna que objetivamente confere as condições de possibilidade de um tal movimento, que por sua vez participa da dinâmica estrutural tratada neste capítulo; ou melhor, *da relativa inflexão, e não transformação, de suas linhas estruturais*. Assim, estas trajetórias sociais envolvem espaços ainda

estruturalmente dominados, no qual encontramos em grande parte trabalhadores assalariados urbanos,[85] que no entanto se diferenciam em relação a outros percursos populares. E para esta diferenciação concorrem: i) uma maior apropriação do volume econômico global em face das frações populares materialmente instáveis e precarizadas; ii) o acesso a ocupações relativamente mais qualificadas, se bem que ainda situadas no tecido social dominado (geralmente classificáveis como trabalhadores manuais qualificados e não-manuais de rotina); iii) uma *maior capitalização cultural* sob cuja exigência interinstitucional do Estado (obrigatoriedade legal) e do mercado (reestruturação produtiva) passam a se recompor as possibilidades de ascensão popular, do ponto de vista recursivo tanto quanto subjetivo (em termos de orientação de conduta). E o que é de suma importância para a caracterização desta modalidade de trajetórias é o *nexo existencial* destes fatores que, em seu *entrelaçamento vivido* pelos agentes sociais, intensificam o efeito de cada uma daquelas propriedades, de modo a lhes estimular a formação de horizontes e projetos igualmente *populares* porém *ascensionais*, ou *ascensionais* porém *populares*; estes, seja pelo vetor objetivo de sua balística, seja pela densidade particular de que se revestem suas linhas de experiência, são objetivamente irredutíveis tanto às frações populares mais precarizadas, vulneráveis e tendentes à perpetuação de sua condição ou à naturalização de seu mundo da vida como, por outro lado, às classes médias estabelecidas com quem entrecompõem um difuso estranhamento recíproco. A prevalência contemporânea destas micromobilidades populares, inclusive no interior de uma mesma categoria ocupacional pelo que se tornam invisíveis pelas tradicionais objetivações estatísticas, é inteiramente consoante com o fato de que, na cartografia destes horizontes ascensionais que se seguirá no decorrer deste trabalho, os elementos de ruptura encontram-se, senão completamente ausentes, deveras subordinados a outros aspectos existenciais.

Estas micromobilidades respondem aos pré-requisitos irradiados pela nova fisionomia sistêmica. O aumento do chamado efeito de fluidez (ou de circulação) relativamente ao estrutural nas taxas de mobilidade total a partir da década de 1980 reflete a crescente consolidação setorial da estrutura econômica e da população

[85] É desta maneira que os assalariados do setor de comércio e serviços relativamente mais escolarizados e melhor remunerados de 2003 a 2008 (principalmente vendedores e demonstradores de lojas e mercados, professores do ensino infantil e fundamental, escriturários e auxiliares administrativos, recepcionistas, operadores de telemarketing, técnicos e auxiliares de enfermagem, secretárias e estenografas, vigilantes e guardas de segurança, entre outros) cresceram em aproximadamente 5.029 mil novas ocupações (Quadros, 2010c), sendo os que mais contribuíram para a expansão desta modalidade de trajetória popular.

economicamente ativa que lhe corresponde nas redes socioculturais do mundo urbano. O assentamento historicamente recente destes limites estruturais, onde se afigura já o declínio do dinamismo do setor industrial, principal responsável por esta transição, é o que este aumento relativo do impacto da "circulação" nos índices de mobilidade expressa, assim como a este processo se relaciona a acentuação da importância da capitalização cultural para as chances de mobilidade numa economia cujo dinamismo nas últimas décadas se transfere cada vez mais aos serviços. A leve atenuação no peso da herança familiar nos destinos ocupacionais associados a esta transição significa não somente maiores possibilidades ascensionais de "curta distância" como, correlativamente, de mobilidade descendente devido à intensificação da competitividade no mercado laboral. O diploma de nível médio, por exemplo, embora tenha passado a assumir significativa importância para aquela atenuação da herança familiar a partir da chamada década neoliberal, tem se desvalorizado devido a sua inflação concorrencial. (Pastore; Silva, 2000; Silva, 2004; Scalon, 1999; Ribeiro, 2007) Sob a reestruturação produtiva, as mobilidades moleculares no cinturão dominado que sustentaram o dinamismo modernizador nacional-desenvolvimentista do país continuam a prevalecer, somente que cada vez mais no interior dos próprios setores urbanos da economia, e mediadas pela capitalização cultural e por um mundo do trabalho crescentemente agonístico: aumenta-se a circulação e inconstância posicionais, porém dentro de seus limites estruturais.

Isto só é possível, naturalmente, por meio de um aumento significativo da escolarização, induzido pela ação estatal,[86] de forma *diferencialmente capitalizada* em todas as camadas sociais nas últimas décadas. Já vimos que da forte concentração do capital escolar por todo o decurso do séc.XX nas classes médias e dominantes se passa gradualmente, nas últimas décadas do século, a seu alastramento institucional por todo o tecido social, de modo tão mais incisivo quanto mais novas as gerações. As mulheres, responsáveis pela recomposição de gênero do mercado de trabalho, participam sobremaneira deste processo. Aliás, desde o ensino primário nas décadas de 1960-70, e secundário a partir de 1970, além do superior posteriormente, elas apresentam uma

[86] Por exemplo, a Emenda Constitucional (nº 59, de 2009, oficializada pela Lei nº12.796 de 2013 que altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação), cuja implementação é progressiva até 2016, e que amplia os anos compulsórios que compõem a educação básica, a qual passa a abranger dos 4 aos 17 anos de idade (em três etapas: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio). É importante observar que a obrigatoriedade da pré-escola implica uma socialização escolar ainda mais precoce, inclusive, para as classes populares.

maior probabilidade de avançar em *todos* os ciclos de ensino do que os homens. (Ribeiro, 2009a, p. 49-50) Embora esta atuação institucional reproduza em sua realização mesma as historicamente sedimentadas assimetrias regionais e "raciais" que, segundo toda sorte de ideologias liberal-meritocráticas deveria, supostamente, erradicar, seus efeitos são incontornáveis para a condição popular periférica onde quer que se realize, tanto pela dimensão objetiva de sua mobilização e reconversão no mercado laboral como, subjetivamente, por suas linhas de experiência específicas. Assim, no decorrer da década de 1990 se atinge praticamente a "universalização" da frequência ao ensino fundamental para os adolescentes *em todas as classes sociais*; este processo se propaga em meados da mesma década, de modo que se expande consideravelmente a frequentação ao ensino médio; a década seguinte veria expandir significativamente também o ensino superior, resultado do financiamento estatal à intensificação do agonismo concorrencial no sistema escolar, este último nível de ensino se apresentando como espécie de último – e frágil – bastião das possibilidades ascensionais. (IBGE, 2010, p. 53; 170; 2013, p. 136-7)

Neste processo, se realiza lenta e consistentemente a reprodução ampliada das clivagens já estabelecidas, atuando desde a primeira infância e durante todas as idades até a transição para a idade adulta, e em todas as regiões do país. (IBGE, 2008, p. 41-3) Nelas, as "desigualdades" regionais e "raciais" estão todas presentes, inscritas umas nas outras, participando dos *múltiplos mecanismos de apropriação diferencial da institucionalidade escolar*. Um dos mais tradicionais destes mecanismos consiste na acumulação primitiva de capital cultural nas frações médias e dominantes pelo financiamento privado da escolarização de seus filhos (onde as escolas incorporam em sua organização e orientação "pedagógica" as exigências de desempenho diferencial, de formação e disciplinarização de um espírito competitivo, havendo mais horas decorridas no ambiente escolar, "simulados" e treinos intensivos e extensivos) de modo a reconvertê-lo em financiamento público de seu nível superior, mais prestigiado e de melhor desempenho; ao contrário das famílias das classes populares para quem, conseguindo financiar no máximo escolas particulares de baixo desempenho, prolongam a socialização familiar de suas crianças e adolescentes em escolas públicas em tempo, ritmo, modalidade e sentido tardios, de modo que, quando jovens e adultos, são cada vez mais compelidos a financiar privadamente seu ensino superior, não de modo a antecipar o futuro e produzir diferenciais, como nas camadas superiores, mas a

diminuir ou atenuar seus efeitos, ou a tentar pela dupla jornada (trabalho-estudo) "recuperar o tempo perdido" ou "correr atrás". A relação com a cultura escolar e universitária assume, conforme a origem social, sentidos opostos. Neste caso, como ademais em uma diversidade de outros devido à inalienabilidade de sua vinculação histórica, a institucionalidade estatal, em todas as suas instâncias, é enredada numa configuração de classe de modo a participar, ela mesma, de sua perpetuação. É nos quadros desta translação das clivagens iniciais numa etapa superior (Bourdieu, 1979, p. 159-85; Goldthorpe; Marshall, 1997), ou sua reprodução ampliada, que após mais de uma década de universalizado o acesso ao ensino fundamental, a expansão do ensino médio apresenta taxas de escolarização líquida – que indicam a adequação da idade do educando ao ciclo escolar frequentado – que revelam nitidamente não somente o aspecto quantitativo dos anos de estudo ou do nível de diploma adquirido, mas as próprias marcas do esforço e dos percalços em sua aquisição: para o ano de 2009, entre os adolescentes de 15 a 17 anos que pertencem às famílias economicamente mais vulneráveis das classes populares (representadas pelos dois menores decis de rendimentos familiares *per capita*), apenas um em cada três frequentava o ensino médio, ou seja, se encontrava no ciclo adequado a sua idade; por sua vez, nas frações médias e dominantes (representadas pelos dois decis superiores), cerca de quatro em cada cinco o faziam. Este atraso, acumulando-se desde os anos de ensino fundamental e atravessando o ciclo médio, atinge no caso do ensino superior – quando ocorre – seu paroxismo (IPEA, 2010d, p. 18-20; 31-2; IBGE, 2010b, p. 47-8; 70; 171), demonstrando mais uma vez como este nível de ensino alcança a função de fiador das pretensões de mobilidade social para além das classes populares.[87] Mas ainda quando "recuperado" tardiamente o "tempo perdido", os agentes populares se deparam com o efeito da inflação de diplomas decorrente desta intensificação concorrencial-escolar, estritamente associado à formação do mercado laboral flexível.[88] Por conseguinte, o desemprego, ainda que bastante

[87] Sendo o ensino médio exigido para a imensa maioria dos novos trabalhos formais, especialmente para as gerações mais novas, de 1999 a 2009 os jovens de 18 a 24 anos economicamente ativos detentores do ensino médio praticamente dobrou, passando de 21,7 para 40,7%. Contudo, o ensino superior ainda garante importante reserva de mercado laboral: para a mesma população que tenha frequentado ao menos um ano no ensino superior – ainda que não o tenha completado – embora a proporção tenha igualmente quase dobrado de 7,9 para 15,2%, este contingente se mantém ainda bastante minoritário. (IBGE, 2010b, p. 48-9)

[88] Se tomarmos como referência o saldo líquido das ocupações que percebem até 1,5 salário mínimo mensal através do tempo, temos que, nos anos 1980, a maior parte destas ocupações se vincula à posse do ensino fundamental (8.343.719 de ocupações criadas nesta faixa escolar), esta sendo a última década a apresentar saldo líquido positivo para os não-alfabetizados (744.460); a seguir, nos anos 1990, a maior parte destas ocupações passa a se vincular à posse do ensino médio (4.122.182 de ocupações criadas nesta

reduzido com a nova economia política neodesenvolvimentista-flexível, além de possuir incidência mais elevada entre as gerações mais novas, precisamente as mais escolarizadas, passa a atingir, entre elas, predominantemente os detentores de nível médio.[89] Também já vimos acima que sua crescente massificação no mercado laboral, além de tudo isto, leva a uma retomada da importância da origem social nas probabilidades ascensionais.

Ora, ocorre que subjacente a esta translação das clivagens iniciais transparece outro aspecto do capital cultural, e que consiste na experiência socializante que lhe é inerente. Sabemos o quanto a cultura escolar pressupõe a familiaridade com a cultura dominante da qual ela é, em grande parte, sistematização e legitimação institucionais; que este desencontro aos esquemas disposicionais e reflexivos populares produz uma *dupla negação*, que é a do valor de sua cultura pela instituição escolar como, exatamente por isto, a sanção institucional do seu "fracasso" individualmente atribuído; todavia, esta *heterogeneidade de experiências sistêmicas* a que estão submetidas crianças e adolescentes das camadas dominadas possui em si mesma, para além deste caráter duplamente negador, um conteúdo "positivo", no sentido de real em seu impacto subjetivo, na conformação de um relativo desenraizamento da comunidade familiar e vicinal através da incorporação, dialeticamente a estas primeiras experiências ainda em formação, de um modo de lidar consigo, com o corpo, com expectativas quanto à vestimenta, as disciplinas, o tempo, o ritmo, a linguagem requerida (oral ou escrita) e, pelas relações na ambiência escolar, envolvendo o vislumbre de uma abertura ou prolongamento pelo ensino superior que, ocorrendo com frequência inédita nos meios populares, compõe horizontes nos quais a especificidade pode ser rapidamente compreendida pelo contraste com quem nunca, ou pouco, frequentou tal sociabilidade

---

faixa escolar ou 68,3% do total, enquanto à posse do ensino fundamental decai para 1.710.728, contingente várias vezes menor do que a década anterior); enfim, na década que se inicia com os anos 2000, embora a maior parte destas ocupações continue a se vincular ao ensino médio, sua exigência passa a ser ainda maior (aumentando tanto relativa quanto absolutamente em face a seus portadores na década de 1990, para 11.486.282 de ocupações, equivalendo a 85% do total) e, fator significativo, a posse de diploma superior abrange 3.558.665 de ocupações (muito diferente dos somente 269.040 da década anterior, o que demonstra sobremaneira a pressão por diplomas e seu efeito inflacionário). (Pochmann, 2012, p. 36)

[89] Para o ano de 2007, a taxa total de desocupados se distribui da seguinte maneira conforme as faixas de diploma: 45,8% entre os que possuem até o ensino fundamental completo; 45,3% daqueles com alguma participação no ensino médio ou ele completo; 8,9% dos que possuem, ao menos, alguma participação no ensino superior. Ou seja, o mesmo nível de ruptura que encontramos com os portadores de nível superior (relativos ao próprio diploma e a renda) se encontra também em sua taxa de desocupação exponencialmente menor (cerca de cinco vezes) relativamente aos outros níveis de diploma. (Quadros, 2009, p. 14-8)

em gerações anteriores.[90] A diminuição da taxa de natalidade – que além da escolarização se associa a outros aspectos culturais e à vivência no mundo urbano – é apenas um dos mais visíveis indícios da conformação de outra atitude perante a vida. E o aumento desta experiência institucional para a condição popular é perceptível em todas as suas categorias ocupacionais, inclusive as mais vulneráveis, como trabalhadores rurais e domésticos.

Com efeito, em se tratando das trajetórias populares permeadas pela diversidade de linhas de sociabilidade e experiência urbanas, e mais escolarizadas, se associam também outras correntes culturais que aqui apenas indicaremos mas que serão desdobradas no decorrer de nossa investigação, pelo simples fato de que sem sua consideração qualquer análise dos horizontes e projetos ascensionais estará fadada a recair na naturalizada e alienante ladainha do ator racional. Estas linhas de experiência se entrecruzam mais ou menos tensamente com as novas tendências de recomposição familiar (conhecida como "segunda transição demográfica", caracterizando o aumento das separações e de famílias reconstituídas, uniões consensuais, homoafetivas, não-casamentos, etc.), mas lhe ultrapassam e assumem muitas vezes traços conflitivos e concorrentes entre si. Especialmente para as gerações mais novas, se manifestam por exemplo na diversificação das práticas e consumos culturais – que são a contraparte da reestruturação flexível associada à revolução técnico-científica ao nível do consumo – dentre os quais o crescente embora desigual acesso às redes digitais, principalmente a partir dos anos 2000, inclusive nos meios populares, fornece um importante indício embora evidentemente não o único. No entanto, a diversidade subjacente a esta reconfiguração cultural é demasiado complexa, não sendo unívoca em seu sentido histórico. Por exemplo, das novas esferas de sociabilidade e experiência que compõem os modos de sentir, pensar e agir populares, permeando com nuances todas as suas faixas etárias, está o crescimento exponencial da religiosidade "evangélica" – majoritariamente sua vertente pentecostal na qual predominam, sobretudo, as frações populares. (Mariano, 2004, p. 121-122; Da Silva, 2005; IBGE, 2012, p. 94-5) Em 1970 (década de emergência de sua vertente neopentecostal) correspondendo a 5,2% (4,8 milhões de fiéis) da população do país, seu crescimento se dá sobretudo a partir das décadas seguintes, de forma que em 2010 já chegam a 22,2% (42,3 milhões de fiéis).

[90] É o caso de alguns entrevistados e autobiografias de gerações populares anteriores, que mobilizamos com função metodologicamente comparativa.

(Paula, 2013, p. 126-30) Estimulando desde novas ênfases (como a "Teologia da Prosperidade" no caso da Igreja Universal do Reino de Deus) até normas de comportamento (vestimenta, linguagem, modelos disciplinares, regras para o mercado matrimonial, responsabilidade orçamentária, empreendedorismo, "prosperidade"), rivaliza com outros códigos de conduta e estilos de vida presentes na constelação de símbolos e valores populares, e por consequência na formatação de suas condutas e orientações socioeconômicas. Sem a referência a estes e outros elementos, as trajetórias ascensionais se tornariam *desprovidas de sentido*; neste caso, e somente neste caso, naturalmente o caminho estaria aberto à definição dos atores unilateralmente pela otimização recursiva de seus meios, já que, assim, haveríamos eliminado do modelo o que eles possuem de mais importante embora, felizmente, não de suas vidas, e não da constituição objetiva de suas trajetórias.

Reconstruções biográficas, trajetórias, e os critérios de exemplaridade de uma problemática sociológica

Para além da fragmentação analítico-departamental estilhaçando a natureza do ser social em estudos voltados à "desigualdade de oportunidades ocupacionais", "educacionais", "de renda", "raciais", de "gênero", etc., ainda que cada uma de tais ênfases obviamente possua questões próprias e revele mecanismos relativamente autônomos de produção e reprodução de seus elementos, é preciso para nossos propósitos reconstruí-los em sua vinculação essencial, quer dizer, na sua entrecomposição e entrelaçamento vivencial mais primordial, e portanto anterior, à projeção departamental que lhes é atribuída pelos ricamente adornados antolhos do ultraespecialista. De nossa perspectiva e para nossa investigação, esta interpenetração é o aspecto mais básico e fundamental de cada uma destas formas de objetivação porque suas respectivas forças e camadas de experiência se prolongam umas nas outras, participam cada qual da conformação do sentido das outras, co-atuando em suas forças e se lhe aderindo à realidade todas de cada uma. A crítica de E. Thompson à abordagem fragmentário-empiricista das classes sociais na ocasião de sua clássica obra acerca da formação da classe operária inglesa na virada do séc. XVIII-XIX, quando se opunha ao modo ortodoxo de mensuração dos padrões de vida (mais ou menos elevados em termos de PIB *per capita*, níveis de rendimento, consumo, etc.), é exemplar neste sentido.

Lembrando que se trata essencialmente de uma transformação, na verdade, entre "modos de vida" distintos (com a "destruição" e o "sofrimento" reais ensejados pelo processo de industrialização no modo de vida tradicional e seus suportes e tradições comunitárias, a perda de *status* ligados aos diferentes ofícios e suas garantias corporativas, o funcionamento de uma economia moral onde não havia separação rígida entre o "tempo" da vida doméstica e do trabalho, etc.), afirma: "a objeção à ortodoxia acadêmica reinante não diz respeito aos estudos empíricos per se, mas à compreensão fragmentária do processo histórico global. Em primeiro lugar, o empirista segrega certos eventos do seu processo e os analisa isoladamente. Aceitas as condições que geraram esses eventos, eles não só parecerão explicáveis por si próprios, mas também inevitáveis." (2012, p. 33, v.2) Os diversos índices (históricos, estatísticos, documentais) são *indícios* de uma condição que não pode ser compreendida nem por sua pulverização analítica (a partir do que se tornam meras "curiosidades" intelectuais), tampouco pela simples agregação daquilo que resulta de uma conjunção antes vivida em toda sua espessura histórica. Por conseguinte, não compreenderíamos a essencialidade da multideterminação das trajetórias populares como as estamos caracterizando, menos ainda a significação existencial de seus horizontes se não levássemos em conta que os critérios de sua seleção não devem se orientar exclusivamente por um atributo (ou ocupação, ou renda, ou escolaridade, ou cor, ou idade, ou gênero, ou religiosidade, etc.). *Não se trata, assim, de visar uma representatividade estatística, mas aquilo que esta pressupõe*: o entrelaçamento dos fenômenos anterior a sua abstração analítica em "variáveis", normalmente consideradas em sua unilateralidade e artificial isolamento. *Elas, as trajetórias, devem representar a conjunção destes atributos, onde precisamente inere a essência de seus efeitos*. *Sua representatividade é sociológica, e responde à exemplaridade de uma problemática*. Com este objetivo, é teórica e metodologicamente importante mantermos em mente que a inflexão histórica (e insistamos, não ruptura) a que viemos fazendo referência não deve ser interpretada enquanto materialização *definitiva* de determinados indivíduos (supondo ingenuamente possível estabelecer uma linha objetiva dos que participassem ou não de seus efeitos), ou ainda como se cada variável em particular (e.g. ocupação, capitais econômico ou cultural, ou mesmo religiosidade) *exaurisse* todas as dimensões de suas trajetórias, ou mesmo tocassem, enquanto indicadores estáticos e artificialmente isolados da síntese concreta que lhes

confere efetividade, seu *ponto essencial*. Por isto lembramos que estes fatores são por nós tratados não como variáveis analíticas, e sim enquanto *variações existenciais*.[91] De fato, tais indicadores expressam rearticulações na condição popular (semi)periférica, e cada indivíduo nela inserido *perpassa* tais atributos e posições em diferentes momentos de sua biografia, quando não ocupa em um mesmo momento índices que, em seu caráter objetivado e substancializado, parecem denotar condições contraditórias. Assim, um mesmo agente social pode, e de fato em quantidade massiva assume crescentemente tal heterogeneidade de características, possuir ocupações populares (serventes, vendedores ambulantes, trabalhadores domésticos, etc.) e, no mesmo momento de sua vida, estar cursando o ensino superior, ou ainda circular por ocupações mais ou menos estigmatizadas ou prestigiadas em curto espaço de tempo (e.g. trabalhador doméstico e, em seguida, trabalhador não-manual de rotina) de modo que dois levantamentos subsequentes não retratam invariavelmente condições diferentes relativas a indivíduos diferentes; objetivam também distintos pontos no tempo de *uma mesma trajetória, a qual refrata, em si mesma, as clivagens de classe de que participa*. Não é por acaso que somente a *reconstrução biográfica metódica e detalhada* realizada em termos de *trajetórias* nos possibilita vislumbrar a referida *exemplaridade de nossa problemática sociológica*.

Mais especificamente, reconstruímos as *trajetórias biográficas* **a)** originadas no seio das camadas populares, em particular suas frações mais vulneráveis ou subsistêmicas, caracterizadas geralmente pelo trabalho manual não ou pouco qualificado (rural ou urbano), precarizado em termos de regulação e segurança institucional, além de um reduzido volume de recursos materiais, e uma baixa ou ausente capitalização cultural.[92] É importante observar que, para nossos objetivos, ambas as formas de mobilidade (inter e intrageracional) são importantes na medida em que participam, experiencialmente, da composição das projeções ascensionais populares. Este tipo de origem de nossos biografados reflete a transição da dinâmica modernizante nacional-

[91] Cf. capítulo 2.

[92] Convencionalmente, os entrevistados (de 30 anos em diante) são indagados acerca da ocupação paterna no momento em que o respondente era (pré)adolescente (Erikson; Goldthorpe, 1993, p. 73), ou ainda quando adentrou o primeiro emprego, o que na verdade pressupõe uma imobilidade paterna que constatamos ser bastante problemática em nossas entrevistas visto que a própria trajetória dos filhos influenciava, em muitos casos, uma retomada (por exemplaridade ou autocompensação moral) do investimento paterno. Se a escolha convencional se justifica pelas necessidades de simplificação-quantificação, para nosso objeto se apresenta como inapropriada, motivo pelo qual propomos a investigação da ocupação em que por mais tempo o pai permaneceu, analisando também sua própria balística ocupacional.

desenvolvimentista que viemos descrevendo na primeira parte deste capítulo, com seu dinamismo urbano-industrial, para o gradual esgotamento de tal modelo, seguido pela reestruturação produtiva e organizacional de um capitalismo impulsionado crescentemente pelo subsetor de serviços, integrado à mundialização sob hegemonia da forma financeirizada de capital, onde mesmo uma suposta retomada do "desenvolvimentismo" assume caráter gerencial e flexível. Assim, sendo o sentido estrutural o principal indicador de uma condição de classe, estas trajetórias devem **b)** ocupar funções produtivas que participem prioritariamente desta nova configuração econômico-funcional resultante da expansão nas últimas três décadas do setor terciário (principalmente serviços, mas também comércios), justamente onde se localiza a grande maioria das ocupações populares geradas na última década. Em relação às ocupações paternas, ou a si mesmos em momentos anteriores (como o de entrada no mercado laboral), trata-se de *mobilidades no interior das próprias classes populares* (e.g. trabalho manual rural para urbano; funções manuais não-qualificadas para manuais qualificadas; funções manuais para não-manuais; de "auxiliar" ou "servente" para "profissional" dispondo de seus próprios auxiliares ou serventes), incluindo *micromobilidades no interior de uma mesma categoria ocupacional* (e seus efeitos nos horizontes socioeconômicos) ou que perpassam e oscilam em seus limiares objetiva e subjetivamente indiscerníveis (a oscilação nas fronteiras materiais, simbólicas e relacionais ilustra a clareza das clivagens em jogo) mas que não são por isto menos reais, sendo *tais formas de mobilidade molecular objetivamente mais prováveis para as trajetórias populares*, mobilidades que se tornam tão mais *improváveis* quanto mais nos afastamos de seus estratos mais imediatos ou próximos e nos aproximamos do cinturão dominante. Uma trajetória é dinâmica e essencialmente temporal; mais importante para a exemplaridade de nossa problemática sociológica do que o foco em um único grupo ocupacional ou ocupação específica (e.g. operadores de *telemarketing*, auxiliar de escritório, almoxarifes e armazenistas) é o percurso que os atravessa, na medida em que esta característica é intrínseca às injunções contemporâneas de acumulação flexível, especialmente para as gerações populares mais jovens que, cada vez mais, se constituem pela alta rotatividade e inconstância ocupacionais (as quais decrescem regularmente conforme se aumenta a idade), ou seja pela circulação nos limites estruturais destes espaços funcionais, sem se reduzirem a um posto ocupacional em particular, refratando

em suas aspirações e expectativas socioeconômicas as experiências desta instabilidade mesma.[93] Em consonância com as inflexões histórico-estruturais descritas, as trajetórias devem igualmente **c)** possuir o ensino médio completo, e tê-lo feito a partir da década de 1990, ocasião de sua expansão por todo o tecido social, decorrente do esgotamento do ensino fundamental enquanto recurso no mercado laboral, especialmente para as gerações mais novas. Este nível de diploma (médio) como horizonte ascensional mínimo é reforçado pelo fato de que a imensa maioria das ocupações com rendimentos entre um e dois salários mínimos criadas a partir dos anos 2000 o exigem. Ademais, o aumento proporcional do chamado efeito de "fluidez" na mobilidade total contemporaneamente, em detrimento do "estrutural", corresponde precisamente à intensificação da importância do capital cultural para as trajetórias populares ascensionais. Naturalmente, estes critérios de reconstrução de trajetórias nos impõe **d)** um determinado espaço – e não intervalo – geracional: estudamos então as novas gerações ou alguma geração popular em particular? Por tudo o que argumentamos, seria enganoso supor que nosso foco etário consiste no que alguns se referem como coorte, e por um motivo tão simples quanto decisivo: o novo ordenamento produtivo e seus requisitos funcionais para os setores dominados da população, assim como o imperativo de capitalização cultural, ou mesmo o imenso afluxo feminino no mercado laboral, não são elementos de *um* grupo etário: *eles são incontornáveis para as diversas gerações subsequentes em tempo incalculável*. Eles impõem uma condição e injunções com as quais, não uma, e sim as sucessivas novas gerações populares têm de lidar. Nas palavras de Coninck e Godard (1990, p.43), "aqui todas as coortes são afetadas ao mesmo tempo e na mesma direção por uma mudança histórica irreversível", a que os autores se referem como "efeito de período". Perderíamos assim de vista a concepção de um *processo histórico* se optássemos, simplesmente, por uma suposta faixa etária segundo

[93] A confusão positivista entre categorias ocupacionais e classes sociais, em que ambas são tidas como *sinônimas*, reflete um tipo de enfoque hegemônico nos estudos que se autodenominam de "estratificação social" que leva à fetichização das técnicas empregadas a um grau que torna o conceito mesmo de classes que se busca estabelecer essencialmente inócuo, em que por exemplo um modelo pode passar de sete "classes" (em determinadas abordagens mesmo ultrapassando uma dezena) para cinco, ou mesmo para três, conforme a conveniência das necessidades *técnicas* em questão, como se daí não resultassem, necessariamente, concepções de sociedade e suas clivagens internas absolutamente distintas e que a dimensão técnica *pressupõe*, tácita e inconscientemente. Este tipo de tradição se debruça e se emaranha a tal ponto em miudezas técnicas que estas passam a constituir *a maior parte do trabalho*, na verdade sua principal "contribuição", em detrimento da substância daquilo sobre o que se pesquisa que parece deslocar-se para segundo plano. Deste modo a preocupação metodológica – na verdade técnica visto que o *methodos* é tido como dado – ganha plena autonomia em relação a suas preocupações sociais substantivas, o artesão aqui sendo dominado por seus instrumentos ao ponto de esquecer-se do que buscava realizar.

um recorte analítico-estatístico, para nossa perspectiva, empobrecido. Os critérios acima fazem sentido a partir de uma configuração institucional historicamente específica (e.g. a participação na universalização do ensino fundamental e na expansão do médio, se concluído no período indicado, pressupõe que os entrevistados tenham nascido, o mais recuar, em 1973, não por um fetiche numérico arbitrário, mas por razões de força histórico-institucional). De maneira semelhante, na década de 1990 é justamente quando a maior parte das mulheres em idade economicamente ativa passa a integrar o mercado de trabalho. Consoante com este critério, a maior parte das ocupações de "salário de base" geradas na última década, concentra-se na faixa dos 25-34 anos (Pochmann, 2012, p. 32-5; 41; 94), e nossos entrevistados se encontram nela e em seu entorno próximo cujos valores são também bastante significativos. De qualquer forma, é fundamental estarmos atentos ao que Max Scheler se refere como linha fenomenológica, que pode ser traduzida no dizer, um tanto indelicado, de uma personagem do romance *Os Malavoglia* de Giovanni Verga: "pois que os jovens têm memória curta e olhos só para o levante; e para o poente só olham os velhos, os que viram o Sol se pôr muitas vezes." Em outras palavras, o espaço geracional com o qual estamos trabalhando inclui ciclos de vida distintos, com implicações no conceito de projeto em sua denotação prospectiva, de um porvir, gradualmente substituído por um 'ensimesmar' retrospectivo ao longo da vida, onde o passado é o que passa a ser crescentemente *projetado*. Mas o sentido histórico-objetivo desta projeção ascensional não se limita a *uma* faixa etária, ou a *um* ciclo de vida, os englobando num determinado *espaço geracional*, com marcos razoavelmente identificáveis de início (já mencionados), mas cujo fim é historicamente ainda indecidível; por isto a relativa porém controlável maleabilidade em termos de ciclo de vida para alguns entrevistados. Por sua vez, **e)** gênero e **f)** cor são distribuídos de modo convergente à reconfiguração das ocupações populares, com peso maior para mulheres, pardos e negros na medida em que são os atributos que passaram a predominar nas ocupações populares geradas nas últimas duas décadas. O crescimento da força de trabalho feminina justifica a relevância de sua mobilidade via mundo do trabalho pelo que, historicamente, esta via assume cada vez maior importância para a compreensão de seus horizontes ascensionais. No entanto, esta via não substitui por completo a do mercado matrimonial, mas a ela se combina (veremos no que diz respeito ao mercado matrimonial que a hierarquia ocupacional do marido ainda prevalece, em

média, superior a da esposa).[94] Um fator culturalmente essencial à conformação das condutas socioeconômicas, **g)** a religiosidade, como também teremos ocasião de observar, nos impôs um modo distinto de abordá-la: seria tão simples quanto insidioso seguir em nossa seleção os critérios de sua distribuição nas classes populares, pois percebemos no início exploratório do trabalho que praticamente todos os nossos entrevistados não se encaixavam no critério binário (sim ou não, x e/ou y) para uma determinada religiosidade (e.g. "evangélica"), ou se identificavam a si ou não como religiosos; via de regra, assim como as ocupações, eles atravessavam esta sociabilidade em algum momento de sua trajetória, de modo que esta lhes integrava o patrimônio de experiências ainda quando, no momento da entrevista, não a tivessem frequentando. Este traço, longe de acessório, é essencial às inflexões socioculturais que compõem as trajetórias populares em questão. Em **h)** termos geográficos, com o objetivo de manter a homogeneidade dos protocolos de investigação, todos os indivíduos habitam o estado do Rio de Janeiro no momento de nossa reconstrução biográfica,[95] local que bem representa as possibilidades ascensionais populares em todos os sentidos referidos acima (origem social; a diversidade da estrutura produtiva que permite uma mobilidade ascensional efetiva, ou seja para além de uma melhoria nos recursos dentro da mesma posição; o peso da religiosidade evangélica; a capitalização escolar e seus problemas institucionais, etc.) sendo que, ressaltamos, *nosso olhar não busca aquilo que uma região, ou um país, possuem de particular; antes, buscamos na particularidade presente numa região e num país, os elementos de uma problemática sociológica geral*.

[94] Para uma argumentação sobre os critérios de mobilidade feminina (e sua comparabilidade em relação à masculina), devido à grande – e na maior parte infrutífera – discussão sobre o assunto, cf. nosso apêndice metodológico C. Porém, seja qual for a formação social em foco, é inviável considerar a posição da mulher no mercado de trabalho como parâmetro *exclusivo* para imputar sua posição de classe, desconsiderando sua condição matrimonial. A sua importância histórica crescente, assim como o caráter inabstraível do gênero na composição experiencial das trajetórias, e por conseguinte nos projetos ascensionais, é o que deve ser destacado em consonância a tudo o que dissemos.

[95] Para a diminuição da mobilidade ocupacional ascendente para o Rio de Janeiro – único estado do Brasil a registrar queda – no período de 1976 a 1996, em detrimento do aumento da mobilidade descendente (a maior taxa do país para todo o período), envolvendo em grande medida a perda do dinamismo econômico (desindustrialização, declínio do peso da administração pública na PEA com a transferência da capital federal em 1960, entre outros fatores) obstaculizando desde a ascensão das frações populares até o estimulo à emigração de considerável contingente com alta escolaridade para outras regiões do país (como D.F. e São Paulo), além do recrudescimento da reprodução intergeracional tanto das frações médias (administradores, gerentes e supervisores do setor público ou privado) como as dominantes mais escolarizadas (como profissionais liberais, professores universitários, magistrados) cf. Pero (2008). Não obstante, ainda assim as taxas de mobilidade ascendente do estado continuavam a superar praticamente todos os estados situados fora do eixo sul-sudeste do país, além de receber, em anos recentes, uma considerável retomada de investimentos públicos e privados.

Assim, como *plano empírico primário*, utilizamos primeiramente um *corpus* sistematicamente reconstruído de trinta biografias, formando uma base de dados qualitativa, metodicamente orientada e detalhada conforme nossas inquirições e composta por entrevistas aprofundadas, semidiretivas realizadas com agentes sociais oriundos das frações populares selecionados conforme os critérios acima elencados.[96] O número das entrevistas está em função de um equilíbrio entre extensividade e intensividade, priorizando o controle sobre a *densidade do conteúdo*, no sentido de sua *exemplaridade sociológica*.[97] Mais uma vez, reforçamos que o objetivo não é a busca por inferências representativas da "população", i.e. do ponto de vista demográfico-estatístico, preocupação derivada, e sim, mais fundamentalmente, conforme Andrew Abbott e John Walton argumentam (1992, p. 53; 125-6), estabelecer as condições ou preocupações teoricamente orientadas *prévias* à qualquer representatividade estatística, por conseguinte por ela *pressuposta*, não respondível, e, por assim dizer, por ela não "representável". Se trata, assim, de longas reconstruções biográficas (cada relato levando horas de duração, sem limite temporal previamente estabelecido e variando conforme o caso) envolvendo detalhadamente o percurso e as práticas sociais relevantes em diversas esferas da vida em função das "variáveis", ou melhor, *variações existenciais* estabelecidas no capítulo anterior. A partir delas, viabilizamos a reconstrução das histórias de vida familiar (com todos os agentes relevantes, a variedade de suas propriedades sociais, formas de relação, práticas em comum etc.), comunitário-vicinal (idem, conformando uma espécie de paisagem vivida local, suas condições materiais), escolar (idem, diferenciando a relação com o ambiente, com suas regras, com alunos, professores, com os estudos, as tarefas de casa, o envolvimento ou não dos pais, parentes, amigos, etc., incluindo cursos extracurriculares, profissionalizantes, técnicos, universitários, quando é o caso), amistosa, no mundo do trabalho (percurso ocupacional, concomitância ou não aos estudos, formas de inserção, engajamento, relação com as atividades em si, com funcionários, patrões) ou no seio de toda e qualquer forma de sociabilidade (religiosa, sindical, artística, militar, etc., suas formas e graus de engajamento, tipos e força dos laços estabelecidos), ou evento biográfico (problemas de saúde, acidentes, crises, acontecimentos marcantes) cujo impacto experiencial se revele pertinente a sua biografia. Recordemos brevemente que

[96] Cf. apêndice A para o quadro resumido dos biografados e suas propriedades principais. A forma como foram selecionados será discutida no capítulo 5.
[97] Cf. apêndice B para o roteiro detalhado de entrevistas.

dependendo do modo como *variamos a escala de análise* no interior de cada uma das *variações existenciais* (como redefinimos as "variáveis") que definem uma condição de classe (origem social, categoria ocupacional, capitais econômico e cultural, etc.) podemos, por um lado, *priorizar o foco* em seus efeitos homogeneizantes por meio de grandes indicadores impessoalizados – o que fizemos por todo este capítulo, quando analisamos as condições histórico-estruturais de mobilidade popular num contexto de modernidade periférica. Mas, por outro lado, podemos igualmente, e sem contradição, *reajustar suas lentes* para revelar como aquela mesma condição compartilhada por um conjunto de agentes é refratada, particularizada, singularizada pelos agentes que a vivem. (Levi, 1989; Revel, 1998; Lahire, 2010; Lepetit, 1993; Gribaudi; Blum, 1990) Recordemos também que as *múltiplas socializações* (Lahire, 2002, 2013; Parsons, 1951a, 1951b) consistem no *dispositivo de mediação* teórico e metodológico que mobilizamos para compreender sociologicamente esta passagem entre o *geral* (uma determinada classe de condições de existência, suas inflexões histórico-estruturais) e o *particular* (sua inscrição nos horizontes ascensionais e projetos socioeconômicos).

Como *plano empírico complementar*, mobilizamos – já neste capítulo – bases de dados quantitativas (de fontes como IPEA, IBGE, OECD, CEPAL, OIT, etc.), quer dizer lentes de abstração de caráter por assim dizer "macro" e de temporalidade e historicidade mais longas, que venham a conferir o enquadramento histórico-estrutural que estes horizontes, em sua temporalidade e historicidade vividas, refratam singularmente. Também mobilizamos diversas fontes documentais (jornais, autobiografias) com o objetivo de entretecer pontes entre os interstícios do conjunto de dados principal (clarificar questões, desemaranhar fronteiras conceituais, enriquecer heuristicamente suas formas).

Esclarecidas estas questões, antes de prosseguirmos a analise dos horizontes e projetos ascensionais populares, é preciso lembrar que quando Bourdieu afirma que "o projeto mais individual não é senão um aspecto das expectativas estatísticas que são vinculadas à classe" (1977, p. 70), conquanto esta constatação seja em si mesma correta, no entanto é preciso ir além no sentido da compreensão sociológica dos projetos populares, sua heterogeneidade constitutiva, de modo a não lhe imputarmos uma suposta *indiferenciação*. Este modo de objetivação do social não vislumbra o potencial que a classe possui de explicar, também, a singularidade, esta não se reduzindo de modo algum a meros 'desvios-padrão' da universalidade de uma condição. É preciso que as

ciências do homem sejam capazes de identificar aquilo que há de mais individual nos projetos individuais enquanto *socialmente mediados e construídos por um complexo de relações inter-humanas* (familiares, escolares, aquelas tecidas desde a primeira infância) que co-participam justamente da concretude de uma situação de classe de modo mais complexo, multideterminado. As "expectativas estatísticas" de mobilidade consistem numa lente *correta*; porém que, se tomada unilateralmente, torna opaca a diversidade de sentidos que habitam e estruturam estes projetos, e que *influem*, portanto, nas variações e no vetor de sua própria balística.

Enfim, nesta reconstrução de trajetórias populares ascensionais por meio das forças sociais que nelas se fazem presentes enfocamos especificamente o modo como tais elementos se sublimam e transubstanciam em (portanto, não "causam") uma determinada relação com a racionalização econômica (gestão orçamentária, planejamento, previsão, extensão temporal das planificações, processos de deliberação e decisão, coordenação das práticas econômicas com outros familiares, cônjuge, formação de patrimônio, investimento ocupacional, em ativos de qualificação, etc.), *porém mais importante e englobando as modalidades de conduta econômica, como esta racionalidade mesma, assim como o vetor ascensional que a ela se associa, é absolutamente indissociável de sua inscrição numa trajetória social*; portanto, jamais sendo adequadamente compreendida quando dissociada de uma *projeção* socioeconômica mais ampla, com sua micropolítica experiencial e a densidade de seus engajamentos; a própria feição política assumida por estes horizontes socioeconômicos não é compreensível abstraída destas linhas de experiência que compõem as trajetórias populares em questão como pressupõe a intelectualmente rudimentar adoção de um modelo do ator racional para a compreensão da emergência dos 'interesses'. Enfocar a otimização recursiva (econômico-política) abstraída dos fins e do sentido de suas condutas é, além de não compreendê-las, desfigurá-las sob aparência de virtude conceitual.

PARTE II

TRAJETÓRIAS, HORIZONTES

4. Projetos ascensionais enquanto projeções existenciais

Motivações e ações socioeconômicas. Condições sociais de possibilidade de motivações e ações socioeconômicas racionalmente orientadas do ponto de vista capitalístico. O "Projetar" e o "fantasiar". O habitus econômico. A positividade semântica das orientações de conduta dominadas. Estudo de caso: a "escritora favelada" Carolina Maria de Jesus. Para além da racionalização da ação. Projetos ascensionais enquanto projeções existenciais. *Perpetuum mobile*. As linhas de experiência intrínsecas a sua multideterminação.

> Se, por conseguinte, entre os fins das ações a serem levadas a cabo há um pelo qual ansiamos por causa de si próprio, e os outros fins são fins, mas apenas em vista desse; se, por outro lado, nem tudo é escolhido em vista de qualquer outra coisa (porque, desse modo, prosseguir-se-ia até ao infinito, de tal sorte que tal intenção seria vazia e vã), é evidente, então, que esse fim será o bem e, na verdade, o bem supremo. Não será, pois, verdade que a procura pelo saber do supremo bem tem uma importância decisiva para a nossa vida? Não alcançaremos mais facilmente o que é devido se, tal como os arqueiros, tivermos um alvo a apontar? (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, II, 1094a18-25)

Reconstruímos, no capítulo anterior, enquanto preliminares a assentar o caminho de nossa investigação, alguns pontos fundamentais para o esclarecimento das *condições objetivas de possibilidade ascensional nos meios populares situados na periferia do capitalismo mundial*, neste caso sendo o Brasil uma declinação particular de uma *condição popular periférica* mais geral, *estruturalmente compartilhada*, embora de modos diversos, pela maior parte das camadas dominadas do mundo. Primeiramente, sublinhamos que a perpetuação de suas clivagens sociais, ao reproduzirem sistemicamente no seio de uma mesma formação social um *hiato entre condições de existência* que é objetivamente equivalente à distância mundialmente encontrada entre as frações economicamente dominantes dos países centrais e as camadas economicamente mais precarizadas dos países periféricos (Milanovic, 2006), longe de "atraso" em relação ao processo de modernização do país, participaram de sua dinâmica estrutural (alimentando por exemplo seu "milagre econômico"). Em seguida, também argumentamos que, da mesma forma impactando nas possibilidades ascensionais populares, é preciso levar em conta que a estrutura produtiva enquanto espaço objetivo de mobilidade – como no caso dos limites estruturais à imensa expansão na última década de ocupações no cinturão dominado – é incompreensível se analisada em termos lineares-evolutivos em face aos países centrais, visto que, de modo muito diferente,

coexistem relacionalmente com eles tanto mais quanto mais mundializada se encontra sua economia. Este espectro sócio-ocupacional e seu arco de possíveis ascensionais é *relativamente dependente* do movimento global da divisão internacional do trabalho, de modo que a condição popular periférica encontra-se sob uma *dupla subordinação* (interna-externa, direta-mediada, ou local-mundial). Posteriormente, não deixamos de observar que estas duas características resultam numa heteromorfia dos vínculos populares com os núcleos dinâmicos de acumulação, o que significa que o imenso subproletariado aparentemente "excluído" de sua expansão sistêmica na verdade se lhe aderiu diferencialmente por meio de sua enorme "flexibilidade" (seja regionalmente, pela absorção dos custos da expansão urbano-industrial seja, mais recentemente, na explosão do contingente informal no auge da reestruturação flexível na década de 1990). Após apontadas estas injunções básicas a que está estruturalmente submetida a condição popular periférica, nos habilitamos a delinear com maior segurança o alcance e os limites de algumas *inflexões* nas últimas décadas cujos ritmo e fisionomia resultam daquela própria dinâmica estrutural, de seu *realinhamento interinstitucional, não de sua transformação*. Estas inflexões, ou melhor o entrecruzamento de alguns destes fenômenos, passam a ser indispensáveis à *construção de uma sociogênese das trajetórias e dos horizontes ascensionais-populares, principal objetivo de nosso trabalho*. Assim, dentre alguns fatores (como o realinhamento neodesenvolvimentista-flexível na condução estatal, ou ainda o afluxo feminino no mercado laboral) observamos por exemplo que a taxa de apropriação, por parte dos rendimentos oriundos do trabalho, do volume econômico global em relação à fração econômica das classes superiores (cujos rendimentos são caracterizados principalmente por lucros, juros, renda da terra e imobiliária) tem aumentado de modo considerável (embora nada garanta sua durabilidade e constância), amenizando em algum grau a precariedade que ainda caracteriza a maior parte de seus detentores quando comparados ao mesmo poder de apropriação auferido pelo trabalho nos países de capitalismo central; paralelamente, a maior apropriação no interior dos próprios rendimentos oriundos do trabalho pelas classes populares (neste caso envolvendo principalmente sua relação aos segmentos médios e superiores que dependem deste tipo de recurso), especialmente pelas suas frações subsistêmicas, também acompanhou este movimento, por meio da atenuação-gerenciamento institucional do afastamento de suas urgências materiais mais prementes, embora esta correlação de forças se mantenha ainda em patamares tipicamente (semi)periféricos. Ponderamos que estes elementos somente podem ser entendidos para

além da mera *contingência* se associados ao aumento na capitalização cultural de significativo e crescente contingente das camadas populares, o que se por um lado engendra o conhecido efeito de inflação de diplomas pelo movimento de compensação visado pelas outras camadas sociais, não deixa de possuir, quando prolongado e conjugado à experiência da "ascensão" socioeconômica, um impacto sociocultural em seus agentes, particularmente suas gerações mais jovens. Este imperativo sistêmico-agonístico de capitalização escolar, ademais, se enquadra na recomposição setorial do capitalismo contemporâneo na qual predomina a imensa expansão de postos de trabalho da última década, inclusive de posições relativamente menos estigmatizadas ou mais valorizadas no cinturão dominado, as quais pela relativa mas real indeterminação objetiva de suas fronteiras com as posições mais vulneráveis dos segmentos médios, assim como pelas novas exigências profissionais, expectativas e pressões requeridas por seus traços funcionais envolvendo relativamente mais intersubjetividade do que interobjetividade, as inserem em horizontes distintos de sociabilidade e de anseios. Por fim, ressaltamos que se encadeando com estas reacomodações interinstitucionais, já se encontrando predominantemente urbanizadas e tanto mais escolarizadas quanto mais novas suas gerações, emergem nos meios populares linhas heterogêneas de sociabilidade e experiência transversais umas às outras de forma conflitiva e muitas vezes concorrente, tais como a exponencial irradiação da religiosidade "evangélica" registrada nas últimas três décadas, ou ainda as reconfigurações na demografia e composição familiar ("segunda transição demográfica"), ou ainda a maior diversificação e polivalência da 'produção e consumos culturais' (indicados pelo aumento do uso das redes digitais), cada um destes fatores potencializando o efeito de todos os outros pela *conjugação de suas forças*. Estes efeitos não se resumem a *uma* determinada geração, ou a *um* intervalo geracional precisamente delimitado, mas ao espaço geracional de todas as sucessivas novas gerações populares de maneira incontornável e num período incalculável; ao mesmo tempo, eles atuam não somente em termos de diferenciação intergeracional, pois *incidem no seio de uma mesma geração,* instaurando assimetrias entre seus integrantes (inclusive no interior de uma mesma família) em função de sua desigual capitalização escolar, da posição ocupada na diversidade inerente à complexidade do tecido dominado, assim como de suas múltiplas experiências socializantes a partir das quais vivem sua condição, por conseguinte, os estratificando quanto ao vetor de suas disposições economicamente pertinentes e seus esquemas reflexivos, do que resulta práticas em face do sistema econômico que expressam um

complexo de condutas que variam desde a perpetuação de sua condição até possibilidades ascensionais comparativamente mais amplas. Em qualquer caso se trata de *orientações de conduta*, cujo resultado é não mais do que *provável*. Todo este caminho percorrido nos alicerçou, recordemos, para o estabelecimento de nossos protocolos de investigação e dos *critérios de seleção de nossas trajetórias biográficas em função da exemplaridade quanto à nossa problemática sociológica*, exemplaridade mediada pela mobilização de dados estatísticos ou quaisquer outras fontes que a complementem.

Tendo assim estabelecido as condições objetivas de possibilidade ascensional para as trajetórias populares, lembramos as palavras de Jacques Revel (1998) de que a "experiência dos atores" não pode mais ser desconsiderada da interpretação dos fenômenos históricos de que são integrantes e constitutivas. Em sua argumentação acerca das abordagens da micro-história, onde compartilha preocupações com autores como G. Levi (1989), B. Lepetit (1993), ou ainda de um modo um pouco mais problemático e unilateral, Gribaudi e Blum (1990), o historiador defende que elas buscam não somente exceções ou desvios, mas propõem "explicar a lógica da significação dessas experiências em sua singularidade. Não para ceder novamente à vertigem do individual, quando não do excepcional, mas com a convicção de que essas vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da 'grande' história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa", onde, não havendo oposição entre histórias globais e locais, continua Revel, "o que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global." (1998, p. 12; 28) É então em íntima conexão com a *modificação no foco da escala de análise* que o autor nos expõe a necessidade de elaboração de estratégias investigativas não mais baseadas sobretudo na "medição de propriedades abstratas da realidade histórica", e sim, numa inversão do olhar, que nos possibilitem "*integrar e articular entre si o maior número dessas propriedades*", revelando tramas antes inacessíveis. (Ibid., p. 21, grifos nossos) Já tendo evidenciado em outro momento de nosso percurso a maneira como determinadas condições de classe se refratam, se concretizam, se modulam e singularizam na *tessitura dos projetos ascensionais-populares*, especialmente em suas trajetórias ascendentes, procedimento realizado por meio da mobilização das múltiplas instâncias de subjetivação enquanto dispositivo de mediação entre estas escalas (Lahire, e.g. 2001, 2010) e, simultaneamente, tendo também

ressaltado a importância da *tomada de consciência da escala de análise implícita em toda e qualquer objetivação* (Lepetit, 1993), do que resulta o recurso a sua alternância enquanto meio de produção de conhecimento, o objetivo deste capítulo, por sua vez, consiste na investigação acerca da *natureza dinâmica de tais projetos*, sentido maior de nosso trabalho.

4.1 Motivações e ações socioeconômicas

Nosso foco não possui, nem o poderia, uma ingênua pretensão exaustiva em descrever todas as ressonâncias subjetivas implicadas nas recentes inflexões histórico-estruturais recém-descritas, fosse ainda no escopo das razões e ações economicamente referenciadas. As experiências envolvidas em uma relativa "melhoria" nas condições econômicas (que vai muito além da mera percepção e disponibilidade de mais recursos porquanto mobiliza toda *uma nova relação com as possibilidades e anseios existenciais*); em uma socialização escolar mais prolongada (que, embora fortemente associada ao "insucesso" nos resultados, sobretudo nas instituições voltadas aos meios populares, inscreve em seus membros independentemente do maior ou menor domínio dos conteúdos uma nova relação consigo e com o mundo, todo um novo código de valores e condutas *inexistentes* no ambiente familiar e comunitário-vicinal); na assunção de ocupações as quais, embora dominadas, requerem novas exigências e horizontes distintos dos postos simbolicamente mais desvalorizados e objetivamente mais vulneráveis e precarizados na hierarquia do trabalho; experiências heterogêneas que podem ainda se associar a uma multiplicidade de outras esferas da vida, constituem, todas elas, espaços de subjetivação que, por um lado *irredutíveis* entre si, por outro, conformando um determinado *mundo comum* pela sua interpenetração, se enfeixam nas trajetórias populares em questão engendrando, pela *força de sua atuação conjunta*, uma variação absolutamente inesgotável de efeitos estruturantes da personalidade envolvendo todos os aspectos da vida (o trabalho, o lazer, o corpo, as formas da sensibilidade, a sexualidade, as orientações normativas, volitivas, as "vocações", etc., etc.), diversidade multiplicada *ad infinitum* em função das origens sociais, cor, geração, gênero,... Não obstante, todo este complexo de modificações indissociavelmente objetivas e subjetivas possui repercussão privilegiada no *conjunto de práticas socioeconômicas orientadas justamente à objetividade desta nova condição*

ascensional, tornando-se assim permeáveis a nossa investigação. Por conseguinte, as condutas pertinentes à nossa cartografia dos projetos socioeconômicos são aquelas orientadas, direta ou indiretamente, aos investimentos i) econômico, ii) escolar ou em ativos de qualificação e iii) no mercado laboral (ou na formação de microempreendimentos), quer dizer, as disposições, razões, estratégias e ações efetivamente envolvidas na nova posição estruturalmente situada, suas tendências à reprodução, ascensão ou descenso, expressas, por exemplo, na gestão orçamentária (suas práticas relativas à poupança, ao crédito, ampliação patrimonial, consumo, etc.), em seus modos de mobilização do capital cultural (hiperinvestimento escolar ou subutilização, pragmatismo ou adesão incondicional, ambivalência, indiferença), nos termos em que se estabelece uma reflexividade profissional (racionalizada em termos de carreira e canalizadora de anseios vocacionais ou não mais do que simples obrigação instrumental no mercado de trabalho desprovida de realização pessoal), nas modalidades de alocação dos eventos familiares – como casamento, natalidade – em um ciclo de vida planejado, negociado, etc., em suma, *práticas intimamente associadas a sua nova vinculação socioeconômica à estrutura social*.

Neste sentido, por um lado, poderíamos retomar as clássicas definições de Weber para quem "se economia significa algo, então na prática ela é a escolha previdente entre *fins* precisamente, ainda que se *oriente* pela escassez dos meios que parecem disponíveis e acessíveis para estes vários fins." (2000, p. 38, ênfases aqui e a seguir no original) Isto significa que, embora abranja em sua esfera de ação "o critério de racionalidade para a técnica" cuja referência é sempre relativa à utilização dos meios disponíveis, no caso "os mais apropriados" para determinado fim e onde o caráter óptimo do resultado apenas pode ser conhecido em referência a estes meios, por sua vez o caráter propriamente "econômico" emerge quando, além dos meios, se pondera sobre os "fins" (ou "interesses") a eles articulados, havendo explicitamente o que Weber se refere como "um problema de comparação de *finalidades*." (Ibid., p. 38-39) Assim, em sua especificação conceitual, a economia se orienta primariamente pelo elencar e comparar fins entre si (dadas as possibilidades instrumentais), enquanto a técnica pela comparação dos meios entre si (dados os fins) no sentido de seu emprego optimal. Por consequência, englobando necessariamente a questão da técnica, i.e. dos meios considerados enquanto recursos escassos, no entanto sem a ela se reduzir, "limitar-nos-emos aqui a falar de economia quando temos, por um lado, uma necessidade ou um

complexo de necessidades e, por outro, uma reserva de meios e ações possíveis para satisfazê-las considerada *escassa* pelos agentes tornando-se esta situação a causa de um comportamento específico que a tem em conta. Obviamente é aqui decisivo para um comportamento racional referente a fins, que essa escassez é *subjetivamente* suposta e que as ações são orientadas por esse pressuposto." (Ibid., p. 229) Entretanto, por outro lado, se nos impõe lembrar que esta abordagem formalista é *dialeticamente superada* em suas investigações substantivas, especialmente em sua sociologia da religião em que determinadas ações são simultânea e inextricavelmente econômicas e religiosas, atravessando duas esferas da vida as quais, mais do que sua delimitação aprioristicamente formal (aqui sociologia econômica, lá sociologia da religião), são justamente sua afinidade eletiva e conexão existencial enquanto expressões históricas de um processo de desencantamento do mundo o elemento decisivo e onde certamente se encontra sua maior contribuição.

Com efeito, para caracterizar nosso enfoque no decorrer de nosso trabalho viemos mobilizando preferencialmente termos como 'orientação' ou 'conduta socioeconômica' (e não apenas 'econômica'), ações 'economicamente referenciadas' (no lugar simplesmente de 'ações econômicas'),[98] além de intercalarmos indistintamente os termos 'projetos', 'projetos socioeconômicos' ou 'projeções existenciais'. Estas alternâncias semânticas aparentemente fortuitas não são sem motivo, e, na verdade, refletem a questão absolutamente cardinal a todo nosso trabalho. Se nosso foco consiste na investigação sociológica de *mobilidades no seio das classes populares*, quer de micromobilidades no interior de uma mesma categoria ocupacional ou de deslocamentos entre categorias imediatamente próximas que, algumas vezes, oscilam na indiscernibilidade *objetiva* de seus limites estruturais (que são também *subjetivamente* vividos desta forma, inclusive expressando as contradições e conflitos daí decorrentes), *do ponto de vista da sociogênese de seus horizontes ascensionais*, quer dizer, do arco de motivações e ações relativas precisamente a esta (nova) condição objetiva, nosso *leitmotiv* demonstrativo e hipótese de trabalho está em que sua compreensão, naquilo que possuem de mais fundamental, demanda a consideração de sua *multideterminação*

[98] Retendo o aspecto de sua conceituação pertinente a nossos propósitos, Weber denomina "'ação economicamente orientada', em oposição à 'gestão econômica' toda ação que esteja primordialmente orientada [...] por outros fins, mas em seu curso toma em consideração a 'situação econômica' (a necessidade subjetivamente reconhecida da provisão econômica) [...]." Ao contrário, e esta oposição é importante, "'gestão econômica' significa, portanto, [...] uma orientação *subjetiva* e *primariamente* econômica. (subjetiva porque o que importa é a crença na necessidade da provisão, e não a necessidade objetiva desta.)." (2000, p. 38, grifos no original)

existencial; por conseguinte, *não há projeto ou prática econômica* particulares que não pressuponham tal horizonte de possíveis onde encontram seu nexo, sua verdadeira razão de ser, ainda que esta razão de ser expresse toda sorte de conflitos, estranhamentos e obliquidade inerentes à natureza do encontro de linhas de experiência que constituem sua trajetória.

Isto em conta, analisaremos as implicações das recém-descritas inflexões históricas (neste caso, especialmente no que diz respeito à maior capitalização cultural e econômica das classes populares) enquanto condições sociais de possibilidade para a consecução de esquemas de ação econômica mais racionalizados da perspectiva de sua efetividade sistêmica, visto possuírem importância intrínseca aos projetos socioeconômicos; consistem em sua *conditio sine qua non*. Não obstante, o que é decisivo e será discutido com pormenor ainda neste capítulo assim como em toda a sequência deste trabalho é o fato de que, isto posto, a questão que buscamos responder não consiste em arguir se estas práticas econômicas são mais ou menos racionalizadas. Do ponto de vista capitalístico teremos ocasião de testemunhar que o são, embora predominantemente em termos "materiais" e não "formais" (Weber, 2000, p. 52-53).[99] Mas esta constatação é preliminar e, como tal, importa tão somente na medida em que levarmos em conta que *esta racionalidade é colonizada, ela mesma instrumentalizada, modelada, tensionada por motivações que a entranham, densificam, dotam de sentido e de efetividade histórica*.

4.2 Condições sociais de possibilidade de motivações e ações racionalmente orientadas do ponto de vista capitalístico

O "Projetar" e o "fantasiar"

[99] A "racionalidade formal" se refere à produtividade e à rentabilidade econômica exclusiva e incondicionalmente (i.e. por "considerações de caráter numérico e calculável") como lucro, juros, e rendimentos oriundos do capital; por sua vez, a "racionalidade material" envolve o cálculo ótimo dos meios porém submetido a "exigências éticas, políticas, utilitaristas, hedonistas, estamentais, igualitárias," etc., ou seja "procedendo assim de modo racional, referente a valores", embora veremos que 'referente' não somente a valores, mas a relações interpessoais, compromissos intrafamiliares, anseios existenciais, identitários, medos e sentidos múltiplos.

Sabemos que a demonstração da *historicidade*, e como corolário a *desnaturalização*, das formas capitalísticas em geral e do *homo oeconomicus* que lhe é correlativo em particular consiste numa das mais importantes dimensões pelas quais pode ser lida a emergência da sociologia, problemática unificadora de suas distintas tradições fundadoras, ainda que tal compreensão continue a passar em branco em inúmeras abordagens que, ainda na atualidade, se limitam a sociografar – quantitativa ou qualitativamente – e se deixar instrumentalizar teórica e metodologicamente por um senso comum que deveriam, antes, objetivar e explicar. Não é por outra razão que qualquer análise de uma condição estruturalmente dominada, associada a um maior ou menor despojamento de recursos econômicos, escolares, patrimoniais e de probabilidades ascensionais, caso venha a enfocar *unilateralmente* sua dimensão 'material' em termos econômicos ou ocupacionais (e.g. os diversos estudos sobre "pobreza" ou sobre "estratificação social", convencionalmente referidos como "desigualdade de condições" e de "oportunidades"), estará suscetível a equívocos indissimuláveis; este aplainamento da *dimensão cultural desta condição*, em consequência, da estruturação subjetiva de seus agentes e, assim, de sua efetiva atuação em suas ações economicamente orientadas no sentido weberiano apontado acima, equivale a *pressupor*, de modo acrítico e ahistórico, que os indivíduos em questão são 'naturalmente' ou o devessem ser pelas 'exigências' do modelo – o resultado sendo o mesmo – "atores racionais" na acepção estrita e unidimensional da otimização instrumental com vistas à maximização de utilidade marginal em qualquer ação no interior de determinado sistema definido aos moldes de um mercado de bens escassos (seja ocupacional, matrimonial, escolar, econômico...), agentes econômicos universais e abstratamente intercambiáveis cuja orientação de conduta e estrutura psíquica se apresentam, assim, como *supostamente desentranháveis* da própria condição sócio-histórica particular de que se originam. Se, o que é central para nossa argumentação, um conjunto de anseios e expectativas só assume a fisionomia de um *projeto* – no sentido que lhe estamos atribuindo – quando *se estrutura por uma recursividade e uma racionalização habilitadoras*, estas, enquanto sua condição de ser, estão longe de se encontrar na natureza das coisas e dos homens.

A respeito deste objetivamente necessário entranhamento dos projetos no mundo, de fato até mesmo Sartre, o mais insuspeito de determinismo técnico em sua ingenuamente obstinada apologia da liberdade existencial inerente à natureza da

consciência, esta tomada como fluxo translúcido e incondicionado pelo qual as coisas vêm ao mundo enquanto mundo humano, se vê obrigado a admitir que "o projeto deve *necessariamente* atravessar o campo de possibilidades instrumentais. Os caracteres particulares dos instrumentos o transformam mais ou menos profundamente; eles condicionam a objetivação." (1960, p. 103, grifo nosso) Uma interessante precisão sobre este ponto nos é fornecida por outro fenomenólogo, Schütz, através de sua distinção entre "fantasiar e projetar". (1979, p. 138-142) O termo "ação" por ele empregado se diferencia da simples "conduta" na medida em que supõe um "projeto preconcebido", antecipado pelo ator. Deste modo, "todo projetar consiste numa antecipação da conduta futura por meio da fantasia... Porém, projetar é mais do que apenas fantasiar. O projeto é a fantasia motivada pela intenção posterior, antecipada, de desenvolver o projeto. A possibilidade prática de desenvolver a ação projetada, dentro do quadro imposto da realidade do *Lebenswelt*, é uma característica essencial do projeto. No entanto, ela depende de nosso estoque de conhecimento à mão na ocasião do projeto." (Ibid., p. 138) E é justamente esta "referência [...] a um estoque de conhecimento à mão [o] que diferencia o projetar do mero fantasiar", possibilitando o agenciamento dos meios empregados em função dos fins visados que estariam ao alcance "real ou potencial" de si ou de qualquer agente, quer dizer, não pela variação ao bel prazer das ficções e sim pelo ancoramento a um quadro verossímil da realidade, ainda que inevitavelmente estabelecido de modo aproximativo, por um cálculo não mais do que estimado dos riscos envolvidos. Assim, a "viabilidade prática" não apenas condiciona este "projetar desempenhos ou ações em aberto" no sentido instrumental-recursivo; ela opera de seu interior enquanto *motivação* de sua realização. (Ibid., p. 138-140) Não se trata evidentemente de uma determinação material, porém de uma *inerência*, de maneira que a nosso ver toda constelação de projetos socioeconômicos se esboça tendo como pano de fundo implícito um determinado horizonte de possíveis ascensionais cujos distintos graus de opacidade e linhas de definição variam conforme os saberes e orientações práticas disponíveis, mobilizáveis. E esta distinção entre "projetar" e "fantasiar" nada possui de teoricamente arbitrária visto que nos é fornecida, *com termos empregados de forma inteiramente espontânea,* por um de nossos entrevistados[100] que assevera: "pra você imaginar algo, sonhar com algo, primeiro você precisa projetar: ter um projeto pr'aquilo dali, porque senão não adianta, não é um

[100] Entrevista 30 (cf. quadro das reconstruções biográficas no apêndice A).

sonho é uma fantasia, é algo que você quer mas você nem tenta e nunca vai conseguir, porque a diferença de sonho pra fantasia é bem grande." E não por acaso, outro entrevistado,[101] ao pronunciar juízo negativo acerca da conduta de sua irmã, então demitida, complementa a pertinência de tal arquitetura entre motivações e ações para os agentes mesmos, em termos igualmente espontâneos: "essa minha irmã é muito complicada, ela tem uma filhinha mas ela vive num mundo de muita fantasia, ela fantasia muita coisa. Ela é passista da Flor da Pedra, então ela acha que vai ser um dia uma dançarina famosa, ela fantasia muito isso. Hoje ela tá acordando, pelas conversas que ela tem comigo ela fala que ela quer trabalhar pra ajudar o esposo dela, ou pra ajudar a filha dela [por]que as vezes ela quer comprar as coisas para a filha dela mas não tem como comprar", irmã que "se Deus quiser vai conseguir arrumar um empreguinho."

O habitus econômico

É esta importante diferenciação entre condutas econômicas centradas em "aspirações razoáveis" e caracterizadas por "uma consciência temporal aberta e racional", comparativamente àquelas calcadas não mais do que no "sonho" e no "futuro utópico" enquanto "negação imediata e mágica do presente" dos que nele se encontram demasiadamente subjugados para transcender suas urgências (1977, p. 70-81), que se apresenta desenvolvida nas pesquisas empreendidas por Bourdieu na região argelina da Kabilia, na década de 1960. Nestes trabalhos o autor releva a *dissonância* engendrada pelo (des)encontro histórico entre uma estrutura capitalista recém imposta colonialmente e os habitus econômicos tradicionais ou "pré-capitalistas". Oriundos de uma economia tradicional, os agentes econômicos kabila deparar-se-iam com os imperativos de "reinventar" cotidianamente, com sucesso variável conforme sua condição econômica e cultural, tudo aquilo que a teoria da ação racional lhes atribui como traço inato ou inscrito na natureza humana: a noção de *trabalho* na acepção moderna do termo, incluindo seu aspecto utilitário e remuneratório em oposição à troca de serviços tradicionais; a transação impessoal de *mercado*, em nada assemelhada às trocas entre familiares e conhecidos mediadas pela honra, obrigações morais e caução

[101] Entrevista 27.

pessoal; a concepção abstrata de *investimentos* de longo prazo em contraposição ao simples armazenamento e à orientação diretamente experienciada pelos ciclos produtivos e suas demandas concretas; a sanção ética do *empréstimo a juros* em todos os requisitos e implicações que tal prática assume para as relações inter-humanas; o recurso ao *contrato* enquanto dispositivo jurídico mediador e fiador das transações econômicas, abstraindo em sua formalização a palavra, e autonomizado em relação a uma economia moral restritiva do cálculo puramente utilitário; em suma, noções que se entrecruzam num sistema de relações representado enquanto mercado, cujo equilíbrio se imputa menos à regulação comunitária do que por meio da busca generalizada da maximização individualizada das possibilidades de utilidade marginal. (2000, p. 14-15) É assim que seus agentes mais vulneráveis, não mais orientando sua conduta pelos mecanismos de uma economia moral tradicional em decomposição, tampouco subjetivamente ajustados aos pré-requisitos objetivos de uma estrutura econômica de tipo capitalístico, conformariam nas regiões urbanas um subproletariado migrante que, "encerrado no presente, [...] não conhece senão o futuro sem amarras do devaneio", detentor de um "irrealismo onírico" associado a uma "incoerência entre as opiniões", expressões de indivíduos que, clivados e desenraizados culturalmente, encontram-se, ao mesmo tempo, demasiado submetidos às urgências do cotidiano para as transformarem econômica e politicamente. O subjugo a condições sociais as mais degradantes e uma "experiência dramática marcada pela incoerência" não seriam em si suficientes para a concepção de uma ordenação alternativa das coisas, uma "tomada de consciência" política sistemática para além da naturalização ou da compreensão afetivamente mediada, tão expressiva quão resignada ("a revolta do sentimento"), manifestas numa visão *pessoalizada* e *particularizada* das forças sistêmicas. "Numa palavra, a alienação absoluta aniquila a consciência mesma da alienação." (1964; 1977, p. 67; 78-80) De modo diverso, o realismo das aspirações ou sua plausibilidade objetiva tenderia a aumentar à medida que se elevam as camadas sociais consideradas e seu correspondente *distanciamento* dos riscos do desemprego estrutural, das condutas oscilantes ao ritmo do subemprego mais ou menos permanente, do casualismo típico da imersão em oportunidades imediatas e imediatamente descartáveis, da irregularidade de rendas precárias à própria subsistência individual ou familiar ou ainda da completa submersão em uma condição de miséria. Dito de outro modo, para que as ações econômicas tenham condições de se coordenar ao modo de um "plano de vida" orientado por uma "consciência sistemática e racional do sistema econômico", a qual não consiste em outra

coisa senão na aquisição dos pré-requisitos subjetivos ajustados aos imperativos de uma estrutura objetiva capitalística (planejamento profissional com cálculos de tempo e investimentos econômico e/ou escolar, organização e otimização da gestão orçamentária familiar, etc.), *se pressupõe necessariamente* uma suspensão do impacto das pressões econômicas prementes, um afastamento das urgências mais básicas e da subsunção à luta pela subsistência cotidiana, logo uma suficiência de garantias mínimas, além de uma certa regularidade nos rendimentos (possibilitando simplesmente sua previsibilidade e planejamento), assim como, igualmente indispensável, a posse ou a aquisição dos atributos e esquemas culturais a elas correspondentes.[102] (Ibid., p. 67-71) Não se trata exclusivamente da plausibilidade objetiva das expectativas; com ela, ou a partir dela, haveria uma ampliação ou estreitamento dos horizontes de possíveis conforme a maior ou menor disponibilidade de propriedades objetivas pelos agentes sociais em questão, cumplicidade ontológica característica de um determinado tipo de habitus econômico: "produzidas por uma classe particular de condições materiais de existência, objetivamente apreensível sob a forma de uma estrutura particular de chances objetivas – um *futuro objetivo* –, as disposições em relação ao futuro, estruturas estruturadas, funcionam como estruturas estruturantes, orientando e organizando as praticas econômicas da existência cotidiana, operações de compra, poupança ou crédito, assim como as representações políticas, resignadas ou revolucionárias. Aqueles que, como dizem, não têm futuro, possuem poucas chances de conceber um projeto, individual, de forjar seu futuro ou de trabalhar no advento de um outro futuro coletivo." (1977, p. 7-8) Seria, portanto, nesta "relação ao futuro inscrita nas condições materiais de existência" que se encontraria a fronteira entre o subproletariado e o proletariado, os primeiros suscetíveis à desorganização da conduta pelo desenraizamento e interiorização contraditória de princípios heterogêneos (que o fenômeno do "sabir culturel" expressa com clareza particular), contrastando com os segundos, em sua

[102] Em suas palavras, "que se estime as necessidades da família ou que se vislumbre o futuro das crianças – que aparecem como um encargo a partir do momento em se passe à preocupação concreta com seu futuro e, particularmente, com sua educação –, que se vislumbre seu próprio futuro profissional ou que se porte juízos gerais sobre a sociedade, as opiniões se tornam mais realistas, quer dizer mais estritamente conformes à realidade, e mais racionais, quer dizer mais estritamente submetidas ao cálculo, à medida que se elevam as possibilidades efetivas (das quais o nível de instrução e o rendimento são bons indicadores)." (1977, p. 69) É neste sentido que sublinha: "o acesso ao *patamar de calculabilidade* (ou de investimento), que é marcado essencialmente pela posse de rendimentos capazes de liberar da preocupação com a subsistência, coincide com uma profunda transformação das disposições: a racionalização da conduta tende a se estender à economia doméstica, local das últimas resistências, e as disposições compõem um sistema que se organiza em função de um futuro apreensível e controlável pelo cálculo e pela previsão." (Ibid., p. 71, grifos no original)

sistematização das disposições econômicas e políticas, regularmente empregados e assalariados, cuja organização propiciaria "um domínio suficiente do seu presente para empreenderem a reapropriação de seu futuro." (1977, loc. cit.; 1964, p. 161-170) Por tudo isto, levando igualmente em conta suas investigações no mercado imobiliário francês, se constata que "o acesso às condutas econômicas as mais elementares (trabalho assalariado, poupança, crédito, regulação de nascimentos, etc.) não é de modo algum auto-evidente [...]": as modalidades de racionalização da ação e o tipo de homem que ela subentende – com suas disposições prospectivas e calculadoras (absolutamente distintas da mais ou menos simples e universalizável "capacidade" de calcular), noções tomadas por Bourdieu do espírito de cálculo e de previsibilidade das análises históricas de Sombart – são *produtos históricos particulares, com condições econômicas e culturais de existência*, "um caso particular de habitus econômico historicamente situado" em nada aparentado à ingênua antropologia formalizada nos modelos econômicos ortodoxos. Esta corrente hegemônica da ciência econômica, ao imputar à natureza dos atores uma estrutura subjetiva e orientação da conduta que são tudo menos espontâneas, necessárias ou universais, ao colocar "entre parênteses" sua sociogênese e, por consequência, elevar ao status de moral universal os preceitos de uma economia particular – as 'virtudes' da "previdência, abstinência ou poupança", posteriormente recompensadas com as benesses do consumo e usufruto, acesso ao crédito – não somente nas origens do capitalismo e sim até os dias atuais, consagrariam com ares de cientificidade aquilo que, na realidade, *performam normativamente*. (1977, p. 8; 2000, 14-18; 2003, p. 79; 83)

E se Bourdieu estende sua abordagem para as "frações declinantes da classe trabalhadora nas sociedades avançadas" – normalmente descritas pela linguagem positivista e "pseudo-técnica" da "*underclass*" no caso norte-americano ou da "exclusão" na Europa –, as quais parecem reproduzir em diferente contexto de "desenvolvimento" uma dissonância entre suas disposições frente às exigências da "nova economia polarizada de serviços" análoga àquela experienciada em contexto colonial pelo subproletariado kabila (2003, p. 84, nota 15), o mesmo faz Oliver Schwartz (1990) quando sublinha a existência de um efeito de "insegurança cumulativa" nas famílias populares mais precarizadas desta nova economia. Se esta *cumulatividade* se apresenta como corolário indireto de sua própria condição, não deixa de obstaculizar ela mesma a superação de sua reprodução estruturalmente dominada:

"no conjunto de determinações que formam a insegurança cumulativa, importa sublinhar uma, que toca de perto nossa pesquisa: os elementos biográficos que nos fornecem os atores deixam transparecer, de maneira bastante impressionante, quão cedo a precariedade começou para eles, lhes afetando todos os pontos de suporte familiar. Bem antes da entrada no mercado de trabalho, são histórias familiares marcadas por lutos, abandonos, perdas, violências, o que eles nos fornecem." (Ibid., p. 168) Como resultado, estes agentes apresentam maiores dificuldades em resistir ou fazer frente a momentos críticos, não contando muitas vezes com uma "rede de parentesco estável", ausência de suportes que tende a engendrar, para além e mais imperceptivelmente do que qualquer espécie de capital social, "uma relação ao mundo social globalmente dominada pelo medo." (Ibid., p. 168-169) Contudo, não é somente nas frações mais vulneráveis dos meios populares que esta *relação particular com o mundo* se manifesta, porquanto observamos nos relatos de nossos entrevistados, cujas trajetórias são *ascensionais*, que o sentido de sua conduta econômica é inextricável a um senso da vida com imensa frequência marcado pela insegurança existencial (quando se sentem exigidos, pressionados e tacitamente avaliados quanto ao desempenho de certas competências em contextos educacionais, laborais ou mesmo lúdicos), além de atravessado por um sentimento de inferioridade moral (o sentir-se *indigno* em entrar num *shopping center*, em participar de uma interação ainda que amistosa e informal com um determinado grupo de pessoas mais escolarizadas, em assumir determinados postos de trabalho, para não mencionar seus efeitos de ensimesmamento, timidez, etc.), que nestes casos parecem *intensificados pela ascensão mesma*. Neste caso, resultam do *expor-se* – na dupla acepção de se fazer visível e pôr-se a descoberto, i.e. estar *presente* mas *despido* – em face dos pré-requisitos (um modo de se portar, de se expressar ou usar as palavras, de gesticular, se vestir ou, simplesmente, estar) mais ou menos efetiva ou imaginariamente supostos por uma determinada instituição, ambiente, situações, pessoas, que podem assim ser experienciados simultaneamente enquanto admirados e hostis, e que, até então, mostravam-se ou inacessíveis ou frente aos quais se passava à margem – de preferência inapercebido – no cotidiano.

A positividade semântica das orientações de conduta dominadas

Com efeito, consoante ao que já expomos em capítulos anteriores, é fundamental que não venhamos a confundir esta *dissonância* entre esquemas culturais populares e determinados requisitos sistêmicos, enquanto *expressão de uma condição dominada*, com uma *negatividade em si* dos primeiros: um agenciamento "irracional" – e o termo tradicionalmente reificado dificilmente poderia ser mais falacioso em sua normatividade implícita – ou *suboptimal* dos meios disponíveis do ponto de vista de uma ação economicamente eficaz se apresenta, todavia, enquanto *positividade* em sua consistência experiencial própria e sua significação vivida. A efetiva dissonância, quando não contradição, entre de um lado determinados conteúdos semânticos e orientações de conduta populares, principalmente mas não exclusivamente em suas frações mais vulneráveis, e por outro modalidades de ação racionalizadas do ponto de vista capitalístico (o gerenciamento orçamentário de um casal, o investimento educacional dos filhos, a planificação *optimal* das possibilidades no mercado de trabalho em função dos recursos disponíveis, a planificação dos ciclos de vida, a conformação de um patrimônio familiar enquanto horizonte a organizar as ações) reflete lógicas agenciais dessemelhantes, ou seja um modelo e um contra-modelo, e de modo algum um modelo e um não-modelo (este último suposto enquanto pura ausência ou, ainda, caoticidade de seus elementos constitutivos). O que torna a situação ainda mais complexa no caso das trajetórias populares ascensionais é o fato de seus agentes *vivenciarem esta ambivalência de modelos de conduta também no interior de si, enquanto micropolítica* – muitas vezes sob a forma de 'drama pessoal' – onde oscilações, ambiguidades, hesitações ou hiperinvestimentos compensatórios (no mercado de trabalho, nos investimentos econômicos e escolares) encontram seu verdadeiro fundamento. No entanto, ainda para suas frações subsistêmicas – e precisamos lembrar que uma imensa parcela das trajetórias populares atravessa, e muitas vezes oscila, por entre estes vínculos diferenciais aos núcleos dinâmicos de acumulação, lhe sendo esta, ademais, uma característica central? – é preciso *restituir o sentido inerente a suas ações economicamente orientadas*. Além da inspiradora etnografia do próprio Olivier Schwartz (1990), é nesta direção, por exemplo, que Oscar Lewis (1964), em sua investigação sobre o subproletariado urbano mexicano na década de 1950, mobiliza o conceito de "cultura da pobreza". Tendo o mérito de não recair em um mero idealismo unilateral, visto que define a cultura da pobreza por sua configuração relacional inscrita em uma sociedade de classes – distinta portanto da autosuficiência e maior isolamento das culturas de sociedades tradicionais e

historicamente não-capitalistas – o autor realça que, em questão, estão *padrões ao mesmo tempo valorativos e práticos*, os quais participam de um "sistema de vida notavelmente estável e persistente", *intergeracionalmente transmitido* nos meios dominados da estrutura social, onde a integração institucional é "parcial" e, a participação nas redes de sociabilidade mais ampla, "marginal". Evitando igualmente o miserabilismo, argumenta que "ao aplicar este conceito de cultura à compreensão da pobreza, quero chamar atenção ao fato de que a pobreza nas nações modernas não é somente um estado de privação econômica, de desorganização, ou de ausência de algo. *É também algo positivo no sentido de que tem uma estrutura, uma disposição razoada e mecanismos de defesa sem os quais os pobres dificilmente poderiam seguir adiante*." (Ibid., p. 8-9, grifos meus) Assim, submetidos a condições materiais de privação obsedante, inflexivelmente precárias à reprodução cotidiana familiar e cuja premência obsta o próprio distanciamento prospectivo e sistemático na medida em que se acumula e se coaduna à escassez de capital cultural,[103] os agentes constitutivos desta fração das classes populares orientam sua conduta através de uma constelação de sentidos e prioridades existenciais tais como: um "sentido gregário" de convivência (opondo-se à ênfase na "vida privada" das frações médias e dominantes, obstaculizada inclusive pelo próprio sobrepeso demográfico dos cômodos); uma alta valorização dos laços familiares (tão mais alta quão "raras" são as chances de estabelecê-los ou mantê-los, predominando as uniões livres e filhos monoparentais); a ênfase na temporalidade presente (significando uma baixa prioridade à procrastinação e à planificação em face do futuro em sua manifesta 'irrazoabilidade' em comparação à fruição plena que se impõe na densidade da sociabilidade vicinal) consoante, aliás, com um "sentimento de resignação e fatalismo" que expressa uma experiência dominada vivida e transmitida entre as gerações; o "culto da masculinidade" baseado na crença da ascendência física e moral masculina correspondente, no lado feminino, a uma idealização do martírio e da resiliência, etc. (Ibid., p. 12-14) E no que possui de essencial, este diagnóstico não se limita ao subproletariado periférico, convergente que se mostra às descrições de Richard Hoggart voltadas à cultura da *working class* inglesa e à permanência de suas orientações

[103] Caracterizando-se por condições e práticas econômicas que incluem, como traços principais, a luta pela vida cotidiana; a flutuação entre períodos de desocupação e uma vasta gama de subocupações instáveis e precarizadas; rendimentos mínimos e irregulares; o recurso e incentivo ao trabalho infantil; inexistência de poupança ou de reservas alimentícias (as compras sendo realizadas em pequenas quantidades, diversas vezes ao dia, conforme as necessidades e possibilidades do momento); o empenho de objetos pessoais ou a demanda de empréstimos a agiotas; a organização informal de serviços comunitários de auxílio mútuo; aquisição de vestimentas e objetos de segunda mão, etc. (Ibid., p. 12-14)

socioeconômicas "tradicionais", malgrado as condições sociais e econômicas consideravelmente mais favoráveis e ao 'pleno emprego' devidos, em grande medida, ao enquadramento institucional do *welfare state* no Pós-Guerra: nestes meios operários continua-se a viver com as expectativas enraizadas no cotidiano e no "curto prazo" (tendo o final da semana "como único horizonte" dos rendimentos, eles mesmos semanais), sendo raro que se formassem economias em espécie antevendo, por exemplo, possibilidades de "pepino". (1970, p. 80; 183-185) Não é coincidência o fato de ambos os autores ressaltarem a potencial universalidade destas características, universalidade obviamente histórica, difratada conforme a especificidade dos tempos e lugares em que as formações capitalísticas se apresentam. Isto não significa que não haja nestes meios indivíduos parcimoniosos e tentativas de formação de poupança, ou preocupação patrimonial: não é esta a questão. Porém, mais fundamentalmente e de um modo geral, ocorre que "as condições de vida inclinam a aproveitar o presente sem vislumbrar a organização dos comportamentos em função do futuro [...]. Mesmo aqueles que se inquietam ao longo do tempo na expectativa de que 'as coisas vão melhorar' vivem no momento e limitam seus empreendimentos ao horizonte presente, diferindo desta forma profundamente dos membros das outras classes sociais. [...] *Viver no dia-a-dia não é necessariamente sinônimo de pobreza, de preguiça ou de imprevidência; é um estilo de vida*." (Ibid., p. 185, grifos nossos) Segundo Hoggart, o *sentimento vivido*, adensado ao longo dos dias, dos meses e dos anos, de que se há poucas chances em "melhorar sua condição", quando não se recobre de desespero ou ressentimento, induz à adoção de uma atitude perante a vida que a torna "vivível" ao eludir a ênfase nas "possibilidades interditas", o desencadeamento das coisas da vida se apresentando, justamente, como coisas da vida, os obstáculos objetivos, como "leis da natureza". Na verdade, exatamente os mesmos termos "fatalismo" e "resignação", mobilizados por O. Lewis, também o são por Hoggart na ocasião de sua descrição da recusa dos membros dos meios operários a uma representação "trágica" da vida cotidiana: estes termos remetem mesmo a uma certa forma de "dignidade" ou grandeza de espírito enquanto não-rendição (como no caso do alcoolismo) e resistência à bruteza com que muitas vezes se apresenta a força das circunstâncias – lembrando o ideal de "mártires" das mulheres do subproletariado mexicano, desenvolvido na experiência dos habituais abandono e violência física masculina. Enquanto atividade humana, dotação de significação à vida em forma de hierarquização de valores, prioridades e um modo específico de nela se engajar, ao mesmo passo em que estes esquemas culturais expressam uma condição

estrutural dominada – com seu "sentimento de inferioridade, de desvalorização pessoal", ou de estar alijado frente às instituições em geral e políticas em particular (Lewis, op. cit., p. 17-18) – eles extravasam esta condição, não por negá-la, e sim ao reinseri-la em uma totalidade existencial na qual se nos revela, também, a condução de si no seio de uma comunidade onde se ocupa um *locus* singular, com demandas e expectativas múltiplas (familiares, comunitário-vicinais, religiosas, amistosas, associativas, com suas lealdades, antagonismos, traições, angústias, polêmicas, anseios, frustrações, eventos) que se perfazem umas nas outras, sem se reduzirem umas às outras. Assim, *e somente assim*, podemos falar com Hoggart que estas atitudes "se aparentam sobretudo à reação do combalido, impelido a apresentar, ante o infortúnio, bom coração" (1970, p. 137), ou com Bourdieu e o conceito de habitus, a fazer da necessidade, virtude.

Somos, então, num primeiro momento, como que levados a vislumbrar uma cintilância do trágico na fisionomia dos esquemas culturais que motivam estas condutas socioeconômicas, quer em seus indivíduos mais submetidos às injunções da privação cotidiana, quer naqueles oriundos de seus meios e famílias mais estabilizadas e propensos à sistematização das ações e planificação das expectativas: sua coerência e lógica internas (seus conselhos e 'lições de vida' extraídos de uma robusta experiência intersubjetivamente entretecida; seus imperativos morais ancorados num determinado sistema de valores; as prioridades de sua topografia volicional; o que possui ou não valor intrínseco ou que se mostra, em toda evidência, digno de ser vivido desta maneira, somente desta e não de outra; o próprio modo de se *estar* no mundo, avaliá-lo, apreciá-lo e senti-lo enquanto *fruição* – o que 'vale ou não à pena' na 'vida') parecem sob diversos aspectos, tanto mais quanto lhes acentuamos a densidade de seus esquemas hermenêuticos, práticos e valorativos, implicar na corroboração de sua própria dominação. A racionalidade do ponto de vista dos requisitos capitalísticos, objetivamente necessária às trajetórias e projetos ascensionais enquanto recursividade habilitadora, para além de pressupor condições sociais de possibilidade, *pode ser experienciada enquanto negação da vida mesma*, da plenitude como se manifesta o mundo de diversos setores populares; pode, inclusive, caso desconectada de seu sistema de valores e quadros de referência, caso represente sua simples e unilateral *negação*, apresentar-se como *irracionalidade* e *absurdo* – na acepção de ausência de sentido intrínseco. Não obstante, num segundo momento, percebemos que é justamente em

razão destes esquemas culturais populares extravasarem sua vinculação a uma relação material e simbolicamente dominada com outras classes sociais por intermédio de um excedente de outras relações, expectativas, experiências, sentidos e valores que habitam a sua multideterminação existencial, a qual participa de sua densidade e complexidade hermenêutica que estamos sublinhando, que se evita que a história se reduza, por completo, a uma tragédia, e se apresente como inerradicavelmente aberta, embora de modo algum indeterminada. Esta complexidade de linhas de experiência que estruturam os esquemas culturais populares não anula os efeitos da violência simbólica que lhes constitui, e da cumplicidade objetiva e subjetiva dos dominados em sua própria dominação; mas os subsume numa estrutura cultural que os incorpora e excede, não à guisa de adornos de escravo, e sim, justamente, enquanto abertura histórica.

Para uma maior clarificação acerca deste ponto, mobilizamos um estudo de caso particularmente heurístico, envolvendo a prática reflexiva através da escrita regular de uma agente pertencente às frações subsistêmicas dos meios populares periféricos, por conseguinte cotidianamente submersa em condições de subsistência mínimas, oscilando através de subocupações e rendimentos irregulares. Por seu intermédio, visamos o *aprofundamento da sociogênese das condições de possibilidade de um projeto socioeconômico de cunho ascensional*. Este caso nos fornecerá um parâmetro exemplar (do ponto de vista de nossa problemática, não de sua tipicidade) de auto-objetivação que, por subjetivamente distanciada de seu meio de origem que se nos apresente através da rica tessitura de sua experiência vivida, por crítica e unilateralmente avessa ao ambiente popular que no entanto compõe, não obstante, seus anseios e projeções existenciais, sonhos e antecipações prospectivas se mantém, para mobilizar o termo de Schütz, no plano da fantasia, ou seja, enquanto negação espiritual daquilo que não se detém os recursos para se superar materialmente, conformando então um impasse e uma clivagem em sua totalidade existencial. Veremos que Carolina Maria de Jesus possui fins para os quais estão ausentes os meios; entretanto, como a relação entre ambos é dialética, os próprios fins, desvinculados de sua objetividade, se tornam devaneios, nos termos de Hegel, *indeterminação abstrata*, neste caso se expressando numa rica composição estético-literária. *Seus anseios existenciais implicam na imanência de sua condição dominada*.

Estudo de caso: Carolina Maria de Jesus, ações economicamente orientadas e projeção imagística extemporânea [104]

O diário de vinte cadernos escritos por Carolina Maria de Jesus (1914-1977), semianalfabeta (estudou até o 2º ano do ensino primário em Sacramento, interior de Minas Gerais onde nasceu), catadora de lixo e moradora da (extinta) favela do Canindé, em São Paulo, foi publicado sob o título *O quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). Seus primeiros cadernos foram 'descobertos' pelo jornalista Audálio Dantas, seu editor, estimulando a continuidade e regularidade da escrita sob a promessa de publicação; desta forma, realizar-se-ia o sonho de Carolina de Jesus em deixar a favela.[105] Havendo sido produzido entre 1955-1960 quando a autora estava por volta dos 40 anos, estes escritos refratam o momento histórico de indução pela ação estatal, sob o mote nacional-desenvolvimentista, de um segundo ciclo de industrialização periférica do qual a própria existência da favela do Canindé, habitada em grande medida por migrantes (como o caso de Carolina de Jesus) no seio do principal centro capitalístico-industrial do país, é estruturalmente indissociável; entretanto, na medida em que esta posição subsistêmica se insere em um feixe de relações contendo mediações e concatenações próprias, sua realização é necessariamente única, se desdobrando em problemáticas, sentimentos e linguagens particulares ou, se preferirmos, "excepcionais normais". (Revel, 1998; Lahire, 2001; 2013)

Migração e desolamento ante a nova sociabilidade comunitária: a favela

Havendo crescido no seio de uma família cujas condições de existência oscilavam em torno ao limiar da subsistência, e após tentativas mal-sucedidas em buscar melhores condições no meio rural de Minas Gerais, Carolina de Jesus migrou para São

[104] Não nos interessa aqui o debate sobre o aspecto formalmente literário dos escritos da autora, levantado pela riqueza estética de sua literalidade e de suas imagens (havendo, inclusive, outras obras suas produzidas já no estatuto de escritora publicamente reconhecida), que se combina ao caráter testemunhal e documental. É sob esta última ótica que ele será aqui levado em conta. Sobre esta discussão, cf. Ferreira (2002) e Vogt (1983), entre outros. Da mesma forma, não visamos esgotar as variações de seu percurso biográfico, ou lhe buscar uma essência que perdure subjacente à multiplicidade de acontecimentos que se lhe apresentam. Nosso foco, neste caso, está em seu *diário, considerado enquanto momento único e irreproduzível de sua trajetória*.

[105] Este fato nos deve levar a uma precaução metodológica particular: o caráter de estranhamento permanente e repugnância da sociabilidade comunitário-popular, como teremos ocasião de observar, pressupõe a cumplicidade do (futuro e suposto) público leitor como projetado por sua autora: "branco", "rico", e não-favelado. Sua escrita não é, exclusivamente, de si para si; vislumbra um intermediário ausente.

Paulo já adulta, onde então se deparou com o mesmo leque objetivamente restrito de possibilidades ascensionais compartilhado por imensa parcela feminina das classes populares no qual prevalecia o trabalho doméstico.[106] E fora precisamente através dele que a migrante recém-chegada se inseria subsistemicamente na economia urbana, ao menos até ser dispensada por seus patrões em decorrência de sua gravidez e, em nova bifurcação, se ver compelida a instalar-se na nascente favela do Canindé,[107] fato que constitui um importante marco biográfico na estruturação temporal de sua narrativa identitária – estímulo maior da própria feitura do diário enquanto tentativa de produção de sentido, organização e controle, pela auto-objetivação, da vida. Lá chegava com 34 anos de idade e permaneceria ainda por cerca de 9 'longos' anos (3 dos quais relatados em seu diário), período subjetivamente vivido como interminável devido ao intenso *estranhamento* que passava a experienciar neste novo ambiente, diante de seus padrões específicos de sociabilidade comunitária. Ora, se a considerar que pela sua origem social, seu constrito nível de escolaridade associado à ausência de recursos econômicos, Carolina de Jesus correspondia, grosso modo, às propriedades objetivas das camadas femininas populares de seu momento histórico-estrutural, inclusive da própria favela que passava a habitar, se torna legítimo levantar a questão: quais as origens de tal *estranhamento*? Seus esquemas culturais por ventura não seriam, em essência, estruturados pela interiorização das condições objetivas por que atravessou durante todo seu percurso biográfico, até então invariavelmente marcado pela dominação e dependência pessoal (seja no campo ou enquanto trabalhadora doméstica e seus vínculos de trabalho hegemônicos no período, coalescendo labor, residência e laços interpessoais não contratuais), ainda que tais condições, por sua vez, fossem elas mesmas performadas por estes esquemas de pensamento e ação? Sim, o seriam, mas somente enquanto explicação *parcial*, porquanto se efetivamente estes esquemas simbólico-experienciais consistem na incorporação de sua condição dominada, também se faz necessário para a compreensão deste desajuste revelar a particularidade das mediações sociais por meio das quais esta condição assume uma feição também particular em sua estrutura subjetiva. Ao fazê-lo, logo percebemos que nela se enfeixam

[106] Lembramos que, na década de 1950 quando o diário fora escrito, cerca de um em cada quatro indivíduos da PEA urbana se inseria no trabalho doméstico, proporção ocupacional que atingia patamares ainda mais expressivos para as mulheres, sobretudo enquanto destino ocupacional de suas frações mais vulneráveis. (Pochmann, 2012, p. 51) No sentido de suas propriedades objetivas, o percurso migratório de Carolina de Jesus nada possui de improvável.

[107] O nome de sua publicação, *Quarto de despejo*, indica uma analogia de sua nova condição à estrutura social mais ampla, já que Carolina de Jesus denomina também desta forma a favela, onde seria dispensado o "rebotalho" da "sala de visitas": a cidade.

singularmente uma combinação de experiências socializantes que, não anulando de modo algum sua ausência de propriedades objetivamente capitalizáveis ou tampouco diluindo sua importância enquanto estruturação da subjetividade,[108] pelo contrário, nelas se entrelaçam e condensam de modo complexo e mutuamente irredutível. Prossigamos. Nascida em uma pequena cidade no interior de Minas Gerais, Carolina de Jesus percorreu diversas regiões cuja relação laboral com a terra, seu horizonte de possíveis e sua concepção rural de boa vida são historicamente particulares; em sua sociabilidade familiar, recebeu influências pelo intermédio afetivo de um avô que a estimulava a familiarizar-se ao mundo das letras, além de um vizinho que a lia jornais em voz alta (lhes fornecendo, nestes atos, uma visão de mundo que por pré-formatada que fosse ampliava seu olhar para além de sua experiência imediata comunitário-vicinal) (Ferreira, 2002, p. 104); associe a isto seu breve porém marcante percurso escolar sobre o qual é a própria Carolina de Jesus quem nos relata, quando inquirida por uma jornalista acerca das origens de seu interesse pela leitura e pela escrita: "seria uma deslealdade de minha parte não revelar que o meu amor pela literatura foi-me incluído por minha professora, dona Lanita Salvina, que aconselhava-me para eu ler e escrever tudo que surgisse na minha mente. E consultasse o dicionário quando ignorasse a origem de uma palavra. Que as pessoas instruídas vivem com mais facilidade." (1960, p. 170); por fim, não há como desconsiderar sua frequência a um centro espírita ("Centro Divino Mestre"), *locus* típico de uma religiosidade que apresenta forte afinidade eletiva com a orientação normativa de camadas médias e mais escolarizadas, onde se sentia particularmente acolhida e não-discriminada, na formação de sua subjetividade. Além disso, é sintomático de suas experiências e aspirações matrimoniais o fato de que, sendo "negra e pobre", dois de seus três filhos haverem sido gerados por estrangeiros (um espanhol e um português) e outro por um homem "branco" e "rico". Carolina de Jesus era oriunda das frações subsistêmicas das classes populares e todas as oscilações e mesmo bifurcações em sua trajetória até a favela do Canindé, que se inserem nos quadros estruturais das mobilidades moleculares e intraclasses populares descritas no capítulo anterior, são variações inerentes a (e não rupturas com) tal condição. No entanto, esta diversidade de engajamentos interpessoais, sua multiplicidade de parâmetros de subjetivação (rural-urbano, familiar, escolar, literário,

[108] Como o querem algumas abordagens de cunho "pós-moderno", aparentemente seduzidas pelos encantos de sua própria desorientação teórica, as quais confundem *multideterminação existencial*, enquanto indeterminação relativa, com indeterminação absoluta – incluindo todas as implicações daí decorrentes.

religioso, matrimonial) inclusive em suas incoerências e contradições internas, suas experiências migratórias, etc., não se reduzem a epifenômenos de sua condição objetiva – como se eles mesmos não co-participassem da objetividade de sua condição –, a derivações inertes em seus efeitos que apenas aglomerar-se-iam, aditivamente, enquanto memórias, o que são *em parte*. Algumas destas, como a mencionada mudança para a favela, consistem em verdadeiros "eventos significativos", no sentido de Leclerc-Olive (2003; 2009), os quais, mais do que simplesmente se alocarem em determinado espaço subjetivo pré-configurado, *criam* este espaço interno, fornecendo-lhe parâmetros temporais (um antes e um depois) ao modelar uma espécie de "calendário privado" a partir do qual todos os acontecimentos, anteriores ou posteriores, encontram a possibilidade (ou mesmo a necessidade) de um sentido narrativo. Isso permite tanto a constituição de uma identidade ainda que, como no caso em foco associada a distintas formas de subjugo interpessoal e vulnerabilidade material, quanto uma orientação e projeção balizadas por um tempo internamente estruturado – como as estratégias migratórias de Carolina de Jesus visando à saída de uma condição sentida como insustentável. Por sua vez, a heterogeneidade de experiências (e.g. a sociabilidade popular rural em face à urbana, suas experiências matrimoniais, a experiência religiosa e letrada se sintetizando enquanto estranhamento e repulsa aos 'favelados' do Canindé) pode gerar nos agentes sociais objetivamente situados em um mesmo estrato social um desacordo empático e associativo, estimulando a formação de microsociabilidades locais (por antiguidade de pertencimento, origens étnicas ou regionalismos, grupos etários, religiosos), ou a evasão e o isolamento voluntários, não sendo isto a diluição de uma pressuposta essencialidade popular visto que é, como o fora desde sempre, sua *complexidade constitutiva* o fator decisivo de sua caracterização.

É no interior de sua narrativa versando invariavelmente sobre seu cotidiano pessoal e familiar que se nos transparece a conexão entre inadaptação comunitária, reclusão, sofrimento e escrita. Assim, como exemplo dentre inúmeras passagens em seu diário, em determinado dia ao chegar ao rio onde costuma lavar suas vestimentas e as de seus filhos é abordada por um homem:

> Enquanto as roupas corava [sic][109] eu sentei na calçada para escrever. Passou um senhor e perguntou-me: – O que escreve? [Respondeu] – Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana. (Ibid., p. 20)

[109] A grafia de todas as suas passagens será mantida como no original.

Ou ainda, em outros momentos:

> Aqui, todas impricam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo. (p. 19)

> Eu gosto de ficar dentro de casa, com as portas fechadas. Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo! (p. 22)

Associada à onipresença da fome, se bem que não-redutível a ela, um estranhamento e uma crítica visceral ao ambiente da favela perpassam todo o diário apresentando-se como que a própria razão de ser de sua escrita, transubstanciando miséria material em miséria humana. Aquilo que Maria S. C. Franco (1974) classificou como "código do sertão" onde o ajuste político interpessoal cotidiano nas vizinhanças caipiras se dá rotineiramente pela violência, se mostra, no século seguinte pelos diários de Carolina, com intensa regularidade e normalidade na favela, não somente no caso dos migrantes oriundos do nordeste (e sua predileção pela "peixeira", ameaça recorrente em todos os conflitos, incluindo os mais banais, ou a "ser superior pela força"), retratados por ela como havendo especial propensão à resolução violenta de desentendimentos, como para os habitantes da favela em geral: em sua descrição, quaisquer desavenças (brigas de casais, vizinhos, desconhecidos em ocasiões festivas e sob efeito do álcool, pequenas discussões, furtos, etc.) levam facilmente ao desfecho pelo embate corporal, muitas vezes como espetáculo público a ser observado, comentado, avaliado – negativa ou positivamente – e apreciado tanto por adultos como por crianças ("as crianças sorri e batem palmas como se estivessem aplaudindo", enquanto as mulheres "não perdem estas funções. Passam horas e horas contemplando. Não lembram de nada, [nem] se deixou panela no fogo"). É assim que a autora nos relata, dentre um sem número de exemplos, o hábito do porte regular da navalha por alguns moradores, conflitos conjugais que levam um dos envolvidos a "jogar água fervendo no rosto" do cônjuge, ou ainda uma mãe a arremessar um recém-nascido ao solo como agressão visando o marido, além de vassouradas, pedradas, facadas, tiros, enxadadas, tijoladas, incêndio de barracos causados por vingança, agressões a crianças como retaliação aos pais, espancamentos, linchamentos, etc., em suma uma sociabilidade que envolve o mecanismo da violência no ajuste dos conflitos interpessoais cuja frequência em seu diário é absolutamente rotineira: "eu já estou tão habituada a ver brigas que já não impreciono" (Ibid., Passim). Em um tal ambiente seus

vizinhos são descritos como “bestas humanas”, “nocivos” ou “zé povinho” que “aprecia profundamente tudo que é pornográfico”. A “favela é o pior cortiço que existe”, como uma “sucursal do inferno”, “chiqueiro” onde há a “impricancia do analfabeto”, acrescentando jocosamente que “assembleia de favelados é com paus, facas, pedradas e violências”, de modo sintomaticamente diferente de quando se encontra com jornalistas, políticos ou “gente rica” quando tem “a impressão de estar no céu.” (Ibid., passim) Tanto do ponto de vista das relações interpessoais (conflitos, acusação, condenação, desinteresse matrimonial e amistoso, evitação, reclusão) e de seu mundo da vida, quanto pela ambiguidade de sua identificação comunitária (em determinado momento de seus relatos, sempre construídos pelo prisma de alguém externo à favela, a autora parece lembrar penosa e forçadamente que “devo incluir-me, porque eu tambem sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.”) (p. 33), ou ainda pela sua avaliação miserabilista do estilo de vida que caracteriza como próprio à favela (alcoolismo, violência, pornografia, fofoca, baixeza, acomodação à miséria), *seus esquemas subjetivos antagonizam com seu universo de experiências cotidiano*, mal-estar não anterior visto que, em grande medida, desencadeado pela experiência mesma dos (des)encontros com este universo.

Entretanto, se sua precariedade econômica e a fome se impõem como temática de fundo onipresente, se suas práticas e desejo de evasão assim como sua determinação em não se deixar absorver por este mundo mantendo sua “dignidade pessoal” são permanentes, por outro lado, sua conduta economicamente orientada, a qual lhe poderia pautar as vias de acesso a condições menos insuportáveis – ainda que fosse a “pobreza” fora da favela –, não se caracteriza em seu sentido e em suas implicações por investimentos econômicos ou culturais. *Há ação, não agenciamento*.

Reflexividade política e econômica segmentadas em microajustes situacionais; agente externo e aposta

Através de seu diário é possível registrar que as práticas de Carolina de Jesus se temporalizam predominantemente intencionadas às urgências do presente (cuja variação se dá em termos de minutos, horas ou no máximo dias). Sua auto-objetivação econômica e a feição política que nela transparece são diárias, fragmentadas em curtos ou microprazos iminentes, se bem que são reais e o diário é, em si, uma de suas manifestações. É assim que em um contexto de preparação de alimentos para seus

filhos, a autora por intermédio de sua típica descrição microsequencial dos atos dessingulariza sua situação (os "favelados" em geral, a avaliação negativa do "serviço social" enquanto agência estatal envolvida) para, abruptamente, retornar ao particular, ao microajuste à imediaticidade do contexto:

> Não tinha gordura. Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fabrica (...). Puis o cará e a batata. E agua. Assim que ferveu eu puis o macarrão que os meninos cataram no lixo. Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. [*Repentina dessingularização*] Eu não vejo eficiencia no Serviço Social em relação ao favelado. [*Corte abrupto na generalização*] Amanhã não vou ter pão. Vou cozinhar a batata doce. (p. 37)

Em diversas passagens do diário se revelam momentos de dessingularização de sua condição. A própria fome ("eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer") (p. 28) lhe propulsiona a reflexão econômico-política de cunho mais geral (sobre "os pobres do Brasil", ou as "dificuldades do povo"), ainda que predominantemente através de acusações pessoalizadas (a responsabilidade de determinados políticos[110] citados nominalmente, ou de "comerciantes insaciáveis") as quais operam fragmentariamente, sem transcendência impessoalizada e sistematização; ao fim, há novamente o retorno ao particular (da "ganância" de alguns comerciantes volta-se à "lata de lingüiça"), à ascendência do presente em sua obsedante concretude. Trata-se de um retorno à imersão em (re)acomodações e (re)articulações aparentemente infinitesimais, mas que afetam a vida mesma[111] (o preço de certo alimento determinando a possibilidade ou não de haver refeição, a incerteza quanto a permissão para coletar restos em determinado estabelecimento, a dúvida se haverá papelões na rua a serem coletados – a chuva dificultando sua conservação –, as estratégias para conseguir retornar para casa sem recursos para o transporte, etc.) em uma "luta" ("minha luta hoje foi para fazer almoço") (p. 158) cotidiana pela sobrevivência indissociavelmente material e moral de si e dos filhos. É deste modo que, em outro exemplo típico, após mencionar uma briga envolvendo seus filhos, Carolina de Jesus retoma o escopo microsituacional de suas preocupações: "puis brasas no ferro, passei a minha saia verde, lavei a blusa de renda

[110] Como o convencional e dóxico juízo, hegemônico na opinião pública até a atualidade, da política como caixa de pandora: "de quatro em quatro anos muda-se os politicos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operarios." (p. 36)

[111] "De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. Mas hoje é segunda-feira e tem muito papel na rua." (p. 44) Em contraposição a outra ocasião: "hoje eu estou alegre. Eu estou procurando aprender viver com o espírito calmo. Acho que é porque estes dias eu tenho tido o que comer." (p. 108)

que eu achei no lixo, tomei banho e troquei-me. Troquei a Vera e fomos para a cidade. Eu estava só com 6 cruzeiros. Pensava: e se o pai da Vera não levou o dinheiro, como é que eu vou voltar?" (p. 159)

Esta *estruturação temporal de sua orientação socioeconômica* é invariante por todo o relato, e, assim, se manifesta em outra ocasião quando a autora inicia seu dia:

> Levantei. Obedeci a Vera Eunice [sua filha]. Fui buscar agua. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne. E uma maquina de costura. (p. 9)

Este último ponto sobre um possível investimento em um capital básico é particularmente esclarecedor. Embora cogite há um tempo considerável adquirir tais equipamentos este anseio não se planifica e não há, por todo o diário, nenhum *agenciamento efetivo* para sua obtenção.[112] Neste *momento particular de sua trajetória* – e reforçamos que nosso enfoque tem por objeto especificamente os três anos cobertos pelo diário, não pretendendo esgotar todos os eventos, contingências e *turning points* envolvidos em sua biografia –, seus anseios e projeções, sempre que remetidos à evasão e à negação da favela (incluindo sua literal "extinção"), são incondicionalmente submetidos a uma *vontade exterior* a si, para além de seu controle ou de seu universo próximo de possibilidades: os incertos depósitos de pensão de um de seus ex-companheiros, a boa vontade de conhecidos, lojistas, assistentes sociais, políticos em geral, os ricos, os brancos,[113] Deus,[114] e o próprio jornalista Audálio Dantas em sua promessa de publicação do diário. Aliás, esta consiste em sua única *aposta* (à guisa dos jogos de azar) em escapar a sua condição, sendo ela mesma dependente de contingências exteriores e promovida por um *agente externo*, intermediário para um

[112]"Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias (...). Suporto as contingências da vida resoluta. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência." (p. 15)

[113]"Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpatico para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. (...) Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com despreso. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz." (p. 27)

[114] "Se eu fosse homem não deixava os meus filhos residir nesta espelunca. Se Deus auxiliar-me hei de sair daqui, e não hei de olhar para trás." (p. 164) Ou ainda, em outro dia: "troquei a Vera e saimos. Ia pensando: será que Deus vai ter pena de mim? Será que eu arranjo dinheiro hoje? Será que Deus sabe que existe as favelas e que os favelados passam fome?" (p. 42)

outro mundo possível ("é que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela") (p. 25). É neste sentido que em determinado dia Carolina de Jesus inicia seu diário transformando sua impotência em face às injunções de sua condição em desespero: "hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo?"[115] (p. 153)

Ecoando todo o diário, há uma segmentação e justaposição das ações econômicas, cuja coordenação é *intrasituacional* e a sucessão de sentidos, intracontextualmente referenciada (às dificuldades em obter alimentos 'hoje de manhã' se sucedem as tarefas domésticas da 'tarde', as quais se prolongam no sofrimento da 'noite' e na dúvida quanto às mesmas questões sobre o dia seguinte; o que faço *neste* – e essencialmente neste – momento, em face das urgências que se me impõem?). Carolina de Jesus ensaia incessantemente, por tentativa e erro, a criativa resolução de impasses e imprevisibilidades (solicitação de favores, visitas acompanhadas de refeições, frequências a festas promovidas por políticos que possuam alimentos) sem vinculação sistemática a médio ou longo prazos em termos de cumulatividade das ações. Seus elementos permanecem – para utilizar expressão de Deleuze – no *plano de imanência*, i.e. suas lógicas contextuais possuem sentido e uma estruturação temporal em si mesmas, não se articulando senão pela agregação contingente de práticas econômicas autosuficientes e microtemporalmente ancoradas. Não *há princípio comum* subjacente a cada um e ao conjunto de seus atos, quer implícito ou explícito, orientado à transcendência do presente ou do qual possamos deduzir uma sistematização; há, enquanto implicação objetiva, a *imanência em sua condição dominada*:

> Começei queixar para a Dona Maria das Coelhas que o que eu ganho não dá para tratar os meus filhos. Eles não tem roupas nem o que calçar. E eu não paro um minuto. Cato tudo que se pode vender e a miseria continua firme ao meu lado. Ela disse-me que já está com nojo da vida. Ouvi seus lamentos em silêncio. E disse-lhe: - Nós já estamos predestinados a morrer de fome! (p. 126)

[115] O lastro que sua posição dominada, aqui considerada da perspectiva de suas ressonâncias singularmente subjetivadas, inscreve no enfraquecimento de sua *anima* (no sentido etimológico de sopro e impulso vital primordial) nos é ricamente sugerido em sua concretude vivida por Simone Weil, na ocasião em que descreve a "fatiga profunda, essencial, *a fatiga da alma ainda mais que a do corpo, a qual impregna as atitudes*" (1951, p. 342, grifos meus), por ela testemunhada a respeito de operários franceses, na década de 1930, no simples caminho para a jornada de trabalho, intensificadas em seu fim, na saída da usina – descrição, aliás, essencialmente análoga a de E. Thompson sobre o início e o fim das jornadas de trabalho, neste caso no contexto da formação da classe operária inglesa, pouco mais de um século antes.

Posta estas colocações, nossa análise ainda estaria incompleta se tão simplesmente desconsiderássemos o modo de sua consciência temporalizar-se em relação ao futuro não-imediato; se sublinhamos que suas orientações socioeconômicas implicam na permanência ou mesmo no reforço a sua condição, o fizemos do ponto de vista de um agenciamento capitalístico racionalizado a partir dos pré-requisitos de sua objetividade sistêmica. Isto não significa que, considerada na coerência de sua experiência vivida tomada naquilo que possui de culturalmente afirmativo, ela não realize tal processo. Pelo contrário, *Carolina de Jesus supera sua condição espiritualmente*; já desprendida dos meios em sua instrumentalidade ao mesmo tempo recursiva e habilitadora, ela a transcende em diversos momentos, e esta autoprojeção se apresenta em esboços entrecortados em sonhos e idealizações de existir em um *ambiente negador de sua realidade na favela*.

Da imanência material à transcendência espiritual: negação do presente pela sublimação estética

Exemplo não-idealizado de intelectual orgânica, ao terminar uma refeição na companhia de seus filhos, nos escreve Carolina de Jesus:

> Lavei os utensílios. Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. *O meu sonho era* andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. (p. 19, este e os próximos grifos são nossos)

O sonhar conjugado no pretérito ("o meu sonho *era* [...]") indica a ciência mais ou menos implícita ou explícita conforme o momento, por parte de Carolina de Jesus, da articulação entre sua condição e seu fantasiar ("eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: *Faz de conta que eu estou sonhando*") (p. 26). Seu projetar a si nega seu presente, ponto por ponto, ao lhe engajar imageticamente em um mundo esteticamente pleno e harmonioso que vai recebendo suas feições à medida da escrita mesma. Isto significa que a escrita enquanto prática reflexiva não é apenas registro de suas projeções pulsionais e imagísticas prévias, mas co-participe de sua gênese – do que resulta a particularidade de sua fisionomia:

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. *Enquanto escrevo vou pensando* que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) *é preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela*. (p. 52)

Esta *projeção de si em um futuro extemporâneo* não se realiza somente traduzida literariamente, onde o belo das letras está em sintonia com o encanto das imagens: ela parece se combinar à lógica latente de expectativas em esboço que se manifesta à autora em sonhos, desta vez durante seu próprio sono. Assim, nos expõe em determinado dia:

Eu ia sair, mas estou tão desanimada! Lavei as louças, varri o barraco, arrumei as camas. Fiquei horrorisada com tantas pulgas. Quando eu fui pegar agua contei para a D. Angelina que *eu havia sonhado que tinha comprado um terreno muito bonito*. Mas eu não queria ir residir lá porque era litoral e eu tinha medo dos filhos cair no mar. *Ela disse-me que só mesmo no sonho é que podemos comprar terrenos*. No sonho eu via as palmeiras inclinando-se para o mar. Que bonito! *A coisa mais linda é o sonho*." (p. 120)

É por isto que a negação de seu presente inscrita nestes sonhos (acordados ou não), que se encontram ao mesmo tempo no futuro e em lugar algum, muitas vezes cede espaço a descrições mais concretas desta estética da plenitude, como neste relato onde a densidade do conteúdo parece sobressair em detrimento da literalidade e da estética formais: "escrevi até tarde, porque estou sem sono. Quando deitei adormeci logo e *sonhei que estava noutra casa. E eu tinha tudo. Sacos de feijão. Eu olhava os sacos e sorria*" (p. 162), para não mencionar outra ocasião, à noite, quando Carolina de Jesus sonhava que "residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada", onde podia festejar o aniversário de sua filha e lhe comprar presentes, além de realizar boas refeições, momento em que "quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açucar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha." (p. 35)

É verdade que, após a publicação de seus cadernos e com os recursos de sua grande tiragem, Carolina de Jesus conseguiu além de notoriedade pública (viagens de divulgação, eventos, aparições em rádio e televisão, entrevistas em revistas e jornais, encontros com políticos, escritores, 'celebridades', etc.) retirar-se da favela do

Canindé,[116] o que reflete a justeza e plausibilidade de sua aposta nas promessas do jornalista Audálio Dantas. Todavia, também é verdade que, perseverando como escritora embora sem o mesmo sucesso editorial, a autora gradualmente torna-se desiludida com um mundo em que se percebe instrumentalizada a todo momento, e no qual sua 'fama' parece declinar com o mesma fulgor com que emergiu: se ao público sua imagem parecia interessar pouco enquanto "ex-favelada", quanto a si declara que "eu estou lutando para achar meu lugar nesse estilo de vida de classe média. [E] eu não consigo." (apud Sadlier, 1998, p. 107) Assim, já no ocaso de seu prestígio, a escritora se muda da sonhada "casa de alvenaria" para habitar um terreno adquirido a cerca de 40km de São Paulo, numa "pequena casa" na companhia dos filhos onde parece recriar de algum modo uma ambiência mais próxima as suas antigas experiências, inclusive no mundo rural: além do plantio e da criação de animais (como porcos e galinhas), instala uma "venda de beira de estrada" cujo insucesso, segundo Carolina de Jesus, se deveu a constante prática do "fiado". Em nova mudança, passa a viver apenas com o filho mais velho e, finalmente, em condições materialmente precárias, dividindo novamente um "barraco" com o segundo filho, no qual vem a falecer em 1977. Tudo isto se torna bastante significativo para nossa inquirição acerca das *condições de possibilidade da tessitura de projetos ascensionais* enquanto anseios e autoprojeções socioeconômicas racionalmente orientadas do ponto de vista capitalístico, de seus *pressupostos sociogenéticos*, na medida em que, havendo realizado o sonho de deixar o ambiente comunitário da favela e circulando por um espaço de frações médias e dominantes, alguns anos depois Carolina de Jesus é novamente encontrada trabalhando como catadora de papelão, "maltrapilha", e, na descrição de seu segundo filho, "incompreendida, quase tão miserável quanto era no Canindé." (Ferreira, 2002, p. 108-109)

Retornando aos seus escritos ainda do período da favela do Canindé, passamos a compreender que Carolina de Jesus se inscreve, por meio de sua auto-objetivação literária, em um horizonte para além dos ajustes intrasituacionais, projetando-se em um futuro extemporâneo pelo qual transcende sua condição socioeconômica *espiritualmente*; no entanto, a riqueza formal destas projeções expressa sua própria *inviabilidade material*, a sublimação de suas expectativas diante da onitemporal 'força

[116] Mudando-se para uma tão sonhada "casa de alvenaria", que daria título a sua segunda publicação: *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*, em 1961.

das coisas' para o esplendor de um futuro estético e atemporal. Por conseguinte, seus anseios da forma como manifestos em seu diário não são simplesmente um produto de sua condição; eles também a co-realizam, produzindo uma existência clivada.

Este estudo de caso, em razão da heurística advinda de sua exemplaridade, nos permitiu acentuar uma *condição difusa por toda a fração subsistêmica das classes populares*: se trata do *entrecruzamento entre dois aspectos que se apresentam como absolutamente fundamentais para a adequada interpretação das trajetórias populares da perspectiva de seus horizontes ascensionais*. O primeiro deles está nas condições de possibilidade de sua composição sob a forma de agenciamento, quer dizer, uma orientação socioeconômica cujos fins são planificados segundo os requisitos da objetividade capitalística. No caso de Carolina de Jesus, as múltiplas e heterogêneas experiências sociais e culturais sob as quais vivenciou sua condição popular, assim como a experiência pedagogicamente derivada de seus (des)encontros (e.g. a onipresença da fome associada à longa vivência em um ambiente a seus olhos repulsivo, em que o desespero vem acompanhado da possibilidade de sua transposição expressivo-literária), enquanto eixos estruturantes de seus esquemas subjetivos, engendraram um *estranhamento* perante o ambiente comunitário-vicinal da favela, estranhamento que, embora lhe escapando à cumplicidade ontológica – fato tão mais significativo por se tratar de uma personagem compartilhando as propriedades objetivas dos meios dos quais ao mesmo tempo se distancia –, *em si mesmo* não fora suficiente para modificar durável e definitivamente sua condição: se de fato logrou mudar-se da favela através da publicação de seu livro e viver sob condições materialmente estabilizadas, tampouco se adaptou à "casa de alvenaria" mais próxima das frações médias, vindo a falecer, segundo as palavras de um orador em seu leito, "como sempre viveu: pobre". (Vogt, 1983) A escrita do diário, como expressão reflexiva e co-participe na produção deste estranhamento, nos revelou como contraparte intrínseca à densidade de seu conteúdo e riqueza de suas formas uma orientação econômica subsumida a sua condição estruturalmente dominada. Isto na medida em que, nesta orientação, à escassez de capitais econômicos e culturais objetivamente mobilizáveis se conjugou uma estrutura subjetiva cuja razão em nada se assemelha, e muitas vezes se opõe, ao "estilo de vida de classe média" enquanto prototípica tácita do *homo oeconomicus*.

No entanto, enquanto *negatividade* (a escassez objetiva, os microajustes infinitesimais não-planificados, a sublimação), este primeiro aspecto nos levou, em seu próprio interior, a um segundo: ainda que em foco estejam as frações mais vulneráveis das classes populares, o momento da trajetória de Carolina de Jesus objetivado em seus escritos manifesta, para além das condições sociais e culturais da racionalização capitalística necessárias à formação de todo e qualquer *projeto ascensional*, a importância em se levar em conta, enquanto *positividade*, as não menos necessárias motivações, engajamentos e pulsões inerentes à *micropolítica de suas linhas de experiência constitutivas*. É por esta razão que a noção de *projetos, enquanto abertura a um horizonte ascensional*, se nos afigura como um dos conceitos norteadores de nossa investigação: sua importância está na ênfase conferida à *compreensão do sentido* – em sua dupla acepção subjetiva e objetiva, de imputação de significados e ao mesmo tempo direção e movimento em uma topografia diferencial de possibilidades – *das trajetórias populares ascendentes*. Tão fundamental quanto sublinhar, como fizemos no capítulo anterior acerca da condição popular periférica, que i) a racionalização sistemática das ações economicamente orientadas pressupõe uma sociogênese associada, principalmente, à origem social e a uma determinada socialização familiar, ao afastamento da submersão obsedante nas urgências econômicas cotidianas e à capitalização cultural, é sublinhar ii) sua *indissociabilidade a uma condição de maior espessura*, no interior da qual esta recursividade se assimila dialeticamente; a racionalidade enquanto modalidade de ação emerge, não sobre uma massa amorfa, volicionalmente vazia, e sim, pelo contrário, infusa a outros conteúdos semânticos e experienciais vividos, submetida a uma *totalidade existencial* que são homens e mulheres, neste caso do mundo popular, com suas contradições, inseguranças, valores, laços interpessoais, anseios, clivagens, no seio das quais aquela modalidade de ação, caso abstraída em sua unilateralidade analítica e instrumental, não consiste senão em *irracionalidade* do ponto de vista dos próprios agentes cuja ação se visa compreender.

4.3 Para além da racionalização: os projetos ascensionais

> Je maintiens que la thèse selon laquelle la résolution du problème matériel est *suffisante* est d'abbord la plus recevable. Mais la résolution des problèmes de la vie, dont la clé est donnée en ce point : – qu'il s'agit pour un homme de ne pas être seulement *une chose*, mais *d'être souverainement* – fût-elle la

> conséquence immanquable d'une réponse satisfaisante aux exigences matérielles, demeure radicalement distincte de cette réponse, avec laquelle elle est quelquefois confondue. (Georges Bataille, *La part maudite*, p. 134)

O agenciamento racional de um *projeto*, individual ou coletivo, é indispensável a sua efetividade; não é algo a ser agregado externamente, espécie de segundo momento *ad hoc*, pois a indexação objetiva de sua mobilização recursiva lhe afeta a fisionomia mesma. *Contudo, lhe sendo condição necessária, não é suficiente*. A mobilidade socioeconômica envolve um conjunto de experiências sociais que transcende a mera instrumentalidade – esta convencionalmente considerada nos termos da sistematização da ação pela alocação optimal dos instrumentos disponíveis em função da realização de determinados fins, ou interesses, os quais seriam eles mesmos comparáveis e intercambiáveis conforme suas possibilidades diferenciais de maximização de utilidade marginal numa determinada situação definida como mercado de bens escassos. Ocorre que a articulação entre os fins, mais do que necessidades, propensões, utilidades ou interesses a serem satisfeitos não importando a extensão de sua diversidade, consiste na *condição de sentido* de um conjunto de ações econômicas aparentemente fragmentadas e incongruentes entre si, *pressuposto* que impregna a *orientação* socioeconômica do início ao fim, não como elemento acessório mas em seu cerne (participando de seu ritmo, expectativas, renúncias, perseveranças, inconstâncias, hesitações, sub ou hiperinvestimentos em determinado "mercado" em detrimento de outro, seu caráter agonístico, autoafirmativo, compensatório, 'evolutivo', emancipatório, conciliador, etc.). Desta articulação deriva a *significação existencial* de cada uma destas ações e finalidades particulares. Por conseguinte, nos projetos socioeconômicos de tendência ascensional não há, e objetivamente não poderia haver, *negação unilateral* da instrumentalidade de uma ação – na verdade até um 'pensamento puro' deve deter e dominar os meios de sua realização e manutenção em sua plenitude –; antes, há sua *incorporação e superação dialética* por motivações, preocupações, sistemas de valores, prioridades e anseios subjacentes enquanto seus *vetores*, implícitos ou explícitos,[117] no

[117] Weber, em sua proposta e formulação das bases para uma sociologia compreensiva, não deixa de destacar as motivações "não elevadas à consciência" dos atores em suas ações as quais, como tais, *devem ser "interpretadas" pelo sociólogo*. (2000, p. 7) A recorrente confusão entre "levar a sério" as representações que os atores constroem sobre si mesmos e o mundo, o que é absolutamente necessário na medida em que elas *co-compõem* e *co-performam* a realidade social e, o que é bastante distinto, reduzir os atores à imagem narrativa que conferem sobre si mesmos, é reter tacitamente como visão do mundo social um subjetivismo simplório e unilateral.

seio de uma existência que, assimilando tal instrumentalidade, por isto mesmo a ultrapassa. Neste sentido, *os projetos ascensionais são, em seu conteúdo vivido como em sua objetividade, existenciais*, por envolverem a totalidade do engajamento humano, totalidade não evidentemente enquanto exaustão quantitativa de todos os seus mutáveis e inesgotáveis aspectos ou, ainda, como homogeneidade e unicidade contextualmente invariáveis, mas sim considerada como *a dinâmica micropolítica de um complexo de experiências sociais* humanamente irredutíveis a uma caracterização *univocamente* "econômica", "racional", "instrumental", "estratégica", pela esfera da "técnica", do "mercado", dos "interesses" ou ainda, por outro lado embora com igual *unilateralidade*, "irracional", "tradicional", "normativa", sob o manto comunitário, comunicativo ou da dádiva. Estando *entreconstituídas* por todos estes aspectos em sua *multideterminação*, manifestando ênfases e investimentos variáveis conforme os contextos, eles mesmos suscetíveis de prioridades desiguais conforme os distintos momentos de uma trajetória, estas *linhas de experiência estruturantes das trajetórias populares*, em razão de seu *caráter multivetorial*, apresentam desdobramentos abertos e uma *pulsão prospectiva*, i.e. temporalizam-se para além de si, *projetando-se* em determinadas orientações de conduta que são, assim, ininteligíveis quando exclusivamente analisadas por referência ao quadro das antinomias acima mencionado. Neste *projetar-se no, pelo e para o mundo* (inclinações, disposições, desejos, sonhos, intencionalidades fenomênicas e intenções objetivantes, planos, etc.) há muito mais em jogo, o que nos remete à realização, no coração destes investimentos e estratégias economicamente intermediadas (como a escolha do local de moradia, planos no mercado de trabalho, o investimento na escolarização dos filhos, em suas (in)coerências, (in)consistências mesmas e sínteses problemáticas), de aspirações e prioridades volicionalmente estabelecidas através da sedimentação singularizada de seus percursos biográficos, subjetivação histórica a partir da qual cada impulso, inclinação, vontade, estratégia, deliberação e decisão, não é abstraível sem fazer violência com a realidade. Assim, por exemplo, acerca de uma poupança: não devemos somente perguntar *como*, mas *por quê? Para quem* e *com que sentido?* Igualmente devemos desnaturalizar as motivações profundas subjacentes à aparente obviedade de uma escolaridade pensada em termos de investimento para si ou para os filhos (este investimento e sua finalidade imediata nos termos de seus resultados práticos *pressupõe* em si algo que lhe é mais importante e do qual é derivação), ou ainda à compra de uma casa própria e seus processos decisórios (coletivos, individuais, o que representa simbolicamente no imaginário familiar),...

'Perpetuum mobile'

A rigor, por conseguinte, os agentes populares não "têm" projetos se os considerarmos como substância externa a si próprios que, deles independentes em estado de coisa acabada e reificada, seriam investidos com vistas a sua realização; de nossa perspectiva, *estes agentes não projetam senão a si mesmos continuamente* em seus horizontes, lhes estendem seu ser social sob a modalidade de *projeção ascensional*; isto de tal modo que seus múltiplos esquemas incorporados assumem por esta via uma expressão, além de pretérita, *prospectiva*.[118] Assim sendo, estes *projetos inextricavelmente ascensionais-existenciais* não consistem simplesmente no 'efeito' de determinações passadas na medida em que, por sua vez, *orientam a conduta, mantendo ou lhe modificando o sentido conforme as circunstâncias e os momentos de uma trajetória, de modo a incidir sobre o curso das ações e participar de sua consistência*, como por exemplo os eventos e marcos biográficos (que alteram não somente a estrutura subjetiva já constituída dos agentes mas, também ou talvez principalmente, suas expectativas e a composição de seus horizontes, que são assim *dinâmicos*). E, também conforme as circunstâncias e os momentos de uma trajetória, estes projetos assumem uma feição mais ou menos pré-reflexiva ou reflexiva, pré-objetiva ou objetiva, nos termos de Husserl (1991) 'presentativa' ou 're-presentativa', não havendo sentido em lhes atribuir *essencialmente* uma primazia pré-conceitual (pela estrutura do fluxo fenomênico) ou conceitual (objetivante e sistemática), na medida em que estas modalidades de se engajar na vida inter-humana são expressões *parciais* de uma

[118] Nos termos de Harry Frankfurt, "uma pessoa que se preocupa com algo está, por assim dizer, nele investida." (1988, p. 83) Isto quer dizer que – abstraindo de nossa argumentação seu subjetivismo voluntarista – ao nos investirmos em pessoas, grupos, ideais, relações, atividades, projetos, etc., *com eles nos identificamos*, a eles em alguma medida nos devotamos de modo a nos tornar vulneráveis e suscetíveis a suas perdas ou suas realizações como de algum modo sendo, também, *nossas*. Isto implica em orientar a conduta intencionalmente conforme este foco de preocupação e desvelo (*care*), fazer escolhas, tomar decisões, iniciativas e atitudes efetivas, o que é o oposto a perder-se em uma sequência de eventos mais ou menos arbitrários que se imporiam, indiferentemente, ao agente. Esta *orientação motivada* do mesmo modo se distingue do "gostar" ou do "desejar" (por exemplo acerca de um ideal sabidamente inatingível, ou de uma simples preferência) na medida em que mobiliza uma determinada conduta com considerável grau de "persistência" (em detrimento de impulsos passageiros ou reativos), de forma que: "a perspectiva de uma pessoa que se preocupa/importa com alguma coisa ("who cares about something") é *inerentemente prospectiva*; isto é, ela necessariamente considera a si mesma como *tendo um futuro*." (Ibid., p. 83, grifos nossos) Este futuro, guiado por referência a tudo aquilo que *importa* aos agentes, estaria voltado ao que Frankfurt conceitua como "necessidade volicional"; assim, ao passo que engajaria os homens em determinados cursos de ação, por outro lado os obstaria ou desencorajaria de outros, tornando-lhes mesmo em alguns casos *sequer pensáveis*. (1999, p. 111-112)

existência sócio-histórica que, mais fundamental, as atravessa e mobiliza conforme a natureza e as exigências contextuais.

Outrossim, a ação eficiente no sistema econômico, particularmente vinculada às assinaladas inflexões da condição popular nas últimas décadas enquanto suas condições histórico-estruturais de possibilidade, de nenhum modo se reduz satisfatoriamente aos quadros conceituais de fundo subjetivista e solipsista, ainda presentes em sociologias pré-sociológicas, na verdade incapazes de lhe compreender naquilo que possuem de decisivo e para além da superficialidade ahistórica e pseudo-universalista. A razão está em que esta modalidade de ação expressa, como *pressuposto implícito*, um amálgama de forças sociais pulsantes nas quais se incluem tudo aquilo que *impele e engaja verdadeiramente* os agentes sociais: imaginários, adesões, rupturas, relações, pessoas, memórias, lugares, expectativas, rivalidades, identificações, realizações ou frustrações com as quais eles têm de lidar, negociar (embora muitas vezes se deparando com razões irreconciliáveis), além de *valências*[119] (Elias, 2010, p. 61-74) cuja *densidade intrasubjetiva* se revela um mapa de leitura, inclusive em sua mais íntima individualidade, de um *excedente de vida intersubjetiva* da qual é manifestação

[119] Prolongando sua abordagem configuracional de *O processo civilizador* à psiquiatria, N. Elias (2010) critica a concepção corrente nas ciências (economia, psicologia e psicanálise, compartilhando do senso comum em geral) do homem enquanto *homo clausus*, concepção pela qual a personalidade operaria como um "sistema fechado" que se relacionaria com a sociedade ao modo de dois entes supostamente autosuficientes e antagônicos. Em contraposição – como esboço propositivo de integração entre psiquiatria e sociologia – Elias nos apresenta a interessante noção de "configuração de valências" como alternativa sociopsiquiátrica ao conceito freudiano de libido, o desvinculando de sua base estritamente orgânico-sexual: "cada indivíduo dispõe de valências abertas prontas a se juntar àquelas de outros indivíduos" (2010, p. 64), de maneira a se envolver afetiva e emocionalmente com outrem e configurar sua estrutura psíquica (sua "configuração de valências") em interdependência com as configurações sociais mais amplas pelas quais se constitui. Desta perspectiva, a personalidade seria um "sistema aberto" de valências, estruturado pela "disposição quase permanente do homem a se vincular a outrem" (Ibid., p. 66), com sua configuração específica variando em função dos múltiplos engajamentos societários, envolvendo assim desde o conteúdo propriamente sexual (a "libido" psicanalítica) até realizações e vinculações afetivas, paternais, maternais, amistosas, pessoais, profissionais, mais ou menos competitivas, constituindo-se e se alimentando de pequenas ou grandes rivalidades, assim como toda sorte de "transferências" e combinações possíveis entre elas. O fundamental é que, da perspectiva desta "psiquiatria social", um ser humano dito "normal" não se relacionaria com outros apenas "racionalmente", ou ainda enquanto mônada autoconstituída interagindo com outras mônadas igualmente independentes as quais conformariam uma "realidade exterior", porquanto com elas estabeleceria vínculos afetivos, atrações e repulsas diversas e que, justamente nesta diversidade particular, formaria sua estrutura sociopsíquica e sua configuração de valências. Ser interdependente de outrem é fazer parte de sua estrutura afetiva (positiva ou negativamente). De fato, outros seres humanos não se relacionam conosco como entidades exteriores desde sempre já formadas ou ainda definitivas; antes *nos formamos nesta configuração relacional*, por ela nos entre-constituímos internamente, e por isto nossa constituição mesma resulta de toda sorte de vínculos e interdependências (havendo antes interpenetração do que uma relação de "causa e efeito") dos quais a sexual e conjugal respondem por somente uma parte, por importante que seja – e mesmo conjugalmente a valência exclusivamente sexual, i.e. a libido freudiana, não esgotaria o leque de valências abertas e disponíveis, mais ou menos permanentes ou flexíveis, dos seres humanos envolvidos.

diferencial se bem que, por sua vez, também *atuante*. Estas orientações populares mais ou menos (in)coerentes entre si, em certos casos, podem resultar num anseio ascensional razoavelmente unívoco. Na maior parte das vezes, no entanto, não o fazem e sua sedutora redução *a priori* a uma adesão antropológica primeira, fenomenicamente fundamental, a um "projeto original" (Sartre, 1943) sob o qual todos os engajamentos práticos seriam derivações como que redutíveis a um mínimo denominador comum (transcendental), não é mais do que pressuposição empobrecedora da inesgotável complexidade dos agentes sócio-históricos, tanto devido ao caráter multifacetado com que a vida se lhes apresenta como por sua singular multideterminação interna. Esta multideterminação histórica e social não é elemento posterior, *acessoriamente* agregado a uma suposta essencialidade antropológica prévia subjacente passível de ser definida de uma vez por todas, embora a construção desta pressuponha, no mais das vezes de modo inconsciente (e inconsequente), a *historicidade de sua condição*. Não há, portanto, historicidade que não revele pressupostos antropológicos assim como, da mesma forma, toda antropologia que pretenda prescindir da história não é senão abstração particular sub-repticiamente fetichizada em pseudo-universalidade. Com efeito, não compreenderíamos a *micropolítica inerente a toda constelação de projetos ascensionais populares* se não a vinculássemos ao feixe de relações e forças sócio-históricas por que se constituem, inclusive em sua heterogeneidade e diversidade internas (Lahire, 2002, 2013; Parsons, 1951a, 1951b), – e que são os veículos pelos quais as já referidas inflexões históricas contemporâneas se fazem sentir na experiência individual, inclusive enquanto seu *conteúdo de individualização* que no entanto jamais é unívoco ou unidirecional, assim como não possui, em todos os tempos e lugares, uma *única e mesma significação* – senão enquanto rudimento da variedade histórica da condição humana. Aliás, com muito maior razão, pelo fato de que, em nossa investigação, é precisamente a *heterogeneidade vivida entre* as experiências e esquemas de ação adquiridos na sociabilidade familiar, comunitária, entrelaçadas no mundo da vida de origem, assim também como aquelas emergindo na particularidade do espaço de subjetivação da institucionalidade do sistema de ensino, as oscilações e inseguranças no mundo do trabalho, o afastamento das pressões materiais, a abertura de novas possibilidades e "necessidades", com suas (des)afinidades eletivas com um leque mais ou menos amplo de sociabilidades, experiências, práticas e engajamentos, o que engendra um *distanciamento de si para si e para seus laços* assim como a necessidade reflexiva de um trabalho ativo sobre a própria experiência social, para utilizar os termos

de Dubet (1994, 2009). Quer dizer, a relativa autonomização "individualizante" em relação a todos e a cada um destes espaços não resulta de uma *ausência*, e sim de um *excedente intersubjetivo cuja tensão é intrínseca aos projetos ascensionais*. Neste caso, o desafio interpretativo reside justamente no fato de que estas linhas de tensão perpassam as relações interpessoais (seus conflitos, acomodações, rupturas, afetos longamente sedimentados, a densidade dos laços envolvidos) e compõem o interior dos agentes mesmos, enquanto *densidade intrasubjetiva*, de modo que as micromobilidades sociais, em todos os aspectos que a acompanham, implicam no *lidar com* esta experiência heterogênea, suas contraforças, ajustes e sínteses mais ou menos parciais. Por conseguinte, com vistas a sua *sociogênese*, se nos impõe situar cada ação socioeconômica em um conjunto mais amplo de conexões significantes e engajamentos de que são *parte inalienável*. Estas ações devem ser consideradas como linhas de força umas em relação às outras, umas *nas* outras, e que co-compõem um investimento existencial que é *imanente* a suas convergências e divergências, ambiguidades e contradições, sem no entanto se reduzir a nenhuma delas isoladamente precisamente porque sua coordenação é *condição de compreensão de cada uma em particular*. Assim, poderemos esclarecer de que maneira um entrecruzamento de relações históricas diferenciais e mesmo concorrentes no seio das classes populares estimula desde determinadas ações economicamente orientadas que tendem a perpetuar sua própria condição (sobretudo mas não apenas em suas frações subsistêmicas), até, no outro espectro balístico de suas trajetórias, de modo distinto e resultando da confluência de desencadeamentos históricos relativamente autônomos, de ações economicamente orientadas mais clivadas, as quais tendem por sua vez a transubstanciar reflexivamente os quadros de referência populares e valores comunitários em projetos mais racionalizados, estruturados sob uma temporalidade longa, como estímulo ativo à mobilidade, ações com sentidos díspares que podem predominar na conduta de uma mesma trajetória social em distintos momentos biográficos. Poderemos esclarecer, inclusive, em que medida e o modo como esses projetos, que são projeções históricas subjetivadas, mobilizam ou não, possuem consonância ou não, se conjugam ou não, a projetos coletivos (políticos, associativos, militantes, religiosos, a movimentos sociais, etc.).

5 **Linhas de experiência com densidade concêntrica, suas contraforças e aberturas**

Linhas de experiência enquanto linhas intencionais projetivas. A entrevista como *entre-vista*. A contiguidade e enleamento da sociabilidade familiar a relações e práticas locais, vicinais e comunitárias na estruturação de uma moldura implícita aos horizontes ascensionais-populares. Círculos concêntricos de relevância socioespacial e sua órbita de influências. O ideal da morfologia familiar estendida. O entrecruzamento do orçamento, despesas e investimentos de seus integrantes enquanto suporte material de uma economia moral, política e afetiva dos laços familiares (ou *oeconomia* enquanto *oikos-nomos*). A força da paisagem local enquanto pano de fundo afetivo-referencial à orientação da conduta. O predomínio do presente (como fim em si) na temporalização da vida: a autopercepção da realização, da "estabilização", ou a fruição do *hic et nunc*, assim como a variabilidade das relações com o tempo no interior de uma mesma trajetória. Agonismos, fissuras e aberturas do mundo vivido. Forças disruptivas. Exemplaridades e estímulos ascensionais intrafamiliares mais ou menos latentes. Mobilidade popular como prolongamento e mobilização das 'conquistas' familiares anteriores, acumuladas no interior de sua condição dominada. Investimentos familiares sugerindo os contornos e os limites da mobilidade filial e lhes antecipando a fluidez e indeterminação relativas entre linhas de experiência tendentes a perseverar no ser e outras ascensionais.

> E o que efectivamente denominamos "real" pressupõe, antes de mais, um acto do querer realizador de qualquer sujeito; mas este acto de vontade pressupõe um amor que se lhe antecipa, lhe faculta orientação e conteúdo. Portanto, o amor é sempre *o despertador do conhecimento e do querer* – sim, a mãe do espírito e da própria razão. (Max Scheler, *Ordo Amoris*, p. 15, grifos no original)

Já foram apresentadas as condições histórico-estruturais de possibilidade ascensional popular na periferia do capitalismo mundial. A partir delas, apontamos que, sobretudo por meio das inflexões nos sistemas econômico e escolar recentes, se irradiaram os pressupostos objetivo e subjetivo de racionalização das condutas socioeconômicas (da perspectiva dos imperativos sistêmicos), impactando diretamente às classes populares, especialmente suas gerações mais jovens. Por conseguinte, com isto em consideração, tivemos ocasião de assinalar também que esta planificação e sistematização das condutas, *objetivamente necessárias* que se mostrem à estruturação de horizontes que não se evanesçam por completo no plano imagético, utópico ou estético, *ainda não são em si mesmas suficientes* à compreensão do que definimos como *projetos ascensionais, os quais subsumem a tecnicalidade de uma ação economicamente orientada no interior do engajamento humano em sua completude*. Assim, no transcurso das (micro)mobilidades populares, esta projeção ou intencionalidade prospectiva envolve um complexo de linhas de experiência pelas quais

seus agentes vivem e manifestam sua condição, pelo que podemos lembrar as palavras de Merleau-Ponty, ressoando o conceito husserliano de protensão: "nosso futuro não é feito somente de conjecturas e de devaneios. Adiante do que eu vejo e do que eu percebo, não há sem dúvida mais nada de visível, *mas meu mundo se prolonga por linhas intencionais que traçam de antemão ao menos o estilo do que está por vir*." (2010a, p. 1119-1120, grifos nossos) Estas linhas são aquelas de uma classe, se bem que dinamicamente *mediadas* pela paisagem e tonalidade singularizantes por meio da qual ela se manifesta para cada um de seus agentes que assim projetam em seus horizontes, ou melhor neles *se* projetam, expectativas e anseios que nunca são exatamente de "mobilidade", ou "reprodução" social, por serem antes permeados por significações, valores e prioridades que participam da consistência objetiva deste fenômeno. E justamente na medida em que já nos debruçamos sobre as injunções estruturais que atravessam a condição popular periférica, e suas reacomodações recentes, obtivemos meios de prosseguir nossa *sociogênese destes horizontes ascensionais-populares* evitando ao máximo o miserabilismo objetivista, sem recair no extremo oposto, o populismo subjetivista. (Passeron; Grignon, 1989)

A partir dos protocolos de investigação estabelecidos (o recurso a reconstruções de trajetórias biográficas detalhadas, seus critérios de seleção em função da tipicidade a nossa problemática sociológica), identificamos *um primeiro conjunto de camadas de experiência social que participam da consistência dos projetos ascensionais*. De importância decisiva é o fato de que, *assim como é o caso com todas as outras linhas de experiência que compõem estes projetos*, não se trata de uma definição binária por "sim ou não", em que as trajetórias apresentariam ou não uma determinada linha de experiência em detrimento de outra: *potencialmente todas as trajetórias podem manifestar todas elas, inclusive em suas contradições*. Por isso, para sermos mais consoantes com o dinamismo de sua natureza, o que se impõe é a necessidade de uma cartografia de seus graus, intensidades e significações desiguais conforme a diversidade, extensividade e intensividade das socializações que se entrecruzam nestas trajetórias ascendentes. Assim, o conjunto de experiências sociais que analisaremos agora se caracteriza pela sedimentação de prioridades apodíticas, por formas de reflexividade, de lidar com o tempo e de temporalizar seus anseios, por um estilo de alocar as práticas econômicas em particular no conjunto de práticas em geral, que tendem a estimular as micromobilidades a se manterem na órbita de sua condição de origem. Naturalmente,

não se trata da simples reprodução de sua posição social; seja em relação a sua origem, seja em relação a si mesmos no momento em que se inseriram no sistema econômico, estes agentes *já a ascenderam nos termos do realinhamento capitalístico contemporâneo*, e justamente por essa razão foram selecionados em nossa investigação. Mais propriamente, portanto, se trata de um modo de *projetar o presente no futuro* – e não o futuro no presente – pelo *sentido* de suas ações: por um lado, o aspecto da expressão 'sentido' que se realça é o objetivo-direcional, pela preservação das "conquistas" ou das margens de segurança já estabelecidas; se aderindo a este aspecto, por outro, é a dimensão subjetivo-intencional que se manifesta nos contornos do que, como se diz, "vale à pena" ser vivido, priorizado, fruído ou o que "faz sentido" na vida conforme as possibilidades e valores diferenciais assumidos por pessoas, relações, lugares, coisas... Ao mesmo tempo e igualmente importante, veremos que *este mesmo conjunto de experiências* de origem principalmente familiar-comunitário-vicinal, que caracterizamos por sua força concêntrica na estruturação dos horizontes subjacentes aos projetos socioeconômicas, longe de indicar sistemas populares fechados, ou integralmente autocentrados e tendentes à autopreservação, apresenta aberturas, correlações de forças e conflitos internos, além de contradições e lacunas que lhe são intrínsecas, e que por isto mesmo este conjunto possui uma fluidez, além de outras orientações latentes, apenas dependendo da diversidade de contextos e do encontro com outras linhas de experiência para desencadear outros cursos de motivação e ação, com outras consequências ascensionais. Tudo isto ganhará corpo na descrição a seguir.

A entrevista enquanto entre-vista

Conforme já discorremos anteriormente,[120] em nossas entrevistas aprofundadas e semidiretivas nos guiamos pela reconstrução sistemática e detalhada dos percursos biográficos selecionados, o que fizemos através de seus *relatos de relações e práticas envolvidas em diversas esferas da vida*.[121] Neste sentido, esses relatos se assemelham mais ao que seriam histórias no plural para cada um dos biografados do que a uma

[120] Cf. seção "Reconstruções biográficas, trajetórias, e os critérios de exemplaridade de uma problemática sociológica", no terceiro capítulo.
[121] Para o roteiro detalhado de entrevistas, cf. apêndice B.

"história de vida" no singular, principalmente porque não pressupomos nem forçamos sua coerência interna.

Superando toda a ingenuidade pseudolaboratorial presente em manuais de timbre positivista, a sociologia há muito já revelara as entrevistas como, elas mesmas, contextos de interação social, ou, para utilizar um termo caro a Garfinkel, sua irrevogável indexalidade. Nestas modalidades interativas não há, e jamais poderia haver, neutralidade ou ponto zero no qual se "colhem" informações ou dados como se os houvesse já prontos, simplesmente à espera do pesquisador, e os quais poderiam ser "reproduzidos" da mesma maneira por qualquer tentativa interacional subsequente. A passagem para uma consciência mais crítica acerca do incontornável papel da situação social da entrevista na "produção" destes "dados", o que inclui *a fortiori* aqueles obtidos por questionários em levantamentos estatísticos, sabemos, não possui um sentido de resignação relativista; suas implicações apontam antes a necessidade de, havendo uma maior ciência dos pressupostos sociais da entrevista enquanto *entre-vista* intersubjetivamente vivida, estabelecer condições sociologicamente favoráveis a seu transcurso em função dos objetivos da pesquisa, e explicitá-las.[122] Isso não significa uma atitude instrumental pelo investigador, ao contrário: implica reconhecer o entrevistado enquanto fim em si, construindo uma ambiência de *empatia* e *compreensão*, condições de uma "boa" entrevista *a um só tempo em termos éticos e sociológicos* – bastando lembrar a importância destes conceitos na fundamentação da sociologia weberiana. A "objetividade" aqui não é sinônima de "neutralidade" da interação, como se houvéssemos acesso à biografia-em-si de nosso entrevistado: esta não existe; o que há são fragmentos de memórias, momentos e esboços de narrativas parciais, contextual e seletivamente reconstruídas. "Objetividade", portanto, significa levar a sério a densidade de seus percursos biográficos e a importância de suas reconstruções narrativas para nós e para si mesmos – o que implica, mais uma vez, *uma atitude frutífera deontológica e sociologicamente, de modo recíproco e indissociável. A ética e a fertilidade sociológicas não são elementos externos um ao outro e não podem ser discutidos como "assuntos" distintos: toda metodologia porta em si não somente seus pressupostos teóricos como éticos, e o real interesse pelo objeto significa,*

[122] Como nas lições de Everett Hughes (1956), "nós mencionamos estas sutilezas sobre retórica e interação sociais, não para desvirtuar sua análise, mas para destacar o ponto de que a entrevista, como em si mesma uma forma de retórica social, não é meramente um instrumento da sociologia mas parte de sua substância mesma." (Ibid., p. 508)

‘paradoxalmente’, tratá-lo como fim em si. Claro, isto não significa recair em um subjetivismo ingênuo e acrítico, muito menos “justificar” quaisquer práticas sociais, mas ao invés disso, especialmente no caso de entrevistas aprofundadas, que aquela empatia e compreensão como fundamentos sociológico-hermenêuticos, quando expressos em atitude sociológica, resultam naturalmente na motivação de nossos entrevistados para com o engajamento e o desenrolar de suas reconstruções narrativas (Kaufmann, 1996, p. 47-57) – e não por acaso nos vimos surpreendidos ao fim de algumas entrevistas com o espontâneo agradecimento por parte do pesquisado, para não mencionar o declarado desejo de continuação malgrado termos percorrido por horas todo o roteiro de entrevistas, e ainda em outros a espontânea procura por parte do biografado, passados dias da entrevista, em fornecer informações ao sociólogo que avalia como importantes e que não foram relatadas no momento do encontro.

Em termos metodológicos, não resulta daí necessariamente uma completa ausência de intervenção do sociólogo; denota simplesmente *uma atitude por sua parte que é inalienável de seu ofício*, e a qual, se não é ‘lida’ por ele mesmo, certamente o será por seus entrevistados. Nosso roteiro de entrevistas, inclusive, é bastante detalhado já que visa à sistematicidade de um *corpus* em função de questões teoricamente norteadas. Por conseguinte, nosso lugar na relação com os entrevistados deve ser objetivado já a partir do meio de sua seleção (que obedeciam ao conjunto de critérios já destacados em momento anterior). Ela se iniciou através de *questionários-piloto* distribuídos em instituições de ensino que se adequavam ao perfil procurado (cursos técnicos e profissionalizantes, faculdades e pré-vestibular comunitário), ou repassados a indivíduos próximos ao pesquisador que os distribuíam a terceiros (em seus respectivos ambientes familiar, de trabalho, entre conhecidos, vizinhos, etc.), neste caso fornecendo também um elo de confiança entre pesquisador-pesquisado. Este questionário buscava averiguar a adequação das propriedades sociais principais dos entrevistados a nossa investigação (origem social, regional, idade, ocupação, nível de diploma, etc.), assim como sua anuência para a entrevista, que ocorrera sempre em local de sua preferência (sua residência, espaços públicos, ou a própria residência do pesquisador) embora devesse apresentar alguns pré-requisitos indispensáveis: um ambiente onde fosse resguardado o bom andamento da entrevista, sua privacidade (envolvendo também o sigilo do informante e nomes fictícios), assim como – o mais difícil – a disponibilidade de tempo. Inegável a constatação de que os contextos assim construídos participaram de

um imaginário ora terapêutico, ora interpretado nos padrões de uma visita ou encontro 'amigável' (precedida ou sucedida por alguma refeição em comum, conversação informal, autoapresentação amistosa), ora ainda apresentando uma indeterminação entre ambos que se mostrou favorável ao envolvimento dos biografados (sendo os relatos neste caso construídos ao modo de "confissões"). Cada uma das reconstruções biográficas se acompanhou de observações etnográficas (sobre o local do encontro, vestimenta, uso da linguagem, *hexis* corporal, recepção e interpretação do contexto pelo entrevistado) realizadas logo após a entrevista (último tópico de nosso roteiro de entrevistas), e que foram muitas vezes mobilizadas em nossas descrições.

5.1 A contiguidade e enleamento da sociabilidade familiar a relações e práticas locais, vicinais e comunitárias na estruturação de uma moldura implícita aos horizontes ascensionais-populares

Círculos concêntricos de relevância socioespacial e sua órbita de influências

Conforme perscrutamos as longas descrições no tocante à origem social de nossos entrevistados, dentre os traços que sobressaiam com especial nitidez se encontra *a extensão da sociabilidade familiar em relações e práticas locais, vicinais e comunitárias,* extensão que delineia em grande medida *um mundo significativo-experiencial impossível de ser dissociado na estruturação narrativa em que se apresentam*. Traços quase universalmente apontados como constitutivos das classes populares onde quer que o capitalismo se apresente no mundo,[123] assim como o mais ou menos generalizado declínio de sua força nas sociedades "pós-industriais", sobretudo para as gerações mais novas, o fato é que desde as mais incipientes recordações infantis, atravessando a adolescência e perfazendo a idade adulta, os diversos ciclos de vida em nossos relatos se mostram emoldurados pela coexistência entre avós, tios-avós, pais, irmãs, primos, tias, padrinhos, vizinhas, além de amigos e colegas "da rua" ou "do morro", o que não se refere, simplesmente, a um existir-*com* enquanto agregação de agentes individuais, pré-formados anterior e exteriormente a estas relações. Isto porque,

[123] Dentre vários cuja influência se faz diretamente presente nas ênfases desta seção, destacamos: Schwartz (1990), Duarte; Gomes (2008) – especialmente na subseção acerca do ideal da morfologia familiar estendida –, Lewis (1964, 2009 [1961]) e Hoggart (1970).

para sermos mais precisos, a sua *entrecomposição experiencial, afetiva e agonística* lhes estrutura a subjetividade, performando um *mundo local denso*; e não é "de fora" que os agentes nele se inserem visto que lhe *co-constituem* eles mesmos, e sabem que o fazem, através de seus espaços, pertences, corpos, expectativas recíprocas, significados, referências, intimidades, anseios, antagonismos, problemas e planos *compartilhados*. Nesta estruturação subjetiva, a questão não se resume ao fato de os indivíduos naturalizarem em seus esquemas de percepção, apreciação e classificação este mundo: em uma multiplicidade de aspectos necessariamente o fazem, porém ao mesmo tempo, *na medida em que sua origem social não consiste num bloco homogêneo e por isto falamos em linhas de experiência*, em muitos outros aspectos a questão é mais problemática; inclusive registramos nas reconstruções narrativas, especificamente sobre a origem social, que os conflitos e os estranhamentos cotidianos podem lhes parecer, em alguns casos, beirando o insuportável, assim como a conduta de pessoas próximas, condenável e injustificável, operando simbolicamente como um *contra-exemplo*. Mas ainda que não se percebam como "peixes n'água" em todos os *distintos contextos, momentos, relações e práticas* que integram suas vivências familiares e comunitário-vicinais, ainda que este mundo se apresente eivado de contradições muitas vezes visíveis e ante as quais nossos biografados se posicionam criticamente, não obstante são as *linhas de experiência* ali forjadas que *antecipam* suas prioridades e sentidos múltiplos, inclusive a própria feição de seu posicionamento crítico, *não enquanto determinação causal*, mas enquanto *moldura implícita a delinear seus horizontes*, suas cores, ênfases volitivas, gravidades e *tudo aquilo que importa* aos agentes em questão.

Estes *laços fortes*, no dizer de Granovetter (1973, 1983), e que em nossos relatos *enredam família e comunidade*, evidentemente não são quantitativamente totalizantes do conjunto de possibilidades relacionais intrafamiliares, intracomunitárias, ou familiares-comunitárias; antes eles formam, e se formam, através de *círculos concêntricos de proximidade e familiaridade* envolvendo parentes, vizinhos e, desde a infância, crianças e adolescentes cujas diversas modalidades de sociabilidade lúdica atravessam estas fronteiras com ainda maior frequência e intensidade (por meio de brincadeiras, jogos, esportes, rixas, pelos espaços próximos, arredores, casas, quintais, campos de futebol, fliperamas, etc.). Estes círculos possuem uma nítida dimensão espacial, tornando mais opacos ou mais vivazes os sentimentos de inserção e pertencimento a um (literal) espaço de sociabilidade, que não se confunde com uma

determinada comunidade, à proporção de seu afastamento ou proximidade à órbita de influências irradiadas por seu núcleo: por exemplo, no interior de uma mesma favela se estabelecem subdivisões imaginárias, imprecisas e graduais, em função desta conexão entre relacionalidade e geografia locais;[124] assim, uma pessoa pode habitar próxima à "tendinha de seu fulano", ou à "quadra", ou ainda na "rampa", referências que marcam e cruzam localidade e familiaridade interpessoal variáveis no seio de uma mesma comunidade (para uma criança, preferencialmente "quem é do campinho vai brincar com as crianças do campinho, quem é da 'biquinha' vai brincar com as crianças da 'biquinha', quem é do poço vai brincar com as crianças do poço", etc.), e quanto mais nos afastamos do centro desta concentricidade, mais as percepções, lembranças, e laços vão se tornando menos familiares e cotidianos e, assim, mais ocasionais e superficiais (espaços indiferenciados, passando da amizade ao ocasional "bate-papo", até chegar ao simples "conhecer de vista").[125] De fato, no alcance de sua gravidade socioespacial as coisas ocorrem como se a própria geografia de determinadas comunidades, e do caráter geminado de muitas habitações, expressasse esta interpenetração das casas com seu entorno por "não ter essa delimitação do que é meu, o meu individual, a minha casa, a minha extensão, do que é do outro", delimitação em relação "à vida, [a] tudo o que ocorre": "o morro todo participa da tua vida", "todo mundo vive muito a vida do outro", como se não houvesse "muros". E é por isto que quem porta consigo esta *concentricidade na estruturação da subjetividade* pode se deparar com um profundo *estranhamento* no caso do estilo de habitação e da relação mais distanciada com os vizinhos que ela supõe em um apartamento, a partir da nova condição socioeconômica, o que se revela por exemplo no declarado receio em solicitar favores, antes bastante habituais, assim como no juízo acerca da inconveniência do próprio comportamento ao perceber em si a excessiva solicitude do ponto de vista dos novos padrões de coexistência vicinal: "porque lá no morro é assim de um cuidar do outro", podendo se adentrar a residência de um vizinho com naturalidade "porque é tudo de todo mundo" ("o pé do quintal de manga tá no quintal de fulano mas [...], tá aqui no morro, então é meu também"), o que não significa a ausência de uma sensibilidade aguçada acerca de regras de etiqueta tácitas sobre horários pertinentes, momentos e ocasiões adequadas, a

[124] Esta divisão parcial não se alinha necessariamente àquela imposta pela fronteira entre facções do narcotráfico, ocorrendo em nossos relatos em comunidades dominadas por uma mesma facção. Ela reside antes no *foco socioafetivo da percepção*.

[125] Aliás, é neste sentido que quem mora "no pé do morro" se localiza próximo a uma fronteira ao mesmo tempo material (em termos de proximidade física e infraestrutura urbana) e simbólica (pela proximidade ao "asfalto" ou à "rua") que por si já sugere uma tácita pretensão em relação ao restante da comunidade.

conveniência da frequência das visitas, limites em que as pessoas que os ultrapassam constantemente, ou não os percebem, "são consideradas entronas". E esta (auto)percepção de si no mundo familiar-comunitário em grande medida deriva também do papel dos suportes e auxílios recíprocos na densificação de suas redes de sociabilidade, os quais variam desde simples pedidos por determinados ingredientes (como alho e sal no preparo de um almoço) até transportes de idosos ou adoentados, casos em que o vizinho que possui automóvel se encontra *moralmente* compelido (ainda que possa estar "puto" em se ver como "taxista" sem remuneração), mutirões para reformas, autoconstrução de moradias, ajuda para solução de problemas estruturais (falta d'água, telhas quebradas, doações em casos de necessidade ou imprevistos), etc.

Capital familiar, laços e economia comunitária

Dos quase três mil empreendimentos levantados pelo *Censo de empreendimentos econômicos da Maré* (2014), realizado em seu conjunto de favelas localizado no Rio de Janeiro, somente 13,3% declaram a existência de "sócios". Isto porque "quase sempre, o empreendedor ou um familiar atua direta e cotidianamente no negócio. Em grande parte dos estabelecimentos com uma só pessoa trabalhando, esta é a proprietária do negócio. Quando há mais de um trabalhador, nada menos que 63,9% dos empreendimentos contam com parentes do proprietário entre os funcionários, muitas vezes, em maioria ou exclusivamente." (Ibid., p. 48; 57) Da mesma forma, se levarmos em conta a totalidade da força de trabalho empregada (familiar ou comunitária), 3/4 de seus integrantes residem na própria Maré, sendo que 80% dos estabelecimentos empregam força de trabalho exclusivamente local, marcada pela informalidade. (Ibid., loc. cit.) Quanto aos "principais clientes" dos pequenos empreendimentos locais, 91% pertencem ao próprio conjunto de favelas da Maré. (Ibid., p. 51) Por conseguinte, a extensão dos laços familiares à sociabilidade comunitária possui como racionalidade maior a confiança, enquanto '*com*-fiança', pelo que, embora em crescente desuso especialmente entre as gerações mais novas, o "fiado/caderneta" é a modalidade creditícia predominante em 40,2% dos empreendimentos pesquisados, prática mais de duas vezes maior do que o uso do cartão de crédito (19,2%). (Ibid., p. 53)

Esta orientação concêntrica dos micro ou pequenos investimentos socioeconômicos não denota, como insistimos em lembrar, uma espécie de obstinação conscientemente visada; ela constitui os horizontes vividos em que os projetos particulares encontram a plenitude de seu sentido, o que não impede, muito pelo contrário, que por meio deles se possa inclusive realizar uma busca emancipatória em relação aos limites impostos pelo capitalismo periférico à condição dominada, a exemplo do caso em questão através da abertura de um pequeno capital local: antes do empreendimento, 81% dos pesquisados eram eles mesmos empregados; mais de 86% não possuem outra ocupação além do negócio; mais de 2/3 não atuavam no ramo antes de sua abertura, e a mesma proporção nunca participou de algum tipo de formação que os auxiliasse na gestão do capital; da mesma forma, apenas 3,7% empreendiam em qualquer outro ramo de negócios; 64,7% mobilizaram recursos próprios, seja de poupança, imóveis, ou de demissão, e apenas 6,3% o herdaram da família a despeito de seu caráter majoritariamente familiar-comunitário. (Ibid., p. 64, tabelas 25, 26 e 27; quadro 11).

A solidariedade, absolutamente nuclear na conformação da sociabilidade comunitária, naturalmente não exaure sua polissemia afetivo-agonística, e assim somos igualmente levados a sublinhar a importância da concentricidade socioespacial em conflitos mais ou menos duradouros entre vizinhos (que podem se manifestar, por exemplo, em discussões relacionadas a fumaças geradas pelo hábito de se queimar o lixo e que atingem o varal de roupas das moradias ao redor; pela proximidade das paredes das casas em que conversas ou gritos as atravessam e "incomodam", que pode ser pela manhã com trabalhadores se interpelando, ou à noite como no caso do som das igrejas evangélicas; brigas intrafamiliares que passam a se tornar coletivamente compartilhadas; desentendimentos pela questão da limpeza de passagens comuns, etc., etc.): o que torna muitas vezes dramáticos estes conflitos é justamente a importância da densidade dos laços desta relacionalidade comunitária, o que pode fazê-los assumir fortes contornos emocionais se assemelhando à intensidade de conflitos entre parentes, onde o rompimento de relações pode se tornar a última possibilidade de "convívio". Não é por outra razão, inclusive, que este contínuo intercâmbio entre família e comunidade (vizinhança, moradores do mesmo terreno, viela, rua, vila, bairro, favela), familiares e vizinhos (homens, mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças), se reflete no fato de que os segundos assumem tarefas e papeis que, convencionalmente, se exercem por familiares. Sobre isso, um de nossos entrevistados (E22)[126] expõe que "a gente tem uma vizinha que é como se fosse uma segunda mãe", por haver cuidado "de favor" de si e de um irmão no período de sua infância: assim como nosso entrevistado, esta vizinha permanece, ainda hoje, na mesma favela, participando do *sentido global* que ela assume a seus olhos. Trata-se, no caso, de uma trabalhadora doméstica já aposentada, ainda trabalhando eventualmente, ao lado de seu marido (de quem não se recorda a antiga ocupação), e que os recebiam em casa enquanto seus pais trabalhavam e permaneciam grande parte do tempo ausentes; com estes vizinhos ele conversava sobre "tudo" (por exemplo sobre sexualidade, o que não fazia mesmo com seus pais). Em outros casos, este "cuidado" em relação a crianças e adolescentes por parte de adultos ou idosos que residem nas proximidades da família (na casa de quem se brinca,

[126] 'E22' indica Entrevista 22, e assim respectivamente no caso de passagens abreviadas ou indiretas. No caso de passagens mais longas optamos pelo uso de parêntese especificando: '(Nome, idade, ocupação)'. Mas ambas as formas de referência, abreviada ou longa, permitem ao leitor a remissão ao quadro dos biografados com suas propriedades principais, que se encontra no apêndice A.

joga, se assiste TV, onde se ganha presentes em ocasiões festivas da mesma forma que seus familiares, a quem é habitual se chamar de "tio" ou "tia", onde se alimenta, se aprende boas maneiras e o comportamento adequado, o "mandar tomar banho", o "chamar a atenção") chega ao ponto em que, quando atingem a idade adulta, a visita aos parentes precisa se estender aos vizinhos próximos que compõem o seu universo de formação sob pena de ser avaliada por estes como desconsideração; esses laços não poucas vezes podem ser mais fortes, inclusive, do que os consanguíneos.

O ideal da morfologia familiar estendida

Este entrelaçamento da sociabilidade familiar nas redes comunitário-vicinais, conforme registramos em nossas trajetórias biográficas, pode ocorrer não somente por parte de parentes com seu entorno próximo, de outros moradores: nos bairros periféricos é comum o prolongamento, cumulatividade e aglomeração territorial da família que se torna, *ela mesma*, a vizinhança, fato que enseja a sugestiva expressão: "quintal de família" ("lá em casa é um condomínio!"; "é como se fosse uma vila"; "a minha rua é praticamente [de] toda a minha família"). Sob este padrão morfológico, na verdade muitas vezes mais como *tendência* do que completude, a importância dos laços familiares na orientação da conduta atinge especial nitidez. E o maior grau de consolidação deste ideal[127] de família estendida parece ocorrer todas as vezes em que ela transparece sob a descrição de uma espécie de casa originária enquanto marco espaço-temporal fundacional compartilhado pelos membros de uma família, em local ou terreno que é adquirido, ou ocupado, e no qual ela, a casa, é (auto)construída por algum parente longínquo, patriarca e/ou matriarca-referência, geralmente migrante de origem rural. Estes locais podem variar bastante em termos de infraestrutura (em nossos relatos englobando desde palafitas em mangues, barracos improvisados até casas de alvenaria),

[127] 'Ideal' no sentido em que parece participar da autoidentificação espontânea dos agentes ainda quando não se realiza efetivamente, como revelado na estruturação narrativa de um agente (E23) que habita em companhia somente de sua esposa e filha: "a minha avó por parte de mãe hoje mora com a gente [*a gente você diz teus pais, ou você e tua esposa?*] A gente não, desculpa, eu costumo falar 'a gente' tanto na minha casa quanto na casa dos meus pais... eu num perdi esse vínculo, entendeu?" Através da utilização do indício comparativo entre casais c/parentes X s/parentes (independentemente de empregados domésticos ou agregados) para designar famílias extensas ou nucleares, respectivamente, as primeiras se encontram majoritariamente entre as camadas com menor volume de capital econômico e cultural (Hasenbalg; Silva, 2003, p.76), ainda que em proporção relativamente menor nas últimas décadas. Cf. também a respeito da transição entre "regimes demográficos" IPEA (2014b).

no entanto tendo em comum o fato de que quanto mais vulneráveis e subsistêmicas sejam as frações populares que lhes ocupam, maior a densidade demográfica de seus cômodos. (IBGE, 2010b, p. 110-111, tabela 4.4) Sendo as casas, geralmente autoconstruídas em parte ou no todo, divididas "oralmente" entre familiares, a ampliação de sua infraestrutura (o que não implica necessariamente sua melhoria, mas por exemplo a expansão horizontal ou vertical de seus cômodos, ou a construção de novas casas no mesmo terreno) dificilmente é planejada de início – ou o sendo, dificilmente é realizada tal como planejado; nesta espécie de maleabilidade estrutural permanente (onde os espaços e moradias apresentam o caráter sempiternamente inacabado, de obras que perduram anos e anos, com interrupções e retomadas sucessivas) é comum a reacomodação desta divisão inicial conforme os descendentes (filhos, netas, sobrinhos, além de noras e genros agregados) costumem "comprar" espaços uns aos outros (compra que pode ser por pagamento, em lugar da assunção de dívidas, trocas por outros espaços, etc., onde os benefícios financeiros e o auxílio compõem em graus diversos o sentido da 'negociação'). Entretanto, o que é fundamental nesta modalidade de territorialização familiar pela vizinhança, com tudo o que envolve em termos de *enfeixamento de expectativas*, é que a *preservação da morfologia familiar estendida* em face aos sempre presentes riscos de dissolução inerentes à expansão descendente e colateral da parentela não é essencialmente meio: conquanto o suporte recíproco entre familiares lhe seja centralmente estruturante enquanto "capital social", *ela importa em si mesma*. Em alguns casos, quando prementes estes riscos, um parente em melhores condições, especialmente o patriarca ou a matriarca, pode mesmo investir na aquisição de novo terreno, novamente subdividindo as casas para os filhos, netos e mesmo bisnetos, além de agregados e cônjuges incorporados, atuando assim como eixo de referência econômico-moral-afetivo-político da parentela. É assim que em um de nossos relatos (E28), à proporção que um terreno da avó materna de nosso biografado – tendo sido inicialmente dividido para acomodar os oito filhos, cada um com sua casa – se mostrava crescentemente insuficiente frente à ampliação da descendência e da incorporação de novos integrantes, estes se mudaram para outro terreno adquirido pela matriarca (apoiando-se financeiramente em parte pela venda do anterior), ainda em bairro periférico porém mais próximo dos locais de trabalho da família, e onde cada um recebeu nova casa se bem que todas maiores e com melhor infraestrutura: neste caso em particular houve simultaneamente expansão horizontal (casas com mais cômodos) e vertical (mais andares em uma mesma casa): "já

deu pro meu tio fazer uma casa [com] minha mãe em baixo, [e ele] em cima; a casa da minha mãe, onde a gente morava, só tinha dois quartos; [n]essa minha mãe pôde fazer três, [e assim] abrigou meu primo pequeno que tá morando com ela." Com efeito, estes territórios se revestem de um caráter familiar – ao mesmo tempo composto por familiares e com o qual se é familiarizado – à medida que se distribuem, e se acumulam, casas onde passam a coabitar irmãos, filhas, sobrinhos, netas, e que se incorporam novos integrantes, o que se expressa também pelo fato de, em nossas descrições, seus integrantes compartilharem propriedades sociais próximas entre si,[128] sendo em alguns casos os mesmos ofícios que são compartilhados por diversos membros da família, quando não são todos que se envolvem em distintas etapas do processo de produção e circulação das mercadorias e serviços de um empreendimento familiar conjunto, habitualmente autônomo, no qual a própria proximidade familiar do ambiente de trabalho não é simplesmente capital, ou se pode sê-lo é porquanto ela é simultaneamente *valorizada em si mesma*.

As premissas unilineares de uma dicotomia artificial

Se opondo à datada tese de Parsons de que a "família estendida" seria disfuncional à mobilidade ocupacional, logo, incompatível com todo o edifício das "modernas sociedades democráticas e industriais", Eugene Litwak (1960) apresenta elementos empíricos para defender não somente a compatibilidade entre família estendida e mobilidade ocupacional como, mais ainda, que ela seria um reforço à mobilidade em todas as camadas sociais – seja de indivíduos isolados ou em sua nova família nuclear. Fornecendo um suporte psicológico e material, ela estimularia e resguardaria ao mesmo tempo os indivíduos ocupacionalmente móveis (ascendentes ou descendentes), sem prejuízo da "eficiência" requerida ocupacionalmente, e ainda reconhecendo o valor de seu novo "*status*" em caso ascensional. Na verdade, segundo o autor a família estendida se mostraria até mesmo mais "funcional" à mobilidade ascendente do que a simples nuclearização. Esta argumentação se dá a partir de uma reformulação do que se compreende como tipo ideal de família estendida, pela acentuação de seu *sentido moderno*, de modo que "este tipo difere da família 'estendida clássica' pelo fato de não demandar proximidade geográfica, envolvimento ocupacional, ou nepotismo, nem ter uma estrutura hierarquicamente autoritária. Por outro lado, ela difere da estrutura familiar nuclear pelo fato de prover significativo e contínuo auxílio à família nuclear. A família estendida modificada [i.e. moderna] consiste numa série de famílias nucleares mantidas juntas numa base igualitária, com uma forte ênfase nestes laços familiares estendidos como um valor em si [*as an end value*]." (Ibid., p. 10) Assim, o autor especifica que o mencionado "significativo e contínuo auxílio" raramente se verifica no campo da promoção ocupacional,

[128] Registramos ocupações tais como: pescador, pedreiro, eletricista, gari, serralheiro, cozinheiro, taifeiro, vendedor ambulante, vigia, auxiliar de serviços gerais, trabalhadora doméstica, costureira, cuidadora de idosos, ascensorista, manicure, lavadeira, dona de casa, entregador de jornal, ajudante de pequenos estabelecimentos comerciais (espécie de "faz tudo"), trabalhador industrial não-qualificado de diversos tipos, além de toda sorte de pequenos serviços e biscates inclassificáveis e informais, a imensa maioria com baixa ou nenhuma qualificação e parcos recursos econômicos.

predominando sob a forma de manutenção de um determinado padrão de vida mínimo (através de doações, ajuda nas compras de casa, com recém-nascidos, problemas de saúde,...). (Ibid., p. 11) Desta perspectiva, aquilo que a arcaica teoria da modernização consideraria como "famílias estendidas" e que, segundo o autor, seriam inteiramente incompatíveis à mobilidade ocupacional seria uma definição "tradicional", com caráter camponês, étnico e cultural historicamente particulares.

De outra parte, no outro espectro deste rudimentar e artificial antagonismo (já que em nossas investigações a morfologia familiar em questão em nada se reduz a uma ociosa e inconsistente oposição entre "tradicional" e "moderno"), se procurarmos também poderemos encontrar resultados diametralmente opostos aos de Eugene Litwak. Por exemplo em Stuckert (1963), cujo estudo confirma a concepção de Parsons da incompatibilidade funcional entre mobilidade social e família estendida: segundo este estudo, uma família móbil teria menos contatos com sua família de origem, seria por ela menos influenciada (em termos de opiniões, sugestões, valores) e para ela menos orientada em sua vida cotidiana e referências (modos de vida e de comportamento); ao mesmo tempo, não estando completamente integrada em sua nova rede de sociabilidade, seja comunitário-vicinal ou associativa, a família socialmente móbil tenderia, por conseguinte, ao isolamento nuclear.

A nosso ver, o mais revelador é o que ambas as abordagens, opostas nos resultados, apresentam em comum: o *pressuposto teórico e metodológico* de que é possível, sociologicamente plausível, ou objetivamente "mensurável", estimar os efeitos da morfologia familiar nas trajetórias ocupacionais *como se sua atuação se realizasse unilateralmente por si mesma*, completamente desvinculada das experiências e percursos diferenciais no sistema de ensino, do próprio universo ocupacional (este como supostamente mero 'resultado', o qual não incidiria ele mesmo por sua vez sobre os horizontes ascensionais dos indivíduos em questão), de outras esferas da vida (religiosa, amistosa, regional, etc.) e, ainda no que diz respeito exclusivamente à origem familiar em si, *como se suas forças socializantes formassem um todo coerente atuando em uma mesma e única direção (ascensional ou reprodutiva)*. Em nossa investigação, a morfologia familiar (estendida ou não) é uma força de composição dentre várias, ela mesma compósita internamente.

Mas ainda que não se organize enquanto empreendedorismo no sentido da capitalização familiar, esta estruturação de uma família-vizinhança, que é ao mesmo tempo uma vizinhança familiar, fornece uma importante rede de proteção e auxílio (que pode ser espiritual, afetivo, material, financeiro) nos mesmos padrões comunitários já mencionados – embora teremos ocasião de observar a relativa impropriedade de defini-los enquanto uma forma de capital social. As formas assumidas por estes suportes e contraprestações são inesgotáveis e podem envolver, por exemplo: filhos cuidando da saúde dos pais; avós auxiliando nos cuidados com os netos enquanto os pais "trabalham fora"; algum parente dando aulas particulares a uma criança da família "sem cobrar"; crianças "tomando conta" de outras crianças (e.g. servir alimentos pré-preparados pela

mãe, conduzir à escola, dar banho, trocar fraldas, lavar suas roupas, 'vigiar'); o cuidado cotidiano com um parente alcoólatra e/ou dependente químico (incluindo banhos e acompanhamentos ao hospital e a internações); a realização de compras, a aquisição de medicamentos ou de cesta básica na Igreja que é repassada aos parentes mais vulneráveis; a intermediação em "arrumar um emprego" ou o financiamento de um pequeno "negócio" autônomo; o "morar de favor" na casa ou em um de seus cômodos (muito especialmente quando o parente em questão possui filhos, estes se revestindo de 'argumentos' cuja recusa por parte do solicitado é bastante delicada e passível de crítica por outros familiares); o auxílio na (auto)construção ou nas reformas (troca de piso, emboço), etc. Todavia, embora esta extensão da família possa fazer de um território uma paisagem familiar, com tanto maior facilidade quanto mais antiga sua ocupação do local e mais estabilizados seus integrantes, pode se manter para além da vizinhança mais imediata e se situar nas ruas, vielas (em caso de favelas) ou regiões no entorno próximo, geralmente no caso dos filhos que passam a viver junto com o novo cônjuge, seja na casa ou cômodo de algum dos parentes de seu companheiro ou alugando casas próximas, pelo que ambos buscam a "independência" se bem que esta signifique muitas vezes não mais do que uma "entrada independente" para o cômodo na mesma casa, ou uma casa separada no "quintal de família", ou no máximo a mudança para algumas ruas de distância – e com frequência implicando no retorno à casa dos pais de um dos cônjuges em caso de apuro financeiro (pelos custos do aluguel, desemprego, dívidas, despesas com filhos, separação). Isto porque se o "quintal de família" opera como um *solo* para 'con-solidar', resguardar, proteger e frutificar os laços familiares, estes são relacionais, simbólicos e afetivos, ultrapassando a dimensão territorial. Apesar disso, quanto mais se dispersem geograficamente (para distâncias que necessitem de transporte público e não possam ser percorridas a pé), mais estes laços perdem a base de sua natural cotidianidade vicinal, tornando neste caso crucial a compensação da distância espacial pelo *aspecto ritual* das celebrações como batismos e especialmente casamentos, aniversários (cujo ápice se encontra nas festas de 15 anos para as adolescentes, com auxílio financeiro de muitos familiares e vizinhos próximos) e feriados religiosos (especialmente Páscoa e Natal), momentos de reunião de toda a parentela, por vezes durante dias, convencionalmente na casa de um parente que, quando não é o mais apto financeiramente a receber e organizar os preparativos, é o mais estabelecido em termos de autoridade e prestígio familiares; a importância destes encontros (cuja ausência de determinados parentes é percebida, comentada e lamentada)

se dá a despeito de seu revestimento aparentemente informal (com churrascos, o uso de vestimentas leves, com tom lúdico nas conversas, nas quais se incluem também provocações e se revelam tensões latentes). Dado que a diáspora não-planejada entre os membros da família em função de migrações, necessidades e oportunidades econômicas que levam à dispersão geográfica de seus integrantes tem como limite potencial, alimentado pelo tempo, a completa perda de contato (casos em que nossos entrevistados pouco ou nada sabem sobre tais parentes), estes eventos são, muitas vezes, os únicos momentos de reencontro e reforço dos laços familiares entre parentes que habitam em outras cidades ou regiões do país, que podem assim *performar o ideal da família estendida*, ao menos de tempos em tempos, embora este ideal permaneça como pano de fundo de segurança existencial mais ou menos permanente.

'Oeconomia' enquanto 'oikos-nomos'

Com efeito, de uma forma ou de outra, tendendo à morfologia estendida ou nuclear, se confundindo com as redes comunitário-vicinais ou não, a rede de proteção e auxílio familiar das trajetórias populares analisadas, ainda em relação a sua *origem social*,[129] pode se prolongar através do entrecruzamento do orçamento, despesas e investimentos de seus integrantes, assim funcionando como *suporte material de uma economia moral, política e afetiva dos laços familiares*. Esta interdependência constitutiva do *oikos-nomos* de modo algum é sinônima de uma completa fusão ou indiferenciação entre os rendimentos, posses e economias de cada um de seus membros, inclusive por tencionar, com ainda maior força nas formações sociais contemporâneas, a formação do "valor" da palavra que lhes é desigualmente atribuída e a correlação de forças (geracional, de gênero, conjugal) que estrutura seus laços na medida da 'importância' de suas contribuições. Esta interdependência supõe a hierarquia de papeis familiares, dela participa ao mesmo tempo em que a flexiona e, em alguns casos, subverte; entretanto, quer mantendo, tencionando, modificando ou se emancipando da posição ocupada no sistema familiar, nenhum quadro de expectativas e ações economicamente orientadas, nenhum percurso ascensional, pode ser adequadamente

[129] Trataremos, posteriormente, da coordenação matrimonial (e abstrairemos neste momento a inflexão na correlação de forças conjugal ocasionada pelo constante aumento da contribuição feminina no orçamento familiar verificado nas últimas décadas, assim como a expansão da autoidentificação feminina como "pessoa de referência" dos domicílios).

compreendido sem a consideração da posição que o indivíduo nele ocupa, ou um dia ocupou.

Assim, uma de nossas entrevistadas (Andréia, 27 anos, recepcionista), controlando por escrito suas despesas "pra ver até onde meu salário dá ou não", relata que deixa "guardado" os rendimentos do PIS com seu pai (pedreiro aposentado) sem "nenhum objetivo", o que, para além da aparente "irracionalidade" do ponto de vista da maximização de sua rentabilidade, performa essencialmente um ato de colocar-se sob sua segurança, e de *vinculação*; de igual maneira, suas decisões de consumo mais importantes, como na ocasião em que planejava "juntar pra comprar um carro", não são tomadas sem o aconselhamento paterno que pode fazê-la, como fora o caso, repensar sua decisão ("filha, pensa bem: carro é despesa"). Ora, esta relação não faz senão prolongar aquela que seu pai estabelecia, por sua vez, com seu próprio pai (avô da entrevistada): "meu avô era o banco dele". E isto significa que, assim como seu avô detinha uma *ascendência afetivo-político-moral* sobre as ações e decisões econômicas de seu pai, este as mantêm com sua filha como estruturante de seus vínculos, assim como faz com as irmãs de nossa entrevistada a quem já auxiliou, por exemplo, na autoconstrução de suas casas, em reformas ou, em alguns casos, no aluguel e na aquisição de imóveis: ao prover uma casa enquanto suporte material para Andréia no próprio bairro (processo facilitado pelo fato de haver sido pedreiro e adquirido terrenos no local), seu pai *a vincula ao lugar*, ao mesmo tempo a expondo ao que ela relata como um rígido controle sobre sua conduta (embora Andréia acrescente que nos últimos anos, relacionando com o fato de haver completado o ensino fundamental, "a [sua] mente abriu" um pouco mais). Se é possível falar aqui, como em outros momentos de nossa investigação, de *capital social*, é somente para revelar a *ambiguidade objetiva de seus efeitos nas trajetórias ascensionais*. Outra entrevistada (Patrícia, 29 anos, agente comunitário) torna ainda mais clara a imbricação dos suportes materiais na economia moral familiar: morando até hoje na casa dos pais, e numa rua que agrega um grande conjunto de parentes (tanto maternos quanto paternos), ela inverte o sentido do suporte acima de modo a tencionar a hierarquia que estrutura sua relação com a autoridade paterna sem contudo subverter a relação de dependência, pelo contrário. Patrícia critica o pai (lavrador, aposentado) por que "não faz o orçamento de nada", tendo se endividado para fazer obras na casa. Assumindo seu lugar no financiamento das reformas (emboço, piso, ladrilhos na cozinha, reformas no banheiro, sem mencionar a compra de jogos de panelas, armário, e outros) quita sozinha o empréstimo de 4.600 reais ainda que não tenha sido solicitada por ninguém em sua iniciativa (senão pela "consciência" de que deveria), além de arcar com despesas como a luz e o telefone de toda a casa. Ao contrário de seu pai, a quem recrimina a falta de planejamento orçamentário, Patrícia administra seus 748 reais de rendimentos em um caderno de despesas (contendo contas a pagar, parcelas no crédito, empréstimos de cheque que faz para familiares, etc.). Mas ainda que afirme que "quem socorre sempre sou eu", e se considere com "uma visão melhor que a dele, [...] eu num posso falar isso perto dele de jeito nenhum", abordando assuntos financeiros com "jeitinho" na medida em que é censurada por seu pai por ser "mandona" e estar "se sentindo a tal porque tá trabalhando". Sendo a única mulher entre três irmãos mais velhos (que também moram próximos da casa familiar) afirma, da mesma forma que a entrevistada anterior, que embora não sendo religioso "meu pai é muito rígido comigo", pelo que se vê obrigada a agir "como se tivesse 15 anos", fornecendo satisfação permanente para onde quer que vá e a que horas pretende voltar, além de "ficar" com outros homens às escondidas do pai ("nem ficar [eu posso]!, Se ele souber... é o fim!") de cuja autorização todo relacionamento depende, através de

pedido formal pelo pretendente. O controle paterno ocorre mesmo sobre os telefonemas: "eu sou uma filha muito boazinha, [...] eu meio que aceito. Eu vivo, eu num procuro pensar nessa situação como uma coisa ruim. Talvez seja um modo dele me querer bem... eu procuro pensar assim."

O fato é que estes suportes materiais intrafamiliares não envolvem somente os vínculos filiais, mas também avós, irmãs, sobrinhos e potencialmente toda a parentela e agregados, conformando o mencionado entrecruzamento e interdependência – e não indiferenciação – dos orçamentos e economias de seus integrantes através das mais diversas formas (registramos além de auxílios na autoconstrução, o financiamento de reformas, a doação de terrenos ou toda sorte de ajudas com a moradia, "mesadas" em casos de desemprego, o pagamento de dívidas e o "limpar" o nome, o pagamento de despesas e contas da casa, de tratamentos de saúde, doação e compra de eletrodomésticos, empréstimos e adiantamentos para a formação de um pequeno capital) e que podem ser contabilizadas e planejadas, inclusive, em conjunto com os outros membros da família – e não como resultados necessariamente de deliberações e cálculos individuais. O caso-limite desta *economia familiar em sentido amplo* se mostra todas as vezes em que se apresenta uma tendência à identificação entre família e empreendimento, e a uma homologia entre papeis familiares e divisão do trabalho.

Maicon (21 anos, auxiliar administrativo e vendedor ambulante) expressa esta possibilidade: tendo começado a acompanhar seu pai (que sempre fora vendedor ambulante) na venda de amendoins com 6 anos de idade, enquanto ainda estava no ensino fundamental, mantém o ofício até a atualidade, a despeito do estágio remunerado como auxiliar administrativo, vendendo amendoins na própria sala da faculdade que cursa (direito, pelo FIES) para seus colegas de turma. Toda sua família (incluindo pais, tios e primos) vende amendoins ("a minha família é conhecida como família do amendoim"), num processo que se inicia com a compra de uma saca de 50kg no CEASA, segue com o processo de torra em casa, e a venda em praias durante o dia, ou em bares e restaurantes na orla à noite. Iniciou, quando criança, sem uma rotina ou obrigação regular; gradualmente, no entanto, as tarefas econômico-familiares foram se mostrando mais imperativas. Inicialmente as rendas derivadas do que vendia do produto (preparado em casa) eram somadas àquelas de seu pai e de sua mãe (ambos vendedores ambulantes de amendoim) em uma mesma renda: sua "porcentagem" (termo empregado pela família) correspondia a 40% de tudo o que obtinha. Somente após o nascimento de seu filho passou a guardar todo seu rendimento; o ofício, no entanto, leva ainda consigo, acompanhando sua maior capitalização cultural e complementando seu novo enquadramento ocupacional (não-manual de rotina). Este, aliás, conseguiu através de uma "freguesa de muito tempo" que, comprando amendoim regularmente com Maicon, lhe ofereceu o posto em seu escritório de advocacia ao descobrir sua entrada para a faculdade. Atualmente, por conta do trabalho e da faculdade, a venda de amendoins se reserva para os fins de semana, das 10 às 17hs. Se pudesse escolher, moraria sempre "perto dos meus pais, não quero ir pra longe não. Se [eu] puder comprar um terreno ali

em Manilha [distrito popular situado no município de Itaboraí, onde habita sua família], fazer uma casa ali por perto, eu moraria ali por perto mesmo."

De fato, a *dimensão afetiva* dos laços que integram esta economia familiar (economia sempre no sentido lato, multidimensional, a que estamos nos referindo), através da naturalização, mas sobretudo quando intensificada pela admiração, respeito e pela ascendência moral nela envolvida, é o que possibilita o fenômeno da *exemplaridade reprodutiva*.[130] Nosso estudo, no entanto, não se volta à reprodução social como resultado (ou destino ocupacional de uma trajetória); *enfocamos esta exemplaridade enquanto força centrípeta a orientar as condutas socioeconômicas ainda quando estas apresentam vetor ascensional*, como bem ilustra o mencionado caso de Maicon pela inserção no ofício familiar desde a infância.

Outro entrevistado (Roberto, 22 anos, pizzaiolo, ex-atendente de *telemarketing*) reflete o que está em questão ao recordar seu primeiro trabalho informal, obtido por intermédio de um conhecido da família. Por volta dos 15 anos, enquanto ainda era estudante e com o apoio dos pais, Roberto trabalhou por pouco tempo como servente de obras, o que fazia às tardes, após as aulas. Importa ressaltar seu relatado sentimento de orgulho na ocasião: "'caraca, eu to trabalhando!' Porque pobre é fogo: eu sempre vi meu pai chegando cheio de bolsa de compra, aí eu ficava tipo: 'caraca, eu quero ser igual ao meu pai (auxiliar de serviços gerais)!' Chegar e, poxa, não deixava faltar nada em casa, ser um bom pai, conversar com a gente, botar no colo dele [e] a gente ficar falando, falando, falando. Eu sempre gostei daquilo." Em outro momento da entrevista – possivelmente mais de uma hora após haver espontaneamente mencionado a exemplaridade paterna quando relatava seu percurso no mundo do trabalho –, novamente recorre a uma imagem que afirma haver lhe marcado na infância em relação a seu pai, desta vez a reproduzindo consigo no que diz respeito ao se imaginar, futuramente, com família e um filho ainda utópicos: "[eu] chegando de noite com minhas bolsas de compras, ele [o filho] vindo me abraçar, tirar meu sapato, vim trazer uma camisa, um short pra mim... como eu fazia com meu pai sabe? Poxa, eu levando ele [o filho] pra sair. Tendo minha profissão, meu dinheiro, minha casa, meu carro, minha moto." Esta exemplaridade da figura paterna enquanto trabalhador e provedor, se dá com tanto maior intensidade justamente pela mediação afetiva ("eu sempre fui mais apegado ao meu pai" com quem conversava mais), de cujo cuidado se contrapõe à figura da mãe a quem associa aos castigos corporais, e mesmo a outros membros da linhagem materna que são "pessoas mais fechadas, que não procuram a família", e com quem mantém contatos mais casuais e superficiais, ainda que morem nas redondezas. Por sua vez, Anselmo (32 anos, ex-garçom, não-empregado voluntariamente como investimento integral ao pré-vestibular) relata que já a partir dos 4 anos seu pai o levava consigo ao trabalho no roçado no sertão cearense: "num trabalhava [ainda] não, [era] pra se ambientalizar, saber que tem uma responsabilidade [...], sentir que *é isso*, que a vida *é aquilo*." Enquanto criança, Anselmo

[130] Na medida em que *uma mesma origem social* pode propiciar, à mesma criança e ao mesmo adolescente, exemplaridades díspares quanto ao vetor das trajetórias de mobilidade, neste mesmo capítulo trataremos daquelas que reverberam e testemunham percursos ascensionais; elas já abrem outro conjunto de linhas de experiência, também constitutivas da condição popular.

permanecia ao redor, "aí quando eu fui crescendo já pegava uma enxadinha capinando do lado" como acompanhamento espiritual às atividades do pai que fazia praticamente todo o serviço, "aí eu cansava, [e] voltava lá pra sombra", voltando a brincar quando quisesse. Já Elias (21 anos, ex-auxiliar de escritório, cursando engenharia mecânica pelo FIES) se inseriu no mundo do trabalho com cerca de 12-13 anos, em horários fora do turno escolar, também ajudando seu pai (pedreiro, ex-pescador) nas obras. Este o estimulava: "'e aí, quer ganhar um dinheirinho? Vamo lá então, pinta as telhas lá pra mim, lava as telhas lá pra mim': e [eu] ia." Como Anselmo e também como Maicon, Elias iniciava sem obrigação e regularidade, em outro tempo e ritmo, experiência indiscernível de suas próprias atividades lúdicas, por exemplo com isso adquirindo dinheiro para comprar e soltar cafifa (pipa). Entretanto, com cerca de 17-18 anos, Elias passava a se engajar no trabalho com mais seriedade, com horário fixo, compromisso, e rendimentos separados de seu pai, de quem ainda estava na companhia, se bem que não mais trabalhando sob sua responsabilidade (por meio de seu incentivo a pequenos favores) mas para um empregador comum (conhecido de seu pai). Desde a pré-adolescência, com intermitências, trabalhando com seu pai e sem carteira assinada, fora com ele que aprendeu as tarefas fundamentais do ofício: "peneirava, carregava, fazia massa, carregava tijolo, cavava buraco", afirmando já ter se "acostumado" com o excesso de esforço físico: "cara, eu sempre acostumei a trabalhar com serviço ruim, na obra, então acaba virando uma coisa normal quebrar parede, quebrar chão", o que era aliviado justamente por estar na companhia paterna ou de algum conhecido "o tempo todo brincando, zoando." A importante e permanente referência que seu pai lhe fornecia em seu percurso laboral não pode ser dissociada do fato de haver com ele coabitado, em terreno compartilhado com a família paterna, pela maior parte de sua vida até a atualidade; inclusive, após haver casado e saído de casa (para o mesmo bairro popular onde sempre morou), e enfrentado dificuldades pelo aumento no valor do aluguel, novamente retornou a morar com seu pai, na companhia de sua esposa: seu pai o ofereceu.[131]

A força da paisagem local enquanto pano de fundo afetivo-referencial à orientação da conduta

Além disso, tomando os aspectos até aqui abordados enquanto forças centrípetas presentes nos laços familiares, se apresentam elementos os quais nos permitem vislumbrar que a região, a cidade, o bairro, a comunidade, a vizinhança e a casa manifestam a *força de uma paisagem local enquanto referência e pano de fundo implícito à orientação da conduta*. Assim, inquirida se sairia de sua cidade de pequeno porte na região serrana do Rio de Janeiro caso aprovada em algum concurso, Marina (18 anos, secretária), que mora com seus pais em casa autoconstruída em terreno legado pelo avô à família paterna (seu pai é porteiro, assim como era seu avô), transparece não

[131] Sua mãe (auxiliar de serviços gerais, ex-trabalhadora doméstica), separada de seu pai, mora com outro parceiro. E ainda que boa parte da linhagem materna more a "duas ruas" de distância de sua família paterna, a exemplo de Roberto logo acima Elias relata haver gradualmente se afastado desta parte "meio estranha" de sua parentela, as coisas se passando como se a força dos laços de uma linhagem se desse às expensas da outra.

haver sequer colocado a questão: "sei lá, eu tenho medo dessas coisas porque... [risos, seguidos de um breve silêncio] eu tenho medo de... de sei lá, de ficar longe de minha família. Eu sou muito ligada a eles." Hesitando, afirma que aceitaria se mudar para outra cidade em caso de exigência ou necessidade profissional, ao mesmo tempo em que pondera: "eu vou sentir muita falta porque tem aquela bagunça das minhas irmãs falando no meu ouvido, meu pai, minha mãe, então acho que seria um pouco complicado". A questão, evidentemente, não é antecipar suas possibilidades e decisões em termos de "sim ou não" ou, pior, determinar causalmente suas escolhas e ações; antes, é revelar a *obliquidade inerente a suas orientações socioeconômicas, o implícito a balizar seus horizontes ascensionais e, assim, seus projetos socioeconômicos particulares*. Por conseguinte, o que nos referimos como paisagem local não consiste num simples envolvimento afetivo com o terreno familiar, o bairro ou a própria cidade, como um afeto externo e "irracional" a influenciar suas ações: ela expressa uma segurança existencial de estar, e de se saber, num mundo em que se experiencia enquanto parte, e onde suas pessoas, lugares, conflitos, ritmos não são indiferentes ao *sentido* (subjetivo-intencional e objetivo-direcional) que elas, suas ações socioeconômicas, assumem. É por isto que em relação a seus rendimentos, ressaltando que possui "muita responsabilidade" em seu trabalho (exigência de atenção para não trocar exames e mesmo operar máquinas de exame laboratorial, lidar com pagamentos, etc.) não apenas considera "mais do que justo" como chega a se surpreender positivamente com o fato de seu salário atingir 700, às vezes 800 reais, já que sua expectativa anterior ao atual emprego era estritamente a de um salário mínimo (então em 678 reais), e relembra sua satisfação: "eu falei: 'poxa, bem além' [do que esperava]!" [entonação de empolgação]. Nunca se tendo colocado a questão do valor dos rendimentos que a deixariam satisfeita, avalia que estaria "bem" com 1.500 reais com o que "daria pra fazer bastante coisa". Este valor, embora equivalendo a cerca de duas vezes seu salário atual, não denota qualquer ruptura com o estilo de vida compartilhado por sua família. E no que tange suas aspirações matrimoniais, na medida em que é "evangélica", elas correspondem a um marido que seja também da Igreja, "que trabalhe", "corra atrás do seu futuro", e que por sua vez aceite e apóie seus projetos socioeconômicos (concurso, ensino superior), se bem que "se Deus quiser, tomara", *sem deixar a cidade*. Em nossos relatos, a importância desta paisagem local se manifesta com clareza no caso da experiência infanto-juvenil haver ocorrido em cidades de porte pequeno ou médio, ou ainda em bairros e comunidades os quais, ainda que situados no

seio de grandes metrópoles, forneçam uma microcosmo relacional relativamente denso na direção das características apontadas acima. Não poucas vezes este microcosmo concentra, além da casa e dos laços comunitário-vicinais, amistosos e matrimoniais, as escolas onde os entrevistados despenderam anos de sua infância e adolescência, e mesmo sua experiência no mundo do trabalho, em outras palavras, quase a totalidade das mais importantes esferas da vida; nestes casos, as possibilidades de inserção e mobilidade ocupacional se voltam, senão a um empreendimento familiar, principalmente para o comércio ou os serviços do próprio bairro, não em razão de eventuais vantagens nos postos ali oferecidos, ou mesmo economia em custos de transporte, e sim pelo acesso privilegiado a um "capital social" (de parentes, amigos, conhecidos, amigos de amigos) que possui, como um de seus efeitos, a corroboração do enraizamento socioespacial. A lenta sedimentação de uma paisagem local, quando ocorre, é inextricável à vida e à própria história dos agentes sociais, e deriva sua força de um senso de identificação que se define menos em si mesmo, substantivamente, do que por estruturar seu arco de possibilidades (e.g. "hoje eu não consigo me ver morando longe da minha mãe", declara uma de nossas entrevistadas que abriu mão de um pretendente, policial militar, que morava fora do estado): alguns entrevistados apenas aceitariam trabalhar em outra cidade caso pudessem voltar todos os dias, ou no máximo em uma cidade próxima, enquanto outros "nunca" sairiam, independentemente de oportunidades educacionais (como cursar o ensino superior) ou profissionais (um emprego melhor), senão para viagens (ao que outra entrevistada acrescenta em tom jocoso: "[é] vai, e volta!"). Quer isto dizer que estas linhas de experiência operam como obstáculos a seus projetos ascensionais, e que tendem em seus efeitos a não mais do que reproduzir a condição de que se originam? Não. Na medida em que *não há projetos externos a estas experiências*, à guisa de "coisas" das quais disporíamos enquanto objetos, estas experiências compõem a própria tessitura de sua intencionalidade projetiva, seus alcances e, por assim dizer, suas linhas do horizonte. Assim, Andréia (27 anos, recepcionista, a quem já nos referimos anteriormente) resume bem esta atitude quando declara em relação a sua cidade: "num consigo me imaginar saindo daqui não.[...] Eu gosto daqui, eu tenho essa coisa de... parece que eu crio uma raíz ali e eu quero tá ali! Daqui eu [já] nem saio mesmo pô, eu trabalho aqui [na vizinhança]." Esta "vidinha", no dizer ao mesmo tempo autocrítico e resignado, mas não depreciativo, de outro relato, não é simples limitação, e pressupõe a autorealização nas esferas familiar, matrimonial, amistosa, ocupacional e espiritual (religiosamente mediada), cultivadas em

função de sua harmonização, a qual em nada se assemelha aos ideais de "sucesso" ou "carreira" nos quais se subentende, para estes agentes, a autonomização indevida e desestabilizadora de uma dimensão da vida em detrimento do conjunto. "Estabilidade" é um termo enfatizado quase como mantra nas biografias, e não significa uma vida estática, seja em relação ao que fora até então ou ao que se almeja a partir de então, ao invés disso delineando um senso global de que participa a localidade, que se torna assim não somente o *solo familiar* descrito acima, mas o *terreno de cultivo da vida mesma*. A "estabilidade" inclui preferencialmente a carteira assinada, o serviço público, a melhoria dos padrões de vida (não sua ruptura), e idealmente um emprego (em abstrato, na medida em que não é um fim em si) no qual se pudesse confiar, e nele confiar a si, até a aposentadoria – ainda que esta esteja bem distante –, em síntese: "uma coisa *certa*!" (na ênfase tonal de uma entrevistada). Se trata assim mais de um ideal que norteia as condutas, e um sentido (em sua dupla acepção realçada por nós), do que um dado. Aqui, contudo, imperceptivelmente já adentramos outro traço concêntrico importante a ser sublinhado.

O predomínio do presente na temporalização da vida e a variação das relações com o tempo no interior de uma mesma trajetória

Se aderindo às experiências centrípetas anteriores, mas sem se confundir com elas, muitas das histórias de vida analisadas manifestam *modos de lidar com o tempo que sem ser a causa, tampouco o efeito, de suas projeções socioeconômicas, refletem sua própria maneira de se presentificar*. Por exemplo, para a imensa maioria das trajetórias populares-ascensionais, ou ascensionais-populares, que foram por nós reconstruídas, os juízos acerca do que viria a ser uma remuneração satisfatória, embora normalmente apontando valores maiores do que a atual, não denotam nenhuma ruptura com o padrão de vida já estabelecido, o que de um lado sinaliza efetivamente um ajuste das aspirações econômicas às probabilidades objetivas de sua consecução. Afinal, em 2012 mais da metade da população do país (54,8%) residia em domicílios cujo rendimento mensal familiar *per capita* alcançava, no máximo, um salário mínimo; se juntarmos aqueles cujo mesmo rendimento alcançava até dois salários mínimos *per capita*, chegamos a mais de três em cada quatro brasileiros (78,6%). (IBGE, 2013, tabela 5.2) Ocorre que, por outro lado, *estas expectativas portam em si uma referência*

às condições materiais anteriores e que são tão mais desconsideradas pelo investigador quanto mais cristalizada sua tendência em relegar à invisibilidade ou à indiferenciação as micromobilidades e as mobilidades moleculares no interior das camadas dominadas e em suas fronteiras. Na realidade, consoante às inflexões na condição popular periférica já descritas anteriormente, *um percurso de afastamento das necessidades materiais mais obsedantes, ou de sua insegurança em relação a patamares mínimos e da inconstância dos rendimentos, pode tornar o presente, assim como a autopercepção de si ou de familiares, vivenciados como uma conquista de margens de ação e de possibilidades existenciais até então sequer imagináveis* e, destarte, uma conduta socioeconômica aparentemente tendente à reprodução, ou mesmo irracional do ponto de vista da maximização das possibilidades sistêmicas, pode expressar antes *um senso de realização, de "estabilização", ou mesmo de fruição de tudo aquilo que se apresenta já como banalidade e naturalidade para outras camadas sociais*.

Assim, a permanência em uma mesma casa, em uma favela ou num bairro popular com a família, pode ocultar o "investimento" ("com o primeiro salário meu eu *investi* lá em casa") em sua melhoria através de reformas, ampliação, e aquisição de mobílias, eletrodomésticos e uma série de bens de consumo que não garantem apenas uma vida mais confortável como, a despeito de sua aparente frivolidade, em muitos casos *dignificam* percursos individuais e familiares aos olhos de seus próprios agentes ao sinalizarem e materializarem o esforço e a alcançada supremacia sobre adversidades e privações, e ao conferirem uma fruição que é maior do que o bem oferece por seu simples valor de uso.[132] Como bem lembra O. Schwartz (1990), a história de aquisição

[132] Após uma entrevista realizada no lar da biografada (E19), testemunhamos um encontro fortuito entre seu padrasto e seu pai (que chegava para visitar casualmente sua filha), ambos pedreiros, e que mantêm uma amistosa relação entre si no bairro popular onde habitam. Os comentários entusiasmados giravam entorno da nova TV que ocupava o centro da sala, de aproximadamente 45 polegadas e monitor LCD, suas possibilidades tecnológicas (ainda que não soubessem exatamente a função, como por exemplo as entradas para *pendrive*), da diferença de definição da imagem em HD, da quantidade de canais disponíveis pela "gatonet", da intenção de seu pai em adquirir um aparelho ainda maior (mais de 70 polegadas), e de monitor de LED a conselho de seu padrasto. A *parcialmente correta* menção ao consumo inebriante, e a seus evidentes limites sociopolíticos, desconsidera em absoluto sua dimensão de performação de uma conquista que, ao mesmo tempo em que expressa pujança, conforto material e reconhecimento, somente manifesta a inteireza de seu sentido ao ser usufruída pela família, e como dispositivo para reuni-la em um mesmo ambiente e compartilhando de uma mesma atmosfera, embora evidentemente moldada em grande medida pela indústria cultural. Por este motivo, inclusive, o padrasto da entrevistada mantém seu *videogame* no quarto, a sala e a nova TV se reservando ao convívio familiar, seu cultivo. De fato, o relativo afastamento das privações do consumo (pela aquisição de TV, DVD, aparelho de som, microondas, geladeira, etc.) e da precariedade infraestrutural da casa (que passa a apresentar emboço e revestimento, pinturas, etc.) que observamos em todos os lares que visitamos, é tão mais significativo pelo fato de, em todos, se combinarem com partes ou cômodos que sinalizam ainda a permanência de condições anteriores, a própria heterogeneidade infraestrutural da casa (tijolo à mostra X

de bens familiares participa da história familiar mesma e, nos casos em questão, alguns destes objetos derivam seu valor sobretudo do que agregam àquela história que é vivida por seus integrantes. Juízos como: "lá onde eu moro se eu ganhasse mil reais tava muito bom. Eu poderia ter um carro, num pago aluguel [...]. Dois mil seria ótimo!"; ou "[eu] não sou tão gananci... eu não tenho aquela coisa assim: 'ah quero ganhar 5 mil, 10 mil, 20 mil... não. Quero ganhar um salário razoável, porque *perto das condições que eu já tive eu me considero bastante privilegiada*."; ou ainda: "pra mim tá bom"; "só"; [1.800 reais] "taria ótimo, dá pra você alugar uma casinha razoável, pagar o aluguel, água, luz, assim, dá pra você se sustentar..." etc., se encaminham nesta direção. A experiência de haver passado "muita necessidade, fome mesmo", acompanhada da recordação da mistura de água, fubá e sal utilizada pela família em momentos mais críticos ("a gente já ficou sem se alimentar praticamente uma semana") (E25) se enastra em aspirações socioeconômicas ("daqui a 10 anos eu quero ter materialmente as coisas que me faltaram na minha juventude") que apenas superficialmente podem ser compreendidas em si mesmas, desvinculadas do lastro de uma trajetória marcada por privações. Cursar uma faculdade, ainda que o emprego atual esteja aquém das possibilidades objetivas do diploma e ainda que não se possua nenhum apego particular pelo curso e pelo seu leque de profissões específico, pode ser interpretado em si, para além de qualquer capitalização, um "presente de Deus"; passar em um concurso público, ainda que para cargo de nível "fundamental incompleto" e percebendo cerca de 1,5 salário enquanto se possui nível superior, se não é exatamente avaliado como o ideal não obstante pode se apresentar como uma conquista tendo como parâmetro toda forma de instabilidade experienciada até então. A comparação subjacente a esta autopercepção pode englobar apenas a si em um período anterior (desde a infância à entrada no mercado laboral), os irmãos que compartilham a mesma geração ou toda a parentela, e envolve desde uma casa mais confortável, a possibilidade de proporcionar certos eventos julgados significativos (como festas de 15 anos para uma adolescente da família, ou festas de casamento), maior variedade e qualidade de roupas (que refletem nas possibilidades de apresentação de si, por exemplo em ambientes sentidos como hostis, como lojas de departamento ou *shopping centers*), até a aquisição de determinados bens de consumo (*tablets*, celulares, *videogames*, TVs de LCD, motos, etc.). E esta percepção temporal-comparativa se associa à já mencionada "estabilidade" enquanto parâmetro

---

revestimento) expressando um percurso, seu ideal, sua incompletude e a importância que ocupa no imaginário familiar.

eudemonístico, através de um *senso de estabiliz-'ação' (ou ação estabilizadora) em face às inseguranças prévias*.

Uma de nossas entrevistadas que vislumbra para o futuro "estabilidade" (Simone, ex-técnica em enfermagem e trabalhadora doméstica), conquanto tenha 30 anos relata sua história de vida como se, a seus olhos, esta se encaminhasse já relativamente definida. Possui expectativas em retomar seu antigo posto de enfermeira no único hospital da cidade, onde já fala em "se aposentar bem rápido".[133] Não tem "noção" da remuneração que consideraria justa ou ao menos satisfatória, mas cita o piso líquido de 1.500 reais demandado pelos técnicos em enfermagem e considera que, em sua pequena cidade no interior com seu "custo de vida" e com esse valor, "eu to *bem*! [ênfase no tom] [...] Dá pra viver bem." Apesar da idade, a possibilidade de cursar uma faculdade é já transferida aos filhos, como um prolongamento natural de um processo que parece mais alicerçar bases para uma 'boa vida' compartilhada com, e entre, familiares (o marido, os filhos, a mãe para quem alugou uma casa exatamente ao lado à família do marido para cuidar de sua saúde) do que projetar um futuro distinto, e negador do presente. Esta atitude não equivale à outra, a qual analisaremos em capítulo posterior, julgada negativamente pelos próprios entrevistados como de "acomodação", e da qual buscam se distanciar. Ao contrário, em alguns momentos de sua trajetória, Simone já realizou dupla jornada, descrita por pessoas próximas como uma "rotina pesada", o que considera uma possibilidade bastante viável quando se apresenta, aliás a exemplo de seu marido, pedreiro durante o dia e vigia noturno. Já outro entrevistado (Reginaldo, 31 anos, gerente de operação de serviços de transporte), quando indagado se por ventura ocorreria de se projetar para daqui a alguns anos – ou seja, transcendendo suas preocupações temporalmente imediatas –, responde: "eu... vou te falar a verdade [risos]: você me pegou praticamente de calça arriada, [por]que eu nunca parei para pensar nisso não, nunca parei não..." Da mesma forma, seu desejo em cursar ensino superior ("eu sempre tive vontade") não é algo que conforme algum plano de vida ou que já esteja alocado em projetos futuros ("se eu fosse voltar [a estudar] eu faria [faculdade] de educação física, mas num '*éééééh*'... ah, o meu foco, não é o meu foco ainda não"), e se coloca antes como vaga e incerta possibilidade extemporânea. Reginaldo também se encontra bastante satisfeito na empresa em que se encontra há quase 7 anos, não distribuindo currículos entre conhecidos como costumava fazer nas ocasiões de insatisfação, tampouco vislumbrando ainda que imageticamente outras possibilidades ascensionais no mercado de trabalho. Todavia, o que se revela como razão de ser desta orientação de conduta, imobilista na aparência, é o fato de que este momento de sua biografia se volta à consolidação de um percurso: Reginaldo, atualmente é evangélico ("Ministério Colheita") e ex-usuário de drogas: "a minha vida era uma zona" em relação a rotinas profissionais, "[eu] ia em baile funk no Rio, usava droga [cocaína], e tinha dia que trabalhando na [empresa], antes de eu me converter, eu saia na quinta-feira e chegava na sexta-feira virado", e por seu comportamento afirma que "eu fui a pessoa que mais foi pra ser mandada embora ali". Neste momento está em busca de "uma casinha pra comprar" com sua esposa e seus três filhos, com quem mora de aluguel na "entrada" de uma favela – e o próprio fato de habitar fora da favela, ainda que em suas franjas ("já é embaixo"), é recente em sua vida –, aquisição patrimonial possibilitada em termos orçamentários pela sequência de micromobilidades que atravessou no interior da empresa de montagem, venda e instalação de equipamentos de construção (vidros, janelas, boxes), onde começou como "ajudante de almoxarifado" e atualmente ocupa cargo gerencial: "eu to bem *estabilizado* ali, ainda mais agora

[133] Para mais detalhes sobre seu caso cf. o quadro ("entre mobilidades ascendente e descendente") na seção "Instabilidade ocupacional e oscilação posicional", localizada no primeiro capítulo.

né, que eu recebi essa promoção, então eu to bem *estabilizado* mesmo, to focado mesmo em fazer as coisas certas, direitas, perfeitas, assim, pra ter o mínimo de erro possível", já que a partir de então os produtos que saem da empresa o fazem sob sua responsabilidade. Esta ênfase no desenvolvimento das aberturas do presente não quer dizer, além disso, uma obliteração completa de projeções existenciais que de algum modo levem em conta o longo prazo em seus horizontes; resulta antes no estabelecimento de margens de segurança e que podem implicar, como é o caso, na possibilidade de abertura com sua esposa de uma poupança para os filhos (durante onze meses do ano transferem a ela 50 reais, cada um, dos seus rendimentos) ainda que não saibam precisar a finalidade, porém que, antes, com os constritos rendimentos que percebiam, lhes seria impensável.

Em outros relatos, quando inquiridos acerca de possíveis planos para o futuro, muitas respostas deslizam espontaneamente para a atualidade, *as coisas se passando como se o foco prospectivo se voltasse às possibilidades abertas no próprio presente, este como fim em si* (autoescola, academia, reformas na casa, aquisição de automóveis ainda que de segunda mão), e quanto mais instados a se afastarem da ênfase na temporalidade presente tanto mais os planos socioeconômicos (concursos, abertura de microcapitais, investimentos em ativos de qualificação) se tornam opacos ("sei lá"; "acho que a pessoa tem que viver mais o presente", "a gente não sabe o dia de amanhã", "seja o que Deus quiser, o que Deus permitir que aconteça [...] vai acontecer"), ou pressupõem um controle sobre o ritmo e a intensividade dos investimentos ("a princípio eu gosto de ir bem devagar mesmo"; "daqui a 10, 20 anos eu pretendo ter terminado minha faculdade") por seus potenciais riscos desestabilizadores. Esta relação com o tempo pode implicar longos períodos (meses ou anos) no percurso dos entrevistados sem trabalho, sem investimentos econômicos, tampouco educacionais, conforme uma entrevistada que permaneceu "um tempo parada" após o ensino médio, ou nos termos de outro biografado (E25) que após ser demitido se permitiu "um período de inércia" em que "eu não trabalhei em nada", "nem estudando, sem fazer nada, em casa, [...] no ócio", ou ainda nas palavras do relato recém-descrito de Reginaldo (E29): "[eu] acabei de terminar o estudo, [e] fiquei tipo um ano quase que parado", em que jogava *videogame* na casa de amigos, usava drogas (em intensidade maior do que o habitual neste período) e "pegava mulhézinha na rua".

Aline (33 anos, recepcionista) representa bem este caso: somente após três anos da conclusão do ensino médio adentrou ao mercado de trabalho, como digitadora, e o fez "porque eu quis" e não por pressão familiar; neste período, estudava sem muita intensidade para pré-vestibular e concursos, não havendo passado para um nem outro. Neste trabalho, tendo sido convidada por

um amigo com quem havia estudado, não permaneceu por muito tempo, o tendo abandonado tanto pelo baixo salário como por desentendimentos com sua patroa; em seguida, a partir de outra indicação desta vez de uma vizinha, entrou como secretária para um escritório de advocacia, se bem que logo fora dispensada por dificuldades financeiras do escritório. E durante um longo período, de 2004 a 2009, Aline permaneceu praticamente sem trabalhar ("eu num fiz nada mesmo"), recebendo mesada dos pais (seu pai era motorista, sua mãe dona de casa e eventualmente lavadeira/passadeira). Desde então, aquela mesma vizinha a indicou para o trabalho onde se encontra atualmente, trabalhando de segunda à sexta com carteira assinada (constando como "atendente-recepcionista") em um consultório médico, e percebendo cerca de 1,5 salário. Perguntada se encontra-se satisfeita com seu atual emprego responde na afirmativa, entretanto sopesando: "eu acho que já tenho que alçar vôos mais altos. Procurar algo melhor... [...] Eu cheguei a essa conclusão, que eu preciso disso [algo melhor]. Porque aqui pra mim é muito cômodo. O tempo livre que eu tenho eu posso estudar, eu posso fazer alguma coisa... mas eu acho que eu sou capaz de conseguir algo melhor, por exemplo que ganhe mais." Ao mesmo tempo declara não se referir à nada em especial quando fala em "algo melhor", e contrabalança sua colocação ponderando que "eu não posso ficar trocando o certo pelo duvidoso". Acerca de eventuais aspirações matrimoniais ou filhos afirma: "não fico focada nisso não. Se tiver que acontecer, vai acontecer", valorizando a sociabilidade que leva como solteira "neste momento da minha vida", saindo praticamente todos os dias com amigos "para se divertir", sendo assídua frequentadora de rodas de samba. Aline não possui nenhuma ideia mais clara acerca de como se imagina futuramente, e mesmo que tenha cogitado morar sozinha (já que habita com seus pais desde que nasceu até hoje na região metropolitana) declina quando lembra que "tem que abrir mão de uma bocado de coisa", ressaltando que com eles possui toda a liberdade que deseja, assim como mais comodidade financeira em não pagar aluguel. Neste ponto, é importante sublinharmos que mesmo a religiosidade precisou ser compatibilizada a esta *ênfase temporal na fruição do presente*, em que a sociabilidade lúdica ocupa lugar importante: embora tenha frequentado a Igreja batista em sua adolescência durante 6 anos (frequentando semanalmente os cultos, algumas vezes a dois por dia, viajando a retiros), recorda que "foi chegando um tempo que não foi dando mais... eu fui enjoando. Era muita cobrança. Era aquela história: Igreja batista, os protestantes não podem muita coisa, não podem quase nada né? E eu sempre gostei de dançar, nunca vi pecado nisso, me divertir, estar nos lugares, e eles não fazem isso. E eu sempre soube que quem tava ali dentro da Igreja fazia isso escondido. Pô, eu num faço [e] ainda sou apontada e quem faz sai como santo?!" Fora nesta ocasião em que uma amiga iria participar de um "encontro de jovens" de uma Igreja católica, no qual Aline se interessou e lhe acompanhou ("foi ótimo e acabei ficando" por 8 anos). "Na Igreja católica tem esse diferencial: não proíbe nada, você faz o que achar que deve." Ali participou de diversas atividades nas quais assumia papeis importantes ("liderança", grupos de jovens, reuniões, além das missas toda semana). Atualmente, se encontra mais afastada ("quando dá eu vou"); por sua vez, já em relação a seu círculo de atividade lúdico-amistoso envolvendo samba com amigos, "se deixar eu saio de segunda à segunda", invariavelmente para o mesmo padrão de sociabilidade: "a gente dança, a gente brinca, a gente conversa", em sua maioria englobando pessoas que conheceu nas próprias rodas de samba. Mais nova, Silvana (20 anos, atendente balconista), tendo convivido num terreno que comportava sete casas de familiares, e também passando por favelas – assim como nossa entrevistada anterior –, habita um bairro popular na região serrana com sua irmã mais velha ("é bom, eu gosto de morar lá, eu conheço pessoas lá que são [minhas] amigas"). Com ela, inclusive, decidiu "procurar emprego" quando tinha 15 anos: inicialmente, sua irmã cuidava de três crianças; ao conseguir trabalhar como garçonete em um *shopping*, porém, lhe delegou suas antigas funções e Silvana assumiu seu lugar na família onde trabalhava, por meio

período (pela manhã antes da escola). Posteriormente, assim como nossa última entrevistada, Silvana experimentou o "ficar parada um tempo" no intervalo entre trabalhos mais ou menos inconstantes (recadastradora imobiliária, balconista em outro estabelecimento comercial), até conseguir o atual trabalho onde se encontra há um ano e dois meses, com carteira assinada, em um *shopping center*. Considera bastante positivo em seu trabalho a relação amistosa que mantém com seu patrão, a quem considera "um amor de pessoa". No entanto, ao mesmo tempo avalia que "ficar atrás de balcão não é vida pra ninguém", é "cansativo", além de tomar muito de seu tempo, inclusive em fins de semana. Mais por esta razão do que propriamente pelo salário mínimo que recebe, intenciona de modo vago "sair daqui", fazendo cursos ou faculdade, ecoando suas amigas que trabalham há muito tempo no comércio e lhe dizem: "'poxa eu quero sair daqui, eu quero ter uma vida melhor, sabe? Crescer na vida, sair disso, ser uma pessoa diferente', [e] eu também penso desse jeito." Mas assim como nossa última entrevistada, quando solicitada a precisar suas colocações, Silvana se mantém na opacidade acerca de um "serviço melhor", do qual a principal exigência seria "poder ficar o final de semana com a família, [o] que é muito difícil a gente ter." E ao mencionar, logo em seguida uma proposta de emprego no setor de RH de uma faculdade particular que recebeu de uma cliente de seu estabelecimento, com o salário superior e mais próximo de onde mora, hesitou em deixar o currículo. Além do mencionado bom relacionamento com o patrão que lhe auxilia em momentos de "dificuldade", da "dúvida" que lhe adveio e de sentir "bastante medo" caso as coisas não venham a correr bem, mobiliza *a mesma expressão utilizada pela última entrevistada acerca precisamente da mesma questão*: "eu tenho medo de trocar o certo pelo duvidoso!" [tom enfático] Espontaneamente, elenca uma série de razões que, a seus olhos, servem de empecilho à troca de emprego malgrado as vantagens que poderia obter: em sua pequena cidade, "quem trabalha aqui tem que segurar o que tem" pelas dificuldades do mercado de trabalho; seu compromisso com o aluguel do imóvel em que divide com a irmã, além do receio em "não se adaptar ao trabalho" e, por fim, da possibilidade (já vivenciada em seu último emprego, em que foi demitida) de não gostarem de seu trabalho. Inquirida sobre como se imagina daqui a alguns anos, embora ainda com apenas 20 anos de idade nossa entrevistada parece combinar lampejos de sonhos com resignação: "eu penso [em] ter uma vida melhor, ganhar um pouco melhor. Eu penso mesmo em ser advogada ou, se não conseguir, vou trabalhar de secretária, eu acho que também é um serviço bom." Secretária em laboratório especifica, enfatizando que aos fins de semana teria mais tempo para passar em companhia de sua família. "Aqui eu ganho setecentos e pouco: tá, é bom, dá pra me sustentar. Mas, pelo menos assim, se eu ganhasse uns novecentos reais, ia ser melhor pra mim, sabe, porque eu acho que ia sobrar, [e] eu quero abrir uma poupança pra mim", além de poder ajudar sua mãe (trabalhadora doméstica) tanto materialmente, como a visitar seus parentes com maior frequência, no interior de Minas Gerais "[por]que é sonho dela ir lá todo ano e num consegue por falta de dinheiro".

O *predomínio da temporalidade presente na estruturação das expectativas e das ações economicamente orientadas*, quer expressando uma autopercepção de realização pessoal ou familiar em comparação às necessidades ou privações anteriores, ou um senso de que se está em vias de estabilização de patamares mínimos de segurança para a condução da vida (pela solidificação de suas bases ou pelo receio em perdê-las), ou mesmo de fruição e cultivo das conquistas já obtidas ou em curso de obtenção

(materiais, salariais, escolares, ocupacionais) inclusive pela suspensão momentânea de toda projeção prospectiva (o "ficar um tempo parado"), em suma como quer que se realize, tende à perpetuação, e não superação, das relativas margens de segurança de que já se dispõe. Se for factível nos referirmos ao tempo pelo mesmo termo que já mobilizamos para a caracterização socioespacial, visto que em ambos os casos o que está em questão é uma *orientação da conduta*, então nestes casos diremos que a ênfase na densidade e concretude relacional, local e afetiva irradiam uma *vivacidade concêntrica*. Esta orientação, se contrapondo à abstratamente fugidia e longínqua fisionomia dos sentidos que se manifestam nas expectativas ou ações que tenham como horizonte projetos de médio e longo prazos, tende a inflectir na balística ascensional a pressionando, por assim dizer, na horizontal.

Entretanto, tão importante quanto esta caracterização é o fato de que *nenhuma destas experiências pode ser reificada* na medida em que, enquanto indicando uma relação com o tempo, *são elas mesmas variáveis conforme o momento biográfico*, perpassando desde a ênfase no presente como fim em si até, alternativamente, sua mobilização recursiva em prol de orientações ascensionais que o subsumem. Em outras palavras, estas experiências dificilmente podem caracterizar de uma vez por todas uma trajetória, correspondendo no mais das vezes a *determinados momentos no interior de uma trajetória ainda em curso*. Em diversas entrevistas, é justamente a mais intensa imersão numa rotina de dupla ou mesmo tripla jornadas que subordina o presente quase absolutamente em função de "uma vida melhor" ou de "crescer na vida" por meio da multiplicação de trabalhos, tarefas e estudos que se aglomeram de forma muitas vezes brutal para os próprios agentes, resultando em crises emocionais, úlceras ou na exaustão, rotina na qual a força de vontade se combina a uma imagem bastante vaga – quando se possuí alguma – da própria razão de ser do excesso de atividades e das motivações que os impelem: trabalhos que podem, durante anos, atravessar o início da manhã ao final da tarde, seguidos de estudo noturno – quando não é o próprio trabalho que perdura da manhã à madrugada – além de serviços complementares nos fins de semana; que também podem envolver a longa travessia, também no decurso de anos, entre cidades distintas cotidianamente (e.g. moradia em São Gonçalo, trabalho no Rio de Janeiro e estudo em Niterói, após o que se retorna ao lar em São Gonçalo); que podem ainda se acompanhar do cuidado com os filhos e das tarefas domésticas, e implicar em poucas horas de sono; que levam invariavelmente em prazo maior ou

menor à exaustão, e a problemas físicos e emocionais (“eu sempre arrastei [os estudos] demais. Pelo final eu já num tava aguentando. Era muito cansaço”; “chegou um tempo em que eu não conseguia render mais”), e cuja parte voltada à efetiva capitalização é desproporcionalmente menor do que se presume pela intensidade da rotina (algumas horas de faculdade noturna, não poucas vezes abandonada, outras, após concluídas, lamentadas pelo pouco tempo efetivamente dedicado ao estudo, resultando em reprovações por faltas, notas baixas, baixo desempenho, além da ocupação de postos de trabalho que subutilizam a formação obtida).

5.2 Agonismos, fissuras e aberturas do mundo vivido

Descrevemos até aqui o que identificamos como força centrípeta de determinadas linhas de experiência familiares, comunitárias e vicinais que atuam na estruturação concêntrica da orientação socioespacial (pelo amálgama relacionalidade-espacialidade) e temporal (pela ênfase no presente como fim em si) das condutas, participando assim em maior ou menor grau da constituição dos horizontes e projetos socioeconômicos das trajetórias que reconstruímos. ‘Em maior ou menor grau’, dissemos, por duas razões fundamentais. A primeira delas, conforme enfatizamos em diversos momentos, está em que estas linhas socializantes não exaurem todos os móbeis destas biografias e justamente por isso, nos capítulos seguintes, continuaremos a explorar a diversidade de mediações socioexperienciais por meio das quais elas vivenciam sua condição popular e constituem seus horizontes ascensionais. A segunda razão, a qual analisaremos agora e que já sugere uma abertura a esta diversidade, resulta de que uma mesma origem social, enquanto “variável”, pode e deve ser desdobrada e reconstruída em influências múltiplas e muitas vezes conflitantes entre si: não há um mundo da vida familiar-comunitário-local completa e imutavelmente harmônico e integrado seja como sistema social, cultural ou de personalidade – se quisermos utilizar o referencial parsoniano acerca das socializações – senão na idealização das recordações familiares ou como normatividade a orientar as ações; suas fendas, ações e tendências disruptivas, seus elementos de desintegração e conflito, longe de acidentais estão essencialmente co-implicados no cerne dos laços familiares e comunitários, emergindo

de seu interior, e explicam inclusive a existência daquela perfeição enquanto valor, dada sua inatingibilidade real.

As histórias familiares de nossos entrevistados são repletas de linhas agonísticas que lhes impactam diretamente, tais como: algum parente (tio, padrasto, padrinho,...) envolvido com a dependência e/ou o tráfico de drogas, o que inclui perseguições, ameaças e agressões físicas e psicológicas a outros familiares próximos aos entrevistados, ou a si mesmos, que são levados ou a se mudar ainda que tendo de arcar com novos custos de moradia, ou simplesmente a fugir sem deixar rastros; a violência e o domínio do narcotráfico (e.g. pelo estabelecimento de divisões geográficas entre facções rivais) impregnado na memória infantil, inclusive com assassinatos de familiares, ou ainda os conflitos ocasionados pelas operações militares; o alcoolismo que pode envolver vários membros de uma mesma família e fornecer testemunhos cotidianos, pelos filhos, de violência doméstica (uma de nossas entrevistadas, entre vários outros, relata haver passado algumas noites sem dormir, durante sua infância, com "o corpo tremendo" pelas agressões de seu pai a sua mãe, com forte repercussão negativa em seu desempenho escolar); assédio e violência sexual; brigas violentas de familiares entre si, ou entre vizinhos, chegando à agressão física, espancamentos e a intensos abalos emocionais (pelo que uma de nossas entrevistadas chegou a ser hospitalizada), podendo impelir à separação de seus integrantes (filhos que decidem dar queixa dos pais na delegacia por agressão, sair de casa ou, ao contrário, são enviados pelos pais à tutela de outros parentes); abandonos pela figura paterna (que podem habitar na vizinhança, sem no entanto estabelecer qualquer tipo de vínculo pessoal ou responsabilidade jurídica) e diversos casos familiares mal-resolvidos, e no entanto padronizados na própria irresolução, envolvendo irmãos de entrevistados diferentes que, ao descobrirem que foram doados pela mãe supostamente sem condições de mantê-los (e que via de regra dissimulam o fato alegando "roubo", ou "sequestro" ou assinatura de falsos documentos), geram ressentimento não somente voltado à mãe biológica como a evitação de toda a linhagem familiar a ela associada; intrigas mais ou menos constantes envolvendo a si ou a irmãos que se acham discriminados e diferenciados no tratamento que recebem dos pais por motivos diversos (homossexualidade, pela suspeita do pai em não serem filhos legítimos, pela cor); problemas de relacionamento dos biografados com uma das linhagens familiares (paterna ou materna) ao seguirem por tabela "rixas" ou desentendimentos passados, por toda a vida, ainda que desconheçam os motivos; o

controle e a interferência julgadas indevidas sobre suas condutas (o "se meter na vida") ou sobre a de seus cônjuges agregados no seio da família, em geral por um membro que exerça alguma forma de ascendência (parental, etária, de gênero, financeira) e do qual dependem, do que resulta mudanças e reacomodações seja para a casa de outros parentes, seja pela nuclearização familiar através da tentativa (nem sempre bem-sucedida) em viver de aluguel; em resumo, a lista é potencialmente inesgotável, mas o que estes fenômenos apresentam em comum é que participam com intensidade marcante da estruturação subjetiva infanto-juvenil de nossos biografados, por quem foram diretamente experienciados, contrabalançando e apontando para as limitações inerentes à força centrípeta dos laços familiar-comunitário-vicinais.

Já citado acima, Anselmo (32 anos, tendo voluntariamente se desempregado do trabalho como garçom para estudar durante manhã, tarde e noite para vestibular) lembra que com seus avós paternos sempre teve "afinidade", o que não era o caso com a linhagem materna, embora fossem todos vizinhos de roçado. Nosso entrevistado avalia que a relação dura e formal que mantinha com o avô materno decorria do fato de sua mãe haver casado sem seu "consentimento", seu pai não estando supostamente à altura de suas expectativas de modo que genro e sogro, pai e avô materno, possuíam uma "birra um com o outro". Assim, este avô, dispondo de condições materiais relativamente melhores, dificultava, por exemplo, o fornecimento de auxílios (como alimentos) para Anselmo, seu neto, que só podia buscá-los com sua avó às escondidas, na ausência do patriarca. Esta "birra" se transmitiu, inclusive, aos irmãos maternos, que também habitavam nas proximidades: "com essa dificuldade de relacionamento que meu pai tinha para com a família da minha mãe, eu lembro que havia uma rixa muito grande e não tinha muito entrosamento. E nessa coisa minha mãe acabava ficando meia que afastada." O mais significativo é que o entrevistado viria a enfrentar problemas análogos, desta vez em seu próprio casamento: conheceu sua esposa ("revisora de textos" em uma empresa de RH), com quem está há cerca de 9 anos, quando ela estava concluindo o curso de letras em universidade pública, sendo então recepcionista do restaurante em que Anselmo trabalhava como garçom. Segundo seu relato, a família de sua esposa havia desaprovado o casamento pela sua origem (sua esposa é carioca, enquanto ele cearense) e condição social, as coisas ocorrendo como se exatamente a mesma estrutura conflitiva intrafamiliar e matrimonial enfrentada por seus pais houvesse se transmitido intergeracionalmente. Mas as tensões que percorrem os "laços fortes", familiares e/ou comunitários, se podem permanecer latentes e reguladas através de um duradouro convívio em que se domina mais ou menos a arte de administrá-los, em outros casos podem transtornar por completo as relações familiares, tornando a própria coexistência inviável. Elton (32 anos, auxiliar de portaria concursado), que atualmente cursa duas faculdades públicas ao mesmo tempo em que trabalha à noite, sendo habitante de um conhecido complexo de favelas desde sua infância (após residirem em palafitas, em seus primeiros anos de vida), explicita que as relações familiares e comunitárias são essencialmente polissêmicas no sentido de que a proximidade afetiva e pessoal é passível de engendrar uma dimensão conflitiva particularmente intensa: "minha mãe foi ameaçada por causa de brigas de vizinhança", "rixa mesmo de vizinhança", que foram reguladas por interferência do tráfico ("colocaram o fuzil na cara da minha mãe"). Ademais, sua mãe (trabalhadora doméstica, já falecida) migrou da Paraíba para o Rio de Janeiro na companhia de seu primeiro marido, dele tendo cinco filhos. Sua mãe lhe descrevia este

> casamento como "conturbado" devido ao alcoolismo deste ex-marido (trabalhador manual não-qualificado), que nos últimos anos teria "enlouquecido": "ele jogou pedras na minha mãe, queria jogar pedras em todo mundo", vindo a falecer provavelmente de cirrose hepática. Por sua vez, Elton e mais uma irmã, são filhos de um segundo casamento de sua mãe, se bem que seu pai parecia reproduzir em grande medida muitos dos atributos e condutas do primeiro: era trabalhador manual não-qualificado, não-alfabetizado e migrante rural, e também alcoólatra, igualmente se posicionava contrariamente a que sua esposa trabalhasse fora de casa além de não se estabilizar, ele mesmo, em nenhum posto de trabalho, buscando como alternativa vender bananas em um carrinho de mão ("eu acompanhava ele nessa época"). Abandonou a família quando Elton tinha 8 anos, para nunca mais voltar (seu paradeiro é até hoje desconhecido). Já seus irmãos, nosso entrevistado descreve como "boêmios", permanecendo na "inércia" e despendendo tudo o que ganham em bebidas e drogas, a maior parte oscilando por subempregos ou trabalhos manuais de baixa remuneração e qualificação. Suas recordações nada idealizadas de sua sociabilidade familiar e comunitária implicam numa relação bastante crítica e ambígua com sua comunidade, pois ao mesmo tempo com ela se identifica e revela o que chama de "ojeriza" pelo ambiente acadêmico que é associado ao estilo de vida das classes médias. No entanto, aqui já tocamos em temáticas reservadas à sequência de nossa investigação; no momento nos importa sublinhar as experiências agonísticas e disruptivas que friccionam e desestabilizam *de dentro* o poder concêntrico dos laços familiares, comunitários e ao que nos referimos como paisagem local, já lhes operando aberturas e estranhamentos.

Ora, estes vetores de abertura não decorrem somente, ou mesmo principalmente, da tensão, dos conflitos e da correlação de forças que permeiam estes laços. Se o caráter concêntrico das influências nas orientações de conduta é uma constante em nossos relatos, a realidade social é demasiado complexa e multifacetada de forma que as experiências sociais em foco, por gravitadas no tempo-espaço presente que se mostrem, dificilmente se apresentam desprovidas de qualquer estímulo ascensional endógeno. Primeiramente, a heterogeneidade de experiências originadas no seio familiar-comunitário resulta da diversidade das trajetórias de seus integrantes (pais, tias, avós, primos), as quais transcendem a sua ocupação atual ou ainda a suas propriedades objetivas basilares (todas bastante próximas entre si). Em segundo, as análises convencionais acerca da "estratificação social", devido a requisitos técnicos reificados, são levadas a desconsiderar completamente que a influência da origem não é estática, mas além de plurívoca como mencionamos, é biograficamente dinâmica, exercendo efeitos distintos conforme momentos distintos. Em relação a nossos relatos, um pai, trabalhador da construção civil, pode no final de suas atividades, e aproveitando suas competências, construir uma garagem próxima a sua casa, no bairro popular onde vive e complementar sua aposentadoria com o valor de seu aluguel para outros moradores; ou um parente cuja ocupação se caracterize pelos estratos mais precarizados e subsistêmicos pode haver empreendido, durante anos, um pequeno estabelecimento

comercial cujo insucesso não deixa de transmitir consigo a experiência da própria tentativa; um pai, lavrador desde sempre e até a atualidade, não transmite apenas uma relação unilateral com o ofício, e a partir de uma plantação básica em terreno arrendado (o pagamento variando conforme a colheita) destinada à venda de grãos nas feiras das cidades, pode exemplificar um processo de "progressão", de que "foi melhorando", ampliando e diversificando a produção, adquirindo terrenos com melhor produtividade agrícola, casa própria,...; uma mãe migrante, trabalhadora doméstica e semialfabetizada, ao alugar uma extensão do "barraco" para outros migrantes e também estendê-lo para a construção de um bar, pode associar a força de sua figura referencial materna a um exemplo de microempreendimento que é reproduzido pelo filho (financiado pelo seguro-desemprego e por empréstimo familiar), não mais no barraco, mas num cômodo improvisado no conjunto habitacional, que também lhe acrescenta outras possibilidades (um "sacolão", um depósito); uma tia que possa estimular os estudos em casa, ou um irmão mais velho que, embora trabalhador manual com baixa qualificação, "lia bastante" e "era de esquerda" e que possa levar, segundo um de nossos entrevistados, "para espaços que eu não tinha noção nem de como frequentar, espaços frequentados pela classe média"; irmãs que, poucos anos mais velhas, exemplificam a relação com os estudos, as tentativas e a aprovação em serviços públicos, e que são estímulos explicitamente reconhecidos pelo entrevistado; familiares que, malgrado suas propriedades sociais típicas das frações dominadas chegam a tentar matricular os filhos em escolas particulares de baixo custo (ainda como esforços orçamentários dificilmente sustentáveis), a lhes pagar "explicadora", ou a impelir a frequentação a atividades e instituições religiosas (que envolvem desde reforço escolar, curso de línguas, de informática, e profissionalizantes à uma disciplinarização da conduta infanto-juvenil) como forma consciente de mantê-los sob uma influência que avaliam positiva ante o ambiente comunitário – e as trajetórias que envolvem migração oriunda de áreas rurais se apresentam em alguns relatos como especialmente suscetíveis a um estranhamento de alguns ambientes urbanos populares, como as favelas, considerados como degradados e perniciosos; para não mencionar o efeito inverso, quando é o êxito dos filhos no trabalho ou nos estudos que estimula, por um misto de concorrência, admiração, imperativo de manutenção da autoridade ou simplesmente de estar à altura, pais a melhorarem sua condição e a retornarem aos estudos (frequência à EJA – Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – ao ensino fundamental, médio, cursos técnicos).

A influência de uma tia (auxiliar de enfermagem) na inserção no mercado laboral de uma de nossas entrevistadas (Helena, 31 anos, técnica em enfermagem) é lembrada por ela em detalhe. Então com 17 anos, Helena trabalhava na linha de montagem (na carteira constando "auxiliar de produção") de uma fábrica de utensílios para o lar por quatro anos, diariamente das 7hs às 17h30, durante o período em que cursava também o ensino médio noturno. A fadiga desencadeada por sua rotina se tornava crescentemente insustentável, ao que, neste período, sua tia (auxiliar em enfermagem) lhe incentivava a cursar enfermagem: "isso num é vida, ficar trabalhando todo dia, ganhando uma mixaria, chegando em casa tarde da noite. Vai estudar [...] pra ganhar mais! Aí eu aceitei o conselho dela." Esta tia teria aprendido o ofício em um convívio com freiras, posteriormente tendo realizado a formação como auxiliar. Helena possui bastante apreço tanto por ela como por seu respectivo marido (motorista) que a "levava para passear" ("ele era muito inteligente, gostava muito de criança, [...] ele era um barato"), de modo que esta afeição intermediou os conselhos, conversas e orientações que dela recebia ainda em sua pré-adolescência: "ela me influenciou. Ela falava que [o trabalho de enfermeira] era muito bom, vamos, faz, estuda!" E ainda: "ah, estuda, porque olha: eu tenho um monte de emprego! [...] Você vai ajudar, vai cuidar dos outros, vai ter dia pra ficar em casa, não vai precisar trabalhar a semana inteira. [...] Mas tu num vai fazer curso não, vai fazer faculdade que aí você vai ser enfermeira, tu vai mandar!" [risos] Sendo a intenção inicial de Helena foi efetivamente o ensino superior, seguindo orientação de sua tia, e mesmo chegando a passar no vestibular para faculdade particular, não possuía recursos para se manter. Então sua tia lhe intermediou a realização em um curso técnico que era dirigido justamente por uma conhecida, o qual Helena financiava por um conjunto de rendimentos e atividades paralelas ao curso: pelo dinheiro advindo de uma rescisão contratual com a fábrica onde trabalhava, pela feitura e venda de bordados, pelo trabalho como vendedora em uma livraria, posteriormente como trabalhadora em uma fábrica têxtil (alternadamente como embaladora, etiquetadora, arrematadora e montadora), além de fazer horas extras nos sábados, e outros 'bicos' como o trabalho na cozinha de um restaurante nos fins de semana ou em datas festivas e "fazendo unha" na casa dos clientes (este último ainda mantido quando Helena já era enfermeira). Esta conhecida de sua tia, responsável pelo curso, "deu uma forcinha" em sua entrada como enfermeira no mercado de trabalho. Antes de trabalhar na UPA (Unidade de Pronto Atendimento) em que se encontra empregada atualmente, chegou a trabalhar em hospital particular e, também, como *homecare*. Ademais, seu ex-companheiro, pai de sua filha, fez ele também curso técnico em enfermagem após conhecê-la, e atualmente cursa faculdade de enfermagem. Segundo nossa entrevistada, ele a considerava uma referência, e "vendo que eu tinha objetivo, estudava, tava almejando uma coisa melhor, [então] ele começou a procurar o mesmo caminho."

É verdade que as influências e exemplaridades ascensionais nas histórias familiares investigadas se mostram absolutamente minoritárias. Contudo, este 'minoritárias' não quer dizer apenas uma restrição quantitativa das práticas cotidianas que manifestam, isoladamente, determinados estímulos ascensionais no seio de uma atmosfera geral em que eles são majoritariamente obliterados; esta dimensão ascensional é também 'minoritária' quando ela existe se bem que de forma *latente* em uma diversidade de momentos e eventos que podem expressar, *através de um mesmo*

conjunto de atos, uma *ambivalência de estímulos*. Estes podem tender *polissemicamente*: ora ao enraizamento e à reprodução de uma condição dominada; ora ao estabelecimento de suportes mínimos que portam a possibilidade de sua superação pela prole (que acumula as conquistas parentais); ora a um enquadramento socioafetivo não-intencional e antecipado dos horizontes legítimos a serem visados; por conseguinte, estímulos que tendem a um conjunto de pressões rigorosamente multivetoriais em termos de sua influência ascensional.

Assim, em diversos relatos as experiências que percorrem a formação da subjetividade dos agentes sociais se mostram como uma espécie de prolongamento daquela "progressão" parental – em grande medida no interior de sua própria condição dominada –, de seus investimentos, e efetivamente muitas mobilidades apenas são possíveis *pressupondo* este processo, mais como mobilização de toda a sua densidade material e cultural acumulada do que como ruptura de uma suposta estagnação (como na subdivisão binária entre percentuais de reprodução ou "imobilidade" X mobilidade sociais). Desde o estímulo e auxílio financeiro por familiares (à abertura de microempreendimentos, ao financiamento de cursos técnicos, ou do ensino superior), aos estágios sucessivos e cumulativos de estabilização material que confiram um patamar de segurança não obtido pelas gerações anteriores (por exemplo, casos bastante similares onde um avô adquire e cede, ou lega, um terreno onde, na sequência, o pai constrói ele mesmo e com auxílio de parentes a casa, ou a amplia, permitindo aos filhos elevarem as expectativas *já partindo destas aquisições*), diversas são as modalidades de transmissão, não exatamente de alguma forma de capital, mas daquilo que muitas vezes passa desapercebido, das bases e condições de possibilidade de sua formação no interior de uma condição dominada.

> A mobilidade ascensional-popular de Nilza (23 anos, auxiliar de educação infantil) se apresenta como uma *extensão* do investimento migratório paterno, o que não significa meramente a perpetuação da condição familiar, mas a incorporação de seu gradual distanciamento da precariedade e da insegurança materiais enquanto alicerces para novas expectativas. Nilza passou os primeiros anos de sua infância numa favela na região metropolitana do Rio de Janeiro, para onde migraram e se estabeleceram inicialmente seus pais, trabalhadores rurais oriundos do Maranhão, enquanto sua mãe ainda estava grávida. Seu pai manifestava preocupação pela família morar "no morro", pelos frequentes tiroteios, suas influências julgadas negativas, e o receio de envolvimento dos filhos. Segundo Nilza, esta fora a principal motivação para a compra de um terreno situado em bairro popular – localizado ele também na encosta bastante íngreme de um morro, embora não-favelizado –, onde seu pai autoconstruiu a atual casa, ainda incompleta em sua infraestrutura se bem que com acabamento e conforto

> consideráveis (piso, emboço, pintura, água encanada) quando comparados à ausência de janelas, pisos, etc. no momento em que vieram habitá-la. A obra era realizada, durante anos, aos fins de semana quando seu pai não trabalhava (então como pedreiro), e o acabamento restante sendo feito "aos poucos" e com ajuda ocasional dos irmãos de Nilza. Na casa, fomos espontaneamente apresentados, pela mãe da entrevistada (trabalhadora doméstica e cozinheira), a plantações no quintal de mudas, plantas e árvores da terra natal, ao mesmo tempo em que a todo o espaço da casa (com ênfase em sua amplitude, conforto, vista privilegiada), características que tornam o ambiente integrante e performativo de uma narrativa familiar. Esta nada possui de unilinear, sendo distintamente apropriada por seus membros: da perspectiva dos pais de Nilza, alguns parentes migraram de sua cidade natal se dispersando para outras regiões, outros a exemplo de seus pais (avós de Nilza) lá mesmo permaneceram como trabalhadores rurais. Com estes familiares na terra de origem, o contato se perpetua através de viagens de visita em determinadas ocasiões do ano (como natal e ano novo), e com um firme desejo de retorno definitivo pelos pais da entrevistada. Já da perspectiva de Nilza mesma, muitas lembranças e referências de seus pais não se colocam para si da mesma forma: dos tios que migraram para outras regiões (dois se tornaram eletricistas, outro pedreiro) ela nunca teve contato; do desejo de retorno dos pais, ela não compartilha. Não obstante, seus projetos socioeconômicos (concluir seu ensino superior e tentar pós-graduação, concursos públicos, ter "estabilidade" mas sem "estagnar", deixar a casa dos pais em busca de sua "independência" prioritariamente se orientando segundo "as exigências do mercado de trabalho" – e não matrimonial, pelo que adia a possibilidade de casamento e filhos) partem das bases legadas por seus pais ainda que no interior de uma condição estruturalmente dominada (sua mãe mesma abriu uma poupança para os seis filhos enquanto estes ainda eram crianças, e Nilza lhe segue o exemplo tendo aberto ela também uma poupança para eventualidades como uma viagem para a Espanha em companhia de seu grupo de jovens da Igreja Católica, ou para o caso de "imprevistos"). Da mesma forma, seus irmãos um pouco mais velhos (e que portanto já nasceram no Maranhão) que "tomavam conta" da entrevistada (alimentação, transporte escolar) e ajudaram seu pai a construir a casa, trabalham todos em ocupações não-manuais de rotina e ao menos dois, a exemplo da entrevistada, também cursam ensino superior. E o que é bastante significativo é que a própria trajetória dos filhos parece haver estimulado os pais a um reinvestimento escolar depois de mais velhos (o pai tenta completar o ensino fundamental através de supletivo, e sua mãe completou o ensino médio recentemente pela mesma modalidade), o que não é visado em termos essencialmente de capitalização num ciclo de vida já bastante avançado, e ao invés como forma de acompanhar espiritualmente o percurso dos filhos.

Do que foi apresentado até aqui, transparece gradualmente um aspecto crucial para a compreensão das mobilidades populares, e que consiste na *relativa fluidez, mas não indiscernibilidade*, entre de um lado as linhas de experiência de tendência centrípeta e, por outro lado, ao ideal que muitos entrevistados se referem como "crescer", "evoluir", "progredir" ou "prosperar" (este último termo, particularmente vinculado à religiosidade neopentecostal), ou ainda a fluidez entre a "reprodução", o investimento familiar e a circunscrição dos horizontes de possíveis que já sugerem, pelos alicerces legados pelas conquistas familiares, os contornos e os limites das

mobilidades filiais. Sim, já vimos que a temporalidade das projeções, a paisagem local e a relacionalidade participam dos projetos ascensionais menos como elementos externos a lhes obstarem a mobilidade do que como experiências que constituem sua fisionomia mesma, sua topografia de prioridades existenciais; da mesma forma, os referidos alicerces de que partem muitos de nossos entrevistados (que nestes casos não precisam retomar 'do zero' as aventuras migratórias, os anos de autoconstruções de moradia nos intervalos do trabalho, o gradual afastamento da precariedade absoluta das trajetórias familiares, que podem inclusive lhes custear os estudos, a moradia pela economia em aluguel, o tempo para outras atividades, etc.), e não utilizamos o termo "alicerces" por acaso, antecipam implicitamente um *enquadramento* de seus laços, ênfases, valores, além de tudo aquilo que importa aos agentes e sugerem já a *amplitude* de sua balística ascensional. Isto se reflete na *fluidez* com que os *projetos ascensionais* se apresentam em relação à reprodução ou à superação de sua condição de origem em todos os nossos biografados, nunca designando uma decisiva, unilateral e consciente *ruptura* e *negação* em prol da adoção de padrões de conduta característicos de outras classes sociais, vistos com reserva e seletividade crítica nas apropriações. As mencionadas aspirações quanto às remunerações e ocupações consideradas satisfatórias, o local de moradia desejado (e a forma de sua aquisição, onde a constante opção pela compra de terrenos parece performar e atualizar o próprio percurso familiar mais do que obedecer a lógicas maximizadoras),[134] a temporalização de seus investimentos, ou seja seu planejamento e consecução no decorrer do tempo (em concursos, ensino superior, ativos de qualificação, microempreendimentos), denotam esta fluidez e indeterminação relativa, o que significa que em si mesmos tais motivações e ações apresentam tanto aspectos tendentes à perseverar nas margens já adquiridas quanto outros voltados à abertura e à mudança, e que podem se manifestar diferencialmente conforme os contextos e possibilidades objetivas com que venham a se deparar tanto em termos de hesitação, insegurança e inconstância das condutas, quanto afirmativamente pela valorização do

[134] O que não significa que estas estejam ausentes, apenas que o paradigma do ator e da ação racionais são demasiado rudimentares em seus pressupostos antropológicos e em seus resultados para a compreensão do que está em questão. Já demonstramos como o conceito de *projetos* incorpora, e ultrapassa, esta dimensão ação (cf. capítulo anterior). Uma breve ilustração de que estas decisões patrimoniais nada possuem de "irracionais" pode ser considerada através da lógica mobilizada por um dos biografados (E24) que acumulou poupança tendo em vista a "casa própria, que é um sonho nosso, meu e de minha esposa": "hoje eu moro [de aluguel] em casa de posse [em comunidade], é num lugar acessível, num tem tráfico, é na beira do asfalto. [...] Eu não tenho problema nenhum em comprar casa em lugar assim, mesmo sendo de posse", ou seja sem escritura e garantia jurídica, pelo fato de assim não ter que despender, no final de anos, muito mais do que o imóvel valia inicialmente ("fazer um empréstimo de 150 mil e pagar 300 mil, isso não entra na minha cabeça") pelas linhas de crédito tradicionais.

"melhorar de vida" no sentido do florescimento das possibilidades e laços locais. Mesmo nos deslocamentos geográficos esta gradação se faz perceptível: casas situadas nas margens das periferias, em suas fronteiras com bairros mais próximos aos grandes centros comerciais são valorizadas, em termos de mercado imobiliário, pela viabilidade financeira (comparativamente a bairros mais centrais ou em regiões mais "nobres"), porém também pela maior acessibilidade em termos de mobilidade urbana e acesso a serviços público sem, contudo, romper com a proximidade dos círculos concêntricos referenciais (paisagem-laços); no caso de favelas isto se reflete pela valorização por alguns moradores locais de casas mais próximas ao "asfalto" (geralmente a infraestrutura, a dimensão e o conforto das casas aumentam conforme esta aproximação, além de sua acessibilidade, e sua maior distância das bocas de fumo), onde a descida de cima "do morro" representa uma aproximação espiritual a outro estilo de vida, *e muitas vezes não mais do que a aproximação é desejada em si mesma*, ainda que seja para a mesma rua em trecho, por exemplo, já cimentado, que seja "colado com a favela", ou, melhor ainda, para a "beira da rua" ("meu pai sempre sonhou em morar no baixo").

A partir destas aberturas endógenas ao mundo vivido popular e sua densidade experiencial concêntrica, ou em outro registro, na interpenetração entre os sistemas social, cultural e de personalidade que lhe estruturam, abrimos o caminho para uma série de outras linhas de experiência, desta vez de tendência 'dis'-cêntrica, ou seja com múltiplos eixos normativos, afetivos, volitivos que são inerentes a outras dinâmicas institucionais e sistêmicas. O que é decisivo nas trajetórias populares-ascensionais em foco não é a participação em tal ou qual destas esferas de vida – que assumem importâncias distintas conforme os indivíduos ou seu momento sociobiográfico –, mas seu entrepertencimento existencial, ou a maneira como são vividas em seu entrelaçamento mesmo, o que torna sua condição ao mesmo tempo única e geral, relativamente peculiar e relativamente familiar.

6 Linhas de experiência com densidade ‘dis-cêntrica’: a diversidade de socializações constitutivas da condição popular

Trajetória exemplar (estudo de caso). Linhas de experiência estudantil-popular: o impacto da institucionalidade escolar enquanto recursividade e matriz de subjetivação. A transmissão intergeracional do estranhamento familiar à institucionalidade escolar e universitária, e as expectativas engendradas em seu seio. A profusão de camadas de experiência popular. Os laços familiar-comunitário-religiosos e sua gradual e relativa autonomização em relação às influências de origem. A inerência da religiosidade às trajetórias: variações de inserção e engajamento conforme o momento sociobiográfico, e sua conexão com as orientações socioeconômicas. Micromobilidades ocupacionais e o duplo estranhamento ascensional-popular.

> A práxis abarca portanto – além do trabalho – um momento *existencial*: ela se manifesta na atividade objetiva do homem [...], assim como na formação da subjetividade humana na qual os momentos essenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc. não representam “experiências” passivas, mas fazem parte integrante da luta pelo reconhecimento, quer dizer do processo de realização da liberdade humana. Sem o momento existencial, o trabalho cessaria de ser parte integrante da práxis. (Karel Kosik, *La dialectique du concret*, p. 145)

No capítulo anterior a ênfase fora colocada nas linhas de experiência (em oposição ao pressuposto de uma influência sociocultural unívoca, ainda que no interior de uma mesma esfera institucional) engendradas no universo composto pelas relações familiares e comunitárias, tanto no aspecto concêntrico de sua densidade espaço-temporal como em suas aberturas, antagonismos e fissuras intrasistêmicas, naquilo que participam da estruturação dos horizontes populares do ponto de vista de ascensional. Já neste capítulo veremos que *as mediações* entre a condição popular e suas projeções socioeconômicas constituem uma cartografia socioexperiencial mais ampla do que a origem social, e que expressa aquela multideterminação sublinhada no início de nosso trabalho. Não é enquanto agregação que as experiências familiares, escolares, universitárias, religiosas, laborais, amistosas, conjugais, estruturam os horizontes de possíveis ascensionais que seriam, assim, como que o resultado decomponível de uma simples somatória; antes, as trajetórias analisadas atravessam esta multiplicidade ao mesmo tempo em que se constituem por ela, de modo que a portam consigo em forma de inclinações, hesitações, imperativos e irresoluções, quer dizer de uma *micropolítica de forças e contraforças as quais operam aberturas e desenraizamentos em relação às*

experiências originárias, embora não o façam sem, neste mesmo movimento, antecipar contornos e um escopo de mobilidade que se define, de uma parte, pelo que inclui e integra, e de outra pelo que recusa, exclui e nega enquanto sentido para a vida. Vejamos.

6.1 Uma trajetória exemplar

Karen é solteira, 32 anos, e nasceu no município de Maricá-RJ onde vive ainda hoje morando com sua família. Considerando-se "parda", ascendeu socialmente em relação aos pais em todos os indicadores "objetivos" consideráveis: possui um maior nível de diploma (ensino superior completo), uma renda maior (seu salário, incluindo os rendimentos da hora extra, encontra-se em torno de 1.500 reais) e uma ocupação profissional também mais prestigiosa: é professora concursada pelo município onde mora. Na verdade, o que torna a trajetória de Karen exemplar para nossa problemática sociológica é o fato de que esta mobilidade social ascendente não ocorrera somente em relação a sua origem familiar: Karen era servente de limpeza ao mesmo tempo em que frequentava a universidade, e esta mobilidade é sentida como um movimento de "vitória" em relação a um estado anterior de si, o que no entanto não ocorre sem agudas e duradouras tensões internas.

Simplesmente classificar Karen numa determinada classe por referência a sua faixa de rendimentos (como se classe e renda fossem sinônimas) ou, por outro lado, levar em conta seu nível de diploma (superior) abstraindo a ambígua relação que nossa entrevistada mantém com suas possibilidades (e suas dificuldades em capitalizá-lo), ou ainda tentar compreender os móbeis de suas orientações e práticas socioeconômicas pela definição exclusiva de sua ocupação atual – enquanto *um ponto* no tempo – abstraindo o percurso que lhe engloba, é desconsiderar a *complexidade de forças sociais que compõem as trajetórias ascendentes das classes populares* as diferenciando, ao mesmo tempo, tanto das camadas mais vulneráveis dos meios dominados como dos segmentos médios e dominantes mais estabilizados. O que é característico à estruturação subjetiva destas trajetórias relacionalmente a outros grupos sociais é precisamente a especificidade das linhas de experiência que as permeiam, ou seja, sua *particular heterogeneidade* ou, em outras palavras, a singularidade resultante de sua respectiva multideterminação (muito distinta, por sua vez, da multiplicidade de forças componentes de outros setores sociais). Para nossos propósitos, o que sublinhamos neste estudo de caso é a maneira como um complexo de experiências sociais heterogêneas (âmbito familiar se prolongando na vida comunitária, esfera escolar e universitária, mundo do trabalho com sua mobilidade

ocupacional de "curta distância") se conjuga numa agente social oriunda dos meios populares de modo a delinear em seus horizontes economicamente orientados tendências oscilantes e oblíquas que a levam a um distanciamento de si e a uma suspensão da adesão imediata a cada uma das esferas de ação em particular nas quais se encontra envolvida (origem social, sistema de ensino, sociabilidade amistosa, mundo do trabalho,...). Esta dissonância intrasubjetiva, associada a estranhamentos intersubjetivos, acaba por estimular uma atividade reflexiva particularmente intensa, angustiada e demasiado autocrítica, resultando numa *reorientação e redimensionamento de seus anseios e expectativas* (econômicas, ocupacionais, matrimoniais,...).

O mundo da vida comunitário-familiar e seu prolongamento "evangélico"

Antes de se mudar para o bairro urbano em região periférica em que vive até a atualidade com seus pais, até os 7 anos de idade Karen morou em área rural do mesmo município ("nasci no mato literalmente!", não havendo rede elétrica por exemplo), período em que seu pai era trabalhador rural. Inicialmente seu pai, que era alfabetizado pelo Mobral[135] e trabalhava aos moldes típicos de um meeiro, "cuidava" e "tomava conta" de um terreno do qual não era proprietário, plantando e obtendo parte do que vendia para o sustento da família, embora posteriormente apenas comerciasse as plantações de terceiros. Era descrito por Karen como um provedor infatigável em seu papel de "buscar os recursos pra família", *pari passu* delegando as tarefas domésticas e de educação dos filhos a sua mãe: "eu e meu pai [éramos] sempre distante[s]... ele sempre chegou junto com relação à vestimenta, alimentação, tudo mais, mas com a gente [era] sempre distante: era só trabalho." O que não significa ausência de afeto ou uma relação marcada por desentendimentos ou conflitos, mas simplesmente uma lacuna de diálogos seja na infância ou mesmo atualmente em comparação aos que sempre estabeleceu, por exemplo, com sua mãe. Com ela Karen conversava "muita coisa. [Minha] mãe sempre esteve aberta ao diálogo com a gente, direto", inclusive nos dias de hoje. Se a sua mãe, que havia estudado até o 3º ano do ensino primário, cabiam o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, isto não significa uma completa absorção a este papel. Já fora mencionado que quando Karen tinha por volta de 7 anos sua família se mudou para uma região ainda periférica do município – para uma casa que seu pai investiu 20 anos na construção –, mas não que tal mudança se fez acompanhar de importantes transformações nas ocupações paternas. Enquanto seu pai abria uma oficina mecânica para automóveis na garagem da nova casa, sua mãe parecia crescentemente insatisfeita com sua dependência conjugal e, segundo Karen, foi por esta razão que decidiu empreender uma pequena venda, igualmente na extensão da casa: "no caso dela,

[135] "Movimento Brasileiro de Alfabetização", programa criado durante a regulação militar (em 1967) visando alfabetizar funcionalmente jovens e adultos.

pelo menos é o que ela passa pra mim, ela sentia necessidade de ter o dinheiro dela, essa questão [...] meio que da submissão: tem que tá pedindo... ela cansou disso." Não que faltassem recursos à família, e sim porque o dinheiro era direcionado ao estritamente "necessário", indisponível para o que seu pai avaliava como "futilidades". Comerciando balas e alimentos sua mãe "consegue tirar um dinheiro pra ela", o que considera um "extra". A "lojinha" situada na extensão da casa lhe possibilita atender as demandas apenas com o toque da capainha enquanto ainda exerce suas tarefas como dona de casa – Karen relata que, no lar, as atividades paternas se limitam, no máximo, a fazer café.

Quanto aos avós paternos e maternos de Karen, sua composição é bastante homogênea, reproduzindo em grande medida as ocupações de seu pai (trabalho rural) e de sua mãe (dona de casa, embora a avó materna também trabalhasse no plantio e na colheita). Em ambos os casos prevalecem simplesmente o completo ou o semianalfabetismo e a praticamente nula experiência institucional escolar. Juntamente com tios e tias maternas, além de primos, todos conviviam muito próximos entre si em uma espécie de "vila" (por exemplo Karen assistia TV na casa da avó até os 9 anos, quando passou a dispor do aparelho em casa) em que a sociabilidade familiar se prolongava e se confundia com a vida comunitária, a exemplo do que registramos no capítulo anterior acerca da morfologia familiar estendida. E dentro desta extensa rede de sociabilidade familiar Karen também possuía um irmão, com quem dividiu o quarto até que este se casasse. Seu irmão completou o ensino médio (e veremos sua importante participação na escolarização de Karen) e atualmente faz um curso técnico de mecânica de peças de perfuração (ligado à área petrolífera) em Macaé-RJ, trabalhando nesta mesma área e com rendimentos superiores aos de Karen. Ademais, seu irmão parecia manter uma relação bem mais privilegiada com seu pai, com maior fluência no diálogo e o compartilhamento de interesses e atividades 'tipicamente' masculinas, sempre estando próximo ao trabalho paterno com mecânica na garagem de casa, "olhando" e "aprendendo"; era "apaixonado por carro" e com apenas 5 anos de idade seu pai já lhe ensinava a dirigir, de forma que sua inserção laboral aos 17 anos como motorista de caminhão (evidentemente informal) para empresas de transporte, assim como sua posterior opção por um curso técnico de mecânica parecem, em muito, resultar desta mediação e enquadramento afetivos.

Mas no que diz respeito a nossa entrevistada, este *Lebenswelt* familiar e vicinal, não se fechando sistemicamente em si mesmo, também se associava intimamente à frequência a igrejas reformadas "desde que nasceu." Inicialmente Karen frequentava a Assembleia de Deus com os pais até os 16 anos, cerca de três vezes por semana, quando se transferiu então para a Igreja Batista do Calvário (onde se batizou há cerca de 5 anos) sob influência de uma tia. Mesmo seu ex-noivo (trabalhador da construção civil, com quem já planejou adquirir um terreno na mesma rua onde Karen mora com sua família) entrou na Igreja através de sua influência, e lá se

encontra até hoje a despeito do fim do relacionamento. Se houve épocas em que chegava a comparecer quatro vezes em uma mesma semana aos cultos, participando inclusive de grupos de jovens (com suas reuniões, ensaios, etc.), atualmente não frequenta mais do que aos domingos à noite, não fazendo parte de nenhum grupo particular. Apesar de julgar que o devesse, Karen nunca chegou a orar todos os dias (estima que o faça cerca de três vezes por semana ou quando de algum "perrengue") e revela que, "apesar de ser extremamente errado", ultimamente não tem lido a bíblia. Com efeito, o espaço de subjetivação religiosa de Karen parece haver cedido território às exigências de sua dupla jornada envolvendo trabalho e estudo e que passou a consumir a maior parte de seu tempo, de suas energias físicas e emocionais. Mas ainda não chegamos neste ponto.

Uma prolongada e angustiante experiência escolar

Por meio de uma extensa experiência no sistema de ensino Karen parece haver se tornado deslocada em vários aspectos. Seu engajamento à ambiência escolar e, num segundo momento universitária, é marcado por um constante mal-estar consigo e com outrem, uma certa reserva; sua adesão espontânea ao mundo da vida popular, por outro lado, tampouco se mantém inalterada. Assim, não mais reproduzindo as orientações socioeconômicas compartilhadas pela vida familiar (em termos de investimentos econômico e cultural, além de inserção ocupacional), em tudo o que isto implica enquanto *atitude ante a vida* e em sua hierarquia volitiva, entretanto Karen leva seu mundo experiencial consigo à escola e à faculdade ao mesmo tempo em que se torna impossível não levar esta outra experiência institucional (seu universo normativo, seu código linguístico, suas expectativas e modalidades reflexivas particulares) para sua convivência familiar. Conquanto Karen nos afirme em um primeiro momento sobre sua vida escolar: "ah, eu era considerada uma ótima aluna!", não demoramos a compreender no decorrer da entrevista que as coisas se passaram de modo consideravelmente mais problemático. Karen matriculou-se inicialmente em uma escola particular (pois não havia escolas públicas nas proximidades de sua casa, situada em área rural), e ao conseguir se adaptar às expectativas escolares passa a ser considerada uma das melhores alunas da turma, porém "muito mais por conta do comportamento, porque eu sempre fui muito comportada. [...] Quieta, na minha, então eu num dava trabalho." Karen realizava regularmente os deveres de casa, ainda que não fosse exigida pelos pais e que não houvesse adquirido nenhuma apetência pelos estudos: simplesmente cumpria o que sentia como obrigações de seu papel enquanto aluna. Em casa, não tinha acesso a leituras, seja por livros, revistas ou quaisquer outros meios senão a bíblia, que aliás ela não lia (apenas sua mãe o fazia, sozinha). Ocorre que, em determinado momento de sua narrativa, espontânea e inesperadamente irrompe: "eu fugi algumas vezes porque eu tinha pânico, pavor de escola. [...] Só o fato de saber que eu ia ficar meio período do dia fora de casa,

para mim isso era pavoroso." Os problemas com a síndrome do pânico[136] – assim Karen foi clinicamente diagnosticada e medicada – começaram na entrada para a quinta série, quando se vira obrigada a frequentar uma escola maior, situada no centro da cidade, desta vez pública, e sem a companhia de praticamente todos os seus amigos transferidos para outras escolas. Foi então que a jovem, por volta dos 12 anos, passou a não conseguir acompanhar as aulas e a não mais desejar voltar à escola e, de fato, dela se manteve por 3 anos afastada "porque eu não conseguia entrar numa sala de aula. [...] Eu tinha medo. [...] Foi horrível". Karen não apenas descreve seus sentimentos e os difíceis eventos que experienciou como, auxiliada pela sua experiência com acompanhamento psicológico e seus estímulos a um modo muito particular de auto-objetivação, não hesita em interpretar esta experiência em seus próprios termos: "eu tava num ambiente que eu considerava seguro, e de repente eu vou prum lugar estranho, com pessoas estranhas e, assim... eu tinha um professor, de repente eu tenho oito, nove... e aí aquilo foi estranho pra mim [...] e eu acho que quando deixou de ser seguro... eu psicologicamente não tava preparada para suportar, conviver com o diferente. [Passei] muitos anos, assim, na mesma escola, com as mesmas pessoas, quase que uma família. Aí eu num me adaptei àquela [nova] realidade." [137] Rompida a cotidiana naturalidade e a *paisagem local* de seu mundo vivido e simbólico, Karen se ancorava incondicionalmente a parâmetros e referências familiares na medida em que as forças internas para adentrar este espaço institucional apenas por si pareciam lhe faltar. E este novo universo de expectativas em relação ao qual suas manifestações psicossomáticas delineavam os contornos diferenciais com grande nitidez e onde o estranhamento era levado ao extremo se mostra ainda mais claro quando Karen narra um evento

[136] Nos importa aqui as implicações sociológico-existenciais desta manifestação psicossomática, não sua especificidade neurofisiológica ou convencionalmente "psicológica". Tampouco entraremos aqui na questão da "causalidade" desta manifestação (genética, orgânica, fatores sociais considerados toscamente como elementos "externos", interação dos fatores), se é que o campo semântico a que este conceito tacitamente remete é adequado para tratar de fatores cuja abstração obscurece seu verdadeiro modo de ser, uns por meio dos outros, se entranhando uns nos outros, sem começo ou fim precisamente substancializável. Por conseguinte não cabe aqui – nem deveria em lugar algum – fazer habitar departamentos acadêmicos nos agentes, suas disputas jurisdicionais ou, corolário ainda pior, *dotá-los de valor causal* (do qual um ou outro especialista seria o legítimo profeta). Pertinente para nossa analise é que seu desencadeamento (com seus sintomas fisiológicos como taquicardia, crises de ansiedade, falta de ar, etc.) põe em relevo *uma profunda incompatibilidade de expectativas, e a subsequente desestabilização da estrutura subjetiva de Karen, em face de determinadas situações e exigências interpessoais e institucionais,* precisamente os momentos em que tais sintomas se manifestam. Para a associação empírica entre determinadas enfermidades mentais clinicamente diagnosticadas do ponto de vista psiquiátrico (especificamente envolvendo a "neurose" e a esquizofrenia) e a mobilidade social, seja pelos esforços envolvidos ao alcance de uma ocupação e de uma escolarização mais avançadas em relação aos pais, ou mesmos irmãos, seja ainda pela frustração das expectativas de ascensão, cf. Hollingshead et al. (1954). Para uma abordagem sociopsicanalítica do mesmo tema cf. Gaulejac (1987).

[137] Observamos em outros relatos como esta aparentemente banal experiência de ampliação numérica dos professores no fim do ensino primário, geralmente decorrente da necessária mudança para uma instituição de maior porte, possui, como efeito para a experiência infantil envolvida, uma maior impessoalização da relação dos alunos entre si e, principalmente, destes com os professores e com a ambiência institucional, fato que em inúmeros casos descentra seu eixo de segurança experiencial, tornando a escola um ambiente afetivamente mais distante e maquinal.

ocorrido exatamente quando se iniciavam seus transtornos, na quinta série: "uma coisa que eu lembro foi de uma professora de inglês que eu tive [...], eu fiz a prova, [e] eu achei realmente que eu fui péssima na prova, mas eu acho até que eu tenho ainda essa prova em casa, ela colocou um zero DESSE tamanho, vermelho, com um traço no meio, aquilo ali... foi uma coisa que me impactou tanto que até hoje num consigo esquecer daquilo. Então a partir dali é que acho que começou aquela coisa de: 'eu num posso, eu num consigo, eu sou incapaz, não é pra mim'... ali é que acho que começou tudo... eu nunca tinha pensado nisso!" [Risos] Neste período, durante alguns meses, sua mãe tentou sem sucesso lhe acompanhar na ida e vinda da escola, inclusive permanecendo na própria instituição durante as aulas, até que "por fim eu não aguentava mais, porque o ficar dentro da sala eu não suportava." Foi apenas quando seu irmão – após o referido atraso de 3 anos de Karen fora da escola – alcançou sua série que ela retomou e completou o ensino fundamental, em sua mesma sala, exatamente a seu lado: "é como se o lugar deixasse de ser estranho por conta dele estar ali também." Mais ainda: Karen prosseguiu em sua companhia até a conclusão do ensino médio, desta vez também amparada pela presença de uma tia que tardiamente retomou os estudos.

Se acrescentarmos a estes obstáculos enfrentados por Karen sua relativa indiferença em relação aos estudos propriamente ditos, os quais em si (enquanto conteúdo, leituras, exercícios, etc.) não ultrapassavam o claro estatuto da obrigação, compreenderemos que sua decisão, após a conclusão do ensino médio, em prestar vestibular para o curso de pedagogia em uma faculdade particular se dera em termos estritamente pragmáticos. Apenas havia tentado uma vez para universidade pública "porque eu acho que num ia conseguir passar, [...] eu fiquei cansada de estudar [...], a verdade é essa, e eu falei: 'não, não vou meter a cara pra conseguir passar." Ora, antes disso, ainda enquanto cursava o último ano do ensino médio, Karen havia sido aprovada para um concurso que realizou para o cargo de servente de limpeza e, para assumi-lo, transferiu sua matrícula para a noite; durante o dia passava a trabalhar exatamente na mesma escola em que havia estudado em sua infância. E precisamente a sua principal motivação para cursar o ensino superior não foi outra senão "poder deixar de ser servente. [*Mas a sua vontade era deixar de ser servente ou fazer a faculdade?*] Era fazer a faculdade para deixar de ser servente. Eu num fiz a faculdade porque eu queria fazer uma faculdade, [mas] porque eu precisava fazer alguma coisa, algum curso, no que eu pudesse ter um serviço, um emprego que fosse diferente daquele que eu tinha... e assim, que opções eu tinha: se eu saísse da escola, [trabalhar em] casa de família, caixa de supermercado, e [isso] eu num queria." Ademais, mesmo pensando em fazer administração, o curso de pedagogia era o único que seu salário como servente lhe possibilitava arcar com os custos. Vimos que em toda sua difícil experiência escolar Karen não desenvolvera nenhum gosto especial pelos estudos; no entanto algo havia se modificado: a clareza no vislumbre das alternativas disponíveis e de suas possibilidades recursivas, em

projetos que manifestam um relativo distanciamento perante sua origem social: a adesão de Karen a seu mundo popular de origem imperceptivelmente deixara de ser não-problemática, as trajetórias parentais não sendo assumidas como anseios pessoais.

Mas quanto a sua atitude em relação aos estudos, tampouco a nova experiência na faculdade conseguiu modificá-la: "eu fazia só o necessário. Tipo: se tem que ler isso, eu lia [...], se tem que fazer uma resenha disso eu fazia uma resenha [...]. Tudo o que tinha que fazer eu fazia, mas nada assim: 'ah, que prazer, que livro maravilhoso...'" Na verdade Karen chega mesmo a dizer que teria entrado "na carreira errada" e ter dúvidas sobre sua opção inicial. Não obstante, com cerca de 26 ou 27 anos Karen terminava sua graduação e iniciava, na mesma faculdade, seu primeiro curso de especialização. O que continuava a orientar suas escolhas era o mesmo pragmatismo que a guiava no mercado de trabalho, adquirido na escola e reforçado no ensino superior, embora desta vez marcado em suas tensões e escolhas por uma espécie de compromisso consigo, pois sentia que algo ainda não estava certo: quanto mais se expandiam seus projetos (universitários e profissionais), tanto maior seu mal-estar e, ainda hoje, alguns anos após terminada sua graduação, Karen se encontra na terceira tentativa de concluir um curso de especialização, tendo abandonado as duas primeiras (relata que seu braço bloqueava no momento de fazer sinal ao ônibus, no ponto, e voltava para casa) por "abalo psicológico", mesma razão de sua atual insegurança. Porém, não compreenderemos este mal-estar sem reconstruirmos outro lado de sua biografia: seu percurso no mundo do trabalho.

Mobilidade social e clivagens intra e interpessoais

Karen nunca fora particularmente sobrecarregada com trabalho doméstico, ou mesmo necessitava trabalhar fora de casa enquanto criança. Com 7 anos, se lavava sua própria roupa era porque sua mãe tinha problemas na coluna. Quanto à arrumação da casa, sua única obrigação era seu quarto que dividia com o irmão. Mesmo a lavagem da louça era dividida (por exemplo não lavava panelas) e as tarefas domésticas sob sua responsabilidade eram geralmente leves (aprendeu a cozinhar aos poucos), o que lhe possibilitava brincar com as vizinhas a maior parte do tempo: "tive infância!". Esta situação não se modificou essencialmente, ao menos até os 17 anos quando decidiu dar aulas particulares para seus vizinhos em casa como "explicadora" porque "queria dinheiro", chegando a ter de 20 a 22 alunos que lhe ocupavam a manhã e a tarde, antes de sua aula noturna. Neste ponto Karen parece reproduzir a justificativa que talvez tenha projetado para sua mãe, agora para si, lembrando que seu pai lhe dava o estritamente "necessário" (material escolar, alimentação) conforme sua preocupação moral com o papel de provedor familiar lhe era ponto de honra, se bem que à medida que os anos passavam este "necessário" fosse cada vez menos suficiente aos anseios juvenis de Karen. A reação de seus pais a sua decisão foi favorável ("legal, muito bom!"). Os rendimentos das aulas, Karen os

guardava sempre para si: seu pai e sua mãe faziam questão que assim fosse ainda que ela se propusesse a ajudar: "a gente não precisa". E como explicadora continuou, ao menos até saber-se aprovada para o mencionado concurso para servente. Sobre o concurso nos conta que o havia feito simplesmente como companhia a pedido de uma tia e, assim, sem dedicar especial atenção ou criar expectativas quanto aos resultados, recebeu o telegrama lhe comunicando a aprovação: "mãe, vou ter um emprego!" Karen parecia particularmente feliz porque "eu achava o máximo ter dinheiro né [risos], aí: 'pô, agora vou ganhar mais!'. [...] Foi tão legal na época que eu nem quis saber se é pra limpar, se não é, eu falei pô: funcionária da prefeitura. Eu tinha aquela ideia assim: 'ah, funcionário público não faz nada', aí eu falei: 'mãe, vou ganhar à toa, sem fazer nada.'" [risos] Apesar de afirmar não haver vivido quaisquer problemas em trabalhar como servente enquanto ainda terminava o último ano do ensino médio à noite, seu percurso no mundo do trabalho deixou profundas marcas em sua experiência, a qual Karen mais uma vez não se restringe a descrever sem um trabalho interpretativo: "depois é que veio caindo a ficha que o pessoal não olha com bons olhos quem trabalha como servente [...]. Eu achei muito estranho quando as pessoas chegavam na escola e elas passam por você como se não tivessem passado por ninguém, sabe, você não é visto, ninguém te vê. Você faz um trabalho que é essencial dentro de qualquer ambiente, a limpeza é essencial, mas quem faz esse trabalho não é visto: ele se torna insignificante aos olhos dos outros. [...] [E] acaba que a pessoa, se acabar se envolvendo, permitindo, ela acaba se sentindo insignificante: ela começa a se ver da maneira que as pessoas a vêem. Muito estranho. Aí eu comecei a sentir isso: as pessoas vão, vêm..." [sem notá-la] referindo-se especialmente a alguns professores (principalmente do 5º ao 8º ano e que já possuem o ensino superior), pais de alunos, visitantes, etc. "É horrível, uma sensação horrível", algo como: "chega pra lá que você aqui só limpa." Já com os professores de 1º a 4º ano (geralmente com menor nível de diploma) sentia compor até uma "parceria" (Karen por exemplo vigiava a turma enquanto se ausentavam em determinados momentos). Não por acaso passou a observar sistematicamente o tratamento dedicado a funcionários da limpeza: "eu saí dessa experiência meio sensível a isso, sabe?"

Concluindo o ensino médio é com seu trabalho na limpeza que Karen custearia sua faculdade. E quando nos diz, especialmente nesta nova fase de sua vida, ter sofrido "muito preconceito", diferentemente do que talvez venhamos a supor este tinha origem em seus próprios colegas de trabalho: "tinha exceções, mas eles ficavam... achando que, eu não sei se, por eu ser servente naquele momento, eu não podia tá fazendo uma faculdade ou se, por eu estar fazendo uma faculdade, que eu não podia ser servente." Por exemplo, uma colega comentava no ambiente de trabalho: "'isso aqui não é lugar pra você não!'. Sabe como se ela quisesse tá no meu lugar e [continuando a reproduzir o comentário da colega]: 'você precisa trabalhar numa coisa que seja de acordo com o que você tá fazendo, com o que você tá estudando, não sei

porque você aguenta isso aqui.' Mas a minha presença lá, acho que incomodava ela, o fato de saber que eu estava trabalhando com ela naquele momento, mas que daqui a pouco eu não estaria mais. Tanto que hoje ela nem olha na minha cara. [...] Ela passa assim: 'ah, meio que você foi e eu fiquei', sabe? Um negócio muito estranho." Certamente esta atitude não esgota o leque de reações com que Karen tinha de lidar e, ao contrário, sobre uma colega que lhe apoiava recorda os seguintes comentários: "'Karen, eu sou sua fã', ela fala pra mim, 'porque você tava lá junto com a gente, sofreu muita coisa, e você deu a volta por cima: hoje você tá do outro lado, você é do outro grupo. [...] E as pessoas que estão lá, e que ficavam te criticando, deviam seguir o seu exemplo, voltar pra sala de aula, e tentar chegar onde você conseguiu chegar.'" Embora o último conteúdo seja deveras distinto do anterior em seu reconhecimento e admiração, inegavelmente possui algo em comum: o reforço da mensagem de que Karen agora, queira ou não, para o bem ou para o mal, não é mais como eles: está "do outro lado", fazendo parte "do outro grupo".

Após cerca de três anos atuando como servente, Karen requisitou "desvio de função" em sua matrícula municipal alegando justamente o preconceito ("muita pressão") que sofria cotidianamente. Nos próximos 7 anos, boa parte do tempo já após formada, Karen assumiria cargos, ainda com sua matrícula antiga, como inspetora de alunos e auxiliar de uma subsecretária de energia, além de, paralelamente a seu vínculo contratual, chegar a morar e trabalhar com a família durante um ano em Macaé-RJ, no que chama de "empresa de distribuição" (de produtos para mercados), pertencente a seu irmão. Entre "um monte de bico", sempre paralelos a sua matrícula, Karen também trabalhou como atendente de *telemarketing* e "representante" de uma empresa de alimentos ("foi legal, foi uma experiência boa") enquanto realizava uma série de concursos na área da licenciatura na educação infantil, sua área de formação. Até que, há dois anos, Karen foi aprovada e "largou na hora" sua antiga matrícula. Desde então trabalha como professora, dobrando a jornada para aumentar seus rendimentos. Esta circulação ocupacional com desdobramento ascensional em relação a seus pais (conclusão do ensino superior, ocupação mais prestigiosa e melhor remunerada) e à própria trajetória, além de "sorte", Karen considera "uma vitória" e "uma conquista" ao comparar "o que eu tinha ao que eu tenho hoje", na medida em que as pessoas onde mora "nunca imaginaram que eu fosse trabalhar como funcionária pública, nunca imaginaram que eu ia conseguir fazer uma faculdade", assim como não acreditavam os professores na escola em que trabalhava como servente, a julgando "muito ingênua" quanto a suas aspirações. Entretanto, este desdobramento não foi atravessado exatamente como uma simples passagem para "o outro lado" ou para o "outro grupo". Karen se sentia pouco à vontade com suas novas exigências profissionais e acadêmicas de modo que sua integração socioafetiva às novas esferas de atividade fora não menos problemática do que quando servente (por exemplo, Karen não teceu qualquer laço de

amizade em 4 anos na faculdade, tampouco nas posteriores tentativas frustradas em concluir seus cursos de especialização). Mais ainda: as coisas se passam como se, ao orgulho por suas conquistas, se contrapusesse um constante senso de indignidade cultural e inferioridade quanto ao valor de si e, como consequência, dos produtos de seu trabalho: "o que o outro faz pra mim tá sempre perfeito, o que eu faço é sempre o imperfeito, o que tá faltando em alguma coisa [...], [a] autoestima lá em baixo", ainda que conte com o suporte dos pais: "você tem que parar de ficar achando que você não é capaz, você tem que parar de ficar achando que você fez pior [...]." E se encontrando já na terceira tentativa de cursar uma pós-graduação – tendo abandonado as duas anteriores também na área de educação – seus fantasmas parecem ressurgir a todo instante: "acho que por isso que eu to querendo sair [...]. Aí eu já fico com aquele medo: será que eu vou conseguir fazer o projeto [de conclusão de curso], será que eu vou dar conta de entregar... [...] É como se aquele lugar não fosse pra mim, sabe? Tipo, como se eu tivesse num mundo estranho. E realmente é um mundo bem diferente do meu, mas num significa que num seja um lugar em que eu num possa estar. Só que eu sinto [isso], estranho demais. No curso [de graduação] [...], já teve uma vez que eu tive [...] vontade de naquela hora pegar, largar tudo e ir embora." Tratava-se, neste último caso, de uma atividade em sala proposta pela professora solicitando dos alunos uma resenha sobre um pequeno texto: "sabe o que é você pegar um texto, você lê, vai lá, vem cá e no final é como se aquilo ali fosse só juntamento de letras e palavras sem significado nenhum: não vi significado naquilo e eu comecei a ficar apavorada, entrar em pânico: 'num vou conseguir escrever nada, o que eu vou fazer?' [...] Aí eu fiquei apavorada, fui ao banheiro, falei: 'quer saber, vou pegar minha bolsa, [e] vou me mandar. Nunca mais eu volto' [risos]. Aí eu falei: 'não, na-na-na-na-na-não. Volta! Vou ficar, mesmo que seja o último dia, mas vou ficar até o final.'"

E este mal-estar, descrito como a sensação de estar no seio de um "mundo" inóspito, não se restringia ao percurso estudantil, afinal, as novas exigências profissionais não lhe deixavam menos angustiada: "eu me cobro o tempo todo porque eu to sempre achando que o que eu to fazendo não tá legal. E por outro lado nem sempre eu tenho forças pra conseguir melhorar, entendeu?" Fato que a deixa "muito mal". No trabalho, quando necessita de criatividade, "eu penso em mil coisas mas não acho que nenhuma seja a ideal. No final eu escolho uma, [e] faço", mesmo que diga: "Ah não, não tá legal, eu podia ter feito melhor. Sabe? É como se aquilo que eu produzo não fosse o suficiente pra mim." A diferença na apreensão das novas exigências é sintomática de sua nova condição social quando Karen diz que, em contraste, "como servente eu sempre achei que fazia um ótimo trabalho, ótimo trabalho mesmo"; mais ainda: como servente, não apresentava os sintomas da síndrome do pânico. Relembra que mesmo um pequeno lapso (como esquecer de acrescentar um item em uma lista no trabalho) se lhe tornava uma grande e imperdoável falha: "aquilo me matava. [...] O resto do dia pra mim é

como se tivesse acabado.” Dentre inúmeros casos que Karen nos relata, há um inarredável sentimento de que as pessoas duvidam de sua capacidade (mesmo os elogios são vistos com desconfiança) e, assim, de uma necessidade de provar a todos e a todo momento o valor de si e de tudo aquilo que realiza. É por esta razão que se diz permanentemente “ansiosa”, que não consegue “se desligar”: “é o tempo todo pensando, pensando”, normalmente em forma de cobrança sobre o que deixou ou poderá fazer da próxima vez: “to muito insegura ainda, me falta confiança” [risos]. Inclusive nos narra, em tom de confissão, sobre sua ocupação atual como professora: “tem vezes que eu penso em sair, em desistir dessa carreira e tentar outra coisa, sabe? É como se... tivesse sendo difícil demais pra mim... tem horas que parece coisa da minha cabeça, porque eu estudei, passei no concurso, me preparei pra isso e agora não devia tá me sentindo assim né? [...] Eu acho que é tudo psicológico.” Reforçando que o problema é consigo mesma e não exatamente com o trabalho, lembra ter retornado à psicóloga nos dias de intervalo entre nossas duas entrevistas para “tentar me encontrar”.

Projetos, subutilização do capital cultural e autoimposição de limites

Na esfera da gestão orçamentária, Karen possui um caderno em que racionaliza detalhadamente suas despesas em função dos seus rendimentos (cerca de 1.500 reais mensais, valor entre duas e três vezes superior do que sua matrícula anterior como servente). Nele constam seus gastos com cartões (incluindo o número de parcelas de cada compra), *internet* (que possui há um ano), sua faculdade, TV por assinatura e as parcelas do fusca que comprou recentemente de um parente. A eficiência de sua gestão é refletida no fato de que nunca se endividou, ainda reservando todo mês uma quantia para poupança visando um próximo carro (o fusca que adquiriu será parte da entrada), “que seja 300 reais”, valor que só retira “numa emergência” como consultas médicas – caso em que tenta repor logo no mês seguinte.

Ainda que tenha uma condição econômica, ocupacional e escolar mais avançada que seus pais e avós e apesar desta gestão orçamentária planificada, quando pensa no futuro Karen revela: “eu me sinto um pouco frustrada”, não estando “tranquila” sobre o assunto. Na adolescência projetava: “pô, com 30 anos, eu quero ter um emprego, uma casa e um carro. Esses eram os meus objetivos.” Não pensava nem importava o tipo de emprego com precisão se bem que quando seu futuro lar lhe vinha ao espírito era sintomaticamente “sozinha. Eu não pensava em casar.” E sua frustração lhe ocorreu “quando eu me vi com 30 anos, com um emprego [o atual] mas que ganhava pouco, [...] que com o dinheiro que eu ganhava eu não conseguiria comprar o carro, e que eu não conseguiria comprar a casa, aí eu fiquei frustrada sabe. Acho que aí que começou a balançar meu juízo: ‘meu Deus, cheguei aos 30. E agora? Cadê minha casa, cadê meu carro?’ Sabe, você chegar num futuro que você esperou e num ter, embora eu tivesse trabalhando, estudando, pra conseguir... acho que eu não tinha muita noção de quanto seria

necessário pra comprar um casa e um carro. Aí eu me vi meio frustrada. Depois disso eu não consegui mais planejar, então eu só espero acontecer." Karen não pretende ter filhos (racionalização que não deixa de ser *post facto*) e, quanto à possibilidade matrimonial menciona que "se acontecer, ótimo. Hoje eu sei que já tenho o casamento como uma possibilidade. Antes eu não tinha." Sobre isto comenta que, durante sua adolescência, espelhava-se em duas tias com "vida de independência", morando sozinhas. No entanto, após haver se dado conta de que suas tias "não eram felizes" com o celibato, inclusive encontrando-se atualmente casadas, foi aos poucos "desconstruindo" a imagem anteriormente idealizada – ou talvez nelas projetada.

Com efeito, possuindo um diploma de nível superior em pedagogia, Karen lhe confere uma clara subutilização do ponto de vista de uma objetivamente possível maximização de sua rentabilidade no mercado laboral. Fato este que parece expressar, tanto em suas práticas como em suas expectativas, anseios nos quais se inscreve um imperativo de maior segurança existencial, ou seja, um *modus vivendi* que não lhe suscite, ou ao menos não o faça com a mesma constância e intensidade, os tormentos e angústias por que fora e é atravessada, inclusive em suas manifestações psicossomáticas. É assim que, consoante com esta necessidade, nunca se propôs a trabalhar em escolas particulares (optando por outros tipos de emprego menos remunerados e prestigiados ainda que possuísse já o nível superior) por alegadamente não saber "lidar bem com a questão da cobrança", onde acredita serem bem maiores dos que as enfrentadas em escolas públicas. Tampouco acredita ter condições psicológicas em lidar com adolescentes (em contraste com as crianças com quem trabalha) e, ainda menos, realizar concurso para cargos de direção e, com mais forte razão, os assumir (como é feito habitualmente por pessoas com seu mesmo nível de diploma). Ainda neste aspecto, se ao início poderíamos interpretar superficialmente suas tentativas em realizar um curso de pós-graduação como um investimento escolar mais intensivo, Karen nos revela que sua verdadeira razão de ser consiste no que define como "focar em uma área" (seja inicialmente para inspetora ou atualmente em educação infantil) atentamente escolhida em função de sua estabilização emocional (evitar pressões institucionais, a percepção de ser vista como incapaz, as situações de tensão com pais, professores, alunos mais velhos, etc.). Enfim, é pela consideração desta *micropolítica intrínseca a seus projetos* que podemos compreender a afirmação de Karen, após a entrevista, de não se importar com o fato de um dos possíveis pretendentes com quem mantém contato na *internet* ser "coletor de lixo", mesmo com as pressões contrárias de sua psicóloga com quem retomou contato recentemente, caso se trate de alguém com "perspectiva". Na verdade, alguém que trabalhe com limpeza e ao mesmo tempo possua "perspectiva" para uma vida melhor compõe a imagem refratada de si mesma em um passado não muito distante, imagem cuja fisionomia somente se desvela por meio da reconstrução metodicamente

controlada de suas forças sociais constitutivas, a qual, ademais, permite a compreensão da estruturação de seus horizontes inerentes a sua 'nova' condição social.

Politização das disposições socioeconômicas?

Karen avalia "com certeza" que deveria receber mais pelo seu trabalho, lembrando as obrigações (provas, exercícios, relatórios) que tem de levar para casa e a especialização que cursa ao mesmo tempo em que trabalha. No mínimo acredita que deveria perceber mais 50% do que é o caso atualmente, conquanto para "para viver tranquila" gostaria de receber R$3.000,00 (duas vezes o salário atual). No entanto, quando a questão transcende seu caso particular, Karen apresenta dificuldades em fornecer qualquer opinião sobre as possíveis razões da existência de "ricos" e "pobres", gaguejando com grandes intervalos frases inconclusivas, demonstrando que tal questão é claramente uma imposição de problemática, quer dizer, simplesmente não se coloca em seu cotidiano ("acho isso meio complicado. [...] É uma questão de sorte, oportunidade, tudo misturado", ou ainda "cada caso é um caso"). Nesta mesma direção responde sobre o que pensa dos possíveis papeis do Estado: "o sistema é dum jeito que... eu procuro nem pensar senão vou entrar em parafuso. Eu acho muito complicado, porque embora a gente queira que seja diferente é difícil conseguir buscar mudança." Assim, por exemplo sobre o mal funcionamento de um hospital público próximo a sua casa e que inclusive evita frequentar, nos diz que "isso aí é uma coisa muito ampla, e as pessoas não estão preparadas para lidar com isso. Com essa questão de ir lá, lutar pelos direitos. Eu sou uma que passo longe do hospital público sabe, porque eu já desisti de tudo que é do governo. Claro que eu não acho que deveria ser assim, mas uma vez que é... não adianta. Pode melhorar alguma coisa, mas mudar eu acho que nunca vai mudar. Eu num acredito no governo." [risos] Karen também se confunde ao tentar lembrar em quem votou nas últimas eleições para presidente, ou mesmo as razões para sua escolha: "hã...tem que pensar um pouquinho... não foi no Lula [na verdade, Dilma], foi no Serra." [*Tem algum motivo especial pra que você tenha votado nele?*] "...hum... não, não", assim como não votaria caso o voto não fosse obrigatório: "acho um porre. [risos] Eu sei que não deveria, mas como eu não acredito..." De modo coerente, nunca se colocou a questão de se considerar de centro, direita ou esquerda, tampouco "leva muita fé" em movimentos sociais, greves ou passeatas, e com toda a sinceridade revela não se preocupar com tais questões: "nem sindicalizada eu sou." [risos]

6.2 Linhas de experiência estudantil-popular: o impacto da institucionalidade escolar enquanto recursividade e matriz de subjetivação

A irradiação da institucionalidade escolar verificada nas últimas décadas, a qual atinge em medida crescente crianças e adolescentes oriundos dos meios populares, conjugada ao distanciamento da submersão nas urgências da precariedade material absoluta em suas frações mais vulneráveis, conforme vimos anteriormente, conferem as condições de possibilidade não somente de uma ação economicamente racionalizada (do ponto de vista dos requisitos sistêmicos), assim como, vimos também, esta racionalidade enquanto tecnicalidade recursiva é subsumida no corpo de *projetos* que, a englobando, a transcendem. Isto porque, além do aspecto de capitalização cultural, e que é contrabalançado pelo movimento na mesma direção das outras camadas sociais, esta tendência à "universalização" do sistema escolar expande também o alcance de uma *experiência institucional* que, em tudo incompatível às experiências familiar-comunitárias populares por representar em grande medida sua *negação*, por esta razão mesma possui em relação a elas uma *especificidade irredutível*.[138] Com ainda mais forte razão porque o alastramento desta esfera de subjetivação não se refere somente a uma maior extensão a partir do ensino fundamental em diante, e sinaliza inclusive para as frações mais vulneráveis das classes populares – embora sempre diferencialmente em relação às camadas dominantes – uma crescente *precocidade* pelo acesso cada vez maior à educação infantil (que envolve crianças até 5 anos) nas últimas décadas. Em 2012, por exemplo, 92,5% das crianças em idade pré-escolar (de 4 a 5 anos) oriundas

[138] Para Jean-Pierre Terrail (1990), o fenômeno contemporâneo mais importante para a mudança sociocultural dos trabalhadores consiste em sua progressiva "apropriação escolar" enquanto "simultaneamente um desenvolvimento das capacidades individuais e de singularização biográfica", possibilitados por meio da "abertura do campo de futuros vislumbráveis para a nova geração". (Ibid., p. 100-101) Sobre o crescente e incontornável investimento escolar nas famílias populares se bem que compartilhando deste pano de fundo de "crise do mundo operário" em que há um desencantamento das antigas como das novas gerações operárias com as degradadas condições de trabalho do capitalismo contemporâneo, tanto do ponto de vista da desvalorização do reconhecimento subjetivo e "orgulho" operário como da remuneração 'objetiva', gerando um "desinvestimento" de si e da influência sobre os filhos para com este mundo (optando por estratégias escolares e de fuga para outras alternativas, ainda que dominadas), cf. entre inúmeros outros, Poullaouec (2004) e o relato contido em Pinçon e Rendu (1986). Entretanto, nossa investigação não se orienta, nem o poderia, pela temática da "crise do mundo operário" no sentido especifico que é atribuído às formações sociais europeias por um motivo bastante prosaico: quer pela heteromorfia dos vínculos populares à configuração socioeconômica, quer pela extensão de sua regulação e cobertura jurídica, este "mundo" jamais existiu em seu alcance interinstitucional (Estado-mercado) para a condição popular periférica. Em sua especificidade, ou melhor, em sua generalidade em termos da composição das classes populares em nível mundial – da qual o caso das formações europeias constitui *exceção* –, as implicações da "crise do mundo do trabalho" são em grande medida ainda mais graves e mais complexas.

das frações economicamente dominantes (representadas pelos 20% detentores do maior volume de recursos econômicos) frequentavam algum estabelecimento de ensino, proporção que atinge 71,2% entre as frações mais vulneráveis das classes populares (representadas pelos 20% com menor volume de recursos). (IBGE, 2010b, p. 46; 2013, p. 120-1; 131)

Já nos referimos anteriormente à distância que separa esta expansão do sistema de ensino às classes populares dos estabelecimentos que ofertam desempenhos "pedagógicos" diferenciais em termos de acumulação primitiva de capital cultural demandados pelas classes médias e superiores (em alguns casos com investimentos integrais, em outros com métodos de ensino voltados à aprovação em cursos de maior concorrência e prestígio, para não mencionar a expansão das matrículas em colégios multilíngues, com vínculos com universidades estrangeiras), distância que resulta da reprodução ampliada, e não atenuação, das clivagens que caracterizam a condição popular periférica. Isso posto, nosso objetivo agora é sublinhar que, malgrado as vicissitudes que marcam este processo institucional ainda em andamento nos meios populares, esta matriz socializante de longa duração impacta profundamente a estruturação subjetiva do espaço geracional posterior a sua difusão, ou seja, especialmente, e crescentemente, crianças e adolescentes escolarizados a partir da última década do séc.XX.[139] Em relação a nossa investigação, o caráter relativamente recente deste processo tende a *cindir* as expectativas engendradas e compartilhadas nos ambientes de origem popular daquelas confrontadas no espaço de sociabilidade escolar.

[139] Para além da reprodução estrutural ou do aspecto da capitalização cultural, e levando em conta o efeito de uma ação socializadora institucional duradoura, mais ou menos longa que atravessa a vida de jovens e crianças, neles inscrevendo seus efeitos ("aspirações profissionais diferenciadas", além de relações amistosas, afetivas, e padrões culturais próprios), Siroux (2011, p. 16) afirma que "a passagem pela divisória escolar não tem como efeito exclusivo legitimar as injustiças sociais. A vida escolar é ritmada por aprendizagens, por provações da vida coletiva com seus prazeres e suas agruras, suas amizades e suas inimizades. [...] Não é portanto necessário desconhecer os efeitos do sistema escolar em termos de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais para se interessar de perto por sua ação socializadora", ainda que esta seja absolutamente indissociável não somente das experiências da origem social como do que se convencionou chamar "efeito dos pares" (Soares; Collares, 2006), pelo qual a escola prolonga ela mesma a condição de classe dos alunos por meio da homogeneidade de suas propriedades socioculturais, que é fortemente associada a seus desempenhos já no ensino básico. Em contraste, "alunos com melhor perfil acadêmico potencializam mutuamente seus conhecimentos em benefício de todos. Esse efeito também capta a maior capacidade de articulação política e social entre pais com melhor condição econômica, que se traduz em mais recursos na escola de seus filhos." (Ibid., p. 629-630)

A transmissão do estranhamento familiar à institucionalidade escolar e universitária, e as expectativas engendradas em seu seio

Em geral a desfamiliaridade dos pais de nossos entrevistados com o sentido, as premissas, parâmetros, exigências e a temporalidade própria (em sua intensividade como em sua extensividade, que requerem ambas uma disciplinarização da conduta particular e um senso de investimento a longo prazo, que é simultaneamente um investimento de si, i.e. um engajamento) de um mundo que pouco ou nunca frequentaram, desfamiliaridade que é tanto maior quanto mais avançado o ciclo de ensino considerado, resultou num *estranhamento* dos biografados ante os pré-requisitos necessários à nova inserção sistêmica. É verdade que em diversos casos, ao reconhecerem a importância do desempenho escolar enquanto investimento no "futuro" dos filhos como, ao mesmo tempo, a ausência dos meios de os ajudarem por si mesmos, registrou-se uma tentativa parental, muitas vezes acima das próprias possibilidades, em fornecer alternativas ou compensações que a seus olhos lhes pudessem estimular a ascensão escolar[140] (o esforço em financiar escolas particulares de baixo custo mas que ainda assim se revela com frequência insustentável a médio prazo, o pagamento de "explicadora", o envio a espaços católicos que ofereçam "reforço escolar", o uso de pedagogias no lar que compelem crianças ou adolescentes aos estudos "pela base da porrada"). Ocorre que este estranhamento, como aliás nosso estudo de caso acima evidenciou ao limite, não diz respeito simplesmente a desempenhos ou resultados em um conjunto mais ou menos amplo de disciplinas particulares, e sim ao que eles *pressupõem* em termos de uma orientação de conduta mais ampla, ou de uma cumplicidade que nada possui de natural entre orientações de conduta infanto-juvenis populares em face de uma ambiência e de exigências tipicamente escolares-estudantis. Esta descontinuidade experiencial se torna especialmente nítida no caso de crianças e

[140] Demonstrando a importância das "escolhas familiares" diferenciais para a escolarização dos filhos no seio das classes populares ("famílias de classes populares que buscam um diferencial de qualidade"), i.e. optando estrategicamente por escolas federais (geralmente por sorteio), privadas (de baixo custo ou com bolsas), ou municipais com alto rendimento registrado (Prova Brasil) no início do ensino fundamental, em detrimento da "tradicional" opção inercial pela proximidade residencial, Alves (2010) comenta os resultados de sua pesquisa longitudinal para a cidade do Rio de Janeiro: "embora seja verdade que a grande maioria das famílias de classes populares faz escolhas ditas 'tradicionais', como, por exemplo, escolher a escola municipal mais próxima de casa, algumas famílias fazem determinadas escolhas por estabelecimentos escolares na busca de um diferencial de qualidade para os seus filhos, e estas têm efeitos significativos sobre a aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental", refletidos num melhor desempenho em leitura e matemática. (Ibid., p. 463)

adolescentes dos meios populares de origem rural ou ainda de pequenas cidades do interior, e que passam a frequentar ciclos de ensino mais avançados em meios urbanos ou em cidades próximas de maior porte, onde a paisagem institucional deixa de se revestir de uma atmosfera familiar (frequentada por vizinhos, amigos de infância, primas, irmãos e com poucos professores e disciplinas nas séries iniciais) e deixa de se situar ela mesma, muitas vezes, na própria vizinhança ou no mesmo bairro. Nestes casos, atravessando uma dupla dominação ao serem eleitos alvos preferenciais de zombarias pelos alunos citadinos ("o pessoal da roça chegou!"), espécies de 'pobres entre os pobres' (com livros e cadernos sendo transportados na mão ao invés de mochilas, roupas e tênis de qualidade inferior, além da ausência de "acessórios", e "brincos" no caso de meninas), eles se deparam, além do "preconceito", com mais dificuldades em sala de aula e diante das normas institucionais. O que não significa, por outro lado, a inexistência de impactos positivos como no caso de uma entrevistada "do interior" (E12) "encantada" com "tudo muito novo" ao passar a frequentar o ensino médio em escola situada no meio urbano de uma cidade próxima (destacando a feira de ciências, a biblioteca com "vários livros", a possibilidade de uso de computadores): "ficava o dia inteiro na escola, muito bom, muito bom mesmo!", lembrando o que chama de "energia" que compartilhava com outras adolescentes, apesar das dificuldades com as disciplinas e as notas: "a aula [de uma professora de história] era uma realidade que eu não tinha, [...] então eu ficava meio perdida"; quanto à matemática, disciplina em que sempre tirou boas notas no ensino fundamental, passou a chorar em casa com o mau desempenho na nova escola; assim como cita suas dificuldades de compreensão e acompanhamento mesmo dos livros de apoio. Outro entrevistado (E24), desta vez na passagem de uma escola rural para outra em cidade próxima após o ensino primário, relata que "o convívio social muda", sendo esta mudança "um impacto muito grande" que atinge desde o orçamento dos pais (custos com material, uniforme) até cuidados com a aparência. Sem deixar de lembrar o que evoca pelo termo mais recente de *bullying* ("a gente sofria muito com isso, há um preconceito, um tititi, às vezes até agressão física, [...] eu apanhei um bocado até"), de outra parte considera que esta mudança "é uma oportunidade que você tem de se socializar, de se vestir melhor, de interagir com outras pessoas, [por]que na cidade sempre é mais evoluído, o pessoal do interior é mais rude. Então tem um choque muito grande e muitos não se acostumam. Muitos falam: 'num vou mais' e é aí que se rompiam os laços na escola, nessa fase [em] que muitos não se adaptavam com a cidade, [com] as regrinhas, as coisinhas da cidade"

[entonação de repulsa], o que exemplifica com "a figura da diretoria": "'ah, fez qualquer coisa vai pra direção.' [O] diretor pegava muito no pé, os professores eram mais preparados, disciplinados, e essa disciplina muita das vezes, por sermos rude, tinha pessoas que não obedeciam as regras que eram imposta aos alunos." Entretanto, longe de se resumir a uma oposição entre rural-urbano, interior-cidade grande, este desajuste do complexo de experiências infanto-juvenis engendrado nos meios populares ante os pré-requisitos tacitamente presumidos pela institucionalidade escolar se difunde com aguda intensidade no seio das grandes metrópoles.

Elton (32 anos, auxiliar de portaria concursado), tendo frequentado desde sua primeira infância creche conveniada com a prefeitura, além de pré-escola, entrou com 7 anos para o ensino fundamental. Já então matriculado em um CIEP na rua de sua casa, localizada num complexo de favelas do Rio de Janeiro, recorda haver presenciado no cotidiano escolar "muito conflito de criança", pelo que mostra a cicatriz de uma "bandejada" que levou no rosto. Esta rotineira conflitividade escolar envolvendo os alunos, associada ao que sentia como uma "opressão" das próprias normas institucionais ("chegava lá com um tênis que tinha um pedacinho colorido, não era da cor do uniforme: eles proibiam a gente de entrar; eu não ia com o bolso da escola: também era proibido de entrar, voltava pra casa; chegasse atrasado: não entrava, o portão tava com cadeado") o levaram, ainda no ensino fundamental a se transferir para outra escola, na "outra extremidade" do conjunto de favelas. A estruturação de sua narrativa a partir destes elementos não significa, de outra parte, que nosso entrevistado não possua também lembranças de relações e práticas escolares que o tenham marcado positivamente, como as aulas de flauta, o "contato com a dança" (participando de um concurso de Lambada) ou com a biblioteca em que pegava livros infantis (lembra por exemplo de *O cachorrinho samba na floresta*, e de sua autora, Maria Dupré). Já em relação aos estudos em casa, nos relata que "a minha irmã me educava na base da bolacha. [...] Ela me batia muito [através de fios e tiras que prendiam o sofá] pra eu aprender aquele modo que ela achava certo de aprendizagem, de disciplina." Sua influência fora grande em seus estudos, ao menos até Elton se rebelar em meados da adolescência ("não, você não toma mais conta de mim!"), se bem que neste momento o suporte da irmã (auxiliar de serviços gerais) já se tornara de certo modo tortuoso na medida em que ela havia cursado apenas até a sétima série. Acerca de seu "conturbadíssimo" percurso no ensino médio – cuja inscrição se dera como que 'naturalmente', i.e. para além das exigências parentais, sua própria escola dispondo deste ciclo de ensino – ressalta que sempre manteve uma relação absolutamente problemática e negativa com os estudos, mencionando desde a "dificuldade" com as disciplinas até, em termos de comportamento, "dispersão". Tendo sido reprovado três ou quatro vezes, somente no primeiro ano, por dificuldades com as disciplinas (especialmente química, física e matemática) foi transferido para uma "salas de repetentes" o que avalia ter lhe prejudicado ainda mais. Já bastante defasado na adequação idade/série, decidiu então se matricular no Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), até enfim concluir seu ensino médio. Ocorre que, testemunhando alguns amigos e vizinhos terem entrado para o ensino superior, tentou vestibular para uma universidade pública embora afirme que "eu não coloquei como perspectiva, eu coloquei como desafio do momento. [...] Não foi algo assim: 'eu vou entrar porque eu tenho um objetivo e metas' [simulando determinação], não. Foi porque eu pensei assim: olha só o cara [para passar] em [Letras-]Grego, ele entra com 2,81 [risos], então eu quero entrar nisso aí, eu posso!" E ao entrar para a faculdade, descreve seu estranhamento em

detalhes: “foi um choque. Inicialmente eu fiquei meio perdido, não sabia onde era a sala e tal, como era, aí eu tive um sonho de como é que seria essas aulas”; este sonho ocorreu sintomaticamente na véspera de seu primeiro dia de aula na faculdade, e se passava “numa [imaginária] sala de universidade”, onde saiam “uns bichinhos por um buraquinho,[...] a professora com cara de bruxa [Elton faz expressão de malvadez no rosto e tensão nas mãos] [...], a sala tava molhada” [simulando gestualmente a água jorrando das alturas], lembrando que ali projetava algo da ambientação retratada no filme que havia então assistido, “A sociedade dos poetas mortos”. Além das dificuldades em relação ao conteúdo (“eu não sei merda nenhuma de gramática, eu não sei nem escrever direito”), permanecia “todo acuado no meu canto, porque o perfil dos alunos é diferente do meu, as pessoas com uma roupinha engomadinha [tom de repugnância], classe média assim, aquelas discussõezinhas: ‘ah eu fui no *shopping* num sei aonde’ e eu com uma fome danada!” Com efeito, sobre isso recorda que “eu tinha que assistir as aulas com fome. Às vezes eu ficava muito focado pra que acabasse a aula e eu fosse pra casa comer. A fome foi uma companheira no primeiro semestre meu.” Desde sua adolescência Elton realizou uma série de “biscates” e exerceu ocupações de baixa qualificação e remuneração, e que retomaremos ainda neste capítulo; acontece que já na faculdade, antes de ser atendente de *telemarketing* e antes de assumir o cargo concursado de auxiliar de portaria no qual se encontra ainda hoje, chegou a abrir um “sacolão” na extensão de casa, microempreendimento cujo insucesso lhe gerou dívidas e deixou “na merda” . O preço da alimentação no interior da universidade, principalmente considerando o somatório das aulas na semana e no mês, era algo bastante acima de suas possibilidades, além do que nestes estabelecimentos frequentava “o pessoal com aquelas roupinhas bonitinhas [voz simulando superioridade e desdém de seus portadores], aquelas menininhas, aqueles caras bem tratados ali, ficavam discutindo filosofia, e semiótica [risos] e, enfim, não enxergavam a realidade em torno deles.” Adentrando um pouco mais sua rica descrição deste desencontro de mundos que experienciava ao se deparar com esta ambiência institucional, e que vai muito além do desempenho, das notas e dos resultados, Elton eleva o tom ao asseverar que “até hoje eu detesto a [faculdade de] Letras, [...] o ambiente, eu queria implodir aquela universidade, colocar uma dinamite em cada coluna ali”, isto tanto por alunos como por professores (“só que não é uma, ou duas, ou três pessoas não, é quase a totalidade”), afirmando sofrer discriminação por morar em favela, não conseguindo por exemplo se inserir nos grupos (“as pessoas te olham com um olhar assim: ‘esse cara não é daqui, não é desse ambiente’”). Assim, este desencontro de mundos nos remete à trajetória exemplar já descrita no início deste capítulo, inclusive na busca pelo auxilio de ‘especialistas do ‘*self* ’: “essas coisas me desestimulavam muito, eu não tinha foco. [...] O ambiente parecia muito artificial, tanto que há pouco tempo atrás eu fiz análise por causa disso [risos], [...] dessa ojeriza que eu tinha pelo ambiente acadêmico.” E além da perda de “foco” e do prejuízo no desempenho (chegou a ser reprovado inúmeras vezes: “não era por dificuldade, eu me sentia desestimulado”), este desestímulo se refletia também num afastamento de seu engajamento das possibilidades interpessoais e institucionais: “falavam de trabalho de grupo, eu já recuava; tem grupo de estudo? Eu já recuava; quando dizia muito em monitoria, eu já recuava.” Se questionando com frequência sobre sua escolha (“pô, o que que eu to fazendo aqui meu?”), finalmente Elton decidiu por se transferir de curso (através de novo vestibular) ainda na área de letras, mas em literatura. Na verdade, numa espécie de desorientação e fuga para todos os lados, conjuntamente à onipresente necessidade de trabalhar, nosso entrevistado chegou a cursar três faculdades ao mesmo tempo sem haver concluído nenhuma. Apesar disso, se encontra na atualidade enfim próximo da conclusão da graduação em literatura, portando consigo a expectativa desta capitalização escolar e, inextricável a ela e a seu modo de (sub)utilização, a experiência deste acidentado percurso.

Ora, já observamos que o ensino superior não faz senão exacerbar um *desencontro* entre as linhas de experiência estruturantes da origem popular e as que compõem o universo escolar, e que este desencontro já se manifesta desde muito cedo na conformação destas trajetórias. E observamos igualmente que, desde os ciclos iniciais, importa que estes não se revestem de uma dimensão *unilateralmente* negativa, de inadaptação ou frustração, sendo em si mesmos desencadeadores de novas orientações de conduta e expectativas inexistentes no meio familiar. Em grande medida desde o início de sua alfabetização realizando por si mesmos, e por sua própria iniciativa, desde sua matrícula – embora formalmente impedidos enquanto crianças – a seus "deveres de casa" ("eu fazia sozinha"; "minha mãe nunca cobrou nada não"; "eu nunca tive ninguém pra me ensinar a fazer um dever, a fazer um trabalho [escolar]") quando os faziam, estudando somente em véspera de provas ("estudar nem amarrado: eu fazia merda, fazia besteira"; "fui levando"; "eu sempre tive um grande problema em estudar"; "eu não aguentava mais"; "ficava lá no fundão"; "odiava"; "fingia que estudava e as vezes na hora da prova só colava...") quando estudavam, acumulando atrasos na taxa de frequência líquida e um grande número de faltas já desde os primórdios do ensino fundamental (ocasionadas por mudanças de moradia sem planejamento, abandonos por "desinteresse", por ir "se entregando aos poucos sem perceber" numa desmotivação associada a graves problemas familiares, pela troca da frequência às aulas ainda pela manhã para "tomar cachaça com os colegas da minha turma"), a incorporação das experiências escolares ocorre como um gradual esforço que parece se transformar com o decorrer dos anos num *pragmatismo*, inicialmente infanto-juvenil, de quem já dominou as regras de um jogo cuja participação é compulsória se bem que não domine exatamente porque, nem para que, joga (E24: "até você aprender a ler e a escrever até que era legal porque era tanta coisa nova, mas depois que aprende a ler e escrever se tornava muito chato: 'vou pra escola pra quê?'") senão pelo único fim concreto, mencionado com uma regularidade quase automática: "terminar os estudos", aí implícito e 'evidente' o ensino médio (E5: "depois que acabou o segundo grau, pra mim, é como se tivesse acabado o estudo. Num tinha mais prazer em estudar, eu gostava de trabalhar. [...] [A frequência à escola] era tipo uma obrigação mesmo."). Claro que esta relação pragmática aos estudos (leituras, exercícios, provas, trabalhos, desempenhos) não esgota a experiência escolar, a qual em alguns casos pode se associar

um envolvimento bastante intenso com grupos de colegas, amigos, relacionamentos afetivos (incluindo a "fase" do "ficar") e certos professores cuja ascendência das opiniões deriva da admiração, além da fruição ao ambiente escolar em si. E não por acaso, *expressando uma relativa e gradual autonomização das expectativas ancoradas nesta ambiência institucional em relação às familiares e comunitárias*, muitos entrevistados ao terminarem o ensino fundamental se matriculavam por sua própria iniciativa ou em conjunto com "amigos de turma" no ensino médio ("eu fui lá correndo, minha mãe só teve que fazer minha matrícula"), onde descobrem ou tornam palpável, através do convívio com colegas e do estímulo e orientação de alguns professores, a vaga noção do que seja o ensino superior e das possibilidades de frequentá-lo ("até o terceiro ano eu nem tinha noção do que era universidade pública"; "com dezoito anos, eu não sabia diferenciar o que era vestibular de faculdade"), no que resulta uma escolha igualmente pragmática, quer em termos das chances de aprovação (pautada pela relação candidato/vaga) no caso de universidade pública ou, no caso de faculdades particulares, também pelos custos que podem arcar ou financiar, mas em todo caso manifestando *anseios gerados precisamente no interior do sistema de ensino, enquanto matriz de produção de novas expectativas*.

Com efeito, é em razão da importância indelével *do impacto da capitalização-subjetivação escolar nas camadas dominadas, e de suas possibilidades ascensionais*, de uma necessidade de melhor explicitá-lo, que reconstruiremos a trajetória biográfica que se seguirá. O modo como as *linhas de experiência emanadas da expansão da institucionalidade escolar* se apresentam enquanto vivenciadas, encarnadas, nas trajetórias populares se faz especialmente nítido no caso da historicamente mais vulnerável das ocupações dominadas do mundo urbano: o trabalho doméstico.[141]

Uma trabalhadora doméstica pertencente a um espaço geracional atravessado pela expansão da institucionalidade escolar enquanto mediadora dos horizontes de possíveis ascensionais

Ana, 33 anos, "negra", nascida em favela na região metropolitana do Rio de Janeiro, alternou sua infância, adolescência e vida adulta entre bairros semiurbanizados e favelas nesta mesma região, onde reside com seu companheiro (cozinheiro, ensino fundamental completo) com quem tem um filho de um ano. A simultânea condição de trabalhadora doméstica e a aquisição do diploma de nível superior foi metodologicamente elencada, enquanto *probabilisticamente minoritária*, em função de levar ao *limite heurístico* uma *tendência* estatisticamente cada vez mais frequente, qual seja: o aumento da

[141] Cf. o apêndice D ("Da 'trabalhadora doméstica' ao 'trabalho doméstico' como momento de uma trajetória que o excede") que foi construído como acompanhamento e enquadramento histórico-estrutural a esta trajetória (E4), a situando num espaço geracional comparativamente distinto daquele de outro percurso biográfico (E2).

escolarização associada às camadas populares, por conseguinte da *socialização escolar enquanto matriz de novas expectativas no modo próprio como se realizam no interior das trajetórias populares*. Assim, lastreados por seu alto nível de diploma e seu prolongado percurso escolar, as projeções ascensionais de nossa entrevistada delineiam novas aberturas a sua condição, *aberturas as quais, escapando a qualquer idealização, são ininteligíveis em suas lógicas de ação se abstraídas de sua trajetória popular*, na qual se revelam a sub-optimização de seu capital cultural, o caráter vago e impreciso de seus planos socioeconômicos e uma *fisionomia política essencialmente meritocrática* a qual, se denota uma *postura ativa* frente à própria condição, é ao preço de uma *responsabilização individual* pelo destino de todos e de cada um.

A sociabilidade comunitário-vicinal-religiosa popular de um lado, e o trabalho doméstico de outro, formam um *continuum* que fora estruturante das percepções e sensibilidades da infância e juventude de Ana. Sua mãe, semialfabetizada, era trabalhadora doméstica residindo em seu emprego; além dela, sua tia materna, três de suas irmãs, e duas primas trabalhavam como domésticas ou com limpeza, seja de edifícios ou de empresas. Com efeito, todo seu universo de referência infanto-juvenil (pais, tios, irmãs, primos, vizinhas, colegas, amigos), sendo dotado de recursos econômicos e escolares mínimos, se integrava ao tecido social mais amplo através de ocupações manuais pouco ou não qualificadas, o que compunha a *concretude da experiência vivida cotidianamente enquanto mundo comum* a seus membros. Nos referimos à linhagem familiar materna, já que Ana apenas retomaria o contato com seu pai (feirante, não-alfabetizado) com cerca de 11 anos. Mas é verdade que nossa entrevistada mantinha pouco contato pessoal também com sua mãe, pois que esta saía de casa segunda de manhã e retornava sábado à noite durante toda a sua infância: "a minha mãe não chegou a me ver crescer porque ela sempre trabalhou demais. Quem viu todas as fases da minha vida foi minha avó, tudo, tudo", avó que desta forma "praticamente me criou". Esta avó (dona de casa), a quem os relatos de Ana dirigem especial afeto, residiu com ela até vir a falecer, lhe fornecendo uma educação ao mesmo tempo disciplinar e dialógica, "ao contrário da minha mãe, que sempre foi muito dura." Através de detalhadas descrições, Ana enfatiza o fato de que ela não permitia brigas entre os irmãos ainda que dificilmente alterasse o sereno tom de voz, explicando, por exemplo, os motivos por que os deixava "de castigo" quando necessário, geralmente momentos introspectivos em que deveriam se olhar no espelho e refletir sobre seus erros por um determinado período de tempo. Pelos exemplos de diálogos listados, percebemos a clara orientação e influência religiosamente informada de sua avó, que de fato frequentava cultos evangélicos semanalmente. Sempre em sua companhia, e algumas vezes na da mãe, Ana acrescenta acerca dos fatores estruturantes de sua subjetividade: "eu nasci e fui criada dentro da Assembléia de Deus." Veremos que esta experiência religiosa mesma não pode ser abstraída do nexo de relações com as quais se conjuga diferencialmente, em distintos momentos de sua vida, e que jamais poderia ser caracterizada por uma identidade unívoca (e.g. "evangélica").

Oriunda de um espaço geracional atravessado por uma configuração histórico-institucional de crescente irradiação da institucionalidade escolar, Ana levou ao limite esta tendência através de uma prolongada escolarização chegando mesmo à obtenção do diploma de nível superior, embora ao mesmo tempo em tudo distante das modalidades e temporalidades de sua obtenção características de outros grupos sociais. "Eu chorava pra minha mãe me colocar no colégio. Eu com 9, 10 anos num sabia ler, num sabia escrever, num sabia fazer nada porque num tava na escola. Aí de tanto eu pedir minha mãe me colocou" em uma escola municipal, onde estudou até a 4ª série. Ana nos relata que "pra mim aquilo era a glória, eu ficava radiante", embora convivesse com as piadas dos alunos pela sua alta estatura – resultante de sua alfabetização tardia. Já enquanto aluna, praticamente nunca faltava às aulas, e nunca foi reprovada, mantendo boas notas quando comparada ao restante da turma. Mas em percalço típico a sua condição

popular – e bastante comum em nossos biografados –, com cerca de 15-16 anos quando, já atrasada, atingia a 5ª série, transferiu sua matrícula para o turno da noite, majoritariamente voltado a adultos em outro colégio público. A razão era sua inserção no trabalho doméstico, inicialmente como "babá", de segunda a sábado na casa de uma mesma família, exatamente como sua mãe. Demonstrando a naturalidade de tal iniciativa – e já vimos o quanto ela se impunha nos quadros de sua paisagem familiar e vicinal – relata que: "eu comecei a trabalhar *do nada*", ou seja mais como uma via que se impôs 'naturalmente' do que como resultado de pressões econômicas ou familiares: uma vizinha tendo solicitado a sua irmã a indicação de alguém para tomar conta dos filhos de uma patroa de quem era faxineira, Ana presenciou e direta e simplesmente demonstrou o interesse e assumiu a iniciativa. E é como trabalhadora doméstica que permanece até hoje, mais de 15 anos depois, *porém simultaneamente prosseguindo no universo escolar*. Foi desta forma, com dupla jornada, que continuou os estudos, sempre à noite e sem interrupção até concluir o ensino médio, e *sempre o subordinando a seu trabalho*. Sobre a decisão de cursar o ensino médio, declara que foi uma continuidade algo dada por si mesma, dada sua apetência pelo ambiente escolar (por exemplo, gostava de agradar determinada professora com maçãs, e chegava mesmo a participar de grupos de estudos para as provas de fim de ano), ressaltando que: "quando terminava eu já ia lá, renovava minha matrícula... [*você, por sua conta?*] Eu por minha conta, assim, nunca ninguém foi lá e [falou]: 'ah, tá na hora de fazer isso, vou fazer pra você', não. Sempre eu." E a mesma *autonomização de sua iniciativa* ocorria quando estudava para as provas, sua família sempre deslocada em relação ao cotidiano e às práticas escolares. De fato, a cada novo ciclo de ensino, *Ana avançava no interior de um enquadramento sistêmico que não constitui um prolongamento da esfera de influências familiares, pelo contrário, a estranheza sendo a norma*. E como resultado, refletindo o que ocorre em relação à quase totalidade de nossos biografados, *esta expansão institucional era mobilizada em termos essencialmente pragmáticos, submetida à resolução de problemas da vida mais do que planificada na busca de um "sucesso"profissional como valor em si*, tanto no que toca a prática dos estudos em si mesmos ("era mais aquela coisa decoreba mesmo: eu vou estudar isso aqui porque eu sei que vai cair na prova" [risos]) como no modo de apropriação da institucionalidade escolar e no *sentido global* que ela assume em suas trajetórias. No ensino médio, Ana continuou a não faltar às aulas, considerando sua média mais alta do que seus colegas de classe, majoritariamente adultos. Sua estratégia de "prestar atenção" nas aulas e de estudar nas vésperas dos exames parecia lhe ser suficiente ("eu costumava estudar mesmo pra passar, tanto que eu nunca repeti"). E ao concluir esta etapa de ensino, não lhe sendo claramente discernível que "rumo" tomar pela inexistência de referências, parâmetros ou opiniões familiares, se torna ainda mais nítida *a importância da sociabilidade escolar na geração de novas expectativas*: Ana se viu influenciada por duas amizades de sua escola, particularmente na decisão de, com elas, se inscrever em um curso pré-vestibular: "eu fiquei assim naquela: 'poxa, acho que eu vou fazer também', deve ser legal fazer.' Eu num tinha uma coisa assim: 'vou fazer isso porque futuramente eu quero fazer tal coisa', não. Eu fiquei assim: 'ahhhh, acho que eu vou fazer...'" [entonação simulando curiosidade e despretensão]. Nesta direção, a questão acerca de como escolheu o curso universitário lhe provoca risos: "aí é que tá, eu não pensei meu querido! Sabe quando você vai fazendo aquilo porque você acha que é legal? Assim: 'poxa, vou fazer também, [...] Vou fazer primeiro depois eu penso o que eu quero fazer'". A opção pelo curso de direito se apresentou quase como inercial ("fiz por fazer"; "tentei por tentar"; "nem de direito eu gosto") e a não-aprovação para uma universidade pública lhe deixou dois anos afastada dos estudos. Após este período no qual permaneceu somente com o trabalho doméstico, Ana realizou nova tentativa em entrar no curso superior impulsionada pelo que

descreve como um anseio, emanado de seu encontro com a experiência escolar, em "ter uma formação mesmo, [pois] eu nunca quis ficar só naquilo" [se referindo ao trabalho doméstico], ainda que permanecesse desorientada – a questão de uma possível identificação vocacional simplesmente *inexistindo* como critério – em relação a suas escolhas. Estimando não ter possibilidades de aprovação em uma universidade pública por experiência prévia, iniciou sua "pesquisa" às particulares "primeiro pelo preço", procurando cursos compatíveis com seu orçamento e, segundo critério, razoavelmente próximos de sua casa e de seu trabalho (acessíveis com não mais do que um transporte coletivo, dados seus custos e o tempo do trajeto); o tempo de duração do curso tampouco poderia ser demasiado; por fim, o curso de serviço social (embora não soubesse bem o que viria a ser) parecia obedecer a estes critérios. Conseguida a aprovação, em seu primeiro dia se sentia pelo que chama – de modo um tanto bourdieusiano – como "um peixe fora d'água", se perguntando: "será que é isso aqui mesmo que eu quero fazer? Num sei, ai... num sei se eu quero ficar aqui não." A gama de dificuldades perpassava desde o sentimento de estar em um ambiente no qual "você tem que se virar" individualmente para acompanhar o conteúdo, os livros, referências, etc. ao modo de "cada um por si e Deus por todos [visto que] num tinha aquela coisa amigável" – se referindo à solidariedade entre professores e alunos e destes entre si – até o acompanhamento das disciplinas ("no começo eu tive uma dificuldade danada, muita dificuldade, com as matérias, com o jeito da aula..."; "eu num tava acostumada com aquilo"). Sua relação com os estudos permanecia essencialmente a mesma dos ciclos escolares ("aquilo ali pra mim, caraca, ficar lendo, lendo, lendo, lendo e lendo... eu estudava [só] porque tinha que estudar!") Em relação a suas dificuldades, lhe marcou a lembrança de uma professora que "acabou comigo. Se eu não saí da faculdade, eu nem sei porque. Aquela mulher acabou comigo de uma forma, assim, que até hoje eu sou traumatizada". Não obstante este mal-estar, compartilhado com amizades que fez na faculdade cuja afinidade de origem e as mesmas dificuldades pareciam aproximá-las, os efeitos subjetivos dos anos passados no ensino superior pareciam distanciar nossa entrevistada do *simples prolongamento* de suas experiências socializantes anteriores. É desta forma que frequentando desde a infância, com alguns períodos de interrupções, a Assembléia de Deus, recorda sua decisão em se afastar da Igreja durante sua dupla jornada envolvendo trabalho e faculdade: "eu já não estava mais querendo ir pros cultos, não estava mais querendo ter aquele compromisso com a Igreja. [...] *Depois que a gente vai parar dentro de uma faculdade, a gente olha o mundo de uma maneira diferente.* [...] *A gente vê novas coisas*, coisas que a gente não vê dentro de uma congregação. [...] Era como se [a faculdade] *fosse outro mundo*." Sua religiosidade não deixou de se fazer presente, e Ana continua a crer "cegamente na bíblia", inclusive voltando a frequentar os cultos atualmente, após o nascimento de seu filho de 1 ano, para onde deseja levá-lo a fim de lhe educar "dentro dessa sabedoria"; antes, a um tal regime de experiências se conjugou, no interior de sua trajetória, concepções de mundo, orientações de conduta e expectativas próprias à ambiência escolar e, principalmente, universitária ("*ali, na faculdade, minha mente abriu*").

O fato de que os horizontes de possíveis geracionais de Ana se apresentam como consideravelmente mais amplos do que os presentes a sua ascendência familiar ("hoje eu não quero fazer outro tipo de coisa, eu quero atuar com aquilo que eu aprendi"; "tanta coisa boa que eu posso fazer nessa carreira, tantos caminhos que eu posso tomar"), embora objetivamente articulado aos limites estruturais da expansão ocupacional recente concentrada nas ocupações de base, expressa o *desvelamento de expectativas inexistentes em seus laços de origem*. Levado isto em conta, por outro lado, já deve ter se tornado não menos manifesto que esta força de atuação institucional se exerce numa trajetória que a antecede, que se lhe apresenta outras

linhas de experiência contemporâneas, e que a sucede, em suma a engloba na totalidade de uma existência. E é assim que compreendemos o fato de que o trabalho doméstico que acompanhou nossa entrevistada desde sua adolescência, perpassando sua frequentação à faculdade em uma dupla jornada (nos fins de semana, únicos dias em que lhe restavam para o estudo, só tocava em seu material quando extremamente necessário devido ao "cansaço" acumulado, além de precisar faltar aulas durante a semana em função de seu trabalho), permanece sendo sua ocupação até a atualidade, mesmo após haver obtido a diplomação de nível superior; que há sete anos Ana trabalha para a mesma família, e devido ao fato de a criança a quem inicialmente era encarregada dos cuidados haver crescido afirma ter passado a fazer de "tudo" em seu trabalho (i.e., de babá passou a lavar, passar, cozinhar, limpar, levar a criança à escola, etc.); que simultaneamente a sua nova capitalização se manifesta uma indeterminação das ações (Ana não distribuiu currículos no mercado laboral com sua nova formação, tampouco procurou concursos) que é evidenciada quando indagada sobre possíveis projetos (em termos econômicos, ocupacionais, matrimoniais) cuja temporalidade ultrapassasse seu momento atual: "engraçado... sabe que eu num costumo pensar muito nisso. [...] Sei lá, eu acho que eu procuro viver mais o agora, o hoje, num penso nisso não" – o que se aproxima bastante do predomínio do presente nas orientações da conduta como destacado no capítulo anterior. E se demonstra um senso claro das perspectivas salariais para uma assistente social ao precisar os valores da enorme disparidade de rendimentos dentro da mesma profissão (dependendo do tipo de contrato, em empresas públicas ou privadas), quanto a si não chegou sequer a se colocar a questão do que supõe, ou mesmo gostaria de receber.

Além disso, a conexão destes *esboços prospectivos* com uma dimensão macropolítica é igualmente mediada pela particularidade com que se modula o caráter *potencialmente popular-ascensional* de sua trajetória. Recordando que cerca de 98% das trabalhadoras domésticas não estão filiadas a organizações sindicais (IPEA, 2011b; Pochmann, 2012, p. 67), esta fragilidade do elo entre projetos individuais e coletivos em si nada nos diz a respeito da significação com que é vivenciada por nossa informante. Embora essencialmente devido à mediação de seu longo percurso escolar e universitário esta longeva massa institucional apresente contornos mais nítidos do que os experienciados por gerações menos escolarizadas,[142] em seu lugar assume uma recorrente repulsa revestida de ironia a tudo o que se refira à política institucional. Assim, Ana declara haver votado no candidato do PSOL (Plínio de Arruda Sampaio) na última eleição presidencial e no PT no segundo turno ("porque não dá pra votar no Serra né. [...] Se for ver pelo povão, mais coisa que [o] beneficia mesmo, aí eu votei nela [Dilma]"), demonstrando uma coerência discursivamente justificada entre os votos e mesmo, em sua opinião, da necessidade de uma melhor distribuição de renda, embora "não saberia te dizer" se considera a si mesma em determinada posição no espectro esquerda-direita. *Pari passu*, não tarda em manifestar uma resignada desilusão afirmando que "com esse negócio de política" quem nela se engaja, ainda que honestamente, "se depara com tanta coisa, tanta sujeira, que por mais que eu queira fazer alguma coisa, se não for aquilo que eles querem, eu não vou conseguir. Gente eu tenho muita bronca de política, muita!" Quanto a si, ao tentar explicar as razões de haver conseguido obter o diploma de nível superior enquanto outros com a mesma condição e origem social – como é o caso praticamente da totalidade de seus familiares, por

[142] Aqui e em toda a reconstrução da atual entrevistada temos como referência comparativa implícita a trajetória biográfica de outra trabalhadora doméstica (e vendedora ambulante) não-alfabetizada (E2), oriunda de um espaço geracional anterior à difusão da institucionalidade escolar, e cujo percurso biográfico optamos por não inserir diretamente no corpo do texto para evitar a saturação narrativa. No entanto, sua consulta se torna possível através do Apêndice D, mencionado acima.

onde entramos indiretamente na questão – não chegaram sequer a tentar um investimento escolar mais prolongado, assume um *discurso marcadamente meritocrático*: explicita sua "força de vontade, e muita" acrescentando que "em algumas pessoas falta isso", mencionando o "*comodismo* por parte, não digo [de] todos, mas [de] alguns, tipo assim: 'ah, minha vida é assim, então vou levar desse jeito mesmo e por aí vai'. Eu acho que *falta força de vontade* porque se a gente for pensar em questões financeiras, pô, dificuldade todo pobre passa. [...] E desde que o mundo é mundo existe a questão social: enquanto existir capitalismo, existe isso. [Então] *eu acho que cabe a cada um tentar mudar seu futuro da maneira que pode, ter força de vontade principalmente*." Assim, mobilizando exemplos familiares, assevera: "eu acho que tem muito comodismo naqueles que dizem: 'ah, eu num posso, eu num tenho dinheiro, eu num posso fazer tal coisa", e que, ao invés, deveriam avançar "com a cara e com a coragem". Destarte, combinando em sua orientação econômico-política o reconhecimento de que nos deparamos com uma sociedade injusta "desde que o mundo é mundo", assim como da legitimidade do Estado como agente de transformação ou ao menos intervenção (pela prática justificada de seus votos) se bem que, ao mesmo tempo, uma reserva e desilusão perante sua efetivação, seria contudo a iniciativa de cada indivíduo, suas próprias forças, arrojo e resolução, o que importaria verdadeiramente ao destino de cada um. Ora, esta percepção meritocrática se relaciona intimamente a sua própria narrativa identitária (afinal, era a si e a seu próprio percurso que Ana possuía como referência em seus juízos sobre todos) e corresponde à emergência, em sua trajetória, de uma margem de possibilidades mais ampla quando comparada a seus familiares (especialmente a sua mãe, enquanto trabalhadora doméstica representante de outro espaço geracional), seja pela expansão dos recursos necessários a uma mobilidade através do sistema econômico, seja pela estruturação diferencial de sua subjetividade, ainda que sob a *forma de possibilidade objetiva*, e ainda que com um caráter brumoso em seus fins e esquivo em seus meios, manifestando uma ritmicidade e uma sub-utilização dos recursos deveras distintas, por outro lado, daquelas manifestas pelas frações médias, mais ainda daquelas mais próximas aos pólos dominantes.

6.3 A profusão de camadas de experiência popular

Não estando entre nossos objetivos nenhuma pretensão à exaustividade, inúmeras são as esferas socializantes que exerceram impactos – maiores ou menores, mais ou menos duradouros – em algum momento das trajetórias biográficas por nós reconstruídas: laços de amizade que em grande medida co-compõem a já identificada densidade concêntrica da sociabilidade familiar-comunitária, outras vezes no entanto lhe ultrapassam por se originarem de outros círculos de relações (estimulando desde passeios em conjunto como idas à praia, bares, rodas de samba, festas, bailes ou o "conversar na rua", o uso de drogas, até confissões e aconselhamentos acerca de problemas pessoais e familiares, suportes emocionais e materiais, a intermediação para

empregos, a formação de um empreendimento por conta própria em 'parceria' com quem "é como um irmão", o apadrinhamento de filhos, etc.); a prática de danças diversas e o envolvimento com a música, ou mesmo com a formação de grupos musicais ("bondes" de baile *funk*, Lambaeróbica, bandas de *Rock*, da Igreja, de *Hip Hop*) e a prática de algum instrumento, todas atividades indissociáveis de uma esfera relacional cujo envolvimento integra seu sentido, seu valor, suas motivações, além de sua importância identitária (refletida no uso de trejeitos linguísticos e posturais, vestimentas "alternativas", uso de acessórios como bonés, brincos, *piercing*); o alistamento militar no caso masculino onde, segundo um de nossos relatos (E25), se reproduzia o "conflito de facções" existente nas comunidades, embora no interior dos próprios quartéis houvesse também "o grupo dos evangélicos, o grupo dos católicos, o grupo dos homossexuais, [...] o grupo dos cdf's";[143] a inserção em atividades físicas (exercícios, musculação) e esportivas diversas (incluindo suas competições e padrões normativos e disciplinares muito específicos no caso das artes marciais como a Capoeira, o Jiu-Jítsu, o Tae-Kwon-Do, o *Submission*), e que podem participar de aspirações bastante difundidas entre jovens oriundos de camadas populares (o famoso "sonhar em ser um jogador de futebol"), com fortes investimentos pessoais (financiamento de materiais, viagens e despesas do próprio orçamento); a frequência regular e duradoura a 'especialistas do *self* ' (psicólogos, psiquiatras, psicanalistas ou terapias alternativas diversas), especialmente mas não exclusivamente no caso feminino, que longe de se restringir às classes médias fornecem a alguns entrevistados instrumentos hermenêuticos que participam da conformação de uma narrativa identitária; a militância estudantil e partidária;[144] a influência da imensa variedade de práticas e "consumos culturais" (através da *internet*, DVD's, rádios, *videogames*, TV's abertas ou por assinatura – "gatonet" ou não) a maioria mas nem todos exatamente "de massa" (filmes e seriados norte-americanos, artistas musicais internacionais como Michael Jackson, Beyoncé, Mariah Carey, mas também grupos de pagode como Péricles, Thiaguinho, Sorriso Maroto, novelas, filmes nacionais); o uso e a imersão nas mídias digitais (redes sociais, jogos eletrônicos, mídias alternativas, interesses

[143] Outro entrevistado (E27) ao servir o exército cumpria o desejo do pai que, em sua juventude, não o pôde por não possuir os dentes da frente. "Eu servi mais pra dar esse orgulho pra ele. [...] Eu tenho até fotos em casa dele me colocando a boina verde quando eu ganhei", momento ritual de entrada em que "ele chegou a chorar".

[144] O que será desdobrado em mais detalhe no capítulo seguinte.

diversos).[145] Sobre estas últimas aliás (práticas e consumos culturais "de massa" ou em nichos 'subculturais' segmentados em termos de gênero e idade), ou melhor, de sua importância ainda que infinitesimal enquanto microexperiências constitutivas da feição com que uma classe é vivenciada por todos e cada um de seus indivíduos, podemos falar com P. Ricoeur quando este se refere aos "planos" ou "mediações" pelos quais busca interpretar a constituição do *si-mesmo* enquanto *alteridade*: "parece assim que a afecção do si pelo outro-que-si encontra na ficção um meio privilegiado para experiências de pensamento que não eclipsariam as relações 'reais' de interlocução e interação. Muito pelo contrário, a recepção das obras de ficção contribui à constituição imaginária e simbólica das trocas efetivas de palavras e de ação. O ser-afetado no modo ficcional se incorpora assim ao ser-afetado do si no modo 'real'." (1990, p. 380-381) Importa, em suma, que redes amistosas, práticas esportivas, investimentos identitário-artístico-expressivos (como a prática da leitura e escrita de poesia, letras de música ou ainda romances por parte de alguns entrevistados), esferas de sociabilidade e de práticas diversas mais ou menos efêmeras, condensam linhas de experiência que constituem de múltiplas maneiras aquilo que verdadeiramente importa e engaja agentes sociais os quais *compartilham uma mesma condição popular*, muitas vezes aquilo que em aparência é bastante supérfluo e comercial integrando o que possuem de mais íntimo na topografia afetiva subjacente a suas orientações de conduta.

> Sobre estas camadas de experiência operando enquanto *mediação afetiva*, inclusive sob a forma de um certo *imaginário* tão eficaz quanto sutil na conformação de seus horizontes de possíveis ascensionais, além das *trajetórias exemplares* de Paulo Sérgio (E18) e Danilo (E23), mobilizadas nos capítulo 2 e 7 respectivamente, retratarem em detalhe o ponto em discussão, também Roberto (22 anos, pizzaiolo, ex-atendente de *telemarketing*) nos relata: "então cara, [em] comunidade você ter amizade é complicado porque você cresce com pessoas que [...] nem todo mundo pensa em crescer, estudar, eles procuram seguir o caminho mais fácil. Então eu vivia num grupo de amigos que um virou bandido, outro virou outra coisa [no crime], um tá envolvido também", amigos de adolescência em relação aos quais Roberto se afastaria mas não sem *associar suas condutas, que condena, a uma certo estilo de vida* que não compartilha. Este grupo usava "droga pra cacete", o que associa com a frequência a bailes *funk* e que afirma nunca haver apreciado: "num sei, me incomoda *funk*, sabe, pra mim não tem criatividade nenhuma. A música só tem três palavras. [...] Eu não gosto daquela multidão roçando um no outro, encostando, fedendo, suando, com cabelo pingando." Ainda em sua adolescência, preferia jogar *videogame* em casa, praticar esportes, ir à praia e dançar *Hip Hop*, o qual interrompeu apenas há pouco tempo em função das tarefas do período conjugal e de sua dupla jornada de trabalho. No *Hip Hop*, ainda que não entendesse as letras (em inglês), via mais "criatividade" em comparação

[145] Cf. *Solos culturais* (2013) para uma pesquisa amostral (por cotas de sexo e etárias baseadas no Censo do IBGE de 2010), realizada com dois mil jovens entre 15 e 29 anos de cinco favelas do Rio de Janeiro, acerca do uso do "tempo livre".

ao *funk*: "tem a melodia, uma sonoridade que me atrai, que faz você dançar, se expressar bastante, e é diferente. Se você reparar no *funk*, praticamente todas as músicas têm a mesma batida." Roberto entrou na dança ao observar, admirar, e se envolver com colegas da escola pública onde era aluno, passando a ensaiar no aterro do Flamengo (no Rio de Janeiro), onde se integrava a um novo círculo relacional (em que também "todo mundo era pobre"), chegando a participar de um grupo intitulado RJ-DC (RJ-*Dance Company*) e mesmo a realizar apresentações remuneradas – se bem que mal cobrissem os custos com transporte e alimentação. Mas ainda sobre o afastamento de seu círculo amistoso anterior, preterido pelo investimento pessoal no *Hip Hop*, e que conflui para um comportamento que nos descreve, desde sua adolescência até a atualidade, como introspectivo e alheio a festas, bailes e à "farra", num primeiro momento buscamos remetê-lo ao fato de Roberto haver se declarado "evangélico"; ainda que sua adesão à Assembleia de Deus fosse relativamente recente, supúnhamos uma projeção retrospectiva de suas memórias a partir de sua nova religiosidade. No entanto, não foi aos valores desta experiência que nosso biografado recorrera para ancorar suas referências de conduta – o olhar condenatório acerca de um passado que se transformaria, teleologicamente, em 'pré-religioso' como é a regra nestes casos – e antes, *de forma espontânea*, deslocou sua narrativa para práticas e consumos culturais que o intrincaram, desde sua infância, em *outra linha de experiências* muitas vezes desconsiderada pelo pesquisador malgrado sua influência *de facto*: "eu sempre fui assim [introspectivo e reservado no comportamento]. É porque eu sempre vi muito filme romântico, tá ligado? Então eu *a-cre-di-ta-va* [ênfase tonal] assim nessas coisas, naqueles filmes bobos assim de romance. E continuei acreditando até eu casar entendeu? Até há dois meses atrás [período em que se separou de sua esposa] eu acreditava muito nisso. [...] Tem gente que leva muito as coisas pra si. Por exemplo tem gente que vê filme de assassino em série e tenta fazer igual por aí, e eu vi esses filmes [de romance] e falei: 'poxa, isso é maneiro'!". Roberto elenca filmes comerciais e de massa que o teriam marcado, geralmente transmitidos em televisão aberta (e.g. *Titanic*), e ainda retornando a seu período estudantil lista uma grande variedade de animações americanas e japonesas, geralmente baseadas em histórias em quadrinhos com narrativas épicas e heróicas (particularmente as segundas contendo ênfase na lealdade, na ética, mas também incluindo crises existenciais e seus modos de resolução), de modo que "eu acreditava muito que a vida era um pouco assim, mas tipo [hoje eu sei que] não tem nada a ver. [...] *Eu era novo, só que aquelas coisas fincaram em mim*." Mesmo os pagodes que mais lhe marcaram foram "os românticos, é claro." Inclusive, ao relatar já haver "sonhado" em ser bombeiro, relaciona *espontaneamente* este fato à experiência decorrente de um filme de grande público, particularmente uma cena que o haveria impactado onde um bombeiro salva uma criança em perigo ao mesmo tempo em que ele mesmo vem a falecer. Visando ser bombeiro, Roberto chegou a frequentar curso preparatório e realizar concurso para este fim, não tendo sido aprovado.

Com efeito, naquilo que se refere ao *corpus* de trajetórias biográficas por nós reconstruídas, uma das mais importantes matrizes institucionais de produção de experiências, símbolos, prioridades volitivas, investimentos e engajamentos que atuam na conformação dos horizontes e projetos ascensionais-populares é a religiosidade, quer através da expansão "evangélica" – especialmente neopentecostal – nas últimas décadas sobremaneira nos bairros, comunidades e regiões periféricas, quer também, e

principalmente, por meio do conhecido caráter "sincrético" da religiosidade popular, e que é antes de tudo *sincrético com a vida mesma*.

Os laços familiar-comunitário-religiosos e a inerência da religiosidade às trajetórias: variações de inserção e engajamento conforme o momento sociobiográfico, e sua conexão com as orientações socioeconômicas

Em diversos relatos a forma com que a religiosidade se mostrou entrelaçada aos laços familiar-comunitários, assim como com as linhas de experiência engendradas no mundo do trabalho, é bastante significativa. A frequência a cultos ou missas ou rituais religiosos desde a primeira infância de nossos entrevistados se dera em grande medida, e durante anos, na companhia de pais, avós, tias, sem falar posteriormente por meio da influência de redes amistosas ou de cônjuges; e muitos deles por sua vez retransmitiam este legado a parentes mais novos, seus descendentes, suas amizades ou relacionamentos afetivos. No entanto, isso não quer dizer que sua força institucional própria, principalmente se densificando subjetivamente através de uma frequência duradoura em sua esfera de influências, não tenha relativamente se autonomizado em relação a seu empuxo inicial, pelo contrário. A assunção de posições avaliadas *inter paris* como importantes ("liderança", determinada secretaria, presidência de grupos de jovens), suas atividades (com grupos de louvores, de teatro, dança, testemunhos, palestras, "pastorais da juventude", cursos, "orientação vocacional") e envolvimentos pessoais desde os primeiros anos através da adolescência e idade adulta, a passagem por ritos de passagem como batismos (principalmente no caso das evangélicas ou o Crisma católico), ou ainda eventos como viagens, retiros, as "missões" em outros estados (onde se leva roupas, alimentos, suporte "espiritual" a "pessoas carentes", vítimas de calamidades), etc., ainda que inicialmente tenham se dado pela ascendência moral de uma determinada relação familiar, amistosa ou afetiva, pode gradualmente ceder lugar a uma identificação institucional que sobrevive, no caso de nossos entrevistados, de forma autônoma e até mais duradoura do que aquela de seus iniciadores.[146]

[146] Sobre a religiosidade evangélica enquanto "solvente" dos laços socioculturais de origem em prol da reinserção congregacional cf. Pierucci (2006). Na mesma direção, argumentam Duarte e Gomes (2008): "entre os evangélicos, o termo 'irmão' articula e nivela os membros da 'congregação', o que a coloca em oposição à família. Na verdade, ela se apresenta como uma alternativa à família, 'uma hiperfamília dotada de um senso de comunhão e reverência capaz de produzir uma redobrada intensidade'. As relações de

Esta gradual e relativa ‘emancipação’ em relação ao modo inicial de inserção, por outro lado, nada tem que ver com um encapsulamento desta experiência *em si*, e aqui é fundamental compreendermos que se é possível falar na formação de um campo religioso relativamente independente – cuja luta pela hegemonia na produção de bens espirituais e de salvação tem se mostrado particularmente vivaz nas últimas décadas, especialmente nos meios populares – não podemos confundir este fenômeno institucional com a constituição subjetiva dos agentes envolvidos na medida em que esta envolve linhas de experiência que *transbordam* esta institucionalidade – e a intensa tentativa de certas denominações religiosas de englobar a totalidade da personalidade individual enquanto sistema normativo não reflete senão a onipresente infinidade de contratendências com que se defrontam – e, por consequência, a apontada importância em se evitar certos lugares, as “más influências”, e do combate diuturno ao sempre latente risco de se ir “esfriando”, “desanimando”, “desviando” (“eu me desviei”), de “estar fazendo coisas erradas, contra a doutrina”, das ‘recaídas’... (o bar, o narcotráfico, os bailes, as “noitadas”, as amizades, os relacionamentos e práticas “do mundo”).[147] Por conseguinte, num primeiro momento podemos afirmar conforme o Censo do IBGE de 2010 que dos 22,2% que se identificam como evangélicos, sua maioria é negra (54,9%); que, especificamente entre os neopentecostais, 63,7% percebem no máximo um salário de rendimento, cifra que atinge mais de 86,1% se considerarmos os que percebem até dois salários (e em torno dos 3/4 nos grupos evangélicos restantes) (Paula, 2013, p. 129); num segundo momento, contudo, convém destacar que a distribuição dos indivíduos entre X% de evangélicos, católicos, denominações “afro-brasileiras”, etc., caso não seja lida como estimativa da força de irradiação de uma experiência e sim em seu sentido literal, cederá a um fetichismo objetivista do qual nos desfazemos tão logo compreendemos que os indivíduos não se reduzem, em suas trajetórias, a uma identificação ou adesão religiosa unívoca, quer em sua denominação, quer nos graus de engajamento e autoidentificação, mas antes perpassam e circulam por estas esferas de sociabilidade em distintos momentos de sua biografia.[148] Uma determinada linha de experiência religiosa pode participar das orientações de conduta de um indivíduo ainda que, no momento dos questionários do Censo ou da Pnad, este não se identifique como

---

aliança assumem uma dimensão que extrapola as da família de ‘sangue’. ‘Família de sangue’ e ‘família de fé’ se relacionam tensamente, especialmente quando a segunda passa a estar mais presente na vida dos convertidos, como característica quase indissociável da identidade evangélica. [...] Na percepção dos católicos, há uma desvalorização dos laços consangüíneos após uma conversão.” (Ibid., p. 183)

[147] Para as oscilações entre a adesão à Igreja e ao tráfico cf. Corrêa (2015).

[148] Cf. por exemplo o elemento “religiosidade” em nosso quadro de entrevistados (apêndice A).

tal, ou ainda refletir uma autoidentificação que é segmentada e ambígua, ou em outros casos simplesmente nominal; um resultado assim obtido traçando uma linha de ruptura entre indivíduos de tal ou qual religiosidade, sobretudo nos meios populares, se não se perceber enquanto abstração-atomização analítica de uma condição existencial infinitamente mais complexa estará deixando em segundo plano, simplesmente, o essencial. Relatos como: "a gente só ia [aos cultos], mas ninguém nunca se firmou não"; "[a gente se] desgarrou"; "[vou] quando me dá na telha"; "quando dá eu vou"; "mais por obrigação"; "às vezes dá vontade de voltar, as vezes num dá vontade... eu fico meio assim em cima do muro.[...] Às vezes dá vontade de voltar pra Igreja, as vezes dá vontade de voltar ao Espiritismo [umbandista]."; etc., sinalizam uma variação nas tonalidades de adesão, engajamento e identificação religiosas que não se explicam por si mesmas, ou como resultante exclusivo da nova fisionomia do campo religioso, a não ser que, previamente, tenhamos abstratamente desvinculado as experiências que constituem as diversas formas de religiosidade do mundo da vida em que se enastram, ou as subtraído das articulações com outros espaços vivenciais, das distintas expectativas e eventos biográficos nos quais adquirem seu sentido global.

Possivelmente o caso mais emblemático de oscilação ou inconstância destas adesões no interior de uma mesma trajetória nos seja fornecido pelo relato (E7) de uma entrevistada que, já tendo sido kardecista, além de haver se envolvido em outro espiritismo sincrético chamado Vale do Amanhecer (envolvendo Umbanda, "misticismo", cromo e aromaterapia, etc.), posteriormente foi católica "carismática", após o que veio a frequentar a Assembléia de Deus. Mas apenas após sua entrada para o nível superior e para a militância (do PSTU), nos afirma "eu rompi com todas as religiões e deixei de acreditar em Deus" [risos] "por causa da vida mesmo". Outro de nossos biografados (E26) relata que "sempre fui desde pequenininho nascido e criado dentro da Igreja evangélica" ("batista renovada"), o que não impede que, no momento de nosso encontro, se diga "um pouquinho afastado", frequentando os cultos esporadicamente, não com a mesma regularidade de quando participava de grupos de jovens ("UNA – União dos Adolescentes", DEPIN – "Departamento Infantil"). "Aí depois de adolescente começou a farra, a bagunça, aí [acabei] me afastando um pouquinho, aí voltei, aí [agora] to meio que nessa [de] vou, às vezes não vou. [...] Eu vou quando dá né cara", citando os compromissos durante a semana (ensino superior, o tempo dedicado à casa e à esposa nos fins de semana), que aliás atenuam a frequência religiosa igualmente de sua esposa. Mas a forma como a religiosidade se adere organicamente a um conjunto de experiências populares mais amplas no corpo das quais assume sua verdadeira efetividade nos é heuristicamente apresentada por outra biografada. Desde sua infância de origem rural, Fabíola (37 anos, coordenadora pedagógica e ex-trabalhadora doméstica) frequentava as missas na companhia de sua mãe. Participou ativamente de grupos etários e temáticos (como o EAC – Encontro de Adolescentes com Cristo), jovens, bandas, fez catecismo, entre outras atividades: "na minha época era febre!" Posteriormente, continuaria a seguir sua orientação católica, porém já independentemente da companhia materna. No entanto, já em outro ciclo de sua vida para além dos estudos nos conta que "depois que eu comecei [a]

trabalhar, comecei [a] beber, aí você vai se desviando", de tal modo que, atualmente, "crê" mas não frequenta nenhuma Igreja: "não vou dizer que eu sou católica porque eu não to praticando"; em momento posterior de seus relatos, o caráter relativamente equívoco e indefinido ocupado pela religiosidade em sua narrativa identitária – que não se assemelha nem a uma adesão incondicional, tampouco a uma retirada do campo da fé –, e que não é compreensível senão em sua vinculação aos percalços de sua trajetória e do momento particular em que se encontra, transparece em seu dizer que: "a minha religião, no que eu digo que é católica, é porque é onde eu fui inserida desde a infância, fiz primeira comunhão, fui batizada, fui crismada, fiz encontro de adolescentes, de jovens, tenho meus santos de devoção, acredito em santo, por isso eu me considero católica, mas assim: eu vou aonde eu me sinto bem." Isso porque, após atravessar um problema uterino que lhe obstou a maior aspiração, ser mãe, foi convidada por uma cliente de uma das livrarias em que então trabalhava como vendedora a visitar um centro kardecista. Após nova interrupção em sua participação religiosa, há cerca de dois meses Fabíola retomou as visitas, embora não assiduamente, tampouco se considerando "kardecista": "eu gosto da oração, não interessa a religião", sublinhando que no interior de uma mesma doutrina há camadas de conteúdo que "acredita" e ao mesmo tempo outras que não. De fato, este percurso religioso de nossa entrevistada, nada linear e diversificado também pela frequência a Igrejas evangélicas (como a "metodista Maranata" cuja experiência lhe marcou positivamente ou, por outro lado, a Igreja da Graça e a IURD onde ficou "apavorada" pelo enfoque e as demandas financeiras e o que avalia como a instrumentalização da "fé das pessoas") se relaciona intimamente a sua relatada frustração em relação às expectativas religiosamente mediadas derivada dos resultados após duas cirurgias uterinas que precisou realizar. Neste período, advertida pelos médicos da urgência da situação – o pouco tempo que lhe restaria para tentar uma gestação –, Fabíola não se encontrava em "um relacionamento sério", ressaltando a indispensabilidade de uma figura paterna em sua criação, de modo que "não teria um filho com qualquer pessoa". Junte-se a isso a percepção que Fabíola possuía de sua situação no mercado de trabalho e patrimonial como não sendo suficientemente seguras (então oscilando entre (sub)empregos irregulares e precários, no setor de comércio e serviços, e o desemprego), período em que morava ou de aluguel ou na dependência da mãe, sem plano de saúde (pensava: "eu não vou ter filho de qualquer jeito"), ao mesmo tempo em que projetava a realização de um concurso público ao concluir seu ensino superior: "uma coisa que eu sempre tive muito medo era do desemprego, porque eu já sofri muito por questão do desemprego. É uma coisa que mexe muito com a minha cabeça. Então eu vou te falar que o meu maior medo era ter um filho, ficar desempregada e não ter como sustentar esse filho." Subjacente a este *feixe de expectativas interdependentes* (matrimoniais, maternais, profissionais, financeiras), nossa entrevistada revela que "eu tinha uma coisa dentro de mim, uma fé, uma certeza de que Deus não ia permitir que eu tirasse o meu útero sem engravidar". Lamentando-se por não haver engravidado ainda que "de qualquer jeito", nos revela que este acontecimento "pesou muito na minha fé", ocasião em que foi "meio que deixando de lado" a frequência religiosa, a mesma que retomou de forma irregular e descontínua nos últimos meses. O útero foi retirado em sua quarta cirurgia, realizada no ano anterior a nossa entrevista; os tratamentos, cirurgias e os problemas (que em alguns momentos lhe geravam dores intensas) percorreram cerca de 10 anos de sua trajetória, e por sua vez consistem talvez no mais forte de seus marcos biográficos – pelo qual ancora narrativamente os acontecimentos de sua vida em um antes e um depois.

Como corolário desta *inerência* das linhas de experiência religiosa às outras linhas de experiência que se concatenam no seio de uma trajetória, elas participam das motivações e ações socioeconômicas, lhes incutindo orientações de conduta irredutíveis àquelas encontradas na ambiência familiar e comunitária – ainda que nela se realizem –, na escolar, universitária e no mundo do trabalho, por isto mesmo com ressonâncias sobre elas. Assim, por exemplo dentre uma série de relatos, uma de nossas entrevistadas (E16), professora de balé e dança contemporânea, já tendo se afastado da Igreja evangélica que frequentava desde a infância na companhia de sua mãe ("por escolha" ao não sentir a presença de Deus nas dificuldades de sua vida) e retornado através da forte influência de outra professora de dança e teatro (ressaltando que se tratou de uma decisão racional, de voltar a "ficar mais sensível para a parte espiritual" e assim "aceitar a Jesus publicamente, como um ato"), atualmente fala do papel "evangelístico" de que se revestem as apresentações de teatro e dança que passou a realizar na Igreja metodista. Outra (E11), dos 13 aos 15 anos passando a habitar na "casa das irmãs" (freiras) onde sua mãe era trabalhadora doméstica e onde, por sua vez, se inseriu no mercado de trabalho auxiliando na creche comunitária, conseguiu por esta influência cursar três anos de francês gratuitamente em um prestigiado curso de línguas em um "bairro nobre", aulas de reforço, cursos extracurriculares profissionalizantes, além de ser orientada profissionalmente pelo círculo religioso que frequentava a optar pelo ensino médio normalista por ter grandes chances de "sair de lá empregada".

> Em outro relato (Anselmo, 32 anos), embora em sua infância e adolescência tenha sido católico como seus pais de forma mais nominal e sem quaisquer vínculos com a prática institucional, e tenha frequentado Umbanda já em fase adulta, atualmente participa regularmente do movimento católico da Renovação Carismática, missas, congressos, encontros, eventos, etc.: "para você perceber a presença de Cristo você tem que ser fiel, *precisa ser reto* [ênfase tonal], nos seus ensinamentos, na sua doutrina como um todo. Quanto mais retidão você busca, você começa a renunciar de um monte de coisa" [bate nas mãos em ritmo regular simulando as sucessivas 'renúncias'], como bebidas (que consumia regularmente), cigarro, em resumo "você se ausenta de determinados prazeres, determinadas orgias, traições, de sujeiras qualquer, coisas ilícitas, roubo, droga, você fica isento, fora desse mundo." Em compensação, além de mencionar uma maior valorização e proatividade nas relações com sua esposa, parentes e mesmo vizinhos, aquela "renúncia" dá lugar a um sentimento de estar "seguro", possuindo "determinação naquilo que tu quer", exemplificando a criação de uma maior disciplina com os estudos, havendo aos 32 anos feito uma reserva financeira e se desligado de seu trabalho como garçom para se dedicar integralmente ao pré-vestibular: "inclusive estudar foi uma das moções [espécie de "mensagem" ou "revelação", através de imagens, visões ou sonhos, obtidas no entanto através de um trabalho de preparação e mediação institucional] do Espírito Santo na minha vida", porque "quando você começa a servir a Cristo, você começa a orar, e através da oração você vai tendo um discernimento da sua vida. Então esse *projeto* [termo empregado espontaneamente, se referindo

ao investimento nos estudos], [...] se o Senhor me pôs pra estudar, então é um projeto viável." Mas não somente isso: pela via religiosa, Anselmo avalia que passa a ser "bem visto na sociedade", a transmitir "confiança" e "honestidade", tendo "carta positiva" de todos os lugares por que já passou. Sua esposa que "sempre foi católica", embora "tradicional", passou a lhe acompanhar na Renovação Carismática. Após a entrevista, em conversa informal, portando um grande crucifixo no peito pendendo fora de sua camisa, Anselmo faz nova menção a sua "determinação" e ao quanto Jesus é fundamental enquanto "fortaleza" que suporta sua empreitada e seu esforço de estudar manhã, tarde e noite, assim como sua segurança em se demitir para este fim no ano em que sua filha irá nascer (daqui a dois meses). Sua postura, como em toda a entrevista, transparece convicção (franzimento da testa, feição de seriedade, entonação grave em determinados momentos, no gesticular expressando firmeza que acompanha sua fala). Já Reginaldo (31 anos, gerente de operação de serviços), ao nos relatar que um irmão (servente de pedreiro) por parte de pai foi preso por tráfico de drogas, emenda: "você até me desculpa mas eu num posso deixar de citar isso: antes de eu me converter a Cristo eu também era drogado, também usava droga", maconha (a partir dos 12 anos) e cocaína (entre os 16-17 anos) por exemplo, aliás assim também como seu pai (pedreiro) que já chegou a ser internado por problemas com álcool e drogas. Sendo há cerca de 5 anos convertido, afirma que nunca chegou a sentir abstinência ("o Espírito Santo de Deus não permitiu que isso acontecesse. Graças a Deus eu não tenho vício nenhum mais."), mesmo período pelo qual se afastou das drogas (antes "eu bebia muito, cheirava muito"). No ensino médio, já trabalhando a exemplo de sua família na construção civil (como servente de pedreiro) desde os 14 anos, sua mãe que desconfiava do uso de drogas por parte de Reginaldo passou a lhe buscar na porta da escola no período noturno ("até com 18 anos minha mãe veio me buscar na rua"), pelo que era motivo de zombaria entre os colegas de idade mais elevada ("um negão desse tamanho e a mãe tem que vir buscar!"); após concluir os estudos, passou por um período em que permaneceu "um ano quase parado" – espécie de ciclo de relação com o tempo já apontado no capítulo anterior envolvendo outros relatos –, no qual sua sociabilidade lúdica, incluindo amigos, drogas e "balada" (pagodes, *funk*, onde buscava "pegar" mulheres) assumia proeminência em suas orientações de conduta, assim como a relação amistosa com traficantes na rua de sua comunidade, período que de fato se estenderia até por volta de seus 24 anos, se refletindo por exemplo na inconstância de sua inserção ocupacional (já tendo chegado drogado e "virado" de noitadas ao trabalho). Ao conhecer sua atual esposa e revelando uma relação de início marcadamente instrumental (pensava: "tenho que comer essa mulher"), não obstante foi levado por ela a visitar e frequentar a sua Igreja ("Ministério Colheita") com a intenção explícita de remodelar seu comportamento julgado desregrado ("vou te apresentar, não um remédio, mas sim um médico e o dono de tudo nesse mundo, que é Deus"). Num primeiro momento, ao mesmo tempo em que respeitando e de certa forma aceitando sua iniciativa, Reginaldo apresentava certa descrença quanto a eficácia de uma possível conversão religiosa em particular e em relação a seu estilo de vida em geral. Porém, com o passar do tempo e da intensificação da adesão religiosa, ele nos afirma que: "eu parei de usar as drogas, parei de prostituição" [i.e. "ficar" com várias mulheres sem assumir compromisso], bebidas e "noitadas", além de "mentiras" mais ou menos constantes; o termo "prostituição" remete ao "entendimento que eu tenho da Palavra [que] hoje em dia é o seguinte: a partir do momento que você tem mais de uma mulher você já tá se prostituindo, prostituindo seu corpo, então biblicamente isso é prostituição. Masturbação também é prostituição." E se nosso entrevistado anterior, Anselmo, relata que "eu tenho vivido isso e simplesmente me maravilhado" no que se refere à ênfase da Renovação Carismática no sentimento da presença do Espírito Santo, Reginaldo compartilha deste mesmo padrão experiencial ao nos afirmar que "o que eu experimentei foi mais forte do que droga, que foi a presença do Espírito Santo. [...] A

partir do momento que o Espírito Santo de Deus te toca de uma forma tão grande você [então] fala: 'cara, como é que eu consegui viver sem isso?'", acrescentando num tom de gravidade apenas reservado ao narrar seu percurso na esfera religiosa: "a Palavra de Deus fala o seguinte: eu vos darei a alegria que o mundo não vos dá." Já tendo feito testemunho à frente de sua Igreja (ou melhor "célula", pois "cada célula tem um líder" e tudo é repassado por relatório à Igreja e ao pastor responsável pelos líderes), Reginaldo frequenta nas quartas e quintas às células, tem "reunião com o líder" nas sextas, e vai à Igreja aos domingos ("não fico sem ser ministrado", i.e. "ouvir a palavra de Deus"), ao que mostra ao pesquisador mensagens diárias que troca pelo aplicativo *WhatsApp* com o grupo da Igreja, além de fotos pelo celular com seus fieis. Com sua esposa, faz parte também do grupo de casais da Igreja. Após se envolver existencialmente nesta via religiosa, Reginaldo passou a retificar a partir deste novo quadro de expectativas suas condutas econômicas; por exemplo, se encontra empregado na mesma empresa há 7 anos atravessando sucessivas micromobilidades até o cargo gerencial atual, modificando sua inconstância e desregramento anteriores; ademais, tomou a iniciativa de "limpar o nome" de uma dívida antiga feita na aquisição de uma cama (período em que, sem estar convertido, "eu deixei rolar"), afirmando que "quando você anda na presença de Deus você tem que andar o mais *correto* possível". Neste sentido, também se diz "bem estabilizado nas minhas contas, eu tenho tudo bem anotado, eu faço tipo um mapa todo mês do que eu tenho que pagar". Planifica seu orçamento através de um caderno onde anota as contas em companhia de sua esposa, somando as "dívidas" de ambos, i.e. despesas mensais normalmente fixas, e as quita primeiramente, assim como o dízimo que pagam. Somente se sentem mais à vontade para outros gastos após atingirem esta "meta que a gente põe para as nossas vidas", qual seja: "andar certo" e mantendo o "caráter", quer dizer, uma *orientação econômico-normativa indissociável de seu 'ethos' religioso*.

Neopentecostalismo, racionalização da conduta socioeconômica e "a importância espiritual da vida financeira"

Uma atenta incursão por três meses de publicações de dois dos principais jornais neopentecostais do país (cobrindo integralmente os meses de Junho, Julho e Agosto de 2011, além de alguns números complementares, perfazendo 23 edições),[149] e de grande difusão nas classes populares (as tiragens estão na casa dos milhões), nos permite vislumbrar algumas orientações de conduta de forte impacto no que concerne à estruturação de seus projetos socioeconômicos. A saber:

- ênfase no "valor da família" como "alicerce da sociedade, a base de tudo" (incluindo a advertência dos riscos do sucesso profissional se dissociar da vida familiar e conjugal);

- estímulo ao controle dos "vícios" como drogas, bebidas, cigarros, jogos, "farras" e ao afastamento de "uma vida promíscua";

[149] Os elementos elencados no quadro acima pertencem às seguintes publicações: do *Jornal Show da Fé* (publicação da Igreja Internacional da Graça de Deus, Rio de Janeiro), as edições: n. 65, jun. 2011; n.66, jul. 2011; n.67, ago. 2011; além do n.60, jan. 2011. Do *Jornal Folha Universal* (publicação da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, Rio de Janeiro), as edições: n.999, 29 maio-4 jun. 2011; n.1000, 5-11 jun. 2011; n.1001, 12-18 jun. 2011; n.1002, 19-25 jun. 2011; n.1003, 26 jun.-02 jul. 2011; n.1004, 3-9 jul. 2011; n.1005, 10-16 jul. 2011; n.1006, 17-23 jul. 2011; n.1007, 24-30 jul. 2011; n.1008, 31 jul.-06 ago. 2011; n.1009, 7-13 ago. 2011; n.1010, 14-20 ago. 2011; n.1011, 21-27 ago. 2011; n.1012, 28 ago.-03 set. 2011; além das seguintes edições: n.1026, 4-10 dez. 2011; n.1028, 18-24 dez. 2011; n.1057,8-14 jul. 2012; n.1066, 9-15 set. 2012; n.1068, 23-29 set. 2012.

- incitamento ao autocontrole emocional (como o "medo", "angústia", "depressão", "sofrimento", "desespero" ou os "ataques de ansiedade") não somente pela fé mas, por exemplo, no controle cotidiano da respiração como modo de dominar o "estresse" e a "ansiedade", além de evitar problemas de saúde. Aliás, os editorais insistem em desvincular emoção (inconstante, oscilante) e fé, está mais íntima ao campo da constância da razão e da convicção;

- instruções voltadas à importância da higiene corporal, alimentar, e da adoção de dietas saudáveis compatíveis com uma maior "disposição para encarar o dia";

- mobilização intensiva da linguagem econômica, associando explicitamente resultados materiais (variando da aquisição de um emprego a carros ou imóveis de luxo) à fé em geral e ao dízimo em particular – sua regularidade e volume refletindo e testemunhando a intensidade da fé ("nem a total situação de miséria pôde impedir que fizesse meu sacrifício [eufemismo para dízimo] no altar para mudar de vida");[150]

- notícias, informações e análises econômicas de gama variada (e.g. comparação salarial entre homens e mulheres para fins de reflexão, esclarecimentos sobre direitos trabalhistas, sobre o Código de Defesa do Consumidor, riscos de acidentes de trabalho, a magnitude do trabalho infantil no Brasil e no mundo, críticas à alocação de determinados gastos públicos, aquisições de instituições financeiras, comparação de índices internacionais acerca do "otimismo em relação ao emprego", a "nova classe média" e sua importância na economia nacional, etc.)

- uma pedagogia racionalizante em "como lidar com o dinheiro" (através de ciclos de palestras, consultorias especializadas, trocas de experiências, patrocínios empresariais), incluindo ensinamentos "às pessoas a não se deixarem dominar pelo dinheiro e sim, dominá-lo", estímulos ao "consumo consciente" ("especialista em consumo consciente diz que é preciso pensar na natureza ao fazer compras e alerta para o colapso ambiental"), instruções e informações acerca das possíveis vantagens na participação em consórcios em comparação aos custos de empréstimos em instituições financeiras tradicionais, etc.;

- orientações práticas para "economizar" no casamento ("não faz nenhum sentido as pessoas se endividarem para fazer uma festa de apenas algumas horas"), ou ainda recomendações envolvendo a "grande benção da "reforma do apartamento", ou como gerir a restituição do Imposto de Renda da perspectiva de "especialistas" ("é importante que as pessoas se programem para utilizar esse recurso de forma inteligente e não apenas para consumo imediato"), além de "dicas para economizar na conta do telefone fixo e do celular" e como abrir e manter uma conta corrente "sem custos";

- aconselhamentos às mulheres acerca da "administração das finanças" e "sobre a importância espiritual da vida financeira". Neste caso, o caderno "Folha Mulher" orienta que: "Em primeiro lugar, se você usa seu tempo para cuidar das suas finanças, estará fazendo um bem enorme a si mesma. Sua vida financeira diz muito sobre quem você é. Guarde esta frase: *a maneira como você lida com suas finanças vai determinar parte do seu caráter*. Não ter dinheiro é uma coisa, ser irresponsável com dinheiro é outra. Ninguém pode dizer que uma pessoa pobre é um mau-caráter simplesmente porque é pobre. Mas o que dizer de alguém que gasta o que não tem, fica devendo, causa prejuízo aos demais e não se importa com isso? [...] Seja responsável com seu dinheiro [...]." (Jornal Folha Universal, n. 1066, p.5i, grifos nossos);

- recomendações para o investimento na "carreira", incluindo uma diversidade de "testemunhos" de "cura e sucesso na vida financeira" ("O mercado de trabalho está aquecido. Saiba onde estão as vagas e como ser contratado."), ou incentivos ao empreendimento capitalístico. Nas palavras de um pastor: "Capacitamos os empresários e, ao mesmo tempo, proporcionamos local e tempo para fecharem negócios, fazer *networking* e encontrarem novos clientes, fornecedores e parceiros. Além disso, após as palestras, muitas pessoas levantam-se financeiramente". (Show da Fé, n.66, p.3) As preocupações (com exemplos de casos de dificuldades e problemas) com a seguridade social também se fazem presentes;

- notas sobre vagas em cursos profissionalizantes, de idiomas, informática, preparatórios para concursos públicos, pré-vestibular, além de incitamento aos estudos. Um pastor da IURD declara sobre os

[150] A polêmica envolvendo a intermediação econômica por instituições religiosas neopentecostais entre a religiosidade de seus fieis e os "serviços" divinos (incluindo processos judiciais, operações policiais e prisões de alguns de seus principais expoentes) é por demais conhecida pela opinião pública (a "manipulação pela fé"), de modo que não há espaço aqui para adentrar neste ponto para além daquilo que importa ao escopo deste trabalho, e que consiste em *suas implicações do prisma sociocultural e capitalístico no seio das classes populares*.

programas da Igreja voltados aos jovens: "nós acreditamos no potencial dos jovens brasileiros. Por isso oferecemos a eles a oportunidade de se capacitar para o mercado de trabalho. Muitos já conquistaram seu diploma, iniciaram suas carreiras, e têm transformado sua vida em exemplos para outros jovens." (Jornal Folha Universal, n. 1026, p. 12i);

- o estabelecimento de uma oposição entre de um lado "ser um vencedor", alcançar a "vitória" ("Morou nas ruas e hoje é empresário"; "Ela perseverou e alcançou a vitória"; "Recebo quatro vezes mais do que antes. Deus abriu as portas para mim"), obter "sucesso profissional" (empregos, maior qualificação, aumento de rendimentos), "conquistas" e "prosperidade" (e.g. construindo uma "família bem-sucedida e próspera"), ser "bem-sucedido", e, por outro, haver uma "vida derrotada", "vida de erros", sucumbindo ao "mal", mais própria a "covardes", normalmente possuídos por entidades malignas e que devem ser expulsas;

- um sentido narrativo-identitário para tais conquistas (os "testemunhos"), inclusive "respostas para a vida" ou para "questionamentos existenciais", em que cada percalço biográfico (mortes, doenças, dificuldades financeiras, depressão) encontra sua razão de ser para o caminho da salvação eterna. Sem este sentido narrativo, tais sofrimentos e interrogações acerca da vida, na verdade mesmo as conquistas materiais, implicariam "angústia", "depressão" e "falta de esperança", além da "danação".

É mister considerar que, de forma coerente com o desenvolvimento de nosso trabalho, evidentemente estes traços não existem *per se*, abstrata ou unidimensionalmente isolados da multiplicidade de experiências que os atravessam, alimentam, contrabalançam, opõem e tensionam, por conseguinte, que neles inflectem linhas vivenciais e significantes oriundas de outras esferas de vida social. Ademais, mesmo no interior das correntes "evangélicas" esta forma de religiosidade é duramente criticada, como nas palavras de uma publicação metodista: "Cabe aqui comentar que hoje também estamos cercados de doutrinas estranhas, algumas de grande aceitação popular evangélica. Como a doutrina da prosperidade, a qual afirma que crente não fica enfermo e não pode ser pobre. Tal heresia, que mais enriquece os pregadores do que o povo, é mais uma ideologia capitalista do que mensagem bíblica."[151]

Apesar do maior predomínio em nosso grupo de pesquisados das religiosidades católica e evangélica, disso não resulta que outras experiências em relação ao sagrado não se tenham feito presentes, ou que não se distribuam diferencialmente em função dos segmentos sociais mais amplamente – pela *Pesquisa de orçamentos familiares* do IBGE (2012, p. 94-5) evidencia-se facilmente a estrutura dos gastos familiares conforme a religiosidade da "pessoa de referência" da família (onde se polarizam a religiosidade espírita, com as maiores despesas familiares, e de outro lado as pentecostais, com as menores). Tampouco esse predomínio, que é também estatístico em termos societários mais gerais, implica que outras experiências religiosas não possuam ressonâncias nas condutas socioeconômicas. Para tomarmos apenas um exemplo, acerca da Umbanda, Negrão (1996, p. 88) afirma que, a despeito de "seu caráter predominantemente mágico", suas relações de modo algum se reduzem a "uma somatória de relações clientelísticas ligando os guias, pais e filhos-de-santo e interessados em solucionar problemas vivenciais. Os terreiros são constituídos por redes de relacionamento que controlam o comportamento individual, muitas vezes assentados em grupos de

[151] Revista *Fé & Nexo*. Rio de Janeiro. n.39, 3º trimestre 2013, p.8.

parentesco, de vizinhança ou de amizade que lhes são precedentes. Não são, também, vazios de conteúdo moral." Especificamente sobre os terreiros localizados nas periferias urbanas e frequentados por camadas populares, não se pode confundir com uma "ausência de ética" o que mais precisamente descreve como "uma moral pragmática ao mesmo tempo conformista – na medida em que aceita as determinações sociais dominantes – e inconformista – na medida em que impulsiona os indivíduos à luta contra suas precárias condições existenciais." (Ibid., 88-9) E é da perspectiva desta *inerência às trajetórias* que as experiências religiosas são aqui enfocadas, e é desta perspectiva que serão retomadas em outros momentos de nossa pesquisa. Pois é preciso prosseguir na cartografia das forças sociais que as compõem.

6.4 Micromobilidades ocupacionais e o duplo estranhamento ascensional-popular

Conforme já destacado quando assinalamos as condições de possibilidade ascensional para as classes populares situadas na periferia do capitalismo mundial,[152] particularmente no caso do Brasil lastreadas pela expansão de uma industrialização tardia orientada pela ação estatal em especial a partir da década de 1940, pela crise deste modelo de economia política na década de 1980, pela reestruturação neoliberal que lhe segue na década subsequente, ou ainda pela retomada de um neodesenvolvimentismo gerencial-flexível na primeira década do novo milênio, o que predomina em todos esses períodos é um padrão de mobilidades moleculares no interior das classes populares e cujos limites estruturais de sua variação decorrem dos rearranjos sistêmicos dos núcleos dinâmicos de acumulação. Atualmente, se associando aos deslocamentos da nova divisão internacional do trabalho, a condição popular latino-americana registra uma transição destes núcleos dinâmicos para o setor terciário com intensidade distinta daquela verificada, por exemplo, nas formações sociais asiáticas, objeto de outra orientação estatal e de um aumento na participação do PIB mundial alavancado em grande medida através de seu setor industrial. (Amsden, 2001; Dos Santos, 2002; Pochmann, 2014) Já destacamos também que este padrão predominante de mobilidade na (re)composição das classes populares é contemporaneamente associado: i) a um

[152] Cf. capítulo 3.

afastamento das pressões materiais mais basilares; ii) em termos ocupacionais, a um leque funcional relativamente mais voltado à intersubjetividade do que à interobjetividade, e associado a uma transição de possibilidades estruturais expansivas para um agonismo concorrencial mais associado à "fluidez" no interior de uma economia urbana e de serviços já relativamente consolidada; iii) a uma maior capitalização-socialização escolar, para não mencionar a diversidade de matrizes de subjetivação tratadas neste mesmo capítulo; e que, por tudo isso, esse padrão estrutural expressa uma *heterogeneidade* no seio destas camadas que se faz especialmente nítida quando refratada nas *trajetórias* que as constituem. Subjacente a esta caracterização, o que necessita agora ser colocado em relevo é que as micromobilidades populares – inclusive cada vez mais oscilantes entre os vetores ascensional e declinante em função da reestruturação produtiva verificada nas últimas décadas e do crescente papel da capitalização escolar – não se reduzem a "efeitos" da origem social; isso pela razão tão elementar quanto fundamental de que as mobilidades elas mesmas engendram linhas de experiência as quais, por sua vez, manifestam forças próprias retroagindo sobre o mundo da vida popular através da nova fisionomia de seu arco de expectativas e projetos.

Sabemos que mesmo quando do auge da reestruturação produtiva "gerenciada" pela ação estatal em meados da década de 1990, período de intensificação da "desregulação" (desestruturante das relações capital-trabalho e das condições de assalariamento) e "desregulamentação" (das condições de contratação, negociação, dispensa, etc. juridicamente sancionadas) do mercado de trabalho (e.g. Celso Jr., 2013; Antunes, 2006; 2013) e de seus já historicamente instáveis, vulneráveis e precários vínculos ocupacionais predominantes nos setores dominados, não deixaram de perdurar diferenças relevantes em que, por exemplo, os mais jovens, apesar de mais escolarizados, apresentavam maiores índices de desemprego e trajetórias mais "erráticas" em comparação com aqueles acima de 25 anos (Guimarães, 2006, p. 191-195); de igual maneira, sabemos que esta diferença em termos de *ciclo de vida* ainda permanece em seus traços essenciais a despeito da inflexão na correlação de forças na condução do Estado na última década, pois o assalariamento informal tende a ceder lugar, com o avanço etário, à formalização ou ao trabalho por conta própria (Cardoso, 2013, p. 69-94), sendo o primeiro emprego dos jovens de até 25 anos até quatro vezes pior remunerado do que os empregos situados no espaço geracional posterior, além de

apresentar maior incidência de contratos por tempo parcial e duração determinada em comparação ao restante do mercado de trabalho (IPEA, 2014a, p. 141-155); que no decurso dos 20 aos 40 anos se apresenta uma gradual expansão dos rendimentos em geral, *a fortiori* para o meio urbano (IBGE, 2012, p. 51-53); que a maior parte das ocupações de "salário de base" geradas na década de 2000 se encontra justamente no intervalo dos 25 aos 34 anos e em seu entorno, assim como a taxa de rotatividade, intensificada na última década, diminui regularmente conforme o avanço da idade, além da maior capitalização econômica e cultural (Pochmann, 2012, p. 32-41; 93-4; 116-121; IPEA, op. cit., p. 157-171); que levando-se em conta o período de 1981-2007, o desemprego é estruturalmente maior, além de nas classes populares mais do que nas médias e superiores (malgrado o crescimento recente da ocupação popular), também entre as gerações mais novas. (Quadros, 2009, p. 4-6; 10; 18) Isto levado em conta na composição dos horizontes e projetos socioeconômicos, apenas não podemos perder de vista que uma trajetória não se reduz a um ciclo de vida, ao contrário, se constituindo pela sua travessia a qual resulta numa sedimentação de experiências irredutíveis a cada momento biográfico em particular; e que os eventos histórico-estruturais que os emolduram não perduram somente para uma coorte etária determinada, impactando um espaço geracional mais amplo.

Naquilo que diz respeito às biografias reconstruídas neste estudo, as linhas de experiência incorporadas em forma de um "*horizonte de protensões*" no sentido husserliano (Husserl, 1991, p. 118) em seu volátil, fragmentado e heteromorfo mundo do trabalho, se num primeiro momento manifestam *uma continuidade com a concentricidade das experiências familiar-comunitárias* – inclusive em sua inserção precoce e mediada 'naturalmente' por contatos pessoais –, não é de menor importância que *através de sucessivos deslocamentos e micromobilidades* elas agem, de outra parte, gerando um *gradual distanciamento* das expectativas e horizontes parentais, quer dizer um *relativo desenraizamento* das linhas de experiências descritas no capítulo anterior. E o caráter *polissêmico* desta dinâmica lhe é de absoluta importância. A complexidade sociocultural pela qual se constituem as camadas dominadas, associada a sua vinculação periférica que tende a obstar estruturalmente a geração de postos de trabalho mais qualificados, delineia trajetórias ascensionais no interior ou nas franjas das classes populares que são, naquilo que lhes é decisivo, ascensionais e populares ou populares e ascensionais, em resumo, o que preferimos hifenizar num mesmo sentido como

ascensionais-populares. Em decorrência disso, e a trajetória exemplar no início deste capítulo foi reconstruída precisamente neste sentido, este vetor de mobilidade apresenta sua positividade específica por meio de uma *dupla negação*: por um lado, de fato em relação à perpetuação dos horizontes e projetos parentais ou daqueles indivíduos (familiares, amigos, companheiros de trabalho, conhecidos, vizinhos, cônjuges) julgados como "acomodados" e "encostados" em sua conduta e em seu estilo de vida; por outro, e *numa mesma orientação de conduta*, em relação às prioridades, motivações e modalidades de ação próprias às classes médias, de cujo estilo de vida se pode apropriar e reconstruir traços de forma critica e criteriosa, mediados por uma reserva, um distanciamento e muitas vezes uma repulsa, que refletem a heterogeneidade da *condensação, em uma mesma trajetória, de uma micropolítica de classe*.[153]

Nela se imiscuem, por exemplo, o "medo" como um sentimento explicitamente relatado em diversas entrevistas e que, apesar de difuso, gera efeitos concretos nas condutas socioeconômicas como o bloqueio das iniciativas, a subutilização do capital escolar, a renúncia antecipada a possibilidades no mercado de trabalho; a insegurança que além de objetivamente mais provável para estas trajetórias em termos de instabilidade e precariedade ocupacional se expressa numa atitude defensiva e algumas vezes conservadora ("eu tenho medo de trocar o certo pelo duvidoso!") sobretudo se tendo em conta a preservação das margens adquiridas em face das condições anteriores; o sentimento de inferioridade que transparece na frequência a certos espaços de sociabilidade (e a hesitação frente ao *shopping center* se mostra em diversos casos como o signo de uma fronteira que se tenciona no mesmo passo em que se é tencionado por ela), no exercício das funções profissionais e no receio em ser julgado aquém das exigências ("cobranças") e expectativas, numa simples roda de conversas em que o deslocamento interpessoal se faz sentir (seja pela temática, seja pelo vocabulário empregado), a evitação se tornando uma alternativa eficaz, quando não o

[153] Além dos já citados Terrail (1990), Hollingshead et al. (1954) e Gaujelac (1987), além de muitos outros como Berger e Luckmann (1964) ou os registros autobiográficos de Hoggart (1970) ou de Ernaux (1974), cf. também Lawler (1999) para relatos de mobilidade popular ascendente que buscam escapar ao simplismo das abordagens correntes sobre o tema, as quais obscurecem "a dor, o senso de deslocamento, e a vergonha que acompanham esse movimento", neste último caso vivenciadas por mulheres enquanto "expressões de um habitus *disruptivo*" pelo qual "um complexo e algumas vezes contraditório modelo do *self* emerge de suas narrativas." (Ibid., p. 7-16, ênfase no original) Entretanto, na medida em que essas investigações – de natureza bastante diversa entre si – enfatizam trajetórias que rompem, enquanto trânsfugas, com sua classe de origem, nenhuma delas tem como fio condutor precisamente o que estamos tratando aqui, ou seja, deste movimento realizado no interior, e nas fronteiras, das classes populares e que, por conseguinte, esta micropolítica se apresenta não somente na *ruptura* com uma classe pois que constitui sua complexidade interna mesma.

ensimesmamento. No entanto, nesta micropolítica se fazem não menos presentes o distanciamento de aspectos biográficos que, senão estão no passado, nele se desejaria dispensá-los, como na ocultação num caso (E8) (revelada ao pesquisador por um intermediário) ou a vergonha em outro (E13) em se registrar na carteira como trabalhadora doméstica (neste último, ao relatar que não gostaria de se registrar como doméstica na carteira de trabalho, nossa entrevistada tapou o rosto com as mãos e riu, sugerindo em seu gestual uma situação pela qual se envergonhava ou que não se orgulhava comparada a sua última ocupação de enfermeira); a condenação de estilos de vida compartilhados por familiares e pessoas próximas que são explicitamente responsabilizadas não somente pela permanência mas pela "acomodação" em sua condição material, e de cuja imprevidência, "irresponsabilidade" e o "pouco esforço" de quem "não quer crescer na vida" e "pensa pequeno" se busca o distanciamento. Vejamos em detalhe.

> Já tendo perpassado uma série de subempregos e oscilando por vínculos informais e formais (como auxiliar de creche, manicure, cabeleireira, entre outros), ao nos relatar sobre seu percurso no mundo do trabalho, Tamiris (22 anos, auxiliar administrativo) estrutura sua narrativa espontaneamente a partir de uma perspectiva de superação das adversidades por meio do superinvestimento na quantidade de trabalho, ainda que paradoxalmente este tenha por efeito muitas vezes o prejuízo de suas probabilidades ascensionais. Neste percurso laboral, sobre quando era auxiliar de cozinha por exemplo, nossa entrevistada nos relata com orgulho desde o fato de algumas vezes não tirar folga, de chegar a trabalhar (lavando louça, descascando cebola, montando 'prato feito') "com gordura até a canela" pelo transbordamento de uma caixa de gordura na cozinha do restaurante em que era empregada, ou de costumar passar horas sem um copo d'água ou sem ir ao banheiro, até conseguir não se atrasar para o trabalho mesmo após 'noitadas'. Posteriormente, ao passar a trabalhar como auxiliar administrativo formal de uma faculdade particular, ocupação em que se encontra há 2 anos, Tamiris obteve a possibilidade de cursar direito com bolsa integral. Mantendo a mesma narrativa identitária, e o mesmo tom autoconsagratório, relata o fato de não ter tempo para almoço, além de trabalhar muitas horas para além de seu horário regimental (chegou a trabalhar de 8hs da manhã às 22hs em um mesmo dia, como testemunhado por uma intermediária), embora tendo por isso que trancar suas disciplinas inúmeras vezes, e mesmo atrasar semestres inteiros, além de prejudicar seu desempenho estudantil. Na verdade, tendo desenvolvido ansiedade acompanhada de uma úlcera, Tamiris por fim se viu impelida a trancar seu curso por não conseguir suportar o ritmo intenso de dupla jornada. Ademais, a exemplo do que ocorria em seus trabalhos anteriores, além de extrapolar a extensividade da jornada, suas atividades extravasam em muito as funções do cargo registrado em carteira – o que se poderia chamar, do ponto de vista de sua intensividade, de mais-valia relativa –, que se torna assim desfigurado: Tamiris alterna suas atividades em diversos setores, desde organizar planilhas para o MEC, inventários, listar orçamentos de compras e atendimento de alunos até treinar estagiários, trabalhar como bibliotecária, e atendente de *telemarketing* para o *call center* da instituição de ensino. Sobre este sobretrabalho comenta que "deixando a modéstia de lado, eu sou boa em bater meta", o que lhe garante uma "bonificação" para além do 1,5 salário de seu contracheque: "eu sempre me dedico a fazer o

melhor", o que enuncia ao mesmo tempo em que recorda uma frase que guardou como "lição" de sua coordenadora: "o bom nunca é o suficiente, a gente sempre tem que estar em busca do excelente. [...] Eu sou muito rígida nesse sentido comigo. [...] Eu gosto do que faço porque sei que faço bem." E justamente por isso, os elogios e "promoções" que recebe por seu desempenho profissional geram o que chama de "egos feridos" de outros funcionários devido à "competitividade" que percebe em seu ambiente de trabalho. Mas não somente: ao passar do desempenho inicial de funções mais simples e subordinadas para outras de "supervisão" e a um contato mais próximo com quadros de diretoria (os quais acompanha, por exemplo, em reuniões em outras cidades) – com rendimentos maiores, embora em nada modificando seu registro formal –, as fendas de sua visão positiva sobre seu percurso laboral assumem maior escopo quando Tamiris afirma que dentro da instituição "[eu] *subi entre aspas*, contra a minha vontade, porque eu acabo sendo cobrada por muito mais, por muito menos, entendeu?", enumerando o aumento das exigências e responsabilidades sem a contrapartida econômica e contratual: "não é uma coisa que eu vá crescer, posso até crescer, mas pra ganhar... [por exemplo] uma secretária adjunta ganha 1.500 reais na carteira: não me interessa. Eu ganho 804 reais e tiro isso por mês [o mesmo valor do cargo mais valorizado] sem ser de carteira, ou até mais", ao passo em que, caso hipoteticamente promovida para o outro cargo, se depararia com "uma responsabilidade muito maior, uma competitividade muito maior entre os próprios funcionários." Embora com a matrícula de ensino superior trancada em função da longa jornada de trabalho, considera sua atual ocupação como provisória e se projeta em alguns anos estando "formada e trabalhando na minha área, [e] não guardar o meu diploma pra ta ainda numa empresa que [pelo contexto, algo como 'não me valoriza'] ... sabe? *Eu tenho também ambições de crescer*. Pode ser que eu não consiga, mas *força de vontade* pra correr atrás dos meus objetivos eu sempre tive." Indagada sobre estas "ambições", especifica: "trabalhar na minha área [direito], ter uma casa própria, ter uma *vida estável*. Não ser rica, mas ter uma vida estável, confortável, ter uma estabilidade financeira". Nesse aspecto, nossa entrevistada possui expectativas muito críticas em relação a seus familiares, avaliando seus pais como "dois irresponsáveis": seu pai (vendedor ambulante, não tendo completado além do ensino primário) passa grande parte do tempo "dormindo" ou assistindo televisão: "nunca ficou muito tempo em nada, só na empadinha" que vendia numa "barraquinha" do outro lado da rua onde mora, e ainda assim irregularmente, somente quando precisa para "ir pra noitada, encher a cara, usar drogas", vivendo uma espécie de simulacro pobre do que chama de "vida de playboy" que não possui condições de sustentar. Sua mãe (dona de casa), com quem conviveu por mais tempo – e teremos ocasião, em outro momento, de detalhar o caráter conturbado e conflitivo desta relação –, é acusada de não fazer "nada" ("só ouvia música, via novela e lia a bíblia") enquanto os filhos, incluindo Tamiris, eram responsáveis pela totalidade das atividades domésticas, incluindo cuidar (alimentação, vestimenta, banhos) dos irmãos mais novos. E mesmo em momento e temática posteriores de nossa entrevista, ao criticar o bolsa-família é como se Tamiris estivesse criticando sua mãe, que o recebe, pois o programa "incentiva, de uma certa forma com essas bolsas às pessoas não correrem atrás dos seus objetivos e melhorar de vida. [*Você acha?*] Eu acho. Por exemplo: a cada filho que você faz você ganha 25 reais, então se você fizer cinco [filhos] você ganha mais do que se você tiver um. [Obs.: sua mãe possui seis filhos] Têm muitas pessoas que têm vontade de *crescer* na vida, mas tem outras pessoas que acabam se *acomodando* com aquele estilo de vida." Ao falar sobre "o pobre hoje em dia que continua sendo pobre e não melhora de vida", Tamiris novamente desloca a conversa para sua mãe, acrescentando também em seu juízo seu padrasto (chaveiro) com quem ela divide uma casa na favela: "por exemplo, minha mãe e meu padrasto, eles... não tem água encanada dentro de casa, não tem uma parede emboçada, não tem um piso, por quê? Se preocupam com roupas de marca, cabeleireiro, tintura, ir pra bons

restaurantes, [...] andar de taxi, é computador, é isso, é aquilo. A questão é você saber *reeducar um padrão de vida*. Comer tudo do bom e do melhor? Não é que pobre tem que comer porcaria, mas você *às vezes precisa se apertar um pouco pra mais na frente você poder desfrutar de coisas melhores*. Por exemplo, se eles se apertassem, eles poderiam ainda estar morando no morro, mas com uma casa emboçada, de laje, com piso, água encanada." Mencionando uma aula de economia que teve na faculdade, enfatiza que a questão é saber "priorizar" em função de objetivos maiores. Por oposição a tudo isso, ao discursar sobre a importância do "desenvolvimento" por meio da "educação" é com efeito de sua trajetória mesma que nossa entrevistada fala: "a educação é um meio de você *crescer*. [Espontaneamente volta o relato para si] Eu posso não ter ido longe, mas a educação me proporcionou a tá conseguindo alguma coisa ou a conseguir alguma coisa futuramente, [...] uma *estabilidade de vida*." É com esta ênfase em sua própria iniciativa individual, prolongando a atitude meritocrática de Ana (trabalhadora doméstica com ensino superior) já tratado acima, que nossa entrevistada não receia, em caso de necessidade, o retorno a trabalhos precários e instáveis como os que já experimentou, conquanto sabidamente provisórios, e a "juntar um dinheiro pra comprar uma casa, mesmo que seja no morro", onde passou sua infância e adolescência (e de onde reclama: "querendo ou não, são pessoas que reparam mais a sua vida"); se bem que da favela já tenha se mudado para uma quitinete mobiliada não exatamente dentro mas "praticamente na favela", e posteriormente, possibilitada por seu atual emprego, ainda para outra casa na qual vive atualmente, um pouco mais espaçosa e dessa vez mobiliada aos poucos, situada ligeiramente mais afastada, mas ainda a "uma rua pra tá dentro da favela", as coisas se passando como se seu deslocamento geográfico mapeasse o sentido de sua própria trajetória, e os riscos nela envolvidos. Por sua vez, no caso de Elton (32 anos, auxiliar de portaria concursado), já mencionado acima quando tratávamos acerca de seu percurso escolar no qual descobrimos sua repulsa visceral ao ambiente universitário associado explicitamente à "classe média", sua trajetória revela uma problemática identitária vivida com intensidade e ambivalência ainda maiores. Ao final de seu ensino fundamental, então com cerca de 14 anos, Elton passou a dividir seu tempo entre o estudo e o trabalho, começando a distribuir panfletos e realizando "pequenos favores" (como pagar contas) para um consultório dentário; o fazia não por pressão familiar e sim porque "naquela época eu queria ter muito acesso ao consumo, eu era funkeiro e tal", participando de um círculo de sociabilidade em que determinadas roupas "de marca" eram valorizadas ("todo mundo com o [tênis] *Le Cheval*, que acendia a luzinha [...], isso foi uma febre, todo mundo tinha esse tênis e eu não tinha!" [risos]). Não costumava repassar o dinheiro a sua mãe e, mesmo nessas ocasiões, era somente uma "pequena parte". Contudo, o adolescente não prestava estes serviços com grande regularidade, apenas quando desejava, tendo logo abandonado. Em seguida, já no ensino médio, Elton frequentou um centro de assistência social (onde tinha aulas de informática, psicologia, entre outros) com vistas à qualificação para o mercado de trabalho e que possuía vínculos com diversas empresas nas quais os alunos eram encaminhados após seis meses de formação. Assim, Elton fora direcionado ao "projeto crescer" dos Correios onde percebia meio salário, vale-transporte e cesta básica enquanto "jovem aprendiz" (carimbando e ordenando cartas por CEP no setor de expedição), o que considera seu primeiro trabalho "de verdade" em comparação aos "biscates" de até então. Descoberto embolsando o valor dos selos de algumas cartas e desgastado frente aos funcionários, saiu dos correios e por intermédio de sua irmã se iniciou como "marrequinho" em uma grande rede de supermercados onde passava a receber um salário, além de outros benefícios. Ali, circulou por diversos setores (como "empacotador", "auxiliar de frente de caixa", no açougue, padaria, laticínios e mesmo no estacionamento) durante dois anos, até completar sua maioridade, quando pensava (pela idade e pelo tempo como funcionário) em conseguir uma "promoção"; ao não recebê-la e crescentemente frustrado

com a permanência em suas funções "eu comecei a avacalhar, a ir embora mais cedo, a largar o setor [no meio do trabalho]", além de discutir com clientes e gerentes propositalmente (como quando tentou, com um pequeno corte no dedo, ameaçar um processo à empresa para "ganhar um dinheiro"), faltar ao trabalho, começando a receber advertências e, por fim, sendo demitido por justa causa. Buscando a via do microempreendimento através de um empréstimo de sua mãe, Elton decidiu empreender um "sacolão" no espaço em que ela mesma construíra como extensão da casa (e que chama de "loja", sendo normalmente alugado por sua mãe para uso comercial de terceiros), oportunidade facilitada ao negociar equipamentos e móveis que já estavam instalados com o antigo locatário do espaço. Após uma série de oscilações em sua viabilidade comercial (que variavam desde o desconhecimento das variações sazonais dos alimentos que vendia – seus preços e disponibilidade no CEASA –, o fato de trabalhar sozinho e neste período também frequentar a faculdade, as dificuldades com entregas, concorrência, até problemas com fiado) e desventuras (que resultaram na modificação do espaço para um depósito de bebidas e bar ocasional), Elton se viu falido, endividado, e com o "nome sujo". Após o – bastante difundido – "tempo parado", em que Elton não trabalhou e tampouco estudou (ficando "sem fazer nada"), nosso entrevistado retomou o intenso ritmo da dupla jornada, acumulando instabilidade ocupacional (e.g. atendente de *telemarketing*, pequenos serviços como aplicação de provas) e uma série de projetos de extensão de sua faculdade (recebendo bolsas), até tentar sem criar demasiada expectativa um concurso para auxiliar de portaria, com exigência de nível fundamental. Aprovado, Elton se encontra nesta função há um ano, e embora com ela não possua nenhum vínculo especial, valoriza o maior "tempo livre" para os estudos e os projetos de extensão universitários onde por exemplo leciona português em comunidades ou trabalha com letramento para crianças (em comparação à infinidade de tarefas demandadas pelo "sacolão"), além da menor coerção no ambiente de trabalho (em comparação à disciplina patronal a que era submetido no supermercado, mas sobretudo do "horror" do *telemarketing* onde se sentia um "robô"). Ademais, pela primeira vez Elton possui segurança em relação a seus rendimentos, até aqui tão escassos quanto incertos, e efetivamente reconhece que seu orçamento (cerca de 1,5 salário no total, se considerarmos uma bolsa de graduação que ainda mantém), ainda que de base, lhe possibilita margens que anteriormente não possuía ("hoje eu posso comer num Bob's, antigamente eu num poderia"). A balística de sua trajetória se caracteriza, até este momento, pelo que estamos designando como mobilidade no interior da própria condição popular e na tensão das fronteiras materiais e simbólicas que a caracterizam. O que tenciona estas fronteiras em seu caso é sua capitalização de nível superior em curso, e com base na qual nosso entrevistado considera seu atual emprego como parte de um período de passagem. Mas passagem para onde ou para o quê? Se bem lembramos os relatos de Elton sobre seu percurso escolar e especialmente universitário, o estilo de vida que avalia como pertencente às classes médias lhe estaria absolutamente fora de questão. Ocorre que as coisas não são tão simples, e os horizontes de nosso entrevistado já não se assimilam sem atritos às expectativas presentes no complexo de favelas onde, não obstante, se encontra até hoje. Tendo passado sua primeira infância numa "casa em cima do mangue" para onde primeiro se instalaram seus pais, migrantes rurais, *a relação com sua origem parece se reconciliar em grande medida por uma intermediação estetizante, que supõe um certo distanciamento*. Elton pretende visitar o interior da Paraíba, região materna, para escrever um romance sobre "a história" de sua mãe; inúmeras vezes nosso entrevistado faz menção à necessidade e à intenção de "pesquisar" e "levantar" informações obscuras a respeito da história dos familiares, visando sua escrita. Na verdade, em fase avançada de sua graduação em literatura, Elton já se experimentou enquanto escritor tendo publicado crônicas em três antologias (*Histórias de comunidade*) por uma editora popular, o que chama de "histórias dos conflitos". Esta sua relação com a comunidade onde ainda está inserido

revela toda sua ambiguidade e desnaturalização quando define a proposta desses escritos: sobre "o linguajar marginal, eu tento *literalizar* esses linguajares, e fazer as reminiscências da minha infância e adolescência, *como observador* desses fatos." Entretanto, em contrapartida, afirma que "*por mais que eu cresça, ascenda socialmente, eu acho que culturalmente eu não vou conseguir sair dos muros da favela*. Eu num me vejo em espaços culturais, sei lá, que outra classe social frequente muito. Por exemplo, o Centro Cultural Banco do Brasil, eu não tive formação estética pra ficar vendo quadrinho num sei o que [...], Van Gogh, sei lá, Salvador Dalí. *Agora eu sou também uma espécie de limiar: eu não to inserido dentro da cultura da favela totalmente, e nem dentro da cultura mais... de classe média totalmente. Eu fico nessa balança, eu to lá e to cá*. Eu também não tenho repúdio à cultura popular da favela por eu ter ascendido culturalmente, e também não tenho familiaridade com a cultura de classe média [...], os museus os teatros, os cinemas, os parques, os jardins, os espaços maiores." Nessa direção, indagado sobre a possibilidade de vir a sair da favela onde habita, sua entonação combina incerteza e a habitual agressividade que acompanha sua voz e postura ao falar da "classe média": "é essa a questão, eu ainda tenho essa coisa. Eu pretendo sair da Maré?... [...] [Por exemplo] como aquele carinha que saiu da favela e foi morar num lugar, vamos dizer assim, de possibilidade de mudar de vida... eu não quero ter essa imagem do 'melhorar de vida'. Porra! Se [por acaso] eu saí de lá [...] foi porque eu quis, não foi porque: 'ah, melhorar de vida'!" Ora, Elton tem como projeto profissional a longo prazo se tornar professor universitário, embasado sobretudo em suas experiências com docência pelos projetos de extensão do ensino superior; contudo, reage sobre as implicações existenciais que estima vinculadas a este projeto: mesmo que recebesse mais de 6 mil reais – rendimento que avalia próximo à função – não "romperia" com aquilo que o prende à favela, e o que algumas vezes se mostra como a constatação de uma impossibilidade, em outras, se apresenta como uma opção política deliberada: "'ah, porque agora eu tenho nível superior eu tenho que estar numa camada social de maior prestígio' [suposição que simula para se contrapor]: porra nenhuma! Eu posso querer ficar na favela porque, sei lá, eu num pago luz, água... porque que eu tenho que falar que eu tenho que ascender socialmente? [Termos sempre empregados espontaneamente] O que que é ascender socialmente? Eu acho ascender socialmente é você ser livre pra você fazer o que você quer financeiramente, e [ter disponibilidade] de tempo [...]". Assim, por exemplo, Elton faz questão de registrar em formulários seu endereço com o nome da favela em ocasiões que lhe poderiam ser desfavoráveis como em entrevistas de emprego (no lugar de registrar, como fazem alguns moradores, o nome do bairro ao entorno). E a postura de Elton parece se tornar tanto mais exaltada (incluindo, em alguns momentos, tapas na mesa em que realizávamos a entrevista) quanto mais o estilo de vida que combate se mostre, não simplesmente como algo externo, mas que de alguma maneira o ameaça por dentro; ainda comentando sobre o "receio" que não mais possui com a questão de revelar o endereço de moradia na favela em qualquer ocasião que lhe fosse perguntado eleva o tom: "eu to pouco me lixando pra o que a classe média vai pensar de mim, e eu vou acessar os serviços dela a hora que eu quiser, e se eu me sentir discriminado eu vou processar, tá entendendo? *Tem coisas da classe média que eu não preciso, só que tem coisas que eu preciso. Eu não gosto desse artificialismo: eu me sinto mal quando eu vou no shopping; mas eu me sinto bem quando eu compro*."

O caso a seguir dá seguimento ao conteúdo em foco por meio de uma diversificação das linhas de experiência que constituem *aberturas 'dis-cêntricas' à*

condição popular a partir de deslocamentos imprevistos, já no seio da origem social de nossa entrevistada, ainda em sua pré-adolescência. De migrante de origem rural, "negra", ela se torna trabalhadora doméstica, sendo "promovida" a um estatuto popular-periférico tipicamente lastreado pelo escravagismo, como "filha de criação". Neste caso, se inegavelmente a ambiguidade de sua condição lhe elevou as possibilidades ascensionais, por outro lado as experiências inerentes a suas micromobilidades ocupacionais e a sua capitalização cultural se transubstanciaram ao mesmo tempo em projetos de autonomização moral. Prossigamos.

> Já vimos acima que a experiência religiosa de Fabíola (37 anos, coordenadora pedagógica e ex-trabalhadora doméstica) é incompreensível quando dissociada dos momentos biográficos em que se encadeia, em seu caso particularmente os relativos a problemas de saúde enquanto marcos indeléveis em sua trajetória – não somente no sentido de eventos que a marcaram mas sobretudo que, justamente por isso, demandam um trabalho ativo, reflexivo e hermenêutico sobre o sentido que eles assumirão em sua trajetória, assim como na reconstrução de seus anseios e expectativas. Mas o que destacaremos agora são *outras linhas de experiência* de sua densa e complexa trajetória e que apresentam significativas *aberturas* em relação a sua origem social. Seu pai, analfabeto funcional, desde sua infância fora carpinteiro no interior de uma propriedade rural, tendo falecido há poucos anos com muitos problemas de saúde, dentre os quais o alcoolismo. Na verdade, as "crises de agressividade" em que "espancava" sua mãe consistiram na principal motivação para ela e Fabíola, além de um grande número de irmãos e irmãs em momentos distintos, migrarem para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Sua mãe, assim como seu pai com escolarização praticamente inexistente, deixava então o trabalho rural para – destino típico de sua condição – se inserir no trabalho doméstico. Neste período Fabíola estava com cerca de 12 anos, e sua mãe, já lhe crendo capacitada ao trabalho (no meio rural Fabíola já auxiliava nas tarefas domésticas, na colheita de laranjas e no capino), estimulava a pré-adolescente a "trabalhar em casa de família". Assim, uma irmã que já havia se estabelecido também como trabalhadora doméstica antes da chegada de Fabíola, lhe indicou a "tomar conta de criança" para uma família, com quem passaria também a habitar. No entanto, já em sua primeira experiência laboral no mundo urbano, seu patrão tentava lhe abusar sexualmente, conduta cuja recorrência em nossos relatos apresenta um padrão inclusive etário (a pré-adolescência, além da moradia no local de trabalho), razão pela qual Fabíola então abandonaria a casa. Em outra tentativa, dessa vez para uma nova família, embora o acordo tenha sido igualmente para o cuidado de uma criança, de fato Fabíola passava a realizar diversos serviços na casa ("eu me sentia explorada, já com aquela idade eu tinha uma noção de que eu tava sendo explorada"), de modo que também ali não permaneceria por muito tempo. Até que em mais uma tentativa como trabalhadora doméstica as coisas viriam a se passar de outro modo, e Fabíola passaria, imperceptivelmente, a assumir a figura da "filha de criação", com consequências duradouras para seu percurso ascensional que, assim, gradualmente se afastaria daqueles de seus cerca de nove irmãos, os quais atualmente se distribuem pelo Grande Rio ou sua região de origem. (Dos que Fabíola tem notícias suas ocupações são: um trabalhador da construção civil, um autônomo – "faz biscates" –, duas sendo cozinheiras, e duas trabalhadoras domesticas.) Depois de um período habitando e trabalhando para esta residência (estando então com 14 anos), os patrões (o marido sendo técnico de contabilidade de nível médio, a esposa professora de educação infantil) "conversaram comigo e falaram pra mim que não queriam me

pagar mais porque o sentimento que eles tavam tendo por mim não era mais como uma empregada, e sim um outro tipo de sentimento", de forma que perguntaram "se eu me importava [com esta mudança na relação], se o que eu preferia: ou dinheiro, ou se eu preferia que eles me dessem as coisas, as roupas que eles compravam pros filhos deles [que] comprassem [também] pra mim." Para sermos mais precisos, a resposta já se delineava antes mesmo da pergunta, e Fabíola já se encontrava envolta em um tratamento que não se resumia ao de uma trabalhadora doméstica (por exemplo, seus patrões a presenteavam da mesma forma que faziam com os filhos). Aceitando o convite, Fabíola passava a dividir o quarto com o casal de filhos biológicos dos patrões. Sob esta igualdade ritualizada (mesmo quarto, mesmos presentes, igualmente sendo chamada de "filha"), contudo, as diferenças de tratamento não tardariam a se manifestar.[154] Se a matricularam na escola, e mesmo condicionavam sua permanência na casa à frequência escolar, o faziam na escola noturna, pelo supletivo, o que foi inclusive motivo de repreensão pela escola devido a sua pouca idade, não obstante sendo mantida pelo "escândalo" feito por seus pais de criação. Ao mesmo tempo – diferentemente do que ocorria com praticamente a totalidade de nossos entrevistados e inclusive com Fabíola quando morava ainda com seus pais biológicos – desde o ensino fundamental eles "cobravam muito" seus estudos e deveres de casa; já, no ensino médio, a orientavam a seguir uma formação técnica em ciências contábeis – a exemplo da formação de seu pai de criação. E a *ambiguidade de sua condição, combinando estímulos ascensionais e contraprestação em forma de serventia doméstica, dádiva e dívida*, se perpetuava no fato de que, concluído o ensino médio, nossa entrevistada foi estimulada a "trabalhar fora" embora continuasse a trabalhar em casa, como sempre fizera e de maneira bastante distinta do casal de filhos biológicos (conforme ficasse mais velha, a filha passou a ajudar Fabíola nas tarefas domésticas, mas sempre no que fosse "mais leve"). E assim como Fabíola sentia gratidão pelas orientações recebidas em relação aos estudos, intimamente se "incomodava" por manter suas obrigações de trabalhadora doméstica a despeito de, 'oficialmente', haver deixado de ser ("eu achava que eles falavam que me tratavam como filha, mas que no fundo eu tinha que fazer as coisas dentro de casa"). Especificamente neste período em que Fabíola passava a trabalhar fora, ajudando nas despesas e contribuindo para melhorias da casa, seus fins de semana eram em grande medida voltados à serventia doméstica: "foi onde começou os conflitos, começou minha rebeldia". As advertências de seu novo namorado foram importantes neste aspecto ("eu quero ver se eles vão deixar herança pra você!", provocava), o qual demandava também um maior tempo livre de Fabíola aos fins de semana e estranhava sua situação. Assim, Fabíola resume o conflito que experienciava da seguinte maneira: "*logicamente que eles tiveram alguma coisa de mim, mas eu penso, por toda a trajetória dos meus irmãos, [que] se não fosse a ajuda deles com certeza eu não teria uma formação, não teria o nível superior*". Isso porque, após dispensada de seu primeiro emprego no comércio, nossa biografada foi incentivada por seu pai de criação a utilizar seu tempo livre para tentar o ensino superior, "cena" que a marcou e recorda em detalhes até hoje. Sua irmã de criação já havia, neste momento, passado para faculdade, tendo cursado contabilidade, e Fabíola foi orientada a se reunir com um grupo de estudantes por meio de aulas particulares, as quais sua mãe de criação ajudou a pagar com auxílio de seu namorado. Sequer tentando direito e história, cursos que desejava, considerando que não seria aprovada no vestibular, sua opção veio a ser em pedagogia, pelo qual Fabíola é formada por uma universidade pública. Mas ainda durante sua graduação, sempre acompanhada de dupla, às vezes tripla, jornada trabalho-estudo, período daquela "rebeldia" em que se encontrava afetivamente confusa com a natureza ambivalente dos laços que mantinha com seus pais de criação, Fabíola decidiu sair de casa e morar novamente

[154] Sobre esta temática cf. Azevedo (2013).

com sua mãe biológica. Ruptura? Ora, passados anos desta mudança, no momento da entrevista Fabíola se encontra morando sozinha; sua casa é alugada "da namorada do meu irmão de criação", sintomaticamente na mesma rua da casa de seus pais de criação. Aliás, muitos parentes (irmãs, primas, mãe) moram ou moraram nos arredores, sendo que sua mãe biológica mora a poucos passos de sua casa, praticamente ao lado da residência, maior, dos pais de criação.

Além do impacto desta *experiência 'dis-cêntrica' em relação a sua origem social*, pela qual coexistiam nesta trajetória laços de dependência pessoal e dívida moral com impulsionamentos ascensionais, coexistência vivenciada não sem conflitos internos, outras foram as experiências que gradual mas consistentemente distanciaram nossa entrevistada dos horizontes de possíveis ascensionais de sua família originária. Dentre elas se apresentam com mais relevo as socializações escolar-universitária e aquelas oriundas do fragmentado mundo do trabalho típico da rearticulação econômica em torno ao setor de comércio e serviços. Descrevíamos acima que, ao concluir o ensino médio técnico, Fabíola fora incentivada a "trabalhar fora". E seu início foi estagiando em escritórios de contabilidade justamente exercendo a função de seu pai de criação, como técnica de contabilidade; não se firmando, se inseriu por contratos temporários numa grande empresa do comércio como auxiliar de loja, até, em seguida, assumir a função de auxiliar de escritório em outra grande rede do varejo, nacionalmente conhecida por seus crediários cuja seção foi precisamente a que Fabíola foi alocada, trabalhando na consulta para aberturas de crédito. Ali Fabíola permaneceria por três anos, com carteira assinada, e é através deste percurso trabalhando "fora" – anterior a sua entrada para a faculdade – que nos relata haver modificado seu comportamento declaradamente introvertido. Anteriormente, ainda com pouco menos de 20 anos, ao participar de encontros amistosos e lúdicos envolvendo colegas de seu então namorado, afirma que "eu me sentia muito mal, eu num tinha assunto com elas", o que especifica: "eu não sei se eu me sentia inferior a elas, elas já faziam faculdade, eram ricas [e] eu era pobre, negra, e eles tudo branco... e eu não me sentia bem. Aí teve uma vez que uma falou: 'ah, você é muito introspectiva! Você não participa das conversas, eu me senti muito mal, eu não sabia nem o que significava aquela palavra [introspectiva]. [...] Aí aquilo ficou na minha cabeça: 'ah, eu preciso aprender a falar com as pessoas, eu preciso ser mais social, preciso conversar, perder essa timidez, essa vergonha,...'. [...] Eu sei que eu queria mudar, não queria mais que ninguém pensasse isso de mim." Segundo os relatos acerca de sua experiência no setor de serviços, com *maior ênfase no trato intersubjetivo* consoante àquilo que Wright Mills (1969) caracteriza como *mercado da personalidade*, Fabíola se via compelida a "falar, conversar com todo mundo", e a se tornar uma "pessoa dinâmica" em comparação às exigências do trabalho doméstico. Esta grande rede do comércio varejista "*foi a abertura de tudo, do mundo*", um "mundo" em que convivia com pessoas "mais velhas", com "outra cabeça", onde esta sociabilidade se prolongava para fora do ambiente de trabalho (por exemplo em pagodes ou churrascos), lhe gerando um "deslumbre" tal que terminou por se constituir numa das razões por que Fabíola pôs termo no relacionamento de seis anos com seu namorado (agente de turismo). Após dispensada numa "barca" de demissões, também trabalhou subempregada como vendedora de uma livraria situada numa faculdade particular, onde manteve um bom relacionamento com sua empregadora com quem mantinha constantes conversas que ultrapassavam a esfera profissional (ela a aconselhava por exemplo acerca de suas relações e conflitos familiares). Mas seria o mencionado investimento no ensino superior que viria como que intensificar este desvelamento de novas possibilidades. Neste momento de sua trajetória, assim como os recém-citados Tamiris, Elton e na verdade também outros, o ritmo de atividades empregado em seu cotidiano se mostraria prejudicial a seu desempenho, o que seria lamentado por Fabíola posteriormente. E a razão seria o acúmulo de trabalhos durante sua graduação,

chegando mesmo à tripla jornada em que trabalhava como operadora de *telemarketing* pela manhã, vendedora pela tarde, e cursava faculdade à noite, o que se tornava ainda mais exaustivo por se tratar de atividades alternadas entre cidades distintas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Neste período chegou a ser reprovada em determinada disciplina por faltas e possuía notas relativamente baixas, ainda que suficientes à aprovação: "hoje eu me arrependo, eu queria ter feito a faculdade com a maturidade que eu tenho hoje", lamentando-se especialmente não haver buscado mais oportunidades no meio acadêmico e um maior contato pessoal com os professores, visto que atualmente deseja fazer mestrado ("hoje eu vejo que muitos colegas meus já tão fazendo mestrado, doutorado", justamente os que mantiveram maior "vínculo" com a faculdade). Mas além de momentos com dupla, outros com tripla jornada, Fabíola também vivenciou o desemprego e precisou recorrer ao auxílio de amigos para custear sua passagem à faculdade; inclusive já vimos acima, quando de seus relatos sobre sua experiência religiosa, o quanto a irregularidade e insegurança de sua condição pesaram em sua decisão de adiar uma possível gravidez. E após um "bom tempo desempregada", Fabíola obteve novo posto como auxiliar de escritório, dessa vez em uma empresa de importação/exportação especializada em livros e periódicos acadêmicos. Com efeito, a possibilidade de um cotidiano que não oscilasse entre a exaustão do acúmulo de subempregos e o desemprego, a precariedade e a insegurança, lhe adveio após a aquisição do diploma de nível superior, já que agora Fabíola poderia ser, e foi, contratada como professora de ensino primário através de um processo seletivo simplificado para seu município. Aos poucos, de trabalhadora doméstica a trajetória de nossa entrevistada se constituía *através de uma série de micromobilidades, e suas expectativas já não conviviam sem conflitos com aquelas de sua mãe biológica*. Por exemplo, sua mãe a havia desaconselhado a trocar este último emprego como auxiliar de escritório pelo contrato como professora, ainda que fosse em sua área de formação e com maior salário, e nossa entrevistada sublinha neste aspecto sua "ignorância", ademais sentindo-se desvalorizada pelos juízos maternos ("ah, estuda tanto não sei pra quê, só vive desempregada!"). De fato, seu percurso lhe afastou do que se colocava como natural ao modo de pensar e agir de sua família biológica em diversos aspectos, e Fabíola adquiriu um olhar bastante crítico à maneira como sua mãe lhe inseriu, ainda na pré-adolescência, no trabalho doméstico em "casa de família" ("hoje eu vejo que não [foi uma decisão acertada], eu sou totalmente contra isso"). A respeito de ter concluído o ensino superior, lembra também do "discurso" de sua prima: "você vê assim que eles admiram mas pra eles num... até porque essa minha prima do nada montou um trailer, aí começou a ganhar muito dinheiro, a gente estuda e tá sempre ferrado, então até pra ela o estudo não faz diferença nenhuma, num tem essa noção da importância do conhecimento e do saber, vale mais o financeiro. [Já] minha mãe é [a questão] da ignorância mesmo. Outro dia ela falou do meu trabalho: 'ah, você, tá com a vida boa, que trabalho bom você arrumou...'" se referindo ao tempo maior de que Fabíola dispõe atualmente em casa para preparar suas aulas e também investir nos estudos para uma especialização: "ah, tá cansada de quê? Não tá fazendo nada! Trabalha três vezes na semana, não sei do que você vive cansada..." Sua mãe não compreende quando reclama, por exemplo, de fadiga mental, e Fabíola, indo regularmente a seções de psicologia, leva esse estranhamento à profissional que lhe atende, que tenta por sua vez levá-la a entender a posição de sua mãe, quem, por vir "da roça", atribui mais valor à relação palpável e imediata trabalho-dinheiro, ainda que manual, do que qualquer outra coisa. Com certo ressentimento, seus relatos contrapõem essa atitude materna à valorização e ao reconhecimento que percebe em sua sobrinha (que cursa ensino superior), que a admira e defende dos juízos negativos de outros familiares, em especial sua mãe biológica. Mas o arco de expectativas de nossa entrevistada não se distanciou gradualmente apenas daquele compartilhado por diversos familiares; ele manifesta uma fisionomia na qual se revela uma *negação*, com fortes contornos

afetivos, do próprio mundo da vida de origem. Assim, Fabíola "estabilizou" ainda mais seu percurso ao ser aprovada num concurso, há poucos meses, para o cargo de coordenadora pedagógica (percebendo cerca de três salários). E o novo ambiente de trabalho, já que a escola onde assumiu se localiza num município próximo embora em região com infraestrutura bastante precária e pauperizada, lhe despertou um inesperado mal-estar por lhe desencadear recordações de sua infância em área rural. Já no caminho para seu primeiro dia na escola "aquela primeira imagem me chocou muito, mexeu muito comigo", pois "quando a gente foi [Fabíola e uma amiga] tava chovendo, estrada de barro, a gente se perdeu [e] foi parar quase em Magé [cidade próxima], eu já estressada, aquela coisa toda, [então] quando eu cheguei na escola... veio toda aquela minha infância, me remeteu àquela coisa, do tempo que eu andava à pé, a distância que eu andava pra chegar na escola, estrada de lama, de barro, às vezes tinha que atravessar rio, quando tava chovendo a gente não podia ir pra escola porque os valões enchiam [e] alagavam as ruas, [...]. Cara, na noite que eu cheguei em casa eu chorei muito: 'não quero ir pra essa escola, não quero, não quero, não quero!'" Em sua infância, Fabíola percorria diariamente cerca de 40 minutos por estes caminhos à pé até sua escola, mais ou menos também a distância da Igreja que frequentava com sua mãe, e em decorrência do sofrimento que lhe traz estas recordações até hoje possui "pavor de andar!" Mas com o suporte de uma amiga, e convencida por outra profissional, Fabíola se forçou a tentar permanecer nos primeiros dias, ainda que "chateada" e "revoltada". No momento da entrevista, alguns meses depois de assumir seu novo cargo, sente-se mais ajustada, menos deprimida, e se mostrando algo mais resignada, se bem que afirme se deparar com muito mais memórias de sua infância, das quais assevera: "eu não faço questão de relembrar".

Os relatos acima apresentam, a partir de problemáticas e situações distintas, a estruturação de horizontes que se caracterizam por um *duplo estranhamento*: afetiva, identitária e praticamente conflitivos com o *Lebenswelt* familiar e comunitário, com o compartilhamento de laços e expectativas que em grande parte o caracterizam, porém que em nada se assemelham seja pelas marcas inscritas em sua trajetória, seja pela sua atitude e prioridades perante a vida, às trajetórias de outras frações sociais. Entretanto, haveria uma forma de descortiná-los, estes relatos, não somente a partir de uma caracterização, por assim dizer, duplamente negativa, e portanto a partir da qual assumiriam também uma face positiva, principalmente sem recair nos tradicionais simplismos unilaterais e homogeneizantes impedidos por suas premissas e seus procedimentos reificados de se colocar sequer como questão que as clivagens da existência social muitas vezes consistem no que ela possui de mais substantivo? Se bem observados, os relatos até aqui tratados gradualmente delinearam os elementos que permitem responder a esta questão. Resta explicitá-los.

7 Os horizontes ascensionais norteados pelo “crescer” e sua economia política

Trajetória exemplar (estudo de caso). A centralidade do trabalho como via de autonomização moral aos jovens pertencentes aos meios populares: inserção precoce no mundo laboral, subordinação do investimento escolar e estreitamento do espaço de possíveis ascensionais. A dupla autonomização moral feminina. A centralidade normativa laboral assumindo uma feição predominantemente pragmático-instrumental decorrente da imersão num sistema econômico marcado pela precariedade estrutural periférica. A confluência desta orientação socioeconômica com a mobilização do presente como *meio* para fins que visam, não sua negação unilateral e tampouco sua perpetuação atávico-tradicionalista, mas o evolver de suas potencialidades. A afinidade estrutural entre os horizontes ascensionais baseadas no “crescer” e os limites objetivos à mobilidade popular na periferia do capitalismo mundial. Multideterminação: sem se reduzir unilateralmente às linhas de experiência oriundas das ‘condições materiais’, ou às expectativas engendradas no sistema econômico, estes horizontes as assimilam, e envolvem, numa totalidade existencial mais ampla (no seio das múltiplas linhas de experiência já descritas). A interdependência dos projetos ascensionais ao compasso matrimonial, sua entrecomposição e riscos disruptivos. A fisionomia política do “crescer”: a hegemonia do discurso meritocrático-popular e suas contraforças. Trajetória exemplar: condições de possibilidade de expressão de uma condição popular, através das mediações socializante-experienciais constitutivas de sua trajetória, em fisionomia política.

> Derivar um modelo abstrato do mecanismo dessas economias [“desenvolvidas”], em seu estágio atual, atribuir-lhes validez universal valeria por uma reencarnação do *homo oeconomicus*, em cuja psicologia rudimentar os clássicos pretenderam assentar as leis econômicas fundamentais. (Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, p. 251)

Nos capítulos que se seguiram identificamos que, *do complexo de linhas de experiência constitutivas da condição popular* conforme reconstruídas em nossa investigação, principalmente aquelas oriundas da matriz familiar-comunitário-vicinal de socializações se caracterizam por *tendências concêntricas atuando enquanto emolduração implícita dos horizontes ascensionais*, e isto seja por referência à densidade dos laços, expectativas relacionais e da força da vinculação (enquanto referência tácita) à paisagem local, seja na relação com o tempo e sua ênfase no presente percebido enquanto realização, “estabilização” de margens de segurança ou fruição de ‘conquistas’ que, embora já habituais para outras camadas sociais, participam de uma dignificação dos percursos e narrativas familiares populares. Também identificamos que estas mesmas tendências, por sua vez, longe de internamente unívocas, manifestam *contraforças e aberturas endógenas ou intrasistêmicas* como: a conflitividade e o agonismo *intrínsecos à estruturação relacional familiar-comunitária*, mas também

estímulos ascensionais intrafamiliares mais ou menos latentes; além da cumulatividade das ‘conquistas’ subjacentes à ‘reprodução’ parental que, embora em condição dominada, estabelece as bases que se prolongam na mobilidade filial a qual muitas vezes as pressupõe enquanto condição de possibilidade, e onde os investimentos familiares já sugerem, e antecipam, um certo *enquadramento* quanto a seu escopo de possibilidades ascensionais cuja ruptura ameaça a própria relação familiar que lhe deu origem, demonstrando a ambiguidade do que se convencionou chamar de “capital social”.

Também colocamos em relevo que estas fendas *inerentes* – e não “desvios” – à concentricidade das experiências de origem se estendem, e multiplicam, através de *outras linhas de experiência de tendência ‘dis-cêntrica’ embora igualmente constitutivas da condição popular*. Dentre elas, destacamos muito especialmente aquelas tecidas nas *socializações presentes na expansão do sistema de ensino* (para além de sua capitalização diferencial) enquanto conflito de (e geração de novas) expectativas; na *diversidade de círculos de sociabilidade* (amistosos, esportivos, de cunho geracional, etc., mais ou menos duradouros ou conjunturais ao ciclo de vida) dos quais *o religioso* é o mais importante, além de outros círculos de produção e consumo “culturais” (envolvendo manifestações artístico-expressivas e também à formação identitária, a indústria cultural, as redes digitais); e de imensa importância, ainda com continuidade neste capítulo, as experiências sedimentadas no *mundo do trabalho*, especificamente aquelas que importam a *nosso ponto de vista*, i.e. as *micromobilidades ocupacionais* típicas de um capitalismo periférico e de um mercado laboral precarizado, marcado pela massivo deslocamento do núcleo dinâmico de acumulação ao setor terciário da economia: não se resumindo a *efeitos inerciais* de uma determinada origem social, os percalços e desventuras destes percursos laborais engendram linhas de experiência que caracterizamos por um *duplo estranhamento*, que se refere tanto a seu poder de desenraizamento das expectativas do universo familiar-comunitário de origem quanto, simultaneamente, a um distanciamento, quando não aversão, das expectativas e projetos próprios às classes médias.

A tensão dialética destas linhas de experiência que correspondem à heterogeneidade de socializações por que se constituíram as trajetórias por nós objetivadas não encontra uma ‘resolução’ ou ‘síntese’ puramente lógico-conceitual como numa espécie de teleologia do conceito, e na verdade assim como as contradições

que compõem a vida social em geral não possuem nenhuma necessidade imanente neste sentido – a não ser que tacitamente reduzamos os homens na complexidade de suas injunções existenciais a sujeitos epistêmicos, e as relações inter-humanas a relações de conhecimento ou, ainda mais grave, a relações entre conceitos.[155] Esclarecido isto que nos parece de extrema importância para o entendimento deste capítulo, as coisas se passam como se as orientações de conduta que se norteiam pelo ideal do "*crescer*", cuja recorrência em nossas entrevistas é marcante, de algum modo *pressupusessem* a heterogeneidade experiencial destacada acima, de forma que ele, este ideal, parece expressar em grande medida, não uma 'superação', mas antes e mais precisamente uma *condensação* das linhas de experiência até aqui elencadas, e que não deixa de preservar em sua *historicidade* toda sua ambivalência e indeterminação relativas. Mais: nesta orientação de conduta que é indissociavelmente econômica e normativa transparecem também os limites histórico-estruturais da condição popular periférica. Mas não nos adiantemos. Retomemos nosso caminho.

7.1 Uma trajetória exemplar

A *orientação ascensional* inscrita na conduta socioeconômica de Claudia se reflete em sua sólida recusa da síntese de elementos que conformam sua situação: a estigmatização vivenciada em razão das dificuldades escolares e associada à origem regional; a vergonha em se declarar como trabalhadora doméstica; o lamento pela moradia na favela da qual se anseia o quanto antes o distanciamento; a recriminação direcionada ao marido, pedreiro, que "não sonha" e se rende à "acomodação". No entanto, seu caso é exemplar, não de uma ruptura, mas na medida em que seus horizontes ascensionais assimilam suas experiências de modo afirmativo e catalisador, ele nos esclarece heuristicamente uma auto-objetivação prospectiva pautada pelo "crescer na vida" ou "evoluir". Estas expressões, recorrentes em diversos momentos de variadas biografias, no caso de Claudia se associam a uma imagem idealizada pelo tempo e pela distância acerca de seu meio de origem rural, o qual passa a ser fulcro do grosso dos investimentos familiares (incluindo irmãs, primas, tios, pais) que buscam torná-lo compatível ou à altura do "sonho" da boa-vida familialmente alimentada:

[155] Sobre este ponto cf. Laclau (2013).

Filha de lavradores, "parda", infância e adolescência passadas em área rural no interior do Maranhão, pelo que fora alfabetizada tardiamente, no momento de nossa entrevista Claudia se encontra com 34 anos. Sua migração à região metropolitana do Rio de Janeiro se deu através de uma rede familiar já estabelecida e – através de modo objetivamente provável para sua condição – enquanto trabalhadora doméstica. Logo a seguir a sua chegada, completou o ensino médio por meio de supletivo, complementado com a posterior realização do curso normal, o que lhe possibilitou tornar-se professora da educação infantil, obter melhores rendimentos por hora de trabalho, auxiliar financeiramente os pais e, se afastando de um senso de inferioridade por sua condição anterior, estabelecer parâmetros (e mesmo prazos) para "melhorar de vida" ou "conquistar" determinado espaço de possibilidades existenciais. Neste sentido, o *projeto familiar compartilhado* com duas irmãs de retornar ao Maranhão não deve ser visto como um simples regresso; pelo contrário, pressupõe uma *ampliação deste enquadramento vital de origem, fecundado em suas potencialidades objetivas*.

aquisição de terrenos, (auto)construção de casas maiores, mais confortáveis e com melhor infra-estrutura do que em sua infância, obtenção de ocupações mais qualificadas (e no meio urbano), maior volume de capitais econômico e cultural: nada disso é compreensível enquanto maximização de utilidades marginais artificialmente dissociada das motivações e significações compartilhadas, interdependentes e estruturantes de seus projetos socioeconômicas. Seus próprios conflitos matrimoniais – contradições intrafamiliares estatisticamente invisíveis na medida em que convencionalmente as "unidades de análise", inclusive de classes, são metodologicamente referenciadas simplesmente pela ocupação do cônjuge ou do membro melhor posicionado – manifestam os contornos, e a natureza, destas projeções ascensionais.

Terra, família e trabalho: a comunidade rural

Claudia provém de uma família de lavradores de Boa Vista, meio rural maranhense, em propriedade adquirida por seu avô com o intuito de garantir os meios de subsistência da família estendida. Trata-se essencialmente de uma economia de subsistência em que a grande diversidade de bens gerados (desde a criação de animais como gado, bodes, aves, etc. até a plantação ou cultivo de hortaliças, legumes, frutas e "tudo o que você possa imaginar") era voltada à reprodução simples familiar (em um paiol se armazenava alimentos para "praticamente o ano inteiro"). Se de fato comerciavam alguns alimentos, como milho e farinha de mandioca uma vez por semana em feiras nas cidades próximas, o objetivo era a aquisição de outros alimentos ou utilidades que não eram produzidas na "roça" (vestimentas, utensílios, instrumentos, materiais). A infraestrutura comunitária consistia basicamente dos investimentos e autoconstruções familiares (casas de pau-a-pique, ausência de água encanada, de energia elétrica, fogão à carvão). Neste relativo isolamento (a cidade mais próxima era Caxias-MA), a

vizinhança nada mais era do que a continuação e território da família estendida, principalmente materna (avós, tios, irmãos, primos, etc.), embora a família paterna (ainda mais numerosa) morasse à distância curta e facilmente percorrível a pé ("todo mundo pertinho", "tudo parente"); em ambas as linhagens, a agricultura familiar de subsistência atuava como eixo em torno do qual se nutriam os laços familiares.

Seus pais e praticamente todos os integrantes da família que trabalhavam nos "roçados" não eram alfabetizados. Normalmente os professores designados para lecionar nas proximidades do meio rural onde moravam desistiam após poucos meses, no que resultou que Claudia já adolescente, a exemplo de toda a geração mais jovem, permanecesse não-alfabetizada. Seguindo a rotina e a tradicionalmente rígida divisão sexual do trabalho comunitário-vicinal (não é preciso anotar que seu pai nunca realizou tarefas domésticas, o que acarretava uma dupla função para sua mãe que, além do roçado, era incumbida dos afazeres do lar), Claudia iniciava aos poucos, por volta dos 8 anos, seus trabalhos na plantação e colheita, na criação de animais, além dos serviços domésticos como, por exemplo, transportar latas d'água para o abastecimento da casa. No entanto, residindo com outros parentes na casa da avó (pelo excesso de irmãos na casa dos pais, se bem que ambas as moradias fossem vizinhas), devido a sua avançada idade exclama em tom de lamento e com a feição grave: "eu fazia era tudo..."

Migração, trabalho doméstico, escolarização tardia e "vergonha"

Tendo o exemplo palpável de alguns parentes como sua prima e sua irmã, jovens como ela própria, se deslocando para estudar na cidade de Caxias-MA, a adolescente se sentia frustrada "porque eu ficava pensando assim: 'pô, daqui a pouco todo mundo sabe alguma coisa, todo mundo vai tentar *evoluir*, fazer alguma coisa da vida e eu fico aqui *parada*, só quebrando coco e trabalhando de roça, aí não dá.'" Assim, aos 14 anos e acompanhada por uma de suas primas, Claudia buscou lhes seguir o passo ao se matricular na alfabetização na mencionada cidade. Ao não conseguir se inscrever para o turno escolar matutino pela sua avançada idade comparada às crianças de 6 ou 7 anos, sendo direcionada portanto ao turno da noite juntamente aos adultos, a decepção lhe vinha corroer a imagem que fazia de si frequentando a escola do modo convencional (com uniforme, outras crianças, brincadeiras,...). É neste momento que, sempre bem-receptiva à entrevista, Claudia demonstra claro desconforto emocional ao relatar ser alvo de zombarias por parte dos outros alunos – inclusive adultos – que não se restringiam a evocar seus modos interioranos (conforme vimos em outros casos no capítulo anterior): os momentos em que os professores demandavam a leitura em classe, quando gaguejava e apresentava dificuldades, eram propícios a um intenso sentimento de "vergonha" e "medo de errar" ("aquilo era horrível") que a impeliam a um isolamento voluntário na sala de aula. Ao mesmo tempo em que perfazia seus primeiros anos de experiência escolar sem interrupções, a

adolescente se deparava com outra experiência inédita para si, contudo *objetivamente provável para sua trajetória*: o trabalho como doméstica (desempenhando a função de "babá", sete dias por semana embora retornasse todos os dias para dormir em casa), percebendo menos da metade de um salário, valor normalmente repassado à família. Este período de três anos em Caxias já lhe prenunciava outro marco biográfico fundamental na constituição de seu horizonte ascensional: a migração para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Assim como iniciou seus passos de estudante juntamente ao trabalho doméstico em cidade próxima na companhia de uma familiar, sua migração inter-regional aos 18 anos se deu acompanhada de uma irmã, ambas vislumbrando um leque mais amplo de oportunidades de emprego e melhores rendimentos. O trabalho doméstico lhes seria a tradicional porta de entrada, da mesma forma que o foi para uma terceira irmã, esta já instalada no Rio de Janeiro e justamente quem incentivou a vinda de ambas – para não mencionar que esta última, por sua vez, teria ela mesma migrado pelo estímulo de outros familiares na mesma condição, i.e. trabalhando em "casa de madame". Efetivamente o salário de Claudia (cerca de um salário, sem carteira assinada), que passava a morar e trabalhar em residência situada num 'bairro nobre', já mais do que dobrava em face ao que obtinha, pela mesma ocupação, no Maranhão. Não obstante, o principal móbil das sucessivas micromobilidades que inflectirão sua trajetória, veremos, fora sem dúvida a *manutenção de seu investimento escolar*, não interrompido com a migração. Claudia havia migrado em posse dos documentos necessários à continuação de sua escolarização e, em poucas semanas, retomou os estudos em escola pública na nova cidade. Solicitando a professora para refazer a terceira série (que havia concluído em Caxias) com receio de dificuldades, compatibilizou seu tempo com o trabalho matriculando-se novamente à noite pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos. E precisamente no relato da continuação de seu percurso escolar, o desconforto emocional e o retraimento no tom de voz voltam a transparecer em sua expressão corporal, denotando a maneira como estas memórias estão inscritas em sua estrutura subjetiva. À exceção dos "evangélicos" presentes à turma, a troça com suas dificuldades na leitura, associadas à origem de seu sotaque, vinha por parte dos outros adultos e ainda em maior intensidade dos adolescentes no que sentia explicitamente como "preconceito". Mas não fora essa a razão pela qual Claudia se veria compelida a interromper sua escolaridade por muitos anos após cursar a terceira e quarta séries enquanto trabalhava como doméstica. O fato novo era sua gravidez não planejada – de sua única filha, que atualmente está com 13 anos – acompanhada da decisão de morar com seu novo companheiro, na verdade, seu primeiro engajamento duradouro.

Roberto era açougueiro, e com ele Claudia adquiriu "esse quartinho aqui" (o qual me sinaliza) na favela por meio de uma reserva financeira que havia feito na ocasião de seu primeiro ano de trabalho como doméstica já na região metropolitana do Rio. Isso porque o

pequeno espaço apontado correspondia exatamente a 'casa' em que vieram habitar em seus primórdios, e que consistia inicialmente de dois cômodos (apenas um quarto que também funcionava como cozinha, e um banheiro), sendo então paulatinamente autoconstruída através de muitos anos por Roberto, que adquiriu tal competência na medida em que passava a se ocupar também como pedreiro, seu emprego ainda hoje.[156] No entanto, este novo marco biográfico (pela primeira vez morando em uma favela, habitando com um companheiro, assumindo o papel materno) parecia não realizar inteiramente suas aspirações e, ao invés, lhe advinha o sentimento da necessidade de descortinar novas possibilidades. Claudia permanecia como trabalhadora doméstica, porém desta vez em outra residência, com carteira assinada e percebendo em torno de 1,5 salário ao mesmo tempo em que, relembra, "eu ficava pensando assim: daqui a pouco [a minha filha] vai crescer, vai pra escola, [e] quando ela tiver na escola e eu assinar o boletim dela ou alguma coisa eu vou colocar, poxa, [que] trabalho em casa de família e tal?! Eu sempre tive essa coisa comigo." Indagada se de algum modo se envergonhava da ocupação de trabalhadora doméstica confirma gestualmente, reconstituindo sua auto-objetivação naquele período: "*tenho que* estudar porque eu *tenho que* arrumar outra coisa melhor pra fazer na vida", enquanto se questionava: "ah, vou ficar minha vida inteira trabalhando na casa dos outro, limpando casa dos outro? Eu nunca quis isso. Eu falei: não tem outra coisa pra mim fazer [por enquanto], [então] eu vou ficar fazendo isso mas eu vou estudar, eu posso até não conseguir mas, [...] pelo menos eu tentei... *porque covarde não é o que não consegue, covarde é o que não tenta, não é isso?*" Sintomático deste sentimento negativo perante sua condição é o fato de descobrirmos, por meio de relato de pessoa próxima, a omissão de Claudia durante a entrevista de que, mesmo atualmente com 34 anos já como professora da educação infantil, continua a realizar faxinas (no valor de 50 reais a diária) duas vezes na semana. Não obstante veremos que este sentimento de inferioridade transmitido discursiva, corporalmente e ainda por meio de seus silêncios seletivos a respeito de sua origem social, de suas dificuldades escolares e de sua ocupação não obliteraram, muito pelo contrário, seus projetos e aspirações do que evoca por "*evoluir*". Ao mesmo tempo, a irredutível concretude vivida pela síntese de experiências estruturantes de seu sistema de personalidade nos permite compreender *a significação profunda destes projetos os quais consistem antes em uma fertilização das potencialidades de seu mundo de origem, sua reabilitação, do que em uma simples estratégia mais ou menos consciente em socialmente ascender de modo abstratamente*

[156] As melhorias estruturais da casa são evidentes e alternam o conforto de condições econômicas mais favoráveis (a sala dispõe de um grande aparelho televisor LCD, canais por assinatura, pisos de azulejo e a maior parte da casa emboçada, possuindo ar condicionado, e todas as mobílias e eletrodomésticos comuns às habitações das frações médias) com partes ainda tipicamente 'favelizadas' (paredes sem emboço, materiais de infraestrutura e obras à mostra). Atualmente possui dois quartos (ampliados para além do primeiro, que virou apenas uma dispensa), cozinha, banheiro, quintal, etc., um deles sendo exclusivo da única filha do casal, confortavelmente equipado com aparelho televisor, computador com acesso à *internet*, além de aparelho de ar condicionado.

ego-referenciado, rompendo com os laços de seu passado. Este horizonte ascensional se compõe de uma constelação de expectativas, anseios e projetos propelidos muitos dos quais *em conjunto com suas irmãs e outros membros da família*, horizonte tão estranho ao americanismo e eurocentrismo metodológicos enquanto suportes sub-reptícios ao paradigma da *individualisation thesis* quanto a um suposto atávico apego "tradicionalista" à eterna reprodução dos valores e da vida comunitária – na verdade a contrapartida ficcional da *pseudouniversalidade deste mesmo paradigma*. E a partir deste horizonte veremos que as tensões em seu matrimônio, e que afetam o cerne de sua vida familiar, demonstram na verdade *as contradições entre duas modalidades distintas de orientações socioeconômicas* e que condensam deste ponto de vista, inclusive no seio de uma mesma família e de um mesmo casal, a *heterogeneidade constitutiva das frações populares*.

O "crescer na vida" e as clivagens intrafamiliares

Após alguns anos divididos entre o trabalho como doméstica, dona de casa, e os cuidados com a filha ainda criança, Claudia enfim retomava os estudos à noite realizando um grande esforço para não faltar às aulas. Suas dificuldades com as disciplinas não eram poucas, especialmente com o português e nos exercícios de interpretação textual, o que resultou em sua reprovação na sétima série. Após isso, passou a se levantar durante a madrugada para estudar – prática mantida atualmente, dessa vez para preparar seus relatórios no trabalho – único momento em que parecia conseguir se concentrar. Já no ensino médio, sua opção foi pelo supletivo (com duração de um ano e meio), o que lhe permitia afinal com o diploma em mãos deixar seu emprego que perfez um total de doze anos na residência dos mesmos patrões. Sua entonação neste momento do relato exprimia fadiga com sua vida anterior: "eu tava cansada de limpar casa dos outros. Sabe o que é você estar cansada? [...] Eu tava de saco cheio...". Sua primeira alternativa ocupacional, uma creche comunitária, se lhe apresentou através de contatos pessoais de sua irmã, e nela percebia menos do que o 1,5 salário anterior. Sua função era auxiliar de educação infantil (com carteira assinada), trabalhando no berçário (com higienização, alimentação, recreação). O fato de o convênio da creche não ter sido renovado com a prefeitura não lhe foi problema dado que o "capital social" de Claudia associado à sociabilidade na favela e aos integrantes de sua família na cidade lhe possibilitou imediatamente obter vaga em outra creche comunitária, aliás a mesma que se encontra hoje em dia. Mas há uma diferença: desta vez Claudia, além do ensino médio, havia complementado sua formação por meio de um supletivo em curso normal (realizado separadamente e após o ensino médio) o que a habilitava, além de lidar com crianças e não mais bebês, também a lecionar: neste momento de sua trajetória, Claudia é professora da educação infantil (com carteira assinada), posto assumido há cerca de um mês. Dentre suas novas funções se encontram atividades menos voltadas aos cuidados com o corpo da criança e proporcionalmente mais dedicadas a sua

formação cognitiva, motivo pelo qual lhe é obrigação profissional fornecer relatórios de suas atividades, além do planejamento e preparação de atividades pedagógicas. Seu atual rendimento é cerca de 1,5 salário, maior do que percebia como auxiliar de creche e trabalhando metade da carga horária anterior, valor da hora/trabalho também valorizado em relação às passadas ocupações como trabalhadora doméstica.

Neste processo é preciso ressaltar o importante papel desempenhado por uma de suas irmãs – a mesma que a estimulou a migrar para o Rio de Janeiro, sua atual vizinha na favela, com diploma de nível superior – na perduração de seus investimentos escolares e na ampliação de suas expectativas. Com sua referência e exemplaridade, para além de uma visão negativa da favela (para sua irmã a vista seria "a única coisa que presta" no local) efetivamente por ela transmitida e compartilhada por ambas, Claudia se recusou a se matricular na opção para formação à distância no recente supletivo para normalista, acreditando que presencialmente se "aprende mais". E é com esta mesma sólida preocupação em prolongar seus investimentos educacionais que pretende cursar uma faculdade. Embora sua preferência pelo curso de história lhe tenha sido inviabilizada porquanto a mensalidade em uma faculdade particular expenderia custos incompatíveis com seu salário, e embora esteja igualmente incerta acerca da possibilidade de arcar com as mensalidades do curso de contabilidade, segunda opção, Claudia se mostra resoluta em sua decisão de entrar para o ensino superior: "eu num vou parar não, vou continuar. Eu falei com [minha filha]: [...] nem que eu trabalhe na área do que eu não fiz faculdade, mas pô pelo menos eu fiz! [...] Quando eu tiver 40 [anos] eu quero ter feito uma faculdade! [Seja] de história, de alguma coisa eu quero ter feito! [...] Quando eu tiver com 40 a gente conversa!" [risos] Como terceira possibilidade e mais próxima de sua realidade orçamentária estaria o curso de pedagogia, bastante comum entre as classes populares, que em sua percepção possui afinidade com sua atual ocupação, além da segurança de que esta formação se revestiria para "arrumar emprego" em sua terra natal. E, claro, contrastando com sua anterior ocupação como trabalhadora doméstica e o senso de vergonha que a acompanha – e sua omissão em nos relatar que ainda mantém esta alternativa ocasionalmente, como segunda fonte de rendimentos – declara estar "gostando à beça" da experiência neste novo universo profissional.

Este impulso em prosseguir com os ativos de qualificação não deixa de se manifestar em uma espécie de estado psicossomático de constante ansiedade pelo qual o receio de permanecer em sua atual condição socioeconômica – personificada em seus olhos pela figura marital – se transubstancia em uma dificuldade ou mesmo recusa a se manter por muito tempo no ambiente doméstico "pra mente num ficar parada, tipo assim ficar de manhã dentro de casa, aí meio-dia vai para o trabalho, aí o trabalho é de uma às cinco, aí fica muito aquela rotina, só dentro de casa, entendeu? [entonação simulando languidez] Aí acordo cedo, fico olhando de um

lado pro outro. [O possível curso de] contabilidade só é a noite, mas aí de manhã quando eu acordasse, tem alguma coisa pra ficar estudando, ficar lendo, pra sempre ir movimento na mente, pra num ficar parada." Sua mencionada carga horária de 4hs diárias, no turno da tarde, como professora da educação infantil lhe deixa um tempo que deve ser capitalizado de qualquer maneira, evitando ao máximo a negativa sensação de "ficar em casa à toa". Em sua rotina, após finalizar rapidamente o "serviço de casa", lhe angustia permanecer em frente ao aparelho televisor (como seu marido nos momentos de folga), e Claudia não demora em oscilar entre pequenos atos irregulares que não fazem mais do que denunciar este sentimento, redobrado por estar em casa também durante a noite. É neste contexto que decidiu recentemente começar a leitura de um livro de filosofia voltado ao ensino médio[157] descoberto pelo contato com a disciplina durante este ciclo escolar ("me amarrei nesse livro"), agora por sua própria conta, visto que "aquilo me interessou muito" e, de modo mais pragmático, encontrava-se há poucas semanas pesquisando os valores de cursos preparatórios para concursos públicos. Apesar disso, como mencionamos, a recusa em permanecer em sua condição não consiste em uma mera renúncia a tudo o que se passou em seu atual marco biográfico, requerendo o maior número de aportes possíveis. Se trata, por conseguinte, de um *projeto familiar* que se temporaliza *em anos*, se consolidando *cumulativamente* por meio de todo um feixe de investimentos culturais e econômicos: além da referida pretensão em cursar e terminar o ensino superior, Claudia possui uma poupança cujo fim não é outro senão "voltar pra casa", propósito pelo qual também já adquiriu um terreno próximo à residência dos pais nele visando construir uma casa (cf. figura 1 abaixo). Não consistindo num simples retorno à origem rural e à vida comunitário-vicinal do modo como haveriam sido desde sempre, há a tentativa, por assim dizer, de sua reprodução ampliada e investida, por meio de outras ocupações (mais qualificadas), além de ampliadas expectativas socioeconômicas. Inclusive, este retorno familiarmente planejado se destina àquela cidade de Caxias-MA, meio urbano onde hodiernamente seus pais habitam, o qual se distingue não menos das anteriores casas de pau-a-pique autoconstruídas "no meio do mato" de sua infância e adolescência onde "não tinha nada" do que, de outra parte, da favela em que vive e avalia tão criticamente. O recente exemplo da morte de um familiar no Maranhão gera em Claudia uma sensação de não-plenitude por estar distante "de casa, da minha família", assim como de impotência em auxiliar seus parentes, mencionando por exemplo os problemas de saúde e a idade avançada de seus pais, os quais somente consegue visitar cerca de uma vez a cada dois anos. Quase todas as suas irmãs, também migrantes, querem voltar e assim como Claudia estão "de saco cheio", sendo difícil "ficar quinze anos, vinte anos, longe de todo mundo, sabe? E ficando com uma certa idade a gente quer voltar; *a aventura tá acabando*." Ressalta que sua filha "já tá criada, daqui a pouco arruma emprego" e, sintomático da

[157] Trata-se de do livro *Temas de Filosofia*, e seu marcador de leitura se encontrava na seção "Concepções do Homem".

intensidade deste plano materno, sua própria filha nascida na região metropolitana no Rio de Janeiro interiorizou esta aspiração como sua,[158] com aquilo que lhe é inerente: a repulsa da vida na favela.

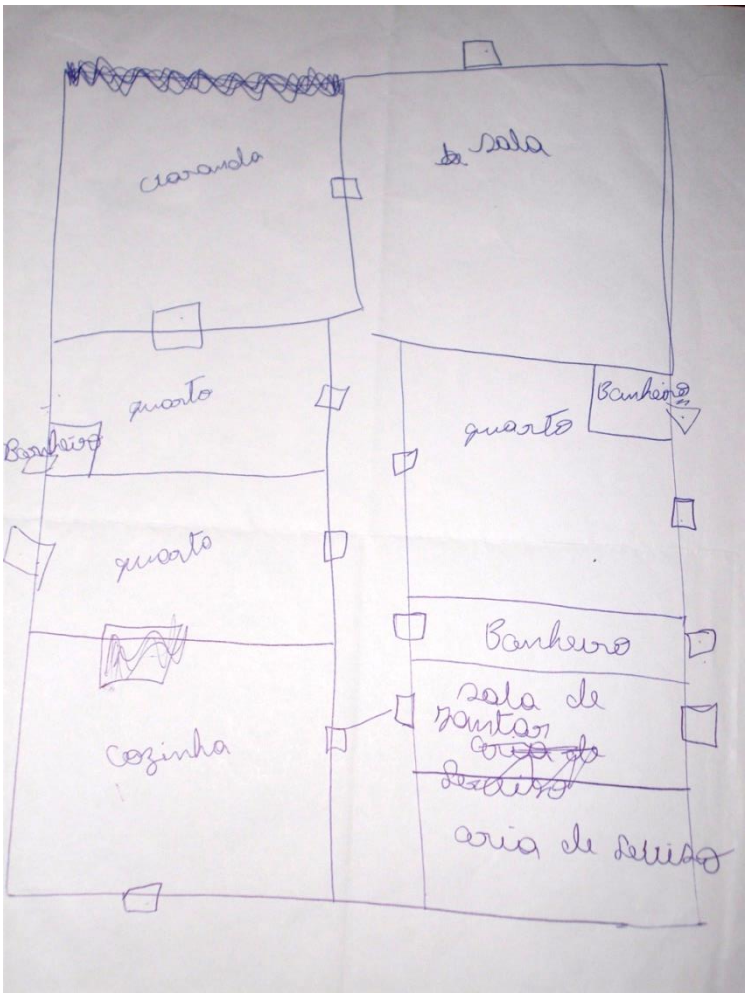

Figura 1: esboço da casa planejada por Claudia ("eu quero fazer daquele jeito que você viu ali ó") em terreno já adquirido em Caxias-MA, com infraestrutura,dimensões e quantidade de cômodos superiores às antigas habitações de pau-a-pique de sua infância e adolescência. Um irmão que também já possui retorno previsto iniciará a (auto)construção.

Por outro lado, argumentamos também quão ingênuo seria supor que a tessitura de tal projeção, com toda a materialidade de afetos que envolve, seria isenta de contradições internas. Este conflito é tão mais intenso na medida em que as heterogêneas modalidades de auto-objetivação prospectivas em questão no seio das classes populares, inclusive ascensionais, se manifesta com muita frequência, como é o caso, permeando a afetividade dos laços constitutivos de uma mesma família. Assim, quando nos esclarece sobre a posição de seu

[158] Após a entrevista, sua filha afirmou seu desejo de sair da favela e habitar no Maranhão, embora tenha nascido e vivido apenas no Rio.

companheiro nesta aparentemente irrevogável decisão de retorno, nossa entrevistada responde: "ele vai lá conhecer, se ele quiser ir... se ele não quiser ele fica aí! [*Você tá decidida a ir de qualquer maneira?*] Eu to." Posteriormente, em determinado momento da narrativa ao mencionar sua intenção em entrar na autoescola ainda este ano, Claudia nos relata em tom de desabafo a respeito do marido: "também o Roberto *num sonha em algo melhor*, [...] tipo assim fazer de manhã pra comer de noite, *ele num sonha* em estudar, entrar na autoescola, tentar comprar um carro, um dia sair desse morro, comprar uma casa, *e eu sonho em algo melhor*, em *coisa melhor*, entendeu? Então se ele não sonha, parou no tempo, eu vou embora. Num vou ficar *estacionada* junto com ele certo? [...] [Ele] estacionou, num quer nada: só vai lá pro trabalho, chega, come, deita no sofá, vê televisão, dorme. [...] E essa vida aí eu num quero pra mim não." Se mostrando descontente à sua acomodação na favela, ignorando problemas como dificuldade de acesso, tiroteios, a presença próxima a sua casa do narcotráfico, etc., a insatisfação de Claudia ressoa em seu companheiro que, por sua vez, a acusa de "mania de grandeza" ao se referir ao investimento educacional nos estudos da filha e à transmissão, também a ela, de suas aspirações (no caso, o pagamento de um curso de idiomas e também de uma professora particular de matemática, além do desejo de que a filha curse um bom colégio, preferencialmente privado ou público federal, curse uma faculdade,[159] se afaste da ambiência da favela,...). Da perspectiva de Roberto, tal atitude não seria senão um estímulo para a filha lhes "dar um chute na bunda", ou seja, abandoná-los na primeira oportunidade. E quando Claudia lhe compartilha a possibilidade de por ventura adquirirem uma casa de praia em Ponta Negra (distrito do município de Maricá-RJ), Roberto se ofende, a acusando de não estar satisfeita com as condições de vida que ele se esforça por oferecer. Neste quadro, Claudia reclama ser "muito ruim conviver" com alguém que "não quer *crescer* na vida". Em sua visão, ele "pensa pequeno" e o gestual com as mãos sobre o rosto mimetizando antolhos é o utilizado em complemento à avaliação negativa do estilo de vida marital.

De fato, este projeto parece envolver prioritariamente a constelação de relações e afetos familiares de Claudia, em sua forte vinculação a sua família de origem. Seus pais e também outros parentes no Maranhão anunciam aos familiares no Rio de janeiro o surgimento de oportunidades, e Claudia assim como suas irmãs enviam recursos quando o juízo é favorável ("todo mundo já tem terreno lá"). É desta forma que todas as irmãs já possuem terrenos próximos uns aos outros, nos quais incentivam o uso e a autoconstrução por parentes quando necessário, além de lhes auxiliar financeiramente "quase todo mês". Claudia, por exemplo, possui dois terrenos – em um deles um tio, já idoso, construiu uma casa com seu incentivo. Bastante distinto é o caso de Roberto em que grande parte de seus familiares habita a mesma

[159] Sua filha lhe externando o desejo de cursar uma faculdade de biologia, Claudia a desaconselhou argumentando sobre as dificuldades em ser professora, indicando como alternativa a biomedicina que, mesmo sem saber exatamente o que seja, imagina um caminho melhor remunerado e mais valorizado.

favela onde se encontra e cuja *importância dos laços* justifica, a seus olhos, aquilo que para Claudia se traduz por uma atitude "acomodada". De qualquer modo, este projeto ascensional (fundamentalmente composto por um *entrelaçamento* com as intenções de outros membros da família por um lado, e pela recusa do estilo de vida que o marido representa de outro) apresenta um *sentido* – na *dupla acepção* sempre realçada por nós – tão irredutível à mera racionalização na busca de "interesses" Egoreferenciados quanto, de outra parte, à postura conservadora de alguém que, palavras de nossa entrevistada, "pensa pequeno" ou "num sonha com nada."

Dessingularização de sua condição

A maneira como Claudia associa as melhorias nas bases socioeconômicas de sua família, e também aquelas que avalia significativas na área rural de origem em que habitava (como a disponibilização de energia elétrica, água encanada, postos de saúde, professores e transporte escolar, o que nos fora 'demonstrado' através de fotos), com seu posicionamento político é nítida. As contrasta com uma possível invisibilidade das mudanças nas grandes cidades, no que afirma conversar com suas amigas que "Fernando Henrique foi o presidente dos ricos, e Lula foi o presidente dos pobres!" [risos] Em sua opinião o segundo "ajudou muito a população, muito, muito mesmo. Se você vê os interior, as cidadezinha, como que era antes e agora depois desses dez anos desse governo deles, como que mudou. Mudou muito, muito, muito mesmo. Cresceu muito." O elogio também a Dilma Rousseff, em quem votou nas últimas eleições presidenciais, prolonga sua valorização das política mais voltadas às camadas populares e sua expectativa é de "que ela não mude muita coisa, que continue bonitinho" o projeto de seu predecessor, destacando precisamente aquilo que afeta a sua vida e a de sua família como, por exemplo, sua preocupação com ampliação de creches, especialmente em regiões mais pobres. Da mesma forma, ao expor sua visão acerca do que se convencionou chamar de desigualdade de oportunidades, nossa entrevistada *dessingulariza* sua própria condição familiar ao explicitar em seus próprios termos o que avalia como tendência autoreprodutiva da situação daqueles que recebem "herança" familiar assim como dos que possuem "mais oportunidades de estudar, conseguiram bons empregos, fizeram boas faculdades e daí vai o processo: aí os filhos estudam nas melhores escolas, fazem os melhores cursos, arrumam os melhores empregos. Aquele lá que é menos favorecido estuda na rede pública mesmo, faz num mau cursinho mesmo, e vai ficando sempre assim, sempre tendo essa diferença." Neste quadro, e sempre em seus termos, sugere que o Estado deveria atuar na contratendência a tal mecanismo, especialmente por meio da equalização da qualidade da escola pública à privada (com treinamento de professores, exemplifica) de modo que não seja necessário o uso de cotas, embora as considere justas neste meio tempo, paliativamente ("pra dar uma levantadinha"). Esta *transmutação da condição existencial em expressão e posicionamento político* não deriva de nenhuma vinculação institucional ou partidária. Além de não ser filiada a sindicatos, na verdade Claudia nunca se

colocou a questão de ser considerada de esquerda ou direita ("nunca parei pra pensar nisso não"). Seus posicionamentos consistem na objetivação de sua trajetória naquilo que possui de mais *pragmático em sua íntima articulação a seu projeto ascensional* e a sua postura ativa, mas *sem rupturas*, em prol de *fazer florescer as potencialidades do que se é*: em seu discurso não há espaço para conservadorismo, tampouco para propostas 'revolucionárias'; ao mesmo tempo, quando ainda no âmbito de seu posicionamento político criticava a postura de sua irmã que joga na megasena, como que a espera de um 'milagre' e auxílio externo, sem mencionar os juízos quanto à postura do próprio marido, o que se manifesta é uma *atitude meritocrática* e voluntarista condizente com a narrativa identitária forjada em seu percurso: em oposição ao "ah, eu queria *ganhar*" da irmã (que supõe uma *passividade*), autovaloriza sua postura em que "eu gosto mais de *conquistar* mesmo... *eu vou lutar*, vou conquistar isso, vai demorar, vai ser difícil, mas eu vou à luta: eu penso mais assim." Sobre essa atitude voltaremos com maior precisão ainda neste capítulo, pois ela marca a expressão política da trajetória da quase totalidade de nossos entrevistados, e possui importância decisiva no que já enunciamos como os limites histórico-estruturais da condição popular periférica. Mas é preciso, antes, continuar o esclarecimento do amálgama de experiências que se condensam sob o ideal do "*crescer*".

7.2 A centralidade do trabalho como via de autonomização moral, e os efeitos não-intencionais de reforço à condição dominada

Inserção precoce no mundo do trabalho, subordinação do investimento escolar, e estreitamento do espaço de possíveis ascensionais

A centralidade do *trabalho* enquanto *via de autonomização moral* na constituição identitária dos jovens oriundos dos meios populares, inclusive para as mulheres contemporaneamente, possui evidentemente múltiplas e não-planejadas implicações para os horizontes de seus possíveis ascensionais. Não é somente o fato de se encontrarem *envoltos* desde a primeira infância – e o vocábulo *envoltura* também pode designar um pano ou manta sob a qual se envolvem, e protegem, crianças – em um feixe de relações, vinculações territoriais, e em identificações afetivamente mediadas a exemplaridades reprodutivas, em resumo num conjunto de experiências cuja densidade caracterizamos como *concêntricas*, o que torna a balística das trajetórias ascensionais-populares distintas de tudo aquilo que sinalize uma decisiva ruptura com sua condição de origem; afinal, aquelas outras linhas de experiência intrafamiliares que impelem à

abertura e ao descentramento familiar-comunitário-vicinal, cuja tutela parental e a dependência econômico-moral são muitas vezes sentidas, desapreciadas e repelidas, ainda que impliquem neste caso numa busca de "liberdade", ademais em tudo consoante às expectativas de transição a um novo ciclo de vida (ou à entrada na "vida adulta"), também atuam por sua vez *constringindo* o espaço de possíveis ascensionais. De que forma linhas de experiência díspares podem levar, num aparente paradoxo, a desdobramentos semelhantes? Pela orientação econômico-normativa que em ambos os casos se alicerça na valorização quase incondicional conferida ao trabalho numa condição dominada, na medida em que num caso como noutro, quer através da maior ou menor *envoltura* nas linhas de experiência de densidade concêntrica ou, ao invés, na firme resolução da *recusa* em seus traços julgados tutelares e mesmo infantilizadores, a *inserção precoce no mundo laboral comparativamente aos jovens de outras classes sociais* se apresenta como o mais evidente, e mesmo imperativo, *caminho*, não sem duradouros e cumulativos efeitos.[160]

É nesta direção que no Brasil e com poucas variações entre formações sociais latino-americanas, entre jovens de 12 a 17 anos de ambos os sexos, tanto maior o capital cultural familiar verificado (cuja influência é consideravelmente maior do que o capital econômico ou mesmo do que a situação ocupacional),[161] maior a tendência ao investimento dos filhos *exclusivamente* na institucionalidade escolar, e correlativamente menor na dupla jornada (trabalho e estudo), e por consequência mais tardia e capitalizada sua inserção no mundo do trabalho; o caminho da '(sub)proletarização' precoce sendo mais típico aos adolescentes e jovens oriundos das camadas populares, efeito que se apresenta ainda mais nítido no caso brasileiro a partir da idade correspondente ao fim do ensino fundamental (por volta dos 14 anos, idade na qual passa a haver regulamentação jurídica ao trabalho).[162] (IBGE, 2008, p. 48-61; Corseuil et al., 2001, p. 2; 12; 34) Em relação às trajetórias biográficas reconstruídas, é

[160] Para investigações diversas sobre o sucessivo encadeamento de caminhos cumulativos e irrevogáveis, ocasionados por eventos e bifurcações biográficas ou coletivas, Cf. Bessin et al. (2010).

[161] As áreas rurais apresentam uma precocidade laboral, e de desinvestimento escolar, ainda maior do que a registrada nas áreas urbanas, e as crianças e adolescentes do sexo masculino ligeiramente mais do que as mulheres. (IBGE, 2008, p. 60; 71; Corseuil et al., op. cit., p. 16)

[162] A morfologia da institucionalidade escolar no maior complexo de favelas do Rio de Janeiro, cuja ampliação se deu de modo negociado com as demandas de seus habitantes, sugere exemplarmente a subordinação do investimento escolar à centralidade do trabalho: das 17 escolas públicas instaladas na região, apenas 3 dispõem do ensino médio, sendo duas apenas noturno, *pressupondo* a dupla jornada. (Censo da Maré, 2014, p. 18) Não é preciso lembrar que os efeitos desta ação estatal, em grande medida impelida e "justificada" pelas prioridades de seus moradores, não faz senão reforçar as probabilidades de perpetuação de uma condição dominada.

precisamente a conclusão do ensino fundamental, muitas vezes acompanhada da transferência voluntária das matrículas de ensino médio ao turno da noite, que se apresenta como *marco biográfico* pelo qual se revela *uma continuidade ao investimento escolar porém de modo subordinado à inserção laboral*.[163] Via de regra esta *precocidade* não ocorre por pressão parental ou impelida por dificuldades materiais inadiáveis (de fato, 77,9% dos jovens de 15-17 anos que trabalham o fazem voluntariamente, a maior parte guardando para si a remuneração) (IBGE, op. cit., p. 72-3), se caracterizando por uma *transição familialmente sancionada* através de subempregos e toda sorte de prestação de serviços ocasionais e irregulares ("biscates" como panfletagem, pequenos serviços de *officeboy*, de obras, de "faz tudo" em pequenos estabelecimentos comerciais, jardinagem, no caso de homens, ou trabalho doméstico, revenda autorizada de produtos, artesanato, "garçonete de festa de criança", manicure, no caso de mulheres, além do auxílio no empreendimento capitalístico-familiar, estágios, "jovem aprendiz", etc.), visando "conseguir uma graninha", ou "ter meu *dinheirinho*", para eventos como bailes, "rolês", aquisição de celulares, *videogames*, acessórios, vestimentas muitas vezes "de marca", ou nas palavras de uma entrevistada (E14), que desde os 12-13 anos já panfletava e realizava trabalhos domésticos: "a gente [ela e sua irmã] queria um material de escola melhor, comprar uma roupa, comer um lanche diferente, porque [minha mãe] sempre [tinha] muito trabalho, dinheiro sempre apertado: não faltava o básico. Mas a gente queria coisas diferentes, a gente queria o que todo mundo tinha e a gente não tinha condições de ter. Então a gente sabia que não adiantava cobrar da minha mãe porque a minha mãe num tinha condições, meu pai também num tinha. Então a gente começou a trabalhar, fazer qualquer coisinha pra ganhar um dinheirinho." Outro entrevistado (E30) interrompeu os estudos ainda na sexta série, se sentindo "saturado", ao que lembra as palavras provocativas que então proferiu a seu pai (servente de pedreiro): "ah, estudar demais fica maluco!", e a reação paterna: "então você tem mais é que cavar barranco! Já que você acha que estudar demais fica maluco!" Sobre este desinvestimento escolar precoce em prol do engajamento laboral, recorre ao mesmo padrão narrativo registrado em diversas biografias: "eu sempre gostei de tá trabalhando", desde por volta dos 13-14 anos, visto que "nós éramos cinco irmãos, [e] meu pai sempre trabalhou como pedreiro. Só que nem tudo que nós quiséssemos, assim um brinquedo de natal, uma roupa, ele podia dar

[163] Com efeito, mesmo os *afazeres domésticos* tendem a se intensificar entre as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos pertencentes aos meios populares. (IBGE, 2008, p. 56-9)

pra todo mundo. Ele comprava, mas comprava pra um, depois comprava pra outro... [...] Hoje o que eu posso fazer pelos meus filhos o meu pai não podia fazer por mim na época." É verdade que nunca passaram por "necessidade", já que o "básico" nunca lhes faltara, "só que eu queria mais, eu queria comprar uma roupa que eu pudesse comprar [e] que meu pai não poderia comprar", de modo que "eu resolvi trabalhar pra poder ter o meu dinheiro, pra fazer as minhas coisas, comprar o que eu quisesse comprar". Assim, abandonando por completo a escolarização com cerca de 16 anos (apenas retomaria de modo regular mais de dez anos depois, em supletivo, com o intuito de realizar um curso de eletrotécnica, profissão que exerce atualmente), se iniciou como seu pai, informalmente no canteiro de obras, "serviço muito puxado pra idade, pro porte físico que eu tinha", e no qual "estourava calo de sangue na minha mão", percebendo cerca de 5 reais por dia. Neste mesmo curso de motivação e ação infanto-juvenil, outro entrevistado (E29) obteve seu primeiro trabalho "carregando material [de construção] morro acima", no próprio bairro. Ao ver dois trabalhadores executando a tarefa, quando tinha cerca de 14 anos, ofereceu sua mão de obra por avaliar que precisava de dinheiro, com carteira assinada (como aprendiz, com autorização judicial e materna): "eu queria umas paradas, tipo um tênis novo e minha mãe não podia me dar", ainda que sua mãe "nunca" o sugerisse a necessidade do trabalho no momento: "eu que achei assim, minha mãe recebia pouco, eu queria alguma coisa e minha mãe não podia me dar. Ela nunca deixou faltar nada, [eu] nunca passei fome, nunca passei necessidade nenhuma, graças a Deus nunca, mas eu queria" ter acesso a bens de consumo como roupas, *videogame*, e no seu caso também drogas. Por exemplo, "tem um amigo que tem, é aquele negócio de criança, de adolescente: 'quero um igual!' Então eu fui correr atrás." E nesta primeira inserção laboral precoce e irregular, quando "me deram um dinheiro, aí eu comecei a criar gosto", prosseguindo em outros serviços como servente de obras, desta vez mais regulares, percebendo o equivalente a um salário. [164]

No caso das trajetórias femininas, além de uma autonomização econômico-moral em relação i) aos laços familiares, a ampliação da participação no mercado de trabalho nas últimas décadas possibilita igualmente um ii) relativo 'empoderamento' matrimonial cujo vínculo passa a não mais representar a *via exclusiva* de mobilidade

[164] A entrada no ensino superior dá margem a curiosa figura do 'biscate universitário', em que bolsas estudantis de todos os tipos, além de serviços como coleta de questionários e entrevistas são apropriadas e racionalizadas pelos estudantes como *complemento da renda*, muito mais do que etapa pedagógica ("iniciação à docência", "iniciação científica", etc.).

social.[165] Se é verdade que esta reacomodação da correlação de forças conjugal é *relativa* na medida em que dentre os casais a ocupação masculina ainda é, na grande maioria dos casos, predominante em termos de qualificação, rendimentos e prestígio, sem mencionar a permanência da maior concentração das tarefas domésticas entre as mulheres,[166] é indiscutível que *este massivo afluxo feminino no mundo do trabalho possui profundos impactos em seus horizontes ascensionais*, de maneira que ao mercado matrimonial enquanto "variável" não se "agrega" simplesmente outra variável, o mercado de trabalho, visto que ambas passam a constituir *variações existenciais* em que o mais importante deste fenômeno é o modo como são vivenciados e intricados em sua *totalidade afetivo-experiencial*, com seus conflitos de expectativas, (in)compatibilidades, (des)ajustes, (des)harmonizações, como demonstrado na natureza dos conflitos conjugais presentes na trajetória exemplar deste capítulo, e conforme retomaremos mais adiante quando tratarmos da coordenação matrimonial das projeções ascensionais.

> O que sublinhamos neste ponto é que esta crescente inflexão das trajetórias femininas as impele crescentemente à valorização do "correr atrás", por conseguinte aos mesmos efeitos de inserção precoce no mercado laboral, ainda que em menor grau do que os homens. Uma de nossas entrevistadas (E11) que trabalha desde o ensino médio (em função do que transferiu sua matrícula para a noite), ainda que morando com os pais e sem necessidade de auxiliá-los financeiramente, prioriza o trabalho precário (meio período, informal) mesmo que para isso tenha que transferir o turno do ensino superior, pois valoriza sua "independência" e não se sente confortável em depender dos pais para suas atividades cotidianas (como por exemplo material e

[165] Cf. o "apêndice C – Nota metodológica acerca da 'mobilidade feminina'".

[166] Para a década de 1990, por exemplo, as mulheres que possuem ocupações hierarquicamente superiores a seus maridos consistem em somente 5% do total, e as responsáveis pelo domicílio são 22,7% (aumentando para 28% em 2002, e para 38% dos arranjos familiares em 2012), para não mencionar a maior intermitência e irregularidade de suas ocupações relativamente àquelas dos homens. Ou seja, de forma bruta, cerca de 2/3 das mulheres ocupam posições hierarquicamente inferiores a seus maridos, o que não é fenômeno exclusivo da formação social brasileira. E para o mesmo nível de diploma, percebem rendimentos menores tanto no setor formal como, diferença ainda mais acentuada, no informal. Assim, para dados de 1988, se observarmos a distribuição ocupacional por gênero, perceberemos que as diferenças mais significativas estão em que os homens prevalecem proporcionalmente no patronato urbano, no patronato rural, além de possuírem maior probabilidade de ascender para as categorias gerenciais e administrativas, e mesmo quando no trabalho manual tendem a predominar proporcionalmente no setor qualificado. (Ribeiro, 2007, p. 214-217; Scalon, 1999, p. 89-96; 122; 163-4; IBGE, 2013, p. 73; 2010b, p. 254-5) E Ademais, esta dominação matrimonial masculina se reflete na distribuição dos afazeres domésticos no seio do casal, havendo diferenças significativas em relação ao gênero já desde os 5 anos de idade; desde então em proporção crescente, eles "continuam sendo responsabilidade das mulheres adultas, na condição de cônjuge ou não, ainda que inseridas no mercado de trabalho. Em 2006, o percentual de mulheres de 18 anos ou mais de idade que exercia afazeres domésticos era de 92,0%. Entre os homens, pouco mais da metade, 52,4%, realizavam estas tarefas. Fato é que, quando não eram elas que executavam diretamente estes afazeres, estavam, pelo menos, à frente na administração e organização das atividades domésticas." (IBGE, 2008, p. 49-50) E mesmo quando realizavam tarefas domésticas, os homens despendiam nelas, em média, 10,4 horas semanais, ao passo que as mulheres despendiam 26,8 horas. (Ibid., p. 55)

transporte para faculdade) ou extracotidianas (como viagens): “hoje eu não tenho vontade de ficar muito tempo ainda morando com meus pais, eu tenho *vontade de ter minha independência*.” Com 23 anos, se sente “perdida” por “ainda” não haver alcançado sua autonomia em termos financeiros, habitacionais, e um emprego que possibilite “ter uma estabilidade”, ou seja por se encontrar distante do *norte* que lhe confere rumo, e orientação, e em torno do qual é o projeto matrimonial que se subordina e que é adiado alguns anos “mais pra frente”. Outra biografada (E17), igualmente morando com os pais e tendo transferido sua matrícula às aulas noturnas em função de um emprego (de meio período), relata que “é muito bom a gente trabalhar, comprar nossas próprias coisas, *meu pai nunca deixou faltar nada pra gente, mas é outra coisa você ter o teu próprio dinheiro*.” A prioridade que o mundo do trabalho ocupa em seus planos se revela com maior clareza quando nos relata sobre a interdependência de suas expectativas em relação aos investimentos em ativos de qualificação, ao engajamento matrimonial e ao papel maternal: estando com 18 anos, os dois últimos são deslocados para, literalmente, daqui a uma ou duas décadas, inclusive havendo encerrado o último relacionamento afetivo pois que seu namorado “*queria que eu fosse totalmente dependente dele*, só que eu falei com ele que isso num rola, que *eu quero ser sempre independente, mesmo quando eu casar eu quero ser sempre independente, eu quero me sustentar*”. Outros relatos apontam que este sentimento emancipatório pode ser alimentado pela configuração assumida por determinadas formas de dominação familiar. Habitando com sua mãe, seu padrasto e seus irmãos em favela na região metropolitana do Rio Janeiro, ainda outra entrevistada (Tamiris, 22 anos, auxiliar administrativo) “fugia” constantemente de casa por ser “espancada” (com cabos de vassoura, unhadas no pescoço, cabeçadas na parede, fato confirmado por outra irmã que, enquanto ainda adolescente, já a denunciou na delegacia pelos mesmos motivos): “eu não aguentava mais aquela situação”. Além disso, quando ainda criança, tomava conta de seus irmãos mais novos; sua mãe, que se levantava cedo para correr na praia e frequentar a Igreja nos dias de missa, “quando voltava umas 10hs assim, a casa já tinha que tá arrumada e as crianças tomado café da manhã, o almoço já no fogo. Assim, com 7 anos eu ia no mercado e fazia várias compras”, acrescentando que “tinha obrigação de fazer tudo: café da manhã, almoço, janta, suquinho, cafezinho no decorrer do dia, varrer a casa, faxinar, dar brilho em tudo, lavar roupa, dobrar roupa, levar as crianças pra escola”, além de arrumá-las, penteá-las e mesmo passar pente fino para catar os piolhos, chegando rotineiramente, por isso, atrasada na escola. Aliás, com esta mesma idade, “fui eu que fiz a minha matrícula.” E com cerca de 9 anos, nos diz que “eu lavava roupa em casa, na mão. Lavava roupa de todo mundo da família”, num poço comunitário, ainda que sua mãe fosse “do lar”. Esta situação parecia ressoar em termos afetivos: “a gente já tinha ausência do afeto paterno, [e] esse afeto materno nunca foi suprido”, ao que Tamiris recorda o fato de sua mãe nunca haver comparecido a sua escola em eventos, dias comemorativos ou reuniões de pais, além de não assinar seu boletim, o que frustrava suas expectativas. Em casa, nossa entrevistada levanta detalhes cotidianos que a marcaram por sua mãe nunca haver demonstrado cuidados ‘tipicamente’ maternos, por exemplo não a cobrindo na cama. Esta posição familiar não fora a menor das motivações para, com 15 anos, nossa entrevistada já adentrar ao subemprego e à informalidade, pelo que veio a transferir sua matrícula do ensino médio para a noite a exemplo das outras entrevistadas, buscando ao mesmo tempo “ter uma independência financeira” e “não ter que morar com a minha mãe”, efetivamente abandonando o lar ainda durante a adolescência. Da mesma forma, essa atitude emancipatória se transmite também a seu atual parceiro conjugal e à construção de laços matrimoniais: Tamiris não se concebe afastada do mercado de trabalho pois não “conseguiria ficar *totalmente dependente* de alguém.” Não planejando casar, tampouco ter filhos – ainda que ache o “matrimônio” “quase que sagrado”, devido a sua socialização católica, e que seus ex-

> namorados houvessem manifestado tal intenção –, afirma que não suporta ser "controlada" em relacionamentos: "eu quero a minha individualidade, sabe, a minha liberdade", apontando esta como a causa principal porque seus relacionamentos terminam e, via de regra, por sua iniciativa.

Ora, esta orientação econômico-normativa que se revela no envolvimento progressivo, crescentemente deparado como imperativo e revestido de uma necessidade não apenas material mas existencial incontornável, em que o aspecto lúdico e ocasional da busca por uma "graninha", um "dinheirinho", e o "fazer uma coisinha", gradualmente cede lugar a expectativas, compromissos, rendimentos e ao "trabalhar de verdade", conquanto este trabalho "de verdade" se apresente ainda precarizado em comparação a ciclos etários posteriores, torna mais provável a circulação no interior de um leque ocupacional estruturalmente dominado e em suas fronteiras, em tudo consoante ao ideal do '*crescimento sem rupturas*' manifesto em diversas trajetórias. Não por acaso, a precocidade da inserção laboral acompanha sistematicamente a compressão das possibilidades salariais por toda a vida adulta. (DIEESE, 2011, p. 129)
E na medida em que este leque ocupacional se distribui em seu setor capitalístico mais dinâmico sob uma morfologia de comércio e serviços tipicamente periférica e em grande medida precarizada desde sempre (em termos de rendimentos e participação do salário na renda nacional, da relação salário/produtividade, do limitado alcance da segurança e da regulação formalmente garantidas,[167] das limitações e baixas expectativas inerentes à natureza técnico-funcional da massa de ocupações e atividades populares disponíveis), apesar da "gerencialmente" limitada inflexão registrada na última década, a importância do valor assumido pelo trabalho nas orientações de conduta não impede, num paradoxo apenas aparente, que a relação com este mundo laboral muito pouco apresente de uma adesão identitária consistente, muito menos vocacional, se revelando em nossas trajetórias em termos *predominantemente pragmático-instrumentais*, os lampejos de autorealização registrados sendo corroídos pela insegurança e inconstância estruturais.

[167] Pelo que registramos jornadas de trabalho que chegam a alcançar até 14hs num mesmo dia sem qualquer tipo de regulamentação (horas extras, adicional noturno, limite de carga horária ainda que sob a justificativa do "banco de horas") inclusive de trabalhadores com carteira assinada, tanto no setor de serviços como na indústria da transformação.

A centralidade normativa laboral assumindo uma feição predominantemente pragmático-instrumental decorrente da imersão num sistema econômico marcado pela precariedade estrutural periférica

Por conseguinte, que a preocupação por parte da "oferta" de força de trabalho em cedo adentrar as malhas da "demanda" sistemicamente disponível adquira assim uma crescente proeminência nas motivações e ações socioeconômicas não significa uma completa e irrestrita absorção na linguagem, nos valores, e na formação de um *ethos* de "mercado", no qual as "oportunidades" são elas mesmas *instrumentalizadas conforme as injunções inerentes ao complexo de linhas de experiência que identificamos em nossas trajetórias*. A orientação por "não estagnar", por um "emprego bom", pelo estabelecimento de "metas e objetivos", pelo desejo em "aprimorar" e "ver avanços" na atuação profissional, se "destacar", pelo foco nas "oportunidades de crescimento", e a preocupação de se estar à altura das "exigências do mercado de trabalho", se pautando pelas já mencionadas referências da "estabilidade" e da segurança (e seu estatuto máximo: o ser "concursado") em face a sua precariedade e instabilidade intrínsecas de vínculos, direitos e rendimentos, se acompanha do uso de vocábulos majoritariamente genérico-abstratos e essencialmente indeterminados em que pouco relevo é dado à natureza e à especificidade do trabalho que quase nunca é alçado à *fim em si*, enquanto realização de potencialidades ou aspirações pessoais as quais são, *tendencialmente*, transferidas a outras esferas da vida,[168] o que resulta frequentemente no *estranhamento* durante as entrevistas em relação a questões aparentemente bastante simples e diretas acerca de possíveis apetências em relação à ocupação atual ou projetada e que transparecem uma *não-questão* para os biografados, para quem antes são fatores como o salário, o local de trabalho, o tempo dedicado à família, e as garantias do vínculo, que são colocados em primeiro plano. Essa atitude prolonga aquela estabelecida diante do sistema de ensino em geral e dos estudos e conteúdos em particular já na infância e adolescência, analisada no capítulo anterior, e que se mostra da mesma forma no caso do investimento adulto em ativos de qualificação: cursos técnicos, profissionalizantes ou universitários são escolhidos, não em função de critérios vocacionais e muito menos identitários, e sim submetidos à compatibilidade orçamentária, às chances de aprovação, ao período de duração (quanto menor, melhor), e à disponibilidade de horários que

[168] Esta questão tomou uma de suas formulações mais conhecidas em Offe (1985), embora em termos insatisfatórios e unilaterais.

possibilitem a *dupla ou a tripla jornada* onde muitas vezes a própria razão de ser da empreitada é obliterada no interior de ritmos exaustivos em que não se sabe mais se se trabalha para estudar ou se estuda para trabalhar, não poucas vezes um e outro, emprego e estudo, se estiolando no caminho. As constantes dúvidas ("se é isso mesmo") em relação ao acerto na escolha do curso ("a faculdade não dava garantia de nada"; "eu entrei pra faculdade, mas o que eu quero mesmo é ser concursada"; "só a universidade não vai me garantir um emprego bom"), que costumam perdurar mesmo nos casos de diplomação, tem assim como paralelo a mesma *indeterminação* em relação às preferências ocupacionais ou ao investimento em microempreendimentos (a abertura de CNPJ como meio de ser "visto de forma diferente" pelo "cliente") e à formação técnica, *nenhuma dos casos importando em si mesmos, antes avaliados conforme seus resultados*, em função dos quais podem ser prosseguidos, abandonados sem nenhuma cerimônia, retomados ou intercambiados entre si. [169]

> Neste sentido, Elias (21 anos, ex-auxiliar de escritório, cursando engenharia mecânica pelo FIES) expressa bem a inconstância, e os limites estruturais, inerentes às possibilidades ocupacionais populares ante as quais a relação estabelecida é reciprocamente descartável. Elias possui dificuldade em lembrar a sequência de suas atividades laborais, confundindo algumas datas, lembrando outras por acaso em outros momentos e quando o tema da entrevista já havia se modificado. Após os subempregos atravessados desde a adolescência, no início de sua idade adulta chegou a trabalhar durante cinco meses em escritório de advocacia e imobiliária informalmente, percebendo menos de um salário, e por três vezes na semana, ao mesmo tempo em que atuava como pedreiro na construção civil igualmente de modo informal e intermitente (pela intermediação paterna, muitas vezes trabalhando na companhia de seu pai), vislumbrou a possibilidade de substituir e desempenhar a função de outro funcionário no escritório, passando então a perceber um salário mínimo, e exercer suas atividades em tempo integral. Neste momento, mesmo com um salário inferior ao que recebia na obra, optou pelo primeiro "porque... lá [no escritório] é melhor né velho, [entre] trabalhar no sol [e] trabalhar no ar condicionado, numa coisa que eu to aprendendo ali, então até meu pai falou: 'pô, trabalha lá, [...] qualquer coisa você volta [para as obras]'. Eu num tinha muito o que perder".[170] Como

[169] Neste aspecto – mas não em outros – as orientações socioeconômicas analisadas se encaminham na direção do que Standing (2013) caracteriza como precariado: "além da falta de garantia no emprego e da renda social insegura, aqueles que fazem parte do precariado carecem de uma *identidade* baseada no trabalho. Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade", o que "intensifica um sentimento de alienação e instrumentalidade no que ele tem de fazer", e pelo que "as ações e atitudes derivadas da precariedade tendem ao oportunismo." (Ibid., p. 31, grifos no original)

[170] Tendo concluído o ensino médio e assim julgando estar apto a "conseguir uma coisa melhor", outro entrevistado (E29) avalia como uma ascensão seu deslocamento da construção civil ao setor terciário ("eu saí de obra e fui pra loja"), nos relatando que "melhorou porque é um serviço mais leve [como vendedor em comparação ao trabalho nas obras], mas eu tinha uma coisa que onde eu chegava, todo serviço, tanto na obra como em loja, eu era visto como... [pausa para reflexão] uma pessoa de confiança, uma pessoa que tipo: 'ah, eu posso deixar isso aqui na mão dele que vai fluir'." Sobre isso exemplifica que, em pouco tempo trabalhando como vendedor (onde percebia um salário e comissões por vendas) em uma empresa

auxiliar de escritório combinava tarefas internas (atendimento a clientes, pagamentos) com "serviço de rua" (recebimento e entrega de documentos), como um *motoboy*. Entretanto, apenas um mês depois se viu dispensado quando a advogada responsável transferiu seus serviços para outra cidade, retornando ao trabalho exclusivo como pedreiro nas obras com seu pai. Posteriormente, sempre mantendo os serviços em obras mediados pelo contato com seu pai como base de segurança – se é que se pode usar esse termo a um vínculo jamais formalizado –, adentrou por meio de conhecidos ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) como "ajudante de elétrica", em que desempenhava funções relativas à montagem de equipamentos elétricos e suportes para a área industrial. Ali permaneceu por onze meses tendo sido dispensado com 25% dos funcionários de sua empresa por "corte de custos", se bem que por seus relatos – e por outros, especialmente o de Danilo (E23) que será trabalhado ainda neste capítulo – todos os meses funcionários, a imensa maioria terceirizados, eram dispensados e dificilmente algum passava mais do que um ou dois anos na mesma empresa, "no máximo". Neste curto período, se chegou a experienciar uma greve que interrompeu as atividades por mais de um mês, participando de suas assembleias e votações, menciona tal participação como algo externamente imposto, distante em seu modo de proceder, pelo que se sentia mais 'levado' do que engajado. A dispensa ocorreu há três meses, período em que Elias retomou as atividades com seu pai de modo irregular (entre o subemprego e o desemprego) enquanto cursa o ensino superior em engenharia mecânica numa faculdade particular, pelo FIES, ao mesmo tempo em que entrevê novamente um posto de escritório (através de seu irmão que trabalha como técnico em segurança do trabalho numa usina em Macaé-RJ, e que lhe tranquilizou: "'pô cara, eu não vou te jogar pra trabalhar no sol [como pedreiro] lá, eu te jogo pra uma coisa mais tranquila'"), embora ponderando: "vai ser o que cair, o que aparecer." Não é surpreendente que esta *inconstância e precariedade que estruturam suas experiências no mundo do trabalho* ensejem não somente uma *narrativa confusa e fragmentada* da sequência de suas atividades – que fora reconstituída por nós, não se apresentando como tal para si – como uma *relação predominantemente instrumental* na qual as questões sobre adesão, identificação ou simplesmente apetências pelo que se faz se revelam desprovidas de significação. No que diz respeito a esta questão, em relação a *todas* as suas experiências ocupacionais, as *mesmas* expressões e entonação indiferente são mobilizadas ("não é ruim não"; "leve, tranquilo"; "normal"; "tranquilo cara"; "eu sempre acostumei a trabalhar com serviço ruim")[171] indicando que ela não se coloca em primeiro plano, e que sua relação com o trabalho se reveste de prioridades de outra ordem. Assim, ainda que tampouco tenha qualquer tipo de identificação

---

de médio porte no comércio teria sido promovido para estoquista (1,5 salário, mais comissões por tarefas) após "gerente de estoque" ("o cara que saca de tudo um pouquinho e toma conta da galera", percebendo um pouco mais, e possuindo ao mesmo tempo mais "liberdade" e "responsabilidade" em suas funções). Mesmo comparando o salário como vendedor do comércio varejista, antes de suas micromobilidades, com o de um pedreiro cujos rendimentos são maiores, considera trabalhar no comércio "melhor, serviço mais tranquilo, mais calmo e... quem não gosta de conhecer outras pessoas também?" No comércio conheceu a mãe de sua filha que também trabalhava no local, e emenda espontaneamente que, neste contexto, "mudou tudo, mudou amizade, comportamento, mudou tudo" em razão de lá passar a conviver com "pessoas diferentes", o que no entanto não é apreciado sem uma certa reserva: "uma coisa é tu tá em favela, vamo usar a palavra certa: em *favela*, outra coisa é tu tá no meio de galera do asfalto... [onde] as pessoas, em aspas, parecem que querem ser melhor."

[171] Em contraste, por exemplo, com seu anterior engajamento esportivo do qual "gostava muito" em diversos clubes de futebol semiprofissionais (dirigidos por empresários brasileiros e estrangeiros) desde seus 14-15 anos. Elias disputou diversos campeonatos, e com 19 anos ainda tentava se tornar um jogador de futebol profissional, atuando por um clube do Rio de Janeiro, embora sem vínculo empregatício e tendo de arcar com muitas despesas com seu próprio orçamento, terminando por desistir, enquanto ainda trabalhava com seu pai.

com a formação oferecida em seu atual curso de engenharia mecânica, inclusive se deparando com dificuldades com determinadas disciplinas ("eu não gosto de estudar"), se coloca a necessidade de "traçar um objetivo, traçar uma reta e ir, [...] insistir", o preferindo a tudo aquilo que "não dá dinheiro". Se referindo aos possíveis salários como principal critério de escolha argumenta que "se for pra estudar, eu prefiro estudar pra uma coisa mais difícil e ter, de repente, [uma melhor] condição mais rápido, uma coisa melhor", ao que resume seu foco: "o que tá dando dinheiro hoje? Engenharia." O contraexemplo de um curso que não escolheria é administração, pois já "tem muita gente no mercado. Dificilmente você consegue pegar uma empresa boa pra você ganhar bem, ter seu próprio negócio. [...] Hoje em dia administrador tá ganhando 1.400 reais", valor que considera baixo, estimando valores acima da maior parte de nossos entrevistados e que consistem em sua principal motivação à continuação do curso. Neste longo entremeio, enquanto realiza seu curso, se mostra bastante pragmático em relação ao que se mostrar como oportunidade para uma dupla jornada: "aonde aparecer pra trabalhar eu trabalho [pra] poder pagar minhas contas até lá", sem deixar de estar aberto, inclusive, à mudança de curso caso algo melhor – de acordo com seus critérios – se apresente: "eu costumo muito aproveitar as coisas que aparecem na minha porta. Então se for mudar pra ter uma vida boa, se o trabalho for bacana [financeiramente], eu vou. Não tenho preconceito com nenhum tipo de trabalho não." Esta relação pragmática com o mercado de trabalho se descortina em detalhe também no mesmo modo de explicitar os parâmetros de sua orientação de conduta, desta vez de outro entrevistado, Diogo (27 anos, profissional de solda). Sua opção pelo investimento na formação profissional pelo SENAI como soldador se dera porque "eu já visava mais questão de dinheiro, eu via assim: 'solda é um lugar na área metalúrgica que tá dando dinheiro, então eu vou pra dentro disso, é isso que eu quero.'"[172] Para poder se dedicar à formação intensiva, precisou se demitir de uma empresa de fornecimento de energia elétrica onde era "leiturista-entregador", pedindo a seu pai para "segurar as pontas" de suas despesas e daquelas relativas a seu filho pequeno, e também no sentido de garantir um posto para Douglas na obra onde trabalhava, assim que concluísse seu curso. Concluído seu curso profissionalizante, seu pai o trouxe para auxiliá-lo na mesma obra onde trabalhava como pedreiro – assim como foi o caso com o pai de Elias –, onde percebia 450 reais por semana, sem carteira assinada, como servente de obras; a diferença sendo que, nesta mesma obra, após cerca de um ano Diogo pôde se iniciar em sua área de formação no estatuto de "ajudante", e após dois anos "sendo reconhecido, sendo visto", alcançar promoção para "soldador", como consta em sua carteira. Mas esta micromobilidade é o resultado de um longo percurso pelo qual podemos compreender sua relação com o mercado de trabalho. Já com 13-14 anos Diogo permeava o subemprego através de sua vizinhança, tendo transferido sua matrícula às aulas noturnas já no último ano do ensino fundamental. No ensino médio, por exemplo, foi balconista formal de uma farmácia por três anos, perpassando em seguida em alternância com períodos de desemprego brevemente como "vigia" de uma loja (embora também fizesse as vezes de carregador e ajudante geral), atendente de *telemarketing* (por mais três anos) e, como já mencionamos, leiturista-entregador antes de se demitir para investir em sua formação profissional. Mas as coisas se passam como se as mais ásperas experiências ocupacionais típicas do baixo terciário

[172] Outro entrevistado (E28) concluiu o curso de "inspetor de solda", tendo o escolhido, através de anúncio de jornal, essencialmente por "*dinheiro*". Assim como no caso em foco, seus pais também o forneceram suporte. Apesar de já ter concluído o curso há mais de um ano e haver distribuído currículos no COMPERJ, ainda não conseguiu emprego na área, já que apenas eram oferecidas vagas de "ajudante", o que significa estágio inicial, o que não admitia após o investimento feito em sua formação. Com a mesma facilidade com que decidiu apostar nesta via, resolveu sem muito titubear a "deixar de lado" em prol de seu novo investimento: o curso de Direito.

periférico (como na central de *telemarketing* que avaliava como "horrível") privassem de significação a mera questão da possibilidade, ou da expectativa, de autorealização pela via laboral, de modo que quando indagado nos declara que "tudo o que você faz, com o tempo você acostuma com aquilo",[173] sendo os principais móbeis que o impeliam na busca de um novo emprego, ou de uma formação, a necessidade de um rendimento melhor. E fora justamente o intuito de "ganhar grana" o que despertou o interesse pelo curso de solda[174] – inicialmente pelas chances de se tornar "soldador submerso", com altos soldos e menos dias de trabalho, embora ao preço de um maior risco à saúde. Embora não o tenha conseguido, passou por diversas promoções em sua empresa que, além de constarem em sua carteira, impactaram positivamente seu salário, as quais se originaram da experiência advinda de sua atuação profissional. No mesmo canteiro de obras em que se inseriu como servente de pedreiro, de uma espécie de aprendiz ("meio oficial serralheiro montador") foi "promovido" através de sucessivas etapas no interior de sua categoria (ainda como meio oficial perpassou pelo nível "júnior", "pleno" e "sênior"), antes de alcançar a posição que se encontra atualmente como "soldador MIG e eletrodo revestido", como consta em sua carteira de trabalho. Que seu posicionamento em face ao mercado laboral seja, de acordo com as próprias premissas de um "mercado", instrumental, no sentido de que suas oportunidades de emprego são tomadas como *meios* e não por algum valor intrínseco à natureza da profissão, e pragmática, no sentido de suas escolhas se submeterem à resolução de problemas da vida em geral (rendimentos, casamento, despesa com filhos, reformas da casa, tempo disponível com a família) não significa a completa ausência de um sentimento de dignificação e realização pessoais pela esfera interobjetiva, e sim que estes traços são estruturalmente obliterados, mesmo no setor industrial, não pelo pertencimento a uma condição dominada, mas pela sua morfologia laboral de vínculos, garantias e rendimentos precários, aliás motivo pelo qual Diogo já distribui currículos com sua formação e experiência profissionais para o setor da indústria naval, bastante significativa em cidade próxima a sua. Nela, já obteve a oportunidade de adentrar como "ajudante", ou seja regredindo funcionalmente para um estágio inicial, o que recusou. Diogo avalia seu salário atual como "muito baixo", e na verdade, experienciando uma espécie de mobilidade de Pirro, apesar da atual formalização enquanto profissional percebe ainda *menos* do que quando começou como servente de obras (quando recebia 450 reais semanais informalmente).

[173] Especificamente sobre seu trabalho como servente de obras, relata que "na primeira semana eu fiquei moído, o corpo dolorido mesmo, carregando peso, quebrando, [dando] marretada na [própria] mão porque você erra a ponteira e acerta a mão, mas depois eu fui *acostumando*, aí começou a ficar *tranquilo*, [...] toda sexta-feira você já tinha aquele *dinheirinho certo*."

[174] Obteve formação como soldador profissional "Mig Mag 6G", nos explicando que, embora se utilizem da mesma solda, 'Mig' se refere a arame para metais não-ferrosos, Mag para arame cobreado ou para metais ferrosos, também variando o tipo de gás, e 6G sendo a posição da soldagem, em seu caso, envolvendo tubulação principalmente industrial (6G pressupõe o conhecimento de 5 etapas anteriores).

7.3 Para além da negação unilateral, e da reprodução atávico-tradicionalista: o evolver do solo presente de potencialidades

A afinidade destes horizontes ascensionais aos limites estruturais capitalístico-periféricos, e sua assimilação numa multideterminação mais ampla

Esta relação predominante (e não exclusiva) dos biografados ao mundo do trabalho, a qual emerge de sua imersão ainda na adolescência no seio dos limites estruturais disponíveis a uma condição popular periférica assim como das *expectativas* engendradas no interior da natureza precária e inconstante da imensa maioria da massa de (sub)empregos disponíveis ou de microempreendimento de baixa capitalização que se confundem com uma autoproletarização por vezes ainda mais instável, revela também um certo modo de se projetar temporalmente, o que nos permite retomar questão já discutida em momento anterior.[175] Quando nos referimos à *ênfase no presente* enquanto eixo de orientação das condutas socioeconômicas, não sob a forma de um atavismo tradicionalista, e sim de realização, estabilização, e fruição de "conquistas" ante à insegurança vivenciada em momentos anteriores da trajetória, e que possui ressonância inclusive com uma atitude relativamente conservadora nesse aspecto, ressaltamos também que este modo de *temporalização intencional-projetiva* é, ele próprio, variável no tempo conforme o *momento biográfico considerado*; e que, por conseguinte, ele pode dar lugar a momentos em que o presente não seja vivenciado como fim em si, porém seja mobilizado como meio para uma "vida melhor", o que é ilustrado pela intensividade do ritmo de duplas ou triplas jornadas (trabalho/microempreendimento/ativos de qualificação) que anulam quase por completo a ênfase existencial presente em função de sua superação. Entretanto, longe de se opor ao sentido global da primeira modalidade de temporalização dos projetos, a ênfase da superação do presente refletida pela segunda modalidade não consiste em sua *negação unilateral*. Esse fato já foi prenunciado quando argumentamos acerca do *duplo estranhamento ascensional-popular*[176] no qual o sentido destas condutas não pode ser caracterizado unilateralmente, quer pelo sempre relativo desenraizamento de origem, quer pela relativa mas resoluta desidentificação com o estilo de vida e dos projetos dos

[175] Cf. capítulo 5.
[176] Cf. capítulo 6.

segmentos médios; e ele se evidencia ainda mais no caráter pragmático e instrumental predominante da relação com o trabalho que encontramos nessas trajetórias. A valorização e "admiração" pelo "esforço", a "força de vontade", o "suor", o "correr atrás", o "investimento" de quem "cresceu" ou ao menos "tem ambições de crescer" e "luta" por fazê-lo, em oposição à "acomodação", ao "estagnar", e ao "se encostar", baliza normativamente a maior parte das narrativas em foco.

> Em um desses relatos uma entrevistada (Patrícia, 29 anos, agente comunitário), cuja maior parte da família é constituída de trabalhadoras domésticas e pessoas dotadas de baixa escolarização, mobiliza os exemplos minoritários de mobilidade na família, de seus primos, em que "todo mundo é *muito esforçado, busca prosseguir, estudar*", ajuizando por outro lado, e em explícita comparação, que seus irmãos, um auxiliar de cozinha e outro taifeiro, deveriam "*investir mais*, fazer mais curso, porque eles têm *capacidade*. Por exemplo, esse meu irmão cozinha muito bem, [então] ele pode virar o cozinheiro profissional de [sua empresa]. [Mas] eu vejo *pouco esforço*, [já que] *tudo é com muita luta*. [...] Tem que *se esforçar* um pouco mais, fazer mais cursos. Eles entraram e *se acomodaram*. Antes de entrar [era] aquela euforia, corriam atrás, ficavam desesperados, faziam vários cursos, *aí entrou, acomodou...* num vejo que tá se movimentando pra *crescer*." Estes dois irmãos trabalham em empresas situadas num porto do Rio de Janeiro, intermediados pelo contato de um primo. Todos os três começaram "no mesmo serviço, limpando", e foi através de cursos profissionalizantes que cada qual seguiu ofício distinto. Mas, diferentemente de seus irmãos, seu primo que também "entrou limpando chão, esfregando chão, passando pano" por sua vez "*foi crescendo*, [e] hoje ele é um homem de área [profissional no porto], ele fica só observando as cargas que entram e que saem. Ele num pega tanto no pesado, fica só no papelzinho anotando. [...] Esse *num se acomodou*, hoje ele recebe o quê? 2.400." Salário avaliado positivamente em comparação a "esses comum" de cerca de 900 reais por um trabalho mais penoso. Quanto a seus irmãos, comparados a seu primo que "*investiu e cresceu*", "eles tinham que *fazer mais cursos*, pra *crescer*, porque ficar limpando chão toda a vida se eles podem ter alguma coisa melhor, até um salário melhor, porque não fazer?" Outro biografado (Anselmo, 32 anos, ex-garçom), passados anos de sua migração do sertão para o Rio de Janeiro, demonstra um distanciamento em relação às orientações de conduta de seus conterrâneos. Sobre os migrantes que "chegam aqui capengando" ("quando a gente chega aqui até pra atravessar uma rua é difícil") lamenta que "infelizmente essa galera num gosta de estudar, preferem trabalho braçal mesmo. Eles não acreditam, é a cultura [com] que vieram de lá." Seus comentários não remetem a observações gerais, e da mesma forma que nossa entrevistada anterior se voltam diretamente a conhecidos e familiares (por exemplo a duas primas, também migrantes, desestimuladas pelos pais ao investimento escolar em razão de não vislumbrarem um retorno temporalmente mais imediato, e mais palpável financeiramente). Assim, nos simula a racionalidade empregada por estes parentes: "[estudar] num adianta de nada, num serve de nada, [pois] tem gente formada aí ganhando o mesmo salário que eu ganharia se eu fosse, sei lá... [por exemplo] o esposo da minha tia vende churrasquinho em Icaraí ["bairro nobre" de Niterói-RJ] e ganha 4.500, 5 mil e pouco por mês... é isso cara [entonação de desânimo], eles não acreditam, entendeu? Pô, minha esposa é formada em letras pela universidade federal e não ganha isso. [...] Então, por um lado... [seus parentes] podem tá certos... *mas a instabilidade de vida que um indivíduo desse tem é algo absurdo!* Inclusive foi uma das coisas que me motivou a estudar: na área de restaurante você não tem um plano de saúde, seguro de vida, não tem nada. É [só] o teu trabalho, chegou final do mês recebe, acabou.

Carteira assinada [com] o mínimo do mínimo, do mínimo, de benefício possível. Um vale-transporte pra você se deslocar e tal, e *eu não me conformo com isso, eu num acho isso justo*." Recordando o fato de sua esposa estar grávida de sete meses, reforça a diferenciação entre sua atitude e aquela com que caracteriza seus familiares: "eu quero sim proporcionar a ela [sua filha] o que eu não tive, e não dá pra ser diferente: *tem que* estudar, *tem que* buscar, *tem que* [simula gestualmente determinação], e isso é de mim mesmo, *não se acomodar*. Porque se eu fosse *acomodado* eu tava gerenciando restaurante, ganhado dois mil e pouco por aí." E a "acomodação" enquanto atitude negativamente avaliada demonstrada por parte de alguns parentes é "total": "minhas primas inclusive são de restaurante, uma é da cozinha... [...] [e] a gente não é acostumado a pegar em dinheiro lá [no interior do Ceará], então uma vez que você pega aqui em 1.000, 1.500 reais, porra, bom pra caralho!... Mas pra mim num é isso, eu sei da dificuldade que é pra conseguir as coisas", se referindo a ausência de "vida social" pelo excesso de trabalho e os baixos rendimentos. Esta percepção e a ampliação de seus horizontes ascensionais se desenvolveu com o decurso de anos, às expensas de seu fascínio inicial com a imagem que projetava do trabalho antes de migrar do Nordeste com 18 anos: "eu cheguei aqui com o sonho de ser garçom, de trabalhar num restaurante, porque eu sempre vi meus parentes, amigos e tal chegar lá [no sertão] todo bonitinho, branquinho, a barba feita, roupinha bonitinha, com dinheiro: 'você trabalha em quê? Eu trabalho em restaurante, sou garçom' [simulando entonação de orgulho e altivez na resposta, e também sua reação admirada: 'pô, o cara todo...']." Após anos exercendo funções diversas por meio de micromobilidades em restaurantes (de auxiliar de cozinha passando para cozinheiro, depois se reiniciando como copeiro) se tornou garçom, ocupação que além de melhor remunerada considera mais prestigiosa em comparação às atividades da cozinha: "você trabalha menos, trabalha limpinho, você é menos explorado, você aprende mais porque tá lidando com o público. Lá dentro da cozinha você continua toupeira [*toupeira?*] Grosso, uma pessoa rude. [...] Inclusive eu senti muita dificuldade no último emprego que eu tava, eu tava na cozinha [se referindo a um novo retorno e recomeço na cozinha, por necessidade do proprietário], [e tinha] uma gente, um pessoal, que *não enxergava um palmo à frente do nariz*, um pessoal completamente... complicado." E os horizontes ascensionais de Anselmo não se ampliaram somente ao ponto de passar a estranhar a conduta de parentes e a da antiga ambiência da cozinha onde começou seu percurso no setor, pois que descortinam os limites estruturais com os quais têm de se deparar e a necessidade de uma maior capitalização. Tendo chegado à gerência de um destacado restaurante num 'bairro nobre', ao mesmo tempo em que a julga como um simulacro de gerência, relata que "aí não vi mais *perspectiva de crescimento*... eu falei: 'e agora, eu vou pra onde?' Cheguei a uma posição de gerente que você finge que administra mas num administra, [...] é um negócio ridículo porque você não sabe nada, é um negócio todo braçal porque você também não tem técnica de como... aí eu falei: 'não. Vou estudar'", isto é, concluir o ensino médio, o que fez através do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. Já tendo aberto um mal-sucedido bar numa favela, com ajuda de um conhecido, atualmente procura capitalizar sua *expertise* (elaborando cardápio, sobremesa *drinks*) adquirida em anos de profissão por intermédio do ensino superior (Gastronomia), com o que almeja receber mais do que seu atual salário de 2 mil reais ("quando eu adquirir técnica [para além da experiência prática] eu vou me destacar tranquilamente pro mercado"), e quiçá empreender outro negócio (um restaurante "que é um projeto muito futuro que eu sempre sonhei"), tentando para isso superar sua grande dificuldade com os estudos devida as lacunas de sua formação escolar: "eu busco *estudar*, eu busco *crescer, eu não me conformo com a coisa pequena*... [*o que é 'coisa pequena'?*] Coisa pequena que eu falo é exatamente isso: ser manipulado pelo comércio, ser manipulado à troco de coisas medíocres. [...] Inclusive uma das razões [por] que eu voltei a estudar foi isso: eu me senti desvalorizado

> dentro daquilo que eu fazia e eu busquei profissionalizar isso [suas habilidades culinárias], tornar isso *superior*."

A virtude deste último relato está em sugerir as limitações estruturais com que se deparam as trajetórias ascensionais-populares ("não vi mais perspectiva de crescimento... eu falei: 'e agora, eu vou pra onde?'"), em seu caso a assunção da "gerência" numa situação quase-nominal onde os rendimentos e a precariedade das funções são mantidas sendo interpretada aos moldes do que Standing (2013) chama não sem sarcasmo de "mobilidade ocupacional fictícia" em que "pessoas são transformadas em 'chefe' ou 'executivo' ou 'oficial' sem ter um exército para liderar ou uma equipe para modelar" e onde "as estruturas profissionais achatadas são ocultadas pela inflação de títulos." (Ibid., p. 38). Aquilo que nosso entrevistado vivencia, e explicita, como *restrição objetiva a obstar externamente seus projetos* é assimilado pela quase totalidade dos biografados enquanto *móbil de sua constituição interna*. A orientação da conduta pelo "crescer" não envolve em suas prioridades o "ser rico", mas o "viver sem aperto" e o dispor de "estabilidade de vida" (que algumas vezes se especifica como "estabilidade financeira"), que por sua vez funcionem prioritariamente como suporte material para uma "estrutura familiar" (daí o "investir" na "casa própria" e na possibilidade de uma conformação patrimonial) e de tudo aquilo que concorra no sentido de "melhorar de vida" (de se estar "cansado do trabalho mas com uma condição legal") essencialmente tecida por planos ou projetos que não venham a implicar uma decisiva – e no mais das vezes *sequer pensável* – ruptura com a topografia volitiva acumulada e sedimentada na trajetória em prol de uma artificial adoção *in toto* de outro estilo de vida que se alicerça, em grande medida, justamente na negação de tudo o que sinaliza o "populacho". Ora, esta orientação de conduta possui afinidade estrutural ao leque de possíveis ascensionais objetivamente disponíveis à condição popular periférica.[177] As trajetórias que lhe atravessam se deparam com altas taxas de

[177] O que não permite à idealização dos índices de mobilidade nas formações capitalísticas centrais; apenas que às injunções sistêmicas internas às formações periféricas se conjugam às externas, resultantes de um leque econômico-funcional mundialmente subordinado. Cobrindo gerações nascidas desde a primeira década do séc.XX até aquelas nascidas logo após o Pós-Guerra, portanto participantes do impulso econômico das décadas que lhe seguiu – por conseguinte cobrindo a maior parte do transcurso do séc. XX – em países europeus de mais avançada industrialização (como França, República Federal da Alemanha, Inglaterra, Suécia) além de alguns pertencentes à URSS (Polônia e Hungria) e então em processo intensivo de industrialização, John Goldthorpe e Robert Erikson (1993, p. 96-104) encontram um "considerável grau de estabilidade" nas taxas relativas de mobilidade, além da ausência de uma tendência definida de crescimento da mobilidade total. Essa constatação resultaria da multiplicidade de

rotatividade (da qual se protegem razoavelmente somente a partir da diplomação de nível superior), uma crescente inflação da capitalização cultural, tanto maior quanto maior sua escolarização (atualmente atingindo especialmente a educação secundária na América Latina),[178] além de uma estrutura produtiva cuja subordinação na divisão internacional do trabalho, 'paradoxalmente', é justamente o que possibilita a geração de uma massa de (sub)empregos precários e mal remunerados em razão de seu baixo índice de intensividade tecnológica.[179] (Araújo, 2013, p. 70-1; 78-80) É desta forma que

---

fatores (irredutíveis a um modelo de desenvolvimento capitalístico-industrial unívoco) atuantes sobre as taxas absolutas de mobilidade no decorrer das décadas do século XX nos países industrializados, os quais estariam afinados a ausência de uma tendência definida de crescimento da mobilidade; as taxas relativas de mobilidade tampouco apresentariam qualquer tendência permanente de crescimento conforme o aumento da expansão capitalístico-industrial para além de sua permanente "oscilação": "o maior resultado foi, por assim dizer, negativo: isto é, dúvida considerável foi lançada nas afirmações associadas ao que chamamos de teoria liberal do industrialismo. Nós não encontramos evidência de tendências gerais e permanentes em direção a maiores níveis seja de mobilidade total, seja de fluidez social, dentre as nações que consideramos; tampouco evidência de que taxas de mobilidade, absoluta [que estima o peso "estrutural" da mobilidade total] como relativa [que estima o peso da "circulação" ou "fluidez" na mobilidade total], estejam mudando consistentemente em outra direção qualquer; tampouco ainda evidência de que estas taxas apresentam uma tendência no decurso do tempo para se tornarem mais similares entre os países investigados. O máximo que poderia ser dito da parte dos argumentos que propõem alguma conexão entre desenvolvimento industrial e taxas de mobilidade maiores e mais padronizadas seria que mudanças estruturais – a mais importante, o declínio da agricultura – parecem afinadas a gerar retomadas nas taxas totais, e talvez também nas taxas de saída [*outflow rates*], em períodos de limitada duração e em etapas muito variáveis." (Ibid., p. 101-2) Guardada a não-idealização das taxas de mobilidade das formações sociais situadas no centro do capitalismo mundial, a periferia lhe acentua as clivagens estruturais devido primordialmente à *dupla subordinação interna-externa* a que estão submetidas suas classes populares. É assim que, comparando-se as chances de mobilidade para o Brasil e o Reino Unido para os indivíduos economicamente ativos investigados na década de 1980 – com todas as precauções que tal comparação supõe em termos de comparabilidade entre categorias *nominalmente* semelhantes –, os indivíduos com origem nas frações cultural e economicamente dominantes (profissionais, administradores e gerentes, e patronato urbano e rural) possuem, no Brasil, 11 vezes mais chances de herdar sua condição do que um trabalhador manual (rural ou urbano) teria de obtê-la; no Reino Unido, são 4 vezes mais chances. Da mesma forma, os trabalhadores não-manuais de rotina e os proprietários por conta própria possuem 5 vezes mais chances de chegar às camadas dominantes do que os mesmos trabalhadores manuais; ao passo que esta diferença atinge 2 vezes as mesmas chances no Reino Unido. (Scalon, 1999, p. 118-9)

[178] Na América Latina, "a tendência à generalização do ciclo completo de educação secundária trouxe consigo uma desvalorização relativa da educação, que se manifesta em um distanciamento (ou defasagem) progressivo das remunerações que recebem aqueles que logram atingir esse nível educacional em comparação aos que terminam a educação superior, o que se observa com claridade entre os jovens [...]. É importante ter em conta que, em termos relativos, as remunerações de quem hoje completa o ciclo secundário são menores do que as que obtinham no passado quem chegava ao mercado laboral com esse nível educacional. Tradicionalmente, a conclusão da educação secundária constituía o umbral educativo da classe média, porquanto se entendia que ele permitia uma maior apropriação dos códigos culturais da modernidade e portanto facilitava o acesso ao trabalho 'intelectual'. A massificação dos egressos deste nível desvaneceria esse selo de distinção." (Franco et al., 2011, p. 20)

[179] "Classicamente o desenvolvimento econômico é resultado do aumento da produtividade proporcionado pela transferência de mão de obra da agricultura e da mineração para a indústria, de setores de baixo valor adicionado *per capita* para setores de alto valor adicionado *per capita*, que são também setores poupadores de mão de obra. Ora, o que estamos vendo desde 1980 é a transferência de mão de obra da indústria para os serviços que apresentam menor valor adicionado *per capita* e maior demanda de mão de obra, mas mão de obra menos qualificada e, portanto, mal paga quando comparada com a da indústria. É claro que o quadro seria diferente se essa transferência estivesse ocorrendo para os serviços

registramos *ciclos de micromobilidades* que podem ocorrer tanto *no interior* da construção civil, do comércio e serviços e, em menor medida, da indústria da transformação, como se alternarem *entre* estes setores, os quais começam, se expandem e, nos limites estruturais das empresas, ou pela dispensa estimulada pelo "corte de custos" (aconselhados por consultores de mercado a visarem os funcionários mais antigos, conforme alguns relatos), parecem se interromper para recomeçar alhures, ou a ceder lugar ao trabalho por "conta própria" (incluindo o "fazer serviço por fora" nas antigas empresas onde se fora dispensado) facilitado pelo conhecimento prático e "clientela" acumulados.

Ocorre que esses fatores, conquanto absolutamente necessários à compreensão do fenômeno em foco, não são ainda suficientes, na medida em que desde o início de nossa investigação demonstramos que a caracterização da condição popular pelo processo de precarização laboral historicamente recente nos países centrais, e onipresente nas formações periféricas, não é em si incorreto, muito pelo contrário, suas evidências históricas sendo transbordantes; os limites de tal caracterização – como no conceito de "precariado" – está em tomar *uma dimensão* da condição popular (especialmente a econômica) pelo todo, *pressupondo* mais ou menos tácita ou explicitamente que os agentes sociais que lhes atravessam pudessem ser satisfatoriamente, ou 'essencialmente', definidos *de modo unilateral pela falta, e pela negatividade*; assim procedendo, *nos privamos da possibilidade de compreensão de sua totalidade existencial* no mesmo passo em que a reduzimos a um de seus aspectos e, assim reificando nossa abstração, quiçá lhe creditamos valor causal.

Por conseguinte, i) a condensação de experiências sociais constitutivas dos horizontes ascensionais impelidos pelo "crescer" que sinalizam primordialmente para a consolidação e a expansão das conquistas 'materiais' obtidas, e o cultivo de seu solo relacional, antes do que sua negação pela completa subsunção a aspirações e orientações socioeconômicas típicas de outras condições de existência, expressam, subjetivamente, os limites histórico-estruturais da periferia do capitalismo contemporâneo; ii) sem se reduzir unilateralmente as linhas de experiência oriundas das 'condições materiais', ou engendradas na precoce imersão às expectativas e anseios oriundos do sistema econômico, estes horizontes as assimilam na totalidade mais ampla que lhes constitui,

---

de alto valor adicionado *per capita* como são os de *softwares* e de finanças, mas não é isso que está ocorrendo." (Bresser-Pereira, 2013, p. 14-15)

nas quais se amalgamam todo o complexo de linhas que até aqui descrevemos ou ainda sua inesgotável diversidade. É por isso que sendo bastante atentos às "oportunidades" do mercado de trabalho onde quer que elas se apresentem, por outro lado nossos biografados as recusam todas as vezes em que elas venham a se *autonomizar* em relação ao conjunto de seus engajamentos (locais, familiares, matrimoniais): *o "crescimento" envolve o trabalho no seio destes laços*.[180] É quando referido a este *conjunto* que o termo manifesta a plenitude de seu sentido.

Precisamente em razão de se revelar no âmbito deste conjunto, esta orientação econômico-normativa está longe de ocorrer sem *tensões*, as quais atuam desde o próprio interior de uma trajetória em função da ambiguidade das linhas de experiência que lhe estruturam, como também perpassam suas inter-relações mais densas, próximas e íntimas. [181]

[180] É onde uma série de ponderações, priorizações e racionalizações *ancoram sua razão de ser*. Por exemplo, o pai (E1, gari aposentado, complementando a renda com "bicos") de um técnico em segurança do trabalho, assim relata a recusa, há poucas semanas da entrevista, de uma oportunidade profissional por parte de seu filho, de 37 anos, após uma trajetória de sucessivas micromobilidades desde a inserção, ainda na adolescência, no mundo do trabalho: "'papai me chamaram pra trabalhar nos Estados Unidos pra ganhar o dobro do que eu ganho aqui [...], mas eu num quero porque' [o pai retoma o discurso indireto para elencar as razões da decisão do filho] ele tem família, tem dois filho, aí ele não quis. Por causa da mulher e [por] causa dos filho, preferiu ficar aqui com o salariozinho... ele deve tá ganhando uns dois mil e pouco, por aí." Da mesma forma, tendo concluído curso de culinária pelo SENAC, um de nossos entrevistados (E22) afirma que "depois eu vi que num era aquilo que eu queria, que eu quero ter minha família, e se eu trabalhar com ramo de cozinha eu não vou ter tempo de curtir minha família. Então sábado, domingo, final de semana, feriado, véspera de feriado, eu sempre vou tá trabalhando, então não é isso que eu quero pra mim." Outra entrevistada (E15), almejando uma "vida melhor", enfatiza entre as vantagens em, por ventura, assumir um cargo de secretária o fato de que aos fins de semana disponibilizaria de mais tempo para passar em companhia de sua família, auxiliando em suas demandas e cuidados, especialmente com sua mãe – a despeito de sua conflitiva relação. Ou ainda outra trajetória (E29), em que o biografado vindo a trabalhar numa fábrica de legumes processados como ajudante de produção (limpando caixas de resíduos e instalações) e, após sucessivas micromobilidades, tendo assumido a vaga de "subgerente" (sendo responsável por "abrir e fechar planilha" com pedidos de empresas-clientes em várias cidades, pela compra de insumos necessários em função dos pedidos, etc.), com aumento no salário, veio por fim a largar o emprego: dentre os motivos está a exaustiva carga horária (das 14hs às 05-6hs da manhã, sem quaisquer formas de amparo formal apesar da carteira assinada) que lhe prejudicava a vida familiar: "que vida que tu ta tendo?"

[181] Tensões que via de regra inviabilizam uma acomodação idealmente 'harmoniosa' entre múltiplos engajamentos populares (familiar, conjugal, local, amistoso, ocupacional, religioso), a qual é tão valorizada quão difícil sua realização, na medida em que muitos são intrinsecamente irreconciliáveis entre si, sendo tal acomodação antes uma orientação a pautar as condutas. Por outro lado, mesmo o (neo)pentecostalismo que *idealmente* tende ao monopólio identitário, e por conseguinte a uma conversão coerente e por completo da narrativa identitária, não é uma força social *em si*, dissociada da *inerência* a estes engajamentos, visto que não trabalha sobre o complexo de linhas de experiência que visa dominar sem, no mesmo movimento, ser retrabalhado e relativizado por elas – e o caso do "evangélico" cujo estereótipo é disseminado no imaginário social se revelou, ao menos entre todos os biografados que assim se identificaram, mais como um *caso-limite* do que como um caso típico –, e se apresenta mais como uma *variação existencial no seio das classes populares* do que uma completa adesão aos projetos e prioridades que orientam a vida de outras camadas sociais cuja 'liberalidade' nos comportamentos é não menos avaliada enquanto 'libertinagem'.

Entrelaçamento matrimonial das projeções ascensionais

Na trajetória exemplar reconstruída no início deste capítulo testemunhamos o descompasso matrimonial entre duas orientações socioeconômicas que apontam para duas atitudes distintas em relação à vida. Isso é possibilitado não somente porque gradualmente a dominação masculina se eufemiza e transfigura nas últimas décadas à proporção do afluxo feminino no mercado de trabalho reconfigurando sua morfologia; decorrente do mesmo movimento, é crescente a importância assumida pelo *entrelaçamento matrimonial dos projetos socioeconômicos* (em relação ao mercado de trabalho, à intensidade e extensividade temporais além da natureza dos investimentos – técnicos, culturais ou econômicos –, e à formação de um patrimônio familiar como pauta das prioridades). Em consequência, se torna incontornável a *coordenação* destas ações e motivações, seus ritmos e a significação de que se revestem não apenas para cada um dos parceiros mas para a sistemática da 'relação' como tal.

No que diz respeito a nossas entrevistas, os acordos em relação à administração e ao controle orçamentários (sua racionalização em cadernos, anotações ou planilhas no computador), à formação de poupança, aos planos para aquisição de uma casa própria (ainda que na favela, ou projetada para que o interior ecoe as prioridades de cada um), mas também o suporte, quando não os estímulos, de um dos parceiros (ocupacionalmente estabelecido, independente do gênero) em "segurar a onda", fornecer "apoio" e "força" aos investimentos do segundo, se mostram fundamentais na orientação das condutas dos casais, isto é, no sentido de se evitar o que um de nossos entrevistados (E24) classificou espontaneamente como "projetos divergentes" (que descambam para o "isso é meu, isso é seu"), a isso contrapondo a necessidade de agir de modo que todos os cursos de ação sejam pensados em função "dos dois". Isso não significa necessariamente que as motivações coincidam, entretanto que não devam se antagonizar em sua temporalidade e sentido. O que está em questão nesta articulação envolve porém está longe de se restringir a uma dimensão recursiva (e.g. formas de aquisição de um terreno, poupança para os filhos, reformas para casa, localização do emprego), daí derivando orientações que podem contribuir: de um lado, para a manutenção e cultivo matrimoniais, para a possibilidade do *existir-com* que não se identifica a uma coexistência atomística porquanto as trajetórias co-participam do

sentido e das motivações umas das outras, *se co-constituindo experiencial e afetivamente neste entrelaçamento* de modo tal que, em caso de 'sucesso', *enfeixam um destino comum*; de outro, para sua fragilização e desmantelamento; e, o que torna as coisas altamente complexas, que podem também contribuir para tendências díspares em contextos, aspectos e intensidades distintas. Da consonância destas orientações de conduta pode derivar por exemplo a *admiração*, que se mantém para além do relacionamento, como nos é revelado por uma biografada (E21) a respeito de um ex-parceiro (conta própria) que "sempre foi *muito esforçado*. É aquela pessoa que eu admiro muito, que *cresceu*, se você ver a história de vida, o *suor* dele, hoje ele tem uma boa vida financeira. Não é rico, mas vive sem aperto." E dessa consonância pode depender a própria possibilidade do entrelaçamento conjugal, como ilustrado pelas expectativas matrimoniais de outra entrevistada (E12) que transita, imperceptivelmente, do aspecto afetivo para o caráter e para as orientações econômico-normativas, aspirando casar e formar uma família "com alguém que me respeite, que me ame, que tenha visão, que sonhe, que lute, que busque, determinada, [*mudança para um tom denotando prostração*] não uma pessoa parada, que não quer nada com a vida, [e sim] que procure *crescer*." Da infinitude de aspectos que envolvem este entrelaçamento afetivo-existencial importa para nosso ponto de vista que se os horizontes ascensionais voltados ao "crescer" implicam, em termos matrimoniais, uma *expansão material coordenada enquanto potencialização das conquistas já adquiridas, ou em vias de se obter, os projetos de cada um só podem ser adequadamente compreendidos como operando em função do compasso próprio à sistemática da relação*, de forma que um investimento ou engajamento socioeconômico mais intensivo, ou de natureza distinta (econômica ou cultural) por um dos lados, ou por ambos, pode ser potencialmente disruptivo a esta sistemática.

> Esta relativa interdependência e coordenação do sentido das condutas, assim como os sempre latentes riscos disruptivos, se mostra no caso de Roberto (22 anos, pizzaiolo, ex-atendente de *telemarketing*). Quando começou a morar com sua esposa numa casa na mesma favela onde sempre habitou e esta lhe manifestou o desejo de interromper os estudos no último ano do ensino médio, ele recorda sua reação: "você não vai parar de estudar mesmo! Agora? Ainda mais que você veio morar comigo?! [É só] pra dar motivo pra os seus pais falarem! Não, você vai estudar sim, *a gente vai crescer junto*, a gente vai se tornar alguém, ter muito dinheiro, nossa casa melhor, ter nossos carros e tal. Aí ela foi e terminou os estudos." Roberto se queixa de que, terminado o ensino médio, ela "não queria mais nada. Ela tinha um emprego também como auxiliar administrativo, que ganhava bem pouquinho, e *a gente começou a ter planos*. Só que eu queria muito fazer uma faculdade, muito, eu tenho muita vontade de estudar. Só que ela não tinha tanta. Então eu sei que se demorasse, a gente tivesse filho, ela não ia querer estudar

depois. Então eu falei assim: ‘faz uma faculdade você primeiro porque nós dois não vamos ter condições de bancar duas faculdades, vai se tornar alguém que depois eu corro atrás’”, e efetivamente sua esposa começou a cursar publicidade em faculdade particular. No entanto, as coisas se passam como se este suporte inicial, e a coordenação de seus projetos, gradualmente ensejassem uma *autonomização* das aspirações e prioridades de sua esposa, imprevista e indesejada por parte de Roberto: “eu sempre apoiando ela, falando: ‘vai sim!’, ela sempre teve muito medo. [...] Isso tudo foi dando certo na vida dela, aí *hoje ela se acha independente*, faz o que quer, e não é bem assim entendeu? Ela mudou, isso tudo pode ter subido à cabeça dela [...], tipo: ‘eu não preciso de você pra nada. Eu tenho meu dinheiro, as minhas coisas’... porque antes, tudo o que precisava era eu [quem bancava]”. De sua perspectiva, mesmo com seu “sacrifício” (trabalhar em dois empregos para auxiliá-la a custear sua faculdade e as despesas do casal), após melhorar sua condição (ocupacional, econômica e escolar) “ela simplesmente foi embora... agora ela quer curtir a vida dela”. Por sua vez Elias (21 anos, ex-auxiliar de escritório, cursando engenharia mecânica pelo FIES), já mencionado acima, recorda seu desestímulo em relação ao investimento escolar ao concluir o ensino médio, já cursado em supletivo: “ah, não quero estudar [em faculdade] não...”. Por influência de seu tio paterno, decidiu ao invés investir em um curso técnico em automação, o tendo concluído. Mas no final deste curso conheceu sua atual esposa (auxiliar administrativo) que já se encontrava bastante adiantada no curso de engenharia mecânica: “ela me animou” nesta mesma direção, “acabou me puxando, me dando corda” em algo que Elias, por sua própria conta, sequer colocava como possibilidade. Por outro lado, o auxílio também advém de sua parte: “vamos ser bem realista cara, hoje em dia quem tem conhecimento já é um passo à frente, eu sei que atualmente [enquanto aluno] eu não vou ganhar dinheiro como engenheiro, então o que eu puder fazer pra no momento *ajudar minha esposa pra ela crescer, e depois ela me puxar*, eu vou fazer.” Seu intuito é conseguir “alguma coisa” que lhe possibilite, com dupla jornada, “segurar as pontas” financeiramente e “botar ela pra estagiar, [pra] ela meio que dar um pontapé pra frente”, se referindo ao fato de que um estágio nesta área de formação demandaria que ela deixasse o emprego. Planejando se casar oficialmente, ao falar sobre os anseios da “casa própria” é possível vislumbrar a importância do contínuo trabalho requerido pela preservação da coordenação de seus investimentos e anseios frente aos riscos da autonomização intensificados pelo agonismo concorrencial-flexível do mercado laboral contemporâneo: “referente à casa própria eu não sei quando é que a gente vai ter, eu num sei o que vai ser do nosso futuro daqui a dois, três anos, quando ela se formar, eu não sei se ela vai pra outro lugar, se ela vai ter oportunidade aqui, então assim, não sabemos.” Já Wendel (36 anos, eletrotécnico conta própria) é um dos que mobiliza espontaneamente o termo “projeto”, num sentido bastante esclarecedor no que subentende: “então, o que acontece, o que é o nosso projeto? [‘*Nosso’ você diz...*] Nosso porque é meu e da minha esposa (auxiliar de cartório), nós temos o mesmo sonho. Qual é o nosso projeto? [termo sempre empregado espontaneamente] Nosso projeto é comprar um terreno na parte rural [na verdade a 15 minutos de carro do centro de sua pequena cidade], assim com bastante mato porque eu gosto disso (possuindo uma cobra de estimação com 1,20m de comprimento) [e] ela também; fazer a nossa casa, pra nós morarmos ali, e nós tamos querendo também comprar um terreninho na praia, pra construir uma casa na praia, ter um momento de lazer com a família”. Wendel não vê problemas em conciliar o local da moradia com seu trabalho, já que não trabalha em local fixo e atualmente o faz por conta própria, assim como também não sua esposa que se planeja para cursar uma faculdade de direito. Na verdade eles já pesquisaram sobre o terreno, e já se decidiram por adquiri-lo, ainda precisando construir a casa, o que é estimado levar mais de dez anos. Mesmo seus projetos ‘individuais’, em aparência atomizados, se enredam com as expectativas matrimoniais, visto que até lá planeja “ter uma empresa [em sua área de eletrotécnica] já

montada, as pessoas trabalhando comigo" porquanto "não adianta eu criar um patrimônio [a casa], depois eu não poder manter financeiramente". Também citado acima, Diogo (27 anos, profissional de solda), desvela a interdependência de seus projetos de temporalidade mais extensa com a sistemática matrimonial: "é como se, tipo, eu idealizo o que eu quero pra mim durante esse trajeto [futuro]. Eu tenho formalizado na minha cabeça tudo o que eu quero fazer, o passo a passo que eu quero dar na minha vida [*você tem mesmo, sozinho assim, isso na sua cabeça?*] Eu divido muito com a minha noiva o que eu quero, o projeto [termo espontâneo] que a gente tem de vida, de como que a gente quer viver lá pra frente [...]. A gente sempre conversa sobre o que a gente quer. O futuro né, ela com a faculdade dela, eu procurando o melhor na área que eu to", e exemplifica: "*um projeto que a gente quer muito* [é] tentar comprar uma casa pra nós dois", de modo a lhes permitir "iniciar uma vida a dois".[182] Ocorre que o dinamismo desta sistemática matrimonial não aponta necessariamente para o que cada membro do relacionamento individualmente, ou ambos em conjunto, intencionaram e projetaram. É assim que, já inserido no mundo do trabalho desde a adolescência, e observando suas dificuldades com os estudos ("eu deixei muito isso [o estudo] de lado, então hoje a gente sente dificuldade"), Diogo nunca cogitou a via do ensino superior, tendo optado pela formação profissionalizante. Essa "hipótese", entretanto advém da emergente divergência entre seus projetos e os horizontes ascensionais de sua esposa, não tanto explicitada por ela como sinalizada por parentes próximos. Tendo conhecido sua noiva quando ambos eram atendentes de *telemarketing* num mesmo *call center*, nos afirma haver "repensado" sua prioridade absoluta pelo trabalho e pela via profissionalizante. Atualmente, ela é secretária ao mesmo tempo em que cursa administração, e através dela Diogo aprendeu por exemplo sobre a possibilidade do uso de cotas em faculdade pública: "eu já falei com ela que eu pretendo fazer faculdade mas não agora. Por enquanto eu... ou nem faculdade, algum curso que possa me ajudar na área que eu to atuando. Mas não nessa firma que eu to, essa firma que eu to é pé de chinelo, eu só to lá mesmo pra esquentar a carteira [obter e registrar experiência profissional na carteira] e se Deus quiser numa hora entrar numa empresa melhor." A este respeito relata as pressões de sua mãe para que invista no ensino superior: 'ah, porque você não faz faculdade', aí fala: 'sua noiva faz faculdade, você num faz faculdade, num sei quê!' E eu falo: eu num tenho tempo pra fazer faculdade agora, eu não vou ter a paciência que eles têm, de parar, sentar em frente ao computador, e ficar estudando. Eu disperso muito das coisas rápido: eu to aqui mexendo no computador, daqui a pouco eu to pensando no que aconteceu comigo lá no ponto de ônibus. [...] Eu não pego praticamente nada pra ler, um livro, eu num... eu começo, até um jornal, se eu começar a ler um jornal, eu to lendo a notícia [e] daqui a pouco eu me irrito, não tem nada de interessante [e] eu solto a notícia e num leio mais." Além de sua mãe, a tia de sua noiva também lhe adverte sobre os riscos de incompatibilização de seus caminhos, sobretudo após a conclusão do ensino superior e sua ampliação do leque de possíveis ascensionais: "se você não estudar você vai perder ela!" Através de testemunhos de parentes, nos é realçada sua "baixa autoestima" neste ponto, por exemplo com nosso entrevistado se sentindo inferiorizado quando sua noiva e outros conhecidos discutem assuntos voltados ao ensino superior, contextos em que se sente deslocado e reage com irritação, chegando a supor que o fazem para afastá-lo propositalmente.

[182] Preferindo uma cidade, enquanto sua noiva, outra, Diogo ensaia o exercício de compatibilização de seus anseios: "então nem eu nem ela, a gente procura tentar achar um lugar neutro pra ficar junto."

Já a importância do caso de José (34 anos, balconista com função e autonomia gerenciais) e sua esposa Lidiane (29 anos, professora de educação infantil) deriva principalmente do fato de esta união socioafetiva resultar de *uma afinidade eletiva envolvendo o entrecruzamento entre percursos pautados por orientações socioeconômicas heterogêneas*.[183] Ambos levam uma vida de casados *de facto*, residindo na companhia de dois filhos em uma mesma casa situada em um bairro periférico na região metropolitana do Rio de Janeiro ao lado de uma extensa parentela, de ambos os lados, que constitui seu substrato de sociabilidade e origem social comum. Sua esposa, Lidiane, após uma bem-sucedida experiência escolar – do ponto de vista institucional – cursa o ensino superior em uma universidade pública, estando prestes a concluí-lo. José, de modo alternativo, marca um distanciamento até certo ponto repulsivo em face a sua experiência escolar e, tendo concluído o ensino médio acompanhado de um infeliz sentimento de "obrigação", concentra seus esforços e aspirações em seu crescimento ocupacional (principalmente em termos de importância funcional, reconhecimento profissional e maior rendimento), sendo o principal administrador financeiro do casal, ademais lhe garantindo os maiores rendimentos. Com efeito, o ritmo do investimento hegemônico de cada um (econômico de um lado, escolar de outro) se realiza em função do compasso próprio à sistemática da relação. Assim, um investimento escolar mais intensivo de Lidiane poderia colocar em risco este co-engajamento como ocorreu, veremos, com seu ex-marido. O horizonte pragmático de José, materializado por suas práticas, se faz compatível ao de Lidiane – especialmente quando comparado aos brutais conflitos e insatisfações vivenciadas por ela em seu relacionamento anterior –, seus projetos se enredando aos da companheira de maneira tal que o sentido e as limitações de cada um, naquilo que inovam e naquilo que mantêm do meio popular de origem comum, se entrecompõem.

> O encontro entre José e Lidiane se deu através da rede comunitário-vicinal cuja força centrípeta é bastante consoante àquela já descrita anteriormente. De fato, José é primo da atual esposa do pai de Lidiane – sua madrasta, com quem se casou há cerca de vinte anos. Uma imensa rede familiar os envolvendo habita o mesmo bairro urbano periférico em que permanecem até hoje, residindo em ruas muito próximas cuja distância é facilmente percorrível à pé – as mudanças ocorrendo no máximo entre lares no interior do mesmo bairro.[184] Esta configuração relacional

[183] Para a possibilidade de diferenciação entre "orientações" ou "investimentos" majoritariamente econômicos e/ou culturais no seio das frações populares – em detrimento de seu tratamento indiferenciado ou caracterizado *exclusivamente* pela ausência de capitais – cf. Jan Rupp (1995).

[184] Lidiane nos relata que, antes de coabitar com José, "eu tava acostumada com aquele convívio familiar, assim, aquela casa cheia de gente, minhas tias, mesmo quem não morava na mesma casa morava na casinha do lado".

em que a sociabilidade familiar se coaduna à vicinal é um dos aspectos centrais para compreendermos o campo volicional comum que baliza os projetos do casal para além das diferenças entre os investimentos heterogêneos que a princípio os caracterizam. Ou seja, aqui a aproximação familiar ("tinha muito contato com a família") *precede* a união conjugal, lhe fornecendo a matéria socioafetiva de realização. Mas no caso de José, o eixo econômico-normativo de suas condutas se dá pela inserção ocupacional: "depois que acabou o segundo grau, pra mim, é como se tivesse acabado o estudo. Num tinha mais prazer em estudar, eu gostava de trabalhar. [...] [O estudo] era tipo uma obrigação mesmo, e tudo o que é obrigado num é bom." Chegou a tentar cursar pré-vestibular cerca de cinco anos após terminar o ensino médio: "eu fui tentar ver se eu conseguia, eu queria mostrar pra mim mesmo se eu tinha coragem de voltar, de estudar de novo, se entrava alguma coisa na minha cabeça [...] mas eu vi que num era isso que eu queria mesmo cara", nem mesmo chegando a tentar as provas. Mesmo um concurso que chegou a tentar não lembra do cargo, e se mostra vago e esquivo quanto à possibilidade de se investir em qualquer ativo de qualificação que dependa de uma rotina de estudos mais duradoura. De forma totalmente outra, a entrada no mundo do trabalho representa para si um caminho efetivo, significativo, real visto que concretamente realizável com a integralidade de suas forças. É este mundo que concentra seus investimentos indissociavelmente instrumentais e morais, sua fonte de recursos tanto quanto de reconhecimento. É, portanto, através dele que José busca se realizar e "crescer" na companhia de Lidiane. Assim, nosso entrevistado, seguindo caminho bastante comum nos meios populares, visava entrar no mercado de trabalho já durante o ensino médio, razão pela qual passou sua matrícula escolar para o turno da noite e, aos 16 anos, efetivava esta vontade em parte pressionado pela mãe que manifestava seu desejo de que o filho trabalhasse ao mesmo tempo em que estudasse ("eu nem lembro direito o que foi, eu num tinha trabalho fixo, eram uns biscates [...], era pra ter um dinheirinho sabe, minha mãe sempre joga na cara: 'ah você tem que fazer alguma coisa, trabalhar"), mesmo que os recursos fossem para seu próprio usufruto. Seus serviços consistiam inicialmente de tarefas irregulares como, por exemplo, jardinagem em moradias da vizinhança ou auxiliar sua mãe em um microempreendimento (um "barzinho") feito por ela na extensão da própria casa. Seu primeiro trabalho fixo ocorreu quando, já próximo do fim do ensino médio, foi admitido como balconista em uma loja de materiais de construção ("eu não sabia de nada", comenta relativamente aos materiais com que trabalhava explicando porque "levava esporro do patrão"). Atualmente está em seu terceiro emprego fixo, com carteira assinada, todos invariavelmente em lojas de material de construção localizadas, aliás, na mesma rua. No entanto, perscrutando sua experiência profissional com atenção percebemos que o deslocamento de José em todos esses anos não se resumiu ao deslocamento de loja à loja, uma à imagem da outra. Em seu atual emprego passou a ocupar uma função gerencial em que possui maior autonomia, poder decisório, reconhecimento, estima e rendimentos do que os outros funcionários (carregadores, motoristas e o que classifica – não sem um certo desconforto – como "peões" em geral), sendo-lhes hierarquicamente superior. Esta experiência de micromobilidade (intraocupacional) em relação a si e também ao pai (que, além de não ser alfabetizado, detinha um menor volume de recursos econômicos e era, em termos ocupacionais, classificável como um "peão" pelos critérios do próprio filho perante os trabalhadores manuais não-qualificados) se torna mais nítida quando narra a "saturação" que vivia no cotidiano de seu trabalho anterior, cuja falta de valorização material e simbólica lhe gerava uma forte insatisfação que parecia crescer à proporção de sua autoconfiança em dominar cada vez mais os negócios no ramo dos materiais de construção após mais de dez anos de uma experiência que sabia requerida e valorizada em qualquer outro lugar. Sendo então contatado por um amigo acerca de outra oportunidade, exatamente a que se encontra hoje, aceitou prontamente a proposta e, se foi formalmente

contratado como balconista (como consta na carteira de trabalho e o correspondente rendimento apenas nominal de dois salários ali indicado), é, em sua descrição, uma espécie de gerente responsável pelas compras e abastecimento da loja, pelo estoque, controle do caixa, etc., possuindo "mais autonomia em tudo, até pedir pra um funcionário [...] pegar um cimento, fazer qualquer coisa lá e eles fazerem." Percebe cerca de três salários, embora ultrapasse quase sempre este valor pelos "incentivos" extras de seu patrão.

Ora, os investimentos socioeconômicos de Lidiane se definem por outra orientação. E é ao falar de seu primeiro engajamento afetivo duradouro, envolvendo seu ex-marido – anterior ao atual companheiro – e com quem possui uma filha ainda criança, fruto de sua sempiterna e densa rede comunitário-vicinal, que compreendemos a *força diferencial* de outro importante eixo sistêmico-experiencial estruturante de sua subjetividade: a instituição escolar e seu prolongamento pelo ensino superior. Fora justamente quando cursava o ensino médio que Lidiane conheceu seu referido companheiro e posteriormente (ex)marido, com quem permaneceu casada por cinco anos. Neste período, ela apenas garantia suas boas notas sempre preocupada em não se "descontrolar" dos estudos, todavia parecendo concentrar grande parte de suas forças nesta nova relação conjugal que lhe tomava dias inteiros "de farra, de bagunça, de festa". Seu companheiro, após completar o ensino médio, "trabalhava com tudo o que você pudesse imaginar", desde vendas ou marcenaria a "lava-jato". Lidiane, por sua vez, passou a trabalhar em uma lavanderia onde "fazia de tudo" (desde os serviços de caixa e atendimento até a lavagem propriamente dita), seu primeiro emprego, cerca de um mês após haver concluído o ensino médio. Esta "oportunidade que eu tive de cara" (com carteira assinada e comissão) lhe havia sido comunicada sintomaticamente por uma prima, ou seja, permanecendo dentro do âmbito do horizonte comunitário-familiar de razoabilidade e sentido. Momento relativamente estável no relacionamento e passando a morar juntos, Lidiane permanecera neste emprego por quase quatro anos, trabalhando diariamente das 8hs às 16-17hs. A principal razão desta relativamente longa permanência em um emprego que, a seus olhos, estava aquém do que pretendia para si (seu desejo de cursar uma faculdade ainda perdurava) e lhe deixava cada vez mais "sobrecarregada" era o fato de que sua filha acabara de nascer e seu marido "não parava em emprego [algum]. Então eu tinha medo de a gente sair de lá [da lavanderia] e eu ficar em uma situação complicada, ainda mais com uma criança." Entretanto, entrando para um curso pré-vestibular noturno Lidiane decidiu enfim abandonar este emprego, decidida a investir no ensino superior. Aprovada para pedagogia em uma universidade pública, esta realização traria consigo, porém, uma insuportável crise em seu relacionamento. Não exatamente pela intensividade nos estudos na medida em que mantinha o pragmático hábito de estudar somente para provas ou, eventualmente, caso algum assunto a interessasse eventualmente. A valer, seu principal embaraço se devia às crises de ciúme crescentemente incontroláveis de seu então marido ocasionadas pela sua frequência à nova ambiência universitária, a qual lhe era completamente obscura e potencialmente disruptiva: "enquanto eu só trabalhava, saía de casa pro trabalho, do trabalho pra casa, pra ele era suficiente." Acontece que já no pré-vestibular "você começa a conhecer outras pessoas. Às vezes eu saía dez, quinze minutos antes da aula aí queria, tipo, ir no *shopping* com as meninas" e "pra ele aquilo era absurdo, porque ele dizia que *shopping* é lugar de azaração. [...] Aí quando eu passei pra faculdade os outros começaram a colocar um monte de coisas na cabeça dele [...], que faculdade era isso, que faculdade era aquilo. Aí [tem] aquele ditado: o que o amor constrói, a faculdade destrói! [risos] Ele começou a ficar muito neurótico: eu na sala de aula [e] ele ligando pro meu celular,[...] dizia que tava escutando barulho de sinuca, coisa doida assim, coisa alucinada. Tipo: 'quem tá aí com você? [...] Porque que demorou a atender?'" [risos] Ante a situação, Lidiane passava a assumir então

uma postura abertamente desafiadora, a demorar em seus passeios, frequentar bares, casas de colegas, reforçando sua autonomia o que resultava em conflitos recorrentes. "Aí gostei [dessa] vida [...], e a gente se separou porque viu que não tava dando mais certo mesmo. Assim, uma separação que até hoje ele não aceita muito bem, mas..." [*você que terminou então?*] Eu que terminei, com muito custo. Foi um processo de separação complicadíssimo [...] por conta dele, porque ele não queria aceitar." As brigas em frente a sua filha, então com apenas 3 anos, consistiram numa das motivações centrais para sua decisão de pôr termo ao relacionamento. É importante considerar que durante seu trabalho anterior nunca houve problemas mais graves; se "ciúmes" havia, "só com os estudos" vieram a se desencadear com tamanha intensidade. Isto pois, segundo Lidiane, "quando eu trabalhava na lavanderia ele sabia que era lá [na proximidade comunitário-vicinal], que tava num lugar tipo isolado, num tinha muito contato, era um ambiente mais profissional. [...] Agora, ambiente de faculdade, sabe? É amizade, homem, mulher, relacionamento, sabe aquela coisa, tinha um bar lá na frente que tinha uma fama danada. [...] Antes de eu entrar ele já rotulava tudo." Para além das fronteiras do bairro enquanto o que já caracterizamos enquanto paisagem local ou universo afetivo-referencial implícito, fenomenicamente seguro e ontologicamente estável, onde se conheceram e, como consequência fluida, co-investiram suas vidas, a convencional ciência das (e o controle sobre as) atividades de Lidiane diminuíam. Seu novo investimento lhe parecia em tudo nocivo e desestabilizador, tanto mais quanto mais nele Lidiane parecia se realizar prescindindo de sua presença. Seu desconhecimento lhe gerava toda sorte de representações agressivas ao relacionamento e que correspondiam, angustiadamente, a uma crescente autonomia de sua companheira em uma espécie de nau cujas credenciais de acesso não possuía e, na verdade, da qual a própria razão de ser parecia lhe escapar. Com José, as coisas ocorreriam de outro modo.

Também frutos do mesmo universo de sociabilidade, com uma extensa rede de parentes co-habitando o mesmo bairro, Lidiane e José se conheciam, na verdade, "desde criança". Chegaram a "ficar" enquanto eram mais jovens, sem nenhum compromisso maior, antes do conturbado relacionamento de Lidiane com seu ex-marido. O reencontro de ambos se deu 'naturalmente', através de festas ou visitas pelo bairro, de amigos, parentes e ambientes de frequentação em comum. Foi assim que cerca de um ano após o ex-casamento voltaram a se envolver: "foi muito rápido, a gente voltou a ficar e com menos de um mês eu engravidei", explica Lidiane se referindo a seu segundo filho, desta vez com seu atual companheiro. A gravidez havia sido explicitamente desejada por José, que parecia não se importar com o breve tempo de reencontro. Perguntado sobre as razões deste desejo por uma pronta paternidade é possível compreender que este filho viria preencher um papel no seio de uma constelação de sentidos mais ampla: "eu sou muito amoroso, gosto muito de cuidar, [...] e eu sempre soube que quando eu tivesse meu filho eu seria apegado a ele [...], e [também] pra ter mais responsabilidade mesmo, tipo você ter uma coisa na vida pra você ir seguindo certo pra você de repente não ir pro lado errado em algumas coisas que a vida leva, entendeu?" Ora, situemos esta declaração ao lado da postura satisfeita de José sobre seu atual emprego e respectivo salário ("pelo que eu faço lá tá bom, não tá ruim não") em que lembra ser melhor remunerado e mais valorizado do que anteriormente, e associemos isto à sua avaliação de que, com "uns 600, 800 reais por semana [...] eu estaria satisfeito, daria pra viver tranquilo", e o que se nos descortinará é uma orientação perante à vida que se baliza por uma ampliação administrada de suas possibilidades. Da mesma forma, para Lidiane, não é a maternidade, ainda que não-planejada, que poderia obstaculizar sua capitalização cultural, e sim *o contrário*. Lamentando haver voltado ao trabalho logo após a licença-maternidade da primeira filha no casamento anterior, necessidade gerada pela já mencionada irregularidade dos trabalhos do ex-marido, não hesitou na ocasião do nascimento de

seu segundo filho, desta vez assegurada pela estabilidade financeira ao lado de José, em "curtir mais ou pouquinho meu filho", trancando a faculdade e somente trabalhando como professora após o filho completar 1 ano e mais alguns meses ("num tava nem procurando trabalho a princípio"), sua conduta se mostrando mais oblíqua e reservada do que abertamente estratégica.[185] Postergando o investimento em concursos em sua própria área de formação que lhe garantam maior estabilidade e segurança, as coisas se passam como suas ações se orientassem em cultivar com seu companheiro o curso da vida em que se encontram, e nenhum investimento que possa colocar em risco sua estabilização se lhe afigura no horizonte próximo: "eu num tenho muito devaneio assim. Eu sou muito pé no chão. Eu quero ter uma casa decente, direito mesmo, pra mim e pros meus filhos, tá de bom tamanho. E eu quero poder trabalhar também, [...] dando aula mesmo como professora, pedagoga, qualquer coisa mesmo dentro da área de educação e tendo uma casa mais confortável, com espaço, principalmente com quintal porque eu gosto de fazer minhas festinhas, receber minha família, pra mim tá ótimo, tá de bom tamanho." Não se trata de simples acomodação à situação a que se encontram, até porque esta já se modificou tanto comparativamente a si mesmos na entrada ao mundo do trabalho como, no caso de José, nossa trajetória de referência metodológica, também em relação à condição paterna; antes, *seus projetos socioeconômicos se situam em um pano de fundo existencial de expansão coordenada de suas* "*conquistas*".[186] José, o pulso econômico do casal, além de gerir sua renda junto com a de sua companheira – que se admite "consumista", estando com o nome incluído no SPC – e manter uma poupança para casos de "urgência" ("a gente não sabe o dia de amanhã"), adquiriu um terreno em bairro próximo e racionaliza com precisão suas possibilidades sempre pensada em termos patrimoniais. Do valor inicialmente investido de 4 mil reais, estipula hoje que poderia revendê-lo por 30 mil reais embora não o pretenda justamente por estar em plena valorização, levantando o fato de um terreno não desvalorizar caso seja construído em um bairro com boa infraestrutura ("se estão asfaltando, colocando água"), ao contrário de um carro que inevitavelmente perde valor na revenda.[187] Além disso, um primo de sua esposa – novamente vocalizando seus laços familiar-comunitários – já lhe aventou a possibilidade de construção para venda de duas casas nesta propriedade, já orçadas no valor próximo de 150 mil reais cada uma, no que seria um sutil e ao mesmo tempo concreto vislumbre de um *empreendimento capitalístico-familiar*.[188] Nesta direção, *ao mesmo tempo em*

[185] Quanto ao trabalho, tendo ciência da abertura de inscrições para contratos docentes pelo município onde reside através de uma amiga, compareceu sem se preocupar em levar praticamente nenhum documento exigido, tampouco suas cópias, mesmo sabendo de sua obrigatoriedade; nem mesmo havia retornado à escola para levá-los em outra data conforme anuído durante a entrevista. Ainda assim fora selecionada no único turno que se dispôs a trabalhar, o noturno, de modo a não obstruir a continuidade de seu ensino superior. Quanto a este, se chegou a cogitar prosseguir os estudos na pós-graduação assim que adentrou à universidade, parece gradualmente se afastar da idéia com as dificuldades que tem encontrado em escrever sua monografia e com a experiência de participação em um grupo de estudos de que não sente falta: "graças a Deus agora eu saí fora dessa."

[186] Assim, por exemplo, não pretendem ter mais filhos, embora Lidiane deixe a possibilidade em aberto condicionalmente: "a gente tem que estar bem mais estruturado pra isso, nunca se sabe [quanto à possibilidade de] ter uma ascensão de uma forma que a gente veja que tenha condição mesmo legal de manter, [mas] não no nosso estado financeiro atual. A gente sabe que não vai faltar nada, mas a gente sabe que o conforto que a gente dá pro nosso filho a gente num vai poder dar em decorrência de outra criança."

[187] Lidiane assere que visitaram juntos o terreno adquirido: "isso foi uma das coisas que a gente fez em comum acordo mesmo", lembrando, inclusive, determinada ocasião em que se opôs à venda do terreno julgada precoce: "vamos dar uma investida, quando a gente for vender a gente vende ele legalizado que vai valer mais, vai valorizar".

[188] Esta orientação rentista, ainda mais comum nos ciclos de vida mais avançados nas classes populares, é bastante conservadora quando comparada aos riscos de uma conduta capitalística "aquisitiva" ou

> *que José empenhou a história de sua vida, assim como a de Lidiane, no bairro periférico onde habitam até hoje próximos de suas respectivas redes familiares, elas mesmas entrecruzadas entre si, suas projeções socioeconômicas a ele não se assimilam inteiramente* e José explicita a consciência dos limites ali inscritos para o crescimento do casal quando afirma sua pretensão, embora ainda sem qualquer previsão ou atos concretos para efetivação, em "comprar uma casa financiada pra sair de lá onde a gente tá, [...] porque não é nosso futuro lá... num tem como *crescer* lá onde a gente mora, entendeu? Num tem como fazer nada pra gente ter mais conforto, e a gente não tem conforto onde a gente tá. [...] Lá num é movimentado... num tem como *crescer*. Pô lá também perto de parente não dá certo..."[189]

A *coordenação matrimonial de seus investimentos*, predominantemente econômico por parte de José, majoritariamente cultural por parte de Lidiane, cada qual evidentemente expressando a especificidade de suas possibilidades ascensionais, se estabelece no horizonte uma *projeção existencial comum de crescimento*, que é *imanente e estruturante* do conjunto de suas motivações e ações econômicas, o fundo de inteligibilidade de sua balística ascensional por participar da *conexão de sentido* de suas vidas.

Ora, assim sendo, é fundamental que nos indaguemos também se esta entretessitura dos projetos ascensionais individuais, familiares e matrimoniais, a qual ocorre não apenas quando já se encontram forjados visto que eles se *entreconstituem* reciprocamente pela inter-relação de suas forças e inclusive de seus antagonismos, se conjuga com projetos coletivos mais amplos, especificamente os políticos, ou se, em outras palavras, são por eles abarcados.

---

exclusiva e formalmente baseada em "cálculos de capital" (Weber, 2000). A este respeito José lembra que joga na Mega-Sena regularmente ("eu sou bem positivo com negócio de Mega-Sena [...]. Eu levo à sério, sinceramente."), e que, caso ganhasse, "ajudaria muitas pessoas" e "compraria uma casa boa pra mim e [iria] viver só de renda porque a renda ia ser boa e assim num preciso mais trabalhar pra ninguém."

[189] Aqui se revela o que já caracterizamos como as aberturas endógenas aos laços fortes através de suas linhas agonísticas. No decorrer da entrevista José relata que sua mãe construíra outra casa em seu terreno, ao lado da que já habita, justamente para alugá-la. Perguntado sobre a possibilidade de ali residir nos diz que "eu mesmo não me dou bem com minha mãe entendeu?... a gente num se dá bem. Eu até converso com ela e ela conversa comigo, mas a gente vai debater [no sentido de discutir]. Eu falei com ela que se existe reencarnação eu acho que na vida passada a gente era inimigo, porque a gente num... ela é complicada, eu também to numa idade que eu já escutei muito dela, não to mais na idade de ficar aturando que ela fale pra mim o que ela quiser. Eu tenho minha opinião e ela tem que me respeitar e ela não respeita. [...] Tá virando uma rotina e chata, ela querer se meter na minha vida, da minha esposa e do meu filho."

7.4 A economia política do "crescer"

O discurso meritocrático enquanto expressão narrativo-identitária das trajetórias ascensionais no âmbito da transição a um novo agonismo competitivo sistêmico

Os *interesses*, seja convencionalmente abstraídos em sua dimensão 'material' na mesma medida da relativa autonomização histórica da instituição 'mercado' em particular, seja como manifestação profunda do desencantamento moderno no sentido weberiano em geral, e de seus modos de ação (individual ou coletivo) correspondentes, do ponto de vista dos agentes sociais resultam do que Heidegger ressaltou como *inter-esse* (2010, p. 23), do se estar por entre, e no seio das coisas, as quais em sua *conjunção primordialmente vivida* não se apresentam precisamente delimitadas, cindidas ou reificadas em seus atributos 'econômico', 'político', 'moral', 'jurídico', etc. Neste sentido, a *fisionomia política* assumida pelos horizontes ascensionais-populares investigados, incluindo (sem se reduzir a) expectativas em termos de "padrão de vida", planos ocupacionais, anseios patrimoniais e projetos econômicos diversos, já se revelara *latente* no complexo de linhas de experiência que constituem as trajetórias em que se inscrevem. E entre nossos biografados, poucas ênfases se mostraram tão consensuais e despidas de ambivalência como a *feição marcadamente meritocrático-popular, avessa aos órgãos clássicos de representação*, assumida em suas narrativas.

A manutenção dos baixos índices de sindicalização a despeito da massiva geração de empregos formais na última década[190] não é senão um indício particular de uma *tendência* mais geral a qual, embora longe de exclusiva ou de esgotar o conjunto de posicionamentos políticos registrados se revela, no entanto, como *hegemônica*, qual seja: de *ativa desvinculação dos projetos ascensionais-populares de projetos político-institucionais*. Nos antecipando a evitar mal-entendidos, enunciemos uma vez mais o que já explicitamos quando da análise da trajetória exemplar de Paulo Sérgio (E18) ainda no segundo capítulo: *toda trajetória assume uma dimensão política, ainda que voltada a sua negação institucional, e ainda que passível de manifestação sob as mais diversas formas (como, em seu caso, a sublimação estético-política)*. Isso em conta, a

[190] Embora tenha se registrado na última década uma maior formalização dos vínculos capitalísticos, entre os trabalhadores que percebem até 1,5 salário, sua adesão sindical permanece bastante restrita. Se em 1999 a taxa de sindicalização alcançava 12,2% do total de ocupados e 32,9% dos assalariados formais, em 2009 alcança, respectivamente, 13,1% e 29,7%, ainda mais baixas entre os trabalhadores do setor de comércio e serviços. (Pochmann, 2012, p. 44-6)

própria postura e expressão facial dos entrevistados quando tais questões vinham à tona evidenciavam tal distanciamento, muitas vezes repulsivo, e por esta razão nunca impúnhamos temáticas que de algum modo não fizessem parte de sua experiência, e ainda assim precedidas pela indagação de se porventura já se teriam colocados eles mesmos a questão e, caso o tivessem, mediante quais termos. Ao assim procedermos, uma série de resultados disseminados pelas chamadas "pesquisas de opinião" em jornais de grande circulação não puderam se mostrar senão como *irrealidades*, o que em si não seria surpresa caso nelas não se fiassem inúmeras interpretações 'sociológicas' desprovidas de crítica metodológica, com resultados não menos *fictícios*, jamais se colocando sequer a questão se tal ou qual pergunta não imporia uma *problemática absolutamente desprovida de significação* (Bourdieu; Passeron, 2004; Mauger, 1991) para tais camadas sociais, não em si, enquanto posicionamento político, mas no modo como é inquirida (como o exemplar caso da autoidentificação no "espectro ideológico" esquerda-direita, cujo resultado se apresenta efetivamente como um espectro).

É com isto em consideração que adotamos uma série de precauções metodológicas que têm por intenção evitar *questões artificiais* nos pontos que norteiam a temática política.[191] Tomadas as necessárias precauções metodológicas, o predomínio dessa *tendência* à dissociação dos projetos socioeconômicos de projetos político-institucionais se expressa através de um conjunto de atitudes de explícita desidentificação, reserva e, no limite, de *negação da política institucional* e de tudo o que a ela se associe, direta ou indiretamente. Isso não implica, necessariamente, que não se possa experienciar concretamente impactos mais ou menos diretos de determinadas políticas públicas como potencialmente benéficas, pelo contrário, ou ainda que não se possa discriminar criteriosamente o candidato "mais bem preparado" ou o "menos pior" (ou ainda aqueles que "por mais que roubem, fazem um pouco mais"), suas características (se transmite ou não "confiança"), "projetos políticos" e "propostas" pessoais – em detrimento dos partidos, relegados a segundo plano ("julgar livro pela capa"). Essas escolhas, contudo, parecem resultar da transposição de critérios predominantemente pragmáticos empregados em outras esferas da vida. É assim que as

[191] Por exemplo as questões acerca do programa bolsa-família, das cotas universitárias e das eleições (cf. nosso roteiro de entrevistas, apêndice B), foram construídos na medida em que se inserem no contexto experiencial palpável de nossos entrevistados (se eles mesmos não participaram de um programa social em algum momento, dificilmente seus parentes não o fizeram ou ainda o fazem; a cota universitária, pelo corte geracional e pelo diploma de nível médio, está igualmente inserido em sua experiência vivida, assim como as eleições obrigatórias). O primeiro e o segundo caso nos permitem, respectivamente, transitar sem artificialismos para a dimensão política de sua (des)capitalização econômica e cultural.

cotas são mobilizadas sem meias palavras por quem se revela contrário a sua implementação, ou a "política" é interpretada por alguns entrevistados como a troca de favores com vereadores, incluindo a compra de votos (50 reais cobrados por cada indicação), ou que a relação com os sindicatos seja em grande medida pautada pela busca de serviços, benefícios ou de formação profissional (as greves ou atuações "políticas" sendo vistas com certa desconfiança e com receio de retaliações profissionais), e mesmo o associativismo comunitário se apresenta como possibilidade de engajamento, embora mais de cunho filantrópico do que propriamente político-programático (por exemplo mobilizando a busca por salas e aulas de informática e de teatro para a comunidade local, além de cadastro de desempregados, o que se mistura com a organização de festas para o dia das crianças), e bastante pragmático nos canais utilizados que podem variar desde a Igreja local às secretarias municipais, selecionados ou descartados acima de tudo por sua capacidade de resolução de problemas específicos.

> Assim, uma das entrevistadas (E11), cotista em universidade pública, não possui nenhum posicionamento acerca da questão de cotas: "essas questões são complicadas" [risos e postura de distanciamento]. Indagada sobre se já se colocou, ou não, estas questões: "eu não sei se eu já pensei sobre isso, mas deixa eu pensar...". Não tendo certeza de quem votou nas últimas eleições presidenciais (suspeita ser em Dilma Rousseff), tampouco nutrindo simpatia por qualquer partido ou se identificando como de "esquerda" ou "direita", assim que o encontro se dirige a tais questões, assume um tom de languidez, com respostas curtas e equívocas. Já outra entrevistada (E13), tendo votado em José Serra no último pleito não tem muita clareza das motivações: "eu num entendo muito de política porque eu num gosto nem de participar de política", mencionando ter ouvido comentários de que "o pessoal do PT é muito 'revolucionista'" [sic]. Assim como não possui simpatia por nenhum partido, não vê qualquer sentido em se considerar como de esquerda ou direita. Aliás a esse respeito outro relato (E9) assume a mesma feição: "nunca me posicionei nesse sentido não", igualmente não assumindo simpatia por nenhum partido em particular. Em outra entrevista (E15), tendo o último voto presidencial se direcionado à Dilma Rousseff, pela lembrança genérica e sem muita convicção de determinadas políticas de transferência de renda – que membros de sua família recebem – e sem simpatia por qualquer partido em especial, indagada "se eu me considero de esquerda ou de direita?... [muitos risos] não passa, [risos] não passa não [pela minha cabeça]." Já outro entrevistado (E28), declarando voto em Dilma Rousseff nas últimas eleições, titubeia: "eu votei [nela] por [gagueja]... nem sei! Num tive escolha. [...] Eu já sabia que a Dilma ia ganhar, porque geralmente o presidente vem [durante] dois mandatos e ganha os dois. [Então] eu preferi votar nela mesmo [...] [*só por isso? risos*] Só por isso, por mais nada [risos]. Eu já sabia que ela ia ganhar". Não possuindo nenhuma simpatia por partido, e optando por "ficar de fora" de tudo o que lhe diga respeito" (nunca se pensando, por exemplo, como de esquerda ou direita), o que se expressa por respostas evasivas e entonação de desânimo (no caso das cotas, que poderiam lhe dizer respeito dada sua intenção de se transferir para universidade pública, nunca pensou no assunto) sua única relação com a política é estritamente instrumental e pessoal, conseguindo

contatos com vereadores, seja para obtenção de bolsa na faculdade particular, seja para empregos, seja ainda pelo juízo positivo acerca do Programa Bolsa-Família pelo simples fato de que "ajudou muito, tanto a minha mãe como a minha tia, era um dinheiro a mais que entrava pra poder ajudar", analisando a possibilidade de aderir ao programa precisamente para seu filho. O discurso especificamente "anti-petismo" em muitos casos, quando perscrutado, parece epitomizar uma relação anti-política em geral – e na verdade anti-Estado, como veremos mais adiante – como no caso de mais um relato (E29), no qual o entrevistado votou no PSDB nas últimas eleições presidenciais porque "infelizmente eu sou um anti-PT, eu num voto no PT", visto que "eu acho que o PT disfarça muito, ilude muito o povo: todo mundo tá achando uma boa esse troço de.... que ela [Dilma] tá fazendo aí com o governo da bolsa-família, essas coisas assim, mas eu acho que não. Eu acho que o povo tem que parar de ser hipócrita e ver a realidade; isso daí é um disfarce." Ao mesmo tempo, ensaia uma ponderação que apenas reforça seu distanciamento ao assunto: "nem tudo que o PT faz é ruim, eu vou falar a verdade, o PT fez muita coisa boa mas... [*o que você acha que fez de bom por exemplo?*] Ah... pensando bem pra mim num tem [nada]..." [risos] Indagado se porventura teria simpatia por outro partido responde na negativa: "pra falar a verdade sobre política assim eu procuro até nem... eu sou meio contra assim. Eu num gosto muito de política, eu voto porque eu tenho que votar", o que é consoante com seu não-acompanhamento de noticiários impressos ou televisivos "até porque eu não tenho tempo, e eu já não gosto muito, [porque] toda vez que eu ligo a televisão pra ver alguma coisa só dá notícia ruim, [tipo] o filho matou fulano..." Não por acaso afirma jamais ter se pensado como de esquerda, centro ou direita, e sobre este posicionamento ainda outro entrevistado (E26) pergunta: "como assim, esquerda ou direita? De 'esquerdo' [sic]? Eu num sei o que é isso..." Não se identificando com quaisquer partidos afirma que "eu sou totalmente leigo à política, num tenho muito conhecimento não mas... um dos que eu tenho as piores visões é o partido do PT", em função dos comentários que escuta sobre corrupção: "as pessoas comentam alguma coisa, um ex-patrão meu comentou também na época do Lula, antigamente, o que é que ele fazia, então eu escuto um pouquinho aqui, um pouquinho ali." Com efeito, a maioria dos relatos se encaminha nesta direção, marcados por expressões tais como: "eu nunca me interessei, é uma área que eu realmente não gosto"; "eu nunca fui de prestar atenção em política"; "detesto esses negócio [de política], quando tem notícia eu até desligo a televisão, então eu nem me envolvo, não quero saber"; "nesse negócio de política eu sou o fracasso total, eu num tenho a menor noção, eu num sei que critério usar em quem votar, sou facilmente influenciável"; "eu num me ligo muito na política não"; "simplesmente acho que é muita enrolação, a gente, o ser humano, é enrolado muito fácil"; "ultimamente só tem aparecido porcaria, tá desanimador votar". E este conjunto consideravelmente padronizado de posicionamentos é coerente com a explícita autoidentificação no "espectro" esquerda-direita, inclusive para portadores de diploma de nível superior: "olha, eu não me coloco nisso"; "eu nunca cheguei a pensar nisso, vou falar a verdade, nunca"; "nem sei o que é" [risos]; "eu nem entendo muito bem isso, vou te ser bem sincera, às vezes quando eu leio alguma reportagem e leio: 'esquerda, direita,' aí eu fico assim meia perdida, [e me pergunto] o que que é isso?"; "nunca parei pra pensar nisso não", "cara eu nunca pensei assim não", etc. E este distanciamento da sistemática política não adquire relevo apenas através de uma atitude de reserva, e mesmo indiferença; ela resulta muitas vezes da *desilusão* que é tanto mais intensamente sentida quanto maiores as expectativas não correspondidas, algumas vezes envolvendo a identificação e mesmo a filiação partidárias, neste caso revelando uma *proximidade rompida*: (E6) "na época que o PT era PT mesmo, partido mais revolucionário, antes do Lula ser eleito, eu era mais petista, mas agora como deu uma mistureba danada, você num sabe mais em quem confiar, e depois também que eu me filiei eu fui descobrindo, assim, a realidade da política: os caras roubam mesmo, os caras metem a mão,

num sei o quê, e você vê dinheiro rolando assim que você num sabe nem da onde que vem, você vê quem tá lá dentro mesmo falando do caráter dos caras, aí eu fui e me desiludi muito com o PT." Este também é o caso de outro relato de mais uma entrevistada (E14) que brinca em analogia a sua profissão: "eu votei em branco geral, é o partido da enfermagem!" [risos] Esta atitude remete à decepção com determinado político local (vereador) em quem votou porque "acreditava", considerava um "idealista" em relação à área da saúde, e que após entrar teria esquecido seus eleitores: "depois dessa decepção eu falei: ninguém mais merece meu voto!" [risos]. Já tendo simpatia pelo PT e havendo votado muitas vezes na sigla simula seu antigo entusiasmo: "eu tinha aquela coisa petista, de revolucionária: 'nós vamos conseguir, é o partido dos trabalhadores, eu também faço parte, eu também sou trabalhadora!'... outra decepção!" Este também é o caso de outro entrevistado (E30), antigo eleitor do PT que votou no PSDB para o último pleito presidencial não pelo partido em si, e antes porque "o PT tá uma vergonha! No início o PT ajudou muito o país, porque antes era difícil, não sei se você lembra mas antes do PT pobre não podia ter um carro. Hoje em dia pobre tem carro, tem uma casa boa, só num tem casa boa quem num trabalha. Hoje em dia qualquer eletrodoméstico sofisticado você tem, o pobre tem condições de comprar. Então nessa parte o PT foi muito bom no início. Só que hoje cara, tá afundando o país, você vê essa crise, esse roubo aí? Então já não é mais a mesma coisa, porque eles chegam, [e] querem arrumar a casa e a cama pra eles deitarem. [...] Agora já virou uma bagunça, então por isso que eu acho que o PT é ruim". Nestes casos um partido ou um político em particular parecem a personificação contingente de um imaginário coletivo profundamente enraizado no qual o Estado é moralmente condenado enquanto máquina intrinsecamente corrompida onde "só tem ladrão cara! Não tem jeito, o político num tem jeito", em que "você vê que não tem mais futuro", que "o sistema tá aí, acabou", já que "não adianta você se jogar na lama: você tá vendo aquele monte de leitão ali, e você vai se jogar na lama junto com os cara? Não adianta cara, a realidade é essa." E, em razão desta espécie de pecado original inexpugnável, essa máquina se apresenta também como corruptora onde as boas intenções individuais e sinceras, algo românticas, são condenadas à absorção e à perversão ("ou você entra no jogo deles ou você vira um bobo"; "eu num quero ser ladrão não" [risos]; "eu não entraria pra política, porque se eu entrar lá eu vou ter que me corromper"), que desde gerações mais antigas (E1) ("eu num gosto de política e tenho raiva de política", espaço dominado por "político ladrão safado!") até as mais novas (E4) há "tanta sujeira, que por mais que eu queira fazer alguma coisa, se não for aquilo que eles querem, eu não vou conseguir", o que por conseguinte gera "muita bronca de política, muita", que pelo fato de que (E18) "não tem mais jeito", o que desencadeia uma "revolta na vida", e essa (E23) "parada que revolta" faz crescer "um ódio dentro de você absurdo." Esta *repugnância moral* é apenas a figura mais extrema de uma *narrativa dóxica* que atribui ao Estado (e sua personalização estereotipada no "político" em geral, cuja figura assume ares muitas vezes semifolclóricos) o papel de bode expiratório, engrenagem-mor, *causa das causas* de todas as mazelas sociais: da imoralidade à pobreza, da desigualdade à "bagunça".

Ora, esta prevalência da desfiliação das expectativas e projetos ascensionais investigados das expectativas e projetos políticos, em que ao Estado (pessoalizado pela contingência do partido que lhe ocupa) se atribui a vilania e o vício por natureza, embora de modo algum exaustiva, é em tudo convergente à transição para um regime de

mobilidade popular em que a *fluidez das oscilações posicionais* tende a prevalecer sobre a expansão estrutural, regime calcado na gradual consolidação de um agonismo concorrencial mediado pela capitalização escolar nos limites estruturais de um capitalismo periférico de serviços, no qual a corrosão endêmica das linhas de experiência que se ancoram na identificação laboral enseja a *profusão de um ideário meritocrático-popular*. Já vimos que a orientação econômico-normativa norteada pelo *"crescer"*, em outras palavras, pelo "progresso" e pelo "não ficar estagnado", pelo "esforço" e "força de vontade", pelo "suor" de quem "corre atrás" e "persiste" pelo "investimento" e pela "luta", se contrapõe à falta de "ambições" de quem "não corre atrás", "não ta nem aí", prefere "se encostar", não possui "interesse", "já desiste na primeira", ou acaba por "não fazer nada" e "se acomodar"; que embora fundamentalmente dessemelhante das trajetórias oriundas dos segmentos médios esta orientação de conduta se afirma igualmente por um estranhamento ante o universo de expectativas do mundo popular de origem; que o fato de envolver a totalidade dos engajamentos, inclusive familiares, comunitários e matrimoniais, não impede e sim *qualifica* sua ênfase na valorização das iniciativas individuais. Ora, tudo isso concorre para que suas expectativas enfeixem os laços fortes no coração desta orientação econômico-moral-afetiva, e isso quer dizer que todos aqueles envoltos nestes laços devem se colocar não somente como *destinatários passivos* destes investimentos e sim como co-participantes, de quem se espera o *co-engajamento ativo* e a *iniciativa*, o "*crescer junto*", em detrimento de "gente que não é muito esforçado, [que] é muito descansado, que num procura ter melhoria" (E13)

Neste sentido a bastante corriqueira crítica aos programas de transferência de renda muitas vezes se confunde à crítica aos pais, irmãos, primas, ex-cônjuges, vizinhos e conhecidos: a condenação nunca se volta à política em si, da qual pouco relevo se confere a seus objetivos institucionais, e apesar de condensar toda sorte de preconceito ("no nordeste nego [tá] tendo filho pra caramba por causa desse auxílio aí!") ela se volta primordialmente por "incitar" e recompensar uma suposta *atitude*, ou falta dela, de quem é avaliado como responsável, senão pelas causas de sua condição, ao menos por nela manter a si e aos filhos: "(E29) eu acho que fica um pouco de *mordomia* pro povo" na medida em que é comum se conhecer pessoalmente indivíduos "que não precisam, [mas que] se fazem de coitadinho". Assim, segundo percepção semelhante, "(E17) eu achava melhor o pai e a mãe [de uma amiga] *correr atrás* pra dar um futuro melhor pra eles, parar de ter um pouco de filho pra ajudar também, que eu acho que ia dar [para não depender do programa]. Eles *não se esforçavam*, começou tendo um [filho]... e eu acho assim, o problema é que quanto mais a pessoa num pode ter filho, mais ela tem. Aí vai crescendo, crescendo, crescendo a família [...]. Perto da minha casa teve uma mulher que teve doze filhos! doze filhos, nossa! pô!" É assim que (E20) "muitas mães *se acomodam e nem trabalham*", cujo raciocínio seguiria o seguinte curso: "ah, eu tenho mais de três filhos, eu

ganho determinado valor, ah [então] tá bom, eu vou ficar com isso mesmo...” E justamente (E19) “por conta disso eu não tenho dúvida de que tem gente que arranja filho. Cada vez mais a pessoa vai botando mais criança no mundo”, ainda que o dinheiro seja “pouco”, para não mencionar que (E16) “em muitos lugares [o benefício] tá fazendo até mal pras crianças” já que muitas crianças apenas permaneceriam nas aulas pela obrigação do programa, sem “dar valor àquilo” e assim prejudicando alunos mais interessados. Ainda segundo este tipo de narrativa estes programas se revelariam uma (E14) “falsa ajuda”, supostos estímulos ao ócio e à procriação descontrolada (“ter filhos enlouquecidamente”), na verdade racionalizada como forma de obter aumentos no auxílio recebido, de modo que “a pessoa cria uma *zona de conforto* que sai de uma situação ultramiserável para uma situação menos miserável, [e] *já acha confortável, que num precisa trabalhar, que pode ficar em casa*”. Nesta *atitude* se optaria inclusive pelo desemprego voluntário como forma de se “prender” a estes benefícios: “a pessoa não põe na cabeça que ela pode trabalhar, que ela pode estudar, que ela pode prosperar e talvez nem precisar daquele auxiliozinho, aquela *esmola*. Ela num pensa que se ela *correr atrás* ela pode ter tanto ou mais condições.” A noção de “esmola” é utilizada numa dupla acepção que se referem à *atitude* de quem a recebe: de um lado de *dependência* de um agente externo e que se contrapõe à importância da *autonomia moral* descrita no início deste capítulo, e por outro pela *acomodação* numa “zona de conforto” que é assim miserável no sentido amplo da condenação (E9): [após se referir a seus pais] “é a mesma coisa que a gente pagar um menino no sinal um dinheiro, a gente vai tá incentivando ele a *tá sempre ali*. E eu não concordo com isso. Por mais duro que pareça dizer isso, eu não concordo em você dar *esmola*, [em] você dar balinha pra cego dentro de ônibus, como eu não concordo com essas bolsas.” E a repulsa se direciona portanto ao estilo de vida que tais auxílios evocam (E10): “que coisa horrível. Do que que você vive? Bolsa-família. Gente que absurdo, tem que dar emprego pras pessoas. Tem gente aí que vive disso, vai tendo filho pra ter bolsa-família. Isso é *esmola*!” Por conseguinte, o papel do Estado que expressaria os valores em questão deveria corresponder não a um incompreensível e incompreendido ‘Estado-assistencialista’ e sim a algo que se aproxime de um Estado-catalisador das “capacidades” individuais, “ajudando de outra forma” seja o “morro” ou os “pobres”, por exemplo concentrando sua atuação em áreas como infraestrutura, saúde, e sobretudo *educação* – espécie de elixir para todos os males da vida moderna, e sua exaltação incondicional é consoante à crescente proeminência do capital escolar no regime de mobilidade periférico contemporâneo – ao invés de “dar o dinheiro” (“eu acho que se você também der o peixe você vai tá sempre estimulando a pessoa a pedir, você tem é que dar a vara pra pescar”) e delegando tudo o mais para a responsabilidade individual, intransferível, e normativamente convergente ao processo de construção esperado de todos e de cada um de sua autonomia e responsabilização moral pelo trabalho. As políticas afirmativas como a de cotas para o ensino superior reflete este mesmo posicionamento, visto que as resistências encontradas, inclusive entre aqueles que as utilizam, possuem como justificação o fato de que “todo mundo é capaz”, de que “as pessoas têm que conseguir pela sua *capacidade*” – termo recorrente – e que se é verdadeiramente “interessada” “a pessoa por ela mesma consegue, independente [de] se estudou em escola pública ou particular, se é negro ou não, [isso] tanto faz.” Afinal “se ela estudar, correr atrás, ela vai entrar [na universidade], senão num entra.” Neste ideário da igualdade de oportunidades – da qual muitos especialistas da ‘estratificação social’ se esmeram em “mensurar”, dando o nome de ‘ciência’ a esta passiva instrumentalização pelo senso comum – negros e pardos seriam “tão capazes quanto” brancos, ao mesmo tempo em que o caráter peremptório (“eu vou ser bem sincero cara: essa parada aí de cota por cor pra mim é safadeza! O cara negro é diferente de mim em quê? Tem cabeça, tem cérebro, porque que não pode pensar que nem eu?”) com que esta posição se apresenta quanto à cor se atenue, e possua um espaço de dúvida maior, sendo

relativamente "mais justo", menos "ridículo" ou somente "um pouco errado" no caso daquelas reservadas a alunos oriundos da rede pública, os quais nesta ótica, "querendo ou não", não apenas disporiam de menos oportunidades que os filhos de "ricos" como não teriam condições orçamentárias de custear um ensino privado senão se endividando pelo FIES, neste caso "esse negócio de cota" possuindo uma *razoabilidade meritocrática* que é majoritariamente apreciada como ausente no primeiro caso, conforme expresso, dentre muitos, por um biografado "pardo" (E27): "você tem que ter *mérito*. Eu acho que não é pra pessoa negra, eu acho que tem que ter cotas pras pessoas de colégio público que tem menos ensino do que um filhinho de papai que estudou em colégio particular a vida toda [...]. Porque quando bota assim: 'ah, [vaga] pra negro', eu acho que tá separando o negro do branco. Eu acho que a gente não deve separar, [...] não tem esse negócio de dividir. [...] Pra negro fica uma coisa muito forte, como se fosse separando a pessoa uma da outra", embora não hesite, acaso houver oportunidade, em "me beneficiar do que eu tenho a meu favor, eu acho que na vida a gente tem que saber separar as coisas."[192]

É fundamental sublinhar que a reconstrução desta lógica discursiva que empreendemos evidentemente apresenta uma série de *nuances, indeterminações e oscilações*,[193] algumas vezes o reconhecimento de um "problema" do qual não se dispõe da "solução",[194] de modo que nenhum dos entrevistados se "encaixaria" perfeitamente nessa estrutura narrativa em razão do complexo de linhas de experiência por que se constituem – basta recordarmos que a trajetória exemplar deste capítulo combina uma profunda normatividade meritocrática (em contraposição explícita a familiares próximos) ao reconhecimento da importância da atuação estatal de cunho reformista. Se reconstruímos a lógica subjacente a este imaginário em muitos aspectos liberal-conservador, o fizemos pela sua *hegemonia* na fisionomia política assumida pelas trajetórias investigadas, menos pelo aspecto quantitativo (não estando entre nossos

[192] Assim, o mesmo entrevistado não vê problemas em "zoações" como aquela advinda de um ex-patrão e "amigão" de seu pai que o chama, em tom de "brincadeira": "ah meu neguinho, meu macaquinho", já que "a maldade tá na cabeça de quem recebe aquela informação. Quando você às vezes generaliza o que você acha que é um preconceito, é porque você também é preconceituoso". Este amigo levou seu pai (pedreiro) a frequentar ocasiões festivas e eventos em círculos sociais típicos das camadas dominantes. Esta percepção também é compartilhada por outro entrevistado (E29, "negro"): "uma parte [da política de cotas] vem um pouco do racismo", mas ao contrário do que se poderia supor complementa: "porque que pra negro tem que ser mais fácil do que pros outros? Querendo ajudar eles botam a gente lá embaixo: 'vamos botar pra eles coitados, eles não conseguem.' E não é bem assim. Eu acho que tudo vem de berço. Lógico, a parte negra foi uma parte bem discriminada, da história assim que a gente vê, foi escravo e tal, mas porém a gente também é uma parte muito forte, né? [...] Eu acho que tem que ser igual pra todos."

[193] "Porque às vezes a pessoa tá numa fase ruim da vida..."; "eu considero uma iniciativa muito boa do governo *mas*..."; "é meio relativo"; "tem gente que se acha mais esperto... [por outro lado], bacana, assim ajudar..."; "pra uma determinada conjuntura eu sou a favor, as bolsas agregam valor a uma determinada demanda: por exemplo, no Nordeste é diferente do que no Sudeste que tem mais acesso a emprego e tal", etc.

[194] Políticas públicas que deveriam se voltar para "pessoas que tiveram menos oportunidade", "igualar quem está em condição desigual", "não para o resto da vida", "por ser interior tem muito pouco emprego", o Estado deveria "ajudar".

objetivos o estabelecimento de uma representatividade de cunho demográfico-estatístico, e sim de uma problemática sociológica) e principalmente pelo *enraizamento apodítico e avassalador* com que se mostra, razão pela qual a abertura deste imaginário reificado parece exigir contraforças socializantes e linhas de experiência que, nessas mesmas trajetórias, se apresentam como *minoritárias*, mais uma vez não no sentido 'quantitativo', mas na medida em que são *dominadas* e, por assim dizer, contra-inerciais.

As rachaduras do senso comum e suas mediações socioexperienciais

Seja como for, tão importante quanto a reconstrução desta normatividade meritocrático-popular, que em nossa investigação acompanha a identidade narrativa das trajetórias ascensionais em questão, as quais, legitimando suas "conquistas" a seus próprios olhos, passam a se distinguir positivamente de pais, irmãos, vizinhos, amigos e conhecidos no seio e nas fronteiras das camadas dominadas que compõem a periferia do capitalismo contemporâneo e a quem são atribuídos a responsabilidade pela permanência de sua condição, responsabilização que é a contraparte de seu imperativo de autonomização moral, em suma, tão importante quanto a reconstrução dos elementos que compõem esta narrativa que é indissociavelmente política e identitária, é a consideração de que sua prevalência apresenta fendas, inconsistências, clivagens e torções e uma série de *contratendências* que parecem ocorrer *na mesma proporção* da incidência e impacto em suas trajetórias de linhas de experiência que impulsionam o *encontro*, e a *conjugação*, entre os projetos pessoais e os político-institucionais.

Primeiramente, as mediações socializantes responsáveis por esse 'enlaçamento' perpassam, em nossos registros, as mais tradicionais como o movimento estudantil (seus encontros, fóruns, atividades), as experiências compartilhadas no mundo do trabalho (sua sociabilidade, insegurança, conflitos, greves, solidariedade ante o agonismo concorrencial), o engajamento e a militância sindical e partidária (seus núcleos, reuniões, palestras, cursos de "formação política", convenções, atividades grevistas). Essas mediações de modo nenhum anulam a densidade de camadas de experiência que nutrem o corpo de uma trajetória; antes, nelas se entranham, não exatamente na direção intencionada pela instituição porque resultam deste *encontro* de linhas de experiência. E deste encontro pode emergir o que uma entrevistada (E21) filiada ao PMDB chamou de "conflito de opinião" que envolve lugares comuns ("eu via aquelas mulheres cheia de filho, que podiam estar trabalhando e num trabalhava, tudo recebendo bolsa-família, sabe, nuns barraquinho que nem banheiro tinha, com um monte de filho, aí eu penso que essas mulheres fica arrumando filho pra ganhar bolsa, porque fica fácil") e ressalvas ("ao mesmo

tempo eu acho que o governo tinha que dar a possibilidade de... todos terem uma vida decente"), a experiência do convívio diário ("os oportunismos" de quem "se encosta") ao mesmo tempo ponderadas sobre questões acerca do que deveria ou não ser "responsabilidade do governo" ainda que não se saiba exatamente como compatibilizá-las: "como você vai exigir igualdade de direito para quem tá em condição desigual? Porque a gente sabe que o negro tem uma condição desigual por toda a trajetória política, social e histórica, e a questão do preconceito racial ainda é muito forte. E o negro, ele conquistando a faculdade [como no caso da própria entrevistada], é [...] uma conquista de poder, é um empoderamento." Este "conflito de opinião", pode se dar num nível mais basilar, sem canais de sistematização discursiva porém vivenciados na intensificação competitiva no mundo do trabalho, em que aquela narrativa meritocrática cede espaço à solidariedade entre precarizados, como no caso de um entrevistado (E30) que recusou sucessivas vezes a oportunidade de uma promoção para técnico em pré-venda numa empresa terceirizada, oportunidade possibilitada por sua formação técnica: caso assumisse, soube que "iriam arrancar alguém, e eu nunca achei isso legal cara". No corpo de suas motivações e ações economicamente orientadas está a percepção de que ser "promovido" para um cargo vago "é uma coisa", "agora você ter que fazer algo pra que uma pessoa venha a perder o cargo pra você assumir o cargo? Eu nunca gostei disso. [...] Então eu nunca quis." Se aceitou oportunidade posterior em outro setor ("técnico de perda" para uma empresa fornecedora de energia elétrica), foi tendo a certeza de que ninguém seria dispensado para lhe dar lugar, ainda que sob a justificativa da racionalidade técnica. Mas além da "explosão" resultante da indignação com a "covardia" patronal com demissões, a consulta e o repasse de informações a colegas de trabalho esclarecendo seus direitos diante de ameaças de supervisores, desde no setor industrial ao de serviços, incluindo entre terceirizados, o contato e a identificação ocasionados pelo crescente imperativo da capitalização cultural, incluindo não somente a possibilidade ainda minoritária do ensino superior (ambiência cultural, aulas, leituras, grupos de estudo, projetos de extensão) mas mesmo antes, em alguns casos no ensino médio, ou em cursos preparatórios (pré-vestibular ou para concursos), pode operar como espaço de subjetivação que – além de seus tradicionalmente conhecidos aspectos "disciplinares" – engendra ao menos a possibilidade de um relativo desenraizamento dóxico. Os relatos de um entrevistado (E22) acerca da influência exercida por um professor de português de curso preparatório ("pré-militar") são particularmente claros a este respeito, na medida em que suas aulas, estimulando a pesquisa envolvendo temas "polêmicos", o fizeram desnaturalizar e modificar sua posição sobre a política de cotas: "eu pensava igual à maioria das pessoas: 'ah, cota é o próprio racismo'. Mas eu parei pra estudar e vi que não é. Porque, assim, você sabe qual o percentual de negros que tem no Brasil? É 51%. Agora você vê [...], quantos negros têm no poder hoje em dia num cargo bem alto? Aí eu te pergunto: você acha que o negro escolheu ser burro? Quer trabalhar [no máximo] na classe média sempre? Tem alguma coisa errada não tem? Tem alguma coisa errada aí. Então realmente existe um preconceito até hoje." É o mesmo caso de outro entrevistado (E25), ex-filiado do Partido dos Trabalhadores ("depois não deu mais"): "minhas aulas de filosofia na escola eram perfeitas: ele [o professor] fomentava discussões sobre sociedade e tal, eu adorava a aula dele." Atualmente concluindo seu ensino superior em letras, se coloca a questão de "observar" e "refletir" sobre as "discrepâncias" que vivencia cotidianamente de modo a tornar sua "crítica" em "prática social", com isto querendo dizer suas próprias aulas na favela onde leciona em pré-vestibular comunitário, buscando "trazer pra outras pessoas que, olha só, olha pro mundo. A porra da favela não é essa cúpula aqui que tem aqui em cima, tem vida lá fora." Neste caso, se apresenta o vislumbre de posicionamentos que se afastam do pensamento hegemônico: "os pobres precisam de dinheiro, mas eles não precisam de bolsa, eles precisam de grana mesmo. Tipo, a distribuição de renda tem que ser efetiva, efetiva mesmo, não é 70 reais por pessoa, [eu]

acho isso muito, muito, muito pouco. Tinha que ser mil reais por pessoa, porque aí elas iam desenvolver mesmo a vida delas. Ninguém ia pegar mil reais e ia estourar de cachaça, ninguém ia pegar mil reais e ia estourar no pó. As pessoas iam comprar, ia fomentar a indústria, o emprego porque ia ter que empregar mais pessoas." É importante observar que este posicionamento expressa os percalços da própria trajetória em questão, e não por acaso o discurso generalizante desliza imperceptivelmente para sua experiência pessoal: "quem gere isso [os recursos educacionais] precisa saber que tem pessoas na extrema pobreza [aumento do tom de voz] entrando ali [na faculdade]. Extrema pobreza é você entrar num lugar que você não tem dinheiro pra comer meu! [Tapa na mesa, momento em que desliza o foco para si] Eu ficava puto, eu olhava as pessoas puto da vida. O cara comprava a porra de um, como é que é?, um *croissant* com a porra de um suquinho: quinze reais. Meu, quinze reais eu como três vezes lá onde eu moro, lá na pensão. três vezes! E [a pessoa] achava que aquilo: 'nossa, eu sou o maioral', [como se] aquilo é natural, não é natural pô! [novamente tapa na mesa] Tem gente que tá na merda, tem gente que luta por uma bolsa, que vai de Bangu" [para as aulas]. Segundo outro relato (E24), como resultado da experiência da frequentação tanto de um curso superior de tecnologia (na área de petróleo e gás) como de um pré-vestibular comunitário, "a minha mente é outra hoje. [...] Quando eu comprava o jornal, a parte de economia eu jogava fora: PIB, taxa Selic, eu não sabia o que era isso... então a universidade me abriu muito a mente: conhecimento, forma de se expressar, enfim eu consegui enxergar novos horizontes." E ainda mais significativo para o que estamos argumentando, esta experiência atuou como uma *contratendência àquele discurso hegemônico descrito acima*, na forma (o enlaçamento de suas projeções pessoais com uma expressão político-institucional) como no conteúdo (problematização de um imaginário apodítico particular): "eu tenho me antenado com o mundo político de dois anos pra cá. Eu odiava política, odiava mesmo, a ponto de não ver debate", antes de seu investimento em ativos de qualificação que o teriam levado a compreender que, sem a "interferência" da institucionalidade política, as coisas continuariam "do mesmo jeito, a vida toda", e que "70% da sociedade vai pelo eba-eba [...], *é igual eu antigamente*." E este posicionamento aproximativo da esfera político-institucional lhe possibilita traduzir sua experiência vivida familiar e comunitária de um modo que se distancia das percepções majoritárias: "as pessoas falam muito do governo do PT, e que o bolsa família é um pretexto pra que as pessoas tenham filhos e não tenham trabalho...[silêncio agravando a seriedade do assunto] as pessoas não sabem o que falam... pra gente lá [no interior do Nordeste], isso causa um impacto *tão positivo* [entonação assertiva] que você não tem noção. Só tem noção pra quem vive."[195] E ao se posicionar favoravelmente à política de cotas, realça novamente o papel do prolongamento das experiências ensejadas no sistema de ensino.[196] E, enfim, ainda no tocante às

[195] A este respeito lembra o cotidiano de sua infância onde o dinheiro era escasso e o "fiado" era prática habitual, ao custo da insegurança e incerteza: "minha mãe não comprava mais porque ela não sabia quando ia arrumar aquele dinheiro!" Dependiam também das remessas do irmão mais velho, do Rio de janeiro, que não era regular: "era uma merda! [...] Essas coisas: biscoito, frutas, legumes, verduras: eu desconhecia isso em nossa mesa." Por isso acredita que "a revolta maior hoje contra o partido PT é dos grandes, que querem acabar de massacrar, que querem acabar de matar o menor" Caso revertida a prioridade da ação estatal haveria o risco de "zerar uma porção de coisas [julgadas positivas], e isso pode levar mais trocentos anos para chegar [novamente] onde está."

[196] "Nego tem preconceito e diz: 'ah preto tem que concorrer do mesmo jeito dos outros!' *Brother*... é história [entonação grave]... preto não era gente, isso é ridículo. Eu fico vendo, *estudando história* [no âmbito do curso pré-vestibular], que cultura filha da puta, preto era tratado igual bicho, e bicho ruim, porque bicho bom a gente trata com carinho. [...] Então tem [discriminação] até hoje, não adianta [tom de indignação]. Assim como tem o preconceito com o nordestino", seu caso. "Então existe [preconceito]. São poucos os que revela isso aos quatro ventos, mais existe o preconceito. Preto, infelizmente, é marginalizado, preto é excluído!"

mediações entre as trajetórias e sua fisionomia política se encontra também o experienciar, *na própria paisagem comunitário-vicinal de origem*, transformações diversas (mencionadas especialmente as infraestruturais, as taxas de desemprego estimadas sobretudo pela experiência pessoal e familiar, o nível dos rendimentos, a segurança existencial garantida ou não por uma renda mínima, a maior ou menor oportunidade de acesso ao sistema de ensino, além de uma diversidade de programas específicos) que rodeiam o entrevistado e seus próximos em sua *experiência vivida* (envolvendo irmãs, noivas, pais, ou a si próprios) e que explicitamente as conectam a determinados governos em detrimento de outros, nestes casos o Estado sendo acusado, não de fazer "muito", e sim de não atuar com a envergadura demandada pela urgência da situação. Isto porque o distanciamento do sistema político não implica, em necessidade, desconhecimento, ainda quando seu foco não transcenda as preocupações imediatas da vida mesma e ainda quando se paute pela grande imprensa ("pelo menos foi o que foi divulgado na mídia") e, aquilo que é mais importante, ainda que se expresse por todo tipo de ambiguidade e contradições que refletem as ambiguidades e contradições do ser social.

Ocorre que as *mediações* que galvanizam o *enlaçamento* político-institucional das projeções ascensionais, muitas vezes enquanto dispositivos iniciáticos, não transcorrem ao modo do *fiat lux*, de uma vez por todas, abstraídas de todo o conjunto de forças sociais que antecede e engloba as trajetórias, menos ainda num mesmo sentido, de modo que o engajamento político mais intenso, envolvendo o investimento da vida mesma, se depara com toda sorte de injunções, projetos e urgências que estão longe de se restringir a um 'embate ideológico'.

Este curso das coisas do mundo social se faz nitidamente presente no caso de Thatiane (30 anos, agente de pesquisa/contrato temporário), filiada ao PSTU, partido do qual possui "total acordo com o programa" e em cuja sociabilidade se engajou e se investiu a tal ponto que fora na própria militância onde realizou seus anseios matrimoniais e esposou boa parte de seus ex-cônjuges, desde o pai de sua filha (de 6 anos) até o atual, candidato a vereador pela sigla. Essa imersão na militância se deu inicialmente através do movimento estudantil, quando começou a frequentar o ensino superior, no seio de um momento aparentemente conturbado de sua vida – a imersão numa torrente de eventos com sucessivos abandonos, rematrículas e mudanças de curso (inglês, grego, espanhol e por fim serviço social duas vezes), estudando de modo atribulado e com dificuldades financeiras crescentes (habitando em favela, tendo dificuldades em pagar o transporte), além das sucessivas coabitações maritais –, mas que se aderia na verdade a uma espécie de padrão biográfico presente desde sua infância.[197] Desde então, Thatiane se investia ao mesmo tempo e intensivamente nas atividades do movimento estudantil e dali para a militância político-partidária, período em que tentava também superar as dificuldades financeiras trabalhando como atendente de *telemarketing*. E a tentativa por anos a fio em conciliar seu

[197] Apenas "Entre 16 e 17 anos eu consegui ser reprovada duas vezes, me casar e me separar!" [risos].
A reprodução deste padrão que se apresenta desde sua infância e prolonga algo da referência materna ("eu tenho pouquíssima lembrança da minha mãe comigo na minha infância" pois "ela trabalhava loucamente", manhã, tarde e noite: "ela não dormia, ela acordava às 5hs da manhã"), que envolve a adesão a diversos tipos de religiosidade, a mudança constante por regiões do país, a coabitação com quatro ex-cônjuges, etc., nos levaria demasiado longe de nosso foco.

conjunto de engajamentos (estudos, trabalho, militância, cuidados com a casa, o casamento e a filha) se mostrava, de modo bastante previsível, "inviável" e "esgotante". Entretanto, fora no evento do término de um relacionamento de oito anos com o pai de sua filha (operário da indústria naval), já desgastado, que o modo de vida de nossa entrevistada se revelou a seus olhos como insustentável, havendo culminado "com uma discussão sobre a maneira como eu vivia a minha vida, que era o fato de eu estudar [...], eu dedicava muito tempo à militância, e ele achava que eu tinha que dedicar mais tempo a ele e a [filha], que a minha prioridade tinha que ser outra [*mas a outra é a casa ou o trabalho?*] A família. A família é o conjunto: a casa, a criança, ele: o conjunto família mesmo." Então, na ocasião de uma festa sintomaticamente do partido, em momento em que ele estava com a filha e ela com as amigas também do partido, ele a interpelou aos gritos sobre "o que é que eu queria fazer da minha vida, que eu devia escolher se eu queria viver uma vida de estudante enlouquecida ou se eu ia ter uma vida com ele, uma vida familiar...". No dia seguinte ela já começava os preparativos para se mudar. Este *marco biográfico* se revelou à nossa entrevistada como um sentimento da necessidade de uma transição, onde prevaleceria uma ênfase mais prospectiva em sua orientação de conduta, em que o presente deveria não somente ser fruído em sua intensidade como recursivamente mobilizado em função de um "projeto" consoante a outras prioridades cuja premência se tornava a seus olhos incontornável: "eu resolvi [...] morar numa casa pequena, onde fosse possível criar a minha filha e estudar para me formar e ter um trabalho na minha área. Eu resolvi fazer isso, terminar, sair desse ciclo: tá sempre sendo estudante, tendo sempre milhares de atividades. [...] Eu me separei, depois que eu me separei eu resolvi que eu também ia encerrar outros ciclos da minha vida. [*Você falou de 'projeto', por quê? Você pensava como um projeto?*] Eu penso nisso ainda como um projeto: terminar a minha faculdade, ter um emprego, organizar a minha vida... foi um projeto que eu coloquei. Mesmo a minha casa, as coisas foram pensadas de modo que eu pudesse estudar, fazer meu estágio [que] era perto de casa, [...] tudo pensado de maneira que fosse facilitar a minha formatura. [...] Eu to fazendo isso no tempo que eu planejei, eu acho, inclusive... mas mudou tudo [e] eu casei de novo! E também mudei três vezes depois disso [...], meu projeto era um projeto de casa pra dois!" [risos] Sendo os eventos que instituem marcos biográficos propícios à reflexividade agencial, Thatiane nos relata que a decisão pós-separação de se "organizar", fundamentalmente *se afastando da militância* e buscando conciliar trabalho, ensino superior e os cuidados com a filha pequena, foi também influenciada por uma preocupação com a "idade": "eu tenho 30 anos, então já tá mais do que na hora de eu começar a ter um trabalho", ressaltando que ainda não se formou em grande medida por seu investimento incondicional à militância estudantil e partidária. Outrossim, avalia retrospectivamente que embora suas aventuras e desventuras em haver abandonado escola, faculdade, cidade, etc. ("milhares de coisas loucas") tenham lhe dado "bastante experiência", poderia, fosse mais ponderada, estar mais estabilizada financeiramente – comparando-se inclusive com a situação escolar do pesquisador, não pela primeira vez tal observação ao mesmo tempo admiradora e condenatória de somente precisar "ler" e "escrever" e não "trabalhar" ('de verdade'): "todas as escolhas que eu fui fazendo foram me enredando e eu não consegui em determinado momento parar e organizar, e foi isso que eu fiz quando eu me separei: 'não, peraí, vamos definir uma prioridade? [Por exemplo] Ah não, se [a filha] tá com piolho foda-se, vai ficar com piolho até eu terminar o meu trabalho [da faculdade].' [...] Tá na hora de crescer também e ser mais consequente também. Porque eu comecei a ver, talvez até pela idade, que as coisas começavam a ter consequências." Apesar disto afirma que, quando estabilizada, "eu pretendo voltar a militar e a militar muito" (participar de reuniões, fóruns, plenárias, estar no sindicato de sua categoria em seu futuro trabalho) na medida em que "são coisas importantes [pra mim]". Acontece que "eu também avaliei que eu já estava muito tempo dentro da universidade e comecei a pensar:

> ‘poxa, talvez seja uma boa idéia ter um emprego melhor e, inclusive, pra ter mais independência, não em função de concordar [com seu ex-marido] mas de poder discordar dele e bancar minhas atitudes, materialmente. Dizer: não, eu sou uma assistente social, eu trabalho em tal lugar e eu posso bancar a minha vida e as minhas escolhas, [em função] de me tornar uma mulher independente, de não estar nunca mais naquela posição.”

Além disso, na medida em que não estão em questão somente os mecanismos de tradução de interesses econômicos em interesses políticos, e sim da *sublimação de uma condição existencial em expressão política* através de uma *trajetória*, toda sorte de mediações socioexperienciais dela participam – o que resulta inclusive no estranhamento e incompreensão de alguns partidos quanto à ambiguidade das condutas e contradições políticas de alguns de seus quadros. Isso implica que a dimensão política de uma *trajetória* pode se manifestar através da linguagem e normatividade religiosas (desde a evangélica à adoção de cunho político de religiosidades de “matriz afro” como o IFÁ que privilegia o “culto dos ancestrais”), militares, comunitaristas ou de *toda e qualquer camada de experiência que nela refrate singularmente a generalidade de uma condição popular*, inclusive, conforme registramos nas trajetórias reconstruídas, por meio da expressividade estética, pela qual são revivificadas as experiências de ‘periferia’ (a violência, quer dos moradores entre si, do narcotráfico ou da instituição policial em relação a ambos, a dominação material e simbólica sinalizada em eventos, traços e personagens particulares) por meio de letras de música, poemas, canções, grafitagem, contos ‘populares’ – cuja condenação ‘tradicional’ aponta para a estetização da política –, por meio de um ativismo *a* e *anti*-institucional – normativamente admoestada como pré-institucional –, perpassando pelas redes sociais, ONG’s com seus eventos de temáticas ‘politizados’, e pela adoção de um certo estilo de vida. Mas até aqui analisamos em que medida os *horizontes e projetos ascensionais*, enquanto *projeções existenciais* em seu entrelaçamento individual, familiar e matrimonial pautados pelo “*crescer*” mobilizam ou não, se conjugam ou não, se compatibilizam ou não com *projetos coletivos* mais amplos, especificamente os *político-institucionais*; e vimos que a negação da institucionalidade política enquanto vício e bode expiatório para todas as mazelas sociais é a outra face da *normatividade meritocrático-popular* que imputa aos indivíduos (aos irmãos, amigas, cônjuges, vizinhos) à primazia das ações, e da responsabilidade, senão pela origem de sua condição ao menos por nela se “acomodar”, numa *atitude passiva* que muitas vezes se contenta com a “esmola” estatal;

e que esta fisionomia política assumida por essas trajetórias, apesar de *dominante*, está longe de exaurir as linhas de experiência que apontam para a tessitura de outras relações entre projetos ascensionais e projetos políticos enquanto contratendências que *pressupõem* a força de mediações particulares; que estas contraforças, ainda quando absolutamente intensas, se enredam no conjunto de engajamentos de uma totalidade existencial, suas contradições, urgências, incompatibilidades e possíveis reconciliações.

Danilo, 26 anos, "negro", nasceu e viveu durante sua infância, adolescência e até poucos anos atrás em uma mesma favela, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. Com ele residia sua irmã – que como ele completou o ensino médio –, seu pai, serralheiro autônomo trabalhando na "laje" de casa, e também sua mãe, que vendia salgados nas redondezas ou pelas ruas. Obtendo uma escolaridade, rendimentos, segurança formal e prestígio ocupacional comparativamente maiores que seus pais enquanto trabalhador manual qualificado na indústria moderna, sua *oscilação posicional*, entretanto, permanece típica das frações mais jovens das classes populares e expressa, longe de uma ficcional ruptura, uma distensão na composição destas camadas – possibilitando inclusive, do ponto de vista espiritual ou material, a acentuação de clivagens internas intra ou intergeracionais – , pelo que Danilo se encontra há poucos meses desempregado. Neste entremeio, como costuma se conduzir nestes momentos, trabalha no trailer de sua mãe onde vende os salgados preparados por ela em casa enquanto procura por oportunidades no mercado de trabalho, especialmente através de contatos pessoais. É na casa de sua esposa, também desempregada (ex-atendente de *telemarketing*) com quem está há cerca de cinco anos que reside hoje, também na companhia de sua pequena enteada em bairro popular, embora não mais em favela.

7.5 Uma trajetória exemplar

O que nosso próximo e último estudo de caso detalhado irá descortinar, sempre de modo *exemplar a nossa problemática*, é a explicitação teórico-empírica do que esteve implícito nesta última discussão, e que diz respeito à micropolítica de linhas de experiência presentes no caminho entre o campo de investimento próprio aos projetos socioeconômicos ascensionais-populares e sua necessária expressão por assim dizer macropolítica; o que por sua vez nos permite vislumbrar as condições de possibilidade de expressão de uma condição popular, *através das mediações constitutivas de sua trajetória*, em fisionomia política.

Neste aspecto o próprio investimento expressivo nas vestimentas de nosso entrevistado (o uso de boné, bermuda, camisa simulando grafite, alargador de orelha), a desenvoltura no modo de se expor associada à contundência ao gesticular, veremos, integram a articulação narrativa sobre as diversas esferas de sua vida (familiar, escolar, ocupacional,...) as quais são *invariavelmente politizadas*. Não é somente a entonação de sua voz ou o caráter assertivo de

suas colocações que nos remete a uma espécie de registro oral semidiscursivo; a maneira como estrutura suas recordações reflete um *ímpeto politizante* que permeia o próprio conjunto de sentidos que atribui a sua vida, conjunto compreensível somente pela reconstrução das matrizes socioexperienciais populares que condensa singularmente. Por conseguinte, tal ímpeto se revela tão irredutível a qualquer projeto existencial "original" unívoco – ingenuidade sartreana – quanto, de outra parte, a uma tosca racionalidade política genérico-utilitarista ou à lógica dos interesses.

Comunidade, violência e "ódio"

A casa onde Danilo passou toda a infância e adolescência com seus pais e sua irmã se situava "no mesmo quintal" compartilhado por outras cinco moradias de familiares (avós, tios, primos, etc.), todos pertencentes à linhagem paterna. Seu pai, tendo estudado no máximo até a quarta série, trabalhou praticamente por toda a vida, e permanece ainda hoje, por conta própria, na serralheria empreendida e adaptada por ele mesmo na "laje" da casa familiar; ali, utiliza ferro e alumínio para a montagem de janelas e portas, as quais também entrega para sua clientela (pessoas físicas). Sobre os retornos materiais do ofício paterno, Danilo avalia que "dinheiro num tá dando porque desde que eu nasci ele trabalha com essa parada e eu num vi ele *conquistar* uma parada maneira. Ele tem um carro, mas num tem o documento certo nem uma carteira de habilitação. Então dá pra sobreviver, porque tem mês que pega umas obrinha legal, tem mês que já num cai nada. [*Mas 'parada maneira' você diz o quê?*] Uma casa, um carro maneiro, melhor. Num vou botar nem um carro zero, mas um usado melhor, um carro de 2000. [...] Num conquistou nada assim concreto." No mesmo quintal, dois dos seis irmãos de seu pai que ali residem mantêm, eles também, uma serralheria na laje, de modo que Danilo muitas vezes auxiliava no ofício familiar ("pequenos serviçinhos" ou "biscates" como se refere) durante sua adolescência, enquanto ainda estudava, de maneira a perceber um "escorre", isto é, alguns rendimentos ocasionais a exemplo da gradual e precoce inserção no mundo do trabalho trabalhada neste capítulo. Aliás o mesmo suporte Danilo prestava a sua mãe, também conta própria, que fazia salgados em casa para os revender pelas ruas. Tendo completado não mais do que o ensino primário e antes laborando como trabalhadora doméstica, ela já se encontra há quinze anos como vendedora ambulante – muitas vezes era Danilo quem transportava os salgados nas ruas por meio de um "carrinho" que era levado e trazido pelo "morro", pelo que chegava no colégio diversas vezes "destruído" pelo peso. Recentemente sua mãe "*conquistou*" um trailer próximo de casa onde vende seus salgados; nas ocasiões em que está desempregado, como é o caso no momento da entrevista, Danilo também nele auxilia a servir a clientela enquanto sua mãe continua a preparar os salgados em casa. Sua irmã igualmente participa do empreendimento materno.

Já vimos que nesta morfologia familiar estendida em que parte da descendência tende a se ‘acumular’ no entorno de um mesmo território, ou a ampliá-lo, se adensam os laços interpessoais (imiscuindo relações familiares e econômicas) – em comportamento comparativamente distinto da dispersão atomizante da família nuclearizada, mais própria aos pólos médios e dominantes – de maneira inextricavelmente afetiva e agonística. Da textura destes laços fazem parte, como elenca nosso entrevistado, momentos como a realização de “amigo oculto”, festejos de fim de ano (natal, ano novo), ou eventos cotidianos igualmente coletivos como a “festa na laje”, o “banho de piscina” ou de “mangueira”, o “churrasco”, para não mencionar mutirões para construir uma infraestrutura mínima na comunidade (e.g. pavimentação no entorno), se bem que também, no âmbito agonístico, eventos de alcoolismo, violência ou agressões domésticas. Ademais, sabemos que a fronteira da esfera doméstica nas classes populares é bastante porosa, de forma que também aqui é impossível abstraí-la na narrativa de Danilo do que viemos caracterizando como sua extensão comunitário-vicinal (“tive vizinhos muito influentes na minha vida, a maioria dos vizinhos me tratava como filho”; “a garotada, todo mundo, só vivia na rua”), onde se desenrolavam diversas “brincadeiras de rua” e jogos coletivos como bola de gude, pião, carrinho de rolimã, entre outros: “eu era viciado em soltar cafifa, era o dia todo na rua”. Dentre as formas de sociabilidade várias que enfeixam este ambiente popular, a religiosa não é a menos importante: desde criança, Danilo frequentara com seus pais a Igreja Universal do Reino de Deus até praticamente seus 20 anos: “eu acho que isso também me ajudou a me acalmar um pouco e desviar do caminho errado”, se referindo particularmente ao tráfico de drogas, crescente na favela e ao qual muitos de seus amigos e “colegas de rua” aderiram. No entanto o motivo pelo qual, com 18 anos, Danilo já estava “mais frio” quanto a sua pertença religiosa e, algum tempo depois, viria a “desacreditar, não em Deus mas sim na instituição Igreja” nos leva à questão fundamental para compreendermos o modo como *as múltiplas linhas constitutivas de sua subjetivação popular, as quais integram a dimensão econômica numa condição existencial mais ampla, vieram a se transfigurar em uma permanente e intensa politização da vida*.

A infância, adolescência e o início da vida adulta de Danilo na favela em que fora criado acompanharam a vertiginosa expansão do domínio do narcotráfico na região. É neste contexto que nos diz já haver presenciado “tudo de ruim que possa acontecer em comunidade”, sem que tenha ele próprio participado do tráfico, utilizado drogas ou, certamente por influência da antiga religiosidade neopentecostal, consumido bebidas alcoólicas. A gradual intensificação da violência e dos conflitos armados (com tiroteios frequentes) envolvendo facções rivais e também a polícia levou seus pais à decisão, há dois ou três anos, de deixar o lar na comunidade para residir em outro local, ainda que para isso passando a arcar com os custos de um aluguel. Contudo, como veremos mais adiante, não sem antes esta experiência se haver inscrito

profundamente em sua narrativa identitária assim como na estilização de sua vida. Danilo nos fornece uma diversidade de relatos como este em que "dos 13 aos 17 [anos], várias vezes eu fui parado pela polícia. Até indo pra Igreja eu fui abordado violentamente, [a ponto] de eu não ir [mais] [...]. Eu tava indo com a bíblia, eles vieram, me abordaram com arma na cabeça [...], isso eu saindo do portão de casa. [...] Nesse dia foi sinistro, eu achei até que ia morrer porque os caras não tavam uniformizado. [...] O que eu cansei de ver aonde eu morei foi a polícia chegar lá, pegar desde inocentes a envolvidos com o tráfico e pedir dinheiro pra soltar, [...] isso foi inúmeras vezes". Em alguns destes casos já fotografou viaturas envolvidas em atuações ilegais ("duras", "encharcar" – na verdade 'achacar' – mototáxis, atitudes preconceituosas, etc.). Em sua estrutura narrativa, invariavelmente acompanhada de uma entonação contundente e politizante sobre seu percurso, *sua vida passa a se confundir com a vida comunitária a ponto de, em determinados momentos, não haver mais distinção entre quando Danilo fala de si, de outrem ou de todos potencialmente*. É assim que, em determinado momento de seus relatos, se autojustifica por iniciativa própria: "eu tenho essa visão política [termo empregado espontaneamente] que devido à falta de estrutura familiar, um colégio melhor, uma educação e um emprego melhor, faz com que o moleque [*generalização*] vá pro tráfico. Eu sei porque eu já tive [*pessoalização: se refere a si mesmo dos 15 aos 18 anos*] à beira do abismo pra ir pro tráfico, eu cresci ali. [...] Já me deu vontade de pegar uma arma na mão e fazer uma loucura pô, tá ligado? [*Retorno imperceptível à dessingularização*] Às vezes a gente critica como [é que] um maluco entra num cinema e mata um monte de gente, mas você nunca sabe o que o cara tá vivendo. A sociedade, ela te oprime muito, ela te empurra pra um paredão. [*Nova referência à experiência pessoal*] Você ouve os seus amigos de escola falar que nas férias foi viajar pra vários lugares, e você nunca viajou pra lugar nenhum, tu vai ficando incomodado. [...] Até na escola pública [...] a maioria dos meus colegas sempre tiveram melhor condições do que eu. Eu sempre me senti muito ali na parede, sofri muito preconceito, até mesmo da galera que morava mais embaixo [do morro], eles falam brincando que 'tu mora no morro, que tu é isso, tu é aquilo', mas tu sente [o preconceito], lá dentro tu sente." Atribuindo quanto a si a não entrada para o tráfico, diferentemente de muitos de seus "colegas de rua" com quem cresceu e compartilhou a infância e adolescência, à "educação" transmitida por sua mãe, avalia num intenso dialogo consigo mesmo que "às vezes a gente diz que é errado porque tá de fora". Assim, quando numa referência a um grande amigo com quem conviveu durante anos, afirma que "perdeu um irmão pro tráfico", este tendo sido assassinado com três tiros, não obstante esclarece: "eu senti muito essa parada mas num boto a culpa nele. Óbvio, você tem a questão da escolha, tem. Mas pô! Para pra analisar: uma pessoa que ganha um salário mínimo, tem que ajudar em casa, num dá pra ela pagar uma faculdade. A educação que a gente teve em casa sempre foi muito precária. Meu pai, hoje ele num bebe, mas ele bebeu a vida toda, chegava em casa bêbado", agredindo sua mãe, ambos por esta razão já tendo se separado e Danilo passando

a morar com sua bisavó: “essa parada foi o maior baque. Nessa fase tu fica maluco porque, tu mora em comunidade, tu é negro, passa uma série de reflexo na tua vida que tu fala assim: ‘porra, pra onde eu vou?’ E até mesmo se tu quiser trabalhar, as portas não são tão fáceis. Todo mundo sabe que não é fácil. E viver com 600 reais é mais difícil ainda, então [*nova dessingularização espontânea na experiência pessoal envolvendo seu amigo*] eu não coloco a culpa de quem tá no tráfico em si, no moleque que tá no tráfico. Eu coloco a culpa no Estado que é omisso, que vê a parada acontecer, que sabe que o espelho de um moleque menor hoje é o tráfico e num faz nada, num bota um psicólogo pra dar uma atenção a essa família, instruir...”

Prosseguindo sua série de relatos, em que a violência ocupa um papel estruturante a orientar suas recordações e sua própria narrativa identitária, Danilo releva um caso que lhe fora particularmente marcante, o conectando não somente com a conformação de suas “configurações de valências” afetivas (Elias, 2010) como, a partir deste conjunto de experiências, com sua percepção política do mundo e do lugar que nele ocupa: ainda em sua adolescência, atravessando uma brincadeira de primos e vizinhos (“eu adorava uma rua”) para comprar um “sacolé”, se deparou com intenso tiroteio na favela, com projeteis perfurando as paredes de sua casa enquanto tentava, em desespero, escapar: “essas questões, querendo ou não, fica gravado na cabeça. Eu tenho 26 anos, isso aconteceu eu devia ter 15 anos, tem mais de 10 anos e eu não esqueço esse fato [...]. Então tudo isso vai somando pra que essa *raiva* que você tem... tipo é [raiva] da sociedade mesmo em si, porque a sociedade também é omissa, a gente é omisso. Eu me coloco nesse papel porque eu também faço essa questão de policiar quem tá na direção do nosso Estado ou da nossa cidade. E a sociedade é omissa porque ela reclama que ela é assaltada, que ela é violentada, que rola estrupo [sic] na cidade, mas ela não se preocupa com quem tá à margem. Porque quem vive no morro vive à margem, é outra realidade. A polícia que enquadra você dez horas da noite no morro não é a mesma que enquadra você dez horas da noite na cidade. Eu sei disso porque eu já fui enquadrado nos dois lugares, num é a mesma polícia.” Danilo prossegue sua narrativa alternando, sempre de forma imperceptível, entre sua experiência pessoal e aquela de toda a comunidade; a narrativa de sua biografia *dessingulariza-se* para a de todos, de modo que algumas vezes nos remete à sua experiência para inferir uma condição comunitária mais ampla, especialmente dos jovens, ao passo que em outras são referências a eventos, pessoas e casos comunitários que mobiliza para se referir a si mesmo, ou ao papel que deve assumir. Em suma, *identidade e posicionamento político se entrelaçam numa mesma estrutura narrativa*. “Então, continua Danilo, o que acontece: *eu me vejo assim* [repentinamente passa do relato de si para a comunidade], *essa galera que cresce na comunidade*, ela já cresce com essa raiva da sociedade. Aí às vezes tu vê o moleque, qualquer pessoa é capaz de matar outra, isso é normal. Todo mundo tem ódio e tem amor dentro de si, [e] eles viveram mais ódio do que amor pô! Hoje aqui em baixo [do morro] eu sinto mais amor do

que eu sentia lá em cima. Lá em cima eu sentia muito mais ódio. [...] Sentir raiva, uma vez numa semana é tranquilo, [mas] imagina você sentindo essa raiva todo dia, você sair de casa e quase ser alvejado por uma munição letal? É complicado pra um jovem acontecer essa parada. [*Aconteceu isso contigo também?*] Várias vezes, mais na adolescência. Hoje não, eu sou um cara bem centrado, focado, estudo, estudo até por conta própria esses impacto [...].”

Neste momento de nossa interação, transparece em nosso entrevistado uma característica historicamente importante à formação de todo intelectual orgânico popular: *o autodidatismo*. (Gurney, 2006; Thompson, 2012, v.3). É evidente que, deveras distante de qualquer traço idealizado por parte da *intelligentsia* acadêmica que muitas vezes em seu personagem projeta sua própria visão das coisas e seus anseios particulares (“este não é um caso de intelectual orgânico na medida em que, para isto, este *deveria ser*...”), sua visão politizada do mundo expressa a particularidade concreta com que sua condição popular se manifesta, inclusive em sua heterogeneidade e clivagens internas; a *historicidade* a que se vincula seu *posicionamento político-identitário* é a de seu meio popular (família estendida, extensão comunitário-vicinal ao “mundo da rua”, escassez de capitais econômico e cultural, iniciação precoce ao mundo do trabalho precarizado, o impacto da violência, determinados tipos de religiosidade) e, simultaneamente, a realização singularizada deste meio (as modulações com que se delineiam ao mundo vivido do entrevistado, as microexperiências infinitesimais pelas quais se configura, agora como desde sempre, toda e qualquer condição de classe).

As mediações socioculturais entre sua origem popular e a construção de sua percepção política

Indagado sobre o que exatamente quer dizer com “estudar por conta própria”, Danilo esclarece: “ah eu pesquiso muito na *internet*, eu to [por exemplo] com um documentário aqui, hoje, no meu celular que é incrível, falando sobre o uso de drogas. [...] Então eu pesquiso o impacto que isso traz na sociedade, o que é que a pessoa sente, o que isso traz depois. Eu nunca usei [drogas] mas eu sei às vezes relatar com perfeição como se usar e qual o sintoma que você sente.” Em outros exemplos de *autodidatismo*, prossegue: “hoje eu estudo muito a ditadura do Brasil, [por]que pra mim hoje a gente ainda vive uma ditadura [...]”, razão pela qual se diz “totalmente contra os Estados Unidos por causa de 64. Eles acreditavam que talvez o socialismo viesse a se expandir pela América e por isso, eu acredito, eu estudei, é que eles patrocinaram a ditadura não só aqui no Brasil como aos países ao redor aqui na América do Sul [...]”. Também, através de livros, “eu pesquiso histórias de grandes revolucionários como Ghandi, [...] eu sigo um caminho independente.” Danilo, que se iniciou no ‘mundo da *internet*’ somente por volta dos 19 anos, atualmente a utiliza diariamente com grande investimento pessoal “até porque [...] eu não confio em mídia nenhuma. Confio mais nas mídias independentes, então eu busco

minhas informações através daquilo ali. Num vou falar pra você que eu num vejo, eu vejo a notícia, o que acontece, mas o que tá se falando [supondo uma independência da forma de abordagem em relação ao conteúdo] eu procuro esquecer". Sintomaticamente, ao descrever as modalidades de seu autodidatismo (*internet*, mídias alternativas, documentários, livros), nosso entrevistado o associa aos obstáculos com que se depara em seus anseios frustrados em dar sequência aos estudos: "hoje eu até queria fazer uma faculdade, mas eu num posso reclamar porque eu escolhi pra mim a família que eu tenho e eu sou feliz com ela, só que ela também me suga um pouco de tempo e eu tenho que trabalhar", se referindo a sua esposa – atualmente desempregada e realizando um curso técnico em enfermagem pelo SENAC – e sua enteada com quem habita, recentemente.[198] A trajetória escolar de Danilo, assim como sua relação com os estudos, fora sempre pragmática, aos moldes do que já fora exposto em outros momentos de nosso trabalho. Além de fazer pré-escola, cuja adesão é crescente inclusive nos meios populares (IBGE, 2013), estudou da 1ª a 4ª série em escola particular de baixo custo, no entanto retornando à escola pública após esse período, e até sua conclusão do ensino médio, na medida em que seus pais não mais conseguiam manter as mensalidades. Tendo diversas vezes ficado em dependência, mobiliza termos como "fui levando", "eu sempre dava o meu jeito", "aos trancos e barrancos", para descrever esta experiência institucional, afirmando que não dispunha ainda da maturidade que tem hoje para valorizar a "importância" dos estudos, e que seus pais, por sua vez, não tinham condições de lhe transmitir esta percepção. Sobre suas tentativas mal-sucedidas em passar pelo vestibular, lamenta: "porque de repente hoje eu poderia ter uma faculdade."

Não obstante, fora justamente através da sociabilidade no ambiente escolar que, por volta dos 16 anos, Danilo adentrou o universo do que classifica como "cultura *Hip Hop*". Articulada ao autodidatismo, o que se conforma gradualmente em sua *trajetória* é assim um *conjunto de mediações socioculturais* entre, de uma parte, aquele permanente "ódio" derivado do entrecruzamento de diversas experiências comunitárias de dominação e violência e, de outra, seu posicionamento político-identitário estruturante de toda a sua narrativa. Pela rede de relações estabelecida pelo *Hip Hop* (Danilo conheceu pessoas de todo o país e também diversos estrangeiros), participa de uma série de "projetos comunitários" (em escolas, favelas) para grafitagem, com patrocínios públicos e privados cujos rendimentos são incertos, muitas vezes simbólicos (apenas o material ou alimentação no local). Seu papel neste estilo de vida é justamente o grafite, como parte de um conjunto de atividades mais amplo que Danilo esclarece com desenvoltura: "*Hip Hop* é uma cultura, não é um som. Os americanos dizem que é um som: 'ah bota uma música aí de *Hip Hop*!' [Mas] aquilo não é *Hip Hop*, aquilo é um *Rap* americano, que por sinal é [como] um *funk* carioca porque só fala de ostentação, de dinheiro de bunda. Já o

[198] Danilo contribui com o plano de saúde e as mensalidades de um colégio particular para a filha de sua esposa, ainda que, no momento da entrevista, por meio de seu seguro-desemprego. Sua esposa também recebe bolsa-família.

Hip Hop é a junção dos quatro elementos: só acontece a palavra *Hip Hop* quando há um DJ, um MC, um grafite e um *B-Boy*[199]". Embora se defina como "o elemento do grafite" com referência a sua ligação a este mundo artístico do qual participa há mais de 10 anos e onde é bastante conhecido, posiciona suas atividades de grafitagem para "além" destas fronteiras, neste sentido mencionando um personagem infanto-juvenil ("Ratimblu") criado por ele mesmo e por meio do qual divulga "mensagens" políticas grafitadas pelas ruas. "Eu tinha até projetos pra ele. Sei lá, futuramente fazer uma animação, um desenho, um jogo", pelo que Danilo já participou de oficinas como a do evento Animamundi, no Rio de Janeiro. Percebemos então o aspecto inerentemente politizado e politizante de suas atividades estético-expressivas, onde não há qualquer sentido no estabelecimento de uma relação entre meios e fins (a arte como linguagem política ou vive-versa) visto que sua própria conexão é finalidade em si mesma no modo como é praticada e vivida: "o grafite não é marginal quando ele é autorizado; quando ele não é autorizado ele já se torna uma agressão desde a um órgão público a um órgão privado. [E] *o que me levou pro grafite foi justamente esta agressão, de eu tá dizendo o que eu vejo e o que eu penso ali na parede*. Eu fiz um personagem, [e] por ele ter esse impacto visual, todo mundo que vê vai lembrar do personagem. É um personagem até meio que infantil, mas vai tá sempre dizendo alguma coisa, e isso também causa um impacto nas pessoas." Por exemplo, uma destas "mensagens" de seu personagem possui um significado aparentemente bastante simples e direto, possivelmente avaliado como "apolítico" num primeiro e superficial vislumbre: "Paz". Mas sobre este termo Danilo explica que não se trata do uso corrente, particularmente em sua conotação conservadora de *pax* burguesa, e a distinção principal que nos enfatiza é quanto a seu uso religioso: "eu era evangélico, [mas] eu larguei a Igreja porque eu não acredito mais nessa instituição. Pra mim é uma instituição que só pensa em si própria. *Eu acredito no poder de um coletivo... e esse personagem que eu fiz já [entra] nessa questão, de passar uma mensagem que eu acreditasse.* E a questão da 'paz', eu realmente faço um estudo." Em nova menção a seu autodidatismo, desta vez referindo-se a um livro versando sobre o significado da paz entre os ganhadores do prêmio Nobel, argumenta: "eu acredito na paz no todo. Tipo assim: eu moro numa rua, mas se o meu vizinho não tiver paz, essa paz não vai ser pra todos. Eu moro numa cidade que tem várias comunidades que sofrem diversas coisas. Então a galera que mora nessa cidade ninguém tem paz. Por quê? Porque se o cara tá lá em baixo [do morro], e o [outro] cara passa fome lá em cima e desce pra roubar, ele não tem paz e ele também não vai deixar ninguém em paz. Eu acho que a cidade, uma comunidade, uma rua, tem que se atentar e acordar pra essa parada: se você quer ser feliz, se você quer ter paz, você tem que se preocupar com a felicidade do outro, com a paz do outro, tem que ter a sua zelando pela do seu próximo. [...] Aí as pessoas às vezes vêem escrito [paz] e de repente nem ligam, uma palavra pequena, mas é que tem um

[199] Como também é conhecido quem dança *Breaking*.

grande impacto, uma grande importância pra sociedade [...]". Ademais, em uma incursão sobre fotos de suas grafitagens em muros, tapumes, construções abandonadas, ou ainda escolas e comunidades (onde geralmente é "patrocinado"), lemos diversas outras "mensagens", todas enunciadas como palavras de ordem por seu personagem "Ratimblu", tais como: "Queremos mais saúde e educação, foda-se a copa!"; "Política não deveria ser profissão"; "Pequenas Igrejas, grandes negócios: vergonha de ser humano!"; "+ amor, - rancor"; "Copa para quem?"; "+ educação, - corrupção"; "se acomode ou se incomode!"; "Já que o rei não vai virar humilde, eu vou fazer humilde virar rei!!" (esta última é referida ao *rapper* Emicida, bastante conhecido neste meio).

Pelo fato de seu percurso escolar, como vimos, ter se dado "aos trancos e barrancos", inclusive concomitante à sua precoce iniciação, ainda que irregular, no trabalho familiar, Danilo afirma que encontra dificuldades com a prática da escrita, atividade relacionada essencialmente à cultura escolar ("às vezes eu tento escrever algum poema, eu até escrevo mas num consigo ter esse prazer, [...] devido ao meu português, por eu errar muito escrevendo, eu fico meio travado de escrever"). Por conseguinte, declara haver sido o *Rap* ("eu só escuto isso praticamente") enquanto cultura musical o que em maior medida lhe viera proporcionar uma "articulação de palavras muito grande", e uma modalidade estético-expressiva particularmente compatível, mediadora e, mais ainda, *co-formativa* de suas disposições políticas.[200] Escutando essencialmente artistas nacionais, afirma que "eu gosto de ideias bem políticas, que fale bem dessa questão de comunidade [...], eu até gosto de Racionais mas o que eu curto muito hoje é o Rashid, um cara de São Paulo. Ele aborda bastante essas questões mais humanas, cotidianas, que a gente vive e passa. [...] *O Rap abriu minha visão pra várias questões*."[201] Este gosto musical, a que aderiu conjuntamente à prática do grafite, lhe possibilita a construção de uma identidade narrativa[202] (Ricoeur, 1990) justamente em razão de uma *identificação experiencial prévia* entre este estilo de vida e a particularidade de seu patrimônio de experiências populares mais íntimas e afetivamente densas: "eu não gosto nem muito de falar sobre o que eu não vivi, *eu gosto de falar [d]o que eu vivi*. Por isso que eu falo: é muito fácil a gente julgar tando de fora. É que nem a gente fala: 'ah, o ladrão roubou um milhão!' Mas e se fosse a gente que tivesse naquela questão ali pra roubar aquele um milhão, será que a gente não roubaria? Eu

[200] A este respeito Danilo também traz à tona o papel de autoformação intelectual de que reveste os documentários, aos quais assiste com grande frequência de modo que, longe de simples atividade de lazer despretensiosa, visa com eles "assimilar e absorver o máximo de informação possível."

[201] "[...] hoje eu vejo que não só o *Rap* abre minha visão. Às vezes numa conversa com um amigo, ele expõe um certo ponto de vista que não é o meu, e *eu vou pesquisar* à respeito daquilo ali. [...] Óbvio que eu vou tirar minha conclusão daquilo, mas [mesmo assim] eu vou pesquisar sobre certo assunto que a gente tá debatendo, sobre o que o cara me falou [...], até pra ter uma opinião sobre aquilo."

[202] Neste aspecto, sua narrativa não é apenas a explicitação de elementos biográficos supostamente já dados pois que participa, ela mesma, do elo entre o conjunto de suas experiências individuais e sua percepção política.

mesmo *procuro me colocar nessa posição* [*dessingularização*] e às vezes até questionar: 'será que eu faria ou não faria isso?' Antes de, de repente, tá julgando."

O mundo do trabalho: a mediação econômica reintegrada a uma condição existencial mais ampla e suas implicações políticas

As *mediações socioexperienciais* recém-descritas pelas quais se realiza a sua condição popular (sociabilidade comunitário-vicinal, violência e "ódio" vinculado à condição dominada, adesão e posterior recusa a uma determinada forma de religiosidade, autodidatismo, uso intensivo da *internet*, mídias alternativas, "cultura *Hip Hop*" – incluindo a prática da grafitagem e a fruição de *Raps* politizados) não exaurem suas *principais matrizes de subjetivação*. A reconstrução com nosso entrevistado das camadas de experiência mais importantes da *perspectiva da sociogênese de sua sensibilidade política* estaria incompleta caso não considerássemos seu percurso pela esfera da vida que tende a ocupar cada vez mais espaço em sua trajetória: o trabalho.

Embora identificando-se como "mecânico montador profissional", Danilo se encontra atualmente desempregado. Isto não significa que esteja exatamente "sem trabalho", afinal já vimos acima que trabalha com sua mãe atendendo a clientela no trailer adquirido há pouco tempo, onde vende os salgados que esta faz em casa, assim prolongando sua participação irregular nos empreendimentos familiares desde sua adolescência. A inconstância deste envolvimento reflete o fato de que este não era, e permanece não sendo, um horizonte almejado por Danilo, que ali visa permanecer tão somente até conseguir outro emprego e efetivamente o faz nos interstícios entre um e outro. Já após concluir o ensino médio recorda que buscava sua autonomização moral: "eu queria sair desse vínculo de depender dos meus pais", sendo para isto seu primeiro emprego formal um posto na construção civil como "ajudante geral". Ali não permaneceria mais do que vinte dias, e sem salário, pelo fato de sua empresa, subcontrada, haver se diluído após dispensada pela empreiteira contratante. Novamente sem rendimentos, Danilo retornaria ao trabalho familiar. Desta vez, ainda enquanto vendia salgados na companhia de sua mãe pelas ruas – ainda não possuíam o mencionado trailer – fora convidado a prestar serviços para uma grande concessionária de fornecimento de energia elétrica de maneira bastante peculiar: mobilizando os argumentos de que "a gente do grafite vive muito essa 'questão rua', a gente fala muito da rua", e que "a rua" lhe proporciona "encontros muito bons" para justificar sua declarada extroversão nos espaços públicos, relata que uma das clientes de seu comércio ambulante, representante da concessionária, o 'contratou' para um "projeto social" em CIEPS do estado do Rio de Janeiro. Tratava-se de "oficinas de grafite", de "desenho", entre outras, voltadas a crianças e adolescentes de periferias. Danilo participou também de outras atividades da empresa, desta vez voltadas à educação ambiental e energética (quanto à

racionalização dos gastos e do consumo em energia nas comunidades onde a empresa se instalava). O vínculo precário e informal que mantinha facilitou sua saída, ocasionada por desentendimento com a mesma funcionária que o contratou.

Estas não foram as únicas modalidades de trabalho precarizadas e essencialmente vulneráveis a que nosso entrevistado fora submetido nos primeiros anos de sua trajetória laboral, sua ascensão escolar em relação aos seus pais parecendo simplesmente intensificar a percepção de (e a insatisfação por) sua condição, situação como já vimos sistemicamente congruente com a expansão da capitalização cultural em todas as categorias ocupacionais, crescentemente desvalorizando os ativos de nível médio, sobremaneira para os indivíduos oriundos das classes populares. Após esta ocupação, Danilo trabalhou autonomamente, auxiliando um instalador de antenas de televisão em residências se bem que por breve período devido a sua insatisfação com os baixos rendimentos; em seguida, com a mesma autoreferida "audácia", i.e. desenvoltura nas relações interpessoais, com que conversou e seu apresentou à antiga representante que o contratou sem o conhecer pessoalmente e sem intermediação, conseguiu um emprego de porteiro em um edifício residencial por meio de um contato ocasional com a síndica, a quem tomou a iniciativa de oferecer e autopromover seus serviços. Neste caso, percebia cerca de 1,5 salário (incluindo horas extras), assim como carteira assinada.

Depois de aproximadamente um ano nesta ocupação, obteve a oportunidade de trabalhar como terceirizado no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro através de um "contato" ou "peixinho", quer dizer um "amigo". Sua decisão se dera estritamente em bases racionais: "um salário melhor, oportunidade de crescimento": inicialmente, como "ajudante", i.e. trabalhador não-qualificado, seu salário chegava a 1.600 reais, além de plano de saúde, dentário, auxílio-alimentação, transporte e participação nos lucros (considerada por Danilo uma espécie de 14º salário). Como "ajudante" (termo constante na carteira de trabalho) na área de montagem de equipamentos e estruturas não era autorizado a manusear ferramentas – o que não ocorria na prática. Segundo seus relatos, o responsável por sua área, mais velho e menos escolarizado, inicialmente o "tirava de jogada", lhe dificultando acesso aos meios e explicações para que pudesse galgar na empresa: "eu senti meio que um medo da parte dele" em ser substituído. Com o decorrer do tempo de aprendizado, e a gradual conquista de sua confiança, recebeu deste mesmo funcionário a sua "classificação" (promoção) para "profissional", mais especificamente como "mecânico montador" de equipamentos e estruturas (grandes tanques, estruturas para fiação, bombas d'água).[203] Assim, além dos mesmos benefícios que já obtinha como ajudante,

[203] Alguns esquemas de classificação sócio-ocupacional não considerariam tal ocupação, ou ainda outras investigadas, como "trabalho manual qualificado"; no entanto, dentre nossos objetivos está precisamente retirar da indiscernibilidade *micromobilidades*, ainda que intraocupacionais, visto que elas são constitutivas da condição popular e de seus horizontes e projetos socioeconômicos, normalmente invisíveis do ponto de vista da objetivação estatística tradicional.

seus rendimentos aumentavam para aproximadamente 3,5 salário (incluindo horas extras). Danilo alcançava então, até este momento de sua trajetória, o 'auge' ocupacional no conjunto de suas micromobilidades no interior das classes populares, com escolaridade, rendimentos, um relativo prestígio profissional e uma segurança formal comparativamente maiores que as de seu pai, trabalhador manual (conta própria) da indústria tradicional, ou relativamente a si mesmo como vendedor ambulante e ajudante de sua mãe no início de seu precoce percurso laboral. No entanto, como é o caso com imenso contingente das frações mais jovens e escolarizadas das classes populares, do ponto de vista sistêmico *sua posição permanece essencialmente subordinada*,[204] na verdade mais propriamente caracterizável como um *prolongamento diferencial* do que uma ruptura com a condição parental – como atestam seus contínuos retornos ao empreendimento familiar – de tal modo que *a intensificação de sua circulação no interior destas camadas é a contraparte objetiva dos limites histórico-estruturais periféricos às mobilidades de maior alcance*, tão mais vivenciados em seus horizontes tanto mais se aproximem das indiscerníveis – embora objetivas – fronteiras de sua condição popular. É assim que, após pouco menos de um ano como "profissional" foi demitido há poucos meses, o que credita a seu envolvimento com movimentos grevistas realizados no setor. Isto pelo fato de Danilo, sindicalizado, além de frequentar as assembléias ("eu ficava por dentro de tudo o que tava acontecendo") e participar das votações, integrava também as comissões de greve: "a maior parte da galera que fez greve foi mandada embora, até quem não fez". Ademais, consoante a outros relatos afirma que "nessa área você nunca fica muito tempo, dois anos, dependendo da empresa e da obra, porque quando acaba a obra, e também quando acaba a frente de trabalho, você é mandado embora", sobretudo os que possuem vínculos mais antigos, por 'racionalização' patronal.

Com efeito, para nossos propósitos importa ressaltar que esta breve e única experiência político-sindical intermediada pelo mundo laboral, brevidade tendencialmente congruente com as configurações contemporâneas de acumulação flexível, precarização e intensificação da rotatividade da força de trabalho, não substitui, tampouco pode ser substituída, pelas mediações socializantes oriundas de sua condição popular descritas anteriormente; antes com elas se *entrelaça experiencialmente* num campo existencial que, pela heterogeneidade de sua constituição, torna suas inclinações e posicionamentos políticos essencialmente multideterminados.

[204] Por exemplo, se mobilizássemos a classificação ocupacional fornecida pela CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) – de utilidade praticamente nula para nossos propósitos – registraríamos não mais do que o prolongamento do *locus* ocupacional paterno: ambos enquanto "trabalhadores da produção de bens e serviços industriais". A subdivisão entre trabalhadores da indústria tradicional e moderna (qualificados ou não) é relativamente comum em estudos sobre "estratificação social", particularmente pertinente no caso de países de modernidade periférica cujo capitalismo é caracterizado por intensa heterogeneidade estrutural.

É desta forma que, num primeiro momento, podemos descrever as posições políticas de Danilo nos termos daquele mesmo *discurso anti-institucional predominante* (embora seu caso se generalize para além do Estado, englobando mercado, meios de comunicação *mainstream*, Igreja): por exemplo, nos declara não votar em candidato algum argumentando que "eu não acredito mais em política". Assim, avalia que o Partido dos Trabalhadores, que considerava referência "de esquerda", não mais existe como tal; mais ainda, como a maior parte dos entrevistados Danilo extrapola esta perspectiva para a política em geral como uma esfera degradada na qual é impossível adentrar sem "se corromper". Sua descrença é, assim como vimos em relação à atividade religiosa, voltada à "instituição", neste caso a *institucionalidade política*, o que o impele em certos casos a *ações diretas*: "às vezes eu to na rua aí me vem alguma coisa [em mente], às vezes eu to pensando sobre a sociedade, porque eu me questiono sobre muita coisa. É que nem uma questão que eu peguei pra mim, e até fui meio violento na forma de protestar sobre isso, foi a questão da [implementação da] biometria nos ônibus: eu achei um absurdo, uma falta de respeito com as pessoas idosas", de modo que através do computador "eu fiz uma arte dizendo: 'biometria foda-se, catraca livre' e uma mão fazendo um sinal feio [dedo do meio] e colei isso nos ônibus, eu colo até hoje. [...] Porque as pessoas também têm que se conscientizar, porque todo mundo vai ficar velho um dia, [...] só que se ninguém falar vai continuar ali." É importante constatar, contudo, que uma descrição que se restringisse à pura negação na caracterização do sentido de seus juízos e atividades políticas quanto à sua participação ou intermediação institucional consistiria em equívoco, parcialidade tornada totalidade, não somente pelo fato de Danilo haver participado ativamente das assembléias sindicais, e das greves, enquanto operário, pelo que inclusive fora dispensado; também, senão sobretudo, porque isto equivaleria a uma *prescrição implícita* dos limites em que a atividade política *deveria* se manter quanto a sua legitimidade, *juízo de valor revestido em juízo de fato*. E se o 'outro lado da mesma moeda' da negação institucional enquanto inclinação política revelada pela maioria das trajetórias consiste na atribuição meritocrática de valor às ações e pessoas de acordo com o ideal do "*crescer*", por sua vez a trajetória em foco se desenraiza relativamente desta *doxa*, como vimos, *por meio de um conjunto de mediações socioexperienciais, dentre as quais determinadas linguagem e estética populares contemporâneas*, em sua forma e conteúdo, inclusive em seu seletivamente crítico cosmopolitismo. É assim que a postura crítica que assume em relação à hegemonia institucional do mercado na vida social está longe de mera retórica formal, desprovida de ancoramento em suas orientações *efetivas* de conduta, visto que se finca em seu próprio estilo de vida (vestimentas, modalidades de consumo, práticas culturais, atitudes políticas, lazer, formas de convívio, prioridades existenciais) assim como, mais basilarmente, na *maneira como percebe situações cotidianas*. Quando sentencia, por exemplo, que "esse [sistema] capitalista selvagem do Brasil é sinistro", sua avaliação se relaciona a contextos concretos (como os mototáxis

tentando trabalhar ainda que de modo irregular e precarizado nas redondezas de sua antiga moradia). Neste sentido, também opõe sua relação instrumental com o emprego formal àquela mais fruitiva da prática do grafite: "quando você bota uma obrigação, por mais que seja o que você goste... que nem o pessoal fala: 'porque você num trabalha com seu grafite?' Porque eu não quero envolver essa questão de obrigação de dinheiro com meu grafite, eu não gosto, é uma parada que eu faço por prazer. Às vezes eu recebo convite, eu vou! Mas eu vou por prazer. As pessoas me criticam, minha mãe, até minha esposa mesmo fala: 'ah você é um bobo, você tinha que cobrar [pela grafitagem] e tal!' Não, cobrar não, eu gosto de fazer isso e eu vou fazer." E quando critica os EUA – em oposição às formações sociais europeias, sobre as quais mantém uma perspectiva mais favorável – como ícone de tudo aquilo a que se opõe ("até hoje os Estados Unidos tenta manipular todo o sistema capitalista: ele vive do capitalismo, desse consumismo exacerbado que a gente tem hoje que é ridículo"), o faz ao mesmo passo que contrapõe, *para além da estrita negatividade*, uma experiência – recentemente propagada pelas redes sociais – de uma jornalista alemã: "eu até tava lendo sobre uma jornalista, que ela ficou um ano sem consumir nada, eu digo comprar. [...] Ela falou que transformou a casa dela numa célula: ela tentou produzir tudo dentro de um apartamento. Essa mulher é alemã, é um país também que eu admiro muito. Isso vem me aguçando muito a ficar contra esse sistema, e os americanos tão tentando sempre manipular, monopolizar tudo isso", mencionando a espionagem de suas agencias de segurança – caso que gerou um mal-estar diplomático com o Brasil.

Escravos modernos

"Nos últimos tempos, más ninguém tem tempo

O dinheiro fala mais alto e consome todo o seu talento

Nosso sistema só quer o capital e seu povo sem conhecimento

Vejo pessoas correndo a sós

Acumulando dinheiro ou ate conhecimento para o seu próprio crescimento

Esquecem-se das pessoas ao seu redor

Não olham nem para traz nem para frente

Vivem o presente

E foda-se os que virão depois do seu presente"

(Um dos escritos político-expressivos de Danilo, grafia mantida como no original)

Enfim, retomando a problemática da qual este estudo de caso se apresenta como explicitação exemplar, qual seja, a que envolve as condições de possibilidade de conexão dos projetos socioeconômicos populares com projetos políticos (institucionais ou não), ou mais exatamente a maneira como estas expectativas e horizontes socioeconômicos podem ou não se expressar numa percepção política de dimensão mais ampla, o que se evidencia no decurso desta trajetória é o fato de que *um entrelaçamento de mediações socioculturais atua na modulação de sua condição*

popular em expressão política: o modo como a origem social do agente em foco fora particularmente vivenciada e constitutiva de suas valências afetivas; as mais ou menos equívocas e problemáticas participações a outras esferas de subjetivação como a escolar e a religiosa; o autodidatismo e o uso das redes digitais (como as mídias alternativas); a afinidade de uma determinada linguagem estético-expressiva com suas experiências infanto-juvenis na formação de um estilo de vida, assim como sua importância na possibilidade de nosso entrevistado constituir uma narrativa identitária e, assim, uma relação com sua própria história dotada de um sentido ao mesmo tempo individual e comunitário; a precariedade de sua inserção no mundo do trabalho cuja típica irregularidade e inconstância da experiência fragmentam a emergência de uma identificação política alicerçada na funcionalidade econômica. Já argumentamos nos primeiros capítulos que estas mediações não consistem numa suposta diluição de uma univocidade essencial na medida em que *historicamente agora, como historicamente sempre, as classes populares são, e foram em todo lugar, essencialmente multideterminadas*. Longe de significar *necessariamente* uma atitude despolitizada em face à vida, testemunhamos que esta multideterminação existencial própria às classes populares, especialmente as contemporâneas às inflexões histórico-estruturais das últimas décadas nos países centrais ou periféricos, pode assumir os traços de uma *tendência permanente à politização da vida, intransigente inclusive com as formas institucionais tradicionais*, e tão mais intensa na medida em que envolve a própria narrativa identitária de nosso entrevistado. Assim, na ocasião em que relatava as dificuldades já descritas em cursar o ensino superior (aprendizado escolar deficitário, extensão da jornada de trabalho chegando a doze horas diárias, dedicação à família), ao invés de situá-lo como participando exclusivamente de um campo de investimentos ascensionais, o universo semântico ao qual parece lhe alocar enquanto projeto economicamente referenciado é mais amplo: "não dá de repente pra focar numa faculdade, mas eu faço meu trabalho voluntariado [sic], que é, tipo, eu pinto na comunidade, influencio a molecada a abrir os olhos pra uma arte visual que é o que a gente tá fazendo. E tem um impacto muito grande porque hoje garotos novos, de 13, 14 anos, me adicionam no *facebook* e falam: 'poxa, eu sou seu fã, eu to começando [a grafitar] agora', e isso é uma parada maneira. É uma parada que, tipo assim, pra uma sociedade que de repente me virou as costas, hoje eu to ajudando ela a criar menos marginais, mesmo [que] através de uma arte marginalizada como sempre foi vista ao longo do tempo." De modo similar, sua resposta sobre se por acaso se vislumbra de algum modo daqui a dez ou vinte anos (em termos de posição profissional, condições financeiras, habitação, etc.), é peremptória: "não". Aqui novamente Danilo encaminha a questão para fora do plano estritamente economicamente atomizante ou atomisticamente econômico: "a rua me proporciona cada encontro incrível", ao que fornece outros exemplos associados ao grafite e expressando uma *relação com "a rua"* – termo recorrente em sua fala –, inclusive com a *temporalidade "da rua"* (do cultivo das relações ali envolvidas, daí se ver mais "inconstante" e

"preocupado" com o que fazer no fim de semana do que com temporalidades mais longas ditadas por planos profissionais), que parece *atravessar suas orientações socioeconômicas e políticas*; isto por se mostrar, em relação a ambas, como que seu *fundamento existencial*. (Cf. seu escrito político acima, *Escravos modernos*, fornecido posteriormente à entrevista).

Todo e qualquer sistema de *interesses* próprios às classes de trajetórias populares, seja em sua historicidade ou em sua universalidade, *pressupõe* uma cartografia de experiências com sua topografia volitiva. E isso é essencial termos em conta caso não desejemos simplesmente substituir uma antropologia simplória implicada no reducionismo materialista do *homo oeconomicus* por outra, idealista, se bem que igualmente simplista em sua unilateralidade, o *homo moralis*; ao menos é deste modo que investigamos e reconstruímos as trajetórias de homens e mulheres de origem popular que, antes e mais primordialmente do que serem movidos quer por "interesses", quer por "ideais", e como pressuposto para um e outro, são homens e mulheres *engajados na vida* em sua integralidade.

Assim, é verdade que as trajetórias ascensionais-populares denotam uma dinâmica no cerne de uma posição estruturalmente dominada; e também é verdade que *conjunta e inalienavelmente* à *doxa*, à legitimação e à cumplicidade ontológica próprias à toda condição dominada, assim como, *conjunta e inalienavelmente* à esfera da organização de interesses que lhe correspondem, está o conjunto de linhas de experiência (familiar-comunitário-vicinais, laborais, amistosas, conjugais, religiosas,...) que participam da efetividade e concretude desta condição popular, que nunca é vivenciada *somente sob um de seus aspectos* mas através de um engajamento ininterrupto, polimorfo, pluricontextual e polissêmico com pessoas, coisas, lembranças, lugares, etc., do que resulta que da sociogênese dos horizontes ascensionais-populares participa tudo aquilo que torna uma dominação histórico-estrutural eficaz e duradoura, i.e., precisamente o que, sem a extingui-la, a transborda, ultrapassa e envolve, inextricavelmente.

Conclusão

Uma sociologia que reivindique sua autonomia epistêmica deve não somente lançar nova luz sobre a complexidade constitutiva dos meios populares (suas forças de coesão, assim como aberturas e distensões, suas composições multisegmentadas em termos relacionais, suas micromobilidades) a partir de uma construção do objeto sociologicamente válida; este lado semântico, ou seja, de imputação de significados sociologicamente referenciados ao mundo é indissociável de uma reorganização sintática, i.e. das inter-relações dos próprios conceitos, teorias e modelizações entre si, de modo que o olhar teórico na (re)construção do mundo social é – ou ao menos deveria ser – um olhar da sociologia sobre si mesma. De fato, orientamos nossa investigação por meio de um conjunto articulado de noções as quais, nos aproximando do fim de nossa empreitada, devem ser novamente recapituladas, principalmente porque após um longo trabalho simultâneo de sedimentação e depuração empíricas seus contornos transparecem com maior precisão.

Da cumplicidade ontológica dos horizontes e projetos socioeconômicos – especialmente os que detêm implicações ascensionais – em relação à objetividade capitalística contemporânea resulta, com efeito, a assimilação dos limites estruturais à mobilidade social enquanto móbeis constitutivos de suas motivações e ações; por outro lado, na medida em que o entrecruzamento das linhas de experiência que estruturam tais horizontes e projetos é fundamentalmente multisistêmico, tal fato se revela como resistência objetiva ao fechamento subjetivo por referência exclusiva a um de seus espaços relacionais: as outras esferas de vida e atividade não são ‘acidentes’ de uma essência – alguns diriam ‘desvios padrão’ de uma ‘curva normal’ –, pois compõem a completude inerentemente multideterminada na qual toda relação de dominação material ou simbólica se ancora e se enreda institucionalmente, sua eficácia e adesão, além dos ‘interesses’ nela envolvidos, advindo em grande medida menos de sua autonomização institucional (e.g. sistema econômico, campo) do que deste enredamento e ancoramento mesmos. Neste sentido, no decurso de nossa investigação, cada um destes *projetos* particulares enquanto motivação planejada à ação socioeconômica (relativos ao mercado de trabalho, aos investimentos em ativos culturais e de qualificação, na formação de microcapitais) extrai seu fundamento, sua significação e seus cursos de ação não de si mesmos, atomisticamente, e sim de sua interdependência

em seu nexo vivido, pelo que é mais apropriado a referência a um feixe ou arco de projetos, inclusive articulados aos projetos familiares e matrimoniais (sua coordenação, catalisação recíproca, assim como seus conflitos e elementos disruptivos), de modo que, nas trajetórias ascensionais-populares em foco, dificilmente cada um deles encontra seu fim último e realização plena nos termos exclusivos de *um* sistema particular (familiar, capitalístico, escolar-universitário,...). Por isso, enquanto elo entre a motivação e a ação, os identificamos como projeções existenciais, implicando a integralidade do engajamento humano, inclusive em suas ambivalências, hesitações e contradições.

Porquanto cada um desses espaços de subjetivação apresenta imperativos, expectativas e experiências que lhe são próprios, seus quadros interativos consistem nas *mediações socializantes* através das quais uma realidade histórico-estrutural se manifesta, é vivenciada, e adquire seu sentido para os agentes históricos. Ao mobilizarmos esta constatação que é indissociavelmente teórica e metodológica, o recurso à variação na escala de análise das "variáveis" tradicionais subjacentes a esses espaços (origem social, escolarização, inserção na estrutura produtiva, religiosidade,...), a bem dizer reconstruídas enquanto variações existenciais, nos permitiu alcançar uma descrição detalhada de como os biografados, ao atravessarem uma determinada configuração histórico-institucional, ao mesmo tempo são atravessados por ela. E neste quesito, visto que uma mesma "variável", ou melhor variação existencial enquanto espaço de subjetivação da condição popular, e na verdade uma única e mesma força socializadora no interior da diversidade de forças que constituem tais espaços relacionais (e.g. familiar, capitalística), é internamente diversificada em suas influências conforme demonstraram os trabalhos de Lahire (e.g. 2002, 2013) e Dubet (1994, 2009), o termo *linhas de experiência* se nos mostrou pertinente e por seu intermédio nos foi possível cartografar conjuntos de experiências subjacentes à condição popular de densidade concêntrica, e outros de tendência 'dis-cêntrica' – não no sentido de necessariamente antagônicos aos primeiros mas, simplesmente, que possuem múltiplos eixos socioinstitucionais de referência. Se a um conjunto mais ou menos heterogêneo de esquemas de disposições incorporadas (de apreciação, percepção, ação) corresponde um conjunto mais ou menos heterogêneo de forças socializantes, nos parece que a referência fenomênico-existencial à experiência vivida responde pela mediação entre socializações e disposições, pelo simples fato de ser mais basilar – já 'linhas' se referem a sua concatenação, acúmulo, entrelaçamento, assim como incompatibilidades e

tensões, todas estruturantes da 'cultura popular' em sua dinâmica interna. A este respeito, uma observação quanto à construção de nossa problemática investigativa nos parece particularmente esclarecedora. No início de nossas inquirições esboçamos distribuir os biografados os diferenciando, senão como 'representantes típicos' de uma ou outra linha de experiência de sua classe, ao menos conforme pudessem ser caracterizáveis pelo predomínio de tal ou qual delas, como por exemplo aqueles indivíduos cuja orientação de conduta se mostrasse prioritariamente tendente à perpetuação de sua condição, enquanto outros por sua vez viessem manifestar orientações ascensionais mais nítidas; entretanto, no decorrer de nosso trabalho, a grande maioria de suas narrativas se mostrou substancialmente refratária a tal classificação mais rígida: um mesmo biografado, dependendo da ênfase conferida pelo pesquisador a um ou outro momento de sua biografia, poderia apresentar orientações de conduta incompatíveis entre si, além de alternar em curtos intervalos de tempo ocupações e tipos de vínculos estruturais (formais, informais, assalariados, conta própria) que correspondem, de forma mais verossímil, a uma relação transversal a sua condição dominada mais do que ao pertencimento definitivo e rigorosamente delimitado entre frações populares mais ou menos vulneráveis, ou mesmo entre uma orientação ascensional predominantemente econômica ou cultural em seus eixos de investimento – mesmo as 'trajetórias exemplares' tiveram de levar em conta tal indeterminação relativa.[205] O que a princípio se mostrou, por assim dizer, um 'problema' ao pesquisador derivado da indiscernibilidade própria ao fenômeno, aos poucos se diluiu com um olhar mais atento: não significa que não seja possível diferenciá-las, tais frações populares, conforme o predomínio entre um e outro de seus respectivos eixos de investimento, ou que em algumas não se disponha um patamar de segurança e possibilidades que, para alguns milhões de indivíduos, jamais se apresentou ou se apresenta ainda como factível; o mais importante deste ponto no que concerne às micromobilidades é que as trajetórias investigadas se constituem, mais do que por uma ou outra dessas linhas de experiência constitutivas de sua classe, *por essa travessia mesma*, a qual não é 'afastamento' de seu 'verdadeiro ser' (os casos 'típicos') e consiste antes em aspecto sociologicamente

[205] E.g. em um dado momento a suspensão de quaisquer projetos que não se associem ao *hic et nunc*, ao "ficar um tempo parado", "na inércia" ou "no ócio", que pode durar meses ou anos, em outro o investimento intensivo em duplas ou triplas jornadas que exaurem por completo suas forças em função de "crescer na vida"; em um momento uma orientação de conduta rigidamente regrada pela normatividade religiosa, em outro o despojamento de tais balizas em prol de uma relação mais distensionada com as possibilidades da vida; a oscilação e intermitência entre trabalhos manuais não-qualificados e outros qualificados ou não-manuais de tipos diversos, informais e formais, etc., etc.

fundamental. Isso nos permite compreender, para além das dicotomias maniqueístas do senso comum, o fato de que no interior de uma mesma condição social, de uma mesma geração, de uma mesma periferia, de uma mesma favela, por exemplo, dois indivíduos de uma mesma família, ou mesmo um dentre eles em distintos momentos de sua trajetória, podem aderir ao "vício" ou à "virtude", ao narcotráfico ou à religião, ao "ócio" ou ao trabalho, à "necessidade" ou à "prosperidade": embora possam dispor do mesmo nível de rendimentos, a mesma (des)capitalização cultural, compartilhar grosso modo da mesma classe de condições de existência (para falar com Bourdieu) (1972, 1979), não obstante, cada um ocupa em suas cadeias de relações de interdependência um lugar único (para falar com Elias) (1991, 2010), resultando na formação de um patrimônio disposicional singular (para falar com Lahire), e portanto vive sua classe de modo ao mesmo tempo universal e particularizado ao infinito conforme as mediações por via das quais ela vem assumir sua fisionomia para todos e cada um (para falar com o Sartre menos ingenuamente subjetivista de *Questões de método*) (1960). E o que é decisivo: disso não resulta uma 'erosão' das relações sociais em geral ou uma 'relativização' das relações de dominação e seu enquadramento institucional em particular, ao contrário; resulta o desvelamento de outras relações que a elas se enredam, e participam de sua consistência. Em suma, uma micropolítica que, não substituindo, integra e densifica a espessura de uma macropolítica institucional. Em razão disso, os indivíduos não perpassam as clivagens societárias inerentes a uma determinada dinâmica histórico-estrutural somente 'externamente'; sobretudo aqueles cuja trajetória pode ser caracterizada em alguma medida significativa por (micro)mobilidades – e já sabemos o quanto a modernização periférica deve a este intenso dinamismo na formação de suas mais diversas camadas sociais – refratam em si mesmos, 'internamente', estas clivagens, sob as mais diversas formas.

Assim, os *horizontes ascensionais* resultantes dessas múltiplas socializações e as respectivas linhas de experiência que subentendem, enquanto pano de fundo estruturante e implicitamente balizador (no sentido heideggeriano) (2008) de suas motivações, projetos e ações – não somente no que Harry Frankfurt (1988, 1999) chamaria de estrutura volitiva, naquilo que se coloca como prioridade, ou naquilo que sequer se levanta como possibilidade, como em suas obliquidades aparentemente "irracionais" –, expressam tal multideterminação, cuja configuração por sua vez é deveras distinta da multideterminação constitutiva dos pólos médios e dominantes. Cada

trajetória é a expressão do encontro destas linhas de experiência, por isso sua indeterminação relativa – que não se reduz a determinismos como, por outro lado, à aleatoriedade absoluta como ontologia do ser social. Assim, se num primeiro momento as trajetórias ascensionais-populares, e os horizontes estruturantes de suas motivações, projetos e ações, são inconcebíveis quando de-situados das posições de dominação as quais atravessaram no passado e nas quais se vinculam atualmente, num segundo momento necessitamos re-situar sua posição dominada nos eixos estruturantes das configurações sociais mais amplas, ou seja, na completude de relações, laços, frequentações e ações em que se envolvem, como já mencionamos, inextricavelmente, e os quais participam, não como elementos externos, mas como forças constitutivas do que se assemelha à formação de um *ethos* ascensional-popular. Ocorre que as socializações, e as linhas de experiência pelas quais se realizam, revelam um nível mais primordial, e que consiste no fundamento existencial de todo *ethos*. Essa é a razão pela qual, no decurso de nosso trabalho, os horizontes ascensionais pautados pelo "*crescer*", longe de 'resolver' ou 'superar', ou mesmo sistematizar ou 'harmonizar', condensam em si todas as ambivalências e irreconciliações presentes entre as experiências populares de densidade concêntrica e aquelas com outras forças de orientação. O "crescer" pressupõe a um só tempo: a importância da paisagem familiar-comunitária; do estabelecimento de patamares mínimos de recursividade econômica e escolar enquanto condições de possibilidade de uma conduta ascensional eficaz do ponto de vista dos requisitos capitalísticos; a circulação por uma estrutura ocupacional que, não obstante situada no cinturão dominado e caracterizada pela precarização endêmica, participa de uma transição entre seus setores dinâmicos de acumulação (em termos de participação no PIB e na PEA a partir das últimas três décadas) com uma complexificação interna que possibilita micromobilidades em seu interior e em suas fronteiras; a frequência e engajamento a espaços mais ou menos variados de subjetivação (matrimoniais, religiosos, redes amistosas e de sociabilidade lúdica) que perfazem de alto a baixo a condição popular. O que é fundamental é que a importância da origem social em nada condiz com um "tradicionalismo" sem peias, não somente porque esta origem fornece muitas vezes os pré-requisitos tácitos a partir dos quais a mobilidade dos entrevistados é possível (a aquisição de terrenos, a autoconstrução de moradias, o suporte material e financeiro familiar) sem refazer estas "conquistas" acumuladas por membros mais antigos no interior de uma condição dominada – e que neste sentido funcionam como 'acumulação primitiva', não de capital, mas das bases de "estabilidade" –, como porque

aquilo que motiva a ação economicamente orientada é a busca pelo florescer deste solo de "estabilidade" e o cultivo de seus laços, não da forma como teriam sido 'desde sempre', mas sua 'reabilitação' e o catalisar de suas potencialidades materiais, relacionais e simbólicas. Da mesma forma, os mencionados investimentos em capitalização econômica ou cultural ascensionais-populares quase nunca se apresentam autonomizados, desvinculados de prioridades e anseios mais amplos, que os englobam, e subsumem: entre nossos biografados, o imperativo de autonomização moral não se identifica ao desígnio de uma genérica "individualização" como fim em si, ou à realização pessoal *em detrimento* de seus laços de origem. Ademais, o conjunto de engajamentos diversos que acompanham estas trajetórias as confere toda sorte de modulações que entresignificam o sentido deste "crescer" (que pode, por exemplo, se apresentar a um neopentecostal como "prosperar", a outro como uma "vitória", ou ainda como "progredir", entre muitos outros), de modo a torná-lo tão distante dos anseios em mimetizar acriticamente a conduta de outra classe, ou de a ela 'pertencer', quanto a perpetuar as condutas de outros integrantes dos meios populares que, do conhecido ao amigo, do vizinho aos primos, dos pais aos irmãos, são em grande medida responsabilizados por "não correrem atrás" ou por se contentarem com a "esmola" do Estado.

Já argumentamos que a marcada adesão a este ideário meritocrático, o qual difrata o discurso contemporâneo dominante entre os *primus inter pares* dos meios populares e do qual a adesão é tão mais intensa por lhes fornecer os elementos de consagração de uma identidade narrativa em tudo consoante à experiência vivida de suas trajetórias; que a relação reciprocamente descartável ao mundo do trabalho – cujo alto valor intrínseco em seu sentido genérico-normativo se mostra no entanto pragmático-instrumental em relação a cada possibilidade empregatícia em particular; e que as expectativa relativas ao 'padrão de vida', do qual se almeja a razoável expansão e "estabilização" mais do que uma ruptura com os patamares de que se dispõe, são todos fatores que expressam a confluência subjetiva a um espaço relacional de possibilidades ascensionais próprio à periferia do capitalismo mundial, e que, argumentamos também, tal afinidade estrutural se assimila numa condição ascensional-popular que lhe abrange, sem a ela se reduzir. Vejamos, então, as implicações de tal asserção para toda e qualquer investigação que se direcione à mobilidade nos meios populares, e que se fazem necessariamente presentes explicita ou sub-repticiamente. Uma *trajetória de mobilidade*

nos meios populares envolve a expansão absoluta ou relativa do nível de rendimentos; ao mesmo tempo, reduzi-la a uma tal mudança equivaleria a um exercício de abstração que, pressupondo o mundo social linear e não-relacional embora sequer tendo ciência de tal suposição (Bourdieu, 1979) – e que não se confunde à ciência acerca dos métodos e técnicas utilizados como tais –, isolaria *uma* das propriedades de uma tal trajetória, propriedade ou *indicador* que, assim reificado, passaria a ganhar vida própria em detrimento do próprio fenômeno de que deriva (e ser objeto de debates na 'opinião pública', em conferências, publicações...). Ao o fazermos, estaremos não apenas aderindo a uma visão rudimentar do mundo social, como teorizando *inconsciente* sua natureza como fragmentária, não-relacional, atomística,... *Mutatis mutandis*, uma maior capitalização escolar nos meios populares, quer indicada pelo nível de diploma ou pelos anos de escolarização, é objetivamente indissociável do nexo existencial onde pode se revelar, na verdade, como uma postura esquiva em relação a suas possibilidades, com diplomas subutilizados, ou no caso do ensino superior se vinculando a cursos que, subvalorizados no mercado laboral, equivalem mais propriamente a reprodução, em nível ampliado, das clivagens anteriores do que propriamente a sua superação, o que não significa que, no interior das camadas populares, não amplifiquem as possibilidades de retorno, e sim que o fazem a partir de motivações, racionalidades e cursos de ação que são compreendidos somente pela referência a tal nexo do qual derivam sua razão de ser. De igual maneira, a formação profissionalizante, e sobretudo a técnica, ou mesmo o tempo, a experiência e as habilidades práticas adquiridas no interior de uma ocupação, denotam possibilidades de micromobilidades (e.g. de "auxiliar" a "profissional", de manual não-qualificado a manual-qualificado, ou abrindo caminho ao microempreendimento) as quais apresentam a seus agentes impactos materiais e simbólicos, tanto em sua condição atual como na estruturação de seus horizontes, que apenas podem ser compreendidos neste mesmo entrelaçamento primordial. Isso nos leva à posição na estrutura produtiva, como efetivamente o mais fiável indicador de uma trajetória ascensional em relação a sua origem, já que se associa estatisticamente aos indicadores anteriores, como sua base, e, principalmente, se vincula estruturalmente ao tecido social mais amplo nos permitindo ademais lhe articular a um complexo estrutural e sua dinâmica histórica. No entanto, a exemplo de todos os outros fatores, quando dissociado do conjunto pelo qual adquire efetividade histórica, a reprodução de uma mesma ocupação pode *dissimular*: uma expansão dos rendimentos que, muitas vezes com variações bastante constritas e "irrisórias" da perspectiva de outras camadas

sociais, reverberam num sentimento de reconhecimento profissional e valorização familiar, quando não torna o afastamento da precariedade anterior uma "conquista" e uma abertura de possibilidades de consumo que são, malgrado sua "frivolidade", possibilidades de inserção nas 'promessas' da vida mesma de que se era até então alijado, sua fruição, e o estabelecimento de patamares de segurança que são estimados enquanto realização e dignificação aos olhos dos pares; pode dissimular também: ainda no interior de uma mesma ocupação, a expansão da autoridade e do prestígio no ambiente de trabalho onde se passa a deter funções de supervisão, gerência e ascendência reconhecida como legítima ante outros trabalhadores *nominalmente* iguais, todos situados no seio de uma mesma posição estruturalmente subordinada que apresenta, não obstante, seu próprio dinamismo, "promoções" e relações de poder internas; pode dissimular, finalmente: nos casos de mobilidade ocupacional, a natureza da relação que o indivíduo estabelece com seu novo vínculo sistêmico, que pode variar da insatisfação e a busca por "algo melhor" até um senso de inferioridade diante de seus quadros antigos, de se estar "aquém" de suas demandas e expectativas, de não se estar "à altura", quando não resultar na deliberada recusa de "oportunidades" apreciadas como nocivas à vida mesma, 'vida mesma' a qual nos remete ao conjunto articulado que participa da objetividade da condição dos agentes sociais. Destarte, "mobilidade", ou "ascensão", em relação à condição de origem envolve cada um desses elementos, e não por acaso os mobilizamos, todos, em nossa investigação; os envolvendo, contudo, não se reduz a nenhum em particular – nem sequer à ocupação, sem dúvida o mais importante – por um fato tão simples quanto desconsiderado por um sem número de análises especializadas na própria especialização que se acumulam sem nada dizer além da soma de seus equívocos, qual seja, de que o mais importante é a articulação de seu *conjunto* no seio do qual cada "variável" isolada se realiza e do qual é a expressão *parcial* e *parcelizada*, conjunto que *não se reduz à somatória de suas propriedades* porque não se refere a um nível analítico mas àquilo que este ao mesmo tempo fragmenta, pulveriza, e *pressupõe*, que é a *condição histórico-existencial* do qual deriva, nível ao mesmo tempo mais básico e mais fundamental. Esta condição abrange seus deslocamentos geográficos, estranhamentos, desenraizamentos e re-enraizamentos relativos, sua multiplicidade relacional e cultural, sua diversidade de sistemas de referência normativa, suas contradições e agonismos externos assim como internos, sua gama de forças centrípetas como aquelas 'dis-cêntricas' em suas influências, em suma abrange as linhas de experiência que compõem seus '*inter-esses*', anseios, expectativas

e seus horizontes de possíveis ascensionais. É nesta condição popular, na qual suas dimensões 'materiais' e 'simbólicas' perfazem esta mesma *inerência* social que ambas expressam a sua maneira, que podemos perscrutar: i) as *micromobilidades* quase indiscerníveis e no entanto reais em seus efeitos diferenciais (e.g. no interior de uma mesma categoria ocupacional, ou de uma mesma ocupação, como nos exemplos acima retirados de nossas pesquisas), os sucessivos ciclos de declínio e recomeço (intra e intersetoriais), que acompanham porém não se restringem ao gênero e aos ciclos de vida da vida adulta, suas travessias entre vínculos laborais regulados e desregulados (as aspirações por "segurança" e a "estabilidade", que remetem a uma relação com a vida e com os horizontes ascensionais), as (des)venturas com a formação de microcapitais (o "barraqueiro", a lenta transformação, através de toda uma vida, de um "boteco" em um "bar",...), dinâmicas microascensionais ou descensionais que compõem uma condição dominada, seus interstícios, suas margens de ação, suas distinções e hierarquizações internas e constitutivas, todo um mundo de fenômenos sociais que se torna invisível pelo emprego rotinizado e naturalizado de *escalas de análise* inapropriadas; e é a partir desta condição que podemos perscrutar também: ii) *mobilidades de maior amplitude*, que franqueiam os limiares desta condição, oscilam na opacidade objetiva de suas fronteiras, quando não a ultrapassam – o que se torna tanto mais objetivamente improvável quanto mais nos aproximemos dos pólos médios e, sobretudo, do cinturão dominante *a fortiori* na periferia do capitalismo – no que tais trajetórias passam a portar consigo não somente a diferença entre sua "origem" e "destino" ocupacionais, como dois pontos num espaço, mas as marcas da travessia e a interiorização e sedimentação de todas as contradições entre determinadas atitudes perante a vida, o tempo, a si mesmo, a valores, e que podem oscilar entre o fascínio pela nova condição e a repulsa visceral pela origem (cuja intensidade afetiva envolvida deriva em grande medida de se tratar de um lado de si o que se combate) e sua reabilitação, entre o estranhamento contínuo (de si e de outrem) e um intenso e tenso trabalho sobre si de reeducação e autogoverno das forças mais íntimas e 'espontâneas' da personalidade e do caráter, caso dos trânsfugas de classe.[206]

Uma última e breve colocação se impõe como incontornável. A reflexão teorética mas também prática acerca da condição popular periférica se apresenta como epistemologicamente favorável ao desvelamento de que a natureza e o escopo

[206] Sobre este último caso, cf. por exemplo Coutinho (2015).

reservados pela divisão internacional do trabalho aos espaços objetivos de mobilidade, e por implicação às trajetórias e horizontes ascensionais-populares, *obsta* a suposição de que as formações sociais centrais forneceriam um modelo paradigmático que seria seguido, no tempo, pelas formações sociais periféricas. O trabalho escravo endêmico na indústria pesqueira da Tailândia, vinculado às cadeias globais de produção/extração, circulação e consumo, ou as um pouco mais conhecidas condições de trabalho em complexos fabris na China, com suas telas "antisuicídio", vinculados aos pólos "criativos" da tecnologia da informação nas formações centrais, assim como economias estruturadas em função da exportação de petróleo, ou ainda a concentração do regime fundiário em seu papel de exportador de *commodities* ao que se acompanha a desindustrialização e uma 'terciarização' precária da economia, não são configurações que 'antecedem' diacronicamente as estruturas produtivas situadas nos eixos centrais de acumulação global, mas lhes são essencialmente contemporâneas, sincronicamente; por conseguinte, as possibilidades ascensionais e os horizontes que lhes aderem demandam um trabalho de reconstrução e sociogênese próprio, e que abrange em sua irredutibilidade *a maior parte das camadas populares no mundo* em função de seus vínculos periféricos ou semiperiféricos que expressam aquela dupla subordinação interna-externa, local-mundial, a que estão submetidas. O sentido desta argumentação é evitar que um provincianismo teórico continue a se irradiar como pseudouniversalidade, e nas ciências do homem se evite aquilo que já ocorre histórica, econômica, política e culturalmente: que o 'resto' do mundo, e *a fortiori* suas camadas dominadas, se perpetuem como notas de rodapé da história.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

_____. What do cases do? Some notes on activity in sociological analysis. In: RAGIN, Charles; BECKER, Howard (Eds.). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*.Cambridge University Press: New York, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo social*, v.16, n.2, 2004.

ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALONZO, P.; HUGRÉE, Cédric. *Sociologie des classes populaires*. Paris : Armand Colin Éditeur, 2010.

ALVES, Fátima. Escolhas familiares, estratificação educacional e desempenho escolar:quais as relações? *DADOS*, v.53, n.2, p. 447-468, 2010.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

ALVES, Maria T.G. et al. Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. *Dados*, v.56, n.3, p.571-603, 2013.

ALVIM, Rosilene; LOPES, José Sergio Leite. Familles ouvrières, familles d'ouvrières. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 84, p. 78-84, sept. 1990.

AMSDEN, Alice. *The rise of "the rest": challenges to the West from late-industrialization economies*. New York: Oxford university Press, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

AQUINO, Estela et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2), p. 377-388, 2003.

ARAUJO, Kathya; Martuccelli, Danilo. La inconsistencia posicional: un nuevo concepto sobre la estratificación social. *Revista CEPAL*, n.103, p. 165-178, abril 2011.

ARAÚJO, Pedro Quaresma de. Estructura productiva y distribución funcional del ingresso: una aplicación del modelo de insumo-producto. *Revista CEPAL*, n. 109, p. 61-84, abril 2013.

ARCHER, Margareth. *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. *Structure, agency and the internal conversations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011 [1890].

AZEVEDO, Priscila. Em nome do pai, do filho e do espírito santo - notas de uma sociologia em escalas. *Cadernos do Sociofilo*, n.4, p. 113-166, 2013.

BARTELS, Larry. *Unequal democracy: the political economy of the new gilded age*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

BATAILLE, Georges. *La part maudite (précédé de la notion de dépense)*. 3 ed. Paris : Les Éditions de Minuit, 2011 [1949/1933].

BECKER, Howard S. Biographie et mosaïque scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 62-63, p. 105-110, juin, 1986.

BERGER, Peter. Excurso: alternação e biografia (ou: como adquirir um passado pré-fabricado). In: *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.

BERNSTEIN, Basil. A sociolinguistic approach to socialization with some reference to educability. In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (Ed.) *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1972.

BESSIN, Marc; BIDART, Claire; GROSSETTI, Michel. (Org.) *Bifurcations : les sciences sociales face aux ruptures et à l'événement*. Paris : Éditions la Découverte, 2010.

BEYNON, Huw. A destruição da classe operária inglesa? *RBCS*, n. 27, ano 10, p. 5-17, fev. 1995.

_____. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES Ricardo (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

BIANCARELLI, André. O "modelo" brasileiro de crescimento e distribuição esgotou-se? *Le monde diplomatique*, ano 8, n. 5, p. 4-5, Agosto de 2014.

BIDART, Claire. Bifurcations biographiques et ingrédients de l'action. In : BESSIN, Marc; BIDART, Claire; GROSSETTI, Michel. (Org.) *Bifurcations : les sciences sociales face aux ruptures et à l'événement*. Paris : Éditions la Découverte, 2010.

BLAU, Peter M. Social mobility and interpersonal relations, *American Sociological Review*, v.21, n.3, p. 290-300, Jun. 1956.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 6 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997a.

_____. *Algerie 60: structures economiques et structures temporelles*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Éditions du Seuil, 2000a [1972].

_____. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris : Les Édition de Minuit, 1979.

_____. La fabrique de l'habitus économique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 150, p. 79-90, déc. 2003.

_____. Le champ économique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 119, p. 48-66, sept. 1997b.

_____ ; SAYAD, Abdelmalek. *Le Déracinement : la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1964.

_____. *Le sens pratique*. Paris : Les Édition de Minuit, 1980.

_____. *Les structures sociales de l'économie.* Paris: Éditions du Seuil, 2000b.

_____. L'Illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 62/63, p. 69-72, juin 1986.

_____.; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *O ofício de sociólogo: metodologia de sociologia na pesquisa*. 5 ed. Petrópolis : Ed.Vozes, 2004.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Vous avez dit "populaire" ?. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 46, p. 98-105, mars 1983.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. A quase-estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista. Artigo destinado ao livro *Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil*. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. (Versão de setembro de 2014.)

_____. *Desenvolvimento e crise no Brasil : história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo : Editora 34, 2003.

_____. Prefácio. In: AZEVEDO, André et al. (Org.) *A desindustrialização brasileira*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

CAILLÉ, Alain; VANDENBERGHE, Frédéric. *Neo-classical sociology: the prospects of social theory today*. 2014, no prelo.

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil.: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. *Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. *DADOS*, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.569-616, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CELSO CARDOSO JR., José. *Mundo do trabalho e (des)proteção social no Brasil: ensaios selecionados em 15 anos (1995-2010) de pesquisa aplicada e assessoramento governamental*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2013. v.1.

CENSO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS DA MARÉ. Organização: redes da Maré. Rio de janeiro: observatório de Favelas, 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CONINCK, Frédéric de; GODARD, Francis. L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation : les formes temporelles de la causalité. *Revue française de sociologie*, v.31, n.1, p. 23-53, 1990.

CORRÊA, Diogo. *Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre Igreja e tráfico na Cidade de Deus*. Orientador: Frédéric Vandenberghe 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2015.

CORSEUIL, Carlos . H. et al. Decisões críticas em idades críticas : a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Texto para discussão n.797: IPEA, 2001.

COUTINHO, Priscila. "*Meu sonho era maior que eu": biografia sociológica de uma trânsfuga de classe*. Orientador: Frédéric Vandenberghe 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2015.

DA SILVA, Vagner Gonçalves. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. *Revista USP*, São Paulo, n.67, p. 150-175, set./nov. 2005.

DARMON, Muriel. *La socialisation*. Paris : Armand Colin Éditeur, 2006.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.

DIEESE. Anuário do Trabalho e da Qualificação do Estado do Rio de Janeiro. 1.ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Rio de Janeiro: DIEESE, 2011.

DOS SANTOS, Theotônio. A revolução científico-técnica, a nova divisão internacional do trabalho e o sistema econômico. Textos para discussão, série 1, n.11, 2002.

_____. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DUBET, François. & MARTUCCELI, D. A socialização e a formação escolar. *Lua Nova*, n.40/41, p. 241-266, 1997.

_____. *Le travail des sociétés*. Paris : Éditions du Seuil, 2009.

_____. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DE JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo. Diário de uma favelada*. Edição Popular, s/d. (Original: Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983 [1960].)

DE JESUS, Carolina Maria. I'm going to have a little house: the second diary of Carolina Maria de Jesus. Resenha de: SADLIER, Darlene. *Luso-Brazilian Review*, v. 35, n. 1, p. 107-108, summer 1998.

ELIAS, Norbert. *Au-delà de Freud : Sociologie, psychologie, psychanalyse*. Edição de Marc Joly. Paris : Éditions la Découverte, 2010.

_____. *La société des individus*. Paris: Arthème Fayard, 1991.

ELIAS, Peter et al. (orgs.) *Mercado de Trabalho e Oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John. Intergenerational inequality: a sociological perspective. *Journal of economic perspectives*, v.16, n.3, p. 31-44, summer 2002.

_____. Social class of men, women and families. *Sociology*, v.18, n.4, nov. 1984.

_____; GOLDTHORPE, John. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

ERNAUX, Annie. *Les armoires vides*. Éditions Gallimard, 1974.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. DIFEL, 1976.

FERREIRA, Débora. Na obra de Carolina Maria de Jesus, um Brasil esquecido. *Luso-Brazilian Review*, v. 39, n. 1, p. 103-119, summer 2002.

FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos A. (Org.) *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. *Revista Estudos Feministas*, v.4, n.1, p. 7-33, 1996.

FOUCADE, Marion. Theories of markets and theories of society. *American Behavioral Scientist*, v.50, n.8, p. 1015-1034, april 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRANCO, Rolando et al. Crece y cambia la clase media en América Latina: una puesta al día. *CEPAL*, n.103, p. 7-26, Abril 2011.

FRANKFURT, Harry. *Necessity, volition, and love*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. *The importance of what we care about: philosophical essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. [1961] In: BIELSHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1974.

GANEM, Angela. Demonstrar a ordem racional do Mercado: reflexões em torno de um projeto impossível. *Revista de economia política*, v.16, n.2 (62), abril-junho, 1996.

GAULEJAC, Vincent de. *La névrose de classe*. Paris : Hommes et groupes éditeurs, 1987.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

GERTH, Hans; MILLS, Wright. *Caráter e estrutura social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GOLDTHORPE, John. Classe social. In:_____. *Sociologia a antropologia: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. On economic development and social mobility. *The British journal of sociology*, n.36, p. 549-573, 1985.

_____ ; MARSHALL, Gordon. The promising future of class analysis : a response to recent critiques. In : MARSHALL, Gordon (Ed.). *Repositioning class : social inequality in industrial societies*. Sage Publications: London, Thousand Oaks, New Delhi, 1997.

_____. Women and class analysis: in defense of the conventional view. *Sociology*, n.7, p.465-488, 1983.

GOMES, Edlaine de C. Família, sexualidade e trajetórias em contexto religioso plural. Paper apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness, *American Journal of Sociology*, v.91, n.3, p. 481-510, nov. 1985.

_____. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v.78, n.6, p. 1360-1380, 1973.

_____. The strength of weak ties revisited. *Sociological Theory*, v.1, p. 201-233, 1983.

GRIBAUDI, Maurizio; BLUM, Alain. Des catégories aux liens individuels : l'analyse statistique de l'espace social. *Annales ESC*., v.45, n.6, 1.365-402, 1990.

_____. *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*. Paris : Éditions de l'EHESS, 1987.

GRIGNON, Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Le savant el le populaire : misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature*. Paris : Gallimard/Le Seuil, 1989.

GRUSKY, David B. (Org.) *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. 3 ed. Boulder: Westview Press, 2008.

GUIMARÃES, Nadya A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em Mmercado sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, Ana (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro, IPEA: 2006.

GURNEY, Peter. Working-class writers and the art of escapology in victorian England: the case of Thomas Frost. *Journal of british studies*, v.45, n.1, p. 51-71, jan. 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Esquisse d'une psychologie des classes sociales*. Paris: Librarie Marcel Rivière et Cie, 1938.

_____. Remarques sur la position du problème sociologique des classes. *Revue métaphysique et de morale*, v.13, n.6, p. 890-905, 1905.

_____. Les caractéristiques des classes moyennes. In: *Inventaires III: les classes moyennes*. Paris: Félix Alncan, 1939.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Graal, 1979.

_____; SILVA, Nelson do Valle. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Being and Time*. New York: Harper & How, 2008.

_____. *Qu'appelle-t-on penser ?* Paris : PUF, 2010.

HEINICH, Nathalie. Pour en finir avec "l'illusion" biographique. *L'Homme*, v.3, n 195-6), p. 421-430, 2010.

_____. La réflexivité comme méthode d'enquête : sociologie de l'Inventaire du patrimoine, *Les Cahiers de La Cambre*, n. 6, 2008.

HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOGGART, Richard. *La culture du pauvre.* Paris: les editions de minuit, 1970.

HOLLINGSHEAD, A.B. et al., Social Mobility and Mental Illness, *American Sociological Review*, v.19, n.5, oct., p. 577-584, 1954.

HUGHES, E. Of sociology and the interview. [1956] In: _____. *The sociological eye: selected papers*. 3ed. New Brunswick; London: Transaction Books, 2009.

HUSSERL, Edmund. *On the phenomenology of the consciousness of internal time*. (1893-1917) Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991. (Collected Works, v.4).

IBGE. *Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: perfil das despesas no Brasil - indicadores selecionados. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, n. 27, 2010b.

_____. Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, n. 32, 2013.

ILO. Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection. International Labor Organization. Geneva: ILO, 2013.

IPEA. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. *Comunicados do IPEA*, n.155, 2012.

_____. A evolução recente dos rendimentos do trabalho e o papel do salário mínimo. *Comunicados do Ipea*, n.49, maio de 2010a.

_____. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. CORSEUIL, Carlos Henrique; BOTELHO, Rosana Ulhôa. (Org.) Rio de Janeiro: IPEA, 2014a.

_____. Distribuição funcional da renda pré e pós crise internacional no Brasil. *Comunicados do Ipea*, n.47, maio 2010b.

_____. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. In: *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Ana Amélia Camarano (Org.). Rio de Janeiro : IPEA, 2014b.

_____. Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras. *Comunicados do IPEA*, n.104, 2011a.

_____. Primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009. *Comunicados do Ipea*, n.63, out. 2010c.

_____. PNAD 2009 - Primeiras análises: situação da educação brasileira - avanços e problemas. *Comunicados do IPEA*, n.66, nov. 2010d.

_____. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país maio. *Comunicados do Ipea*, n.90, maio 2011b.

_____. Trajetória recente da mudança na identidade e na estrutura social brasileira. *Comunicado da Presidência*, n.34, nov. 2009.

JACOB, Cesar Romero et al. *Atlas das condições de vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

JACQUET, Christine. Urbanização e emprego doméstico. *Revista brasileira de ciências sociais*, v.18, n.52, p. 163-184, 2003.

KAUFMANN, Jean-CLaude. *Ego : pour une sociologie de l'individu*. Paris : Nathan, 2001.

_____. *L'entretien compréhensif*. Paris : Éditions Nathan, 1996.

KOSIK, Karel. *La dialectique du concret*. Paris : Les Éditions de la Passion, 1988.

_____. L'individu et l'histoire. *L'homme et la societé*, v.9, n.9, p. 79-90, 1968.

LACLAU, Ernesto. Antagonism, subjectivity and politics, 2013. No prelo.

_____. *Emancipação e diferença*. Rio de janeiro: Eduerj, 2011.

_____; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. 2.ed. London; New York, Verso: 2001 [1985] .

LAHIRE, Bernard. *A Cultura dos Indivíduos*. São Paulo: Ed. Artmed, 2006a.

_____. *Dans le plis singuliers du social: individus, institutions, socialisations*. Paris: La Découverte, 2013.

_____. De la réflexivité dans la vie quotidienne: journal personnel, autobiographie et autres écritures de soi. *Sociologies et sociétés*, v. 40, n. 2, p. 165-179, 2008.

_____. *El espíritu sociológico*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2006b.

_____. *Franz Kafka: éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris : La Découverte, 2010.

_____ et al. (Org.). *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques*. 2 ed. Rev. e aum. Paris: La Découverte, 2001.

_____. *O homem plural*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

_____. *Retratos sociológicos*: *disposições e variações individuais*. São Paulo: Ed. Artmed, 2004.

_____. *Sucesso escolar nos meios populares*. São Paulo: Editora Ática, 2008.

_____. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 315-321, maio/ago. 2004. Entrevista concedida a Maria da Graça Jacintho Setton.

LAWLER, Steph. 'Getting out and getting away': women's narratives of class mobility. *Feminist review*, n.63, p. 3-24, autumn 1999.

LECLERC-OLIVE, Michèle. Entre mémoire et expérience : le passé qui insiste. *Projet*, n.273, Paris, p. 96-104, mars 2003.

_____. Temporalidades de la experiencia : las biografias y sus acontecimientos. *Revista de ciencias sociales de la Universidad iberoamericana de México*, ano IV, n.8, jul.-dic., p. 1-39, 2009.

LEPETIT, Bernard. Architecture, géographie, histoire : usages de l'échelle. *Genèses*, 13, p. 118-138, 1993.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. Annales ESC, , n.6, p. 1325-1336, nov.-déc. 1989.

LEVINAS, Emmanuel. Totality and infinity : an essay on exteriority. Martinus Nijhoff Publishers: The Hague/ Boston/ London, 1979.

LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza: cinco famílias*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2009 [1961].

_____. *Los hijos de Sanchez*. Mexico: Fondo de cultura económica, 1964.

LIMA, Diana. Trabalho, Mudança de Vida e Prosperidade entre Fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. *Religião e Sociedade*, v. 27, n.1, p. 132-155, 2007.

LITWAK, Eugene. Occupational mobility and extended family cohesion. *American Sociological Review*, v. 25, n. 1, p. 9-21, feb. 1960.

LOPES, J. S. Leite (Org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/Proed, 1987.

LUCKMANN, Thomas; BERGER, Peter. Social mobility and personal identity. *European journal of sociology*, v.5, n.2, p .331-344, dec. 1964.

LUKÁCS. György. History and Class consciousness: studies in marxist dialetics. Cambridge; Massachussetts: The MIT Press, 1968.

MARAM, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, v.18, n.52, p. 121-137, 2004.

MARTUCCELLI, Danilo. SINGLY, François de. *Les sociologies de l'individu*. Paris : Armand Colin Éditeur, 2009.

MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). *Os clássicos da economia*. v.1. São Paulo: Editora Ática, 1997. [1890]

MAUGER, Gérard. Enquêter en milieu populaire. *Genèses*, 6, p. 125-143, 1991.

_____. Socialisation familiale, socialisation scolaire et sociabilité juvénile des jeunes des classes populaires. Conférénce introductive au colloque « Construction et déconstruction du collège unique : les enjeux de l'école moyenne », Université Paris VIII, 26 octobre, 2005.

MAUSS, Marcel. Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne celle de "moi". In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1950.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.

MCKNIGHT, Abigail. Mobilidade dos indivíduos de baixa renda: uma perspectiva de trajetória de vida ocupacional. In: GUIMARÃES, Nadya A. et al. (Org.) *Mercados de*

trabalho e oportunidades: reestruturação ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. *Um país chamado favela*. São Paulo: Editora Gente, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Phenomenology de la perception. (1945) In : *Ouvres*. Paris : Éditions Gallimard, 2010a.

_____. *Ouvres*. Paris : Éditions Gallimard, 2010b.

MERLLIÉ, Dominique. Psychologie et mobilité sociale. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v.1, n.3, p. 94-105, mai 1975.

MILANOVIC, Branko. *Global income inequality: what it is and why it matters*. World Bank Policy Research Working Paper 3865, march 2006.

MILLS, Charles Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1969.

MINGIONE, Enzo. Fragmentação e Exclusão: A Questão Social na Fase Atual de Transição das Cidades nas Sociedades Industriais Avançadas. *Dados,* Rio de Janeiro , v. 41, n. 4, 1998.

MÜLLER, Lúcia H. A. "Então, eu fui à luta": repensando as representações e práticas econômicas de grupos populares a partir de uma trajetória de ascensão social. *Política & sociedade*, v.8, n.15, out. 2009.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000 [1884]. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.)

NEGRÃO, Lísias N. Magia e religião na Umbanda. *Revista USP*, São Paulo, 31, p. 76-89, set. nov. 1996.

NERI, Marcelo. *As novas classes médias: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro; FGV/CPS, 2010.

ODOUGHERTY, Maureen. Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquias de "Cultura" e Consumo em São Paulo. *Dados*, v.41, n. 2, 1998.

OECD. *OECD Factbook 2013: Economic, Environmental and Social Statistics*. OECD Publishing, 2013.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Ed. brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista [1975] / O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

ONG, Aihwa. *Neoliberalismo as exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Durham/London: Duke Uniersity Press, 2006.

PARSONS, Talcott. An analytical approach to the theory of social stratification. *The American journal of sociology*, v. XLV, n.6, p.841-862, maio 1940.

_____. *The Social System.* London: Routledge & Kegan Paul, 1979 [1951a].

_____. *The Structure of Social Action*. Glencoe: Free Press, 1937.

_____ et al. *Toward a general theory of action: theoretical foundations for the social sciences*. Transaction Publishers, New Brunswick/New Jersey, 2008 [1951b].

PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. Revue française de sociologie, v.31, n.1, p.3-22, 1990.

_____; REVEL, J. *Penser par cas*. Éditions de l'EHESS, Ênquete, Paris : 2005.

PASTORE, Jose; SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.

PAULA, Marilene de. A Nova Classe Trabalhadora e o Neopentecostalismo. In: BARTELT, Danilo Dawid (org.). *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

PERO, Valéria. Mobilidade social no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Nadya A. et al. (Org.). *Mercados de trabalho e oportunidades: reestruturação ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PERSEU ABRAMO. Regulação do trabalho e instituições públicas. Organização de José Dari Krein et al. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Religião como solvente: uma aula. *Novos Estudos*, n.75, p. 111-127, jul. 2006.

PINÇON, Michel ; RENDU, Paul. Un ouvrier désenchanté. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v.62-63, p. 93-99, juin 1986.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da "heterogeneidade estrutural" da América Latina. [1970]. In: BIELSHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

POCHMANN, Marcio. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In: BARTELT, Danilo Dawid (org.). *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013a.

_____. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____. *Nova classe média?O trabalho na base da pirâmide social brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013b.

PREBISCH, Raúl. Estudo econômico da América Latina. [1949a] In: BIELSHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

_____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949b] In: BIELSHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212,1992.

POULLAOUEC, Tristan. Les familles ouvrières face au devenir de leurs enfants. *Économie et statistique*, n.371, p.3-22, 2004.

PURCELL, Kate. Fragmentação ocupacional, trabalho flexível e forças de trabalho segmentadas. In: GUIMARÃES, Nadya A. et al. (Org.) *Mercados de trabalho e oportunidades: reestruturação ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

QUADROS, Waldir. *A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas*. Texto para discussão, IE/Unicamp, n.147, nov.2008a.

_____. *A recente evolução da estrutura social brasileira*. Texto para discussão, IE/Unicamp, n.148, nov. 2008b.

_____. Brasil: um país de classe média? *Le monde diplomatique*, São Paulo, p. 4-5, nov. 2010a.

_____. Estratificação social no Brasil : o "efeito demográfico". Texto para discussão, IE/Unicamp, n.150, Nov. 2008c.

_____; MAIA, Alexandre G. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*., v.14, n.3, p.443-468, set./dez. 2010b.

_____. *Melhorias sociais no período 2004-2008*. Texto para discussão, IE/Unicamp, n.176, maio 2010c.

_____. Perfil social do desemprego recente. Texto para discussão, IE/Unicamp, n.156, fev. 2009.

RAGIN, Charles; BECKER, Howard (Ed.). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge University Press: New York, 1992.

REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas : a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIBEIRO, Carlos A.C. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2007.

_____. *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009a.

_____. *Transitions in adulthood in Brazil*. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2009b. Mimeografado.

RICOEUR, Paul. *On narrative*. Critical inquiry, v.7, n.1, autumn 1980.

_____. *Soi-même comme un autre*. Paris : Éditions du Seuil, 1990.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. *Le parlement des invisibles*. Paris : Éd. Du Seuil, 2014.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o « macro » pelo « micro »: Fredrik Barth e a "microstoria". P. 151-172. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas : a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RUPP, Jan C. C. Les classes populaires dans un espace social à deux dimensions. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 109, octobre, p. 93-98, 1995.

SANTOS, José, A.F. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Rio de Janeiro: Iuperj, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. *A naúsea*. 6 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *L'être et le néant : essai d'ontologie phénoménologique*. Paris : Gallimard, 1943.

_____. *Questions de méthode*. Paris, Gallimard, 2005 [1960].

SAYER, Andrew. *The moral significance of class*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SCALON, Maria Celi Ramos da Cruz. (Org.) *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM. 2004.

_____. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências.* Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1999.

SCHELER, Max. *L'homme du ressentiment*. 6ed. Paris : Gallimard, 1958.

_____. Ordo amoris. Tradução de Artur Morão. s/d. Disponível em: <www.lusofonia.net> [In : *Gesammelte werke*, Bd. 10. Zurique : Francle Verlag, 1957]

SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. On multiple realities. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 5, n. 4, p. 533-576, jun. 1945.

SCHWARTZ, Olivier. *Le monde privé des ouvriers*. Paris : PUF, 1990.

_____. Vivons-nous encore dans une societé de classes ? Trois remarques sur la société française contemporaine. *La vie des idées*, 2009. Disponível em : <laviedesidees.fr>. Acesso em : fevereiro de 2012.

SCOTT, John. Social class and stratification in late modernity. *Acta sociologica*, v.45, p. 23-35, 2002.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2001.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.* Rio de janeiro: Record, 1999.

SILVA, Nelson do Valle. Cambios sociales y estratificación en el Brasil contemporáneo (1945-1999), *Serie Politicas Sociales (CEPAL)*, 89, 2004.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos estudos Cebrap*, n.88, nov. 2010.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos Cebrap*, n.85, nov. 2009.

SIROUX, Jean-Louis. *La fabrication des élites : langage et socialisation scolaire*. Louvain-La-Neuve : Harmattan-Academia s.a., 2011.

SOARES, José Francisco; COLLARES, Ana C.M. Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro. *DADOS*, Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.615-650, 2006.

SOLOS CULTURAIS. Organização de Jorge Luiz Barbosa e Caio Gonçalves Dias. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

SOUZA, Kênia B. S. et al. Análisis de la estructura productiva del sector servicios en países con diferentes niveles de desarrollo. *Revista CEPAL*, n.108, p. 91-113, dic. 2012.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

_____. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Danilo Dawid. (Org.) *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, p. 55-68, 2013.

_____. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____*Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STANDING, Guy. *Precariado, a nova classe perigosa*. Editora Autêntica, 2013.

STUCKERT, Robert P. Occupational mobility and family relationships. *Social Forces*, v.41, n.3, p. 301-307,1963.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, v.16, n.2, p. 7-34, nov. 2004.

_____. Max Weber as an economist and as a sociologist: towards a fuller understanding of Weber's view of economics. *Journal of economic and sociology*, v.58, n.4, p. 561-582, oct. 1999.

TARDE, Gabriel. *Psychologie économique: extraits*. Sélection faite par Bruno Latour et Vincent Antonin Lépinay. 2007 [1902]. Disponível em : <http://classiques.uqac.ca/classiques/>. Acesso em : Março de 2010

TERRAIL, Jean-Pierre. *Destins ouvriers*. Paris: PUF, 1990.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010. 3v.

VAITSMAN, Jeni. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Estudos feministas*, v.5, n.2, 1997.

VANDENBERGHE, Frédéric. A sociologia na escala individual: Margareth Archer e Bernard Lahire. *Cadernos do Sociofilo*, n.4, p.71-112, 2013.

_____. Empathy as the foundation of the social sciences and of social life: a reading of Husserl's phenomenology of transcendental intersubjectivity. *Sociedade e Estado*, Brasília, 17, 2, p. 563-585, s/d.

_____. *Language, self and society: hermeneutic reflections on the internal conversations that we are*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2009. (Manuscrito não publicado.)

_____. *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2010.

VEBLEN, Thorstein. The limitations of marginal utility. *Journal of political economy*, v.17, n.9, p. 620-636, nov. 1909.

_____. Why is economics not an evolutionary science. *The Quarterly journal of Economics*, p. 373-397, July1898.

VIANNA, Luiz W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan/Iuperj, 1997.

VOGT, Carlos. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual: o quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. In: SCHWARZ, Roberto. (Org.) *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

WACQUANT, Loïc. L'*underclass* urbaine dans l'imaginaire social et scientifique américain. In : PAUGAM, Serge. (Org.) *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Éditions de la Découverte, 1996.

WAGNER, Anne-Catherine. La place du voyage dans la formation des élites. *Actes de la recherche en sicences sociales*, n.170, p.58-65, 2007.

WALTON, John. Making the theoretical case. In: RAGIN, Charles; BECKER, Howard (Ed.). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge University Press: New York, 1992.

WEBER, Max. "Classe, status, partido". In: VELHO, O. G. (org.) *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. v.1.

WEIL, Simone. *La condition ouvrière*. Paris: Éditions Gallimard, 1951.

WORLD BANK. World development indicators 2013. Washington DC: The World Bank, 2013a.

WORLD BANK. World development indicators 2013 - the little databook. Washington DC: The World Bank, 2013b.

WRIGHT, Erik Olin. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Women in the class structure. *Politics society*. v.17, n.1, p. 35-66, 1989.

APÊNDICE A – Quadro de biografados segundo algumas propriedades pertinentes

Entrevista	Sexo	Idade	Cor [207]	Ocupação	Diploma	Capital econômico	Religiosidade	Ocupação do cônjuge	Diploma do cônjuge	Origem social[208] (pai/mãe)	Origem regional[209]
1) Jair: * espaço geracional anterior/ caso comparativo	H	56	pardo	gari (aposentado) e pedreiro	ensino fundamental incompleto (5º ano)	1salário mínimo & "bicos" (2.000 reais no último mês)	"crente" (não soube precisar)	vendedora	alfabetizada (não soube precisar)	eletricista/ dona de casa	periferia urbana, região metropolitana do RJ
2) Mary: * espaço geracional anterior/ caso comparativo	M	58	negra	trabalhadora doméstica e vendedora ambulante	ensino fundamental incompleto (2º ano)	menos de 1 salário como diarista & extras irregulares (de 300 a 500 reais)	testemunha de Jeová	n/a	n/a	trabalhadores rurais	área rural de Araruama-RJ
3) Karen	M	32	"parda"	professora do ensino primário (concursada), ex-servente de limpeza	ensino superior completo (pedagogia), cursando especialização	cerca de 3 salários mínimos	batista	n/a	n/a	mecânico /dona de casa e comerciante (ambos conta própria, na extensão de casa)	área rural até os 7 anos; após, periferia urbana, Maricá-RJ

[207] Autodeclarada em tipologia fechada, com exceção dos dois primeiros entrevistados com resposta aberta/exploratória.

[208] As ocupações parentais assumidas pela maior extensão de tempo, e não em um ponto no tempo como nas abordagens tradicionais.

[209] Todos residentes em regiões (sub)urbanas do estado do Rio de Janeiro no momento da entrevista. Para maiores detalhes cf. capítulo 3, seção 3.2: "Flexões de uma dinâmica estrutural e protocolos de investigação".

[*] Entrevistados selecionados precisamente em função do *contraste heurístico* (geracional, escolar, ocupacional) de algumas características pertinentes, ou de sua *instabilidade ocupacional e oscilação posicional*, na composição de nossa problemática.

4) Ana * reprodução social/ caso comparativo	M	33	"negra"	trabalhadora doméstica	ensino superior completo (serviço social)	1,5 salário (mais 2 salários do companheiro e 100 reais de casa alugada em favela)	Assembleia de Deus	cozinheiro	ensino fundamental completo	feirante/trabalhadora doméstica	favelas e bairros periféricos, região metropolitana do RJ
5) José: referência metodológica & 6) Lidiane[210]	H	34	"pardo"	balconista com função e autonomia gerencial, ex-trabalhador manual não-qualificado (em "biscates" como jardineiro)	ensino médio completo	cerca de 3 salários (e incentivos "extras") & 2 salários de sua companheira	católico ("mais por obrigação")	professora de apoio a alunos portadores de necessidades especiais (contratada)	cursando ensino superior (pedagogia)	motorista de "pau de arara" e operário não-qualificado/ trabalhadora doméstica (trabalhadores rurais migrantes)	Periferia urbana, região metropolitana do RJ
7) Thatiane[211]	M	30	"negra"	agente de pesquisa de nível médio (contrato temporário), ex-atendente de telemarketing, ex-secretária	cursando ensino superior (serviço social)	cerca de 3 salários & cerca de 1.000 reais de bolsa estudantil, pensão e bolsa-família	ateia (após frequentar uma diversidade de religiões)	professor de ensino médio e ginasial (seu ex-cônjuge, pai de sua filha: operário da indústria naval)	ensino superior completo (história)	motorista/ professora de educação infantil, cozinheira e vendedora (simultaneamente)	Crato, Ceará (perpassando por outros municípios do Norte e Nordeste)

[210] Excepcionalmente a entrevista fora realizada com o casal, em função dos propósitos da investigação.

[211] Neste caso, como em todos os outros, a mobilidade feminina não pode ser integralmente autonomizada do vínculo matrimonial, pelo fato de que, malgrado importantes inflexões contemporâneas, as propriedades femininas são ainda, via de regra, inferiores às do cônjuge; e também, o que é de suma importância para nossos propósitos, em razão do entrelaçamento matrimonial dos projetos e horizontes ascensionais. Por conseguinte, derivamos a condição estrutural de qualquer um dos parceiros, primeiramente, pela categoria ocupacional hierarquicamente dominante e, conjuntamente, pelo arranjo conjugal comparativamente ao arranjo parental, ambos como expressões parciais de uma condição social mais ampla que os abarca. Cf. Apêndice C sobre a "mobilidade feminina".

8) Claudia	M	34	"negra"	professora da educação infantil e trabalhadora doméstica	ensino médio completo (supletivo)	1,5 salário mínimo (como professora)	batista	pedreiro	5ª série	trabalhadores rurais	área rural no interior do Maranhão (Boa Vista)
9) Tamiris	M	22	"branca"	auxiliar administrativo ex-auxiliar de conzinha	cursando ensino superior (direito)	cerca de 1,5 salário (além das bonificações por "metas")	atualmente afastada de sua religiosidade católica	auxílio no microempreendimento familiar (lanchonete)	ensino médio	vendedor ambulante / dona de casa	favela, região metropolitana do RJ
10) Aline	M	33	"negra"	atendente-recepcionista de um consultório médico	ensino médio	cerca de 1,5 salário mínimo	"apesar de não ir à missa, eu me considero católica"	n/a	n/a	motorista/ dona de casa	bairro periférico na região metropolitana do RJ, favela na adolescência
11) Nilza	M	23	"parda"	auxiliar de educação infantil	cursando ensino superior (pedagogia)	cerca de 1,5 salário mínimo & bolsa de estágio na universidade	católica	n/a	n/a	porteiro, pedreiro/ trabalhadora doméstica, cozinheira (trabalhadores rurais migrantes)	favela, região metropolitana do RJ
12) Patrícia	M	29	"negra"	agente comunitário	ensino médio (normal)	entre 1 e 1,5 salário	batista	n/a	n/a	trabalhadores rurais	região rural no interior do RJ, habitando até hoje à mesma casa com os pais

13) Simone: instabilidade ocupacional e oscilação posicional*	M	30	"negra"	trabalhadora doméstica (ex-técnica em enfermagem)	ensino médio e curso técnico em enfermagem	menos de 1 salário (& 2000 reais do cônjuge)	não frequenta Igreja atualmente ("a gente só ia mesmo, mas ninguém nunca se firmou não")	vigia noturno e pedreiro	ensino fundamental completo	porteiro/ ocupação materna: não sabe (criada por sua avó, "lavadeira")	favela em região metropolitana do RJ e conjunto habitacional no interior do RJ na adolescência
14) Helena	M	31	"branca"	técnica em enfermagem (ex-trabalhadora industrial e atividades irregulares como manicure e cozinheira aos fins de semana)	ensino médio e técnico em enfermagem	entre 2 e 3 salários (fixo & plantões extras)	Igreja "Colheita" ("evangélica")	n/a	n/a	zelador, motorista de frete/ costureira	bairro popular na região serrana do RJ
15) Silvana	M	20	"negra"	atendente balconista, ex-trabalhadora doméstica	ensino médio	aproximadamente 1 salário	evangélica ("quando me dá na telha")	n/a	n/a	pedreiro/ trabalhadora doméstica	bairro popular na região serrana do RJ
16) Rafaela	M	22	"negra"	professora de balé e dança contemporânea	cursando ensino superior (administração)	cerca de 3 salários	metodista	n/a	cursando ensino superior (direito)	"boleiro" (vendedor de bolos autônomo)/ trabalhadora doméstica	bairros populares, idas e vindas por 'comunidades' em região serrana do RJ

17) Marina	M	18	“parda”	secretária de clínica laboratorial	ensino médio	entre 1 e 1,5 salário, incluindo “comissões”	“evangélica” (Igreja JAT-Jesus Ama Todos)	n/a	n/a	porteiro/ desempregada (auxiliar de lavanderia e arrematadeira)	‘bairro nobre’ (onde o pai era zelador), passando para favela, região serrana do RJ
18) Paulo Sérgio: instabilidade ocupacional e oscilação posicional*	H	30	“pardo”	motoboy (ex-auxiliar de escritório)	ensino médio	entre 1,5 e 2 salários mínimos	afastado das Igrejas que frequentava (Neopentecostalismo)	professora primária	cursando ensino superior (pedagogia)	pedreiro/ caseira	periferia urbana e favelas no RJ
19) Andréia	M	27	“parda”	recepcionista em unidade hospitalar (concursada)	ensino superior (contabilidade)	cerca de 1 salário (aumentado por bonificações e hora extra)	metodista	n/a	n/a	pedreiro, rentista (aluga garagem autoconstruída)/ dona de casa	bairro popular na região serrana do RJ
20) Regina	M	34	“parda”	inspetora escolar (concursada) e revendedora de cosméticos (ocasional)	ensino superior (matemática), cursando especialização	2 salários (& 200 reais da revenda de cosméticos)	católica	n/a	n/a	marceneiro (empregado) / costureira (autônoma)	favela, região metropolitana do RJ
21) Fabíola	M	37	“negra”	coordenadora pedagógica (concursada), ex-trabalhadora doméstica, ex-auxiliar de escritório, de loja, etc.	ensino superior e especialização (pedagogia)	cerca de 3 salários	“eu gosto da oração, não interessa a religião”	n/a	n/a	trabalhador rural e carpinteiro (empregado) / trabalhadora rural e doméstica	área rural do RJ

22) Roberto: instabilidade ocupacional e oscilação posicional*	H	22	"negro"	pizzaiolo (ex-atendente de telemarketing, ex-servente de obras)	ensino médio	cerca de 2 salários	"evangélico" (Assembleia de Deus)	separado há poucos dias (auxiliar administrativo)	cursando ensino superior (publicidade)	auxiliar de serviços gerais / trabalhadora doméstica	favela, região metropolitana do RJ
23) Danilo: instabilidade ocupacional e oscilação posicional*	H	26	"negro"	desempregado (ex-"mecânico montador profissional" na indústria moderna)	ensino médio	seguro-desemprego (últimos rendimentos: cerca de 3,5 salário)	"eu larguei a Igreja [evangélica] porque eu não acredito mais nessa instituição"	desempregada (ex-atendente de telemarketing)	ensino médio, cursando técnico em enfermagem	serralheiro (conta própria) / trabalhadora doméstica, vendedora ambulante	favela, região metropolitana do RJ
24) Anselmo	H	32	"pardo"	não-empregado voluntariamente para investimento integral no pré-vestibular (ex-garçom)	ensino superior tecnólogo (petróleo e gás)	cerca de 1,5 salário como garçom nos fins de semana ("extra", sem vínculo formal)	católico, adepto da Renovação Carismática	revisora de textos (em uma empresa de RH)	ensino superior (letras)	trabalhadores rurais	sertão cearense
25) Elton	H	32	"negro"	auxiliar de portaria (concursado), ex-atendente de telemarketing, ex-empacotador	cursando ensino superior (letras e sociologia)	cerca de 1,5 salário (incluindo uma bolsa de graduação)	culto de Ifá (religiosidade de matriz afrodescendente)	n/a	n/a	vendedor ambulante, trabalhador manual não-qualificado/ trabalhadora doméstica (trabalhadores rurais migrantes)	comunidade de palafitas e conjunto habitacional em complexo de favelas no RJ

26) Elias	H	21	“pardo”	desempregado (ex-auxiliar de escritório; ex-pedreiro, ex-trabalhador manual não-qualificado da indústria moderna)	cursando ensino superior (engenharia mecânica)	cerca de 1,5 salário (último rendimento, atualmente recebendo seguro-desemprego)	batista “renovado” (“to meio que nessa: [às vezes] vou, às vezes não vou”)	auxiliar administrativo	cursando ensino superior (engenharia mecânica)	pedreiro, ex-pescador/ auxiliar de serviços gerais, ex-trabalhadora doméstica	Bairro periférico, região metropolitana do RJ
27) Diogo	H	27	“pardo”	trabalhador manual qualificado (profissional de solda)	ensino médio	2 salários	“católico não-frequentante” (ex-umbandista, ex-evangélico)	secretária	cursando ensino superior (administração)	pedreiro, ex-eletricista/ trabalhadora doméstica, ex-costureira	favela, região metropolitana do RJ
28) Marcos	H	21	“negro”	auxiliar administrativo (estagio remunerado), vendedor ambulante	cursando ensino superior (direito)	1 salário	evangélico (Igreja Congregacional)	dona de casa	ensino médio	vendedor ambulante/ dona de casa	bairro periférico, região metropolitana do RJ
29) Reginaldo	H	31	“negro”	gerente de operação de serviços de transporte (ex: gerente de estoque, vendedor, auxiliar de almoxarifado, servente de obras, etc.)	ensino médio	cerca de 2,5 salário (além de comissões e horas extras) & 1,5 salário (estimado) de sua esposa	evangélico (Ministério Colheita)	“trabalha em casa” como: manicure, cabeleireira, vendedora de artigos personalizados (biscuit, chinelos)	ensino médio	pedreiro/ cozinheira de bar, trabalhadora doméstica	favela, em bairro popular, região serrana do RJ

30) Wendel	H	36	“negro”	eletrotécnico (conta própria), ex-servente de pedreiro, ex-auxiliar de eletrotécnico	ensino médio, curso técnico em eletrotécnica	cerca de 1,5 salário (últimos rendimentos)	já frequentou regularmente por muitos anos Umbanda e Igreja evangélica, “hoje eu não me considero nenhum dos dois.”	auxiliar de cartório	ensino fundamental (cursando o médio)	servente de pedreiro/ trabalhadora doméstica, ex-auxiliar de cozinha de um bar, e de serviços gerais	bairro popular, região serrana-RJ

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

Dados gerais:

Nome/Nome fictício:
Data/Horário:
Local da entrevista:
Sexo/Gênero:
Cor:
Ano de nascimento:
Situação conjugal:
Número de filhos:
Ocupação(es) (atual ou última):
Ocupação(es) paterna (atual ou última):
Renda individual e familiar (a ser fornecida posteriormente):
Nível de escolaridade:
Nível de escolaridade paterna:
Religião(es):
Local de nascimento e criação infanto-juvenil (rural e/ou urbano):
Residência atual (rural/urbano):

I - Sociogênese

1) Matriz familiar e vicinal (origem social):

Meio rural e/ou urbano;

Descrição das ocupações (relação com o trabalho e seu *ethos* envolvido, espírito capitalista, ascetismo X hedonismo, uso de álcool e drogas), escolaridade, religiosidade e influência religiosa, exemplaridade e aspirações, descrição da relação e do grau de envolvimento afetivo, através de relato das práticas em comum, envolvendo:

(precisão em função da importância e da força dos laços)

Pai, avós paternos, tios paternos;

Mãe, avós maternos, tios maternos;

Irmãos, primos;

Companheiro(a)s anteriores e cônjuge atual;

Filhos, sobrinhos, netos, bisnetos;

Outros agentes importantes na socialização familiar e vicinal.

2) Matriz escolar e ativos de qualificação:

Patrimônio cultural objetivado (livros, objetos, instrumentos, etc.);

Relato da trajetória escolar (estímulos, obstáculos, distâncias, diploma alcançado, etc.);

Frequência às aulas, de estudos, de realização de deveres de casa, notas (aprovações/recuperação e dependência/reprovações), comparação de suas notas com o restante da classe;

Relação pessoal (feliz/infeliz) com os estudos (disciplina, concentração, facilidades, dificuldades, preferências), com as escolas, as aulas, os alunos, os professores e demais funcionários;

Influência familiar (estímulos/desestímulos, disciplinarização e obrigação das atividades escolares, engajamento nas atividades estudantis filiais, participação em reuniões e conversas com funcionários escolares, ciência das notas e situação escolar) para si e, se for o caso, de si para a descendência;

Cursos extracurriculares (aulas de reforço, línguas, informática, técnicos e profissionalizantes, de capacitação profissional, música, teatro, artes, dança, esportivos, academia, etc.).

3) Esfera do trabalho:

Relato da trajetória profissional (idade de inserção laboral, concomitância ao trabalho, ocupações, sucessivas ou concomitantes, proximidade à residência e à família), mobilidade ocupacional (inter e intrageracional);

Transmissão cultural e influência familiar (estímulos/desestímulos, disciplinarização parental para si e de si para os filhos, conteúdo e frequência de conversas, engajamento e interesse conjugal nas atividades, etc.);

Relato das tarefas domésticas (idade em que começou, natureza, frequência – horas trabalhadas e dias na semana –, relação com o estudo e o trabalho);

Relação com o mercado de trabalho (forma de obtenção do primeiro e do atual emprego, currículos, concursos, anúncio, agências, iniciativa/empreendimento); possui licença para seu exercício;

Descrição das ocupações (tipo de vínculo e regulação), frequência dos rendimentos (regular/irregular, diária/semanal/anual), atividades e práticas específicas, investimento em capitalização;

Frequência de trabalho (diária, semanal, férias ou não, desgastes e consequências físicas e psicológicas);

Relação pessoal (feliz/infeliz) com o trabalho (disciplina, concentração, realização e satisfação pessoal, aspecto vocacional ou não), com os colegas de trabalho, patrões e empregados, cultura profissional específica e grau de politização (também analisado abaixo); sai, ou é convidado a sair, com os colegas de trabalho (frequência, exemplos).

3.1) Condições 'materiais' e recursos econômicos, orçamento familiar:

Descrição de possíveis dificuldades infanto-juvenis e atuais: habitação própria (construída, quitada ou em quitação) ou alugada, quantos moradores, quartos individuais ou coletivos, infraestrutura e lista de objetos básicos em casa (automóvel, fogão à gás, forno microondas, TV, DVD, rádio, geladeira, *freezer*, ventilador ou ar condicionado, CD-player, PC e acesso à internet, máquina de lavar roupa, telefone fixo ou móvel), alimentação, vestimentas, transporte, educação, orçamento, saúde, possibilidades de lazer, forma de apreciação desta experiência em exemplos relatados (humilhação, indignação, conformação), sua justificação e moralidade envolvidas (através de relatos de práticas); história da aquisição dos objetos.

Documentos possuídos;

Educação orçamentária, mesada, transferência de responsabilidades;

Patrimônio econômico e transmissão material (herança);

Casa própria (quitada ou construída), alugada, cedida ou ocupada; valor do aluguel ou prestação do último mês (proporção do orçamento);

Posse de animais de criação, pesca, ou cultivo para o autoconsumo;

Conta corrente ou conta poupança;

Recebe algum tipo de auxílio (bolsa-família, cesta básica, pensão, previdência, seguro desemprego, etc.);

Rendimento total pessoal e familiar (se for o caso, sugerir faixas de renda) e formas de recebimento (diário, semanal, etc.), tipos de aplicações e seus respectivos rendimentos (assalariamento, complementos, rendimentos de capital, renda de propriedade imobiliária, juros e aplicações financeiras), contribuição à previdência (individual e familiar), poupança (para que/quem?), acesso e uso de crédito ou empréstimo (grau de endividamento), investimentos (tipos, finalidades).

4) Esferas de sociabilidades (institucionais ou não, lúdicas ou não):

Formas e graus de engajamento, tipos e força dos laços estabelecidos, além de relatos de práticas em: grupos amistosos, clubes, associações (civis ou militares), cooperativas, sindicatos, militância, partidos, igrejas (religiosidade), etc.;

Frequência a estes grupos e relato de suas atividades;

Atributos básicos dos agentes mais importantes (ocupação, escolaridade, religião); qualidades pessoais mais e menos admiradas;

No caso particular da religião: frequência a cerimônias religiosas, de orações/rezas, de atividades religiosas, tempo de adesão à(s) crença(s) e nível de generalização de sua influência;

"Capital social": com quem pode contar para auxílios gerais (dinheiro, cuidar dos filhos, favores, etc.)? Através de exemplos.

5) Esfera do lazer e das práticas culturais:

(Observar o contexto relacional, de acompanhamento, ou individual das práticas listadas.)

Influência da indústria cultural: emissões de rádio e TV acompanhadas com maior frequência (precisar);

Filmes mais assistidos e opinião (últimos três filmes assistidos, três filmes preferidos);

Usos do computador e da internet (precisar);

Práticas literárias e relações pessoais com a leitura (frequência e natureza do conteúdo de revistas, jornais, livros, contos, poemas);

Práticas de atividades artísticas e expressivas: escritas (cartas, diários, cadernos de anotações, poemas, contos), pictóricas, musicais, etc.;

Gosto musical (três músicas e letras de música preferidas em função de sua análise hermenêutica);

Passeios e visitas culturais: frequentou, nos últimos 12 meses (ou costumava freqüentar), cinema (quais filmes), teatros (qual peça, local), concertos, museus (quais, o que viu), galerias de arte (quais, o que viu);

Atividades relacionadas a lazeres e diversão: frequentou nos últimos 12 meses (ou costumava freqüentar) bailes (quais), praias, boates ou discotecas (quais), eventos e práticas esportivas (quais), eventos musicais ou shows (quais), outros;

Consumos de álcool (tipo e frequência no último mês), drogas, relações com garotas de programa;

Relação do tempo de trabalho com o de lazer, rigidez/distensão no controle das despesas;

Cultivos de si (práticas de meditação, relaxamento, diários pessoais, anotações de cunho religioso, oração e suas finalidades).

II – *Ethos*, racionalização socioeconômica, e economia política

1) Racionalização da conduta econômica: planejamento e previsão remetendo à organização e à orientação consciente, e sob controle, da conduta (diária, semanal, mensal, anual, etc.); *racionalização*, i.e., clarificação, sistematização e otimização dos recursos, ou seja da relação entre meios disponíveis e fins visados; concepções de retorno (ou "utilidade marginal" do prisma da economia neoclássica); *processo de deliberação e decisão (autônomo/ relacional/ dependente/ delegado/ dificuldade ou ausência de estruturas psiquicoemocionais para lidar com cada questão abaixo)* acerca de:

(Observar a existência ou não de dispositivos reflexivos como cadernos de anotações, organizacionais como pastas, etc.)

Renda (previsão e formas de controle orçamentário de receitas e despesas);

Poupança, crédito ou empréstimos (para que/quem?), gestão orçamentária para pagamento de dívidas;

Investimento econômico e aplicações financeiras (aquisição de propriedades, terrenos, instrumentos, microcapitais, aplicações e rendimentos, juros) com suas respectivas previsões de retorno (para que/quem?);

Aquisição de casa própria (início de compra, valor e prazo das prestações, formas de quitação): para que/quem? Se pudesse escolher livremente, compraria uma casa (igual, melhor) no mesmo bairro ou em bairro diferente (qual, por quê)?

Termos da reflexividade profissional ou "carreira" (capacitação, cursos técnicos e profissionalizantes, locais, meios de financiamento); para que/quem?

Investimento em capital cultural (aumento da escolarização, universidade, concursos); para que/quem?

Mercado matrimonial (noivado, casamento), nº de filhos e sua relação com a educação, observância ou não do momento de cada ação no ciclo de vida e seu significado; para que/quem?

2) Estabelecimento espontâneo de prioridades existenciais: hierarquização daquilo que mais valorizamos ou mais importa para nós por ordem de "preocupações" práticas, e.g. o tempo dedicado e a intensidade emocional dos pensamentos voltados à família, trabalho, religião, etc.; o quanto se dedica a *questões morais* (exemplos e relatos de práticas) ou ao contrário, não se colocando tais questões, ou ainda se é emocionalmente incapacitado em clarificá-las, envolvendo:

Trabalho: meramente instrumental: "pagar as contas", "sustentar a família", consumir X valor e satisfação intrínseca; pensa muito sobre o trabalho mesmo quando fora dele, natureza destes pensamentos (preocupação, satisfação, depressão, etc.);

Si mesmo: pensa muito sobre si em termos individualizados, ou seja, em termos de ego e não de "nós" (sonhos, planos, investimentos existenciais) ou, ao contrário, auto-objetivação pelo "nós" (quem, em que contextos?);

Família (pensa muito na família, mesmo quando no trabalho, natureza destes pensamentos); autosacrifício; (e.g. frase: se as pessoas de que gosta estiverem bem, pouco importa o resto?);

Religião (natureza e frequência do pensamento e campo de influência em relatos de práticas);

3) Gramática moral e política (ordens de grandeza, critérios e referenciais de justiça subjacente às justificações sobre questões socioeconômicas):

Qual o menor valor pelo qual você já aceitou trabalhar? Por quê? Em relação a sua renda atual, acha que deveria receber menos, igual ou mais, por quê? Sua apreciação;

Você já se colocou, ou eventualmente se coloca, a questão das razões de existirem algumas "pessoas ricas" e outras "pobres" (frequência e contextos)? E sobre as razões para se ter "sucesso" (sorte, inteligência ou talento, ser de família rica, trabalho, estudo, contato)? E sobre sua situação (em relação a familiares, amigos, vizinhos, conhecidos)?

Em quem votou para presidente na última eleição? Por quê? Tem simpatia por algum partido? E se o voto não fosse obrigatório, você votaria?

Você se considera de esquerda, de centro ou de direita ou nunca pensou nesses termos? E o que é ser de (posição assumida) para você? O que você acha (legitimidade) de protestos (passeatas, greves e ocupações) de trabalhadores contra seus patrões ou contra o Estado ("governo", citar exemplos)? Já participou de algum?

4) Sonhos acordados, fantasias X aspirações efetivas; realizações, frustrações, crises relativas à nova condição socioeconômica (caso houver):

Familiares, matrimoniais e filiais (sobre o estado atual e o futuro possível e ideal);

Profissionais (onde sonharia chegar? Por quê/quem? Onde acha que vai chegar de fato);

Econômicas (onde sonharia em chegar? Por quê/quem? Onde acha que vai chegar de fato?);

Escolares (onde sonharia chegar? Por quê/quem? E onde acha que vai chegar de fato?);

Agradecimento; sugestões (constrangimentos, questões importantes não perguntadas)

III – Observações etnográficas

Descrição da situação social de entrevista/ condição de produção dos ‘dados’ (forma de recepção, interpretação da situação pelo entrevistado, acompanhantes, tensão ou descontração, etc.);

Descrição do entrevistado (vestimentas para a ocasião, *hexis* corporal, sotaque, vícios de linguagem, hipo ou hipercorreção, gestos, expressões ou indicações visuais);

Descrição das condições ‘materiais’ de existência, tipo de habitação (casa, apartamento, casa de cômodos);

APÊNDICE C – Nota metodológica acerca da ‘mobilidade feminina’

A discussão convencional acerca de qual critério mobilizar para “mensurar” a mobilidade feminina reflete um desnorteamento que resulta essencialmente da inconsciência dos pressupostos teóricos em questão. A “visão convencional” defendida por J. Goldthorpe (1983) é a vinculação das famílias (enquanto “unidades de análise”, e não os indivíduos) à estrutura social, especificamente através da ocupação masculina (marido-pai), não pelo “sexismo” do pesquisador (acusação das abordagens feministas) mas, por assim dizer, da sociedade mesma, malgrado as importantes mudanças relativas ao afluxo no mercado de trabalho das mulheres no decorrer do séc.XX, aceleradas em sua segunda metade. Isto na medida em que, ainda segundo o autor, a posição das mulheres ainda continuaria em grande medida a se subordinar aos papeis e tarefas familiares apesar das inegáveis inflexões em sua condição; sua posição no que o autor entende por “estrutura de classes” continuaria, assim, predominantemente ainda “derivada” e dependente (assim como dos outros membros da família) daquela dos homens. Por sua parte, concordando em termos gerais com a contínua prevalência da dominância masculina em termos ocupacionais mesmo com a massiva entrada das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, E. O. Wright (1989) acrescenta, contudo, que “mesmo onde a esposa contribui menos que o marido [...] o caráter de classe de seu trabalho remunerado poderia sistematicamente moldar estratégias familiares e, assim, o caráter de classe da unidade familiar” (Ibid., p. 40), de modo que, ainda que subordinada, sua ocupação não poderia ser completamente subsumida à ocupação marital. Neste sentido, o neomarxista busca fornecer uma “abordagem alternativa”, que tenta levar em conta tal influência da ocupação feminina, a despeito do caráter majoritariamente dependente da posição de classe do cônjuge. Com esse fim, emprega uma distinção entre relações de classe “diretas”, aquelas decorrentes precisamente do *locus* ocupado no sistema produtivo e do acesso a seus recursos, contrapostas às relações “mediadas”, aquelas pelas quais outros agentes sociais (donas de casa, desempregados, pensionistas, crianças, estudantes, etc.) se posicionam na estrutura social através de suas relações familiares, a “família” permanecendo assim a “unidade de análise”. Por meio de tal distinção, busca-se dimensionar o peso diferencial de cada tipo de relação nas condutas, juízos (e.g. a autoidentificação como pertencendo à “classe trabalhadora”) ou “interesses” dos cônjuges envolvidos, supondo, como hipótese, que as relações diretas seriam mais importantes para os homens ao passo que,

para as mulheres, as relações mediadas (pelas do marido) assumiriam importância comparativamente maior (caso confirmado em suas pesquisas na Suécia, onde os resultados se mostram mais claros do que nos EUA, por exemplo). (Ibid.) Já R. Erikson (1984), por sua vez, parece propor a melhor solução para um falso problema. Não nos deixa de impressionar, ademais, a autonomização de uma discussão 'puramente' metodológica, na verdade técnica, completamente desvinculada da natureza daquilo que se busca verdadeiramente investigar. Assim, também mantendo a família como base de análise para a estrutura de classes, Erikson considera basicamente o indivíduo cuja ocupação seja hegemônica do ponto de vista da hierarquia ocupacional, quer seja marido ou esposa, embora obscureça o assunto pela excessiva fragmentação de subdivisões (o indivíduo se vincularia à "situação de trabalho", ou seja de "produção", ao passo que a família à "situação de mercado" ou consumo, ou seja de "distribuição") cuja obediência à 'lógica operacional' parece esquecer tanto de seus pressupostos teóricos quanto o fato de que, existencialmente, tais fenômenos são inextricáveis, sendo justamente isto aquilo que possuem de historicamente fundamental.

Ocorre que a "unidade de análise", por assim dizer, empenhada em nossa investigação não é uma ocupação, tampouco a posição familiar, porém mais fundamentalmente *uma trajetória*, cujas premissas e o sentido teórico acompanham todo o corpo do trabalho. Por conseguinte, considerando a diminuta proporção de mulheres com ocupação hierarquicamente superior aos homens ainda no capitalismo contemporâneo, assim como a dificuldade em se comparar as mobilidades de ambos dado o forte viés de gênero revelado na estrutura ocupacional – no caso brasileiro principalmente a partir do crescente afluxo feminino a partir das décadas de 1960-1970 – os critérios de mobilidade em relação a nossas biografadas não se referem *somente* a sua situação ocupacional (mobilidade "direta", e.g. sua ocupação relativamente à paterna, ou à materna nos raros casos em que por ventura esta se revelar hegemônica no casal); envolvem *conjuntamente* seu engajamento matrimonial em vista da importância por ele revelada na ascensão feminina (mobilidade "indireta", i.e. via ocupação marital comparada a paterna, o que em consequência não deixa de ser uma forma, também, de se comparar à condição materna). É a *combinação* de ambos os fatores que será analisada. Assim, se afinal é a situação da "família" o que acaba por ser considerado, como de fato é o caso na maior parte dos estudos de mobilidade, o é *em função das trajetórias* e sua *significação sociológica*. Não devemos esquecer que, em qualquer dos

casos, se trata não mais e não menos do que de parâmetros de uma *condição existencial*, a qual, ela sim, faz *sentido sociológico* e em relação a qual se pode revelar ou não *trajetórias ascensionais*, com tanto maior razão pelo fato de que são *micromobilidades* o que perscrutamos, muitas vezes no interior de uma mesma categoria ocupacional.

APÊNDICE D – Da ‘trabalhadora doméstica’ ao ‘trabalho doméstico’ como momento de uma trajetória que o excede

Este apêndice é destinado ao acompanhamento da trajetória de uma trabalhadora doméstico com ensino superior (E4), situada no corpo do sexto capítulo, seção 6.2: “Linhas de experiência estudantil-popular: o impacto da institucionalidade escolar enquanto recursividade e matriz de subjetivação”.

O trabalho doméstico enquanto inserção subsistêmica massiva não é exclusividade da formação capitalística do Brasil: é essencialmente característico da condição popular periférica e feminina em diversas formações sociais mundiais.[212] E se os fluxos migratórios lhe acompanham em grande medida onde quer que se apresente o fenômeno no mundo, as migrações internas estruturadas pela especificidade da feição que o capitalismo assume em cada país – incluindo o arranjo rural-urbano – se articulam às migrações internacionais seguindo, *mutatis mutandis*, o mesmo parâmetro de gravitação centro-periferia.[213] (ILO, 2013, p. 21-22 et seq.) Como resultado, no trabalho doméstico enquanto *condição dominada tipicamente periférica* – incluindo as periferias *internas* às próprias formações sociais periféricas – se entrecruzam uma série de relações de dominação (de gênero, etno-raciais, nacionais, para não mencionar

[212] Mais de 83% dos 52,6 milhões de trabalhadores domésticos no mundo, em 2010, são mulheres (quando ocorre, o trabalho doméstico masculino mantém a predominância das atividades externas). (ILO, 2013, 14-19; 89) No caso do Brasil, em 2009, o caráter semipatriarcal desta configuração se revela no fato de que entre os homens o trabalho doméstico não alcança 1% dos ocupados, da mesma forma se concentrando em “atividades externas” (como jardineiros, caseiros e motoristas). (IPEA, 2011b) Novamente em termos mundiais e para o ano de 2010, a proporção de trabalhadoras domésticas em relação ao total de trabalhadoras assalariadas alcança, em ordem crescente de importância, cerca de 0,5% no Leste Europeu e CEI; 1,4% nas formações sociais centrais aos principais eixos de acumulação mundial; aumentando para 7,8% no caso da Ásia e Pacífico (inclusive China); 13,6% na África; 26,6% na América Latina e Caribe; e, enfim, 31,8% no Oriente Médio. (ILO, 2013, p. 20-1) (Obs.: o baixo número relativo ou absoluto no leste europeu é explicado, em grande parte, pela migração de trabalhadoras que assumem a função de domésticas na Europa ocidental.) (Ibid., p. 38)

[213] Quer dizer, para os países econômica, cultural e politicamente hegemônicos (regional ou mundialmente) migram trabalhadores domésticos das formações periféricas (regional ou globalmente). Nestes casos, ainda para o ano de 2010, os fluxos tendem da América Latina e Caribe para os EUA e Europa (por exemplo, Equador e Colômbia respondem, sozinhas, por cerca de 45% de toda mão de obra doméstica imigrante na Espanha; já na Itália, 78% das trabalhadoras domésticas são imigrantes, principalmente do leste europeu, seguido por Ásia e América Latina; se analisarmos o caso francês, o espectro colonial se faz sentir na presença massiva de trabalhadoras domésticas da África francófona) ou, em relação à Ásia, estes fluxos migratórios tendem de países como Indonésia, Laos e Camboja em direção à Malásia. Ainda no interior de regiões periféricas, Argentina e Costa Rica são exemplos de países que operam como eixos de gravitação (no primeiro caso atraindo trabalhadores da Bolívia e Paraguai e, no segundo, de Nicarágua e El Salvador). (Ibid., p. 26-7; 36-7)

geracionais[214]) que expressam a *multideterminação existencial* acentuada em nosso trabalho. Neste quesito, por exemplo, se no Brasil e na África do Sul predominam no desempenho da função mulheres negras, o caso do México (que apenas fica atrás do Brasil no contingente de trabalhadoras domésticas na América Latina) é particularmente ilustrativo: além de, *internamente*, serem as mulheres de origem indígena a predominarem na ocupação, *externamente* os mexicanos são maioria entre os trabalhadores domésticos migrantes nos EUA, onde aquela feição internamente étnica passa a assumir, externamente, contornos nacionais na fisionomia destas frações dominadas. (Ibid., p. 69)

No caso do Brasil, enquanto variante histórico-estrutural de uma condição popular periférica mais geral, o exercício do trabalho doméstico consistiu na principal forma de inserção (sub)sistêmica nos meios urbanos após a abolição oficial da escravatura no país, *intermediando* assim a vinculação subordinada de milhões de trajetórias de todas as idades sob a condição de trabalhadoras e trabalhadores não-qualificados no mercado laboral de tipo competitivo. Não há ocupação que concretize com maior fulgor as gradações desta transição histórica. E não somente por sintetizar numa mesma posição estruturalmente dominada múltiplas formas de subordinação no enquadramento de seu movimento, como, principalmente, pelo fato de que sua relevância subsistêmica enquanto possibilidade integrativa dos meios populares à sociedade mais ampla, sobretudo das mulheres, permanecera das mais altas (comparativamente às estruturas ocupacionais dos países centrais) durante todo o decorrer do séc. XX; aliás, o sendo, embora em grau consideravelmente menor, até os dias atuais.[215] (Jacquet, 2003) Se trata da efetivação de uma transição histórica de tipo processual, sem bruscas inflexões. De seus 7,2 milhões de trabalhadores em 2009, 93% são mulheres, em sua maioria negras (61,6%) dentre as quais o trabalho doméstico se apresenta como uma realidade para cerca de uma a cada cinco ocupadas. (IPEA, 2011b)

[214] Se acrescentarmos aos mais de 52 milhões de trabalhadores domésticos do mundo crianças e adolescentes (de 5 a 14 anos), o valor se aproxima dos 60 milhões. (Ibid., 19)

[215] Em 1900, cerca de uma década após a escravatura, "a ocupação doméstica representava a principal forma de trabalho nas cidades", (Pochmann, 2012, p. 50-51) com cerca de 53% das ocupações urbanas consistindo em algum tipo de trabalho doméstico; esta proporção decrescera constantemente no decorrer do século, atingindo 27,5% dos trabalhadores urbanos em 1940 e, quarenta anos depois, em 1980, diminuía para 13%. Este declínio de sua participação estrutural continua a prosseguir de modo que, em 2009, os trabalhadores inseridos neste setor de atividades equivalem a 7,8% do total de ocupados. (Evidentemente sua considerável expansão em termos absolutos no decorrer do século não diminui a importância destes dados que correspondem à diminuição de seu peso estrutural, quer dizer de sua participação relativa na estrutura ocupacional devido a seu desenvolvimento e diversificação.) (Ibid., loc. cit.)

Associe-se a isto o fato de que, passado mais de um século do ápice de sua função sistêmico-integrativa aos meios urbanos para um imenso contingente oriundo das camadas populares ao mercado de trabalho formalmente livre, em 2009 somente 27,9% de seus membros possuíam vínculos empregatícios formais (valor muito abaixo à média nacional, inclusive no seio das próprias camadas populares) e, neste mesmo ano, correspondiam a 2,2% os que se encontravam sindicalizados. Sua diminuição relativa é condicionada pelo desenvolvimento inerente à estrutura ocupacional capitalística e sua subsequente complexificação, as quais por sua vez se inserem de modo subordinado na divisão internacional do trabalho; a constante expansão de seus recursos econômicos na última década em contraposição à historicamente regressiva taxa de apropriação da renda do trabalho na economia nacional (em face dos rendimentos derivados de capital), expansão material significativa e palpável para seus agentes tão mais próximos da subsistência se encontrem, não obstante se mantém na base na estrutura social (seus rendimentos mensais médios são inferiores ao salário mínimo, e cerca de 92,7% percebem até 1,5 salário mínimo); quanto à instituição escolar e o fluxo de universalização de seu alcance para a educação básica, inclusive ou principalmente para as classes populares, se a média de anos de escolaridade entre os trabalhadores domésticos aumentou consideravelmente, principalmente nas duas últimas décadas, permanece em 2009 abaixo da média nacional pelo movimento geral de agonismo concorrencial escolar que o acompanha. (IPEA, 2010a; 2011b, p. 81; Pochmann, 2012, p. 39; 52; 60-67) Em outras palavras, malgrado a expansão de seus recursos econômicos e escolares, sua posição material e simbolicamente dominada no tecido social organicamente se perpetua, somente diminuindo a proporção relativa de seu peso na estrutura ocupacional.

Apesar disso, ao não desejarmos permanecer intelectualmente acorrentados a uma *interpretação atávica da realidade social, incompatível com a multivocidade do movimento histórico*, já destacamos no corpo deste trabalho o que significa – na estruturação das ações economicamente orientadas – um determinado afastamento das urgências econômicas pela ampliação de suas margens de manobra[216] cuja importância é tanto maior quanto, nas palavras de Simone Weil, "pequenas diferenças salariais podem também, em certas situações, afetar a vida mesma", condição em que "é

[216] Para não mencionar, no caso específico desta categoria, a aprovação da chamada "PEC das domésticas" em 2013 lhes estendendo e assegurando os direitos trabalhistas dos demais trabalhadores.

necessário um esforço perpétuo para não cair no servilismo" (2002, p. 284-5); também destacamos, este fator *per se* seria meramente conjuntural em termos de ciclo econômico-distributivo não estivesse *organicamente associado a uma ampliação constante da socialização escolar* a qual, para além do valor recursivo objetivamente superado e obliterado pela concorrência com outras camadas sociais que intensificaram ainda mais seus respectivos investimentos escolares, possui efeitos em termos de abertura a uma experiência institucional mais prolongada, ainda que através de todas as limitações no caso das classes populares. Se em 1970, praticamente um em cada três trabalhadores domésticos não possuía estudo algum, este valor diminui para um em cada dez em 2009; os trabalhadores domésticos com 1 a 4 anos de estudos também diminuíram proporcionalmente, passando no mesmo período de 55,3% para 31,7%. Em compensação, para as mesmas ocupações, a faixa de 5 a 9 anos de estudos mais do que triplica de 12% em 1970 para 38,3% em 2009; e mesmo a participação de 10 ou mais anos de escolaridade, considerando ainda os mesmos períodos, de praticamente inexistente (0,2%) passa a consideráveis 19,2%. (Pochmann, 2012, p. 65)

Não por acaso, *em conjunção ao gradual re-delineamento dos horizontes de possíveis ascensionais-populares, principalmente no que diz respeito a suas gerações mais jovens e escolarizadas, se apresenta um nítido processo de envelhecimento ocupacional*. Se o trabalho doméstico infantil envolvendo as jovens de 10 a 17 anos correspondia a 9,7% do total das trabalhadoras domésticas declaradas em 1999, uma década depois, corresponde a 5%; as de 18 até 24 anos, sendo 22% das empregadas em 1999, diminuem para metade, ou seja 11%, em 2009. Por outro lado, em 1999, 56,5% das empregadas tinham mais de 30 anos: em 2009, essa proporção passa a 72,7%. A longo prazo, este envelhecimento dos ocupados é ainda mais revelador: em 1970, a maior parte (60,5%) dos trabalhadores domésticos eram jovens de até 24 anos. Praticamente quatro décadas depois, em 2009, esta faixa etária atinge não mais do que 12,7% do total. Concomitantemente, nestes mesmos períodos as faixas de 25 a 44 anos, assim como de 45 a 64 anos aumentam regularmente. (IPEA, 2011b; Pochmann, 2012, p. 64) E este envelhecimento ocupacional vem acompanhado de uma consistente atenuação dos vínculos caracterizados pela dominação e dependência pessoais: a proporção das trabalhadoras domésticas que residiam no próprio local de trabalho passa de 9% em 1999 (cifra praticamente dobrada no Nordeste) para 2,7% em 2009; neste mesmo ano, as trabalhadoras que prestam serviço para mais de um domicílio

("diaristas") são 29,3%, em comparação aos 17,2% que eram em 1999. (IPEA, 2011b) Nada disso significa o fim do trabalho doméstico, entretanto, antes, uma diversificação de suas esferas de subjetivação no interior de uma condição dominada, que torna tal atividade crescentemente um momento de uma trajetória que o excede.

Neste sentido, a trajetória biográfica analisada a seguir fora reconstruída em função de uma comparação intergeracional envolvendo duas trabalhadoras domésticas – ambas as entrevistadas necessariamente se situando em distintos momentos de seus respectivos ciclos de vida[217] – cujas trajetórias mediam e singularizam, sob uma mesma ocupação, múltiplas inflexões histórico-institucionais as quais, não obstante, abordamos *a partir de uma diferença particular, embora particularmente importante* – e efetivamente suas semelhanças e dessemelhanças poderiam levar a *inesgotáveis* reconstruções possíveis em função das premissas e dos objetivos que lhes orientam. Detalhada no corpo do trabalho (cf. seção indicada acima), está Ana, 33 anos, situada no espaço geracional que vivencia o período de quase-universalização do ensino fundamental a partir da década de 1990, ressoando em forte pressão nas esferas do ensino médio e superior – que fizeram sentir seus efeitos desde então de forma crescente e incontornável nas frações populares. Indissociável do maior nível de diploma, seu leque de possibilidades objetivas é maior – a proporção de mulheres inseridas no trabalho doméstico já era menos da metade do verificado no período de nossa entrevistada mais antiga. Tendo isto em consideração, com 58 anos e tendo uma de suas filhas exatamente a idade de Ana no momento da entrevista, está a biografada que será apresentada agora. No período de sua pré-adolescência, quando era então inserida ao mundo do trabalho doméstico, este era o modo de vida de uma em cada quatro mulheres ocupacionalmente ativas, em outras palavras, um destino bastante típico para a condição popular periférica feminina, especialmente a migrante de origem rural.

Uma trabalhadora doméstica (e vendedora ambulante) oriunda de um espaço geracional anterior à difusão da institucionalidade escolar

[217] O que demanda precauções metodológicas específicas, dentre as quais, por exemplo, considerar que tanto maior a faixa etária a ser considerada, mais as temporalizações futuras e projetos tendem a identificar-se com o presente numa espécie de renúncia 'realista' a planos tidos como pretensiosos (a "maturidade", a "sabedoria", ou ainda a "responsabilidade" intervindo), de modo que seus múltiplos sentidos, muitas vezes incompatíveis entre si de acordo com o momento da trajetória, devem ser reconstruídos pelas memórias do entrevistado para quem contingências acabam assumindo um sentido narrativo teleológico.

Filha de trabalhadores rurais, Mary, 'negra', nasceu em uma área rural do estado do Rio de Janeiro, onde morou até os 10 anos de idade sem nunca haver frequentado regularmente escola. Foi quando se transferiu para a região metropolitana do mesmo estado, onde vive atualmente morando sozinha e desde sempre como trabalhadora doméstica, além de complementar a renda como vendedora ambulante. Atualmente, não sendo alfabetizada, Mary também frequenta as aulas do programa para educação de jovens e adultos (EJA). A insensível entrada de Mary no mundo do trabalho, ainda criança, nos moldes típicos de uma "filha de criação" vinculada aos obstáculos encontrados à obtenção de uma escolarização mínima, *unificaram sua experiência social* em torno a uma série de relações de dominação pessoal e dependência moral (primeiramente aos patrões, substituída em um segundo momento pela relação conjugal) das quais somente se libertava, literalmente, pela fuga. Mary se encontra num momento de seu ciclo de vida bastante distinto da entrevistada com quem lidamos no corpo do trabalho (E4): a postura *reativa* e *adaptativa* acerca de sua condição socioeconômica, seus *microajustes situacionais cotidianos* e que testemunhamos em suas rupturas e enfrentamentos existenciais mais íntimos, neste momento de sua trajetória cedem lugar, gradativamente, a um misto de *onirismo* e *resignação* frente a um mundo que se impõe em forma de massa bruta e indiferenciada de obstáculos que parecem incontornáveis em sua opacidade mesma.

Toda sua família pela linhagem materna e com quem conviveu na infância (irmãos, tios e tias, avós, além da mãe) – pois não chegou a conhecer seu pai que, segundo sua mãe, "tinha muitas mulheres" e "não queria assumir a gente" – era composta de trabalhadores rurais, coabitando a mesma casa (Mary dividia o quarto com todos os parentes, exceto os tios que dormiam na sala). Nossa entrevistada não frequentava escola em sua infância assim como não se lembra de nenhum parente que fosse escolarizado à exceção de um único tio e apenas por curto período de tempo. Neste momento de sua infância, além do trabalho no roçado, Mary varria o quintal, a casa e aprendia a cozinhar com sua avó no fogão à lenha, para isso subindo em um "banquinho": em sua casa "cada um tinha que saber a sua função".

Foi então com 10 anos que Mary se transferiu para morar e trabalhar em uma "casa de família" na região metropolitana como babá e empregada doméstica, se tornando na prática uma "filha de criação". As circunstâncias desta mudança se deram quando Mary acompanhava sua mãe, ambas internadas em um hospital com tuberculose, disseminada entre os parentes e pela qual muitos vieram a falecer, aliás como sua mãe e sua avó. Antes do falecimento da mãe, no entanto, uma enfermeira a quem havia conhecido no próprio hospital havia indicado uma família disposta a 'criá-la'. Como filha de criação em sua nova família, seus patrões e especialmente sua patroa – ironicamente professora de alfabetização – desencorajavam a escolarização de Mary ainda em seu início, usando de diversos artifícios variando desde ordenar serviços específicos precisamente nos horários de aula ("eu tinha que fazer tudo que eles mandasse, tinha que obedecer") até comunicar a sua professora que ela própria não desejava mais frequentar as aulas ("ela dizia pra professora que eu num tava querendo estudar, tava querendo fazer bagunça"). Neste trabalho começou com os cuidados ao pequeno filho dos patrões (banho, higiene, lavar e passar roupa) e gradualmente foi aprendendo e desempenhando novas funções (como cozinhar, atividade em que já havia se iniciado em sua casa na "roça"). Aqui Mary não percebia salário, somente "sapato e roupa". Passaram-se 5 anos até que decidiu "fugir" deste trabalho para outro, que viria a assumir também como trabalhadora doméstica. A razão era dupla: além de desejar receber um salário, seu antigo patrão tentava lhe molestar sexualmente.

Já então nesta segunda "casa de família", um episódio particular nos evidencia com ainda maior nitidez o caráter de dependência pessoal e moral dos vínculos que Mary estabelecia com seus patrões: se nesta nova casa Mary já podia estudar, por outro lado sua patroa *não a autorizava* a morar com o novo companheiro que conhecera durante este novo emprego. Isto ocorreu quando,

começando a "se entender um com o outro" e seu parceiro lhe externando o desejo de viver em sua companhia, passou a procurar um lugar para morarem juntos, momento em que Mary lhe responde: "olha, não sei se eu vou morar com você não [por]que minha patroa não quer. [Seu companheiro se indigna:] 'ah mas sua patroa te manda?' *Manda sim* [Mary responde com tom enfático]. *Porque eu moro na casa dela, eu trabalho na casa dela, então eu tenho obediência a ela. Então eu não posso.*" De fato se há nesta passagem a clara face da *obediência devida* pelo lado subordinado, o outro aspecto desta relação não demora a se mostrar: a contraprestação da *proteção* exercida pelo dominante. E não é por outra razão que a justificação de sua patroa se baseia em sua proteção contra o suposto risco de se tratar de um "aproveitador", afinal seu pretendente não havia planejado casamento. Segundo Mary "ela achava o seguinte: que ele queria se aproveitar de mim, mas não queria pra compromisso entendeu? Por isso que ela falou pra mim num ir."

Posteriormente, vencendo a resistência da patroa, Mary morou com seu cônjuge (caminhoneiro) durante cerca de duas décadas, período em que continuou seu trabalho desta vez como diarista e quando a possibilidade se apresentava complementando a renda como vendedora ambulante (nas ruas, em sinais, vendendo pipoca, biscoito, chocolate, guarda-chuva, bebidas, etc.), ou ainda lavando roupas para outras famílias. Mas as dificuldades em manter estes trabalhos complementares cresciam visto que Mary passava a ter e criar três filhos o que também lhe demandava tempo e aumentava o trabalho nas ocupações domésticas. É verdade que Mary havia transformado, ou melhor, rompido seus vínculos perante seus antigos patrões; contudo, em seu novo lar passava mais uma vez a ser moralmente subordinada, desta vez a seu marido. Este, ainda que Mary já fosse adulta, também *não a permitia* frequentar a instituição escolar pois "era ciumento e achava que eu tava indo pra escola porque eu tava querendo namorar." Ora, as insatisfações de Mary nesta nova relação só faziam crescer: seu marido era "cachaceiro", muitas vezes chegando em casa alcoolizado e violentamente impelido a lhe agredir assim como aos filhos. Além disso, seu companheiro – a exemplo de seu pai, em sua infância – também teria outras mulheres na rua. E para se desvencilhar de uma relação que passava a não suportar reproduziu exatamente a mesma *tática de fuga* aplicada com seus primeiros patrões, havendo "armado um esquema todinho" enquanto seu marido trabalhava; caso contrário "ia ter uma briga do caramba, ia ter até morte." Desde então Mary passou a morar somente com seus filhos, e quando estes enfim cresceram, sozinha, como se encontra atualmente.

Se enquanto casada e com filhos pequenos Mary tinha dificuldades em compatibilizar sua ocupação de rendimentos mais seguros como diarista com seus próprios afazeres domésticos ou ainda com os serviços complementares, inclusive na medida em que anteriormente seu ex-parceiro auxiliava nas despesas da casa (pagando o aluguel e o material escolar das crianças), posteriormente elas se tornaram ainda maiores. Não contando mais com seu suporte financeiro ("num vou dar nada, você saiu da casa porque você quis!" ele dizia), sua sobrevivência econômica e pessoal era custeada pela intensificação da quantidade de trabalho, sete dias por semana, prática que se inscreveu a tal ponto em necessidade interior que, inquirida se atualmente, com os filhos já empregados, ainda teria necessidade de trabalhar todos os dias da semana, incluindo domingo, ela responde sintomaticamente: "não, vou porque gosto mesmo, entendeu? Já to acostumada. Eu num sei ficar em casa parada, tenho que fazer alguma coisa [...]". No momento da entrevista, Mary recebe 300 reais como diarista em "casa de família", mais 150 reais no prédio onde lava a escadaria, ambos valores mensais fixos. Como vendedora ambulante afirma receber de 20 a 90 reais por dia ("quando tá bom"), portanto mais do que como diarista em termos mensais, além do fato de que "não tem ninguém pra te comandar"

[risos]. No entanto, se mantém sua ocupação em "casa de família" é pela segurança e regularidade dos rendimentos: "é sempre bom a gente ter um dinheiro assim por mês, porque você tem alguma coisa pra pagar e [aí] você tem aquele dinheiro ali que é pra pagar as coisa, porque às vezes nem sempre na rua [você] tira o que você quer." Estes valores são suficientes para Mary manter sua estabilidade material e afirmar orgulhosamente jamais haver se endividado e não depender de auxílios financeiros seja de bancos, agiotas ou mesmo de parentes para quem nunca solicita dinheiro. Se aceita ajuda dos filhos, esta se limita a situações específicas (medicamentos para pressão ou a autoconstrução de sua atual moradia pela qual pagou o material) para as quais não obstante evita ao máximo. Ao contrário, via de regra é uma de suas filhas ("sempre endividada" e contando com o auxílio do bolsa-família) que constantemente lhe pede empréstimos que, de hábito, não são devolvidos. Mencionamos que no atual momento de seu ciclo de vida os microajustes situacionais cotidianos que vieram a constituir sua trajetória cederam espaço a um impreciso e crescente fundo de onirismo e resignação: "[...] a minha vida é essa [risos], [...] a gente vai levando enquanto pode, [...] deixa rolar, é o único jeito"; em tudo aquilo que diga respeito a seu horizonte de possíveis, Mary espera por uma ajuda a qual não se sabe muito bem como, de onde ou de quem poderia emergir (chegando a se referir à possibilidade de ainda encontrar um 'marido rico'), atitude que é associada a uma compreensão pessoalizada de instituições como o Estado, de quem se espera a dádiva ("ajudar o povo") para uma "vida melhor". É assim que sonhando em ser massagista ("é muito bom, e eu sei fazer hein!"), atividade que costumava realizar em suas patroas sendo remunerada "por fora", Mary, ademais nos remetendo aos escritos autobiográficos de Carolina Maria de Jesus já analisados,[218] nos relata sobre as dificuldades em passar do plano ideal à esfera prática: "que nada... só de cabeça, só pensando nisso... [...] É aquela coisa que a gente pensa: 'ah eu vou fazer, é aquilo que eu vou fazer' e num acontece. Fica só no pensamento [risos]... aí é chato né, pô: só no pensamento! Tinha que...[fazer] né?" A remissão ao caso da escritora se torna ainda mais impressionante quando Mary relata que "eu sonhei que eu tava numa casa linda, [com] um jardim lindo, como se fosse uma princesa, como o marido fosse um príncipe encantado, muito bom", acrescentando nestes sonhos acordados que: "ah meu Deus do céu, eu tinha até um carro!" [risos], ao que conclui: "mas [...] isso num vai acontecer." [risos] Seus *projetos* parecem evanescer, não na concretude de sua idade em si, mas no interior da condição existencial na qual a este momento biográfico se adere uma incontornável ausência de capitalização econômica ou cultural: "acontece que toda vez que eu penso [em planos socioeconômicos], eu fico no mesmo lugar." [risos] Sua atual frequência às aulas de educação de jovens e adultos parece a depositária das esperanças de Mary que, sem saber exatamente de que maneira ou por quais meios, a ela tenta vincular sua vaga *fantasia*[219] – em tornar-se massagista: "eu penso assim: bom, quem sabe eu vou passar de anos né, eu to estudando agora, to fazendo cursinho [se refere ao programa de alfabetização], e aí eu vou começar a massagear as pessoas." [*Mas a senhora acha que fazer o curso vai ajudar com a massagem?*] Ajuda sim, ajuda sim, porque a gente tendo curso é bem melhor, [por]que aí as pessoas sabem que pelo menos: 'bom, ela fez curso, ela massageia bem [...] Porque hoje em dia [para] tudo é concurso", citando os anos de estudo necessários a concursos para cozinheiro, gari, etc. e fazendo analogia com a ocupação de massagista. Mary não realiza contribuição previdenciária.

[218] Cf. o quarto capítulo, no interior da seção 4.2, a subseção: "Estudo de caso: Carolina Maria de Jesus, ações economicamente orientadas e projeção imagística extemporânea".

[219] No sentido técnico do termo empregado por Schütz, que o diferencia dos projetos. Nossa construção do conceito de projetos, embora parta de suas indicações, segue outro percurso. Cf. nossa discussão a respeito no capítulo 4.

Ocorre que esta orientação de conduta, enquanto consoante à perpetuação de uma posição estruturalmente dominada no tecido social, deve ser compreendida também na espessura experiencial pela qual é vivenciada, e no caso em foco *pressupõe* um longo percurso de rupturas e bifurcações que envolve a busca da autonomização moral (diante dos vínculos que a prendiam a seus antigos patrões e, posteriormente, a seu ex-marido) pela via do trabalho, a criação de seus filhos ("agora tá todo mundo crescido, casado") além da autoconstrução de uma moradia própria (não mais morando de aluguel) na qual tenta depender somente de si mesma, e é somente por referência ao complexo de experiências tecido no decurso de sua trajetória que podemos compreender, por exemplo, como Mary lhe transmite a seus filhos sob a forma de *herança imaterial*. Declarando haver mantido os filhos sob rígido controle disciplinar em seu "ritmo" (ou seja, sua temporalidade própria acerca da ordenação e sentido das atividades), incentivava-os aos estudos para "ser alguém na vida" – em estrita oposição às provocações paternas para quem o filho homem seria um "vagabundo" e um "mulherengo" –, chegando mesmo a lhes custear aulas particulares. Dois de seus três filhos[220] iniciaram sua vida profissional ainda na adolescência, com cerca de 15 ou 16 anos, período em que ainda completavam os estudos. Indagada sobre este início de trabalho ainda durante a escolarização Mary responde: "eles têm que trabalhar memo! Eles tinha que trabalhar memo pra ajudar. Num dava pra mim ficar toda vida ali só... [expressando algo, pelo contexto, como 'sustentando sozinha'] Eu sei que hoje em dia é difícil botar uma criança pra trabalhar né [no sentido de que elas seriam mais indisciplinadas], mas eu vou falar: do que jeito que a vida é, a gente não pode deixar eles sem fazer nada, [senão] acaba fazendo besteira [...] É bom sabe, se ocupar em alguma coisa". Deste modo, em sua percepção eles poderiam, assim como a própria Mary, desenvolver a iniciativa e a autonomia em suas ações socioeconômicas: "eles tinham que ter um sacrifício aí pra ver como é que a vida é." Seu filho, atualmente trabalhando na cozinha de uma lanchonete, iniciou sua vida profissional de modo significativo para nós: ocupando o lugar da mãe em um prédio em que faxinava: "eu lavava o prédio, aí eu falei assim: "*você quer ficar no meu lugar? [...] [ele:] 'quero mãe'. Então fica lavando esse prédio, e você recebe o dinheiro do prédio e fica com você*". Já em seu atual emprego, o jovem "devolveu" a ocupação inicial à mãe. Por sua vez, o início profissional da filha de Mary se deu quando uma "conhecida" a chamou "pra ir lá fazer uma faxininha, fazer uma limpeza na casa, duas vezes na semana." Atualmente esta filha, que possui um curso (provavelmente técnico pelas imprecisas informações fornecidas) em enfermagem, espera ser chamada por meio de seus currículos enquanto trabalha nos serviços de limpeza em uma escola.

[220] Uma terceira filha com pouca escolarização e atualmente também trabalhadora doméstica foi criada por sua irmã, mantendo pouco contato com Mary em sua infância e adolescência.